

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001,que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

Companhia de Capital Aberto - CVM 1431-1 • CNPJ/MF 76.483.817/0001-20

COPEL

CPLE B3 LISTED N2 | ELP LISTED NYSE | LATIBEX XCOP | ISE B3 | A melhor empresa de energia do Brasil em 2022 | IBOVESPA B3 IGPTW B3 ICO2 B3

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

www.copel.com / copel@copel.com

MENSAGEM DO ***DIRETOR PRESIDENTE***

Para a Copel, 2022 foi um ano de vislumbrar o futuro que queremos e trabalhar com esmero para construí-lo. A intenção do acionista controlador manifestada ao final do ano de transformar a Copel em companhia de capital disperso ("True Corporation"), possibilita, nos termos da Lei Federal nº 9.074/95, a renovação e manutenção de 100% de participação da Companhia nas suas principais Usinas Hidrelétricas — Foz do Areia 1.676 MW (vencimento da concessão em 21.12.24), Segredo 1.260 MW (vencimento em 25.09.32) e Salto Caxias 1.240 MW (vencimento em 20.03.33) — as quais compõem um portfólio com capacidade instalada total de 6.967 MW em 2023.

Porém, vislumbramos benefícios para além da renovação integral das referidas concessões. A oportunidade de atuarmos como um player privado no ambiente altamente competitivo do setor elétrico, que já é composto majoritariamente por empresas privadas, nos permitirá obter maiores ganhos de eficiência e alavancar as condições de investimento, agregando valor no curto, médio e longo prazo para a Copel e para todos os nossos stakeholders.

Comprometidos com a transição energética, lançamos a nossa Visão 2030, um conjunto de direcionamentos que vão nortear nossas ações ao longo da década. O objetivo central que guia nossa estratégia é sermos um dos maiores grupos integrados de energia do Brasil, com relevância nos 4 segmentos do setor, tendo pessoas como diferencial competitivo e focando na experiência do cliente.

Esse caminho voltado à sustentabilidade e à eficiência inclui a revisão da matriz energética para que 100% da energia gerada pela empresa provenha de fontes renováveis. O planejamento também prevê a integração com escala entre os negócios e a disciplina na alocação de capital.

Os primeiros passos desta Visão já foram dados. No final do ano, lançamos o plano de desinvestimento de nossa usina térmica, a Usina Elétrica a Gás de Araucária, em sintonia com o processo de descarbonização da matriz de geração da Companhia. Demonstrando seriedade e o compromisso com a sustentabilidade, vinculamos a metas ESG 30% dos incentivos de curto prazo pago pelos resultados da companhia.

Paralelamente, a Compagas (empresa na qual a Copel tem participação de 51%) renovou por mais 30 anos a concessão do fornecimento de gás canalizado no Estado do Paraná. Esse é mais um passo fundamental na estratégia da Companhia de foco no core business de energia elétrica, pois permitirá a continuidade dos trabalhos visando a alienação da totalidade de sua participação nesse ativo.

Ampliando nosso parque gerador renovável, adquirimos os complexos eólicos Santa Rosa & Mundo Novo e Aventura, com 260,4 MW de potência instalada. São nove parques eólicos, localizados no Rio Grande do Norte, numa das melhores regiões para a geração eólica em todo o mundo. No mesmo estado, e com antecedência de dois anos em relação aos prazos dos contratos de venda de energia, colocamos em operação o Complexo Eólico Jandaíra, que reúne 26 aerogeradores e adiciona 90,1 MW de potência à geração da companhia. Com os novos complexos, a Copel soma 1,2 GW de potência instalada em 47 parques eólicos, que representam 17% dos 7 GW de capacidade de geração da companhia.

Essa jornada, em busca de uma atuação cada vez mais sustentável, anda em equilíbrio com os nossos resultados econômico-financeiros. Em 2022, a Copel apresentou um EBITDA ajustado por itens não recorrentes de R$ 5,5 bilhões, representando crescimento de 10% em relação ao resultado de 2021.

Por falar em investimentos, mais uma vez a área de distribuição de energia concentrou a maior parte do volume aplicado. Destinamos R$ 1,8 bilhão às obras de ampliação e modernização da rede elétrica no Paraná, nossa área de concessão. Um dos destaques é o Paraná Trifásico, programa que está investindo R$ 2,8 bilhões para construir 25 mil quilômetros de redes trifásicas que modernizam o fornecimento de energia à área rural. Em 2022 chegamos à marca de 10,5 mil quilômetros construídos, 42% do total previsto para o programa.

Em relação à inovação aberta, começamos a estruturar um fundo de Corporate Venture Capital (CVC), que terá R$ 150 milhões alocados para financiar soluções em áreas como energia renovável e redes inteligentes. Também já lançamos a segunda fase do Programa Copel Volt, responsável por aproximar a Copel às startups que possuem soluções para o mercado de energia.

O êxito das ações da empresa se traduz no reconhecimento do mercado. A Copel foi eleita a melhor empresa de energia do Brasil pelo Valor 1000, ranking do jornal Valor Econômico. Também fomos incluídos no ranking de sustentabilidade empresarial (ISE) - pela 17ª vez - e no Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3.

Para finalizar, além de operar com excelência os nossos ativos e atender adequadamente os nossos clientes, reforço que a prioridade absoluta desta gestão para o ano de 2023 é o processo de transformação da Copel em corporação.

Daniel Pimentel Slaviero
Presidente da Copel

1. A COMPANHIA

A Copel foi criada em outubro de 1954 e atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia, além de gás natural. Opera um abrangente e eficaz sistema de energia elétrica, com parque gerador próprio de usinas, linhas de transmissão, subestações, linhas e redes elétricas do sistema de distribuição. Embora esteja sediada em Curitiba, no Paraná, a Copel está presente em 10 estados brasileiros, conforme mapa a seguir:



• Participação no Mercado

Principais produtos (%)	Brasil	Região Sul	Paraná
Geração de energia elétrica (1)	(2) 3,7	(3) 20,7	(3) 55,8
Transmissão de energia elétrica (4)	3,5	12,74	27,0
Distribuição de energia elétrica (5)	(6) 6,4	(6) 34,5	(7) 97,1
Comercialização de energia elétrica (8)	2,7	-	-
Distribuição de gás	2,1	25,0	100,0

(1) Capacidade instalada da Copel Geração e Transmissão consolidada
(2) Considerada apenas a parcela pertencente ao Brasil da Usina de Itaipú
(3) A Usina de Itaipú não é considerada na região Sul
(4) O mercado refere-se à Receita Anual Permitida - RAP
(5) Mercado fio de distribuição
(6) Fonte: Empresa de Pesquisa Energética - EPE
(7) Dado estimado
(8) Em comparação com outras comercializadoras. Pela natureza da atividade, mensurado apenas em nível nacional

• Organograma societário em 31.12.2022:

ESTADO DO PARANÁ — 69,66% Votante; 31,07% Total
BNDESPAR — 12,44% Votante; 23,96% Total
CUSTÓDIA EM BOLSA (Free Float) — 16,13% Votante; 44,16% Total
- **B3** — 13,01% Votante; 38,12% Total
- **NYSE** — 3,10% Votante; 5,96% Total
- **LATIBEX** — 0,02% Votante; 0,07% Total

ELETROBRAS — 1,45% Votante; 0,56% Total
OUTROS ACIONISTAS — 0,31% Votante; 0,24% Total

COPEL

- (1) COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. — 100,0%
  - (1) F.D.A GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. — 100,0%
  - (1) BELA VISTA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. — 100,0%
  - (1) MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. — 100,0%
  - (1) COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. — 100,0%
  - (1) UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. — 100,0%
  - (2) UEG ARAUCÁRIA LTDA. — 60,9% Copel GeT; 20,3% Copel Holding
  - (3) FOZ DO CHOPIM ENERGÉTICA LTDA. — 35,8%
  - (4) MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSÃO S.A. — 50,1%
  - (4) GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP SUL) S.A. — 49,0%
  - (4) MATRINCHÃ TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP NORTE) S.A. — 49,0%
  - (4) INTEGRAÇÃO MARANHENSE TRANS. DE ENERGIA S.A. — 49,0%
  - (4) CAIUÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. — 49,0%
  - (4) CANTAREIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. — 49,0%
  - (4) PARANAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. — 24,5%
  - (5) UHE GOVERNADOR JAYME CANET JÚNIOR (MAUÁ) — 51,0%
  - (5) UHE BAIXO IGUAÇU — 30,0%
- (1) COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. — 100,0%
  - (1) NOVA EURUS IV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. — 100,0%
  - (1) NOVA ASA BRANCA I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. — 100,0%
  - (1) NOVA ASA BRANCA II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. — 100,0%
  - (1) NOVA ASA BRANCA III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. — 100,0%
  - (1) SANTA MARIA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. — 100,0%
  - (1) SANTA HELENA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. — 100,0%
  - (1) VENTOS DE SANTO URIEL S.A. — 100,0%
  - (1) JANDAÍRA I ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. — 100,0%
  - (1) JANDAÍRA II ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. — 100,0%
  - (1) JANDAÍRA III ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. — 100,0%
  - (1) JANDAÍRA IV ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. — 100,0%
- (1) COPEL SERVIÇOS S.A. — 100,0%
  - (1) SÃO BENTO ENERGIA — 100,0%
    - GE OLHO D'ÁGUA S.A. — 100,0%
    - GE BOA VISTA S.A. — 100,0%
    - GE FAROL S.A. — 100,0%
    - GE SÃO BENTO DO NORTE S.A. — 100,0%
  - (1) CUTIA EMPREENDIMENTOS EÓLICOS SPE S.A. — 100,0%
    - CENTRAL GERADORA EÓLICA SÃO BENTO DO NORTE I S.A. — 100,0%
    - CENTRAL GERADORA EÓLICA SÃO BENTO DO NORTE II S.A. — 100,0%
    - CENTRAL GERADORA EÓLICA SÃO BENTO DO NORTE III S.A. — 100,0%
    - CENTRAL GERADORA EÓLICA SÃO MIGUEL I S.A. — 100,0%
    - CENTRAL GERADORA EÓLICA SÃO MIGUEL II S.A. — 100,0%
    - CENTRAL GERADORA EÓLICA SÃO MIGUEL III S.A. — 100,0%
    - USINA DE ENERGIA EÓLICA CUTIA S.A. — 100,0%
    - USINA DE ENERGIA EÓLICA GUAJIRU S.A. — 100,0%
    - USINA DE ENERGIA EÓLICA JANGADA S.A. — 100,0%
    - USINA DE ENERGIA EÓLICA MARIA HELENA S.A. — 100,0%
    - USINA DE ENERGIA EÓLICA POTIGUAR S.A. — 100,0%
    - USINA DE ENERGIA EÓLICA ESPERANÇA DO NORDESTE S.A. — 100,0%
    - USINA DE ENERGIA EÓLICA PARAÍSO DOS VENTOS DO NORDESTE S.A. — 100,0%
  - (1) BROWNFIELD INVESTMENT HOLDING S.A. — 100,0%
    - VENTOS DE SERRA DO MEL B S.A. — 68,84% Copel GeT; 31,16% Brownfield
    - EOL POTIGUAR B141 SPE S.A. — 100,0%
    - EOL POTIGUAR B142 SPE S.A. — 100,0%
    - EOL POTIGUAR B143 SPE S.A. — 100,0%
    - VILA PARAÍBA IV SPE S.A. — 100,0%
    - EOL POTIGUAR B 61 SPE S.A. — 99,99992% Copel GeT; 0,00008% Brownfield
- (1) COPEL COMERCIALIZAÇÃO S.A. — 100,0%
  - (2) ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A. — 70,0%
  - (2) COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS — 51,0%
  - (3) CARBOCAMPEL S.A. — 49,0%
  - (3) DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A. — 23,0%
  - (4) VOLTALIA SÃO MIGUEL DO GOSTOSO I PARTICIPAÇÕES S.A. — 49,0%
  - (4) SOLAR PARANÁ GD PARTICIPAÇÕES S.A. — 49,0%
    - PHARMA SOLAR II GERAÇÃO DISTRIBUÍDA SPE LTDA. — 100,0%
    - PHARMA SOLAR III GERAÇÃO DISTRIBUÍDA SPE LTDA. — 100,0%
    - PHARMA SOLAR VII GERAÇÃO DISTRIBUÍDA SPE LTDA. — 100,0%
    - BANDEIRANTES SOLAR I GERAÇÃO DISTRIBUÍDA SPE LTDA. — 100,0%
    - BANDEIRANTES SOLAR II GERAÇÃO DISTRIBUÍDA SPE LTDA. — 100,0%
    - BANDEIRANTES SOLAR III GERAÇÃO DISTRIBUÍDA SPE LTDA. — 100,0%

(1) Subsidiária Integral
(2) Controladas
(3) Coligadas
(4) Controladas em conjunto
(5) Consórcios

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 19/04/2023
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf
Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

• Prêmios e certificações em 2021

PRÊMIOS / CERTIFICAÇÕES	CERTIFICADOR
ISE B3 (Índice de Sustentabilidade Empresarial)	B3
ICO2 (Índice Carbono Eficiente)	B3
IGPTW (Índice Great Place to Work)	B3
Prêmio Abrasca - 2º lugar Copel Distribuição para melhor relatório anual	Abrasca - Associação Brasileira das Companhias Abertas
Prêmio Abraconee - 1º lugar de melhor divulgação das Demonstrações Financeiras de 2021 para holding e empresa de grande porte - Copel e Copel Geração e Transmissão	Abraconee - Associação Brasileira do Contadores do Setor de Energia Elétrica
Prêmio Abradee - melhor distribuidora de energia do sul do Brasil	Abradee - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica
Prêmio Abradee - qualidade da Gestão	Abradee - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica
Prêmio Valor 1000 - melhor empresa de energia elétrica do Brasil	Valor Econômico
Maior empresa do Paraná	Revista Amanhã
Prêmio 500 maiores do Sul - 3º lugar	Revista Amanhã
Selo Clima Paraná - categoria A - mercado externo	Governo do Estado do Paraná
100 Maiores Sociedades Anônimas do Paraná - 1º lugar para Copel Distribuição e 8º para Copel Geração e Transmissão	Diário Indústria & Comércio e Fecomércio PR
Prêmio Melhores do Biogás - 3º lugar categoria Melhor Organização	CIBiogás - Centro Internacional de Energias Renováveis – Biogás, Embrapa Suínos e Aves e UCS - Universidade de Caxias do Sul
Ranking Merco Responsabilidade ESG no Brasil - 2º lugar no setor de Energia Elétrica	Merco - Monitor Empresarial de Reputação Corporativa
Selo Ouro de certificação do Programa Brasileiro GHG Protocol	GHG Protocol
Prêmio Nacional de Incentivo ao Voluntariado 2022 - melhor projeto da Região Sul na categoria Voluntariado Empresarial	Governo Federal
Melhores em Gestão - categoria Prata para Copel Geração e Transmissão	FNQ - Fundação Nacional de Qualidade

• Copel em Números

Em R$ mil	2022	2021	variação %
INDICADORES CONTÁBEIS			
Ativo total	49.703.700	49.537.535	0,3
Caixa e equivalentes de caixa	2.678.457	3.472.845	(22,9)
Títulos e valores mobiliários	431.056	361.058	19,4
Dívida total	12.454.218	11.826.061	5,3
Dívida líquida	9.344.705	7.992.158	16,9
Receita operacional bruta	32.198.639	35.325.211	(8,9)
Deduções da receita	(10.270.918)	(11.340.924)	(9,4)
Receita operacional líquida	21.927.721	23.984.287	(8,6)
Custos e despesas operacionais	(18.679.499)	(20.475.106)	(8,8)
Provisão para destinação de créditos de Pis e Cofins	(810.563)	-	-
Repactuação Risco Hidrológico (GSF)	-	1.570.543	-
Equivalência patrimonial	478.577	366.314	30,6
Resultado das atividades	2.437.659	5.079.724	(52,0)
Ebitda ou Lajida	4.217.218	6.528.577	(35,4)
Resultado financeiro	(1.966.037)	(327.361)	500,6
IRPJ/CSLL	(199.122)	1.259.632	(115,8)
Lucro operacional	950.199	5.118.677	(81,4)
Lucro líquido proveniente de operações em descontinuidade	-	1.185.376	(100,0)
Lucro líquido do exercício	1.149.321	5.048.602	(77,2)
Patrimônio líquido	21.131.225	22.175.235	(4,7)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	970.258	3.088.487	(68,6)
INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS			
Liquidez corrente (índice)	1,3	1,4	(7,1)
Liquidez geral (índice)	0,9	1,0	(10,0)
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	19,2	27,2	(29,4)
Lucro por ação - Ações ordinárias	0,39230	1,61429	(75,7)
Lucro por ação - Ações preferenciais classe "A"	0,52228	1,86252	(72,0)
Lucro por ação - Ações preferenciais classe "B"	0,42175	1,95747	(78,5)
Valor patrimonial por ação - R$ (patrimônio líquido/quantidade de ações)	7,7	8,1	(4,9)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	58,9	53,3	10,5
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	4,3	21,3	(79,8)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	5,2	21,0	(75,2)
Participação de capital de terceiros (%)	57,5	55,2	4,2
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (1)	5,2	24,9	(79,1)

(1) LL ÷ (PL inicial)

2. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

Em 2000, a Copel foi a primeira empresa do setor elétrico a aderir ao Pacto Global, da Organização das Nações Unidas - ONU, e desde 2018 assumiu o compromisso de atuar para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS ligados ao setor de energia.

Após construir o Plano de Neutralidade de Carbono em 2021, o tema seguiu como prioridade para a Copel e, na Visão 2030, ele foi associado ao objetivo de descarbonizar sua matriz de geração elétrica. A Visão 2030 também incluiu entre as prioridades o compromisso com a ética e governança e o avanço da diversidade, incluindo metas de evolução da participação feminina na liderança.

Ao planejar a sua próxima década, a Companhia está buscando ampliar a integração das preocupações ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) à sua agenda de ações e decisões de futuro.

Gestão da sustentabilidade

A Copel realiza a gestão da agenda de sustentabilidade por meio de diversas áreas dedicadas às temáticas relacionadas à ESG. A Holding determina as diretrizes corporativas e as dissemina por meio de políticas e normas que permeiam todas as áreas da Companhia, incluindo as subsidiárias.

Para dar conta das características únicas dos negócios, cada subsidiária possui suas áreas especializadas na gestão de aspectos socioambientais. Cada operação demanda diferentes tipos de ação e monitoramento, visando o *compliance* socioambiental e a adesão às melhores práticas de mercado.

O desempenho em sustentabilidade é avaliado por meio da gestão interna, além da participação em avaliações especializadas no mercado, que permitem o comparativo com outras empresas. Entre essas avaliações estão o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE) e o *Corporate Sustainability Assessment* (CSA), da S&P Global. Esses resultados são utilizados como base para a melhoria contínua dos processos relacionados às dimensões ESG.

2.1. Governança Corporativa

A Copel é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Estado do Paraná, com capital aberto e ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (Latibex) – que demanda um robusto sistema de governança para assegurar que o desempenho dos administradores e o planejamento estratégico está alinhado aos interesses da Companhia, suas partes interessadas e o governo do Paraná.

Na B3, a Copel integra o Nível 2 de governança desde 2021. Seu sistema também adota o Código de Melhores Práticas de Governança para Companhias Abertas, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, e responde aos critérios da *Securities and Exchange Commission* - SEC, da bolsa norte-americana e dispositivos legais e regulatórios brasileiros.

Após a adoção de uma série de mecanismos para fortalecer sua estrutura de governança corporativa em 2021, a Copel seguiu aperfeiçoando seus instrumentos buscando manter uma estrutura robusta que acompanha a evolução das práticas de mercado.

O novo Estatuto Social da Copel, aprovado em 2021, contemplou significativos avanços em governança corporativa, incluindo:

- Aumento da participação de representantes de acionistas não controladores no CAD, passando de dois para três conselheiros;
- Inclusão de um membro independente no Comitê de Auditoria Estatutário;
- Criação de três comitês de assessoramento ao CAD;
- Criação de dispositivo estatuário que garante o repasse integral de tarifas homologadas pela Aneel;
- Adesão ao Nível 2 de Governança Corporativa da B3;
- Tag along de 100% para as ações Ordinárias e Preferenciais, em tratamento equitativo aos acionistas;
- Direito de voto para os acionistas preferencialistas em assuntos que tratem de transformação, incorporação, cisão ou fusão da Companhia;
- Criação de um Programa de Units.

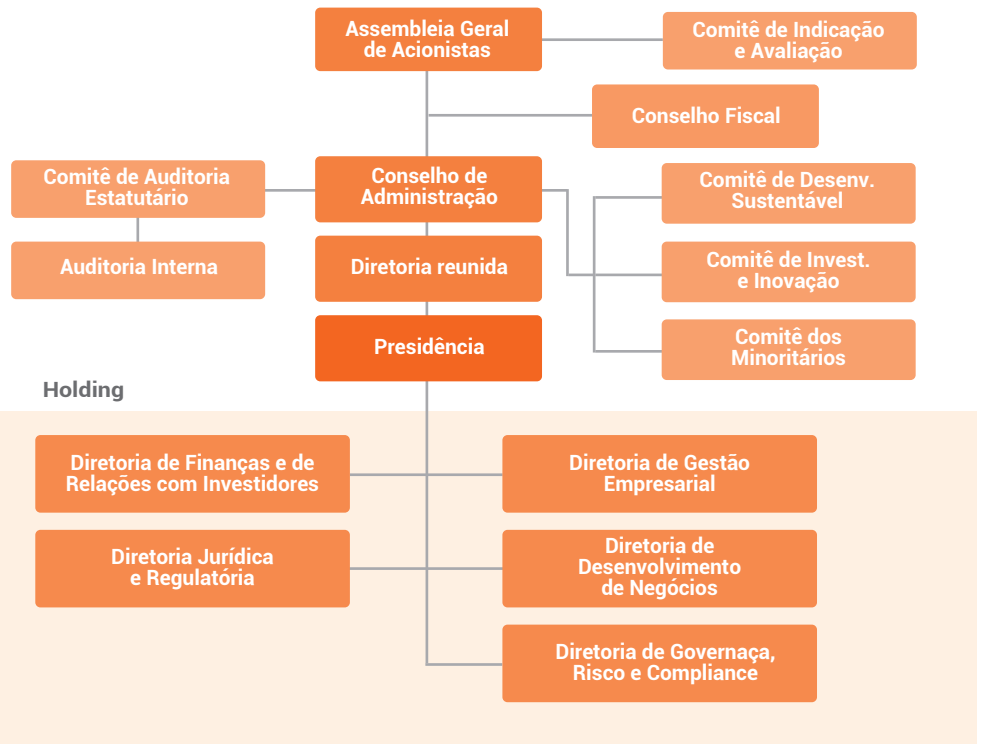
Em 2022, a alta administração da Copel revisou os regimentos dos órgãos estatutários e deu início à atuação dos três novos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração - CAD (Comitê de Investimento e Inovação, Comitê de Desenvolvimento Sustentável e Comitê de Minoritários), instrumentos que ampliam os espaços de análise qualificada, produção de conhecimento e discussão de temas estratégicos para apoiar as decisões do CAD.

As subsidiárias da Copel – Copel Distribuição (Copel DIS), Copel Geração e Transmissão (Copel GeT), Copel Comercialização (Copel Mercado Livre) e Copel Serviços (Copel SER) – também contam com seus Conselhos de Administração focados na orientação e planejamento de cada um dos negócios.

A Copel DIS e a Copel GeT têm registro de companhias abertas na categoria B na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, bolsa de valores do Brasil. A listagem da Copel DIS foi a mais recente, aprovada em maio de 2022 pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Esses registros são parte do planejamento estratégico da Companhia e não visam a emissão de ações. São medidas que reforçam ainda mais a transparência e as práticas de governança, além de oportunidade para diversificação das fontes de financiamento e otimização do perfil da dívida.

Aprovado no fim de 2021, o Comitê de Auditoria Estatuário para empresas controladas da Copel GeT (CAE GeT Controladas) teve seus membros indicados em 2022 bem como a aprovação do seu regimento interno. A constituição do CAE GeT Controladas atende à Lei nº 13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais) e tem como atribuições, entre outras, fiscalizar, revisar e acompanhar as atividades das empresas controladas direta e indiretamente.

2.1.1. Estrutura de Governança



Assembleia geral de acionistas

É o fórum no qual os acionistas têm poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções consideradas convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Comitê de Indicação e Avaliação

Órgão de caráter permanente que tem a finalidade de auxiliar os acionistas, verificando a conformidade do processo de indicação e avaliação dos administradores, conselheiros fiscais e membros de Comitês Estatutários, nos termos da legislação vigente.

COMITÊ DE INDICAÇÃO E AVALIAÇÃO	
Presidente	Marcos Leandro Pereira
Membro	Robson Augusto Pascoalini
Membro	Durval José Soledade Santos

Conselho Fiscal

Órgão permanente que analisa e opina sobre as demonstrações financeiras e fiscaliza os atos dos administradores. É formado por cinco membros titulares e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas para mandato de dois anos.

CONSELHO FISCAL	
Presidente (Governo)	Demetrius Nichele Macei
Conselheiro (Governo)	Harry Françóia Júnior
Conselheiro (Governo)	José Paulo da Silva Filho
Conselheiro (Minoritários - ordinaristas)	Eduardo Badyr Donni
Conselheiro (Minoritários - preferencialistas)	Raphael Manhães Martins
Conselheiro (Governo) - **suplente**	Robeto Zaninelli Covelo Tizon
Conselheiro (Governo) - **suplente**	Otamir Cesar Martins
Conselheiro (Governo) - **suplente**	Verônica Peixoto Coelho
Conselheiro (Minoritários - ordinaristas) - **suplente**	Estevão de Almeida Accioly
Conselheiro (Minoritários - preferencialistas) - **suplente**	Cristiane do Amaral Mendonça

Conselho de Administração - CAD

Órgão deliberativo responsável por fixar a orientação geral dos negócios, em conformidade com as competências estabelecidas no Estatuto Social da Copel e em Regimento Interno. É composto por nove membros eleitos em Assembleia Geral, para o mandato de dois anos, indicados, inicialmente, pelo acionista controlador (Estado do Paraná), com exceção de três vagas destinadas aos acionistas minoritários e uma vaga destinada a um representante dos empregados. Na atual composição do Conselho, 77,8% são independentes, percentual acima dos 30% mínimos previsto no Estatuto Social da Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente (Governo) - **independente**	Marcel Martins Malczewski
Conselheiro (Governo)	Daniel Pimentel Slaviero
Conselheiro (Governo) - **independente**	Marco Antônio Barbosa Cândido
Conselheiro (Governo) - **independente**	Carlos Biedermann
Conselheiro (Governo) - **independente**	Gustavo Bonini Guedes
Conselheira (Minoritários - ordinaristas) - **independente**	Leila Abraham Loria
Conselheira (Minoritários - ordinaristas) - **independente**	Andriei José Beber
Conselheiro (Minoritários - preferencialistas) - **independente**	Marco Antonio Bologna
Conselheiro (Eleito pelos empregados)	Fausto Augusto de Souza

Diretoria Reunida

Órgão executivo responsável pelas funções executivas, com atribuição de representar a Companhia, de acordo com atribuições e deveres estabelecidos no Estatuto Social. É composta por sete membros eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de dois anos, permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

DIRETORIA	
Diretor Presidente	Daniel Pimentel Slaviero
Diretora de Gestão Empresarial	Ana Letícia Feller
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores	Adriano Rudek de Moura
Diretor Jurídico e Regulatório	Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor de Desenvolvimento de Negócios	Cassio Santana da Silva
Diretor de Governança, Risco e *Compliance*	Vicente Loiácono Neto
Diretor Adjunto de Comunicação	David Campos

Comitê de Auditoria Estatutário

Órgão formado por três membros, todos independentes e escolhidos pelo CAD. Tem como atribuições principais fiscalização, revisão, supervisão, acompanhamento e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia. Também é responsável pela pela emissão de relatórios semestral e anual, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as demonstrações contábeis e financeiras. Suas reuniões ordinárias são realizadas, no mínimo, seis vezes ao ano, conforme calendário previamente definido, podendo haver outras, extraordinárias, sempre que necessário.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Presidente	Marco Antônio Barbosa Cândido
Membro especialista financeiro	Carlos Biedermann
Membro externo	Luiz Claudio Maia Vieira

Comitê de Minoritários

Comitê com a finalidade de analisar e emitir recomendações e pareceres objetivando conferir mais alinhamento às melhores práticas de governança corporativa. Atua em operações com o Acionista Controlador, suas autarquias e/ou fundações, fora do curso normal dos negócios, dentro da alçada de competência do CAD, visando a transparência e imparcialidade da operação para os acionistas não controladores. Assim como os demais comitês de assessoramento do Conselho, ele é estatutário e teve seu regimento aprovado em 2022.

COMITÊ DE MINORITÁRIOS	
Presidente	Leila Abraham Loria
Membro	Andriei José Beber
Membro	Marco Antonio Bologna

Comitê de Investimento e Inovação

Órgão colegiado que apoia a revisão e a elaboração de diretrizes estratégicas sobre investimentos, criação de novos produtos e serviços e novos negócios, além de questões como desinvestimentos, participação em leilões, acompanhamento da execução de projetos, entre outros. Formado por três conselheiros, sendo um representante dos acionistas minoritários, o Comitê está alinhado ao compromisso da Copel com a alocação adequada dos recursos e a eficiência.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS E INOVAÇÃO	
Presidente	Marco Antônio Barbosa Cândido
Membro	Daniel Pimentel Slaviero
Membro	Marco Antonio Bologna

Comitê de Desenvolvimento Sustentável

Órgão com a finalidade de auxiliar o CAD na proposição de diretrizes, políticas e princípios relativos à gestão de pessoas e ao desenvolvimento sustentável da Companhia, de suas subsidiárias integrais e sociedades controladas, com ênfase nas dimensões ambiental, social e de governança corporativa (ESG), dentro das melhores práticas do mercado, bem como na análise e emissão de recomendações e pareceres relacionados ao cumprimento das exigências legais e regulatórias, aos dispositivos internos e aos compromissos. Em 2022, o colegiado atuou especialmente na definição dos compromissos de sustentabilidade que integram a Visão 2030 e a revisão da Política de Direitos Humanos.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS E INOVAÇÃO	
Presidente	Andriei José Beber
Membro	Daniel Pimentel Slaviero
Membro	Fausto Augusto de Souza
Membro	Marcos Leandro Pereira
Membro externo	Fernando Tadeu Perez

CONTADOR	
CRC - PR 043819/O-0	Ronaldo Bosco Soares

A descrição completa da estrutura administrativa e demais informações relevantes estão disponíveis em https://www.copel.com/hpcweb/institucional/portal-da-transparencia/institucional/

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

2.1.2. Programa de Integridade

O Programa de Integridade da Copel está alinhado à Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 e Lei de Responsabilidade das Estatais nº 13.303/2016. Abrangendo todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais, o Programa de Integridade está estruturado para prevenir, detectar e remediar potenciais atos lesivos como conflito de interesses, fraudes em processos de licitação e pagamentos, entre outros.

Para seguir garantindo a aplicação das melhores práticas, a Companhia, em busca do processo de certificação da ISO 37301, revisou uma série de práticas e normas, ampliou a interação entre os processos de controles e gestão de riscos e implementou outras melhorias ao longo de 2022. A certificação deve ser concluída em 2023.

Código de Conduta

Criado em 2003, o Código de Conduta foi revisado e atualizado em 2022, com a inclusão de novos temas. O documento orienta o comportamento de todas as pessoas que exercem atividades em nome da Copel e suas participações societárias e inclui referências sobre a conduta esperada em temas contemporâneos como participação em redes sociais, proteção de dados pessoais, trabalho remoto e cibersegurança. Também baliza a atuação em questões referentes à transparência, participação em leilões, saúde e segurança, responsabilidade social e ambiental, respeito aos diretos humanos, entre outras.

O Código de Conduta estabelece parâmetros de conduta para empregados, membros da diretoria, dos Conselhos e dos Comitês, estagiários, fornecedores, prestadores de serviços e contratados. No caso de contratações e compras, as empresas se comprometem formalmente com o Código.

Canais de manifestação

A Copel incentiva que seus stakeholders registrem qualquer situação que indique violação de princípios éticos, políticas, normas, leis e regulamentos ou outras condutas impróprias e mantém específicos para esses fins, com garantia de sigilo.

O Canal de Denúncia é gerido pela Diretoria de Governança, Risco e Compliance e recebe manifestações sobre: assédio e discriminação, corrupção, destruição ou danos de bens da empresa, desvio de conduta, favorecimento, fraude ou roubo de bens e/ou dinheiro, irregularidades nas demonstrações financeiras e/ou relatórios de gestão, meio ambiente, não cumprimento de políticas e/ou procedimentos internos, uso indevido de recursos da Copel, vazamento ou uso indevido de informações, violação de leis, violações à Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e outras ilegalidades.

Para denúncias sobre fraudes e furtos na rede elétrica, a Copel disponibiliza um contato específico. Os casos sobre assédio são analisados pela Comissão de Análise de Denúncias de Assédio Moral (Cadam).

A Ouvidoria é outra instância de atendimento e conta certificação pela ISO9001 e reconhecimento como uma das melhores ouvidorias do setor pela Aneel.

Os telefones e formulários estão disponíveis no site da Companhia:
https://www.copel.com/site/institucional/canais-de-denuncia/

2.1.3. Gestão de riscos

A Política de Gestão de Riscos da Copel está fundamentada nos valores da Companhia, no seu Código de Conduta e nas orientações emitidas pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (Coso).

Suas regras são aplicáveis às áreas corporativas, às subsidiárias integrais e às controladas, e recomendadas às empresas controladas em conjunto, coligadas e a outras participações societárias da Copel. A alta administração da Companhia também passa, anualmente, por treinamento sobre o documento, enquanto os empregados são treinados sobre a metodologia de gestão de riscos.

Os riscos estratégicos são revisados durante a elaboração do Planejamento Estratégico, trabalho executado conjuntamente pelas altas direções da Copel (Holding) e das subsidiárias por meio da identificação e análise dos riscos, definição de plano de controle e contingência e estabelecimento de ações de monitoramento.

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, são feitos reportes periódicos do portfólio de riscos e dos respectivos planos de mitigação para a alta administração. Deste modo, o processo de gestão dos riscos estratégicos da Copel vem sendo continuamente aprimorado, em linha com as melhores práticas de mercado e em conformidade com a legislação vigente.

Além dos riscos estratégicos, a estrutura de gerenciamento classifica os principais riscos em Financeiros, Operacionais e de Conformidade (compliance). O relatório periódico de riscos conta ainda com um perfil ESG, em que são detalhados os principais aspectos ambientais, sociais e de governança.

2.1.4. Auditoria Externa

Nos termos estabelecidos por norma interna de Governança Corporativa e sob a revisão e supervisão do Comitê de Auditoria Estatutário, a Companhia e suas subsidiárias integrais possuem contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda desde 08.03.2021, para prestação de serviços de auditoria, tendo o contrato sido prorrogado por mais 22 meses, a partir de 08.09.2022. O valor previsto de contratação para o período 2022-2023 é de R$ 5,0 milhões.

A Companhia troca a empresa responsável pela auditoria de suas demonstrações financeiras seguindo o critério de rodízio dos auditores independentes, conforme a Resolução CVM nº 23/2021.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a prática da Companhia prevê a análise prévia pelo Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento do Conselho de Administração, que deve considerar nesta avaliação se um relacionamento ou serviço prestado por auditor independente: (a) cria interesses conflitantes com o seu cliente de auditoria; (b) coloca-os na posição de auditar o seu próprio trabalho; (c) resulta em atuação em função de gestor ou como empregado do cliente de auditoria; ou (d) coloca-os em posição de advogado para o cliente da auditoria.

O Comitê de Auditoria Estatutário considera ainda, neste tipo de avaliação, se qualquer serviço prestado pela empresa de auditoria independente pode prejudicar, de fato ou aparentemente, a independência da firma. Sempre que necessário, o Comitê de Auditoria Estatutário pode contar com o apoio técnico da Auditoria Interna, ou de consultoria independente, para avaliação técnica que pode ser requerida em cada caso concreto, sendo registradas em atas de reuniões deste colegiado as discussões sobre contratações de outros serviços do auditor independente.

A Copel informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditoria independente da Companhia e de suas controladas, após análise prévia do Comitê de Auditoria Estatutário, prestou serviços não relacionados à auditoria independente, durante o exercício encerrado em 31.12.2022, conforme segue:

Natureza	Contratação (2)	Duração
Revisão de Procedimentos Fiscais	08.03.2021	22 meses
Outros Serviços de Auditoria (1)	08.03.2021	22 meses

(1) Auditoria na aplicação de recursos dos Programas Sociais e em demonstrativos de empréstimos
(2) Contrato prorrogado por mais 22 meses a partir de 08.09.2022

A Companhia contratou um total de R$ 161,8 mil referente aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 3% dos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa contratados para 2022.

2.2. Dimensão Social

A Copel está comprometida com os seus públicos de relacionamento, implementando ações que assegurem o equilíbrio das relações ambientais, econômicas e sociais. A Companhia norteia suas ações por meio das diretrizes constantes nas Políticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa, que reforçam a importância do diálogo e da transparência, a promoção dos Direitos Humanos, do respeito às pessoas, da acessibilidade e inclusão, bem como do desenvolvimento sustentável.

2.2.1. Promoção dos direitos humanos

A Política de Direitos Humanos da Copel formaliza as diretrizes para prevenir, mitigar e reparar violações que possam ocorrer na Companhia, em sua cadeia produtiva ou em comunidades impactadas, propiciando ambientes de trabalho decentes, inclusivos e eliminando desigualdades.

Para consolidar sua aplicação, a Copel está uniformizando parâmetros de monitoramento e avaliação, incluindo a previsão de devida diligência para fornecedores e formalizando processos. Esse trabalho, iniciado em 2022, envolve um levantamento dos temas prioritários relacionados a direitos humanos por meio da consulta a diversas áreas da Companhia e das suas subsidiárias e análise de indicadores de saúde e segurança do trabalho, manifestações recebidas no Canal de Denúncias, entre outras informações. O objetivo é mapear todas as práticas já existentes na Copel para prevenir violações de direitos humanos, identificar áreas e pontos mais sensíveis bem como os pontos de melhoria.

A Copel também realizou em 2022 a primeira capacitação sobre devida diligência em direitos humanos para áreas-chave, incluindo gestores de compras e gestão socioambiental das subsidiárias, além do jurídico e regulatório corporativo. Entre os temas abordados, estavam a avaliação de impactos aos direitos humanos na cadeia de valor ações de monitoramento e prevenção reporte e avanço do processo de diligência nas empresas.

2.2.2. Responsabilidade Social

Ciente de seu papel preponderante na sociedade, a Copel desenvolve programas, projetos e ações que beneficiam a comunidade, considerando as expectativas dos públicos de relacionamento em suas decisões, bem como busca alternativas que promovam o bem-estar social alinhado à legislação, às normas internacionais de comportamento e a agendas de desenvolvimento reconhecidas mundialmente como a Agenda 2030 da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU).

Ao implementar novos empreendimentos, embora promova a geração de empregos e receitas para os municípios, existe a possibilidade da necessidade de mitigar ou compensar eventuais impactos causados por suas atividades. Para isso, a Companhia implementa programas sociais descritos nos Planos Básicos Ambientais - PBA, nos relatórios ambientais simplificados e nos relatórios de detalhamento dos programas ambientais de cada empreendimento. Além dos programas sociais obrigatórios no contexto do licenciamento ambiental, a Copel desenvolve outras ações voltadas às comunidades dentro do escopo da sustentabilidade empresarial e de forma corporativa.

Em 2022, a Copel formulou e aprovou a Política de Investimento Social, que amplia os parâmetros já estabelecidos na Política de Doações, definindo diretrizes para a destinação de recursos próprios ou vias leis de incentivo, sejam contribuições voluntárias ou compulsórias. A política também reforça o princípio da conexão com os ODS priorizados pela Copel como critério para definição dos investimentos sociais.

As subsidiárias devem relatar as doações e contribuições voluntárias e não voluntárias à Diretoria de Governança, Risco e Compliance da Holding trimestralmente. A Diretoria, por sua vez, faz a comunicação periódica sobre os valores aprovados para Investimento Social Privado ao Comitê de Desenvolvimento Sustentável da Companhia.

Outras informações sobre esses programas e ações desenvolvidos podem ser obtidas no Relato Integrado.

2.2.3. Gestão de Pessoas

A Política Gestão de Pessoas - Recursos Humanos da Copel reconhece que os funcionários são o principal valor da Companhia e estabelece princípios e diretrizes para nortear a gestão com vistas ao desenvolvimento, à manutenção da saúde, segurança e qualidade de vida das pessoas, bem como busca agregar valor aos processos, servindo de base para a tomada de decisões e a implantação de programas e práticas atuais e inovadoras.

Alinhada ao mercado, a Copel adota a premissa "Empresa estatal com *mindset* privado" em sua atuação visando criar similaridade na sua atuação com outras empresas privadas do setor.

Em 2022, a Política, válida para a Holding, as subsidiárias integrais e as controladas, foi revisada e passou por nova aprovação do Conselho de Administração para garantir que seu conteúdo esteja mais alinhado ao planejamento estratégico e aos novos desafios.

A Copel também recebeu da Fundação Nacional de Qualidade - FNQ o primeiro certificado de avaliação dedicada à maturidade da gestão de recursos humanos pelas empresas. O Selo MEG RH é resultado de uma extensa análise sobre os processos da organização e sua aderência com as práticas de referência observadas em empresas de classe mundial. Entre os pontos fortes apontados na avaliação da FNQ estão a atuação estratégica da área de RH, a gestão de desempenho, a política de meritocracia e os cuidados com a segurança do trabalho e a qualidade de vida dos empregados.

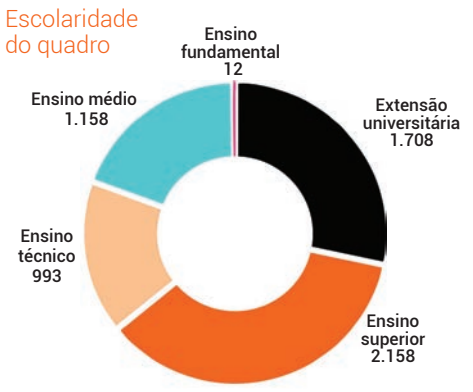
Como empresa de economia mista, em que o acionista majoritário é o Governo do Estado do Paraná, a contratação de empregados se dá por meio de concurso público, alicerçado no princípio da isonomia e equidade de oportunidades.

Em busca da eficiência no negócio, a Copel não realiza contratações há cinco anos e realiza o Programa de Demissão Voluntária - PDV, que equilibra a necessidade de otimizar recursos e gerar ganhos a partir da digitalização à oferta das melhores condições possíveis para quem deseja fazer uma transição na carreira. O processo de PDV foi acelerado nos dois últimos anos por conta do desinvestimento no negócio de telecomunicações.

Para apoiar a áreas operacionais e funções específicas, a Copel adota a prestação de serviços (contratação de empregados terceirizados). A gestão desses contratos é gerenciada pela área contratante, não vinculada à Política de Gestão de Pessoas da Companhia. O programa de contratação de terceiros segue todas as exigências legais e de segurança do trabalho, com disposições sobre o tema no Manual do Fornecedor e no Manual de Contratação. Cabe ao gestor do contrato acompanhar e fiscalizar todo o processo, da contratação à execução e entrega do trabalho contratado.

A Copel possuía 6.029 empregados no quadro próprio em 31.12.2022 e 6.538 em 31.12.2021. Foram admitidos/reintegrados 3 empregados em 2022. Durante o mesmo período, 512 empregados desligaram-se da Companhia. Desses, 440 foram por meio do PDV. A taxa de rotatividade foi de 3,9% em 2022 e 2,2% em 2021.

Escolaridade do quadro



• Benefícios

Entre os benefícios concedidos pela Companhia a todos os seus empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação; adiantamento de férias; adiantamento da primeira parcela do 13º salário no mês de janeiro; participação nos lucros e resultados - PLR; prêmio por desempenho - PPD; incentivo a qualidade de vida, com iniciativas como o Coral da Copel; auxílio-alimentação e refeição; vale lanche; auxílio-creche; auxílio a empregados com deficiência e a empregados que tenham dependente com deficiência; licença maternidade e licença paternidade estendidas e complementação de auxílio doença. Os empregados também podem optar pela redução da jornada de trabalho de 8 horas para 6 horas diárias, conforme critérios previstos em norma interna.

Adicionalmente, por meio da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Copel é patrocinadora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica. A Fundação Copel disponibiliza, ainda, uma carteira de empréstimos aos seus participantes, obedecendo às disposições legais que regem as aplicações das reservas do seu fundo previdenciário.

A Copel também possui o Programa de *Home Office*, que adota o regime híbrido de trabalho, com adesão voluntária. Neste modelo os empregados podem cumprir parte de sua jornada de trabalho presencialmente e parte à distância.

Há ainda o programa Plenamente, com ações voltadas ao autocuidado, suporte psicológico e psicoeducação. O programa organizou *workshops* e Trilha de Aprendizagem com informações sobre saúde psicoemocional, equilíbrio emocional, conceitos e preconceitos. E, por meio de uma parceria com a Fundação Copel e seu programa EquilibradaMente, é oferecido suporte psicológico 24 horas por dia para os copelianos.

Ainda pensando no cuidado com os empregados, a Copel criou a Unidade de Atenção Primária à Saúde - APS, em parceria da Fundação Copel no polo Km3. O espaço oferece toda a estrutura necessária para a realização de exames primários e periódicos, incluindo salas para atendimento e consulta, coleta de exames, farmácia e sala para atendimento em casos de urgência. O benefício se estende aos familiares e não cobra coparticipação. A APS foi inaugurada em Curitiba em 2021 e já foi estendida para Maringá e Londrina.

Por fim, em julho de 2022 foi lançado o Programa Bem Gestar, que busca proporcionar bem-estar psicossocial da gestante e dos pais, fornecendo suporte e informações, além de incentivar o aleitamento materno, com as salas de apoio à amamentação.

• Remuneração

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação nos Lucros e/ou Resultados - PLR e Prêmio Por Desempenho Copel - PPD). A PLR é composta por metas e indicadores corporativos e o PPD, por sua vez, consiste no reconhecimento do desempenho e cumprimento de metas nos diferentes níveis organizacionais (diretoria, superintendência, departamento e divisão). A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2022 (R$ 2.329,64) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R$ 1.212,00) era de 1,92 vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

• Relações trabalhistas

A Companhia se relaciona com 18 sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões quadrimestrais para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro) esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e a Copel discutem as reivindicações para chegar ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT.

• Avaliação de desempenho

Desde 2013, a Gestão de Desempenho da Copel é realizada por meio do Programa Nossa Energia, que, ao longo do tempo, vem sendo aprimorado segundo as melhores práticas de mercado. De acordo com as regras do Programa, pelo menos uma vez ao ano cada empregado recebe o feedback do seu gestor considerando o desempenho apresentado. No momento da avaliação e do feedback, também é contratado o desempenho esperado para o próximo período.

A partir do ciclo 2021, o Nossa Energia passou por uma revitalização com o apoio da Fundação Instituto de Administração - FIA. A condução deste projeto teve como pontos centrais a revisão de um Sistema de Gestão de Pessoas com base em competências, estimulando a cultura meritocrática e considerando critérios de avaliação relacionados aos eixos de atuação, competências e nível de complexidade do profissional. A revitalização do programa teve como foco o incentivo ao desenvolvimento profissional e protagonismo dos copelianos. Os feedbacks acontecem de forma estruturada, durante a avaliação de desempenho do programa Nossa Energia, na elaboração do plano de desenvolvimento, na avaliação intermediária e também durante o fechamento do plano de desenvolvimento.

• Desenvolvimento de Pessoas

A Política de Educação Corporativa estabelece a conduta para a promoção de ações de capacitação e desenvolvimento de pessoas, que devem ser estruturadas de acordo com a missão, visão e os valores da Copel. As diretrizes englobam desde treinamentos básicos a cursos de especialização e fomento à pesquisa.

A Copel oferece também cursos com conteúdos relacionados à gestão de qualidade, idiomas, aos processos e projetos e sobre ferramentas auxiliares de gestão. São investidos ainda recursos em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu visando profissionais que necessitam agregar conhecimentos em sua área de atuação. Instituições educacionais parceiras também oferecem benefícios aos empregados, alguns dos quais se estendem aos dependentes.

Em 2022, houve alavancagem significativa no aprimoramento, principalmente, dos empregados da área técnica, com a intensificação dos treinamentos presenciais. Também durante o ano, o modelo de educação corporativa promovido pela Universidade Corporativa (UniCopel) foi revisitado. Além disso, promoveu conteúdos sobre diversidade, controles internos, segurança cibernética, código de conduta, entre outros.

A Copel possui como estratégia de gestão de pessoas incentivar e promover a educação e o desenvolvimento dos empregados, contando com corpo profissional qualificado e permitindo que todos exerçam seu potencial em ambiente propício ao desenvolvimento de suas habilidades e à evolução em sua carreira. A Companhia promove diversas ações de educação, desde treinamentos básicos e sugestões de autodesenvolvimento, até cursos de pós-graduação e desenvolvimento de pesquisa. Essas ações são organizadas em: programas corporativos, treinamentos para formação (destinados à capacitação básica para o exercício da função), treinamentos obrigatórios (cursos destinados a atividades específicas), treinamentos para aperfeiçoamento profissional, eventos (seminários, palestras, workshops, congressos etc.) e projetos de pesquisa e desenvolvimento. A Copel valoriza intensamente a educação continuada e o desenvolvimento pessoal de seus empregados.

Destacam-se, a seguir, alguns dos programas de desenvolvimento corporativos realizados em 2022:

- **Plano de Desenvolvimento Continuado de Administradores:** visando o aperfeiçoamento dos membros do conselho e administradores da Companhia, foi criado em 2022 o Plano de Desenvolvimento Continuado dos Administradores, que está sendo executado em parceria com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. Temas como gestão de riscos, responsabilidades do conselho e administradores, código de conduta, legislação societária e de mercado de capitais, programa de integridade e lei anticorrupção foram abordados na edição de 2022. Neste ano também foi criada a Trilha de Avaliação de Desempenho dos Órgãos Estatutários, com o objetivo de compartilhar conteúdos teóricos e práticos sobre gestão de desempenho.
- **Programa de Cibersegurança:** Com o objetivo de combater possíveis ataques e disseminar cada vez mais o conhecimento sobre Cibersegurança, a Copel adquiriu uma plataforma de conscientização que traz treinamentos a todos que fazem uso de sua rede de Tecnologia da Informação - TI. Ao longo de 2022, foi investido fortemente na sensibilização da força de trabalho. O público geral participou de 5 Ciclos de Campanhas, além dos treinamentos específicos para determinadas áreas ou funções: financeiro, *call center*, gestores, viajantes, equipes de TI, terceiros, entre outros. O programa continua em 2023, sendo que já estão em andamento as campanhas: higiene de senhas, código fonte e higiene de dados para os desenvolvedores de TI e hackeando emoções, o alvo de *phishing* perfeito e sinais de alerta de engenharia social para os gerentes e fraude financeira para os empregados que atuam no processo financeiro.
- **Programa de Capacitação para LGPD:** A partir da implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, Lei nº 13.709, de 14.08.2018, vigente no Brasil desde 18.09.2020, a Copel, entendendo a relevância do tema, lançou em 2021 o Programa de Capacitação em LGPD, tendo como objetivo orientar e capacitar todos os profissionais no cuidado e na proteção dos dados que trafegam diariamente na execução de suas atividades. Em 2022, foi realizado o Treinamento Anual de LGPD Ciclo 2022 para 100% dos empregados, além de treinamentos pontuais para empregados responsáveis pelo tratamento de dados ou de políticas internas referentes ao tema.
- **Programa de Desenvolvimento de Lideranças Femininas:** Promover e incentivar a cultura da equidade de gênero e o papel da mulher no Brasil e no mundo é uma missão de todos. A Copel, reconhecendo os talentos que possui, lançou no segundo semestre de 2022 o Programa de Desenvolvimento de Lideranças Femininas, que teve por objetivo fazer com que mulheres se inspirem em outras mulheres e em si mesmas, fortalecendo sua visão de autoliderança e liderança. Nesta primeira edição participaram 90 mulheres, entre gerentes formais e supervisoras,e abordaram os pilares do programa: i) Perfil de liderança – equilíbrio entre afetividade e efetividade; ii) Autoconhecimento – despertar o potencial da liderança, iii) Experiência – oportunidade para o exercício da liderança; e iv) Incentivo – aceleração da diversidade na liderança.
- **Treinamentos na temática de Sustentabilidade e Diversidade:** Em 2022 a Copel promoveu uma ampla programação de treinamentos, palestras e ações de sensibilização e conscientização para empregados e público externo sobre sustentabilidade, direitos humanos, riscos, diversidade e especialmente acessibilidade. Sobre o último tema houve palestras direcionadas a todos os copelianos, além dos treinamentos específicos para equipes de comunicação, áreas de recursos humanos e gestores. Os eventos fazem parte do projeto "Mais Inclusão", que tem como objetivo orientar e incentivar a acessibilidade atitudinal.
- **Plano de Capacitação para Processo Licitatório de Obras e Serviços de Engenharia:** Com o objetivo de promover a atualização do processo de contratação de obras e serviços de engenharia, foram estabelecidas frentes de trabalho estruturadas, dentre elas o Programa de Capacitação do Processo de Contratação de Obras e Serviços de Engenharia. O programa está sendo implementado em conjunto com as áreas de treinamento corporativa e dos negócios envolvidos no processo licitatório. Os temas definidos pelo grupo, foram: noções gerais de contratação, orçamento, mudanças normativas, projetos de obras e serviços de engenharia, regimes de execução, processo de contratação, matriz de riscos e gestão de contratos.
- **Aprendizado contínuo:** Em 2021 foi lançada a comunidade virtual denominada Compartilhando Energia, em que são divulgados periodicamente oportunidades de aprendizados. São cursos e conteúdos disponíveis a todos os empregados promovendo a atualização no seu escopo de trabalho. Em 2022 tivemos um maior engajamento na Comunidade. Outras ações da Companhia são a oferta, para todo o público interno, de cursos cujos temas relacionam-se à gestão de qualidade, processos e projetos, autodesenvolvimento e sobre ferramentas da qualidade na modalidade a distância por meio do ambiente de ensino a distância intitulado Copel EAD; o investimento em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu para profissionais que necessitam especializar-se em sua área de atuação; e mantém-se firmando parcerias educacionais, por meio de edital de chamada pública vigente desde 2016 e atualizado em 2022. Essas parcerias concedem descontos ou algum outro benefício, e abrangem educação básica, superior e profissional, de qualificação, aperfeiçoamento e línguas estrangeiras e podem estender-se aos dependentes.
- **Trilhas de aprendizagem:** Consiste em compartilhamento de conhecimento dos empregados para os empregados. Caracteriza-se como uma abordagem dinâmica e simples, uma vez que dá autonomia aos produtores na elaboração e publicação do material. As trilhas combinam diferentes possibilidades de aprendizagem e oferecem caminhos alternativos e flexíveis para o aprimoramento pessoal e profissional, ficam disponíveis a todos os empregados e pode ser acessada também do celular.

2.2.4. Fornecedores

Para classificar, contratar fornecedores e fazer aquisições de materiais e serviços, a Copel realiza o processo de licitação, que segue as regras do Regulamento Interno de Licitações e Contratos e da legislação vigente, que considera a Lei nº 10.520/2002 (institui a modalidade de licitação denominada pregão), a Lei Complementar nº 123/2006 (institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), a Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

A Copel reforça o seu relacionamento com fornecedores implementando iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável por meio da melhoria da gestão da cadeia produtiva e da otimização de recursos em benefício da comunidade.

Em 2022, a Copel iniciou uma avaliação dos fornecedores, com um levantamento no nível corporativo que dará mais suporte ao processo de gerenciamento de riscos na cadeia de suprimentos. O processo, ainda em andamento, inclui informações relacionadas a integridade, entre outras questões e vai subsidiar parâmetros mais objetivos para a classificação da criticidade dos fornecedores.

Na seleção de fornecedores de serviços ou de produtos que tem possibilidade de impactos ambientais, a Copel exige certidões e qualificações ambientais da empresa e dos profissionais. As demandas contratuais ainda abrangem incorporar os Princípios do Pacto Global; priorizar a contratação de fornecedores locais e de pequeno e médio porte; contratar e capacitar profissionais com deficiência; inibir práticas de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho; entre outras. Para reforçar todos esses pontos, a Copel envia a seus fornecedores sua Política de Sustentabilidade.

O descumprimento de cláusulas contratuais de meio ambiente ou responsabilidade social envolve sanções conforme a gravidade do caso, incluindo advertências, multas, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratação até a rescisão contratual e comunicação aos órgãos legais competentes sobre possível infração.

2.2.5. Pesquisa & Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE

Conforme legislação, as concessionárias e permissionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua Receita Operacional Líquida - ROL para projetos de P&D e PEE.

Geração e Transmissão

Em 2022, a Copel GeT aplicou R$ 34,4 milhões na execução de 22 projetos de P&D, entre os quais 4 são estratégicos, cujos temas foram estabelecidos pela Aneel por meio de Chamada Pública de Projetos de P&D. Em 4 projetos, participou de forma cooperada com outras empresas.

Distribuição

Em 2022, a Copel DIS investiu R$ 60,4 milhões em 34 projetos. Os principais destaques do exercício foram "Sistema de Armazenamento de Energia", "Aperfeiçoamento de metodologias e ferramentas para planejamento tático e operacional em redes de distribuição subterrânea" e "Ambiente virtual para capacitação de equipe de eletricistas de manutenção de redes de distribuição".Ainda nesse exercício, a Copel DIS aplicou R$ 58,1 milhões com recursos do PEE na execução de 166 projetos e prevê a aplicação de R$ 138,8 milhões em 3 anos.

2.3. Dimensão Ambiental

O comprometimento da Copel com o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionado ao dia a dia de suas atividades. A Companhia atua para atingir a ecoeficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). Adicionalmente, transmite para clientes e fornecedores seus princípios de boa gestão ambiental.

As diretrizes para essa atuação estão na Política de Sustentabilidade, que é base para outras normativas, como a Política de Mudança do Clima, a Política Ambiental, nas normas internas de Gestão de Resíduos, de Gestão dos Efeitos de Mudança do Clima, entre outras.

As principais diretrizes são:

- Promover a ecoeficiência em todos os processos, visando à redução do consumo e ao uso sustentável dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos;
- Mitigar os impactos negativos e potencialização dos positivos nas suas atividades e negócios;
- Ter relevância nos impactos das mudanças do clima na operação e na expansão de ativos.

2.3.1. Ecoeficiência

A Copel instituiu o Programa de Ecoeficiência para sistematizar suas ações no combate ao desperdício de energia, água, combustíveis e papéis, além da redução de resíduos. Criado em 2014, reúne um conjunto de ações possíveis e acessíveis que visam à preservação do meio ambiente, tendo como meta a redução de consumo de recursos naturais, a conscientização dos seus colaboradores e a redução de custos.

Com um arcabouço de ações, o programa também busca disseminar a educação para a sustentabilidade, o respeito ao meio ambiente e a preocupação com as futuras gerações.

2.3.2. Mudança do clima

O tema mudança do clima é analisado no processo de planejamento estratégico da Companhia, integrando as decisões corporativas em um horizonte de cinco anos. Dentro do planejamento financeiro são previstos orçamentos para o desenvolvimento tecnológico e a construção de novos empreendimentos sustentáveis, como usinas hidrelétricas, eólicas e solares. Além disso, a incorporação de cenários climáticos futuros, a precificação de carbono e o desenvolvimento de estudos para adaptação às mudanças do clima têm orientado a tomada de decisão da Companhia. Esses estudos e investimentos auxiliam no monitoramento e previsão para disponibilidade de equipes no atendimento a emergências.

Entre essas decisões, está o Plano de Neutralidade das emissões de gases de efeito estufa, em que a Companhia pretende neutralizar suas emissões de Escopo 1 até 2030. Um dos avanços nesse trabalho foi a decisão pela descarbonização da matriz elétrica, com os planos de desinvestimentos na Usina Termelétrica de Araucária (UEGA) e na Compagás.

Outra diretriz está relacionada à comercialização de certificados i-REC nos negócios de geração e comercialização de energia pela Copel Comercialização.

Adicionalmente, a Companhia tem desenvolvido tecnologia para melhorar a gestão da distribuição de eletricidade com a modernização dos ativos e ampliação do Programa Smart Grid, de redes inteligentes.

Além disso, em 2022 a remuneração variável (Prêmio por Desempenho) passou a considerar o alcance de metas relacionadas ao Plano de Neutralidade, elaboradas de acordo com as especificidades de cada subsidiária integral e de cada diretoria da Copel Holding.

2.3.3. Biodiversidade

Os ativos da Copel estão localizados em diferentes regiões do País, inseridos em vários biomas brasileiros. Assim, a Companhia desenvolve ações para minimizar e compensar os impactos causados por suas atividades nos diversos ecossistemas que estão presentes.

As ações da Copel em prol da biodiversidade incluem:

- Proteção e/ou restauração de áreas destinadas à compensação das supressões vegetais necessárias à implantação de empreendimentos;
- Restauração de Áreas de Preservação Permanente;
- Cuidados especiais com as espécies da fauna e da flora consideradas raras e ameaçadas, executando resgates e realocações de indivíduos quando necessário;
- Coleta e destinação de sementes para pesquisa e produção de mudas, de modo a garantir a manutenção da biodiversidade regional e a variabilidade genética das espécies endêmicas da flora;
- Monitoramento das comunidades faunísticas e florísticas para verificar possíveis impactos e compensá-los sempre que necessário.

É importante ressaltar que os empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia também causam impactos positivos para a biodiversidade, os quais, geralmente, são permanentes e conferem uma proteção maior aos ambientes naturais.

No Relato Integrado é possível conhecer as outras ações voltadas aos aspectos de energia, mudança do clima, biodiversidade, água e resíduos.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

2.4. Balanço Social

Balanço Social Anual

Em dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			2022		2021
	1 - BASE DE CÁLCULO				
NE 32	Receita Líquida - RL	21.927.721		23.984.287	
	2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		**% Sobre RL**		**% Sobre RL**
NE 33.2	Remuneração dos administradores	18.717	0,1	18.118	0,1
	Remuneração dos empregados	811.167	3,7	827.046	3,4
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	131.317	0,6	128.572	0,5
	Encargos sociais compulsórios	275.092	1,3	279.613	1,2
	Plano previdenciário	71.279	0,3	75.836	0,3
	Saúde (Plano assistencial)	225.724	1,0	201.585	0,8
	Capacitação e desenvolvimento profissional	8.596	0,0	6.506	0,0
NE 33.2	Provisões por desempenho e participação nos lucros	42.008	0,2	367.423	1,5
NE 33.2	Reversão/Indeniz. trabalhistas e despesas rescisórias	(9.315)	(0,0)	139.232	0,6
	Cultura	2.813	0,0	556	0,0
	Creches ou auxílio-creche	1.496	0,0	1.719	0,0
	Segurança e saúde no trabalho	7.289	0,0	4.716	0,0
	Educação	2.265	0,0	2.900	0,0
	Benefício maternidade prorrogado	399	0,0	579	0,0
	Vale transporte excedente	132	0,0	90	0,0
	Total	**1.588.979**	**7,2**	**2.054.491**	**8,6**
	3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		**% Sobre RL**		**% Sobre RL**
	Cultura	16.672	0,1	21.596	0,1
	Saúde e saneamento	10	0,0	1.450	0,0
	Esporte	9.036	0,0	5.279	0,0
	Fundo para a infância e a adolescência	937	0,0	2.314	0,0
	Pesquisa & Desenvolvimento	59.848	0,3	81.096	0,3
	Programa de Eficiência Energética	77.390	0,4	69.970	0,3
	Fundo do idoso	937	0,0	2.314	0,0
	Outros	4.015	0,0	3.061	0,0
	Total das contribuições para a sociedade	**168.845**	**0,8**	**187.080**	**0,8**
	Tributos (excluídos encargos sociais)	**9.689.798**	**44,2**	**12.211.366**	**50,9**
	Total	**9.858.643**	**45,0**	**12.398.446**	**51,7**

	4 - INDICADORES AMBIENTAIS		**% Sobre RL**		**% Sobre RL**
	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	489.794	2,2	376.145	1,6
	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	4.697	0,0	2.577	0,0
	Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	62	0,0	24	0,0
	Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	508	0,0	298	0,0
	Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	6.420	0,0	5.755	0,0
	Total	**501.481**	**2,3**	**384.798**	**1,6**

NE - Nota Explicativa

(1)	Quantidade de sanções ambientais no exercício	**31**	**32**
	Valor das sanções ambientais (R$ Mil)	**11**	**3**

Metas ambientais	**2022**	**Metas 2023**
- Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais para a Copel Distribuição	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( )cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51% a 75% (X) cumprirá de 76% a 100%
- encaminhar 70% dos resíduos industriais da Copel Geração e Transmissão para reuso ou reciclagem	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51% a 75% (X) cumprirá de 76% a 100%

	5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL (inclui controladas)						
	Empregados no final do período			**6.029**			**6.538**
	Admissões e readmissões			**3**			**4**
	Escolaridade dos empregados(as):	**Homens**	**Mulheres**	**Total**	**Homens**	**Mulheres**	**Total**
	Extensão universitária	1.194	514	**1.708**	1.193	517	**1.710**
	Ensino superior	1.618	540	**2.158**	1.747	637	**2.384**
	Ensino técnico	926	67	**993**	1.040	82	**1.122**
	Ensino médio	961	197	**1.158**	1.064	227	**1.291**
	Ensino fundamental	12	0	**12**	27	4	**31**
	Faixa etária dos empregados(as):						
	De 18 até 30 anos (exclusive)			**44**			**107**
	De 30 até 45 anos (exclusive)			**3.282**			**3.596**
	De 45 até 60 anos (exclusive)			**2.494**			**2.607**
	60 anos ou mais			**212**			**228**
	Mulheres que trabalham na empresa			**1.318**			**1.467**
	% Mulheres em cargos gerenciais:						
	em relação ao nº total de mulheres			**7,0**			**7,6**
	em relação ao nº total de gerentes			**23,1**			**22,9**
	Negros(as) que trabalham na empresa			**777**			**840**
	% Negros(as) em cargos gerenciais:						
	em relação ao nº total de negros(as)			**4,5**			**4,6**
	em relação ao nº total de gerentes			**8,8**			**8,0**
	Portadores(as) de necessidades especiais			**125**			**140**
	Dependentes			**21.592**			**22.745**
	Terceirizados			**8.627**			**8.420**
(2)	**Aprendiz (es)**			**121**			**106**
(2)	**Estagiários(as)**			**310**			**224**
	Empregados com mais de 10 anos de serviço			**5.352**			**5.383**
	Divisão do maior salário da empresa pelo menor salário - incluindo administradores			**13**			**19**
	Quantidade de empregados com salário superior a 2 salários mínimos			**5.898**			**6.490**
	Processos trabalhistas						
	Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício			**4.822**			**4.689**
	Nº de processos incluídos no exercício			**1.265**			**829**
	Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício			**1.237**			**899**

	6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	
(3)	**Número total de Acidentes de Trabalho** (inclui acidentes com contratados)	**123** / **119**
	Número total de reclamações e críticas de consumidores:	
	na empresa	**32.020** / **28.378**
(4)	de segundo nível	**5.345** / **3.411**
	na Justiça	**7.404** / **6.812**
	% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	
	na empresa	**100,0%** / **100,0%**
(4)	de segundo nível	**100,0%** / **100,0%**
	na Justiça	**55,2%** / **4,7%**

	2022	**Metas 2023**
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	direção e gerências	direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos + Cipa	todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	incentiva e segue a OIT	incentivará e segue a OIT
A previdência privada contempla:	todos	todos
A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos	todos
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são exigidos	serão exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva	organizará e incentivará

	7- GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA	**2022**	**2021**
	Valor adicionado total a distribuir	**15.221.897**	**21.227.434**
	Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		
	Terceiros	19,1%	6,0%
	Pessoal	8,5%	8,4%
	Governo	64,8%	58,1%
	Acionistas	6,4%	13,1%
	Retido	1,2%	5,1%
(5)	Operações descontinuadas	0,0%	9,3%

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES

• A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase não mais prescreve seu modelo padrão de Balanço Social por entender que esta ferramenta e metodologia já se encontram amplamente difundidas entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT 15, visando a transparência de suas informações.

• As notas explicativas - NEs são parte integrante das Demonstrações Financeiras e também contêm outras informações de natureza socioambiental não contempladas neste Balanço Social.

• Este Balanço Social contempla dados da holding, subsidiárias integrais e controladas da Copel, em virtude da consolidação de seus resultados, exceto quando indicado de outra forma.

(1) Estas informações referem-se a sanções administrativas que entraram no exercício, podendo estar em processo de defesa ou processos judiciais ambientais, considerados desfavoráveis no exercício.

(2) Não compõem o quadro de empregados.

(3) Calculado através da metologia empregada no Relato de Sustentabilidade GRI G4 - indicador LA6.

(4) Inclui as reclamações no Procon, Ouvidoria, Consumidor.gov, Aneel e Anatel julgadas procedentes.

(5) Decorrentes do processo de desinvestimento da Copel Telecomunicações S.A.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Análise macroeconômica

A economia brasileira iniciou o ano de 2022 com forte pressão inflacionária que se acirrou ainda no primeiro trimestre com o início da guerra na Ucrânia. Em abril, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA registrou alta de 12,13% em um período de 12 meses, maior taxa desde 2003.

Para combater a inflação, o Comitê de Política Monetária elevou a taxa básica de juros que passou de 9,25% no início do ano para 13,75% em dezembro de 2022. Os preços dos alimentos e commodities dispararam e a normalização só ocorreu nos últimos meses do ano, com o indicador oficial de inflação encerrando o ano no patamar de 5,79%.

A produção física industrial, que amargou quedas consecutivas em 2019 e 2020, e recuperou parcialmente os volumes de produção em 2021, voltou a registrar retração ao final de 2022, com variação de -0,7%. Apesar deste comportamento, o emprego formal brasileiro registrou saldo positivo no ano e o produto interno bruto cresceu 2,9%, ante uma previsão na margem de 0,5% no início do ano.

Assim como ocorreu em âmbito nacional, o ano de 2022 foi de grandes desafios para economia paranaense. O déficit hídrico experimentado em todo País desde o final de 2021 contribuiu para declínio na colheita de grãos de verão, principalmente na oferta de soja, principal item da pauta da atividade primária estadual. Já no âmbito secundário, a produção física da indústria paranaense apresentou variação de -4,2% no ano de 2022, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica - IBGE.

Por outro lado, foram observadas expansões no setor de serviços na ordem de 4,4% e as vendas paranaenses ao exterior também progrediram significativamente, com crescimento de 16% das receitas em dólares, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX do Ministério da Economia. Além disso, dados do Ministério do Trabalho apontam que o Paraná fechou o ano de 2022 com a abertura de mais de 118 mil novos postos de trabalho formais e liderou a geração de empregos na região Sul do Brasil, atingindo o quinto melhor resultado do País.

Diante deste contexto, as perspectivas mais favoráveis ficarão para o próximo ano, tendo em vista a expectativa de um volume de produção agrícola muito maior na temporada 2022/2023 segundo aponta a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, a superação definitiva da pandemia e a recuperação mais consistente do consumo familiar, com o crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a estabilização da inflação em patamares aceitáveis.

3.2. Ambiente regulatório

O ano de 2022 foi marcado pelo debate quanto aos aprimoramentos no setor de energia elétrica, pela recuperação da afluência hídrica após o Brasil passar por um dos piores cenários de escassez dos últimos 91 anos e pelo enfrentamento da ausência de margem de escoamento de geração no Sistema Interligado Nacional - SIN, diante do expressivo número de pedidos de emissão de outorga de autorização de empreendimentos eólicos e solares.

Quanto às ações do Ministério de Minas e Energia - MME, no âmbito do Comitê de Implementação da Modernização do Setor Elétrico, destaca-se a publicação da Portaria Normativa nº 050/2022, que estabeleceu que, a partir de 1º.01.2024, os consumidores classificados como Grupo A poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN, dando um passo importante para a abertura do mercado livre. Além disso, os consumidores desse grupo que possuem carga individual inferior a 500 kW deverão ser representados por um agente varejista perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Não obstante à abertura do mercado de energia elétrica para o consumidor do Grupo A, o MME disponibilizou à sociedade, por meio da Consulta Pública nº 137/2022, minuta de Portaria a respeito da promoção da abertura do mercado livre de energia elétrica para os consumidores conectados em baixa tensão.

Outros temas também foram disponibilizados para debate com os agentes do setor. A Consulta Pública nº 145 abordou a prestação de serviços ancilares no SIN, no sentido de levantar as diretrizes para a criação de um mercado para esse tipo de serviço, enquanto a Consulta Pública nº 146 disponibilizou três relatórios a respeito da separação do lastro e da energia, apresentando propostas metodológicas em relação à quantificação dos requisitos e da oferta relativas ao lastro de produção e de capacidade.

Quanto a expansão da oferta de energia elétrica no Brasil, houve um crescimento expressivo dos pedidos de outorga de autorização, motivado pelo fim do prazo para que os empreendimentos de fonte incentivada sejam autorizados com o direito ao desconto das tarifas de uso dos sistemas de transmissão - TUST e distribuição - TUSD, conforme estabelecido pela Lei nº 14.120/2021. Dessa forma, deparou-se com a insuficiência da capacidade do sistema de transmissão escoar a energia elétrica gerada por estes empreendimentos, diante do incremento de solicitações de acesso ao SIN para os próximos anos.

Consequentemente, em relação ao procedimento competitivo para a contratação de margem de escoamento para a geração, regulamentado por meio do Decreto nº 10.893/2021, o MME disponibilizou as minutas de Portaria referentes às diretrizes e sistemática do procedimento, que permitirá a participação dos empreendimentos de geração, de fonte solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada, que solicitaram a outorga de autorização sem a apresentação da informação de acesso, e para demais empreendimentos que não possuem contrato para o uso do sistema de transmissão e distribuição.

A referida Lei, também estabeleceu prazo para o Governo Federal definir diretrizes para a implementação de mecanismos para a consideração dos benefícios ambientais, em consonância com mecanismos para a garantia da segurança do suprimento e da competitividade. O MME, por sua vez, disponibilizou o Relatório "Proposta de Diretrizes para a Consideração de Benefícios Ambientais do Setor Elétrico", de modo a sugerir propostas e parâmetros para integrar os benefícios ambientais do setor.

Diante do processo de desestatização da Eletrobrás, autorizada por meio da Lei nº 14.182/2021, o Governo Federal publicou o Decreto nº 11.027/2022, de modo a regulamentar a comercialização de energia elétrica gerada pela Itaipu Binacional, determinando à Aneel a competência de homologar a potência contratada e os montantes de energia elétrica referentes a cada distribuidora, e de estabelecer a tarifa de repasse a ser praticada na comercialização de energia elétrica proveniente de Itaipu, sendo permitido o diferimento do pagamento pelas distribuidoras.

Quanto à afluência hídrica no setor elétrico, o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE aprovou, por meio da Resolução nº 08/2022, o Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas, ao longo de até 10 anos, em consonância ao artigo 30 da Lei nº 14.182/2021, propondo ações de curto, médio e longo prazo, com o objetivo de aprimorar de forma integrada a política, planejamento, governança e regulação do setor elétrico e dos demais setores usuários de recursos hídricos, de maneira a otimizar o uso múltiplo da água.

Em relação ao atendimento ao Decreto nº 10.139/2019, que dispõe sobre a revisão e consolidação de atos normativos inferiores ao decreto, a Aneel reduziu o estoque regulatório com a revogação de 351 atos normativos em 2022, resultando atualmente em 194 atos normativos.

Dentre outros temas debatidos no setor, destaca-se a alteração da metodologia de cálculo da TUST e TUSD. A Aneel publicou a Resolução Normativa nº 1.024/2022 e a Resolução Normativa nº 1.041/2022, alterando a metodologia de cálculo das TUST e TUSD para centrais geradoras conectadas em 88 kV e 138 kV, no que diz respeito à intensificação do sinal locacional, passando a valer para as tarifas calculadas para o ciclo 2022/2023.

Além disso, a Aneel estabeleceu por meio da Resolução Normativa nº 1.040/2022 o programa estrutural de Resposta da Demanda, que permite a possibilidade de redução ou deslocamento voluntários da demanda de energia elétrica por grandes consumidores, sendo uma alternativa a ser empregada pelo ONS no planejamento da operação do SIN.

Em relação à tramitação de propostas legislativas no Congresso Nacional, as sugestões para o aprimoramento do arcabouço regulatório e legal do setor elétrico, quais sejam, os Projetos de Lei – PL nº 414/2021 e nº 1.917/2015 não avançaram em 2022.

Quanto ao PL nº 414/2021, em junho de 2022, a proposta recebeu 103 emendas que estão em análise pelo relator do projeto, enquanto a aprovação do PL nº 1.917/2015 depende de apreciação de recurso interposto na Comissão Especial do PL.

Outro tema aprovado pelo Congresso foi a limitação da cobrança de ICMS de combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, por meio do Projeto de Lei Complementar nº 18/2022, convertida na Lei Complementar nº 194/2022, sendo considerados bens e serviços essenciais e indispensáveis

Além disso, foram tramitados na Câmara o Projeto de Decreto Legislativo nº 365/2022, que propõe sustar as Resoluções Normativas nº 1.024 e nº 1.041, e o PL nº 2.703/2022, que propõem a alteração da Lei nº 14.300/2022, de modo a acrescentar doze meses ao prazo para que não sejam aplicadas as novas regras tarifárias às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica, sendo aprovados em Plenário e remetidos para análise do Senado Federal.

Quanto ao setor de gás natural, o CNPE, por meio da Resolução nº 03/2022, estabeleceu as diretrizes estratégicas para o desenho do novo mercado de gás natural, após promulgação da Lei nº 14.134/2021, com objetivo de aprimorar as políticas energéticas com foco na promoção da livre concorrência, além de definir os fundamentos para o período de transição.

Geração

Em 2022, o MME procedeu com a segunda revisão ordinária de garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional, nos termos do Decreto nº 2.655/1998. O referido processo abrangeu 120 das 150 usinas hidrelétricas da configuração de referência e culminou na publicação da Portaria nº 709/2022, que reduziu cerca de 3,5% do montante de garantia física local em relação ao primeiro processo de revisão. O impacto para a Copel foi similar ao impacto observado no processo como um todo. A redução foi cerca de 3,51% (86,33 MWm) no montante de garantia física dos empreendimentos os quais a Copel tem participação.

Quanto à regulamentação da outorga de empreendimentos de geração, foi publicado o Decreto nº 10.946/2022, que dispõe sobre a cessão de uso de espaços físicos e o aproveitamento dos recursos naturais em águas interiores de domínio da União, no mar territorial, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental para a geração de energia elétrica a partir de empreendimento offshore. O MME, por sua vez, publicou a Portaria Normativa nº 052/2022, estabelecendo os procedimentos complementares referentes à cessão de uso onerosa para exploração de empreendimento de geração offshore como também criou, em conjunto com o Ministério de Meio Ambiente, por meio da Portaria Interministerial nº 03/2022, o Portal Único de Gestão do Uso de Áreas Offshore para Geração de Energia.

Adicionalmente, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 1.038/2022, com o objetivo de estabelecer as diretrizes e procedimentos para a emissão de outorga de empreendimentos que não apresentaram a informação de acesso, em consonância com o art. 1º do Decreto nº 10.893/2021, solicitados até 02.03.2022. A resolução definiu o prazo de implantação dos empreendimentos em 54 meses, estendendo o período para os empreendimentos em fase de implantação, cujo prazo de conclusão previsto na autorização seja inferior a 54 meses.

Em 23.12.2022, foi publicado o Decreto nº 11.307/2022, alterando o Decreto nº 9.271/2018, que dispõe sobre a outorga de contrato de concessão associada à perda do controle público de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica. O referido Decreto permite obter a outorga de novo contrato de concessão de geração mediante alienação de participação societária da pessoa jurídica titular, inclusive de controle acionário, abertura ou aumento de capital, com renúncia ou cessão, total ou parcial, de direitos de subscrição, desde que a operação seja realizada por meio de pregão em bolsa de valores ou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos mercados primário ou secundário.

Em 2022, o MME promoveu cinco leilões de energia: dois Leilões de Energia Nova ("A-4" e "A-5"); dois Leilões de Energia Existente ("A-1" e "A-2"); e um Leilão de Reserva de Capacidade na forma de energia elétrica, para fins de contratação de energia de reserva proveniente de novos empreendimentos de geração de fonte termelétrica a gás natural, nos termos da Lei nº 14.182/2021.

Transmissão

Em 14.07.2022, a Aneel, por meio da Resolução Homologatória nº 3.067, de 12.07.2022, estabeleceu o reajuste das Receitas Anuais Permitidas - RAP para os ativos de transmissão de energia elétrica para o ciclo 2022-2023, com vigência a partir de 1º.07.2022 até 30.06.2023. De acordo com esta resolução, a RAP dos ativos de transmissão da Copel GeT para o ciclo 2022/2023 passou a ser de R$ 849,2 milhões, dos quais R$ 824,2 milhões correspondem à RAP dos ativos em operação. Considerando a RAP homologada para as Sociedades de Propósito Específico em que a Copel GeT tem participação acionária, o valor total consolidado dos ativos passou a ser de R$ 1.415,2 milhões, dos quais R$ 1.387,9 milhões correspondem aos ativos em operação.

Em 29.12.2022 foi publicado o Decreto nº 11.314, que regulamenta a licitação e a prorrogação das concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica em fim de vigência. De acordo com o referido Decreto, a prorrogação das concessões de transmissão poderá ser realizada somente quando a licitação for inviável ou resultar em prejuízo ao interesse público. Além disso, a prorrogação será realizada sem a indenização antecipada dos bens vinculados à prestação do serviço, condicionada à aceitação por parte da concessionária em relação à receita e demais condições do termo aditivo a ser elaborado pela Aneel.

Conforme estabelecido na Portaria nº 33, de 17.12.2021, foram realizados dois Leilões de Transmissão em 2022. O Leilão de Transmissão Aneel nº 001/2022 ocorreu em 30.06.2022 e obteve todos os 13 lotes arrematados por outras empresas do setor, com um deságio próximo a 60% em um dos lotes, deságio médio de 46,15% e expectativa de investimentos de R$ 15,3 bilhões em transmissão. O Leilão de Transmissão Aneel nº 002/2022 ocorreu em 16.12.2022, com oferta de 6 lotes. Todos foram arrematados por outras empresas do setor e na maioria dos lotes o deságio foi próximo a 50%. O deságio médio foi de 38,19% e a expectativa de investimentos é de R$ 3,5 bilhões em transmissão.

Comercialização

De acordo com o cronograma estabelecido pela Portaria nº 514/2018, o ano de 2023 iniciou com a redução do limite de carga dos consumidores para contratação de energia elétrica proveniente de qualquer fornecedor de 1,0 MW para 500 kW, com o objetivo de promover a expansão do Mercado Livre de Energia.

Em 2022, a Aneel procedeu com a consolidação dos atos normativos pertinentes ao tema "Autorização para Comercializadores de Energia", promovendo por meio da Resolução Normativa nº 1.011/2022 as regras para obtenção de autorização para comercializar energia elétrica no SIN e atuar como comercializador varejista, atuando como representante de pessoas físicas ou jurídicas elegíveis no âmbito da CCEE. Ulteriormente, procedeu-se, por meio da Resolução Normativa nº 1.014/2022, com o aprimoramento nos critérios para obter autorização para comercializar energia elétrica, classificando os agentes comercializadores em dois tipos, com o objetivo de aprimorar a segurança do mercado, sem impor barreiras de entrada que possam prejudicar a competitividade do setor.

Além disso, a Aneel realizou diversas alterações nas Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL, através basicamente de mudanças nos seus módulos, com a CCEE, quando cabível, devendo realizar o processamento das recontabilizações em conformidade com o disposto nas regras aprovadas. As alterações foram realizadas através das Resoluções Normativas nº 1.007/2022 e nº 1.051/2022 e dos Despachos nº 1.151/2022 e nº 21/2023.

Distribuição

Em 2022, o setor de distribuição de energia elétrica foi marcado pela recuperação da afluência hídrica, após o Brasil passar por um dos piores cenários de escassez em nove décadas, e pelo debate quanto aos aprimoramentos necessários no setor de energia elétrica.

Em 13.01.2022, através do Decreto nº 10.939, foram regulamentadas as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros decorrentes da situação de escassez hídrica, que afetou o país ao longo de 2021. Foi autorizada a contratação de empréstimo para a criação e a gestão da Conta de Escassez Hídrica pela CCEE, destinada a cobrir, total ou parcialmente, os custos do saldo da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias para a competência de abril de 2022 e a importação de energia referente às competências de julho e agosto de 2021.

No caso da Copel DIS, foi recebido o valor de R$ 145,8 milhões, integralmente revertidos como componente financeiro negativo, reduzindo a tarifa do consumidor, no processo tarifário de 24.06.2022. O valor será repassado aos consumidores através de quotas mensais homologadas pela Aneel e recolhidas para a CDE Conta escassez hídrica a partir do próximo processo de reajuste tarifário, a ser realizado em junho de 2023, se estendendo por um período de 4 anos.

No entanto, ao longo do ano de 2022, em função do aumento no volume de chuvas, se verificou a recuperação da afluência hídrica, com a elevação do nível dos reservatórios, impactando na redução da compra de energia de usinas térmicas, cujo custo de geração é superior em relação a outras fontes. A conjuntura foi favorável para redução do valor cobrado do consumidor quanto às bandeiras tarifárias que, de janeiro a abril de 2022, estavam no patamar "Escassez Hídrica", passando à bandeira verde de maio a dezembro de 2022.

A Lei nº 14.385/2022, que disciplina a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e da Cofins, do passivo referente ao recolhimento dos valores desses tributos recolhidos a maior pelas distribuidoras, determinou que sejam devolvidos integralmente

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

aos consumidores, por meio dos processos tarifários, de acordo com critérios equitativos. No reajuste tarifário da Copel Distribuição, em 24/06/2022, foi considerado, a título de crédito de PIS e COFINS, o montante de R$ 1,593 bilhão como componente financeiro que reduziu a tarifa para o período de julho/2022 a junho/2023.

Ainda, com efeitos sobre a tarifa, houve redução no Paraná de 29% (31.12.2021) para 18% (31.12.2022), a partir do mês de junho de 2022 referente à aprovação da limitação da cobrança de ICMS de combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, pela Lei Complementar nº 194/2022.

Outro ponto de impacto no setor foi o processo de desestatização da Eletrobrás, cujos valores aportados à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE foram revertidos à modicidade tarifária dos consumidores atendidos no ambiente de contratação regulada. No caso da Copel DIS, o valor revertido no processo tarifário de junho de 2022 foi de R$ 335,5 milhões.

Com relação à geração distribuída, merece destaque a publicação da Lei nº 14.300/2022, de 06.01.2022, que institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE e o Programa de Energia Renovável Social - PERS.

A lei permitiu às unidades consumidoras já existentes e às que protocolarem solicitação de acesso em até 12 meses da sua publicação, a continuidade, até 31.12.2045, dos benefícios hoje concedidos por meio do SCEE. Para as unidades consumidoras que solicitarem o acesso após esse prazo, a Lei estabeleceu um período de transição para a cobrança gradativa sobre a energia compensada das componentes tarifárias não associadas ao custo da energia.

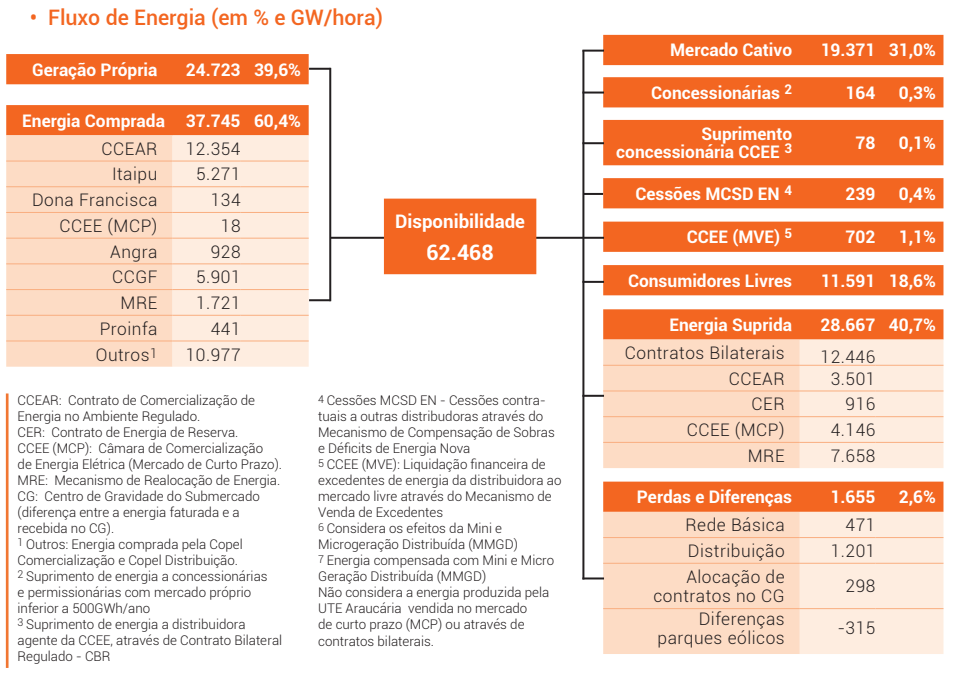
Este e outros temas relacionados à adequação dos regulamentos aplicáveis à micro e minigeração distribuída estão sendo discutidos pela Aneel no âmbito das Consultas Públicas nº 50 e 51/2022, as quais ainda não foram concluídas.

Gás

A Companhia Paranaense de Gás - Compagas é a concessionária responsável pela distribuição de gás natural canalizado no Estado do Paraná, cuja concessão foi outorgada em 06.07.1994 por 30 anos.

Em 26.12.2022, a Compagás celebrou o contrato de concessão relativo à prorrogação da concessão pelo prazo de trinta anos, contados da data de vencimento do prazo original da concessão, passando a ter como termo final de vigência a data de 06.07.2054, mediante pagamento de outorga no montante de R$ 508 milhões, a ser revertido em favor de investimentos pela Estado do Paraná.

- **Fluxo de Energia (em % e GW/hora)**



CCEAR: Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.
CER: Contrato de Energia de Reserva.
CCEE (MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo).
MRE: Mecanismo de Realocação de Energia.
CG: Centro de Gravidade do Submercado (diferença entre a energia faturada e a recebida no CG).
[1] Outros: Energia comprada pela Copel Comercialização e Copel Distribuição.
[2] Suprimento de energia a concessionárias e permissionárias com mercado próprio inferior a 500GWh/ano
[3] Suprimento de energia a distribuidora agente da CCEE, através de Contrato Bilateral Regulado - CBR
[4] Cessões MCSD EN - Cessões contratuais a outras distribuidoras através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova
[5] CCEE (MVE): Liquidação financeira de excedentes de energia da distribuidora ao mercado livre através do Mecanismo de Venda de Excedentes
[6] Considera os efeitos da Mini e Microgeração Distribuída (MMGD)
[7] Energia compensada com Mini e Micro Geração Distribuída (MMGD)
Não considera a energia produzida pela UTE Araucária vendida no mercado de curto prazo (MCP) ou através de contratos bilaterais.

3.3. Segmentos de Negócios

3.3.1. Geração

Em 31.12.2022, a Copel operava 54 usinas próprias e participava em 11 usinas, sendo 24 hidrelétricas, 38 eólicas, duas termelétricas e uma solar, com capacidade instalada total proporcional de 6.706,4 MW e garantia física de 3.164,7 MW médios, conforme quadro a seguir:

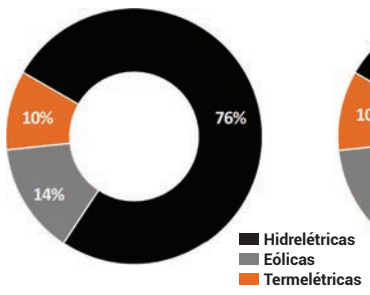
Usinas em Operação em 31.12.2021 - Características Físicas

EMPREENDIMENTOS	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Propriedade %	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Hidrelétricas							
UHE Gov. José Richa (Salto Caxias)	1.240,0	605,6	100%	1.240,0	605,6	18.02.1999	20.03.2033
UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	1.260,0	578,5	100%	1.260,0	578,5	29.09.1992	25.09.2032
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia-FDA)	1.676,0	604,3	100%	1.676,0	604,3	01.10.1980	21.12.2024
UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (GPS)	260,0	109,0	100%	260,0	109,0	03.09.1971	03.01.2053
UHE Gov. Jayme Canet Júnior (Mauá)	361,0	197,7	51%	184,1	100,8	23.11.2012	27.05.2047
UHE Guaricana	36,0	16,1	100%	36,0	16,1	01.01.1957	21.07.2028
UHE Chaminé	18,0	11,6	100%	18,0	11,6	01.01.1930	02.08.2028
PCH Cavernoso II	19,0	10,5	100%	19,0	10,5	15.05.2013	06.12.2050
UHE Apucaraninha	10,0	6,7	100%	10,0	6,7	06.04.1949	27.01.2027
UHE Derivação do Rio Jordão	6,5	5,9	100%	6,5	5,9	02.12.1997	21.06.2032
CGH Marumbi	4,8	2,4	100%	4,8	2,4	05.04.1961	-
UHE São Jorge	2,3	1,5	100%	2,3	1,5	01.01.1945	24.07.2026
CGH Chopim I	2,0	1,5	100%	2,0	1,5	28.05.1963	-
UHE Cavernoso	1,3	1,0	100%	1,3	1,0	07.12.1965	23.06.2033
CGH Melissa	1,0	0,6	100%	1,0	0,6	31.01.1966	-
CGH Salto do Vau	0,9	0,6	100%	0,9	0,6	01.01.1959	-
CGH Pitangui	0,9	0,1	100%	0,9	0,1	01.01.1911	-
UHE Baixo Iguaçu	350,2	172,4	30%	105,1	51,7	08.02.2019	03.12.2049
UHE Colíder	300,0	178,1	100%	300,0	178,1	09.03.2019	30.01.2046
PCH Bela Vista	29,8	18,6	100%	29,8	18,6	12.06.2021	02.01.2041
UHE Santa Clara e Fundão	240,3	133,0	70%	168,2	93,1	31.07.2005	11.06.2040
UHE Dona Francisca	125,0	75,9	23%	28,8	17,5	05.02.2001	21.09.2037
PCH Arturo Andreoli	29,1	20,4	36%	10,4	7,3	25.10.2001	15.08.2032
PCH Santa Clara I e Fundão I	6,1	4,9	70%	4,3	3,4	13.08.2005	19.12.2032
Total das Hidrelétricas	**5.980,2**	**2.756,9**		**5.369,4**	**2.426,4**		
Termelétricas							
UTE Figueira (1)	20,0	10,3	100%	20,0	10,3	08.04.1963	27.03.2019
UTE Araucária (2)(3)	484,5	365,2	81,2%	393,1	296,5	27.09.2002	23.12.2029
Total das Termelétricas	**504,5**	**375,5**		**413,1**	**306,8**		
Solar							
Solar Paraná	2,3	-	49%	1,1	-	15.09.2021	15.09.2046(4)
Total das Solares	**2,3**	**-**		**1,1**	**-**		
Eólicas							
Santa Maria	29,7	15,7	100%	29,7	15,7	23.04.2015	08.05.2047
Santa Helena	29,7	16,0	100%	29,7	16,0	06.05.2015	09.04.2047
Olho d'Água	30,0	12,8	100%	30,0	12,8	25.02.2015	01.06.2046
São Bento do Norte	30,0	11,3	100%	30,0	11,3	25.02.2015	19.05.2046
Eurus IV	27,0	12,4	100%	27,0	12,4	20.08.2015	27.04.2046
Asa Branca I	27,0	12,1	100%	27,0	12,1	05.08.2015	25.04.2046
Asa Branca II	27,0	11,9	100%	27,0	11,9	15.09.2015	31.05.2046
Asa Branca III	27,0	12,3	100%	27,0	12,3	04.09.2015	31.05.2046
Farol	20,0	8,8	100%	20,0	8,8	25.02.2015	20.04.2046
Ventos de Santo Uriel	16,2	9,0	100%	16,2	9,0	22.05.2015	09.04.2047
Boa Vista	14,0	5,2	100%	14,0	5,2	25.02.2015	28.04.2046
Cutia	23,1	9,6	100%	23,1	9,6	22.12.2018	05.01.2042
Esperança do Nordeste	27,3	9,1	100%	27,3	9,1	29.12.2018	11.05.2050
Guajiru	21,0	8,3	100%	21,0	8,3	29.12.2018	05.01.2042
Jangada	27,3	10,3	100%	27,3	10,3	29.12.2018	05.01.2042
Maria Helena	27,3	12,0	100%	27,3	12,0	29.12.2018	05.01.2042
Potiguar	27,3	11,5	100%	27,3	11,5	29.12.2018	11.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste	27,3	10,6	100%	27,3	10,6	05.01.2019	11.05.2050
São Bento do Norte I	23,1	10,1	100%	23,1	10,1	31.01.2019	04.08.2050
São Bento do Norte II	23,1	10,8	100%	23,1	10,8	29.01.2019	04.08.2050
São Bento do Norte III	23,1	10,2	100%	23,1	10,2	09.04.2019	04.08.2050
São Miguel I	21,0	9,3	100%	21,0	9,3	14.02.2019	04.08.2050
São Miguel II	21,0	9,1	100%	21,0	9,1	02.02.2019	04.08.2050
São Miguel III	21,0	9,2	100%	21,0	9,2	14.02.2019	04.08.2050
Palmas	2,5	0,4	100%	2,5	0,4	12.11.1999	29.09.2029
Vila Ceará I (Paraíba IV)	32,0	17,8	100%	32,0	17,8	19.12.2020	14.01.2054
Vila Maranhão I	32,0	17,8	100%	32,0	17,8	11.02.2021	11.01.2054
Vila Maranhão II	32,0	17,8	100%	32,0	17,8	31.03.2021	14.01.2054
Vila Maranhão III	32,0	16,6	100%	32,0	16,6	29.09.2020	14.01.2054
Vila Mato Grosso I	58,9	28,6	100%	58,9	28,6	11.06.2021	06.12.2054
Jandaíra Energias Renováveis I	10,4	5,6	100%	10,4	5,6	11.04.2022	02.04.2055
Jandaíra Energias Renováveis II	24,3	12,3	100%	24,3	12,3	18.10.2022	02.04.2055
Jandaíra Energias Renováveis III	27,7	14,8	100%	27,7	14,8	10.11.2022	02.04.2055
Jandaíra Energias Renováveis IV	27,7	14,2	100%	27,7	14,2	15.10.2022	02.04.2055
Santo Cristo	27,0	15,3	49%	13,2	7,5	30.06.2015	18.04.2047
Reduto	27,0	14,4	49%	13,2	7,1	26.06.2015	16.04.2047
São João	27,0	14,3	49%	13,2	7,0	30.06.2015	26.03.2047
Carnaúbas	27,0	13,1	49%	13,2	6,4	30.06.2015	09.04.2047
Total das Eólicas	**978,0**	**460,6**		**922,8**	**431,5**		
TOTAL DAS FONTES	**7.465,0**	**3.593,0**		**6.706,4**	**3.164,7**		

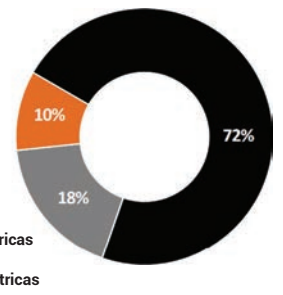
(1) Em processo de renovação da concessão.
(2) A Companhia possui participação de 20,3% pela Holding e 60,9% pela Copel GeT.
(3) Garantia Física nos termos da Portaria SPE/MME 05/2021. Os dados mais recentes do SIGA/ANEEL indicam a Garantia Física de 267 MW enquanto não há Garantia Física.
(4) Considerada vida útil de 25 anos a partir de 2022.

Para cumprir com importantes diretrizes estratégicas e de sustentabilidade estabelecidas para o negócio de geração, a Companhia tem como principal objetivo aumentar a participação de fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética, de forma rentável e sustentável. Segue gráfico com a composição do parque gerador em 2022 e o projetado para 2023, incluindo a revisão da garantia física, de acordo com a Portaria Aneel nº 709/2022:

Parque de Geração Garantia Física por Fonte em 2022



Parque de Geração projetado para 2023 Garantia Física por Fonte



No segmento de geração de energia elétrica, destacamos também:

- **Modernização da Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (GBM):** A segunda fase da modernização iniciada em 2015 foi concluída em agosto de 2021, com a entrega à operação comercial da última unidade geradora. Foram modernizadas as quatro turbinas de 436 MW e substituídos os reguladores de velocidade e de tensão. Com os incrementos, obteve-se uma turbina com rendimento superior, aumentando a garantia física e reduzindo o custo de manutenção. Os cronogramas de obras e financeiro foram atendidos conforme previstos em prazo, orçamento e qualidade. Essa etapa da modernização absorveu em torno de R$ 150 milhões em investimento.
- **Usina Hidrelétrica Governador José Richa (GJR)** - Concluído o processo de modernização dos reguladores eletrônicos de velocidade e tensão das quatro unidades geradoras. Projeto iniciado em 2020, visando o aumento da confiabilidade operacional da usina, maximizando aspectos técnicos de regulação, disponibilidade e segurança do SIN.
- **Usina Hidrelétrica (UHE) Governador Ney Aminthas de Barros Braga (GNB) -** Concluído o processo de recuperação da pintura externa dos quatro condutos forçados. Projeto iniciado em 2021 , com o objetivo de manter a integridade estrutural e prolongar a vida útil dos referidos equipamentos.
- **Modernização da Usina Termelétrica de Figueira:** A Companhia iniciou os trabalhos de modernização em 2015, visando aumentar sua eficiência e reduzir a emissão de gases e partículas resultantes da queima do carvão. Após dificuldades para execução das atividades por duas contratadas, que culminaram em rescisão contratual, em janeiro de 2021 a Copel contratou uma nova empresa para conclusão dos serviços de modernização. Os serviços e obras necessárias para a modernização da UTE Figueira foram desenvolvidos ao longo de 2021 e 2022 e, por meio do Despacho nº 3.502, de 06.12.2022, a Aneel liberou a unidade geradora da UTE Figueira para operação comercial a partir de 07.12.2022, ficando restabelecida a operação comercial da usina.
- **PCH Bela Vista:** A pequena central hidrelétrica, localizada no rio Chopim entre os municípios de Verê e São João, no Paraná terá capacidade para produzir 29,81 MW. A PCH tem orçamento de R$ 224,0 milhões e beneficiará cerca de 100 mil consumidores. A obra iniciou-se em agosto de 2019 e teve entrada em operação comercial da primeira, segunda e terceira unidades geradoras em 12.06.2021, 10.07.2021 e 15.08.2021, respectivamente. A entrada em operação da central geradora (Stream Diver), que aproveita a vazão sanitária, com potência de 0,488 MW médios, está prevista para o primeiro semestre de 2023.
- **Complexo Eólico Jandaíra:** Em 18.10.2019 a Copel GeT, em consórcio com a subsidiária Cutia Empreendimentos Eólicos, participou do leilão de geração de energia nova A-6 e vendeu 14,4 MW médios, em contratos regulados ao preço original de R$ 98,00/MWh, do Complexo Eólico Jandaíra. O montante de energia vendida representa 30% da garantia física, sendo que o restante da energia foi comercializado através de contratos no ambiente livre. O contrato de venda de energia tem início de suprimento em 1º.01.2025, prazo de 20 anos e reajuste anual pelo IPCA. Com um investimento estimado em R$ 412,0 milhões, o empreendimento, que tem 90,1 MW de capacidade instalada e garantia física de 47,6 MW médios, está sendo construído nos municípios de Pedra Preta e Jandaíra, no estado do Rio Grande do Norte. Ao todo, foram instalados 26 aerogeradores divididos em quatro parques eólicos e foi construído também, junto aos parques, uma subestação e uma linha de transmissão de 16 km para escoar a energia elétrica a ser gerada para o SIN. De posse de todas as licenças necessárias, as obras civis tiveram início na primeira semana de janeiro de 2021. Atualmente o complexo conta com 26 unidades geradoras (100% do parque gerador) em operação comercial.
- **Solar Paraná:** Complexo com 6 usinas fotovoltaicas na zona rural do Município de Bandeirantes, no Paraná, com potência somada de até 4,25 MW de potência instalada e enquadradas como Geração Distribuída, de acordo com a Resolução Normativa nº 482/2012 da Aneel e suas revisões. Três usinas com potência de 3 MW atendem uma rede de farmácias do Estado do Paraná em autoconsumo remoto e entraram em operação em 15.09.2021. As outras 3 usinas serão implantadas em 2023, caso obtenham o Parecer de Acesso pela Distribuidora e atenderão clientes em autoconsumo remoto ou geração compartilhada.
- **Complexos eólicos Santa Rosa & Mundo Novo e Aventura:** Em 30.01.2023, a Companhia concluiu a aquisição de nove parques eólicos em operação, localizados nos Municípios de Touros e São Tomé, no Rio Grande do Norte, totalizando 260,4 MW de capacidade instalada, por R$ 1.005,2, milhões.
- **UEG Araucária:** Iniciado o processo de desinvestimento de participação societária de 81,2% da Companhia na UEGA, com intenção de venda conjunta com a sócia Petróleos Brasileiros S.A. (Petrobras), através de procedimento competitivo, em sintonia com o Planejamento Estratégico Empresarial da Copel – Visão 2030 e com o processo de descarbonização da matriz de geração. O processo está na fase de proposta não vinculante, onde os potenciais compradores habilitados receberão um memorando descritivo contendo informações mais detalhadas sobre a companhia em questão, além de instruções sobre o processo de desinvestimento, incluindo as orientações para elaboração e envio das propostas.
- **Renovação das Concessões das usinas GBM, GNB e GJR:** Em 24.11.2022 foi sancionada a Lei Estadual nº 21.272, que autoriza o Estado do Paraná a realizar oferta pública de distribuição secundária de ações e/ou units, transformando a Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (Corporação). Em decorrência dessa autorização legal, o CAD da Copel aprovou a realização de estudos para viabilizar a renovação integral das concessões das usinas hidrelétricas GBM, GNB e GJR e avaliar alternativas de captação de recursos visando o pagamento dos respectivos bônus de outorga. A transformação da Copel em "Corporação" possibilitará, nos termos da Lei nº 9.074/1995, a manutenção de 100% de participação da Companhia nas respectivas usinas.

3.3.2. Transmissão

O segmento tem como principal atribuição prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia.

A Companhia detém propriedade integral e participa de concessões de transmissão em operação, correspondente a 9.685 km de linhas de transmissão, com potência de transformação de suas subestações na ordem de 20.462 MVA (megavolt amperes).

Linhas e Subestações de Transmissão em Operação em 31.12.2022

Linhas e Subestações de Transmissão		Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transfomação (MVA)	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Linhas e Subestações próprias				**3.395**	**14.390**		
Contrato nº 060/2001	Instalações de transmissão diversas (1)	Ambos	Diversas	2.129	12.440	Diversos	01.01.2043
Contrato nº 075/2001	LT Bateias - Jaguariaíva	CS	230 kV	138	-	01.11.2003	17.08.2031
Contrato nº 006/2008	LT Bateias - Pilarzinho	CS	230 kV	32	-	14.09.2009	17.03.2038
Contrato nº 027/2009	LT Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	CS	525 kV	117	-	06.12.2012	19.11.2039
Contrato nº 010/2010	LT Araraquara 2 - Taubaté	CS	500 kV	334	-	27.07.2018	06.10.2040
Contrato nº 015/2010	SE Cerquilho III	-	230/138 kV	-	300	01.06.2014	06.10.2040
Contrato nº 022/2012	LT Londrina - Figueira C2	CS	230 kV	92	-	30.06.2015	27.08.2042
	LT Foz do Chopim - Salto Osório C2	CS	230 kV	10	-		
Contrato nº 002/2013	LT Assis - Paraguaçu Paulista II C1 e C2	CD	230 kV	83	-	25.01.2016	25.02.2043
	SE Paraguaçu Paulista II	-	230 kV	-	150		-
Contrato nº 005/2014	LT Bateias - Curitiba Norte	CS	230 kV	31	-	29.07.2016	29.01.2044
	SE Curitiba Norte	-	230/138 kV	-	300		-
Contrato nº 021/2014	LT Foz do Chopim - Realeza	CS	230 kV	52	-	05.03.2017	05.09.2044
	SE Realeza	-	230/138 kV	-	300		-
Contrato nº 022/2014	LT Assis - Londrina C2	CS	500 kV	122	-	05.09.2017	05.09.2044
Contrato nº 006/2016	SE Medianeira Norte	-	230/138 kV		300	09.06.2019	07.04.2046
	SE Andirá Leste		230/138 kV		300	07.09.2019	07.04.2046
	SE Curitiba Centro		230/138 kV		300	04.09.2019	07.04.2046
	SE Baixo Iguaçu		230 kV			21.12.2020	07.04.2046
	LT Curitiba Centro - Uberaba C1	CS	230 kV	8		04.09.2019	07.04.2046
	LT Curitiba Centro - Uberaba C2	CS	230 kV	8		04.09.2019	07.04.2046
	LT Baixo Iguaçu - Realeza Sul	CS	230 kV	37		04.08.2019	07.04.2046
	LT Curitiba Leste - Blumenau	CS	525 kV	145		28.03.2021	07.04.2046
	LT Baixo Iguaçu - Cascavel Oeste	CS	230 kV	57		21.12.2020	07.04.2046
Sociedades de Propósito Específico				**6.290**	**6.072**		
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	**100,0%**						
Contrato nº 001/2012	LT Cascavel Norte - Cascavel Oeste	CS	230kV	29			
	LT Cascavel Norte - Umuarama Sul	CS	230 kV	130	-	31.08.2014	12.01.2042
	SE Umuarama Sul	-	230/138 kV	-	300	27.07.2014	
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	**49,0%**						
Contrato nº 007/2012	LT Umuarama - Guaíra	CS	230 kV	105	-	12.05.2014	10.05.2042
	LT Cascavel Oeste - Cascavel Norte	CS	230 kV	37	-	02.07.2014	
	SE Santa Quitéria - SF6	-	230/138/13,8 kV	-	400	01.06.2014	
	SE Cascavel Norte	-	230/138 kV	-	300	02.07.2014	
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	**100,0%**						
Contrato nº 008/2012	LT Curitiba - Curitiba Leste	CS	525 kV	29	-	28.06.2015	10.05.2042
	SE Curitiba Leste	-	525/230 kV	-	672		
Integração Maranhense e Transmissora de Energia S.A.	**49,0%**						
Contrato nº 011/2012	LT Açailândia - Miranda II	CS	500 kV	365	-	02.12.2014	10.05.2042
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	**49,0%**						
Contrato nº 012/2012	LT Paranatinga - Ribeirãozinho	CD	500 kV	710	-	29.07.2016	10.05.2042
	LT Paranaíta - Cláudia	CD	500 kV	594	-	09.10.2015	
	LT Cláudia - Paranatinga	CD	500 kV	708	-	29.07.2016	
	LT Sinop - Intersecção Santa Carmen	CS	500 kV	21		09.10.2015	
	SE Paranaíta	-	500 kV	-	-	09.10.2015	
	SE Cláudia	-	500 kV	-	-	09.10.2015	
	SE Paranatinga	-	500 kV	-	-	29.07.2016	
	SE Sinop	-	500 kV	-	800	09.10.2015	
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	**50,1%**						
Contrato nº 001/2014	SE Fernão Dias	-	500/440 kV		3.600	07.02.2020	15.05.2044
	LT Bateias - Itatiba	CS	500 kV	414	-	05.03.2020	
	LT Araraquara 2 - Itatiba	CS	500 kV	223	-	24.03.2020	
	LT Araraquara 2 - Fernão Dias	CS	500 kV	250		03.05.2020	
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A.	**49,0%**						
Contrato nº 013/2012	LT Ribeirãozinho - Rio Verde Norte C3	CS	500 kV	240	-		
	LT Rio Verde Norte - Marimbondo II	CD	500 kV	690	-	30.08.2016	10.05.2042
	SE Marimbondo II	-	500 kV	-	-		
	SE Rio Verde	-	500 Kv	-	-		
Paranaíba Transmissora de Energia S.A	**24,5%**						
Contrato nº 007/2013	LT Barreiras II - Rio das Éguas	CS	500 Kv	244	-	30.01.2017	02.05.2043
	LT Rio das Éguas - Luziânia	CS	500 Kv	350	-		
	LT Luziânia - Pirapora 2	CS	500 Kv	373	-		
Cantareira Transmissora de Energia S.A.	**49,0%**						
Contrato nº 019/2014	LT Estreito - Fernão Dias C1 e C2	CD	500 kV	656	-	05.03.2018	05.09.2044
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.							
Contrato nº 02/2005	LT Ivaiporã - Londrina ESUL	100,0%	CS	500 kV	122	-	09.07.2006	05.03.2035
Total				**9.685**	**20.462**		

(1) Concessão prorrogada nos termos da MP nº 579/2012.

As concessões de transmissão em operação geram atualmente uma RAP à Copel GeT de R$ 1,39 bilhão, proporcional à sua participação nos empreendimentos.

A Copel GeT tem as obras provenientes das resoluções autorizativas com o objetivo ampliar e melhorar as instalações existentes, tais como:

Resolução Autorizativa n.º 7.515/2018: implantação de reforços nas subestações 230 kV Cascavel, Ponta Grossa Norte, Umbará, Maringá e Uberaba, com investimento de cerca de R$ 70,0 milhões e RAP de aproximadamente R$ 9,5 milhões, a partir da entrada em operação comercial. Os reforços nas subestações Umbará, Maringá e Uberaba, cuja entrada em operação comercial prevista pela Aneel era no 2º semestre de 2021, foram concretizados entre fevereiro e outubro de 2021. Parte dos reforços na subestação Ponta Grossa Norte, cuja entrada em operação comercial prevista pela Aneel era no 1º semestre de 2022, foi concretizada em novembro de 2021. Os demais reforços foram totalmente concluídos no 1º semestre de 2022.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf
Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA — PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Resolução Autorizativa n.º 8.543/2020 (alterada pela Resolução Autorizativa nº 8.951/2020): recapacitação da linha de transmissão 230 kV Pilarzinho - Santa Mônica, recapacitação da linha de transmissão 230 kV Bateias - Pilarzinho e implantação de reforços nas respectivas subestações 230kV Santa Mônica, Bateias e Pilarzinho, com investimento total de cerca de R$ 32,5 milhões e RAP de aproximadamente R$ 4,2 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é janeiro de 2023.

A recapacitação da linha de transmissão 23 kV Bateias – Pilarzinho foi concluída em agosto de 2022, com mais de quatro meses de antecipação. A recapacitação da linha de transmissão 230 kV Pilarzinho – Santa Mônica está em execução, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2023.

Resolução Autorizativa n.º 9.219/2020: implantação de reforços na subestação 230 kV Guaíra, com investimento de cerca de R$ 38,8 milhões e RAP de aproximadamente R$ 6,0 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é abril de 2024.

Resolução Autorizativa n.º 9.564/2020: implantação de reforços na subestação 230 kV Sarandi, com investimento de cerca de R$ 21,0 milhões e RAP de aproximadamente R$ 3,4 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é junho de 2023.

Resolução Autorizativa n.º 9.741/2021: recapacitação da linha de transmissão 230 kV Campo Comprido - Santa Quitéria, com investimento de cerca de R$ 4,3 milhões e RAP de aproximadamente R$ 577,7 mil, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é agosto de 2023.

Resolução Autorizativa n.º 10.688/2021: implantação de reforços na subestação 230 kV CIC, com investimento de cerca de R$ 24,4 milhões e RAP de aproximadamente R$ 3,7 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é abril de 2024.

Resolução Autorizativa n.º 12.638/2022: implantação de reforços na subestação 230 kV Campo do Assobio, com investimento de cerca de R$ 65 milhões e RAP de aproximadamente R$ 9,7 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é novembro de 2025.

Resolução Autorizativa n.º 12.892/2022: recapacitação da linha de transmissão 230 kV Gralha Azul - Umbará, com investimento de cerca de R$ 8,1 milhões e RAP de aproximadamente R$ 1,3 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é novembro de 2025.

3.3.3. Distribuição

A Copel DIS uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico do país e da América Latina. Sua área de concessão abrange 194.854 quilômetros pertencentes a 395 municípios. A Companhia opera e mantém as instalações nos níveis de tensão até 138kV, atuando conforme as melhores práticas setoriais e normas aplicáveis, na operação, manutenção, planejamento do sistema elétrico e modernização das instalações, de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço prestado.

• Linhas e Subestações

Em 2022, foram conectadas subestações para reforçar o sistema elétrico de distribuição, melhorando a qualidade e aumentando a disponibilidade de energia aos consumidores. As obras de novas subestações e ampliações adicionaram aproximadamente 188 MVA ao sistema de distribuição e as novas linhas de alta tensão concluídas no período adicionaram 138 km de linhas de transmissão de 138kV.

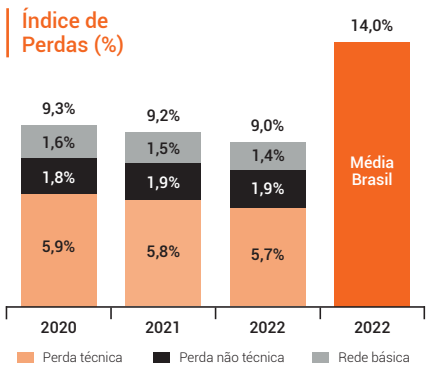
• Gestão de perdas de energia

As perdas no sistema elétrico referem-se à perdas técnicas e não técnicas. As perdas técnicas se referem à parcela das perdas na distribuição inerente ao processo de transporte, transformação de tensão e medição da energia na rede da concessionária. As perdas não técnicas, por sua vez, representam todas as demais perdas associadas à distribuição de energia elétrica, tais como furtos de energia, erros de medição, erros no processo de faturamento, unidades consumidoras sem equipamento de medição, entre outros.

Assim, as perdas na distribuição representam a diferença entre a energia elétrica adquirida pelas distribuidoras e a faturada aos seus consumidores, ou seja, apurada através do sistema de medição e do mercado faturado pela Companhia. Cabe ressaltar que parte das perdas da distribuidora é recuperada via tarifa cobrada do consumidor, sendo revista a cada reajuste/revisão tarifária anual pela Aneel.

Em 2022 as perdas globais representaram 9,0% de toda energia injetada no sistema da distribuidora, sendo 5,7% de perdas técnicas, 1,9% de perdas não técnicas e 1,4% de perdas na rede básica, inferior à média nacional de 14,0% nas perdas globais.

Índice de Perdas (%)



Em função das ações realizadas, a efetividade das inspeções aumentou significativamente nos últimos anos, passando de 11,1% em 2012 para 31,5% em 2022, quando foram feitas 53.718 inspeções e detectados 13.339 procedimentos irregulares. Diante das ações, a Copel DIS possui um dos índices mais baixos de perdas no setor de distribuição no Brasil.

• Aquisição de energia

A Copel DIS, em 2022, não declarou necessidade de compra de energia nos leilões realizados no mercado regulado, sendo que, para atendimento do seu mercado em 2022, iniciou-se o suprimento dos contratos negociados em anos anteriores. A aquisição de energia aumentou 0,4% no comparativo anual, passando de 25.338 GWh para 25.441 GWh. A disponibilidade de energia foi alocada principalmente para o mercado cativo, considerando um aumento de 0,3% no consumo de energia entre os períodos.

• Mercado Fio (TUSD)

O mercado fio da Copel DIS é composto pelo mercado cativo, pelo suprimento a concessionárias e permissionárias dentro do Estado do Paraná e pela totalidade dos consumidores livres existentes na sua área de concessão.

	Mercado Fio (Tusd)					
	Número de consumidores			Energia distribuída (GWh)		
	dez/22	dez/21	%	dez/22	dez/21	%
Mercado Cativo	5.011.555	4.926.608	1,7	19.370	19.312	0,3
Mercado Livre	2.629	2.318	13,4	12.244	11.531	6,2
Suprimento a concessionárias	7	7	-	925	932	(0,8)
Mercado Fio	**5.014.191**	**4.928.933**	**1,7**	**32.539**	**31.775**	**2,4**
Micro e Minigeração distribuída - MMGD				(1.169)	(657)	(77,9)
Mercado total				**31.370**	**31.118**	**0,8**

• Venda de energia

Mercado Total Consolidado	Nº de consumidores / contratos			Energia vendida (GWh)		
	dez/22	dez/21	Δ%	2022	2021	Δ%
Copel DIS	**5.011.883**	**4.927.012**	**1,7**	**23.470**	**22.555**	**4,1**
Mercado Cativo	5.011.555	4.926.608	1,7	19.370	19.312	0,3
Concessionárias e Permissionárias	2	2	-	91	86	5,8
CCEE (Cessões MCSD EN)	304	376	(19,1)	239	986	(75,8)
CCEE (MVE)	22	26	(15,4)	702	477	47,2
CCEE (MCP) [2]	-	-	-	3.068	1.694	0,8
Copel GeT + FDA + Bela Vista	**284**	**264**	**7,6**	**17.344**	**17.328**	**0,1**
CCEAR (Copel DIS)	3	3	-	122	122	-
CCEAR (outras concessionárias)	101	101	-	2.215	2.215	-
Consumidores Livres	1	17	(94,1)	-	1.298	-
Contratos Bilaterais (Copel Mercado Livre)	175	132	32,6	13.893	12.978	7,1
Contratos Bilaterais [1]	4	11	(63,6)	259	715	(0,6)
CCEE (MCP) [2]	-	-	-	855	-	-
Complexos Eólicos	**363**	**354**	**2,5**	**3.150**	**2.341**	**34,6**
CCEAR (Copel DIS)	6	6	-	32	32	-
CCEAR (outras concessionárias)	328	328	-	1.289	1.289	-
CER	10	10	-	916	915	0,1
Contratos Bilaterais (Copel Mercado Livre)	9	5	80,0	374	42	790,5
Contratos Bilaterais	10	5	100,0	482	36	-
CCEE (MCP) [2]	-	-	-	58	27	114,8
Copel Mercado Livre	**1.683**	**1.637**	**2,8**	**24.816**	**23.192**	**7,0**
Consumidores Livres	1.490	1.363	9,3	11.498	8.239	39,6
Contratos Bilaterais (empresas do grupo)	16	39	(59,0)	1.208	3.535	(65,8)
Contratos Bilaterais	177	235	(24,7)	11.949	11.337	5,4
CCEE (MCP) [2]	-	-	-	161	81	98,8
Total Copel	**5.014.213**	**4.929.267**	**1,7**	**68.781**	**65.415**	**5,1**
Eliminações (Operações entre Empresas do Grupo)				(15.691)	(16.714)	(6,1)
Total Copel Consolidado	**5.014.213**	**4.929.267**	**1,7**	**53.090**	**48.701**	**9,0**

Obs.: Não considera a energia disponibilizada através do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) e a energia da UTE Araucária vendida no Mercado de Curto Prazo da CCEE.
[1] Inclui Contratos de Venda no Curto Prazo e CBR.
[2] Não considera montantes negativos.
CCEE: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica / CCEAR: Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado / MCP: Mercado de Curto Prazo / CER: Contrato de Energia de Reserva. MCSD EN - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova / MVE - Venda de energia ao mercado livre através do Mecanismo de Venda de Excedentes.

• Sobrecontratação

No modelo regulatório vigente, o processo de compra de energia elétrica pelas distribuidoras é regulado pela Lei nº 10.484/2014 e pelo Decreto nº 5.163/2004, que determinam que estas devem adquirir o volume necessário para o atendimento de 100% de seu mercado.

A verificação do atendimento da totalidade do mercado considera o período compreendido pelo ano civil, sendo que a diferença entre os custos remunerados pela tarifa e os efetivamente realizados com a compra de energia são integralmente repassados aos consumidores cativos, desde que a distribuidora apresente nível de contratação entre 100% e 105% do seu mercado.

A Copel DIS estima finalizar o ano com um nível de contratação de 111,4%. Entretanto, considera que possui montantes de "sobrecontratação involuntária" suficientes para acomodar a contratação estimada para o ano. Desta forma, não há previsão de risco de penalização por sobrecontratação.

• Bandeiras Tarifárias

As Bandeiras Tarifárias são um indicativo das condições para geração de energia elétrica, do cenário mais favorável ao mais crítico, e que impacta em acréscimo no valor a ser faturado ao consumidor final, conforme o aumento dos custos de aquisição de energia pelas distribuidoras em função das dificuldades hídricas. Os valores das bandeiras tarifárias são publicados pela Aneel, em norma específica.

A tabela a seguir demonstra o histórico de bandeiras tarifárias e valores cobrados:

Mês	2022		2021	
	Bandeira	Valor aplicado na tarifa (a cada 100 kwh) Em R$	Bandeira	Valor aplicado na tarifa (a cada 100 kwh) Em R$
janeiro	preta	14,20	amarela	1,34
fevereiro	preta	14,20	amarela	1,34
março	preta	14,20	amarela	1,34
abril	preta	14,20	amarela	1,34
maio	verde	-	vermelha	4,17
junho	verde	-	vermelha	6,24
julho	verde	-	vermelha	9,49
agosto	verde	-	vermelha	9,49
setembro	verde	-	preta	14,20
outubro	verde	-	preta	14,20
novembro	verde	-	preta	14,20
dezembro	verde	-	preta	14,20

• Tarifa Branca

Desde 1º.01.2018 está em vigor a Tarifa Branca, modalidade tarifária que apresenta variação do valor da energia conforme o dia e o horário do consumo. A intenção é permitir ao consumidor controlar o consumo de energia nos horários de ponta e estimular a utilização nos períodos de baixa demanda.

Esta modalidade é oferecida para as unidades consumidoras de baixa tensão (127, 220, 380 ou 440 Volts), denominadas de grupo B, e também para aquelas atendidas em alta tensão, pertencentes ao grupo A optantes da tarifa de baixa tensão.

As condições para aplicação da tarifa branca estão estabelecidas na Resolução Normativa Aneel nº 733/2016.

• Reajuste Tarifário Anual – RTA

A Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2022 da Copel DIS por meio da Resolução Homologatória nº 3.049, de 21.06.2022, autorizando o reajuste médio de 4,90% percebido pelos consumidores (9,89% na RTP de junho de 2021 pela Resolução Homologatória nº 2.886, de 22.06.2021), e cuja aplicação ocorreu integralmente às tarifas a partir de 24.06.2022.

Dos componentes que mais impactaram a tarifa neste processo, destacam-se os encargos setoriais e os custos relacionados à distribuição de energia. O impacto dos encargos setoriais foi mitigado pela destinação de R$ 335,5 milhões da privatização da Eletrobrás para redução do encargo da CDE na cobertura tarifária. Além disso, também merece destaque a devolução dos créditos de PIS e Cofins, atenuando o reajuste em R$ 1,593 bilhões, em benefício ao consumidor.

• Qualidade de Fornecimento

A qualidade de fornecimento é medida por indicadores que monitoram o desempenho das distribuidoras quanto à continuidade do serviço prestado.

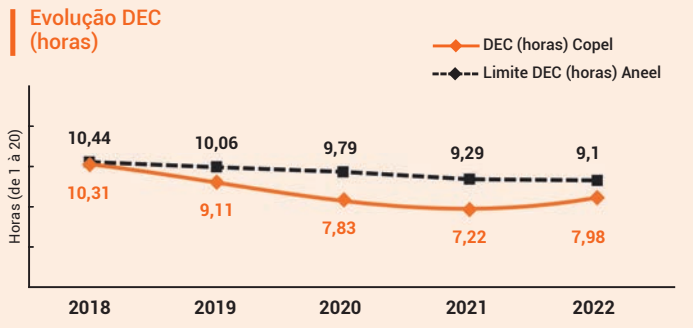
O DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora indica o número de horas em média que um consumidor fica sem energia elétrica durante um período. O FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora indica quantas vezes, em média, houve interrupção de energia elétrica na unidade consumidora.

É a partir do DEC e do FEC que a Aneel estabelece os parâmetros individuais de continuidade (Duração de interrupção individual por unidade consumidora - DIC, Frequência de interrupção individual por unidade consumidora - FIC e Duração máxima de interrupção contínua por unidade consumidora ou ponto de conexão - DMIC) que são informados mensalmente na conta de energia elétrica do consumidor.

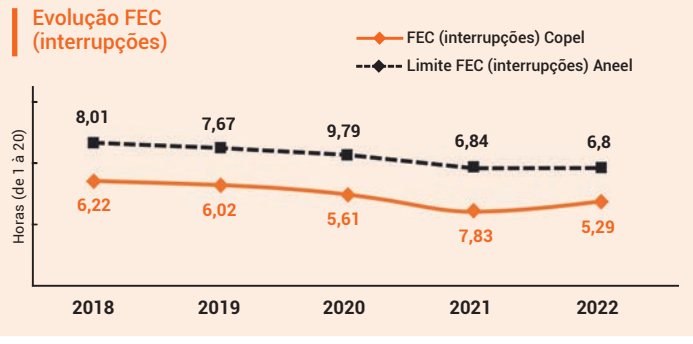
Esses indicadores são revistos na Revisão Tarifária Periódica - RTP e vem se tornando cada vez mais rigorosos, a fim de melhorar a qualidade do serviço prestado ao consumidor.

O resultado dos indicadores DEC e FEC da Copel DIS permanecem atendendo aos limites regulatórios impostos pela Aneel, reflexo dos investimentos em obras de desempenho e expansão, incremento de manutenções periódicas e inspeções preventivas.

Evolução DEC (horas)



Evolução FEC (interrupções)



• Contrato de Concessão da Copel Distribuição

Para manutenção do contrato de concessão de energia elétrica, a Companhia deve cumprir os indicadores e procedimentos de eficiência com relação à continuidade do fornecimento e à gestão econômico-financeira das concessões do serviço público de distribuição de energia elétrica, homologados pela Aneel na Resolução Normativa nº 896/2020, alterada pela Resolução Normativa nº 948/2021, definidos a partir de 2021, sendo:

- Eficiência na Gestão econômico-financeira: considera-se descumprido quando houver a não conformidade da inequação ou quando o LAJIDA for inferior à QRR.
- Eficiência na continuidade do fornecimento: o descumprimento dos indicadores DECi - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna; e FECi - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna, por Unidade Consumidora, pelo período de um ano, torna obrigatória a proposição de um Plano de Resultados.
- Caso não haja o atendimento por dois anos consecutivos ou três anos em um período de cinco anos, a Companhia incorre em limitação de distribuição de dividendos. E, em caso de descumprimento por período consecutivo de três anos, implicará na abertura do processo de caducidade.

A Copel DIS atingiu os indicadores anuais definidos no quinto termo aditivo ao contrato de concessão, o qual impõe condicionantes relacionadas a indicadores de qualidade do serviço e sustentabilidade econômico-financeira, para o período de 2016 a 2020.

A tabela a seguir apresenta as metas relativas a 2022 e 2021.

Ano	Gestão Econômico-Financeira	Resultados	Indicadores de qualidade			
			Limites		Realizado	
			Duração	Frequência	Duração	Frequência
2021	{Dívida Líquida / [Lajida (-) QRR ≥ 0]} ≤ 1 / (1,11 * selic)	atingido	9,29	6,84	7,20	4,76
2022	{Dívida Líquida / [Lajida (-) QRR ≥ 0]} ≤ 1 / (1,11 * selic)	-	9,19	6,80	7,98	5,29

Sendo:
• **QRR:** Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Este valor será o definido na última Revisão Tarifária Periódica – RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pro rata.
• **LAJIDA ou EBITDA Recorrente:** referese ao Lucro Antes de Juros (Resultado Financeiro), Impostos (Tributos sobre a Renda), Depreciação e Amortização. Será calculado considerando os seguintes componentes:
• **VPB Regulatório:**
(+) Excedente de Reativos (ER) e Ultrapassagem de Demanda (UD) Regulatórios
(+) Receita Irrecuperável Regulatória
(+) Crescimento de Mercado – MWh
(+) Custo da Geração Própria subtraído do respectivo Custo com Combustível Regulatório
(+) Outras Receitas Regulatórias
(+/-) Custo das Perdas, diferença entre Regulatórios e Realizados
(=) VPB Recorrente
(-) PMSO Realizado
(+/-) Ajustes de PMSO
(=) LAJIDA ou EBITDA recorrente
• **SELIC:** limitada a 9,009 % (nove inteiros e 9 milésimos por cento) ao ano, caso supere esse percentual, e a 6,006 % (6 inteiros e seis milésimos por cento), caso seja inferior a este último percentual.

Indicadores de qualidade DEC e FEC

Para fins de contrato de concessão até 2021, eram considerados os indicadores internos DECi e FECi como meta do contrato de concessão. A partir de 2022, não há diferença, e o DEC e FEC passam a configurar as metas.

- DECi e FECi (até 2021): são indicadores internos que englobam somente os eventos ocorridos nos ativos da distribuidora, excluindo eventos de linhas de transmissão. São previstos no Contrato da Concessão sendo que o descumprimento do critério de eficiência com relação à qualidade do serviço prestado, por dois anos consecutivos durante o período de avaliação ou no ano de 2020, acarretaria na extinção da concessão.
- DEC e FEC (a partir de 2022): abrangem todas as ocorrências, independente da origem, inclusive as perdas na rede básica que são externas ao sistema de distribuição da concessionária e tem origem iminentemente técnica. O objetivo destes indicadores é a melhoria da qualidade do serviço prestado ao consumidor.

A Companhia acompanha os indicadores da concessão de forma a antecipar ações que assegurem o ganho de eficiência e o cumprimento das exigências regulatórias. O resultado é divulgado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias de 2022, que ocorrerá em 18.04.2023.

3.3.4. Comercialização

A Companhia possui uma carteira com aproximadamente 1.500 clientes atendidos em 23 estados brasileiros, atingindo o volume de 2,8 GW médios de energia comercializados na CCEE, o que representa um aumento de 6,5% em relação ao ano anterior.

Em 2022, a Copel Mercado Livre consolidou em seu portfólio de produtos, os certificados de energia renovável provenientes das usinas do próprio grupo Copel

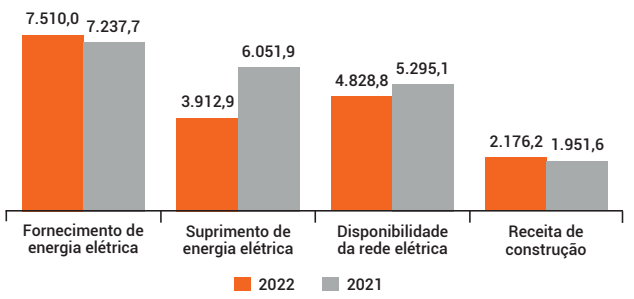
Na busca contínua pela excelência, em 2022, novos profissionais obtiveram a Certificação de Operadores do Mercado Livre de Energia. Esta certificação, promovida pela CCEE e pela Fundação Getúlio Vargas, avalia o conhecimento dos agentes, em especial, com relação às regras do setor, à legislação aplicável e às operações na Câmara. Atualmente, 15% da equipe da Copel Mercado Livre já é certificada.

Visando as oportunidades da abertura do mercado livre de energia, em 2022 foram realizados investimentos em sistemas e soluções para atendimento desse mercado.

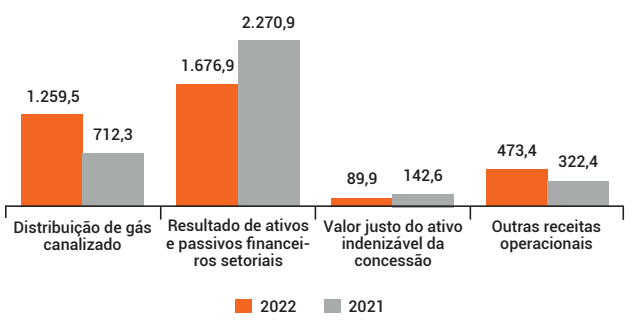
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Receita Operacional Líquida

Em 2022, a Receita Operacional Líquida teve decréscimo de R$ 2.056,6 milhões, representando 8,6% de redução em relação a 2021. Tal variação decorre principalmente de:



1) acréscimo de R$ 272,3 milhões na Receita de **Fornecimento de Energia Elétrica**, em virtude principalmente dos reflexos do reajuste da Tarifa de Energia da Copel DIS de 4,90% percebido pelo consumidor a partir de 24.06.2022 e do crescimento do número de clientes da Copel Comercialização.
2) decréscimo de R$ 2.139,0 milhões em **Suprimento de Energia Elétrica**, sobretudo pelo menor despacho da UTE Araucária em 2022, consequência da melhora das condições hidrológicas, e ao menor resultado com a venda de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) da Copel DIS.
3) decréscimo de R$ 466,3 milhões na **Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica** devido essencialmente à menor remuneração dos ativos de transmissão, pelo efeito negativo do IPCA; do aumento da conta redutora de receita "Conta de Desenvolvimento Energético – CDE" da distribuidora, destinada ao custeio dos objetivos da CDE previstos em lei; e dos efeitos do reperfilamento dos ativos da Rede Básica do Sistema Existente - RBSE em 2021, não recorrente em 2022.
4) acréscimo de R$ 224,6 milhões na **Receita de Construção** decorrente, principalmente, dos maiores investimentos no segmento de distribuição de energia.

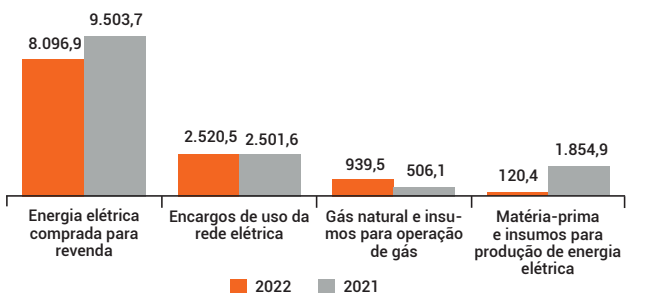


5) acréscimo de R$ 547,2 milhões na **Receita de Distribuição do Gás Canalizado**, devido aos reajustes tarifários aplicados e aumento no volume distribuído.
6) decréscimo em **Resultado de Ativos e Passivos Financeiros Setoriais** de R$ 594,0 milhões decorrente dos menores custos de energia, tendo em vista a melhora do cenário hídrico em 2022.
7) acréscimo de R$ 151,0 milhões em **Outras Receitas Operacionais** decorrente principalmente da receita com arrendamento e aluguéis, com destaque para o crescimento da receita da distribuidora com compartilhamento de postes, consequência do maior volume de postes/pontos de fixação alocados e do reajuste contratual pelo índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M.

4.2. Custos e Despesas Operacionais

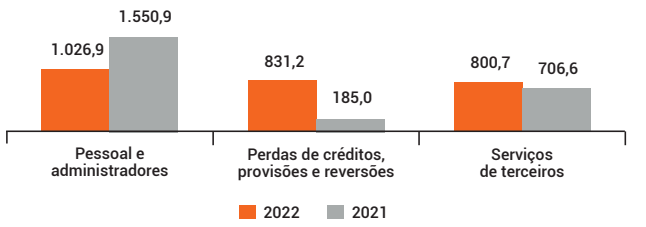
Em 2022, os Custos e despesas operacionais tiveram decréscimo de R$ 1.812,9 milhões, representando 8,9% de redução em relação a 2021. Tal variação decorre principalmente de:

• Não gerenciáveis

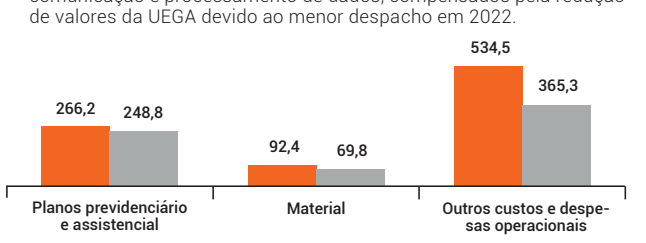


1) decréscimo de R$ 1.406,8 milhões em **Energia Elétrica Comprada para Revenda**, principalmente em decorrência de condições hidrológicas mais favoráveis para o período e redução dos custos de energia contratada de Itaipu;
2) acréscimo de R$ 18,9 milhões em **Encargos do Uso da Rede Elétrica**, em virtude, principalmente, do maior valor de Encargos do uso do sistema e Encargo de energia de reserva - EER, compensado pelo menor valor de Encargos dos Serviços do Sistema - ESS devido ao maior despacho térmico fora da ordem de mérito para fazer frente à crise hídrica em 2021;
3) acréscimo de R$ 433,4 milhões em **Gás natural e insumos para operação de gás** decorrente do maior volume de aquisição e aumento do preço do gás para revenda; e
4) decréscimo de R$ 1.734,5 milhões em **Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica** devido ao menor despacho da UTE Araucária em decorrência da melhora das condições hidrológicas.

• Gerenciáveis



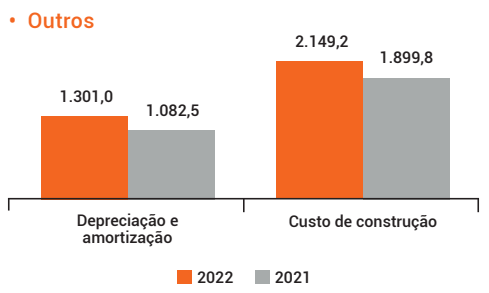
5) decréscimo de R$ 524,0 milhões em **Pessoal e Administradores**, refletindo principalmente a redução de R$ 325,4 milhões da provisão por desempenho e participação nos lucros, redução de R$ 148,5 milhões na provisão do programa de desligamentos voluntários no período, pela redução do quadro de empregados e pela política de redução de custos, compensados pelo reajuste salarial de 7,19% em outubro de 2022 ,conforme acordo coletivo.
6) acréscimo de R$ 646,2 milhões em **Perdas estimadas, Provisões e Reversões**, devido principalmente ao aumento de provisões para litígios e ao impairment da UEGA. (Outras informações na nota explicativa 16.4 das Demonstrações Financeiras).
7) acréscimo de R$ 94,1 milhões em **Serviços de terceiros** decorrente principalmente do aumento nos custos com manutenção do sistema elétrico, atendimento a consumidores referente a serviços de cortes, religações e vistorias e do aumento da mão de obra terceirizada e com comunicação e processamento de dados, compensados pela redução de valores da UEGA devido ao menor despacho em 2022.



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf
Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

8) acréscimo de R$ 169,2 milhões em **Outros custos e despesas operacionais** em virtude de maior valor de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, de perdas na desativação e alienação de bens e de atualização de valor justo de ativos de concessão de geração de energia elétrica.



9) acréscimo de R$ 249,4 no Custo de construção, refletindo principalmente os investimentos realizados na infraestrutura de distribuição de energia.

4.3. Resultado da Equivalência Patrimonial

O Resultado da Equivalência Patrimonial de 2022 foi 30,6% superior se comparado ao mesmo período de 2021, decorrente do resultado positivo da equivalência patrimonial nas controladas em conjunto de transmissão de energia elétrica, principalmente em função dos efeitos das revisões tarifárias ocorridas em junho de 2022 da Caiuá, Integração Maranhense, Matrinchã e Guaraciaba.

4.4. EBITDA ou LAJIDA

O Ebitda é uma medição não contábil adotada pela Companhia, calculada de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022, consistindo, conforme tabela a seguir, no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

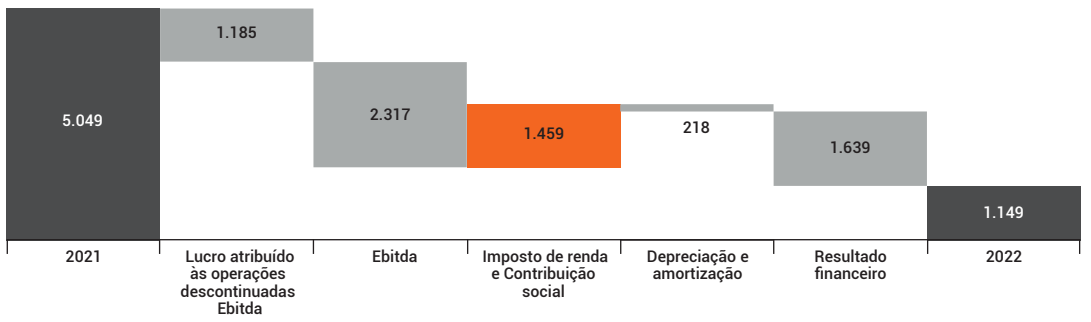
Em R$ milhões	Consolidado	
	2022	2021
Lucro líquido do período	1.149,3	5.048,6
Lucro líquido do período - operações descontinuadas	-	(1.189,6)
IRPJ e CSLL diferidos	(628,4)	790,5
Provisão IRPJ e CSLL	429,3	469,1
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	1.966,0	327,4
Lajir/Ebit	**2.916,2**	**5.446,0**
Depreciação e Amortização	1.301,0	1.082,5
Lajida/Ebitda	**4.217,2**	**6.528,5**

4.5. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou variação de R$ 1.638,7 milhões, devido principalmente a atualização da provisão da destinação de créditos de PIS e Cofins. Também impactaram o aumento de despesa financeira com variação monetária, cambial e encargos da dívida, compensados pelo acréscimo no rendimento das aplicações financeiras.

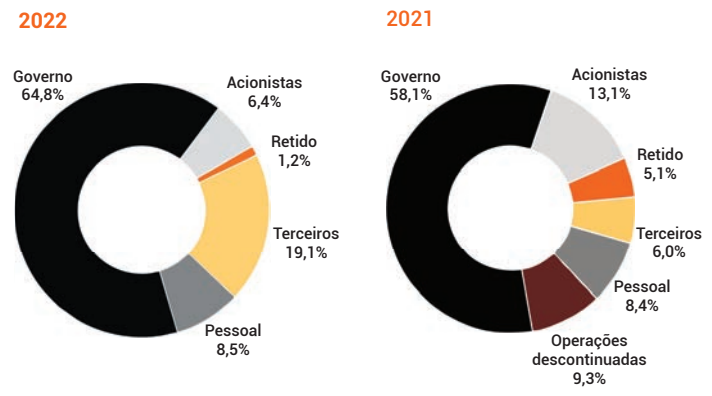
4.6. Lucro Líquido

Em 2022, o lucro líquido consolidado foi de R$ 1.149,3 milhões, sendo 77,2% inferior ao obtido no exercício anterior, de R$ 5.048,6 milhões. A redução foi impactada pela atualização e provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins em 2022 com impacto no Ebitda e no resultado financeiro, pelo reconhecimento em 2021 da compensação pela repactuação do risco hidrológico por meio de direito a extensão de outorga das usinas da Copel referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, parcialmente compensado pelo maior benefício tributário sobre o JCP reconhecido no último trimestre.



4.7. Valor Adicionado

No exercício de 2022, a Copel apurou R$ 15.221,9 milhões de Valor Adicionado, 28,3% inferior ao ano anterior, no montante de R$ 21.227,4 milhões. A demonstração, na íntegra, encontra-se nas Demonstrações Financeiras.



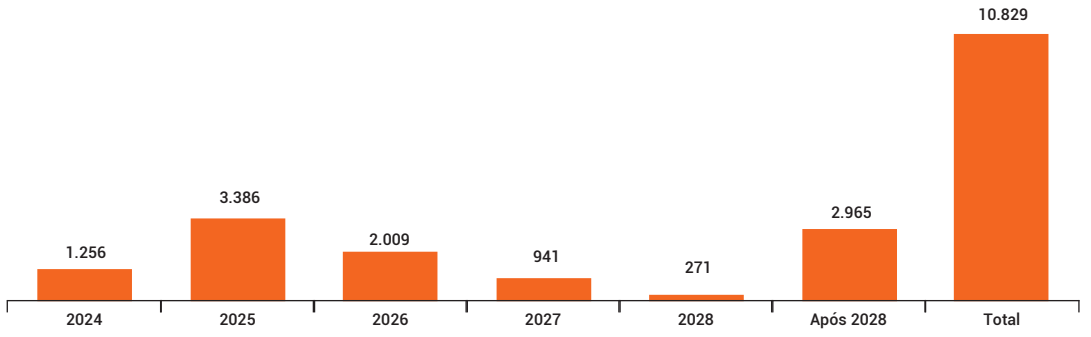
4.8. Endividamento

A Companhia financia liquidez e necessidades de capital principalmente com recursos propiciados por operações e mediante financiamentos, visando à ampliação e à modernização dos negócios ligados a geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia.

É importante ressaltar que a Companhia busca investir em projetos e, para tanto, utiliza linhas de financiamento disponíveis no mercado, que façam sentido na estrutura de capital da Copel, no que tange à alavancagem financeira frente ao retorno dos projetos. Salienta-se que as perspectivas de financiamentos, bem como as disponibilidades de caixa, serão suficientes para atendimento ao plano de investimentos do exercício de 2023. Em 2022 foram obtidos os recursos apresentados no quadro a seguir:

Ingressos (Em R$ milhões)	Empresa	Financiador	Valor
Contrato de financiamento Lote E	Copel Geração e Transmissão	BNDES	33,6
Nota Comercial	Copel Geração e Transmissão	Debenturistas	1.000,0
7ª Emissão de Debêntures	Copel Distribuição	Debenturistas	1.500,0
Cédula de Crédito	Copel Distribuição	Banco do Brasil	750,0
Contrato de financiamento	Jandaíra I	Banco do Nordeste	11,2
Contrato de financiamento	Jandaíra II	Banco do Nordeste	29,6
Contrato de financiamento	Jandaíra III	Banco do Nordeste	33,9
Contrato de financiamento	Jandaíra IV	Banco do Nordeste	33,7
Total			**3.392,0**

Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R$ 4.279,4 milhões, sendo R$ 3.051,8 milhões de principal e R$ 1.227,6 milhões de encargos. O cronograma de vencimentos da dívida de longo prazo, contemplando empréstimos, financiamentos e debêntures é:



4.9. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

(em R$ mil)	2022			
	Total	JCP (1)	JCP (2)	DIV
Aprovação na AGO	28.04.2023			
Aprovação no CAD		21.11.2022	21.11.2022	
Data de pagamento		30.11.2022	a definir	a definir
Lucro Líquido Ajustado	1.123.420			
Valor para Ações ON	357.961	221.419	136.542	-
Valor para Ações PNA	1.407	711	438	258
Valor para Ações PNB	610.890	377.870	233.020	-
Total Distribuído Bruto	**970.258**	**600.000**	**370.000**	**258**

(1) Proventos Intermediários, declarado pelo CAD em 21.11.2022, para posição com direito em 21.11.2022 (pago em 30.11.2022)
(2) Proventos Intermediários, declarado pelo CAD em 21.11.2022, para posição com direito em 21.11.2022 (pagamento até 30.06.2022)
(3) Dividendos prioritários (Ações PNA) conforme Art. 5º, § 6º do Estatuto Social, a serem deliberados na AGO de 28.04.2023

(em R$ mil)	2021				
	Total	DIV (3)	DIV (1)	JCP (1)	JCP (2)
Aprovação na AGO	29.04.2022				
Aprovação no CAD			17.09.2021	17.09.2021	08.12.2021
Data de pagamento		30.06.2022	30.11.2021	30.11.2021	30.06.2022
Lucro Líquido Ajustado	4.952.570				
Valor para Ações ON	1.120.747	496.663	434.367	86.959	102.758
Valor para Ações PNA	3.658	1.621	1.418	284	335
Valor para Ações PNB	1.964.082	870.391	761.218	152.393	180.080
Total Distribuído Bruto	**3.088.487**	**1.368.675**	**1.197.003**	**239.636**	**283.173**

(1) Proventos Intermediários, declarado pelo CAD em 17.09.2021, para posição com direito em 30.09.2021 (pago em 30.11.2021)
(2) Proventos Intermediários, declarado pelo CAD em 08.12.2021, para posição com direito em 30.12.2021 (antecipação exercício 2021)
(3) Dividendo adicional proposto (exercício 2021)

4.10. Programa de Investimentos

O programa de investimentos para 2023 foi aprovado na 233ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração. Seguem valores realizados e previstos:

Subsidiária / SPE (1)	Realizado		Previsto 2023	Variação % 2022-2021
	2022	2021		
Copel Geração e Transmissão	473,2	494,8	274,9	(4,4)
Copel Distribuição	1.848,1	1.623,0	1.878,9	13,9
Copel Telecomunicações	-	54,4	-	-
Copel Comercialização	2,6	2,0	1,6	30,0
Copel Serviços	0,1	0,7	1,0	-
Holding	6,2	3,5	5,0	77,1
Outros	-	0,5	20,9	-
Total	**2.330,2**	**2.178,9**	**2.182,3**	**6,9**

4.11. Ações

Volume negociado das ações 2022:

	Volume negociado	ON (CPLE3)		PNB (CPLE6)		UNIT (CPLE11)	
		Total	Média diária	Total	Média diária	Total	Média diária
B3	Negócios	662.777	2.651	4.328.000	17.312	706.014	2.824
	Quantidade	266.929.800	1.067.719	2.916.293.000	11.665.172	103.759.000	415.036
	Volume (R$ mil)	1.757.491	7.030	21.048.826	84.195	3.676.708	14.707
	Presença nos pregões	250	100%	250	100%	250	100%
NYSE	Quantidade	-	-	-	-	191.286.745	762.099
	Volume (US$ mil)	-	-	-	-	1.322.331	5.268
	Presença nos pregões	-	-	-	-	251	100%
Latibex	Quantidade	-	-	438.025	3.504	5.089	727
	Volume (€ mil)	-	-	576	5	33	5
	Presença nos pregões	-	-	125	48%	7	3%

Desempenho do preço das ações em 31.12.2022:

	Ação	2021	2020	Variação %
B3	ON (CPLE3)	R$ 6,87	R$ 6,12	12,3
	média ON	R$ 6,52	R$ 5,84	11,6
	PNA (CPLE5)	R$ 23,12	R$ 35,89	(35,6)
	média PNA	R$ 26,97	R$ 24,02	12,3
	PNB (CPLE6)	R$ 7,91	R$ 6,44	22,8
	média PNB	R$ 7,15	R$ 6,29	13,7
	UNIT (CPLE11)	R$ 38,49	R$ 32,00	20,3
	média UNIT	R$ 35,10	R$ 31,12	12,8
	Ibovespa	109.735	104.822	4,7
	Índice de Energia Elétrica	78.679	76.305	3,1
NYSE	UNIT (ELP)	US$ 7,23	US$ 5,63	28,4
	média ELP	US$ 6,77	US$ 5,73	18,2
	Índice Dow Jones	33.221	36.338	(8,6)
	ON (XCOPO) (1)	-	-	-
	média XCOPO	-	-	-
	PNB (XCOP)	€ 1,36	€ 1,01	34,7
	média XCOP	€ 1,33	€ 1,00	33,0
Latibex	UNIT (XCOPU)	€ 6,00	€ 4,84	24,0
	média XCOPU	€ 6,37	€ 4,44	43,5
	Índice Latibex	2.322	2.088	5,8
	média XCOP	€ 1,00	€ 1,09	(8,3)
	UNIT (XCOPU) (1)	€ 4,46	-	-
	média XCOPU	€ 4,44	-	-
	Índice Latibex	2.088	1.975	5,8

(1) Não foram realizadas negociações deste papel até 31.12.2022

4.12. Inadimplência de Consumidores

Em dezembro de 2022, a inadimplência de consumidores da Copel DIS, também denominado de Inadimplência Corporativa, foi de R$ 191,8 milhões, que equivale a 0,90% do seu faturamento dos 12 meses anteriores, redução de 32,3% em relação a dezembro de 2021. Os resultados demonstram uma sensível melhora em relação ao ano anterior nos dois principais indicadores de inadimplência da Copel DIS, conforme metodologia.

O bom resultado foi possível pelas adoções das ferramentas de cobrança, como os avisos de inadimplência (SMS, e-mail, protesto de títulos, carta cobrança) e, em última instância, a suspensão de fornecimento. Estas ações permitiam a recuperação de contas inadimplentes com muitos dias de atraso.

Indicador	2022	2021	Variação %
Inadimplência Companhia (1)	0,90%	1,33%	-32,33%
Inadimplência Abradee (2)	1,87%	2,67%	-29,96%

(1) Índice de inadimplência Critério Corporativo: Pendência de energia de 16 a 360 dias e faturamento 12 meses
(2) Índice de inadimplência Critério Abradee: Pendência de energia de 1 a 90 dias e faturamento 12 meses



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf
Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA — PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2022
em milhares de reais

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	199.877	626.052	2.678.457	3.472.845
Títulos e valores mobiliários	6	93	91	93	16.121
Cauções e depósitos vinculados		-	-	157	182
Clientes	7	-	-	3.342.050	4.433.193
Dividendos a receber		824.143	1.558.212	138.330	68.162
Ativos financeiros setoriais	8	-	-	190.699	383.740
Contas a receber vinculadas à concessão	9	-	-	8.603	5.121
Ativos de contrato	10	-	-	220.660	148.488
Outros créditos	11	977	1.150	897.380	749.816
Estoques		-	-	194.850	197.779
Imposto de renda e contribuição social	12.3	107.523	3.991	355.065	151.912
Outros tributos a recuperar	12.2	-	-	1.239.694	1.508.864
Despesas antecipadas	13	855	528	60.076	53.649
Partes relacionadas	35	47.404	5.374	1.135	-
		1.180.872	**2.195.398**	**9.327.249**	**11.189.872**
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	430.963	344.937
Outros investimentos temporários		25.619	19.985	25.619	19.985
Cauções e depósitos vinculados		-	-	-	142.764
Clientes	7	-	-	109.819	82.233
Depósitos judiciais	14	138.747	131.519	632.458	591.131
Ativos financeiros setoriais	8	-	-	190.699	383.740
Contas a receber vinculadas à concessão	9	-	-	2.269.690	2.261.684
Ativos de contrato	10	-	-	7.452.019	6.739.560
Outros créditos	11	18	7.658	931.452	916.606
Imposto de renda e contribuição social	12.3	-	30.000	127.824	153.850
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.1	333.877	165.484	1.644.299	963.259
Outros tributos a recuperar	12.2	39.810	38.659	2.627.293	3.143.546
Despesas antecipadas	13	-	-	10	27
Partes relacionadas	35	-	150.572	-	-
		538.071	**543.877**	**16.442.145**	**15.743.322**
Investimentos	**15**	**20.339.344**	**21.144.478**	**3.325.731**	**3.042.134**
Imobilizado	**16**	**7.948**	**4.112**	**10.069.468**	**10.142.591**
Intangível	**17**	**4.724**	**3.473**	**10.277.727**	**9.215.560**
Direito de uso de ativos	**26**	**4.586**	**3.165**	**261.380**	**204.056**
		20.894.673	**21.699.105**	**40.376.451**	**38.347.663**
TOTAL DO ATIVO		**22.075.545**	**23.894.503**	**49.703.700**	**49.537.535**

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE					
Obrigações sociais e trabalhistas	18	6.605	36.454	252.789	604.810
Partes relacionadas	35	1.838	2.292	-	-
Fornecedores	19	5.373	3.353	2.090.022	2.585.735
Imposto de renda e contribuição social		-	1.813	156.191	63.946
Outras obrigações fiscais	12.2	28.690	34.956	303.606	440.933
Empréstimos e financiamentos	20	-	321.157	278.838	579.770
Debêntures	21	-	501.716	1.346.347	2.144.485
Dividendos a pagar		344.251	260.995	482.325	330.947
Benefícios pós-emprego	22	2.957	229	73.814	68.836
Encargos setoriais a recolher	23	-	-	46.488	198.386
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	24	-	-	370.244	292.495
Contas a pagar vinculadas à concessão	25	-	-	105.003	104.963
Passivos financeiros setoriais	8	-	-	433.914	139.770
Passivo de arrendamentos	26	436	301	64.870	47.240
Outras contas a pagar	27	558	548	601.619	370.383
PIS e Cofins a restituir para consumidores	12.2.1	-	-	550.527	7.294
		390.708	**1.163.814**	**7.156.597**	**7.979.993**
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	35	5.851	5.851	-	-
Fornecedores	19	-	-	125.448	125.249
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.1	-	-	1.517.682	1.364.828
Outras obrigações fiscais	12.2	3.676	3.260	633.491	594.810
Empréstimos e financiamentos	20	-	468.970	4.371.525	3.098.674
Debêntures	21	-	-	6.457.508	6.003.132
Benefícios pós-emprego	22	23.890	13.922	996.223	1.226.338
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	24	-	-	244.514	334.602
Contas a pagar vinculadas à concessão	25	-	-	832.539	798.996
Passivos financeiros setoriais	8	-	-	49.341	153.409
Passivo de arrendamentos	26	4.373	2.957	208.886	165.494
Outras contas a pagar	27	25.241	50.943	645.234	599.909
PIS e Cofins a restituir para consumidores	12.2.1	-	-	1.444.631	3.319.501
Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	12.2.1	-	-	1.851.257	-
Provisões para litígios	28	804.442	347.762	2.037.599	1.597.365
		867.473	**893.665**	**21.415.878**	**19.382.307**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Atribuível aos acionistas da empresa controladora					
Capital social	29.1	10.800.000	10.800.000	10.800.000	10.800.000
Ajustes de avaliação patrimonial	29.2	593.382	426.170	593.382	426.170
Reserva legal		1.512.687	1.457.087	1.512.687	1.457.087
Reserva de retenção de lucros		7.911.295	7.785.092	7.911.295	7.785.092
Dividendo adicional proposto		-	1.368.675	-	1.368.675
		20.817.364	**21.837.024**	**20.817.364**	**21.837.024**
Atribuível aos acionistas não controladores	**15.2.2**	**-**	**-**	**313.861**	**338.211**
		20.817.364	**21.837.024**	**21.131.225**	**22.175.235**
TOTAL DO PASSIVO		**22.075.545**	**23.894.503**	**49.703.700**	**49.537.535**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE					
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	30	**-**	**-**	**21.927.721**	**23.984.287**
Custos Operacionais	31	**-**	**-**	**(16.928.407)**	**(19.119.637)**
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		**-**	**-**	**4.999.314**	**4.864.650**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	31	-	-	(186.740)	(194.998)
Despesas gerais e administrativas	31	(111.665)	(126.172)	(803.721)	(924.561)
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	17.2	-	-	-	1.570.543
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31	(441.601)	(86.344)	(760.631)	(235.910)
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	12.2.1	-	-	(810.563)	-
Resultado da equivalência patrimonial	15	1.620.451	3.689.345	478.577	366.314
		1.067.185	**3.476.829**	**(2.083.078)**	**581.388**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**1.067.185**	**3.476.829**	**2.916.236**	**5.446.038**
Resultado Financeiro	32				
Receitas financeiras		57.658	304.809	1.032.837	932.049
Despesas financeiras		(177.375)	(112.332)	(1.987.504)	(1.259.410)
Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	12.2.1	-	-	(1.011.370)	-
		(119.717)	**192.477**	**(1.966.037)**	**(327.361)**
LUCRO OPERACIONAL		**947.468**	**3.669.306**	**950.199**	**5.118.677**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12.3				
Imposto de renda e contribuição social		-	67.641	(429.267)	(469.226)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		164.539	30.250	628.389	(790.406)
		164.539	**97.891**	**199.122**	**(1.259.632)**
LUCRO LÍQUIDO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		**1.112.007**	**3.767.197**	**1.149.321**	**3.859.045**
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Lucro líquido proveniente de operações descontinuadas	39	-	1.185.376	-	1.189.557
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.112.007**	**4.952.573**	**1.149.321**	**5.048.602**
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações em continuidade		-	-	1.112.007	3.767.197
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações descontinuadas		-	-	-	1.185.376
Atribuído aos acionistas não controladores decorrente de operações em continuidade	15.2.2	-	-	37.314	96.029
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - OPERAÇÕES CONTINUADAS - em reais	**29.3**				
Ações ordinárias		0,38839	1,20448		
Ações preferenciais classe "A"		0,50343	1,41173		
Ações preferenciais classe "B"		0,41745	1,50668		
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	**29.3**				
Ações ordinárias		0,38839	1,61429		
Ações preferenciais classe "A"		0,50343	1,86252		
Ações preferenciais classe "B"		0,41745	1,95747		

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

em 31 de dezembro de 2022
e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.112.007**	**4.952.573**	**1.149.321**	**5.048.602**
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
Ganhos (perdas) com passivos atuariais benefícios pós-emprego	29.4	(11.336)	(3.257)	291.740	246.626
benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial		209.991	154.751	-	-
Tributos sobre outros resultados abrangentes		3.854	1.107	(88.548)	(93.881)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	29.4				
Ganhos com ativos financeiros		-	-	10.295	-
Ganhos com ativos financeiros - equivalência patrimonial		4.757	-	-	-
Tributos sobre outros resultados abrangentes		-	-	(3.500)	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		**207.266**	**152.601**	**209.987**	**152.745**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		**1.319.273**	**5.105.174**	**1.359.308**	**5.201.347**
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações em continuidade				1.319.273	3.919.798
Atribuído aos acionistas da empresa controladora decorrente de operações descontinuadas				-	1.185.376
Atribuído aos acionistas não controladores decorrente de operações em continuidade				40.035	96.173

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2022 e 31 dezembro de 2021
em milhares de reais

	NE nº	Atribuível aos acionistas da empresa controladora									
			Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros						
		Capital social	Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto de reserva de lucros não capitalizadas	Lucros acumulados	Total Controladora	Atribuível aos acionistas não controladores	Total Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2021		**10.800.000**	**680.364**	**(327.015)**	**1.209.458**	**6.088.855**	**1.507.449**	**-**	**19.959.111**	**291.407**	**20.250.518**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	4.952.573	4.952.573	96.029	5.048.602
Outros resultados abrangentes											
Ganhos atuariais, líquidas de tributos	29.4	-	-	152.601	-	-	-	-	152.601	144	152.745
Resultado abrangente total do exercício		**-**	**-**	**152.601**	**-**	**-**	**-**	**4.952.573**	**5.105.174**	**96.173**	**5.201.347**
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	29.4	-	(46.575)	-	-	-	-	46.575	-	-	-
Realização de passivo atuarial - desinvestimento da Copel Telecom	29.4	-	-	(33.205)	-	33.205	-	-		-	
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	(1.507.449)	-	(1.507.449)	(32.638)	(1.540.087)
Destinação proposta à A.G.O.:											
Reserva legal		-	-	-	247.629	-	-	(247.629)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	29.3	-	-	-	-	(283.173)	-	(239.636)	(522.809)	-	(522.809)
Dividendos	29.3	-	-	-	-	-	1.368.675	(2.565.678)	(1.197.003)	(16.731)	(1.213.734)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	1.946.205	-	(1.946.205)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**10.800.000**	**633.789**	**(207.619)**	**1.457.087**	**7.785.092**	**1.368.675**	**-**	**21.837.024**	**338.211**	**22.175.235**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	1.112.007	1.112.007	37.314	1.149.321
Outros resultados abrangentes											
Ganhos atuariais, líquidas de tributos	29.4	-	-	202.509	-	-	-	-	202.509	683	203.192
Ganhos com ativos financeiros	29.4	-	-	4.757	-	-	-	-	4.757	2.038	6.795
Resultado abrangente total do exercício		**-**	**-**	**207.266**	**-**	**-**	**-**	**1.112.007**	**1.319.273**	**40.035**	**1.359.308**
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	29.4	-	(36.513)	-	-	-	-	36.513	-	-	-
Realização de ganho atuarial	29.4	-	-	(3.541)	-	3.541	-	-	-	-	-
Deliberação do dividendo adicional proposto	29.3	-	-	-	-	-	(1.368.675)	-	(1.368.675)	-	(1.368.675)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	29.3	-	-	-	-	(891.000)	-	(79.000)	(970.000)	(40.198)	(1.010.198)
Destinação proposta à A.G.O.:											
Reserva legal		-	-	-	55.600	-	-	(55.600)	-	-	-
Dividendos	29.3	-	-	-	-	-	-	(258)	(258)	(24.187)	(24.445)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	1.013.662	-	(1.013.662)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**10.800.000**	**597.276**	**(3.894)**	**1.512.687**	**7.911.295**	**-**	**-**	**20.817.364**	**313.861**	**21.131.225**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2022
em milhares de reais

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício proveniente de operações em continuidade		1.112.007	3.767.197	1.149.321	3.859.045
Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas		-	1.185.376	-	1.189.557
Lucro líquido do exercício		**1.112.007**	**4.952.573**	**1.149.321**	**5.048.602**
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:					
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		49.719	(171.505)	1.314.407	601.040
Juros efetivos - bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas	9.3	-	-	(118.439)	(134.482)
Remuneração de contratos de concessão de transmissão	10.3	-	-	(769.248)	(1.084.986)
Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	12.2.1	-	-	1.821.933	-
Imposto de renda e contribuição social	12.3	-	(67.641)	429.267	469.226
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.3	(164.539)	(30.250)	(628.389)	790.406
Resultado da equivalência patrimonial	15.1	(1.600.188)	(3.719.608)	(478.577)	(303.137)
Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	22.4	7.294	7.360	268.171	246.812
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	24.1	-	-	156.690	194.016
Reconhecimento do valor justo do ativo indenizável da concessão	30	-	-	(89.941)	(142.642)
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	30	-	-	(1.847.863)	(2.502.324)
Depreciação e amortização	31	2.504	2.316	1.300.982	1.082.539
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	31.4	441.160	76.374	831.216	240.787
Resultado da repactuação do risco hidrológico - GSF	17.2	-	-	-	(1.570.543)
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	10.3	-	-	(721)	(722)
Valor justo nas operações de compra e venda de energia no mercado ativo	30.1 e 31.1	-	-	(32.748)	35.818
Valor justo nas operações com derivativos	32	-	-	2.907	20.401
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão		-	-	26.703	20
Baixas de ativos de contrato	10.1	-	-	8.829	7.155
Resultado das baixas de imobilizado	16.2	51	-	42.841	40.305
Resultado das baixas de intangíveis	17	15	-	55.177	30.623
Resultado das baixas de direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos - líquido	26.1 e 26.2	-	(9)	(79)	(177)
Lucro líquido do período das operações descontinuadas	39	-	(1.185.376)	-	(1.189.557)
		(151.977)	**(135.766)**	**3.442.439**	**1.879.180**
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		-	-	1.628.696	(210.965)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		3.189.818	1.733.450	67.732	82.937
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná		-	1.646.614	-	1.646.614
Depósitos judiciais		950	(1.682)	575	(87.866)
Ativos financeiros setoriais		-	-	966.466	1.509.802
Outros créditos		7.814	(340)	62.369	(129.814)
Estoques		-	-	2.929	(30.699)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(208.124)	(61.924)	(498.961)	(267.179)
Outros tributos a recuperar		176.115	753	264.048	(64.130)
Despesas antecipadas		(327)	(378)	(6.410)	(16.621)
Partes relacionadas		155.946	(8.883)	(1.135)	-
		3.322.192	**3.307.610**	**2.486.309**	**2.432.079**
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		(29.849)	19.695	(190.627)	17.224
Partes relacionadas		(454)	1.459	-	-
Fornecedores		2.020	169	(504.362)	(53.298)
Outras obrigações fiscais		43.847	51.943	892.002	834.358
Benefícios pós-emprego	22.4	(5.935)	(6.621)	(201.566)	(198.626)
Encargos setoriais a recolher		-	-	(151.898)	164.674
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	24.1	-	-	(203.673)	(246.744)
Contas a pagar vinculadas à concessão	25.1	-	-	(106.370)	(88.430)
Outras contas a pagar		(21.420)	20.326	105.631	21.828
Provisões para litígios quitadas	28.1	(604)	(27.410)	(242.212)	(207.877)
		(12.395)	**59.561**	**(603.075)**	**243.109**
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**3.157.820**	**3.231.405**	**5.325.673**	**4.554.368**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.813)	(259.039)	(174.295)	(659.318)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	20.3	(52.704)	(44.958)	(337.455)	(193.421)
Encargos de debêntures pagos	21.2	(28.358)	(24.805)	(890.123)	(343.903)
Encargos de passivo de arrendamentos pagos	26.2	(413)	(236)	(21.151)	(6.514)
Encargos de empréstimos concedidos/obtidos de partes relacionadas		4.895	(10.055)	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		**3.079.427**	**2.892.312**	**3.902.649**	**3.351.212**
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	39	-	-	-	35.620
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**3.079.427**	**2.892.312**	**3.902.649**	**3.386.832**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		(5.636)	2.399	67.157	(54.120)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		(146.063)	-	-	-
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		100.000	33.899	-	-
Aquisições de ativos de contrato		-	-	(1.923.558)	(1.482.785)
Aquisições de controladas - efeito no caixa	1.1.1	-	-	(18.031)	(501.886)
Aportes em investimentos	15.1	(4.829)	(503.202)	(4.829)	(30.970)
Redução de capital em investidas	15.1	-	82.330	61.536	-
Aquisições de imobilizado		(4.436)	(1.847)	(535.542)	(338.137)
Aquisições de intangível	17.3 e 17.4	(1.592)	(1.771)	(421.729)	(4.546)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO PROVENIENTES DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		**(62.556)**	**(388.192)**	**(2.774.996)**	**(2.412.444)**
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	39	-	2.506.837	-	2.444.352
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(62.556)**	**2.118.645**	**(2.774.996)**	**31.908**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Ingressos de empréstimos e financiamentos	20.3	-	-	1.891.954	134.313
Custos de transação na captação de empréstimos e financiamentos	20.3	-	-	(19.781)	(1.647)
Ingressos de debêntures emitidas	21.2	-	-	1.500.000	3.000.000
Custos de transação na emissão de debêntures	21.2	-	-	(14.445)	(35.030)
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	20.3	(774.899)	-	(1.000.319)	(202.577)
Amortizações de principal de debêntures	21.2	(500.000)	(300.000)	(2.051.481)	(1.852.048)
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	26.2	(378)	(317)	(60.200)	(51.270)
Amortizações de principal de obrigações com partes relacionadas		-	(280.000)	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(2.167.769)	(3.847.288)	(2.167.769)	(3.874.318)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(3.847.288)	(586.445)	(3.874.318)	(626.357)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO PROVENIENTES DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		**(4.427.605)**	**(645.274)**	**(2.882.577)**	**(1.695.075)**
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	41	-	-	(1.850)	(20.038)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(3.443.046)**	**(4.427.605)**	**(1.922.041)**	**(2.884.427)**
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**583.352**	**17.396**	**534.313**	**558.160**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	626.052	42.700	3.472.845	3.222.768
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	199.877	626.052	2.678.457	3.472.845
Variação de caixa e equivalentes de caixa proveniente de operações descontinuadas	39	-	-	-	284.236
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**(426.175)**	**583.352**	**(794.388)**	**534.313**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Receitas				
Venda de energia e outros serviços	-	-	27.709.876	30.472.742
Receita de construção	-	-	2.717.665	2.269.422
Valor justo do ativo indenizável da concessão	-	-	89.941	142.642
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	-	-	1.847.863	2.502.324
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF			-	1.570.543
Outras receitas	7.844	73	83.270	109.469
Perdas de crédito esperadas	-	-	(125.132)	(125.226)
	7.844	**73**	**32.323.483**	**36.941.916**
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	8.911.058	10.474.551
Encargos de uso da rede elétrica (-) ESS e EER	-	-	2.170.560	1.815.513
Material, insumos e serviços de terceiros	39.660	24.339	1.060.229	2.855.724
Gás natural e insumos para operações de gás	-	-	1.204.075	647.980
Custo de construção	-	-	2.478.696	2.040.866
Perda de valores ativos	7.995	111	149.996	77.560
Provisão (reversão) de perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*			84.387	(134.854)
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	-	-	810.563	-
Outros insumos	466.252	101.775	818.290	368.065
	513.907	**126.225**	**17.687.854**	**18.145.405**
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	**(506.063)**	**(126.152)**	**14.635.629**	**18.796.511**
(-) Depreciação e amortização	**2.504**	**2.316**	**1.300.982**	**1.082.539**
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	**(508.567)**	**(128.468)**	**13.334.647**	**17.713.972**
(+) Valor adicionado transferido				
Resultado da equivalência patrimonial	1.620.451	3.689.345	478.577	366.314
Receitas financeiras	57.658	304.809	1.032.837	932.049
Outras receitas	1.039	853	375.836	251.003
	1.679.148	**3.995.007**	**1.887.250**	**1.549.366**
Valor adicionado proveniente de operações descontinuadas	**-**	**1.792.910**	**-**	**1.964.096**
	1.170.581	**5.659.449**	**15.221.897**	**21.227.434**

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Controladora				Consolidado			
	31.12.2022	%	31.12.2021	%	31.12.2022	%	31.12.2021	%
Pessoal								
Remunerações e honorários	29.675		17.809		858.772		877.259	
Planos previdenciário e assistencial	6.685		4.065		266.181		248.773	
Auxílio alimentação e educação	1.787		2.258		98.963		102.957	
Encargos sociais - FGTS	1.886		1.021		48.397		50.686	
Programa de desligamentos voluntários	(2.344)		33.254		(9.315)		139.232	
Provisões por desempenho e participação nos lucros	294		13.717		42.008		367.423	
	37.983	**3,2**	**72.124**	**1,3**	**1.305.006**	**8,5**	**1.786.330**	**8,4**
Governo								
Federal								
Tributos	(49.542)		(55.871)		1.342.381		2.708.544	
Encargos setoriais	-		-		4.648.957		4.680.233	
Estadual	26		29		3.859.749		4.933.469	
Municipal	107		20		11.453		17.728	
	(49.409)	**(4,2)**	**(55.822)**	**(1,0)**	**9.862.540**	**64,8**	**12.339.974**	**58,1**
Terceiros								
Juros	69.654		75.538		1.843.166		1.214.127	
Atualização provisão p/ destinação créditos PIS e Cofins	-		-		1.011.370		-	
Arrendamentos e aluguéis	346		246		42.377		22.672	
Doações, subvenções e contribuições	-		7.256		8.117		41.190	
	70.000	**6,0**	**83.040**	**1,5**	**2.905.030**	**19,1**	**1.277.989**	**6,0**
Acionistas								
Lucros retidos	141.749		961.883		141.749		957.702	
Remuneração do capital próprio	970.000		239.636		970.000		239.636	
Dividendos	258		2.565.678		258		2.565.678	
Participações de acionistas não controladores	-		-		37.314		96.029	
	1.112.007	**95,0**	**3.767.197**	**66,5**	**1.149.321**	**7,6**	**3.859.045**	**18,2**
Valor adicionado distribuído proveniente de operações descontinuadas	**-**	**-**	**1.792.910**	**31,7**	**-**	**-**	**1.964.096**	**9,3**
	1.170.581	**100,0**	**5.659.449**	**100,0**	**15.221.897**	**100,0**	**21.227.434**	**100,0**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2022
em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paranaense de Energia (Copel, Companhia ou Controladora), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A, Curitiba - PR, é sociedade por ações, de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná, cujas ações são negociadas no Nível 2 de Governança Corporativa dos Segmentos Especiais de Listagem da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e nas Bolsas de Valores de Nova Iorque (NYSE) e de Madri, no segmento latino-americano (Latibex).

A Copel e suas controladas têm como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica. Adicionalmente, a Copel tem participação em consórcios, em empresas privadas e de economia mista, com o objetivo de desenvolver atividades, principalmente nas áreas de energia e gás natural.

Em 24.11.2022, a Lei 21.272 do Estado do Paraná autorizou a transformação da Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador ("Corporação") por meio de oferta pública secundária de ações e/ou Units de emissão da Companhia e propriedade do Controlador. Em 21.12.2022, decorrente da autorização legal, o Conselho de Administração da Copel, aprovou a realização de estudos para viabilizar a renovação integral das Concessões das Usinas Hidrelétricas Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, Governador Ney Braga e Governador José Richa e avaliar alternativas de captação de recursos visando o pagamento dos respectivos bônus de outorga. A transformação da Copel em "Corporação" possibilitará, nos termos da Lei 9.074/95, a manutenção de 100% de participação da Companhia nas usinas. Em 31.01.2023 o Conselho de Administração da Copel aprovou a contratação de consultores e assessores técnicos especializados para auxiliar nos estudos e na estruturação de eventual oferta.

1.1 Participações societárias da Copel

A Copel participa, direta ou indiretamente, em controladas (1.1.1), em empreendimentos controlados em conjunto (1.1.2), em coligadas (1.1.3) e em operações em conjunto (1.1.4). Até 31.12.2022 não ocorreram alterações, aquisições e alienações em relação às participações societárias de 31.12.2021. Em 06.10.2022, a Copel GeT celebrou contrato para a aquisição dos Complexos Eólicos Santa Rosa & Mundo Novo e Aventura, e a operação foi concluída em 30.01.2023 conforme NE nº 40.1.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

1.1.1 Controladas

CONTROLADA	Sede	Atividade principal	Participação %	Participação Investidora
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	Curitiba/PR	Geração e transmissão de energia elétrica	100,0	Copel
Copel Distribuição S.A. (Copel DIS) (a)	Curitiba/PR	Distribuição de energia elétrica	100,0	Copel
Copel Serviços S.A. (Copel SER)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel
Copel Comercialização S.A. (Copel COM)	Curitiba/PR	Comercialização de energia	100,0	Copel
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	Curitiba/PR	Distribuição de gás canalizado	51,0	Copel
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	70,0	Copel
UEG Araucária S.A. (UEGA)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - gás natural	20,3	Copel
			60,9	Copel GeT
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	S. Miguel do Gostoso/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	Touros/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Ventos de Santo Uriel S.A.	João Câmara/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Brownfield Investment Holding Ltda. (Brownfield)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Ventos de Serra do Mel B S.A. (Serra do Mel)	Serra do Mel/RN	Controle e gestão de participações	68,84	Copel GeT
			31,16	Brownfield
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Uirapuru Transmissora de Energia S.A	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Bela Vista Geração de Energia S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel GeT
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (FDA)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Jandaíra I Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra II Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra III Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra IV Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Eol Potiguar B61 SPE S.A. (b)	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
GE Olho D'Água S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Boa Vista S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Farol S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE São Bento do Norte S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Eol Potiguar B141 SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Eol Potiguar B142 SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Eol Potiguar B143 SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Eol Ventos de Vila Paraíba IV SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Serra do Mel

(a) Em 19.05.2022 foi concedido pela CVM o registro da Copel DIS como companhia de capital aberto na categoria "B".
(b) SEmpreendimento eólico com 99,99992% da Copel Get e 0,00008% da Brownfield.

Complexo Eólico Vilas

Em 30.11.2021 a Companhia concluiu a aquisição de 100% do Complexo Eólico Vilas e mensurou, preliminarmente, o valor justo dos ativos identificados adquiridos e os passivos assumidos na data da aquisição.

Em 30.09.2022, os valores provisórios da combinação de negócios foram revisados. O quadro a seguir apresenta o valor justo dos ativos líquidos adquiridos atualizado após os ajustes finais da combinação de negócios:

	Valor contábil ajustado (a)	Ajuste ao valor justo	Valor justo na data da aquisição
Ativos identificados	**901.059**	**301.102**	**1.202.161**
Caixa e equivalentes	76.350	-	76.350
Títulos e valores mobiliários	13.236	-	13.236
Clientes	23.585	-	23.585
Outros créditos	341	-	341
Imposto de renda e contribuição social	476	-	476
Outros tributos a recuperar	64	-	64
Despesas antecipadas	24	-	24
Imobilizado	754.557	-	754.557
Intangível	10.275	301.102	311.377
Direito de uso de ativos	22.151	-	22.151
Passivos assumidos	**605.893**	**102.375**	**708.268**
Fornecedores	11.229	-	11.229
Imposto de renda e contribuição social	117	-	117
Outras obrigações fiscais	2.905	-	2.905
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.191	102.375	105.566
Empréstimos e financiamentos	539.671	-	539.671
Passivo de arrendamento	22.379	-	22.379
Outras contas a pagar	26.401	-	26.401
Ativos líquidos adquiridos	**295.166**	**198.727**	**493.893**

(a) Valor contábil das investidas ajustado às práticas da Companhia antes da alocação do valor justo na combinação de negócio.

O quadro a seguir apresenta a variação dos valores em relação aos registros preliminares efetuados em 30.11.2021 e os valores finais atualizados em 31.12.2022:

	Valores preliminares	Ajuste	Valores finais
Valor da contraprestação	597.684	(1.416)	596.268
(-) Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	503.463	(9.570)	493.893
Ágio técnico	94.221	8.154	102.375

A revisão dos valores provisórios da combinação de negócios teve reflexo na mensuração da mais valia e do ágio técnico no total de R$ 8.154. Considerando que o ajustes não são relevantes nas Demonstrações Financeiras, sem impacto no resultado da Companhia, os saldos de 31.12.2021 não estão sendo reapresentados. Do total pago pela operação, R$ 578.236 foram desembolsados em novembro de 2021 e o saldo remanescente, de R$ 18.031, durante o exercício de 2022.

1.1.2 Empreendimentos controlados em conjunto

EMPREENDIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO	Sede	Atividade principal	Participação %	Participação Investidora
Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.	São Paulo/SP	Participação em sociedades	49,0	Copel
Solar Paraná GD Participações S.A. (a)	Curitiba/PR	Participação em sociedades	49,0	Copel
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	24,5	Copel GeT
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	Jundiaí/SP	Transmissão de energia elétrica	50,1	Copel GeT
Cantareira Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT

(a) Holding de 6 SPEs que atuam no ramo de geração distribuída (usinas fotovoltaicas): Pharma Solar II, Pharma Solar III, Pharma Solar IV, em operação comercial, e Bandeirantes Solar I, Bandeirantes Solar II e Bandeirantes Solar III, em fase pré-operacional.

1.1.3 Coligadas

COLIGADA	Sede	Atividade principal	Participação %	Participação Investidora
Dona Francisca Energética S.A.	Agudo/RS	Geração de energia elétrica	23,03	Copel
Foz do Chopim Energética Ltda.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	35,77	Copel GeT
Carbocampel S.A.	Figueira/PR	Exploração de carvão	49,0	Copel

1.1.4 Operações em conjunto (consórcios)

A Companhia possui participação em algumas operações em conjunto. Os dois empreendimentos relevantes, com valores registrados no imobilizado da Companhia, estão apresentados na NE nº 16.3.

2. CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

2.1 Contratos de Concessão/Autorização das participações da Copel

Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias		Participação %	Vencimento
Copel DIS	Contrato de concessão nº 046/1999, prorrogado pelo 5º Termo Aditivo	100	07.07.2045
Elejor	Contrato de concessão nº 125/2001 - UHE Fundão	70	11.06.2040
	Contrato de concessão nº 125/2001 - UHE Santa Clara	70	10.05.2040
		70	19.12.2032
Dona Francisca Energética	Contrato de concessão nº 188/1998 - UHE Dona Francisca	23	21.09.2037
UEG Araucária	Autorização - Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (60,9% da Copel GeT)	20,3	23.12.2029
Compagás (2.1.1)	Contrato de concessão de distribuição de gás	51	06.07.2024
Usina de Energia Eólica São João S.A.(a)	Portaria MME nº 173 /2012 - EOL São João	49	26.03.2047
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.(a)	Portaria MME nº 204 /2012 - EOL Carnaúbas	49	09.04.2047
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.(a)	Portaria MME nº 230 /2012 - EOL Reduto	49	16.04.2047
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.(a)	Portaria MME nº 233 /2012 - EOL Santo Cristo	49	18.04.2047

(a) Subsidiária integral da Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S.A.

Usina Hidrelétrica - UHE
Pequena Central Hidrelétrica - PCH
Usina Termelétrica - UTE
Usina Eolioelétrica - EOL

2.1.1 Compagas

A Compagas tem contrato de concessão firmado com o Poder Concedente, o Estado do Paraná, com vigência de 30 anos a partir de 06.07.1994, prorrogado por igual período contado da data de vencimento do prazo original, com fundamento no artigo 16 da Lei Complementar Estadual nº 205/2017, de modo que a vigência final do contrato passou para 06.07.2054.

Entre os principais quesitos presentes na renovação da concessão estão: adoção do modelo regulatório *price-cap* (tarifa teto); remuneração com base no custo médio ponderado de capital (WACC), inicialmente de 9,125% a.a.; definição da Base de Remuneração Regulatória Líquida (BRRL) inicial contemplando os bens não amortizados na atual concessão, o bônus de outorga, compensados com passivos regulatórios; Capex total estimado de R$ 2,5 bilhões a ser realizado ao longo de 30 anos; reajuste tarifário com base nas variações do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. O novo contrato foi assinado em 26.12.2022 e a prorrogação da concessão foi realizada mediante pagamento de bonificação de outorga no montante de R$ 508.000 por meio de compensação de créditos da concessionária referentes ao contrato de concessão anterior no valor de R$ 98.000 e com desembolso financeiro de R$ 410.000 em dezembro de 2022.

Em decorrência deste processo, o saldo de contas a receber vinculadas a concessão foi transferido para o intangível, onde também foi registrada a contrapartida pela bonificação da outorga, conforme demonstrado nas NEs nºs 9.2 e 17.3.

2.2 Contratos de Concessão/Autorização da Copel GeT e das suas participações societárias

COPEL GET	Participação %	Vencimento
CONCESSÕES ONEROSAS PELO DIREITO DE USO DO BEM PÚBLICO - UBP		
Contrato de Concessão de geração nº 001/2007 - UHE Gov. Jayme Canet Júnior (Mauá)	51	27.05.2047
Contrato de Concessão nº 001/2011 - UHE Colíder	100	30.01.2046
Autorização - Portaria nº 133/2011 - PCH Cavernoso II	100	06.12.2050
Contrato de Concessão nº 002/2012 - UHE Baixo Iguaçu	30	03.12.2049
Contrato de Concessão nº 007/2013		
UHE Apucaraninha	100	27.01.2027
UHE Chaminé	100	02.08.2028
UHE Derivação do Rio Jordão	100	21.06.2032
UHE Cavernoso	100	23.06.2033
CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO		
Contrato de Concessão nº 045/1999		
UTE Figueira (NE nº 36.2.6)	100	27.03.2019
UHE São Jorge (NE nº 36.2.6)	100	24.07.2026
UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	100	25.09.2032
UHE Gov. José Richa (Salto Caxias)	100	20.03.2033
Contrato de Concessão nº 001/2020		
UHE Guaricana	100	21.07.2028
Autorização - Resolução nº 278/1999 - EOL Palmas	100	29.09.2029
Despacho n° 182/2002 - Central Geradora Hidrelétrica - CGH Melissa, CGH Pitangui e CGH Salto do Vau (apenas registro na Aneel)	100	-
Contrato de Concessão nº 003/2016 - UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (GPS)	100	03.01.2053
UHE Marumbi - Declaração de registro de central geradora: CGH.PH.PR.001501-6.02	100	-
Resolução Autorizativa Aneel nº 5373/2015 - CGH Chopim I (apenas registro na Aneel)	100	-
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias		
UEG Araucária — Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (20,3% da Copel)	60,9	23.12.2029
Nova Asa Branca I — Portaria MME nº 267/2011 - EOL Asa Branca I	100	25.04.2046
Nova Asa Branca II — Portaria MME nº 333/2011 - EOL Asa Branca II	100	31.05.2046
Nova Asa Branca III — Portaria MME nº 334/2011 - EOL Asa Branca III	100	31.05.2046
Nova Eurus IV — Portaria MME nº 273/2011 - EOL Eurus IV	100	27.04.2046
Santa Maria — Portaria MME nº 274/2012 - EOL SM	100	08.05.2047
Santa Helena — Portaria MME nº 207/2012 - EOL Santa Helena	100	09.04.2047
Ventos de Santo Uriel — Portaria MME nº 201/2012 - EOL Ventos de Santo Uriel	100	09.04.2047
GE Boa Vista — Portaria MME nº 276/2011 - EOL Dreen Boa Vista	100	28.04.2046
GE Farol — Portaria MME nº 263/2011 - EOL Farol	100	20.04.2046
GE Olho D'Água — Portaria MME nº 343/2011 - EOL Dreen Olho D'Água	100	01.06.2046
GE São Bento do Norte — Portaria MME nº 310/2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	100	19.05.2046
Esperança do Nordeste — Portaria MME nº 183/2015 - EOL Esperança do Nordeste	100	11.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste — Portaria MME nº 182/2015 - EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste	100	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Jangada — REA nº 3.257/2011 - EOL GE Jangada	100	05.01.2042
Maria Helena — REA nº 3.259/2011 - EOL GE Maria Helena	100	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Potiguar — Portaria MME nº 179/2015 - EOL Potiguar	100	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Guajiru — REA nº 3.256/2011 - EOL Dreen Guajiru	100	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Cutia — REA nº 3.258/2011 - EOL Dreen Cutia	100	05.01.2042
São Bento do Norte I — Portaria n° 349/2015 - EOL São Bento do Norte I	100	04.08.2050
São Bento do Norte II — Portaria n° 348/2015 - EOL São Bento do Norte II	100	04.08.2050
São Bento do Norte III — Portaria n° 347/2015 - EOL São Bento do Norte III	100	04.08.2050
São Miguel I — Portaria n° 352/2015 - EOL São Miguel I	100	04.08.2050
São Miguel II — Portaria n° 351/2015 - EOL São Miguel II	100	04.08.2050
São Miguel III — Portaria n° 350/2015 - EOL São Miguel III	100	04.08.2050
Foz do Chopim — Autorização - Resolução nº 114/2000 - PCH Arturo Andreoli	35,77	15.08.2032
PCH Bela Vista (NE nº 16.5.1) — Resolução Autorizativa nº 913/2007 - transferência de titularidade pela Resolução Autorizativa nº 7802/2019	100	-
F.D.A. Geração de Energia Elétrica (NE nº 34.2.6) — Contrato de Concessão de Geração nº 002/2020	100	02.01.2041
Jandaíra I Energias Renováveis (NE nº 16.5.2) — Portaria n° 140/2020 - EOL Jandaíra I	100	21.12.2024
Jandaíra II Energias Renováveis (NE nº 16.5.2) — Portaria n° 141/2020 - EOL Jandaíra II	100	02.04.2055
Jandaíra III Energias Renováveis (NE nº 16.5.2) — Portaria n° 142/2020 - EOL Jandaíra III	100	02.04.2055
Jandaíra IV Energias Renováveis (NE nº 16.5.2) — Portaria n° 139/2020 - EOL Jandaíra IV	100	02.04.2055
EOL Potiguar B 141 SPE S.A. — Portaria n° 02/2019 - EOL Vila Maranhão I	100	11.01.2054
EOL Potiguar B 142 SPE S.A. — Portaria n° 12/2019 - EOL Vila Maranhão II	100	14.01.2054
EOL Potiguar B 143 SPE S.A. — Portaria n° 13/2019 - EOL Vila Maranhão III	100	14.01.2054
EOL Potiguar B 61 SPE S.A. — Portaria n° 453/2019 - EOL Ventos de Vila Mato Grosso I	100	06.12.2054
Ventos de Vila Paraíba IV SPE S.A — Portaria n° 10/2019 - EOL Vila Ceará I	100	14.01.2054

COPEL GET		Participação %	Vencimento	Próxima revisão tarifária
Contratos de Concessões de Linhas de Transmissão - LT e Subestações - SE				
Contrato nº 060/2001 - Instalações de transmissão (diversos LTs e SEs) - prorrogado pelo 3º termo aditivo		100	01.01.2043	2023
Contrato nº 075/2001 - LT 230 kV Bateias - Jaguariaíva		100	17.08.2031	(a)
Contrato nº 006/2008 - LT 230 kV Bateias - Pilarzinho		100	17.03.2038	2023
Contrato nº 027/2009 - LT 525 kV Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste		100	19.11.2039	2025
Contrato nº 010/2010 - LT 500 kV Araraquara II - Taubaté		100	06.10.2040	2026
Contrato nº 015/2010 - SE Cerquilho III 230/138 kV		100	06.10.2040	2026
Contrato nº 022/2012 - LT 230 kV Londrina - Figueira e LT 230 kV Foz do Chopim - Salto Osório		100	27.08.2042	2023
Contrato nº 002/2013 - LT 230 kV Assis - Paraguaçu Paulista II e SE Paraguaçu Paulista II 230 kV		100	25.02.2043	2023
Contrato nº 005/2014 - LT 230 kV Bateias - Curitiba Norte e SE Curitiba Norte 230/138 kV		100	29.01.2044	2024
Contrato nº 021/2014 - LT 230 kV Foz do Chopim - Realeza e SE Realeza 230/138 kV		100	05.09.2044	2025
Contrato nº 022/2014 - LT 500 kV Assis - Londrina		100	05.09.2044	2025
Contrato nº 006/2016 - LT 525 kV Curitiba Leste - Blumenau (a)		100	07.04.2046	2026
LT 230 kV Baixo Iguaçu - Realeza				
LT 230 kV Curitiba Centro - Uberaba				
SE Medianeira 230/138 kV				
SE Curitiba Centro 230/138 kV				
SE Andirá Leste 230/138 kV				
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias				
Costa Oeste Transmissora	**Contrato nº 001/2012:**	100	12.01.2042	2027
	LT 230 kV Cascavel Oeste - Umuarama			
	SE Umuarama 230/138 kV			
Caiuá Transmissora	**Contrato nº 007/2012:**	49	10.05.2042	2027
	LT 230 kV Umuarama - Guaíra			
	LT 230 kV Cascavel Oeste - Cascavel Norte			
	SE Santa Quitéria 230/138/13,8 kV			
	SE Cascavel Norte 230/138/13,8 kV			
Marumbi Transmissora	**Contrato nº 008/2012:**	100	10.05.2042	2027
	LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste			
	SE Curitiba Leste 525/230 kV			
Integração Maranhense	**Contrato nº 011/2012: LT 500 Kv Açailândia - Miranda II**	49	10.05.2042	2027
Matrinchã Transmissora	**Contrato nº 012/2012:**	49	10.05.2042	2027
	LT 500 kV Paranaíta - Cláudia			
	LT 500 kV Cláudia - Paranatinga			
	LT 500 kV Paranatinga - Ribeirãozinho			
	SE Paranaíta 500 kV			
	SE Cláudia 500 kV			
	SE Paranatinga 500 kV			
Guaraciaba Transmissora	**Contrato nº 013/2012:**	49	10.05.2042	2027
	LT 500 kV Ribeirãozinho - Rio Verde Norte			
	LT 500 kV Rio Verde Norte - Marimbondo II			
	SE Marimbondo II 500 kV			
Paranaíba Transmissora	**Contrato nº 007/2013:**	24,5	02.05.2043	2023
	LT 500 kV Barreiras II - Rio das Éguas			
	LT 500 kV Rio das Éguas - Luziânia			
	LT 500 kV Luziânia - Pirapora 2			
Mata de Santa Genebra	**Contrato nº 001/2014:**	50,1	14.05.2044	2024
	LT 500 kV Itatiba - Bateias			
	LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba			
	LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias			
	SE Santa Bárbara D´Oeste 440 kV			
	SE Itatiba 500 kV			
	SE Fernão Dias 500/440 kV			
Cantareira Transmissora	**Contrato nº 019/2014: LT 500 kV Estreito - Fernão Dias**	49	05.09.2044	2025
Uirapuru Transmissora	**Contrato nº 002/2005: LT 525 kV Ivaiporã - Londrina**	100	04.03.2035	(a)

(a) Não passam por revisão tarifária e a RAP reduz para 50% no 16º ano.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 21.03.2023.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Copel e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.3.1 Julgamentos

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis com efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

- NEs nºs 4.1 e 15 - Base de consolidação e Investimentos: avaliação sobre a existência de controle e influência significativa;
- NE nº 4.2 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

3.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas com uma possibilidade razoável de levar a ajustes significativos nos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro:

- NEs nºs 4.3 e 8 - Ativos e passivos financeiros setoriais: previsão de valores que serão contemplados no processo de revisão tarifária;
- NEs nºs 4.4 e 9 - Contas a receber vinculadas à concessão: previsão dos fluxos de caixa e do saldo indenizável dos contratos de concessão;
- NEs nºs 4.5 e 10 - Ativos de contrato: definição da taxa de remuneração dos contratos, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos de caixas.;
- NEs nºs 4.8 e 16 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 4.9 e 17 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 4.10.1 e 7.3 - Perdas de crédito esperadas: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NEs nºs 4.10.2 e 16.4 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nºs 4.11 e 28 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nºs 4.11 e 12.2.1 - Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins: avaliação dos montantes que podem ser exigidos para devolução aos consumidores;
- NE nº 4.12 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e de margem de construção;
- NE nº 4.14 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE: previsão de valores que serão faturados pela CCEE;
- NE nº 4.15 - Instrumentos financeiros derivativos: marcação a mercado dos contratos de compra e venda de energia;
- NEs nºs 4.16.2 e 12.1 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros;
- NEs nºs 4.17 e 22 - Benefícios pós-emprego: premissas atuariais para avaliação dos planos previdenciários e assistenciais;
- NEs nºs 4.18 e 26 - Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos: definição da taxa de juros para os contratos.

3.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia, o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

4.1 Base de consolidação

4.1.1 Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas são reconhecidos nas demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial.

Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando necessário, para cálculo das equivalências patrimoniais, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Controladora.

4.1.2 Controladas

As controladas são as entidades em que a investidora está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com elas e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre as entidades.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Os saldos de ativos, passivos e resultados das controladas são consolidados linha a linha e os saldos decorrentes das transações entre as empresas consolidadas são eliminados. Os saldos das transações entre operações continuadas e operações descontinuadas também são integralmente eliminados no balanço consolidado.

4.1.3 Participação de acionistas não controladores

A participação de acionistas não controladores é apresentada no patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. Os lucros, os prejuízos e os outros resultados abrangentes também são atribuídos separadamente dos atribuídos aos acionistas da Controladora, ainda que isso resulte em que as participações de acionistas não controladores tenham saldo deficitário.

4.1.4 Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Os empreendimentos controlados em conjunto são as entidades em que a investidora, vinculada a um acordo, não exerce individualmente o poder de decisões financeiras e operacionais, independentemente do percentual de participação no capital votante.

As coligadas são as entidades sobre as quais a investidora tem influência significativa, mas não o controle.

Quando a participação nos prejuízos de um empreendimento controlado em conjunto ou de uma coligada se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, a investidora deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Perdas adicionais serão consideradas, e um passivo reconhecido, somente se a investidora incorrer em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou efetuar pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, a investidora deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

4.1.5 Operações em conjunto (consórcios)

Operação em conjunto é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio.

As operações em conjunto são contabilizadas na proporção de cota-parte de ativos, passivos e resultado, na empresa que detém a participação.

4.1.6 Combinação de negócios

A análise da aquisição é feita caso a caso para determinar se a transação representa uma combinação de negócios ou uma compra de ativos. Transações entre empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

Os ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios são contabilizados utilizando o método de aquisição e são reconhecidos pelos seus respectivos valores justos na data de aquisição.

O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos) é reconhecido como ágio (goodwill), no ativo intangível. Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

O valor pago que se refira especificamente a direito de concessão adquirido em combinação de negócios onde a entidade adquirida seja uma concessionária, cujo direito à concessão tenha prazo conhecido e definido, não se caracteriza como goodwill.

Nas aquisições de participação em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto, apesar de não configurarem uma combinação de negócios, os ativos líquidos adquiridos também são reconhecidos pelo valor justo. O ágio é apresentado no investimento.

4.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, exceto pelo ativo proveniente das Reduções Certificadas de Emissões - RECs da Elejor. A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos conforme descrito na NE nº 4.15.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

4.2.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

4.2.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

4.2.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

4.2.4 Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

4.2.5 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4.3 Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

A Companhia registra as variações dos ativos e passivos financeiros setoriais com o objetivo de manter a neutralidade entre os valores faturados das tarifas dos consumidores, para cobertura dos custos de energia, de encargos e outros itens relacionados, e o previsto em cobertura tarifária, conforme termo aditivo ao contrato de concessão das concessionárias de distribuição, aprovado pelo Despacho Aneel nº 4.621/2014.

Os ativos e passivos financeiros setoriais líquidos são compostos por: a) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A - CVA, que registra a variação entre os custos previstos e realizados de aquisição de energia elétrica, de transmissão e encargos setoriais; b) itens financeiros que correspondem a outros direitos e obrigações integrantes da tarifa.

Os valores são atualizados até o próximo reajuste/revisão tarifária e, após a homologação da Aneel, a nova tarifa é aplicada para o ano tarifário vigente, proporcionando cobrança ou devolução dos ativos e passivos constituídos, os quais passam a ser amortizados.

No caso de extinção da concessão por qualquer motivo, os valores residuais de itens da Conta de Compensação de Valores de itens da "Parcela A" - CVA e outros componentes financeiros, não repassados via tarifa, devem ser incorporados no cálculo da indenização, mantendo-se resguardado o direito ou a obrigação do concessionário junto ao Poder Concedente.

4.4 Contas a receber vinculadas à concessão

Referem-se aos ativos financeiros das concessões com direito incondicional de receber caixa pela Companhia, garantido pelo Poder Concedente por cláusula contratual e legislação específica.

4.4.1 Concessão de distribuição de energia elétrica

O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica prevê que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão. Esse modelo prevê o reconhecimento de ativo financeiro, ativo de contrato no período da construção e de ativo intangível.

A parcela reconhecida como ativo financeiro refere-se à indenização prevista no contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica que assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Companhia pelos investimentos efetuados em infraestrutura, sem recuperação, por meio da tarifa.

Os fluxos de caixa vinculados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória - BRR, definida pelo Poder Concedente, e o valor justo é registrado com base na metodologia de custo de reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão.

4.4.2 Concessão de distribuição de gás canalizado

O contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, prevê que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e outra parte é indenizada pelo Poder Concedente, o Estado do Paraná, ao final da concessão. Esse modelo prevê o reconhecimento de ativo financeiro, ativo de contrato no período da construção e de ativo intangível. O montante que não será amortizado dentro do prazo da concessão é apresentado como Contas a receber vinculadas a concessão e representa o valor a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato.

4.4.3 Bonificação pela outorga de contrato de concessão de geração em regime de cotas

O contrato de concessão de geração em regime de cotas prevê o pagamento de bonificação pela outorga ao Poder Concedente, nos termos do parágrafo 7° do artigo 8° da Lei nº 12.783/2013.

Esta bonificação é reconhecida como ativo financeiro por representar um direito incondicional de receber caixa, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda.

A remuneração deste ativo financeiro é baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC na sigla em inglês) definido pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE na Resolução 2/2015, a qual está sendo apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

4.4.4 Concessão de geração de energia elétrica

A Companhia operou e opera contratos de concessão de geração de energia elétrica que contém cláusulas de indenização da infraestrutura não depreciada, amortizada e/ou recebida durante o prazo da concessão. Após o vencimento, os saldos residuais dos ativos são transferidos para contas a receber vinculadas à concessão. Ao final de cada período de divulgação, a Administração avalia a recuperabilidade do ativo, remensurando seu fluxo de caixa com base em sua melhor estimativa.

4.5 Ativos de contrato

Representado pela construção em curso ou em serviço da infraestrutura delegada pelo Poder Concedente, condicionado ao recebimento da receita não somente pela passagem do tempo, mas após cumprir a obrigação de performance de manter e operar a infraestrutura.

4.5.1 Concessão de distribuição de energia elétrica

Representa o direito contratual da concessionária relacionado às obras em construção para atendimento às necessidades da concessão, contabilizado ao custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Quando da entrada em operação os ativos são transferidos para o ativo intangível, no montante equivalente ao que será remunerado pelo usuário mediante pagamento de tarifa pelo uso dos serviços, ou para o contas a receber vinculados à concessão, no montante equivalente à parcela residual dos ativos não amortizados que serão revertidos ao poder concedente mediante indenização ao final da concessão.

4.5.2 Concessão de distribuição de gás canalizado

Obras em curso para distribuição de gás canalizado as quais serão transferidas para o ativo intangível quando de sua entrada em operação e na medida em que é recebido o direito (autorização) de cobrar os usuários. O montante que não será amortizado dentro do prazo da concessão é transferido para Contas a receber vinculadas à concessão.

4.5.3 Concessão de transmissão de energia elétrica

Representa o saldo dos contratos de serviço público de transmissão de energia elétrica firmados com o Poder Concedente para construir, operar e manter as linhas e subestações de alta tensão dos centros de geração até os pontos de distribuição.

Durante a vigência do contrato de concessão a Companhia recebe, condicionado a sua performance, uma remuneração denominada Receita Anual Permitida - RAP que amortiza os investimentos realizados na construção da infraestrutura e também faz frente aos custos de operação e manutenção incorridos.

Após o início da operação comercial e na medida em que o serviço de operação e manutenção – O&M é prestado, a parte da RAP referente a receita de O&M é reconhecida no resultado ao valor justo, mensalmente, e faturada em conjunto com a parte da receita reconhecida na fase de construção, referente a remuneração dos ativos construídos. Este valor faturado após o cumprimento da performance de O&M é reclassificado para o ativo financeiro na rubrica de clientes até o seu recebimento efetivo.

A Companhia estima sua receita na fase de construção a valor justo com base no custo orçado da obra e utilizado pela administração como parâmetro para o lance no leilão da concessão. A receita a valor justo é composta pelo custo orçado para todo período de construção acrescido da margem de construção, que representa o lucro suficiente para cobrir os gastos de gerenciamento e acompanhamento da obra.

A taxa de remuneração de cada concessão é determinada pela projeção do custo esperado, da margem de lucro sobre o custo na fase de construção e também da projeção da RAP a ser recebida, já liquida da estimativa da contraprestação variável (PV) e da parte da RAP da performance de O&M. Essa técnica de avaliação de valor justo pela abordagem de receita desconta o fluxo de caixa de todo o período da concessão, determinando no reconhecimento inicial a taxa implícita que zera o fluxo ao longo do tempo. Essa taxa de remuneração é fixada no momento inicial e não se altera durante a performance do contrato e representa a taxa de mercado vigente a época nas condições da negociação entre partes.

O ativo proveniente da construção da infraestrutura de transmissão é formado pelo reconhecimento da receita de construção, conforme o percentual completado da obra (NE nº 4.13), e por sua remuneração financeira (NE nº 4.12.2).

A Companhia reconhece os ganhos e perdas por eficiência ou ineficiência na construção da infraestrutura e em função de revisão tarifária periódica – RTP, quando incorridos, diretamente no resultado do exercício.

No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção da infraestrutura, este será recebido diretamente do Poder Concedente, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

Rede Básica do Sistema Existente – RBSE

Os saldos dos ativos RBSE são compostos por uma componente econômica, referente ao custo de capital dos ativos não depreciados em julho de 2017 e uma componente financeira, decorrente do direito pela Receita Anual Permitida - RAP do Contrato de concessão nº 060/2001 não recebida no período de janeiro de 2013 a junho de 2017, acrescido de atualização monetária e juros remuneratórios.

4.6 Contas a pagar vinculadas à concessão

Referem-se aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de geração de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro inicial da obrigação é feito na data da assinatura do contrato de concessão e corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros. Posteriormente, é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados.

4.7 Estoque (inclusive do ativo imobilizado e do ativo de contrato)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado e no ativo de contrato, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

4.8 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão de serviço público de geração de energia elétrica são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, que é revisada anualmente e ajustada, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

4.9 Intangível

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos, além dos contratos de concessão apresentados a seguir.

4.9.1 Concessão onerosa de geração de energia elétrica e de gás canalizado

Corresponde à aquisição de direito de exploração do potencial de geração de energia hidráulica e de gás canalizado cujo contrato prevê pagamentos à União a título de Uso do Bem Público – UBP e/ou Bônus de Outorga.

O montante é reconhecido pelo valor presente das saídas de caixa futuras no período de vigência do contrato de concessão. Na data de início da operação comercial ou da aquisição do direito de exploração do empreendimento, o montante apresentado é fixado e amortizado durante o período da concessão.

4.9.2 Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF)

Ativo constituído pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, proveniente do valor recuperado do custo com o fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE (GSF). O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual é amortizado linearmente até o final do novo prazo de concessão.

4.9.3 Concessão de distribuição de energia elétrica

Compreende o direito de exploração da infraestrutura, construída ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de energia elétrica, e de cobrar dos usuários o serviço público prestado.

É reconhecido pelo custo de aquisição, incluídos os custos de empréstimos, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização desse intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos, com expectativa de amortização durante o prazo da concessão.

Durante a fase de construção da infraestrutura os custos são classificados como ativos de contrato (NE 4.5).

4.9.4 Concessão de distribuição de gás canalizado

Ativo intangível para a prestação dos serviços de distribuição de gás, que corresponde ao direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás.

Esse ativo intangível é avaliado inicialmente pelo custo de aquisição, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. Nesse ativo é aplicado o método de amortização linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, considerando o padrão de benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis.

Durante a fase de construção da infraestrutura os custos são classificados como ativos de contrato (NE 4.5).

4.9.5 Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

4.9.6 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da alienação de um ativo intangível são reconhecidos no resultado, mensurados com a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo.

4.10 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

4.10.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuírem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

4.10.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

Os ativos provenientes da concessão onerosa e direitos de concessão e/ou autorização de geração de energia elétrica, classificados como ativos intangíveis, têm seu valor recuperável testado juntamente com os demais ativos daquela unidade geradora de caixa.

O valor recuperável de ativos de contrato na sua fase de formação é testado no momento de sua mensuração, em decorrência principalmente da utilização da taxa efetiva de juros fixada no início do projeto e levada até o final do fluxo de caixa da concessão. Após o início da operação comercial a parte da receita faturada é testada no contas a receber de clientes e a parte a receber condicionada a cumprir a obrigação de performance de manter e operar a infraestrutura, a Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas, pois são garantidas por estruturas de fianças, pelo rateio compartilhado de eventual inadimplência entre os demais integrantes do sistema interligado nacional gerido pelo Operador Nacional do Sistema - ONS e pela regulamentação do setor.

4.11 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal, formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão) ou ativos de contrato (distribuição). No momento do início das operações

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais não provisionados relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício, exceto os custos ou despesas para renovação das licenças, que são registrados como ativo intangível e amortizado pelo prazo da vigência da licença.

4.12 Reconhecimento da receita

4.12.1 Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente, principalmente, do suprimento e fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Para as empresas de geração eólica sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

A receita proveniente do fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica é reconhecida mensalmente com base na energia medida e efetivamente faturada. Além disso, a Companhia registra a receita não faturada, calculada entre a data da última leitura e o encerramento do mês, por estimativa, com base na média do último faturamento. No contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica estão previstas compensações de não performance de indicadores de qualidade que, quando incorridas, são contabilizadas em conta redutora da receita de disponibilidade da rede elétrica.

4.12.2 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Em relação ao ativo de contrato da concessão de transmissão de energia elétrica é reconhecida receita de remuneração financeira utilizando a taxa de remuneração implícita fixada no início de cada projeto, a qual é apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

4.13 Receita de construção e custo de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição e transmissão de energia elétrica e de distribuição de gás são reconhecidas ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra.

Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

Considerando que a Copel DIS e a Compagas terceirizam a construção de infraestrutura de distribuição com partes não relacionadas, por meio de obras realizadas em curto prazo, a margem de construção para as atividades de distribuição de energia e de gás resulta em valores não significativos, o que leva ao não reconhecimento deste valor na receita de construção.

A margem de construção adotada para a atividade de transmissão relativa aos exercícios de 2022 e de 2021 é de 1,65%, e deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

4.14 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

4.15 Instrumentos financeiros derivativos

4.15.1 Operações de compra e venda de energia

A Companhia negocia operações de compra e venda de energia e parte de seus contratos são designados e classificados como instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou perdas líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado destes contratos (diferença entre os preços contratados e os de mercado) são registrados como receita operacional ou custo operacional no resultado do exercício.

4.15.2 Operações de compra a termo de moeda

Além disso, a Companhia opera com contratos de compra a termo de moeda ("Non Deliverable Forward - NDF"), que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados aos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas, quando refletem compras de equipamentos projetados em moedas estrangeiras. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas no resultado do exercício. O valor justo é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras.

4.16 Tributos

4.16.1 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

4.16.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

4.16.3 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS das alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens são apresentados deduzido do custo de aquisição dos respectivos ativos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

4.17 Benefícios Pós-emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e Plano Assistencial (assistência médica e odontológica) para seus empregados ativos e seus dependentes legais. Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são avaliados anualmente por atuário independente, com a data base que coincide com o encerramento do exercício. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com o atuário independente e aprovadas pela Administração.

Os ativos dos planos de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado) pela companhia. O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano. A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

4.18 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

4.19 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pelas empresas assim como sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é demonstração prevista ou obrigatória conforme as IFRS.

4.20 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1°.01.2022

A partir de 1°.01.2022 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

(i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;

(ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;

(iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;

(iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

4.21 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

(i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);

(ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);

(iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);

(iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);

(v) CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de "*sale and leaseback*" (a partir de 1º.01.2024);

(vi) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	173	163	222.641	231.372
Aplicações financeiras de liquidez imediata	199.704	625.889	2.455.816	3.241.473
	199.877	**626.052**	**2.678.457**	**3.472.845**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a Operações Compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 94,0% e 102% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia e suas controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 3 a 55 meses a partir do final do exercício.

CATEGORIA	Indexador	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Cotas de fundos de investimentos (a)	CDI	93	91	353.454	284.852
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96% a 101% do CDI	-	-	77.602	61.635
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10,92% a.a.	-	-	-	14.571
		93	**91**	**431.056**	**361.058**
	Circulante	**93**	**91**	**93**	**16.121**
	Não circulante	**-**	**-**	**430.963**	**344.937**

Certificado de Depósito Interbancário - CDI
(a) Tratam-se, em sua maioria, de contas de reserva destinadas ao cumprimento de contratos com o BNDES.

7. CLIENTES

CONSOLIDADO	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.12.2022	Saldo 31.12.2021
Consumidores					
Residencial	312.468	172.243	28.385	513.096	858.070
Industrial	115.555	17.612	45.689	178.856	329.910
Comercial	194.959	41.274	24.027	260.260	442.902
Rural	78.099	20.194	3.352	101.645	151.459
Poder público	36.506	2.200	401	39.107	58.532
Iluminação pública	28.140	188	-	28.328	55.943
Serviço público	37.698	952	643	39.293	62.350
Fornecimento não faturado - cativos	462.426	-	-	462.426	948.418
Parcelamento de débitos - cativos (7.1)	289.821	43.230	70.467	403.518	343.667
Subsídio baixa renda	28.342	-	-	28.342	17.712
Consumidores livres	202.525	2.396	3.710	208.631	174.495
Outros créditos	64.835	24.866	24.489	114.190	157.526
Bônus por redução voluntária de consumo (7.4)	(2.754)	-	-	(2.754)	(134.890)
	1.848.620	**325.155**	**201.163**	**2.374.938**	**3.466.094**
Concessionárias, permissionárias e comercializadoras					
Contratos bilaterais	276.448	1.400	300	278.148	210.632
Contratos regulados	196.603	3.148	5.319	205.070	223.237
CCEE (7.2)	76.962	-	119.665	196.627	467.529
Suprimento de energia elétrica	**550.013**	**4.548**	**125.284**	**679.845**	**901.398**
Encargos de uso da rede elétrica	**508.242**	**8.499**	**13.518**	**530.259**	**362.070**
Distribuição de gás	**123.839**	**3.440**	**11.491**	**138.770**	**90.465**
(-) Perdas de créditos esperadas (7.3)	**(21.001)**	**(19.893)**	**(231.049)**	**(271.943)**	**(304.601)**
	3.009.713	**321.749**	**120.407**	**3.451.869**	**4.515.426**
	Circulante			**3.342.050**	**4.433.193**
	Não circulante			**109.819**	**82.233**

7.1 Parcelamento de débitos - cativos

Os saldos de parcelamento de débitos estão a valor presente, em 31.12.2022, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto de 1,10% a.m. (1,16% a.m. em 31.12.2021).

7.2 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Saldo a receber proveniente de posição positiva na liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE. Os valores são recebidos no segundo mês subsequente ao reconhecimento da receita ou são compensados com liquidações futuras quando o resultado apresentar posição negativa para a controlada.

Do total apresentado, R$ 119.665 se referem à parcela controversa decorrente dos efeitos da liminar pelo excludente de responsabilidade da UHE Colíder. Como resultado de caso fortuito e força maior, a usina atrasou sua operação comercial, inicialmente prevista para janeiro de 2015. A Companhia discute judicialmente o pedido de excludente de responsabilidade para que a obrigatoriedade do fornecimento da energia contratada pela usina, no período em atraso, seja postergada. Foram registradas perdas de crédito esperadas no mesmo valor do saldo a receber, conforme demonstrado na NE n° 7.3.

A Copel GeT protocolou pedido administrativo do excludente de responsabilidade na Aneel, que foi negado, e subsequentemente, em 18.12.2017, impetrou ação ordinária com pedido de tutela antecipada junto ao Poder Judiciário, solicitando a reversão da decisão da agência. Em 06.04.2018, o Tribunal Federal da 1ª Região deferiu a antecipação de tutela recursal requerida no Agravo de Instrumento para conceder a liminar para suspender a exigência de quaisquer ônus ou imputação de penalidade à Copel em decorrência da ultrapassagem dos marcos temporais do cronograma original do Contrato de Concessão, até o julgamento definitivo. Foi interposto Agravo interno pela Aneel desta decisão e aguarda julgamento pelo Tribunal Regional Federal. A ação principal aguarda seu julgamento de mérito desde 25.02.2019.

A energia contratada da usina é de 125 MW médios. Para os períodos em atraso o contrato foi cumprido e, em virtude do não julgamento do mérito da ação, a Companhia reconheceu a receita se limitando às cláusulas econômicas do contrato e às regras regulatórias, bem como ao custo da energia para cobertura do lastro contratual.

7.3 Perdas de créditos esperadas

CONSOLIDADO	Saldo em 1°.01.2021	Adições/ (reversões)	Perdas	Reclassificação (a)	Saldo em 31.12.2021	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2022
Consumidores								
Residencial	47.396	117.928	(115.056)	-	50.268	112.457	(100.199)	62.526
Industrial	88.866	20.413	(66.848)	-	42.431	(12.993)	3.398	32.836
Comercial	68.723	35.628	(46.057)	-	58.294	22.510	(48.764)	32.040
Rural	3.937	6.407	(7.384)	-	2.960	4.327	(3.460)	3.827
Poder público	3.084	184	(2.887)	-	381	116	39	536
Iluminação pública	8	11	(8)	-	11	7	-	18
Serviço público	143	(16)	(154)	-	(27)	2.254	(277)	1.950
Não faturado - cativos	1.589	885	-	-	2.474	(1.487)	-	987
Ajuste a valor presente	(650)	(854)	-	-	(1.504)	(1.146)	-	(2.650)
	213.096	**180.586**	**(238.394)**	**-**	**155.288**	**126.045**	**(149.263)**	**132.070**
Concessionárias, permissionárias e comercializadoras								
CCEE (7.2)	119.665	-	-	-	119.665	-	-	119.665
Concessionárias e permissionárias	20.533	1.224	(1.994)	-	19.763	(5.353)	(4.583)	9.827
	140.198	**1.224**	**(1.994)**	**-**	**139.428**	**(5.353)**	**(4.583)**	**129.492**
Telecomunicações	**-**	**3.042**	**(3.153)**	**111**	**-**	**-**	**-**	**-**
Distribuição de gás	**12.257**	**(2.611)**	**239**	**-**	**9.885**	**1.064**	**(568)**	**10.381**
	365.551	**182.241**	**(243.302)**	**111**	**304.601**	**121.756**	**(154.414)**	**271.943**

(a) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 39).
(b) Perdas líquidas de saldo de faturas recuperadas.

7.4 Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica

Saldo do bônus concedido aos consumidores elegíveis ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, como parte das ações governamentais para combate à crise hídrica de 2021, correspondente ao total da energia economizada entre setembro e dezembro de 2021. A Companhia registrou, em 31.12.2021, um crédito de R$ 134.890 referente ao valor a devolver aos clientes, em contrapartida de um crédito a receber da CCEE (NE nº 11). Em 31.12.2022, ainda restam R$ 2.754 a devolver aos consumidores e R$ 2.917 a serem reembolsados pela CCEE.

8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS LÍQUIDOS

Os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais compreendem as diferenças apuradas entre os saldos considerados na cobertura tarifária para cobrir os custos de energia, encargos e outros componentes financeiros, e os custos reais incorridos, resultando em um saldo a receber pela distribuidora ou a ressarcir para os consumidores. O saldo atual é constituído por valores homologados pela Aneel no reajuste tarifário 2022 e por valores que serão homologados nos próximos eventos tarifários.

CONSOLIDADO	Saldo em 1º.01.2022	Receita Operacional		Resultado financeiro	Bandeiras tarifárias	Balanço Patrimonial	Saldo em 31.12.2022
		Constituição	Amortização	Atualização		Constituição	
Parcela A							
Energia elétrica comprada para revenda - Itaipu	1.286.966	344.732	(914.566)	102.517	-	-	819.649
Energia elétrica comprada p/ revenda - CVA Energ	(475.842)	(540.360)	429.160	(36.149)	41.132	-	(582.059)
Transporte de energia pela rede básica	180.521	213.107	(152.329)	12.467	-	-	253.766
Transporte de energia comprada de Itaipu	14.018	8.125	(11.823)	386	-	-	10.706
ESS	531.280	417.465	(324.194)	46.467	(443.689)	-	227.329
CDE	(18.786)	392.608	(201.781)	28.452	-	-	200.493
Proinfa	10.501	77.631	(53.235)	7.181	-	-	42.078
Outros componentes financeiros							
Devolução Pis e Cofins (8.2)	(337.350)	-	1.164.877	-	-	(1.593.100)	(765.573)
Neutralidade	81.177	94.338	(81.461)	4.544	-	-	98.598
Compensação acordos bilaterais CCEAR	(184)	(239)	385	(148)	-	-	(186)
Risco hidrológico	(604.152)	(463.625)	570.582	(27.611)	-	-	(524.806)
Devoluções tarifárias	(198.997)	(66.898)	101.685	(11.250)	-	-	(175.460)
Sobrecontratação	(78.596)	522.321	53.319	15.420	(76.140)	-	436.324
Bônus Itaipu	(26.451)	46.915	(6.240)	(4.568)	-	(4.713)	4.943
Conta escassez hídrica (8.1)	-	-	76.949	(2.293)	-	(145.844)	(71.188)
CDE Eletrobras (8.2)	-	165.214	-	(13.803)	-	(335.511)	(184.100)
Outros	110.196	86.068	(100.867)	13.933	-	(1.701)	107.629
	474.301	**1.297.402**	**550.461**	**135.545**	**(478.697)**	**(2.080.869)**	**(101.857)**
	Ativo circulante	**383.740**					**190.699**
	Ativo não circulante	**383.740**					**190.699**
	Passivo circulante	**(139.770)**					**(433.914)**
	Passivo não circulante	**(153.409)**					**(49.341)**

CONSOLIDADO	Saldo em 1º.01.2021	Receita Operacional		Resultado financeiro	Bandeiras tarifárias	Balanço Patrimonial	Saldo em 31.12.2021
		Constituição	Amortização	Atualização		Constituição	
Parcela A							
Energia elétrica comprada para revenda - Itaipu	463.176	1.133.849	(348.804)	38.745	-	-	1.286.966
Energia elétrica comprada p/ revenda - CVA Energ	(100.053)	640.205	128.545	(1.303)	(1.143.236)	-	(475.842)
Transporte de energia pela rede básica	176.877	164.203	(170.538)	9.979	-	-	180.521
Transporte de energia comprada de Itaipu	19.746	10.933	(17.746)	1.085	-	-	14.018
ESS	19.131	728.954	(23.429)	2.374	(195.750)	-	531.280
CDE	(1.872)	22.765	(41.260)	1.581	-	-	(18.786)
Proinfa	(145)	22.155	(11.812)	303	-	-	10.501
Outros componentes financeiros							
Devolução Pis e Cofins	-	-	364.650	-	-	(702.000)	(337.350)
Neutralidade	77.265	60.608	(57.925)	1.229	-	-	81.177
Compensação acordos bilaterais CCEAR	36.395	(383)	(36.196)	-	-	-	(184)
Risco hidrológico	(474.111)	(562.663)	443.644	(11.022)	-	-	(604.152)
Devoluções tarifárias	(193.669)	(97.684)	100.956	(8.600)	-	-	(198.997)
Sobrecontratação	130.677	(99.743)	(23.230)	(2.220)	(84.080)	-	(78.596)
Bônus Itaipu	-	60.065	-	220	-	(86.736)	(26.451)
Outros	4.804	89.875	22.330	(213)	-	(6.600)	110.196
	158.221	**2.173.139**	**329.185**	**32.158**	**(1.423.066)**	**(795.336)**	**474.301**
	Ativo circulante	**173.465**					**383.740**
	Ativo não circulante	**173.465**					**383.740**
	Passivo circulante	**(188.709)**					**(139.770)**
	Passivo não circulante	**-**					**(153.409)**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

8.1 Conta escassez hídrica

Diante da situação de escassez hídrica em 2021, uma das medidas governamentais destinadas para amenizar os impactos financeiros no setor elétrico foi a contratação de operação financeira para cobrir os custos adicionais temporariamente assumidos pelas distribuidoras no período (Decreto n° 10.939/2022). Os recursos foram alocados na Conta Escassez Hídrica (Resolução Normativa nº 1.008/2022 da Aneel). Em 09.05.2022 a Copel DIS recebeu o montante de R$ 145.844, reconhecido como um componente financeiro no processo de reajuste tarifário anual sendo o valor atualizado pela taxa Selic. O valor será repassado aos consumidores através de quotas mensais homologadas pela Aneel e recolhidas para a CDE Conta escassez hídrica a partir do próximo processo de reajuste tarifário, a ser realizado em junho de 2023, se estendendo por um período de 4 anos (NE nº 30.3.1).

8.2 Reajuste tarifário anual

No processo de reajuste tarifário anual da Copel DIS (NE nº 30.4) foram considerados R$ 1.593.100 reduzindo a tarifa (R$ 702.000 em 2021), decorrentes de ação judicial movida pela Companhia referente à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins (NE nº 12.2.1).

Ainda, tendo em vista a desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, foi determinado que 50% do valor adicionado proveniente da bonificação pela outorga dos contratos de concessão renovados das hidrelétricas da Eletrobrás, fossem repassados à modicidade tarifária. O montante destinado à Copel DIS no processo de reajuste tarifário de 2022 foi de R$ 335.511, recurso que foi recebido pela Companhia em 29.07.2022.

9. CONTAS A RECEBER VINCULADAS À CONCESSÃO

CONSOLIDADO	31.12.2022	31.12.2021
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica (9.1)	1.442.819	1.200.708
Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado (9.2)	-	233.026
Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas (9.3)	766.832	730.851
Contrato de concessão de geração de energia elétrica (9.4)	68.642	102.220
	2.278.293	**2.266.805**
Circulante	**8.603**	**5.121**
Não circulante	**2.269.690**	**2.261.684**

9.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 1º.01.2021	**960.518**
Transferências de ativos de contrato (NE nº 10.1)	125.492
Transferências de intangível (NE nº 17.1)	8.385
Transferências para outros créditos (bens destinados a alienação)	(2.407)
Reconhecimento do valor justo	108.733
Baixas	(13)
Em 31.12.2021	**1.200.708**
Transferências de ativos de contrato (NE nº 10.1)	168.072
Transferências para outros créditos (bens destinados a alienação)	(5.048)
Reconhecimento do valor justo	79.169
Baixas	(82)
Em 31.12.2022	**1.442.819**

Saldo correspondente à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público cuja vida útil do bem supera o prazo da concessão e que, conforme previsão contratual, será indenizado pelo Poder Concedente ao final da concessão.

9.2 Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado

Em 1º.01.2021	**189.416**
Transferências de ativos de contrato (NE nº 10.2)	8.310
Transferência de ativo intangível (NE º 17.3)	1.398
Reconhecimento do valor justo	33.909
Baixas	(7)
Em 31.12.2021	**233.026**
Transferência para ativo intangível (NE º 17.3)	(243.628)
Reconhecimento do valor justo	10.772
Baixas	(170)
Em 31.12.2022	**-**

Em decorrência da renovação da concessão descrita na NE nº 2.1.1, o saldo de contas a receber vinculadas a concessão foi integralmente transferido para o ativo intangível.

9.3 Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas

Em 1º.01.2021	**671.204**
Transferências para suprimento de energia elétrica - clientes	(74.835)
Juros efetivos (NE nº 30.1)	134.482
Em 31.12.2021	**730.851**
Transferências para suprimento de energia elétrica - clientes	(82.458)
Juros efetivos (NE nº 30.1)	118.439
Em 31.12.2022	**766.832**

A Copel GeT firmou em 05.01.2016, por 30 anos, contrato de concessão da UHE GPS, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com pagamento ao Poder Concedente da Bonificação pela Outorga no montante de R$ 574.827, conforme regras do Edital de Leilão Aneel n° 12/2015.

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como ativo financeiro em função do direito incondicional da Copel GeT de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

9.4 Contrato de concessão de geração de energia elétrica

Em 1º.01.2021	**81.202**
Remuneração	18.414
Reversão de *impairment*	2.604
Em 31.12.2021	**102.220**
Remuneração	1.934
Ajuste ao valor justo	(35.512)
Em 31.12.2022	**68.642**

Saldo residual dos ativos de geração de energia elétrica da UHE GPS e UHE Mourão I. A Copel GeT depreciou as usinas até 2015, data de vencimento das concessões, e o saldo remanescente foi reclassificado para a rubrica contas a receber vinculadas à concessão e subsequentemente mensurados pela melhor estimativa de valor justo.

Em 17.12.2015 a Copel GeT manifestou à Aneel o interesse no recebimento do valor indenizável, com a comprovação da realização dos respectivos investimentos, e em 22.07.2022 protocolou o relatório de avaliação do valor indenizável atualizado. A Companhia aguarda manifestação da Aneel.

10. ATIVOS DE CONTRATO

CONSOLIDADO	31.12.2022	31.12.2021
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica (10.1)	2.332.171	1.798.195
Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado (10.2)	30.032	29.815
Contratos de concessão de transmissão (10.3)	5.310.476	5.060.038
	7.672.679	**6.888.048**
Circulante	**220.660**	**148.488**
Não circulante	**7.452.019**	**6.739.560**

10.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

CONSOLIDADO	Ativo	Obrigações especiais	Total
Em 1º.01.2021	**1.144.780**	**(29.819)**	**1.114.961**
Adições	1.798.266	-	1.798.266
Participação financeira do consumidor	-	(160.826)	(160.826)
Transferências para o intangível (NE nº 17.1)	(943.905)	122.346	(821.559)
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9.1)	(140.120)	14.628	(125.492)
Baixas	(7.155)	-	(7.155)
Em 31.12.2021	**1.851.866**	**(53.671)**	**1.798.195**
Adições	2.092.117	-	2.092.117
Participação financeira do consumidor	-	(243.916)	(243.916)
Transferências para o intangível (NE nº 17.1)	(1.332.118)	194.794	(1.137.324)
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9.1)	(197.912)	29.840	(168.072)
Baixas	(8.829)	-	(8.829)
Em 31.12.2022	**2.405.124**	**(72.953)**	**2.332.171**

Saldo composto pelas obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico, líquidos das obrigações especiais. À medida que essas obras são concluídas, os valores são transferidos para Contas a Receber Vinculados à Concessão e Intangível, conforme a forma da remuneração. Durante a fase de construção são capitalizados os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Em 2022 estes custos totalizaram R$ 17.903, à taxa média de 0,38% a.a. (R$ 12.785, à taxa média de 0,38% a.a., em 2021).

10.2 Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado

Em 1º.01.2021	**27.254**
Aquisições	14.269
Transferências para o intangível (NE nº 17.3)	(3.398)
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9.2)	(8.310)
Em 31.12.2021	**29.815**
Aquisições	13.955
Transferências para o intangível (NE nº 17.3)	(13.738)
Em 31.12.2022	**30.032**

10.3 Contratos de concessão de transmissão

	Ativo concessões	Ativo RBSE	Total
Em 1º.01.2021	**3.007.234**	**1.343.348**	**4.350.582**
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	722	-	722
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(315.358)	(250.520)	(565.878)
Transferências para o imobilizado	(1.483)	-	(1.483)
Transferência de litígios	3.376	-	3.376
Remuneração	621.366	242.872	864.238
Receita de construção	187.733	-	187.733
Margem de construção	3.097	-	3.097
Ganho por eficiência (10.3.1)	125.699	91.952	217.651
Em 31.12.2021	**3.632.386**	**1.427.652**	**5.060.038**
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	721	-	721
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(389.939)	(213.378)	(603.317)
Transferências para o imobilizado	(3.822)	-	(3.822)
Transferência de litígios	(1.558)	-	(1.558)
Remuneração	509.722	201.926	711.648
Receita de construção	89.166	-	89.166
Margem de construção	1.458	-	1.458
Ganho por eficiência (10.3.1)	56.142	-	56.142
Em 31.12.2022	**3.894.276**	**1.416.200**	**5.310.476**

10.3.2 Premissas adotadas para o cálculo do ativo de contrato

	31.12.2022		31.12.2021	
Consolidado	Ativo concessões	Ativo RBSE	Ativo concessões	Ativo RBSE
Margem de construção	1,65%	N/A	1,65%	N/A
Margem de operação e manutenção	1,65%	N/A	1,65%	N/A
Taxa de remuneração (a)	9,58% a.a.	9,45% a.a.	9,56% a.a.	9,54% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA (b)	IPCA	IPCA (b)	IPCA
RAP anual, conforme Resolução Homologatória	523.713	242.836	456.499	192.288

(a)Taxa média dos contratos
(b) O contrato 075/2001 - LT 230 kV Bateias - Jaguariaíva, da Copel GET, e o 002/2005 - LT 525 kV Ivaiporã - Londrina, da Uirapuru, são corrigidos pelo IGPM.

11. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Valor justo na compra e venda de energia (NE nº 34.2.12)	-	-	1.081.758	855.775
Serviços em curso (a)	-	7.658	369.916	319.179
Repasse CDE (11.2)	-	-	83.649	68.999
Créditos nas operações de aquisição de gás (11.1)	-	-	45.673	73.229
Ressarcimento de valores de consumo de carvão pela CDE	-	-	58.367	33.107
Alienações e desativações em curso	7	-	39.768	42.509
Créditos - concessão de gás (11.3)	-	-	32.825	-
Adiantamento a empregados	536	645	20.768	20.141
Adiantamentos contratuais a fornecedores	-	-	12.709	15.528
Bônus por redução voluntária de consumo (NE nº 7.4)	-	-	2.917	134.892
Remuneração de empregados cedidos a recuperar	305	419	1.261	1.316
Outros créditos	147	86	79.221	101.747
	995	**8.808**	**1.828.832**	**1.666.422**
Circulante	**977**	**1.150**	**897.380**	**749.816**
Não circulante	**18**	**7.658**	**931.452**	**916.606**

CRBT - (a) Referem-se, em sua maioria, aos programas de P&D e PEE, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim.

12. TRIBUTOS

12.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

CONTROLADORA	Saldo em 1º.01.2021	Reconhecido Operação Continuada	Reconhecido Operação Descontinuada	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2021	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2022
Ativo não circulante								
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	132.354	15.651	(148.005)	-	-	16.271	-	16.271
Provisões para litígios	111.193	8.241	-	-	119.434	154.080	-	273.514
Perdas de créditos esperadas	49.443	-	-	-	49.443	-	-	49.443
Benefícios pós-emprego	3.449	252	-	1.107	4.808	463	3.854	9.125
Amortização do direito de concessão	4.470	381	-	-	4.851	381	-	5.232
Programa de desligamentos voluntários	-	5.140		-	5.140	(4.594)	-	546
Outros	7.975	561	-	-	8.536	(64)	-	8.472
	308.884	**30.226**	**(148.005)**	**1.107**	**192.212**	**166.537**	**3.854**	**362.603**
(-) Passivo não circulante								
Atualização de depósitos judiciais	21.620	1.369	-	-	22.989	878	-	23.867
Instrumentos financeiros	3.759	(816)	-	-	2.943	1.916	-	4.859
Custo de transação sobre empréstimos e debêntures	1.373	(577)	-	-	796	(796)	-	-
	26.752	**(24)**	**-**	**-**	**26.728**	**1.998**	**-**	**28.726**
Líquido	**282.132**	**30.250**	**(148.005)**	**1.107**	**165.484**	**164.539**	**3.854**	**333.877**

CONSOLIDADO	Saldo em 1°.01.2021	Reconhecido no resultado	Outros (a)	Reclassificação (a)	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2021	Reconhecido no resultado	Outros (b)	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2022
Ativo não circulante										
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	-	-	-	-	-	-	629.427	-	-	629.427
Provisões para litígios	499.375	7.291	-	(2.205)	-	504.461	132.175	-	-	636.636
Benefícios pós-emprego	507.032	(766)	-	16.875	(93.881)	429.260	22.724	-	(88.548)	363.436
Impairment	310.606	(6.456)	-	(1.753)	-	302.397	(17.486)	-	-	284.911
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	215.389	54.416	(148.005)	1.210	-	123.010	73.260	-	-	196.270
Provisão para P&D e PEE	152.498	(13.649)	-	-	-	138.849	(11.766)	-	-	127.083
Perdas de créditos esperadas	123.182	(21.476)	-	(2.994)	-	98.712	(11.412)	-	-	87.300
INSS - liminar sobre depósito judicial	70.992	3.673	-	78	-	74.743	7.516	-	-	82.259
Amortização do direito de concessão	47.209	5.220	-	-	-	52.429	5.220	-	-	57.649
Provisões por desempenho e participação nos lucros	160.459	(45.866)	-	-	-	114.593	(100.957)	-	-	13.636
Contratos de concessão	21.061	(1.292)	-	-	-	19.769	(1.067)	-	-	18.702
Programa de desligamentos voluntários	10.815	13.493		-	-	24.308	(22.551)		-	1.757
Outros	149.662	1.457	1.062	5.905	-	158.086	23.792	-	-	181.878
	2.268.280	**(3.955)**	**(146.943)**	**17.116**	**(93.881)**	**2.040.617**	**728.875**	**-**	**(88.548)**	**2.680.944**
(-) Passivo não circulante										
Contratos de concessão	900.505	808.372	94.221	-	-	1.803.098	52.617	8.155	-	1.863.870
Custo atribuído ao imobilizado	350.491	(23.994)	-	-	-	326.497	(18.810)	-	-	307.687
Depreciação acelerada	75.955	26.369	-	-	-	102.324	25.832	-	-	128.156
Instrumentos financeiros derivativos	117.682	(12.178)	-	-		105.504	11.134	-		116.638
Atualização de depósitos judiciais	61.727	3.392	-	-	-	65.119	7.708	-	-	72.827
Custo de transação - empréstimos e debêntures	23.203	4.833	-	-	-	28.036	2.280	-	-	30.316
Outros	31.951	(20.343)	-		-	11.608	19.725	-	3.500	34.833
	1.561.514	**786.451**	**94.221**		**-**	**2.442.186**	**100.486**	**8.155**	**3.500**	**2.554.327**
Líquido	**706.766**	**(790.406)**	**(241.164)**	**17.116**	**(93.881)**	**(401.569)**	**628.389**	**(8.155)**	**(92.048)**	**126.617**
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	1.011.866					963.259				1.644.299
Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(293.666)					(1.364.828)				(1.517.682)

(a) Efeitos de combinação de negócios e da operação descontinuada detalhados nas Demonstrações Financeiras de 31.12.2021.
(b) Efeitos da combinação de negócios (NE nº 1.1.1).

12.1.1 Projeção de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções foram apreciadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração em 21.03.2022.

Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a previsibilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária. Quando a expectativa de realização do item é de difícil previsão, principalmente por não ser de controle da Companhia, tais como provisões para litígios, a Companhia adota históricos de realização para projetar sua realização futura. A realização dos valores de prejuízo fiscal e base negativa acompanham as possibilidades de compensação considerando os lucros futuros e o limite estabelecido na legislação.

Seguem os itens que foram base para constituição dos principais créditos, bem como sua forma de realização:

- Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins: serão realizados a medida do repasse dos valores nos processos de revisão e reajuste tarifário homologados pelo órgão regulador, caso ocorra, ou pela reversão da respectiva provisão;
- Benefícios pós-emprego: serão realizados conforme os pagamentos sejam efetuados à Fundação Copel ou revertidos conforme novas estimativas atuariais;
- Provisões para litígios: realizados conforme ocorram as decisões judiciais ou pela reversão quando da possível revisão do risco das ações;
- Provisão para redução ao valor recuperável de ativos: realizados a medida em que ocorra a amortização e/ou depreciação do ativo reduzido;
- Custo atribuído do imobilizado: realizados a medida em que ocorra a amortização e/ou depreciação do ativo valorado;
- Contrato de concessão: realizados no decorrer do prazo do contrato;
- Prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social: recuperados pela compensação com lucros tributários futuros;
- Demais valores: realizados quando atenderem os critérios de dedutibilidade previsto na legislação fiscal, ou por eventual reversão dos valores registrados.

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2023	35.842	(955)	360.933	(232.236)
2024	17.689	(955)	417.270	(282.299)
2025	17.688	(955)	486.215	(228.450)
2026	17.688	(955)	128.402	(227.274)
2027	17.687	(955)	102.221	(178.671)
2028 a 2030	52.346	(2.864)	234.464	(454.087)
após 2031	203.663	(21.089)	951.439	(951.310)
	362.603	**(28.726)**	**2.680.944**	**(2.554.327)**

12.1.2 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31.12.2022, a Companhia não reconheceu créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R$ 197.540 (R$ 68.826 em 31.12.2021) por não haver razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

Em junho de 2022 foi emitida a Nota Técnica nº 85/2022 pela Superintendência Geral de Tarifas da Aneel que trata da análise dos pedidos de reconsideração sobre pagamento do componente financeiro e reperfilamento do Ativo RBSE, com decisão monocrática (Despacho º 1.762/22) deliberada por um diretor da Aneel sobre o referido tema. Esta decisão foi suspensa pelo colegiado e os termos da referida Nota Técnica serão discutidos pela Diretoria da Aneel em reunião ainda sem data prevista, de forma que premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento, aprovados por meio da Resolução Homologatória Aneel nº 2.847 de 22.04.2021, estão vigentes e permanecem apropriados.

10.3.1 Ganho (perda) por eficiência ou ineficiência na implementação e operação de infraestrutura de transmissão

Na construção e operação da infraestrutura de transmissão, esperam-se possíveis impactos positivos ou negativos em função de atrasos e custos adicionais por questões ambientais, variação dos custos, principalmente com cabos e estruturas quando indexados à moeda estrangeira, custos adicionais de servidão e negociações fundiárias, eventuais imprevistos de terraplanagem, antecipação de prazos de operação comercial e revisão/reajuste da RAP conforme as regras regulatórias e as cláusulas contratuais. Alterações no projeto original que afetem sua lucratividade são reconhecidas diretamente no resultado quando incorrido, exceto a parte da RAP relacionada a performance de operação e manutenção dos ativos que é reconhecida a medida em que os serviços são executados. Em 21.06.2022, a Aneel homologou a 2ª revisão tarifária dos contratos de Costa Oeste e Marumbi, apurando um ganho de R$ 30.654 (em 2021, os ganhos se referem principalmente ao reperfilamento dos ativos RBSE e a revisão tarifária de alguns contratos da Copel GeT).

11.1 Créditos nas operações de aquisição de gás - Compagas

Refere-se à aquisição de volumes de gás contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, para os quais o contrato prevê a compensação futura. A Compagas tem o direito de utilizar e compensar esse gás no prazo de até 1 ano após o vencimento do contrato. De acordo com as disposições contratuais e perspectivas de consumo, a Compagas estima compensar integralmente os volumes contratados até o final de 2023. Os contratos com a Petrobras preveem o direito de cessão deste ativo. A Companhia efetuou uma revisão da estimativa do valor recuperável do crédito de ship or pay a compensar e registrou *impairment*, conforme demonstrado na NE nº 31.4.

11.2 Repasse CDE

Valores da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para cobertura dos descontos tarifários incidentes sobre as tarifas, definidos na Lei nº 10.438/2002 e Decreto nº 7.891/2013. Os valores são estipulados no Reajuste/Revisão Tarifária Anual e, mensalmente, a Companhia constitui estimativa de diferenças a serem compensadas no próximo reajuste tarifário.

11.3 Créditos - concessão de gás

Créditos da Compagas registrados para neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia em função de diferenças de preço do gás e/ou diferença de margem entre os preços contidos nas tarifas de fornecimento aplicadas aos consumidores e aqueles faturados pelos supridores à concessionária. A recuperação destes valores é determinada pela Agência Reguladora do Paraná - Agepar, no processo de revisão e atualização da tarifa.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

12.2 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	-	-	128.288	111.101
PIS/Pasep e Cofins a compensar (a)	-	-	1.110.659	1.396.645
Outros tributos a compensar	-	-	747	1.118
	-	**-**	**1.239.694**	**1.508.864**
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	-	-	171.374	141.951
PIS/Pasep e Cofins a compensar (a)	39.810	38.659	2.421.176	2.967.756
Outros tributos a compensar	-	-	34.743	33.839
	39.810	**38.659**	**2.627.293**	**3.143.546**
Passivo circulante				
ICMS a recolher (12.2.3)	-	-	149.506	290.627
Parcelamento ICMS (12.2.4)	-	-	10.437	-
PIS/Pasep e Cofins a recolher	28.297	34.726	70.423	42.340
IRRF sobre JSCP	-	-	11.372	33.592
Programa Especial de Regularização Tributária	-	-	57.046	52.168
Outros tributos	393	230	4.822	22.206
	28.690	**34.956**	**303.606**	**440.933**
Passivo não circulante				
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial	3.676	3.260	242.248	220.108
Parcelamento ICMS (12.2.4)	-	-	37.883	-
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert	-	-	347.029	369.526
Outros tributos	-	-	6.331	5.176
	3.676	**3.260**	**633.491**	**594.810**

(a) No saldo estão contidos valores referente a crédito de Pis e Cofins sobre ICMS (NE nºs 12.2.1 e 12.2.2)

12.2.1 Crédito de Pis e Cofins sobre ICMS - Copel Distribuição

Em 12.08.2009, a Copel DIS impetrou mandado de segurança nº 5032406-35.2013.404.7000 perante a 3ª Vara Federal de Curitiba requerendo a concessão de ordem para deixar de incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, em 16.06.2020, transitou em julgado acórdão no qual a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região reconheceu o direito da Copel DIS de excluir da base de cálculo do PIS e da Cofins o valor integral do ICMS destacado nas notas fiscais de saída. O acórdão também reconheceu que a prescrição, neste caso, é quinquenal e que, portanto, a Copel tem o direito a ressarcir-se dos valores pagos a partir dos cinco anos anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança até a data da decisão transitada em julgado.

A partir desta decisão favorável, a Copel DIS reconheceu o crédito tributário atualizado no ativo, que vem sendo recuperado através da compensação com tributos a recolher desde junho de 2021, a partir da habilitação do crédito originário da Cofins junto à Receita Federal. O crédito do PIS foi habilitado pela Receita Federal em 25.08.2022 e encontra-se apto para utilização através de compensação.

Em 13.05.2021, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos embargos de declaração opostos pela União Federal no Recurso Extraordinário 574.706/PR, dando parcial provimento nos seguintes termos: (i) no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo do PIS e da Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado; e (ii) modular os efeitos do julgado cuja produção haverá de se dar após 15.03.2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferido o julgamento. Sendo assim a decisão final sobre essa matéria não impactou o trânsito em julgado da ação a favor da Copel DIS, mantendo o tratamento e valores registrados.

O quadro a seguir demonstra a movimentação do ativo até 31.12.2022:

Em 1º.01.2021	**5.655.754**
Atualização monetária	125.483
Compensação com tributos a recolher	(1.425.972)
Em 31.12.2021	**4.355.265**
Atualização monetária	294.952
Compensação com tributos a recolher	(1.165.601)
Em 31.12.2022	**3.484.616**
Circulante	**1.236.618**
Não circulante	**2.247.998**

O saldo do ativo continuará sendo compensado com futuros débitos de tributos federais.

a) Passivo a restituir para consumidores

A Companhia registrou passivo a restituir para os consumidores referente à recuperação de crédito tributário dos últimos 10 anos, a contar da data do trânsito em julgado, considerando a legislação vigente, o prazo prescricional definido no código civil e a jurisprudência dos tribunais.

Em 09.02.2021, a Aneel abriu a Consulta Pública nº 05/2021 voltada a discutir a forma de devolução dos créditos tributários para os consumidores propondo que os montantes a serem devolvidos a cada ciclo tarifário (créditos junto à Receita Federal do Brasil, somados a eventuais depósitos judiciais já recebidos pela concessionária/permissionária) sejam abatidos na fatura de energia elétrica, por meio de rateio pelo conjunto de consumidores.

Adicionalmente, o Despacho Aneel nº 361/2021 estabeleceu que diante de situações excepcionais, nas quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo, poderá ser utilizada parte dos créditos do PIS e da Cofins antecipadamente à conclusão da consulta pública, limitada a 20% do total envolvido nas ações judiciais impetradas pelas distribuidoras.

No reajuste tarifário de 24.06.2022, o total de R$ 1.593.100 foi considerado como item financeiro, de modo que este saldo foi transferido para a conta de passivos financeiros setoriais, conforme quadro a seguir:

Em 1º.01.2021	**3.927.824**
Atualização monetária	100.971
(-) Transferência para passivos financeiros setoriais (NE nº 8)	(702.000)
Em 31.12.2021	**3.326.795**
Atualização monetária	261.463
(-) Transferência para passivos financeiros setoriais (NE nº 8)	(1.593.100)
Em 31.12.2022	**1.995.158**
Circulante	**550.527**
Não circulante	**1.444.631**

O saldo do passivo será restituído ao consumidor à medida que os créditos tributários no ativo sejam compensados.

b) Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins

Em 27.06.2022, foi promulgada a Lei Federal nº 14.385 que disciplina a destinação de valores de tributos que eram de recolhimento obrigatório a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, em razão da cobrança do PIS e da Cofins sobre o ICMS, reconhecida pelo poder judiciário como indevida.

Conforme detalhado anteriormente nesta nota, a Copel DIS teve reconhecido o direito de excluir o valor integral do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins e já efetuou o repasse aos consumidores de parte destes valores, por meio de reduções nos reajustes tarifários homologados pela Aneel.

Neste contexto, apesar da ausência de regulamentação desta Lei, baseada na revisão de avaliação do risco realizada pela Administração, a Copel DIS decidiu reconhecer provisão adicional, sem efeito caixa imediato, referente ao período compreendido entre o 11º e o 16º ano da data do trânsito em julgado da ação.

A Administração da Copel DIS entende que a restituição aos consumidores está limitada aos valores de crédito tributário dos últimos 10 anos a contar da data do trânsito em julgado da ação e, portanto, está avaliando as medidas cabíveis, inclusive judiciais, considerando a proteção conferida à coisa julgada, bem como os prazos de prescrição e decadência aplicáveis.

Em 12.12.2022, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee ingressou no Supremo Tribunal Federal - STF com Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI questionando a Lei nº 14.385/2022, ainda sem julgamento. A Companhia aguarda o desdobramento da referida ADI.

O quadro a seguir demonstra a movimentação da provisão até 31.12.2022:

Em 1º.01.2022	**-**
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	810.563
Atualização monetária	1.011.370
Em 30.06.2022	**1.821.933**
Atualização monetária	29.324
Em 31.12.2022	**1.851.257**

Eventual destinação desta provisão ocorrerá somente após os créditos tributários do ativo serem compensados.

12.2.2 Crédito de PIS e Cofins sobre ICMS - Compagas

Saldo decorrente do trânsito em julgado da ação judicial em que a Compagas discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins. Diante da decisão favorável, a Compagas registrou o ativo de R$ 107.453 em setembro de 2019. A maior parte destes créditos já foi recuperada e o saldo atualizado em 31.12.2022 é de R$ 28.505 (R$ 75.192 em 31.12.2021) com expectativa de realização em 2023.

12.2.3 ICMS sobre operações de energia elétrica

Em 23.06.2022 foi publicada a Lei Complementar nº 194/2022 que vedou a fixação de alíquotas de ICMS sobre operações de energia elétrica em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços relacionados. Ainda, estabeleceu que o ICMS não incide sobre os serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Em atendimento a lei, e após pronunciamentos dos fiscos estaduais, em setembro de 2022 a Companhia implantou as mudanças necessárias para o devido atendimento à legislação. No entanto, em 09.02.2023, o STF concedeu aos Estados em decisão liminar, nos autos da ADI 7195, a suspensão do artigo que excluiu tais itens da parcela tributada da fatura de energia elétrica. Considerando tal decisão, a Companhia reestabeleceu a tributação do ICMS sobre os referidos serviços e encargos setoriais. Em 03.03.2023, a medida liminar foi referendada pelo Plenário do STF.

12.2.4 Programa de parcelamento incentivado de créditos tributários de ICMS do Paraná

Em 27.09.2022 a Companhia aderiu ao parcelamento de créditos tributários de ICMS, instituído pelo Estado do Paraná através da Lei Estadual nº 20.946/2021, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 10.766/2022, no qual inscreveu débitos que totalizavam R$ 92.249 em seu relatório de situação fiscal, atualizados até setembro de 2022 com os encargos de multa, juros e atualização monetária. Com a adesão, a Companhia obteve o benefício de R$ 41.696 referente a redução nos encargos, restando um saldo consolidado da dívida na data da adesão, de R$ 50.553 parcelado em 60 meses até setembro de 2027, conforme regulamento do referido programa. A Companhia vem pagando regularmente as parcelas mensais, atualizadas pela taxa Selic.

12.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

Os créditos de imposto de renda e contribuição social a recuperar apresentados no balanço patrimonial de 31.12.2022, no valor de R$ 482.887, se referem principalmente a apuração de saldos negativos que serão compensados com tributos federais a pagar.

O quadro abaixo demonstra a conciliação do IRPJ e CSLL registrado no resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**947.468**	**3.669.306**	**950.199**	**5.118.677**
(-) Equivalência patrimonial	(460.475)	(3.289.296)	(478.576)	(366.315)
	486.993	**380.010**	**471.623**	**4.752.362**
IRPJ e CSLL (34%)	**(165.578)**	**(129.203)**	**(160.352)**	**(1.615.803)**
Efeitos fiscais sobre:				
Juros sobre capital próprio	329.800	223.380	335.697	226.928
Dividendos	250	437	250	437
Despesas indedutíveis	(41)	(4.298)	(26.221)	(25.336)
Incentivos fiscais	-	7.556	13.767	43.720
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	-	-	(128.661)	(29.002)
Constituição e/ou compensação de e juízo fiscal e base negativa da CSLL de exercícios anteriores	-	-	-	85.723
Diferença entre bases de cálculo do lucro real e presumido	-	-	35.677	49.638
Não incidência de IRPJ/CSLL sobre atualização (Selic) de indébitos tributários	-	-	100.282	-
Outros	108	19	28.683	4.063
IRPJ e CSLL correntes	**-**	**67.641**	**(429.267)**	**(469.226)**
IRPJ e CSLL diferidos	**164.539**	**30.250**	**628.389**	**(790.406)**
Alíquota efetiva - %	-33,8%	-25,8%	-42,2%	26,5%

13. DESPESAS ANTECIPADAS

CONSOLIDADO	31.12.2022	31.12.2021
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa	30.538	35.837
Prêmios de seguros	20.919	17.692
Outros	8.629	147
	60.086	**53.676**
Circulante	**60.076**	**53.649**
Não circulante	**10**	**27**

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Fiscais (14.1)	**135.105**	**127.797**	**444.134**	**405.739**
Trabalhistas	**410**	**495**	**125.862**	**106.376**
Cíveis				
Cíveis	-	-	39.597	53.438
Servidões de passagem	-	-	14.726	18.407
Consumidores	-	-	4.862	3.867
	-	**-**	**59.185**	**75.712**
Outros	**3.232**	**3.227**	**3.277**	**3.304**
	138.747	**131.519**	**632.458**	**591.131**

14.1 Depósitos judiciais fiscais

Do saldo apresentado no Consolidado, o montante de R$ 241.681 em 31.12.2022 (R$ 218.143 em 31.12.2021) refere-se ao questionamento judicial da incidência da contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais. O passivo está registrado em Outras Obrigações Fiscais (NE nº 12.2).

15. INVESTIMENTOS

15.1 Mutação dos investimentos

CONTROLADORA	Saldo em 31.12.2021	Equivalência patrimonial (a)	Ajustes de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Amortização	Dividendos e JSCP	Saldo em 31.12.2022
Controladas							
Copel GeT	12.662.224	1.704.055	58.217	-	-	(1.634.426)	12.790.070
Copel DIS	7.558.556	(229.774)	119.753	-	-	(838.261)	6.610.274
Copel SER	-	(22.774)	31.409	-	-	-	8.635
Copel Energia	389.863	108.375	(98)	-	-	(79.360)	418.780
UEG Araucária (15.2)	109.737	(54.302)	(21)	-	-	-	55.414
Compagás (15.2)	259.031	91.393	731	-	-	(67.020)	284.135
Elejor (15.2)	-	(4.757)	4.757	-	-	-	-
Elejor - direito de concessão	10.744	-	-	-	(754)	-	9.990
	20.990.155	**1.592.216**	**214.748**	**-**	**(754)**	**(2.619.067)**	**20.177.298**
Empreendimentos controlados em conjunto							
Voltalia São Miguel do Gostoso I (15.3)	108.990	2.157	-	4.829	-	-	115.976
Voltalia São Miguel do Gostoso - direito de autorização	9.304	-	-	-	(367)	-	8.937
Solar Paraná	7.035	170	-	-	-	(49)	7.156
	125.329	**2.327**	**-**	**4.829**	**(367)**	**(49)**	**132.069**
Coligadas							
Dona Francisca Energética (15.4)	27.057	5.648	-	-	-	(4.662)	28.043
Outras	1.937	(3)	-	-	-	-	1.934
	28.994	**5.645**	**-**	**-**	**-**	**(4.662)**	**29.977**
	21.144.478	**1.600.188**	**214.748**	**4.829**	**(1.121)**	**(2.623.778)**	**20.339.344**

(a) Equivalência patrimonial ajustada, decorrente do passivo a descoberto de Controladas.

CONTROLADORA	Saldo em 1º.01.2021	Equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Redução de capital ou Afac	Amortização	Dividendos e JSCP	Alienação Copel Telecom	Saldo em 31.12.2021
Controladas									
Copel GeT	10.732.734	2.687.906	40.967	477.534	-	-	(1.276.917)	-	12.662.224
Copel DIS	7.212.915	857.882	109.949	17.761	-	-	(639.951)	-	7.558.556
Copel TEL	757.799	36.697	32.759	-	(54.330)	-	-	(772.925)	-
Copel TEL - Reclassificação (a)	(758.742)	-	-	-	-	-	758.742	-	-
Copel SER	29.386	22.473	(29.496)	5.637	(28.000)	-	-	-	-
Copel Energia	356.922	53.725	422	2.170	-	-	(23.376)	-	389.863
UEG Araucária (15.2)	48.355	68.631	-	-	-	-	(7.249)	-	109.737
Compagás (15.2)	252.481	50.791	150	-	-	-	(44.391)	-	259.031
Elejor (15.2)	9.443	(9.443)	-	-	-	-	-	-	-
Elejor - direito de concessão	11.499	-	-	-	-	(755)	-	-	10.744
	18.652.792	**3.768.662**	**154.751**	**503.102**	**(82.330)**	**(755)**	**(1.991.884)**	**(14.183)**	**20.990.155**
Empreendimentos controlados em conjunto									
Voltalia São Miguel do Gostoso I (15.3)	107.721	1.269	-	-	-	-	-	-	108.990
Voltalia São Miguel do Gostoso - direito de autorização	9.671	-	-	-	-	(367)	-	-	9.304
Solar Paraná	6.831	104	-	100	-	-	-	-	7.035
	124.223	**1.373**	**-**	**100**	**-**	**(367)**	**-**	**-**	**125.329**
Coligadas									
Dona Francisca Energética (15.4)	28.147	8.574	-	-	-	-	(9.664)	-	27.057
Outras	1.940	(3)	-	-	-	-	-	-	1.937
	30.087	**8.571**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(9.664)**	**-**	**28.994**
	18.807.102	**3.778.606**	**154.751**	**503.202**	**(82.330)**	**(1.122)**	**(2.001.548)**	**(14.183)**	**21.144.478**

(a) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 39).

CONSOLIDADO	Saldo em 31.12.2021	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Redução de capital	Amortização	Dividendos e JSCP	Outros (a)	Saldo em 31.12.2022
Empreendimentos controlados em conjunto (15.3)								
Voltalia São Miguel do Gostoso I	108.990	2.157	4.829	-	-	-	-	115.976
Voltalia São Miguel do Gostoso - direito de autorização	9.304	-	-	-	(367)	-	-	8.937
Caiuá	106.977	23.806	-	-	-	(5.486)	-	125.297
Integração Maranhense	166.563	32.824	-	-	-	(6.885)	-	192.502
Matrinchã	811.771	162.298	-	-	-	(42.541)	-	931.528
Guaraciaba	407.615	82.251	-	-	-	(22.767)	-	467.099
Paranaíba	226.923	47.623	-	-	-	(10.567)	-	263.979
Mata de Santa Genebra	710.989	56.140	-	(61.536)	-	(13.333)	-	692.260
Cantareira	437.330	45.293	-	-	-	(9.254)	-	473.369
Solar Paraná	7.035	170	-	-	-	(49)	-	7.156
	2.993.497	**452.562**	**4.829**	**(61.536)**	**(367)**	**(110.882)**	**-**	**3.278.103**
Coligadas								
Dona Francisca Energética (15.4)	27.057	5.648	-	-	-	(4.662)	-	28.043
Foz do Chopim Energética (15.4)	19.102	20.370	-	-	-	(22.356)	-	17.116
Outras	1.937	(3)	-	-	-	-	-	1.934
	48.096	**26.015**	**-**	**-**	**-**	**(27.018)**	**-**	**47.093**
Propriedades para investimento	**541**	**-**	**-**	**-**	**(4)**	**-**	**(2)**	**535**
	3.042.134	**478.577**	**4.829**	**(61.536)**	**(371)**	**(137.900)**	**(2)**	**3.325.731**

(a) Transferência de bens destinados a alienação..

CONSOLIDADO	Saldo em 1º.01.2021	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Amortização	Dividendos e JSCP	Outros (a)	Saldo em 31.12.2021
Empreendimentos controlados em conjunto (15.3)							
Voltalia São Miguel do Gostoso I	107.721	1.269	-	-	-	-	108.990
Voltalia São Miguel do Gostoso - direito de autorização	9.671	-	-	(367)	-	-	9.304
Caiuá	95.362	13.765	-	-	(2.150)	-	106.977
Integração Maranhense	148.581	20.255	-	-	(2.273)	-	166.563
Matrinchã	734.503	96.614	-	-	(19.346)	-	811.771
Guaraciaba	361.170	57.363	-	-	(10.918)	-	407.615
Paranaíba	203.681	35.112	-	-	(11.870)	-	226.923
Mata de Santa Genebra	661.430	63.173	-	-	(13.614)	-	710.989
Cantareira	359.686	53.492	30.870	-	(6.718)	-	437.330
Solar Paraná	6.831	104	100	-	-	-	7.035
	2.688.636	**341.147**	**30.970**	**(367)**	**(66.889)**	**-**	**2.993.497**
Coligadas							
Dona Francisca Energética (15.4)	28.147	8.574	-	-	(9.664)	-	27.057
Foz do Chopim Energética (15.4)	9.986	16.596	-	-	(7.480)	-	19.102
Outras	1.940	(3)	-	-	-	-	1.937
	40.073	**25.167**	**-**	**-**	**(17.144)**	**-**	**48.096**
Propriedades para investimento	**808**	**-**	**-**	**(5)**	**-**	**(262)**	**541**
	2.729.517	**366.314**	**30.970**	**(372)**	**(84.033)**	**(262)**	**3.042.134**

(a) Transferência de bens destinados a alienação.

15.2 Controladas com participação de não controladores

15.2.1 Informações financeiras resumidas

	Compagás		Elejor		UEG Araucária	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO	**1.083.713**	**827.901**	**848.198**	**813.670**	**334.418**	**776.201**
Ativo circulante	282.714	355.500	224.833	166.890	97.586	515.430
Ativo não circulante	800.999	472.401	623.365	646.780	236.832	260.771
PASSIVO	**1.083.713**	**827.901**	**848.198**	**813.670**	**334.418**	**776.201**
Passivo circulante	419.277	220.216	111.142	107.772	45.115	221.853
Passivo não circulante	107.306	99.784	771.897	746.843	16.322	13.771
Patrimônio líquido	557.130	507.901	(34.841)	(40.945)	272.981	540.577
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Receita operacional líquida	1.297.034	783.277	194.287	171.263	98.508	2.250.577
Custos e despesas operacionais	(1.076.181)	(654.643)	(86.033)	(86.871)	(365.522)	(1.879.198)
Resultado financeiro	28.440	9.817	(113.102)	(171.888)	11.407	8.952
Imposto de renda e contribuição social	(70.092)	(38.860)	4.158	33.061	(11.885)	(42.248)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**179.201**	**99.591**	**(690)**	**(54.435)**	**(267.492)**	**338.083**
Outros resultados abrangentes	1.433	294	6.795	-	(103)	-
Resultado abrangente do exercício	180.634	99.885	6.105	(54.435)	(267.595)	338.083
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA						
Fluxo de caixa das atividades operacionais	280.480	178.800	45.249	127.510	(94.401)	312.676
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(427.175)	(14.273)	(7.364)	(31.095)	(139.033)	(14.579)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(2.887)	(64.545)	-	-	(147)	(64.331)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(149.582)**	**99.982**	**37.885**	**96.415**	**(233.581)**	**233.766**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	210.641	110.659	148.031	51.616	298.572	64.806
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	61.059	210.641	185.916	148.031	64.991	298.572
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(149.582)**	**99.982**	**37.885**	**96.415**	**(233.581)**	**233.766**

O prejuízo apurado na Elejor em 2021 e 2022 é decorrente da atualização monetária sobre o saldo de contas a pagar vinculadas a concessão que aumentou significativamente em decorrência da alta do IGPM (NE nº 25). Já o prejuízo da UEG Araucária é decorrente da melhora do cenário hidrológico que, por consequência, reduziu os despachos da usina durante o ano de 2022.

15.2.2 Mutação do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL	Compagás 49%	Elejor 30%	UEG Araucária 18,8%	Consolidado
Em 1º.01.2021	**242.578**	**4.046**	**44.783**	**291.407**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	48.800	(16.331)	63.560	96.029
Outros resultados abrangentes	144	-	-	144
Deliberação do dividendo adicional proposto	-	-	-	-
Dividendos	(42.653)	-	(6.716)	(49.369)
Em 31.12.2021	**248.869**	**(12.285)**	**101.627**	**338.211**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	87.809	(207)	(50.288)	37.314
Outros resultados abrangentes	702	2.041	(22)	2.721
Dividendos	(24.187)	-	-	(24.187)
Distribuição de dividendos com lucros retidos	(40.198)	-	-	(40.198)
Em 31.12.2022	**272.995**	**(10.451)**	**51.317**	**313.861**

O prejuízo apurado na Elejor em 2021 e 2022 é decorrente da atualização monetária sobre o saldo de contas a pagar vinculadas a concessão que aumentou significativamente em decorrência da alta do IGPM (NE nº 25). Já o prejuízo da UEG Araucária é decorrente da melhora do cenário hidrológico que, por consequência, reduziu os despachos da usina durante o ano de 2022.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

15.3 Informações resumidas dos principais empreendimentos controlados em conjunto

SALDOS EM 31.12.2022	Voltalia	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba	Mata de Santa Genebra	Cantareira
ATIVO	**238.907**	**327.819**	**588.279**	**2.935.068**	**1.568.964**	**1.921.848**	**3.587.501**	**1.805.583**
Ativo circulante	**10.883**	**38.421**	**78.790**	**427.118**	**211.094**	**223.010**	**539.668**	**226.945**
Caixa e equivalentes de caixa	10.797	13.440	28.997	136.878	56.436	56.518	32.903	73.866
Outros ativos circulantes	86	24.981	49.793	290.240	154.658	166.492	506.765	153.079
Ativo não circulante	**228.024**	**289.398**	**509.489**	**2.507.950**	**1.357.870**	**1.698.838**	**3.047.833**	**1.578.638**
PASSIVO	**238.907**	**327.819**	**588.279**	**2.935.068**	**1.568.964**	**1.921.848**	**3.587.501**	**1.805.583**
Passivo circulante	**2.220**	**22.569**	**59.771**	**225.502**	**154.404**	**125.681**	**113.772**	**92.290**
Passivos financeiros	-	7.273	12.774	130.033	42.260	59.606	70.775	59.850
Outros passivos circulantes	2.220	15.296	46.997	95.469	112.144	66.075	42.997	32.440
Passivo não circulante	**-**	**49.542**	**135.645**	**808.485**	**461.297**	**718.700**	**2.091.971**	**747.233**
Passivos financeiros	-	28.705	40.415	578.340	397.181	475.804	1.668.794	423.563
Outros passivos não circulantes	-	20.837	95.230	230.145	64.116	242.896	423.177	323.670
Patrimônio líquido	**236.687**	**255.708**	**392.863**	**1.901.081**	**953.263**	**1.077.467**	**1.381.758**	**966.060**
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
Receita operacional líquida	-	62.864	100.482	518.428	266.855	231.960	415.526	188.348
Custos e despesas operacionais	(78)	(5.876)	(4.022)	(33.073)	(40.926)	(20.181)	(68.472)	(10.885)
Resultado financeiro	1.291	(1.605)	(2.286)	(59.543)	(37.598)	(48.430)	(177.322)	(37.815)
Equivalência patrimonial	2.502	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(258)	(6.802)	(27.185)	(94.589)	(20.473)	31.030	(57.676)	(47.212)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**3.457**	**48.581**	**66.989**	**331.223**	**167.858**	**194.379**	**112.056**	**92.436**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**3.457**	**48.581**	**66.989**	**331.223**	**167.858**	**194.379**	**112.056**	**92.436**
Participação no empreendimento - %	49,0	49,0	49,0	49,0	49,0	24,5	50,1	49,0
Valor contábil do investimento	115.976	125.297	192.502	931.528	467.099	263.979	692.260	473.369

Em 31.12.2022, a participação da Copel nos compromissos assumidos dos seus empreendimentos controlados em conjunto equivale a R$ 978 e nos passivos contingentes classificados como perda possível equivale a R$ 413.034 (R$ 250.262 em 31.12.2021), sendo que, desse montante, o valor de R$ 180.706 (R$ 187.243 em 31.12.2021) se refere à Mata de Santa Genebra.

Em junho de 2022 a Copel GeT registrou R$ 133.922 no resultado de equivalência patrimonial decorrente dos efeitos da revisão tarifária de Caiuá, Integração Maranhense, Matrinchã e Guaraciaba.

SALDOS EM 31.12.2021	Voltalia	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba	Mata de Santa Genebra	Cantareira
ATIVO	**224.632**	**284.870**	**515.495**	**2.610.094**	**1.413.231**	**1.829.340**	**3.203.892**	**1.715.776**
Ativo circulante	**3.711**	**30.304**	**65.219**	**367.428**	**194.283**	**193.190**	**681.494**	**196.424**
Caixa e equivalentes de caixa	3.667	6.117	16.501	96.346	70.543	32.665	387.027	52.354
Outros ativos circulantes	44	24.187	48.718	271.082	123.740	160.525	294.467	144.070
Ativo não circulante	**220.921**	**254.566**	**450.276**	**2.242.666**	**1.218.948**	**1.636.150**	**2.522.398**	**1.519.352**
PASSIVO	**224.632**	**284.870**	**515.495**	**2.610.094**	**1.413.231**	**1.829.340**	**3.203.892**	**1.715.776**
Passivo circulante	**2.206**	**14.562**	**53.132**	**126.211**	**101.042**	**85.964**	**123.884**	**78.982**
Passivos financeiros	-	7.386	13.169	91.811	34.529	51.453	45.898	52.397
Outros passivos circulantes	2.206	7.176	39.963	34.400	66.513	34.511	77.986	26.585
Passivo não circulante	**-**	**51.986**	**122.438**	**827.205**	**480.320**	**817.159**	**1.660.867**	**744.285**
Passivos financeiros	-	35.606	52.653	685.525	428.314	522.289	1.630.306	456.180
Outros passivos não circulantes	-	16.380	69.785	141.680	52.006	294.870	30.561	288.105
Patrimônio líquido	**222.426**	**218.322**	**339.925**	**1.656.678**	**831.869**	**926.217**	**1.419.141**	**892.509**
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
Receita operacional líquida	-	43.128	71.868	396.622	229.117	285.483	426.573	233.888
Custos e despesas operacionais	(64)	(5.609)	(10.508)	(24.341)	(7.185)	(17.537)	(72.970)	(24.727)
Resultado financeiro	162	(2.348)	(3.954)	(83.280)	(44.131)	(62.138)	(162.110)	(43.794)
Equivalência patrimonial	2.506	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para IR e CSLL	(17)	(7.078)	(16.072)	(91.830)	(60.617)	(62.638)	(65.399)	(56.201)
Lucro (prejuízo) do período	**2.587**	**28.093**	**41.334**	**197.171**	**117.184**	**143.170**	**126.094**	**109.166**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	**2.587**	**28.093**	**41.334**	**197.171**	**117.184**	**143.170**	**126.094**	**109.166**
Participação no empreendimento - %	49,0	49,0	49,0	49,0	49,0	24,5	50,1	49,0
Valor contábil do investimento	108.990	106.977	166.563	811.771	407.615	226.923	710.989	437.330

15.4 Informações resumidas das principais coligadas

	Dona Francisca		Foz do Chopim	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO	**175.415**	**180.425**	**51.449**	**55.900**
Ativo circulante	10.148	13.570	11.730	13.308
Ativo não circulante	165.267	166.855	39.719	42.592
PASSIVO	**175.415**	**180.425**	**51.449**	**55.900**
Passivo circulante	22.373	19.938	3.596	2.495
Passivo não circulante	31.266	42.988	-	-
Patrimônio líquido	121.776	117.499	47.853	53.405
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
Receita operacional líquida	66.163	66.797	77.779	60.943
Custos e despesas operacionais	(33.460)	(26.605)	(18.664)	(10.775)
Resultado financeiro	(5.172)	(664)	449	(1.703)
Imposto de renda e contribuição social	(3.009)	(2.298)	(2.617)	(2.060)
Lucro líquido do exercício	**24.522**	**37.230**	**56.947**	**46.405**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**24.522**	**37.230**	**56.947**	**46.405**
Participação na coligada - %	23,03	23,03	35,77	35,77
Valor contábil do investimento	28.043	27.057	17.116	19.102

Em 31.12.2022, a participação da Copel nos passivos contingentes das suas coligadas equivale a R$ 2.581 (R$ 2.166 em 31.12.2021).

16. IMOBILIZADO

16.1 Imobilizado por classe de ativos

CONSOLIDADO	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2021
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	8.200.744	(4.925.970)	3.274.774	8.161.702	(4.776.639)	3.385.063
Máquinas e equipamentos	8.951.061	(3.060.695)	5.890.366	8.409.689	(2.840.114)	5.569.575
Edificações	2.001.801	(1.160.549)	841.252	1.993.695	(1.125.862)	867.833
Terrenos	510.681	(59.157)	451.524	508.164	(49.046)	459.118
Veículos e aeronaves	35.457	(33.115)	2.342	33.871	(32.756)	1.115
Móveis e utensílios	17.007	(10.871)	6.136	16.400	(10.966)	5.434
(-) *Impairment* (16.4)	(785.205)	-	(785.205)	(710.509)	-	(710.509)
(-) Obrigações especiais	(748)	330	(418)	(792)	290	(502)
	18.930.798	**(9.250.027)**	**9.680.771**	**18.412.220**	**(8.835.093)**	**9.577.127**
Em curso						
Custo	575.080	-	575.080	752.846	-	752.846
(-) *Impairment* (16.4)	(186.383)	-	(186.383)	(187.382)	-	(187.382)
	388.697	**-**	**388.697**	**565.464**	**-**	**565.464**
	19.319.495	**(9.250.027)**	**10.069.468**	**18.977.684**	**(8.835.093)**	**10.142.591**

16.2 Mutação do imobilizado

CONSOLIDADO	Saldo em 31.12.2021	Aquisições/ *Impairment*	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2022
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	3.385.063	-	(149.331)	-	39.042	3.274.774
Máquinas e equipamentos	5.569.575	-	(333.396)	(29.678)	683.865	5.890.366
Edificações	867.833	-	(35.834)	(333)	9.586	841.252
Terrenos	459.118	-	(10.111)	(381)	2.898	451.524
Veículos e aeronaves	1.115	-	(389)	-	1.616	2.342
Móveis e utensílios	5.434	-	(584)	(111)	1.397	6.136
(-) *Impairment* (16.4)	(710.509)	(74.696)	-	-	-	(785.205)
(-) Obrigações especiais	(502)	-	125	-	(41)	(418)
	9.577.127	**(74.696)**	**(529.520)**	**(30.503)**	**738.363**	**9.680.771**
Em curso						
Custo	752.846	559.318	-	(12.338)	(724.746)	575.080
(-) *Impairment* (16.4)	(187.382)	999	-	-	-	(186.383)
	565.464	**560.317**	**-**	**(12.338)**	**(724.746)**	**388.697**
	10.142.591	**485.621**	**(529.520)**	**(42.841)**	**13.617**	**10.069.468**

(a) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 41).

CONSOLIDADO	Saldo em 1º.01.2021	Aquisições/ *Impairment*	Depreciação	Baixas	Transferências	Alienação Copel Telecom	Outros (b)	Saldo em 31.12.2021
Em serviço								
Reservatórios, barragens, adutoras	3.481.391	-	(174.810)	2.147	76.335	-	-	3.385.063
Máquinas e equipamentos	5.647.220	-	(375.430)	(26.345)	174.615	754.557	(605.042)	5.569.575
Edificações	872.575	-	(38.629)	(506)	35.060	-	(667)	867.833
Terrenos	451.908	-	(10.777)	(763)	18.848	-	(98)	459.118
Veículos e aeronaves	1.892	-	(835)	(68)	134	-	(8)	1.115
Móveis e utensílios	6.816	-	(1.079)	(46)	1.562	-	(1.819)	5.434
(-) *Impairment* (16.4)	(925.521)	215.012	-	-	-	-	-	(710.509)
(-) *Impairment* Copel TEL	(27.928)	1.989	-	-	-	-	25.939	-
(-) Obrigações especiais	(251)	-	89	-	(340)	-	-	(502)
(-) Reclassificação (a)	(622.988)	-	-	-	41.293	-	581.695	-
	8.885.114	**217.001**	**(601.471)**	**(25.581)**	**347.507**	**754.557**	**-**	**9.577.127**
Em curso								
Custo	795.816	406.173	-	(42.655)	(335.975)	-	(70.513)	752.846
(-) *Impairment* (16.4)	(120.308)	(67.074)	-	-	-	-	-	(187.382)
(-) *Impairment* Copel TEL	(3.853)	3.103	-	-	-	-	750	-
(-) Reclassificação (a)	(61.309)	-	-	-	(8.454)	-	69.763	-
	610.346	**342.202**	**-**	**(42.655)**	**(344.429)**	**-**	**-**	**565.464**
	9.495.460	**559.203**	**(601.471)**	**(68.236)**	**3.078**	**754.557**	**-**	**10.142.591**

(a) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 39).
(b) Efeito da aquisição do Complexo Vilas (NE nº 1.2 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2021)

Durante a fase de construção são capitalizados os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Em 2022 estes custos totalizaram R$ 13.468, à taxa média de 0,32% a.a. (R$ 953, à taxa média de 0,02% a.a., em 2021).

16.3 Operações em conjunto - consórcios

Os valores registrados no imobilizado estão proporcionais a participação da Copel GeT nos ativos das usinas, conforme demonstrados a seguir:

EMPREENDIMENTO	Participação (%) Copel GeT	Taxa média anual de depreciação (%)	31.12.2022	31.12.2021
UHE Gov. Jayme Canet Júnior - Mauá Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	**51,0**			
Em serviço			859.882	859.926
(-) Depreciação Acumulada		2,90	(288.728)	(263.792)
Em curso			19.899	20.527
			591.053	**616.661**
UHE Baixo Iguaçu	**30,0**			
Em serviço			693.487	692.395
(-) Depreciação Acumulada		3,28	(87.278)	(64.519)
Em curso			55.863	56.027
			662.072	**683.903**
			1.253.125	**1.300.564**

16.4 Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos do segmento de geração

A partir da análise de indicativos de *impairment*, de premissas representativas das melhores estimativas da Administração da Companhia, da metodologia prevista no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) e da mensuração do valor em uso foram testadas as unidades geradoras de caixa do segmento geração.

O cálculo do valor em uso baseou-se em fluxos de caixa operacionais descontados pelo horizonte das concessões, mantendo-se as atuais condições comerciais da companhia. A taxa utilizada para descontar o fluxo de caixa foi definida e atualizada a partir da metodologia WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) e CAPM (Modelo de Precificação de Ativos), por tipo de fonte, para os negócios de geração, considerando parâmetros tradicionais e usualmente utilizados no mercado.

Referências internas como o orçamento aprovado pela Companhia, dados históricos ou passados, atualização do cronograma de obras e montante de investimentos para empreendimentos em curso embasam a definição de premissas chaves pela Administração. No mesmo contexto, referências externas como o nível de consumo de energia elétrica e a disponibilidade de recursos hídricos subsidiam as principais informações dos fluxos de caixa estimados.

Cabe observar que as diversas premissas utilizadas pela Administração na determinação dos fluxos de caixa futuros podem ser afetadas por eventos incertos, o que pode gerar oscilações nos resultados. Mudanças no modelo político e econômico, por exemplo, podem resultar em alta na projeção do risco-país, elevando as taxas de desconto utilizadas nos testes.

De forma geral, os testes contemplaram as seguintes premissas chaves:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Atualização das taxas de desconto após os impostos, específica para o segmento testado, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos vigentes e expectativa de mercado futuro, sem previsão de renovação da concessão/autorização;
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa projetadas a partir do orçamento aprovado pela Companhia;
- Atualização de encargos regulatórios.

A Companhia tratou como unidades geradoras de caixa independentes todos os seus empreendimentos de geração.

Em 31.12.2022, os empreendimentos com saldos de *impairment* registrados são os seguintes:

CONSOLIDADO	Imobilizado			
	Custo	Depreciação	*Impairment*	Valor em uso
UHE Colíder	2.537.487	(320.171)	(632.559)	1.584.757
UEGA	686.498	(384.810)	(108.132)	193.556
Consórcio Tapajós (a)	14.879	-	(14.879)	-
Usinas no Paraná	1.052.717	(130.051)	(216.018)	706.648
	4.291.581	**(835.032)**	**(971.588)**	**2.484.961**

(a) Projeto em desenvolvimento

O quadro a seguir apresenta a movimentação do saldo de *impairment*:

CONSOLIDADO	Saldo em 1º.01.2020	*Impairment* / Reversão	1º.01.2021	*Impairment* / Reversão	Saldo em 31.12.2021
Em serviço					
UHE Colíder	(683.193)	43.664	(639.529)	6.970	(632.559)
UEGA	(138.777)	138.777	-	(108.132)	(108.132)
Usinas no Paraná	(103.551)	32.571	(70.980)	26.466	(44.514)
	(925.521)	**215.012**	**(710.509)**	**(74.696)**	**(785.205)**
Em curso					
Consórcio Tapajós	(14.464)	(415)	(14.879)	-	(14.879)
Usinas no Paraná	(105.844)	(66.659)	(172.503)	999	(171.504)
	(120.308)	**(67.074)**	**(187.382)**	**999**	**(186.383)**
	(1.045.829)	**147.938**	**(897.891)**	**(73.697)**	**(971.588)**

16.4.1 UHE Colíder

Em dezembro de 2022, o cálculo do valor em uso considerou premissas e orçamentos da Companhia e a taxa de desconto depois dos impostos de 5,71% a.a. (em 2021, 5,77% a.a.), que deriva da metodologia WACC para o segmento de geração de energia elétrica. A atualização da expectativa de receita com a venda da energia, que compensou aumentos com custos operacionais e com encargos regulatórios, e a variação do valor contábil, possibilitaram a reversão parcial do *impairment*.

16.4.2 UEG Araucária

Em dezembro de 2022, o cálculo do valor em uso considerou premissas e orçamentos da Companhia, revisão da expectativa de despacho, atualização do Custo Variável Unitário - CVU e a taxa de desconto depois dos impostos de 7,00% a.a. (em 2021, 7,69% a.a.), que deriva da metodologia WACC para o segmento de geração de energia elétrica, acrescida de risco adicional associado à variação da receita. Pela revisão das premissas, principalmente a redução na expectativa de despacho da usina em relação a 31.12.2021, quando se previa aumento da demanda da usina em consequência das condições hidrológicas desfavoráveis, foi reconhecido impairment em 2022, considerando a mudança significativa do cenário hidrológico do país.

16.4.3 UTE Figueira

Em dezembro de 2022, o cálculo do valor em uso considerou premissas e orçamentos da Companhia, a taxa de desconto depois dos impostos de 6,23% a.a. (em 2021, 5,77% a.a.), que deriva da metodologia WACC para o segmento de geração de energia elétrica para fonte térmica, a postergação da entrada em operação da usina ocorrida em dezembro de 2022 (em 2021, a expectativa era para abril de 2022), a atualização da expectativa de receita com venda de energia e com a indenização do saldo residual do ativo, as alterações nos custos operacionais e no Capex, e a revisão do saldo de carvão à ser ressarcido para a conta CDE. Pela revisão do conjunto de premissas foi reconhecida a reversão parcial do *impairment*.

16.4.4 Demais usinas hídricas

Em dezembro de 2022, o cálculo do valor em uso dos ativos de geração no Estado do Paraná considerou: i) premissas e orçamentos da Companhia; ii) a taxa de desconto depois dos impostos de 5,71% a.a. (em 2021, 5,77% a.a.), que deriva da metodologia WACC para o segmento de geração de energia elétrica; e, iii) revisão dos encargos regulatórios e dos custos operacionais que foram compensados pela expectativa de venda da energia descontratada. Pela revisão do conjunto de premissas e a variação do valor contábil, foi possível reverter parte do saldo de *impairment*.

16.4.5 Unidades geradoras de caixa que não apresentam reversão ou provisão para *impairment*

As usinas que não sofreram impairment tem valor recuperável superior ao valor contábil do ativo imobilizado. A tabela a seguir apresenta a porcentagem em que o valor recuperável ("VR") excede o valor contábil ("VC") dos ativos e demonstra a análise de sensibilidade aumentando em 5% e 10% a taxa de desconto para avaliação do risco de *impairment* de cada empreendimento.

Unidade geradora de caixa	Taxa de desconto	VR/VC-1	VR/VC-1 (5% Variação)	VR/VC-1 (10% Variação)	Risco de *Impairment*
Ativos Eólicos					
Complexo São Bento (a)	8,06%	59,64%	55,18%	50,93%	-
Complexo Brisa I (b)	8,06%	58,38%	53,76%	49,35%	-
Complexo Brisa II (c)	8,06%	55,70%	50,85%	46,24%	-
Complexo Bento Miguel (d)	8,06%	15,96%	12,23%	8,70%	-
Complexo Cutia (e)	8,06%	11,67%	8,36%	5,21%	-
Complexo Jandaíra (f)	5,61%	29,61%	25,92%	22,41%	-
Complexo Vilas (g)	5,44%	43,11%	38,61%	34,35%	-
Ativos Hídricos					
Foz do Areia	5,71%	29,95%	29,58%	29,21%	-
Segredo	5,71%	96,90%	94,04%	91,24%	-
Caxias	5,71%	73,31%	70,52%	67,81%	-
Guaricana	5,71%	31,92%	30,77%	29,63%	-
Chaminé	5,71%	61,48%	60,03%	58,61%	-
Apucaraninha	5,71%	28,85%	27,83%	26,81%	-
Mauá	5,71%	106,38%	101,73%	97,25%	-
Marumbi	5,71%	30,16%	22,67%	20,19%	
Cavernoso II	5,71%	28,09%	24,87%	21,79%	-
Bela Vista	7,67%	56,29%	49,96%	44,51%	-
Elejor	7,00%	9,45%	6,89%	1,82%	-

(a) Contempla as usinas GE Boa Vista, GE Farol, GE Olho D'Água e GE São Bento do Norte.
(b) Contempla as usinas Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III e Nova Eurus IV.
(c) Contempla as usinas Santa Maria, Santa Helena e Ventos de Santo Uriel.
(d) Contempla as usinas São Bento do Norte I, São Bento do Norte II, São Bento do Norte III, São Miguel I, São Miguel II e GE São Miguel III.
(e) Contempla as usinas Cutia, Guajiru, Jangada, Maria Helena, Potiguar, Esperança e Paraíso dos Ventos.
(f) Contempla as usinas Jandaíra I, Jandaíra II, Jandaíra III e Jandaíra IV
(g) Contempla as usinas Potiguar B61, Potiguar B141, Potiguar B142, Potiguar B143 e Ventos de Vila Paraíba IV.

16.5 Empreendimentos em construção

16.5.1 PCH Bela Vista

Com um investimento estimado em R$ 224.673, o empreendimento, com 29,81 MW de capacidade instalada e garantia física de 18,61 MW médios, foi construído no Rio Chopim, nos municípios de São João e Verê, localizados no sudoeste do estado do Paraná. A participação no leilão A-6 realizado em 31.08.2018 vendeu 14,7 MW médios em contratos regulados ao preço original de R$ 195,70/MWh. O contrato de venda de energia tem início de suprimento em 1º.01.2024, prazo de 30 anos e reajuste anual pelo IPCA.

As obras tiveram seu início no mês de agosto de 2019 e a entrada em operação comercial de três unidades geradoras ocorreu em 2021. A entrada em operação da central geradora (Stream Diver), está prevista para o primeiro semestre de 2023.

16.5.2 Complexo eólico Jandaíra

Com um investimento estimado em R$ 411.610, o empreendimento, que tem 90,1 MW de capacidade instalada e garantia física de 47,6 MW médios, está sendo construído nos municípios de Pedra Preta e Jandaíra, no estado do Rio Grande do Norte. A participação no leilão de geração de energia nova A-6, realizado em 18.10.2019 vendeu 14,4 MW médios em contratos regulados ao preço original de R$ 98,00/MWh. O contrato de venda de energia tem início de suprimento em 1º.01.2025, prazo de 20 anos e reajuste anual pelo IPCA.

De posse de todas as licenças necessárias, as obras civis tiveram início em janeiro de 2021. O complexo, com 26 unidades geradoras divididas em 4 parques eólicos, iniciou a operação comercial de todo o empreendimento durante o ano de 2022.

16.6 Taxas de depreciação

Taxas de depreciação (%)	31.12.2022	31.12.2021
Taxas médias do segmento de geração (16.6.1)		
Equipamento geral	6,25	6,25
Máquinas e equipamentos	3,68	3,68
Geradores	3,42	3,42
Reservatórios, barragens e adutoras	2,67	2,56
Turbina hidráulica	2,89	2,90
Turbinas a gás e a vapor	4,00	4,00
Processamento de gás	3,00	3,00
Unidade de geração eólica	4,94	4,98
Edificações	3,07	3,15
Taxas médias para ativos da Administração central		
Edificações	3,33	3,33
Máquinas e equipamentos de escritório	6,25	6,27
Móveis e utensílios	6,25	6,30
Veículos	14,29	14,29

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf
Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

16.6.1 Ativos com taxas de depreciação limitadas ao prazo de concessão

Os ativos do projeto original das usinas de Mauá, Colíder, Baixo Iguaçu, Cavernoso II e PCH Bela Vista, da Copel GeT, e das usinas Santa Clara e Fundão, da Elejor, são considerados pelo Poder Concedente sem total garantia de indenização do valor residual ao final do prazo da concessão. Essa interpretação está fundamentada na Lei das Concessões nº 8.987/1995 e no Decreto nº 2.003/1996 que regulamentam a produção de energia elétrica por produtor independente. Dessa forma, a partir da entrada em operação desses ativos, inclusive terrenos, a depreciação é realizada pela maior taxa entre aquela determinada pela vida útil do ativo ou a taxa calculada com base no prazo de concessão.

Conforme previsto nos contratos de concessão, os investimentos posteriores e não previstos no projeto original, desde que aprovados pelo Poder Concedente e ainda não amortizados, serão indenizados ao final do prazo das concessões e depreciados com as taxas estabelecidas pela vida útil do ativo, a partir da entrada em operação.

Da mesma forma, os ativos de geração eólica, cuja energia elétrica produzida destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica conforme estabelecido nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/1995, também são depreciados pela maior taxa entre aquela determinada pela vida útil do ativo ou a taxa calculada com base no prazo de autorização.

17. INTANGÍVEL

CONSOLIDADO	31.12.2022	31.12.2021
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica (17.1)	7.257.827	6.596.184
Contratos de concessão/autorização de geração (17.2)	2.252.615	2.473.858
Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado (17.3)	726.107	96.145
Outros intangíveis (17.4)	41.178	49.373
	10.277.727	**9.215.560**

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis.

17.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

CONSOLIDADO	Ativo intangível em serviço	Obrigações especiais em serviço	Total
Em 1º.01.2021	**8.953.486**	**(2.750.099)**	**6.203.387**
Transferências do contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 10.1)	-	(8.385)	(8.385)
Transferências de ativos de contrato (NE nº 10.1)	943.905	(122.346)	821.559
Transferências para outros créditos	(3.563)	-	(3.563)
Quotas de amortização - concessão (a)	(522.525)	146.697	(375.828)
Quotas de amortização - créditos de PIS/Pasep e Cofins	(10.363)	-	(10.363)
Baixas	(30.623)	-	(30.623)
Em 31.12.2021	**9.330.317**	**(2.734.133)**	**6.596.184**
Transferências de ativos de contrato (NE nº 10.1)	1.332.118	(194.794)	1.137.324
Transferências para outros créditos	(955)	-	(955)
Quotas de amortização - concessão (a)	(564.252)	153.503	(410.749)
Quotas de amortização - créditos de PIS/Pasep e Cofins	(10.483)	-	(10.483)
Baixas	(53.494)	-	(53.494)
Em 31.12.2022	**10.033.251**	**(2.775.424)**	**7.257.827**

(a) Amortização durante o período de concessão a partir da transferência para intangível em serviço ou da vida útil dos ativos, dos dois o menor.

Saldo referente à parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, líquida das obrigações especiais. As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municípios, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não são passivos onerosos ou créditos do acionista.

17.2 Contratos de concessão de geração

CONSOLIDADO	Contrato de concessão (a)		Direito de concessão e autorização ágio técnico	Total
	em serviço	em curso		
Em 1º.01.2021	**195.622**	**-**	**358.218**	**553.840**
Mais valia na combinação de negócios - Complexo Vilas	-	-	277.120	277.120
Ágio técnico oriundo da combinação de negócios - Complexo Vilas	-	-	94.221	94.221
Outorga Aneel - uso do bem público	63.446	1.823	-	65.269
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(72.148)	-	(14.987)	(87.135)
Capitalizações para intangível em serviço	1.823	(1.823)	-	-
Repactuação Risco Hidrológico (GSF)	1.570.543	-	-	1.570.543
Em 31.12.2021	**1.759.286**	**-**	**714.572**	**2.473.858**
Mais valia na combinação de negócios - Complexo Vilas (NE nº 1.1.1)	-	-	23.982	23.982
Ágio técnico oriundo da combinação de negócios - Complexo Vilas (NE nº 1.1.1)	-	-	8.154	8.154
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(228.509)	-	(24.870)	(253.379)
Em 31.12.2022	**1.530.777**	**-**	**721.838**	**2.252.615**

(a) Contempla o saldo de uso do bem público e de repactuação do risco hidrológico.
(b) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

17.3 Contrato de concessão de distribuição de gás canalizado

Em 1º.01.2021	**132.366**
Transferências de ativos de contrato (NE nº 10.2)	3.398
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9.2)	(1.398)
Quotas de amortização - concessão	(38.221)
Em 31.12.2021	**96.145**
Adições - renovação da concessão	413.410
Transferências de ativos de contrato (NE nº 10.2)	13.738
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9.2)	243.628
Quotas de amortização - concessão	(40.690)
Baixas	(124)
Em 31.12.2022	**726.107**

As adições e o saldo transferido da rubrica de contas a receber vinculadas a concessão são decorrentes da renovação da concessão da Compagas (NE nº 2.1.1). O montante registrado como ativo intangível será amortizado a partir da renovação da concessão, pela expectativa de vida útil do ativo (30 anos para os ativos da operação de distribuição de gás e 10 anos para os demais bens), limitado ao prazo final da concessão.

17.4 Outros intangíveis

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização.

CONSOLIDADO	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2021	**19.209**	**20.654**	**39.863**
Efeito da aquisição de controle do Complexo Vilas	10.275	-	10.275
Aquisições	-	10.375	10.375
Transferências do imobilizado	986	482	1.468
Capitalizações para intangível em serviço	4.453	(4.453)	-
Quotas de amortização (a)	(7.770)	-	(7.770)
Quotas de amortização - créditos de PIS/Pasep e Cofins	(5)	-	(5)
Cisão parcial de ativos	(5.047)	(526)	(5.573)
(-) Reclassificação (b)	141	599	740
Em 31.12.2021	**22.242**	**27.131**	**49.373**
Aquisições	-	8.319	8.319
Transferências para imobilizado	(9.795)	-	(9.795)
Capitalizações para intangível em serviço	5.561	(5.561)	-
Quotas de amortização (a)	(5.160)	-	(5.160)
Baixas	-	(1.559)	(1.559)
Em 31.12.2022	**12.848**	**28.330**	**41.178**

(a) Taxa anual de amortização: 20%.
(b) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 41).

18. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações sociais				
Impostos e contribuições sociais	1.262	2.214	42.829	46.245
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	773	1.413	15.547	17.792
	2.035	**3.627**	**58.376**	**64.037**
Obrigações trabalhistas				
Folha de pagamento, líquida (a)	875	-	47.462	-
Férias	2.543	4.656	95.930	107.471
Provisões por desempenho e participação nos lucros	688	14.455	47.726	364.701
Programa de desligamentos voluntários	458	13.716	2.895	68.601
Outros	6	-	400	-
	4.570	**32.827**	**194.413**	**540.773**
	6.605	**36.454**	**252.789**	**604.810**

(a) Refere-se a provisão do reajuste salarial referente ao Acordo Coletivo de Trabalho aprovado em janeiro de 2023, com efeitos retroativos a outubro de 2022 (data-base do acordo).

19. FORNECEDORES

CONSOLIDADO	31.12.2022	31.12.2021
Energia elétrica	1.208.733	1.303.386
Materiais e serviços	626.710	770.629
Gás para revenda	93.696	60.121
Encargos de uso da rede elétrica	286.331	576.848
	2.215.470	**2.710.984**
Circulante	**2.090.022**	**2.585.735**
Não circulante	**125.448**	**125.249**

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Consolidado Contrato	Empresa	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2022	31.12.2021
MOEDA ESTRANGEIRA												
Secretaria do Tesouro Nacional - STN												
Par Bond (a)	Copel	Reestruturação da dívida.	Garantias depositadas.	20.05.1998	1	11.04.2024	Semestral	6,0% + 0,20%	6,0% + 0,20%	17.315	-	89.058
Discount Bond (a)				20.05.1998	1	11.04.2024	Semestral	1% + 0,20%	1% + 0,20%	12.082	-	61.514
Total moeda estrangeira											**-**	**150.572**
MOEDA NACIONAL												
Banco do Brasil												
CCB 306.401.381 (b)	Copel HOL	Capital de giro.	Cessão de créditos.	21.07.2015	2	25.03.2023	Trimestral	135,00% do DI	145,46% do DI	640.005	-	641.207
CCB 265.901.903	Copel DIS			29.06.2022	2	24.06.2025	Trimestral	DI + spread 1,25%	DI + spread 2,14%	750.000	751.673	-
											751.673	**641.207**
Itaú Unibanco S.A												
Nota Comercial (c)	Copel GET	Amortização parcial da 3ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures da emitente e atendimento de obrigações diversas de curto prazo, incluindo compra de energia, obrigações regulatórias e dividendos.	Fidejussória	10.09.2022	2	10.09.2025	Semestral	DI + spread 1,22%	DI + spread 1,31%	1.000.000	1.037.946	-
											1.037.946	**-**
Caixa Econômica Federal												
415.855-22/14	Copel DIS	Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos.	Receita própria; emissão de notas promissórias e duplicatas de venda mercantil.	31.03.2015	120	08.12.2026	Mensal	6,0%	6,0%	16.984	7.664	9.580
											7.664	**9.580**
Banco do Nordeste do Brasil												
35202166127989	Jandaíra I	Implantação do Complexo Eólico de Jandaíra	Fiança bancária	31.05.2021	192	15.06.2038	Mensal	2,7086% + IPCA (1)	3,0107% + IPCA	21.687	17.969	7.312
35202164527986	Jandaíra II			31.05.2021	192	15.06.2038	Mensal	2,2161% + IPCA (1) e 2,7086% + IPCA (1)	3,0107% + IPCA	56.421	46.644	18.424
35202162927987	Jandaíra III			31.05.2021	192	15.06.2038	Mensal	2,7086% + IPCA (1)	3,0107% + IPCA	65.158	53.843	21.645
35202160027984	Jandaíra IV			31.05.2021	192	15.06.2038	Mensal	2,2161% + IPCA (1) e 2,7086% + IPCA (1)	3,0107% + IPCA	65.421	54.053	22.058
35201915725525	Potiguar B141	Implantação do Complexo Eólico de Vilas	Cessão fiduciária de direitos creditórios; cessão fiduciária de direitos do contrato de O&M; cessão fiduciária de direitos emergentes da autorização; penhor de ações; alienação fiduciária de máquinas e equipamentos do projeto; Fiança bancária de 100%; cessão fiduciária das Contas Reserva do serviço da dívida; cessão fiduciária da conta reserva de operação (O&M); Contrato de suporte de acionista	04.04.2019	216	15.04.2039	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	92.138	89.685	94.781
35201922425522	Potiguar B142			04.04.2019	216	15.04.2039	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	92.213	89.709	94.809
35201926525533	Potiguar B143			11.04.2019	216	15.04.2039	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	92.138	89.376	94.453
35201910625534	Ventos de Vila Paraíba IV			18.04.2019	216	15.05.2039	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	92.138	91.004	96.237
352020148727169	Potiguar B61			11.08.2020	216	15.08.2040	Mensal	IPCA + 1,4865%	IPCA + 1,4865%	163.886	186.552	176.324
											718.835	**626.043**
Banco do Brasil - Repasse BNDES												
21/02000-0	Copel GeT	Implementação da UHE Mauá.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	16.04.2009	179	15.01.2028	Mensal	2,13% acima da TJLP	2,13% acima da TJLP	169.500	60.720	72.109
											60.720	**72.109**
BNDES												
820989.1	Copel GeT	Implementação da UHAE Mauá.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	17.03.2009	179	15.01.2028	Mensal	1,63% acima da TJLP	1,63% acima da TJLP	169.500	60.719	72.109
1120952.1		Implantação de linha de transmissão entre as subestações Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste.	Cessão fiduciária de direitos creditórios; receita proveniente da prestação de serviços de transmissão.	16.12.2011	168	15.04.2026	Mensal	1,82% e 1,42% acima da TJLP	1,82% e 1,42% acima da TJLP	44.723	11.186	14.431
1220768.1		Implantação da PCH Cavernoso II.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	28.09.2012	192	15.07.2029	Mensal	1,36% acima da TJLP	1,36% acima da TJLP	73.122	32.012	36.593
13211061		Implantação da UHE Colíder.	Cessão fiduciária de direitos creditórios.	04.12.2013	192	15.10.2031	Mensal	0% e 1,49% acima da TJLP	6,43% e 7,68%	1.041.155	615.968	680.413
13210331		Implantação da subestação Cerquilho III.		03.12.2013	168	15.08.2028	Mensal	1,49% e 1,89% acima da TJLP	1,49% e 1,89% acima da TJLP	17.644	7.502	8.758
15206041		Implantação de linha de transmissão Assis - Paraguaçu Paulista II.		28.12.2015	168	15.06.2030	Mensal	2,42% acima da TJLP	9,04%	34.265	16.139	18.151
15205921		Implantação de linhas de transmissão Londrina - Figueira e Salto Osório - Foz do Chopim.		28.12.2015	168	15.12.2029	Mensal	2,32% acima da TJLP	8,93%	21.584	9.542	10.822
18205101		Implantação da UHE Baixo Iguaçu.		22.11.2018	192	15.06.2035	Mensal	1,94% acima da TJLP	8,50%	194.000	159.948	171.447
19207901 - A+B+E+F+G+H		Implantação das instalações de transmissão das linhas: SE Medianeira; SE Curitiba Centro e Curitiba Uberaba e SE Andirá Leste.		03.06.2020	279	15.12.2043	Mensal	IPCA + 4,8165%	IPCA + 4,8570%	206.882	200.932	185.532
19207901 - C+D+I+J		Implantação das instalações de transmissão das linhas: Linha de Transmissão Curitiba Leste - Blumaneu e Baixo Iguaçu - Realeza.		03.06.2020	267	15.12.2043	Mensal	IPCA + 4,8165%	IPCA + 4,8570%	225.230	188.869	162.773
14205611-C	Copel DIS	Preservação de negócios, melhorias, suporte operacional e investimentos gerais em expansão e consolidação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE).	Fiança da Copel; cessão fiduciária de receitas e direitos indenizatórios da concessão.	15.12.2014	113	15.06.2024	Mensal	6,0%	6,0%	78.921	11.757	19.595
14.2.1271.1	Santa Maria	Construção e implantação de centrais geradoras eólicas.	Penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária de máquinas e equipamentos.	01.06.2015	192	15.08.2031	Mensal	1,66% acima da TJLP	8,26%	71.676	34.125	37.771
14.2.1272.1	Santa Helena			01.06.2015	192	15.08.2031	Mensal	1,66% acima da TJLP	8,26%	82.973	37.027	40.983
11211521	GE Farol		Fiança da Copel; penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios; cessão fiduciária de receitas.	19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	54.100	29.888	33.570
11211531	GE Boa Vista			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	40.050	22.096	24.818
11211541	GE S.B. do Norte			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	90.900	50.112	56.287
11211551	GE Olho D'Água			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	97.000	53.519	60.113
18204611	Cutia		Penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios.	10.10.2018	192	15.07.2035	Mensal	2,04% acima da TJLP	8,37%	619.405	543.337	563.569
13212221 - A	Costa Oeste	Implantação de linha de transmissão entre as subestações Cascavel Oeste e Umuarama Sul e implantação da subestação Umuarama Sul.	Cessão fiduciária de direitos creditórios; 100% das ações penhoradas.	03.12.2013	168	30.11.2028	Mensal	1,95% + TJLP	1,95% + TJLP	27.634	12.842	14.898
13212221 - B				03.12.2013	106	30.09.2023	Mensal	3,5%	3,5%	9.086	598	1.396
14205851 - A	Marumbi	Implantação de linha de transmissão entre as subestações Curitiba e Curitiba Leste e implantação da subestação Curitiba Leste.		08.07.2014	168	30.06.2029	Mensal	2,00% + TJLP	2,00% + TJLP	33.460	16.981	19.444
14205851 - B				08.07.2014	106	30.04.2024	Mensal	6,0%	6,0%	21.577	3.020	5.285
											2.118.119	**2.238.758**
Total moeda nacional											**4.694.957**	**3.587.697**
									Dívida bruta		**4.694.957**	**3.738.269**
									(-) Custo de transação		**(44.594)**	**(59.825)**
									Dívida líquida		**4.650.363**	**3.678.444**
									Circulante		**278.838**	**579.770**
									Não Circulante		**4.371.525**	**3.098.674**

DI - DI - Depósito interbancário IPCA - Índice nacional de preços ao consumidor amplo TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

20.1 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

CONSOLIDADO		31.12.2022	%	31.12.2021	%
Moeda estrangeira	**variação da moeda no exercício (%)**				
Dólar norte-americano	(6,50)	150.572	4,09	140.337	4,40
		150.572	**4,09**	**140.337**	**4,40**
Moeda nacional	**variação da moeda no exercício (%)**				
TJLP	7,20	1.755.556	37,75	1.916.561	52,11
CDI	13,65	1.772.718	38,12	639.555	17,39
TR	0,21	-	-	-	-
IPCA	5,79	1.099.050	23,63	935.900	25,44
Sem indexador (taxa fixa anual)	-	23.039	0,50	35.856	0,97
		4.650.363	**100,00**	**3.527.872**	**95,91**
		4.650.363	**100,00**	**3.678.444**	**100,00**

Em 10.03.2022 foi efetuado o resgate antecipado do empréstimo em moeda estrangeira junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

20.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2022	Consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2024	608.001	(8.902)	599.099
2025	1.604.933	(5.666)	1.599.267
2026	230.905	(2.171)	228.734
2027	232.594	(2.172)	230.422
2028	215.888	(2.182)	213.706
Após 2028	1.514.960	(14.663)	1.500.297
	4.407.281	**(35.756)**	**4.371.525**

20.3 Mutação de empréstimos e financiamentos

CONTROLADORA	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
Em 1º.01.2021	**140.337**	**638.431**	**778.768**
Encargos	6.218	39.833	46.051
Variação monetária e cambial	10.266	-	10.266
Pagamento - encargos	(6.249)	(38.709)	(44.958)
Em 31.12.2021	**150.572**	**639.555**	**790.127**
Encargos	953	50.901	51.854
Variação monetária e cambial	(14.378)	-	(14.378)
Amortização - principal	(134.894)	(640.005)	(774.899)
Pagamento - encargos	(2.253)	(50.451)	(52.704)
Em 31.12.2022	**-**	**-**	**-**

CONSOLIDADO	Moeda estrangeira	Moeda nacional	Total
Em 1º.01.2021	**140.337**	**3.048.194**	**3.188.531**
Efeito da aquisição de controle do Complexo Vilas		514.272	514.272
Ingressos	-	134.313	134.313
(-) Custos de transação	-	(1.647)	(1.647)
Encargos	6.218	191.398	197.616
Variação monetária e cambial	10.266	31.091	41.357
Amortização - principal	-	(202.577)	(202.577)
Pagamento - encargos	(6.249)	(187.172)	(193.421)
Em 31.12.2021	**150.572**	**3.527.872**	**3.678.444**
Efeito da aquisição de controle do Complexo Vilas (NE 1.1.1)	-	25.398	25.398
Ingressos	-	1.891.954	1.891.954
(-) Custos de transação	-	(19.781)	(19.781)
Encargos	953	390.569	391.522
Variação monetária e cambial	(14.378)	34.978	20.600
Amortização - principal	(134.894)	(865.425)	(1.000.319)
Pagamento - encargos	(2.253)	(335.202)	(337.455)
Em 31.12.2022	**-**	**4.650.363**	**4.650.363**

20.4 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

Os contratos de empréstimos e financiamentos contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar em multas ou na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2022, todos os indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos. A controlada Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. apurou ICSD de 1,15 e, portanto, complementará a Conta Reserva no valor de R$ 5.738 no prazo definido contratualmente.

A Companhia tem expectativa de que todos os indicadores financeiros, medidos anualmente, sejam cumpridos em 2023.

EMPRESA	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GeT	BNDES Finem nº 820989.1 - Mauá Banco do Brasil nº 21/02000-0 - Mauá	Ebitda/ Resultado Financeiro Líquido	≥ 1,3
	Nota Comercial	Índice de cobertura do serviço da dívida Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado	≥ 1,5 ≤ 3,5
Copel DIS	BNDES Finem nº 14205611	Endividamento Financeiro / Ebitda	≤ 4,0
Santa Maria	BNDES Finem nº 14212711	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Santa Helena	BNDES Finem nº 14212721		
São Bento Energia, Investimento e Participações	Contrato de Cessão BNDES		
GE Boa Vista S.A.	BNDES Finem nº 11211531		
GE Farol S.A.	BNDES Finem nº 11211521		
GE Olho D´Água S.A.	BNDES Finem nº 11211551		
GE São Bento do Norte S.A.	BNDES Finem nº 11211541		
Cutia	BNDES Finem nº 18204611	Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≥ 1,2
Costa Oeste	BNDES Finem nº 13212221	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Marumbi	BNDES Finem nº 14205851	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3

Financiamento a empreendimentos - Finem

(a) indicador calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. O contrato estabelece que, caso o índice esteja no intervalo entre 1,10 e 1,20, deve-se complementar o valor dos recursos aplicados na Conta Reserva de forma que a totalidade atinja o índice de 1,20, no prazo de até 2 dias úteis contados da divulgação das demonstrações financeiras.

21. DEBÊNTURES

Empresa	Emissão	Caracterís-ticas	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2022	31.12.2021
Copel	8ª	(a)	Pagamento da 6ª emissão de debêntures e reforço da estrutura de capital.	Fidejussória	14.06.2019	1	14.06.2022	Semestral	106,0% da taxa DI	110,93% do DI	500.000	-	502.400
Copel Get	3ª	(a)	Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.	Fidejussória	20.10.2017	3	20.10.2022	Semestral	126,0% da taxa DI	131,21% da taxa DI	1.000.000	-	339.767
	4ª		Resgate antecipado total da 4ª emissão de notas promissórias e pagamento parcial da 1ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.		23.07.2018	3	23.07.2023	Semestral	126,0% da taxa DI	133,77% da taxa DI	1.000.000	357.573	690.311
	5ª	(b)	Reembolso de gastos da construção das Linhas de Transmissão Araraquara II - Taubaté, Assis - Londrina e Foz do Chopim.		25.09.2018	5	15.09.2025	Semestral	IPCA + 7,6475%	IPCA+ 8,3295%	290.000	225.643	284.483
	6ª (série 1)		Resgate antecipado total da 5ª emissão de notas promissórias e pagamento parcial da 2ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.		15.07.2019	2	15.07.2024	Semestral	109,0% da taxa DI	111,25% da taxa DI	800.000	852.816	825.358
	6ª (série 2)		Reembolso de gastos com os projetos UHE Colíder e UHE Baixo Iguaçu		15.07.2019	1	15.07.2025	Semestral	IPCA + 3,90%	IPCA+ 4,46%	200.000	251.363	237.650
	7ª (série 1)	(c)	Reforço do capital de giro da Emissora; amortização e/ou o reembolso de caixa de parcela de principal da 3ª e 4ª emissão de debêntures.		15.10.2021	2	15.10.2026	Semestral	DI + spread 1,38%	DI + spread 1,45%	1.133.363	1.166.982	1.148.216
	7ª (série 2)		Investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas no âmbito dos Projetos: Melhorias da Usina Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto; Implantação dos Ativos do Lote "E", do Leilão Aneel nº 05/2015; Aportes na Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. e Bela Vista Geração de Energia S.A.		15.10.2021	3	15.10.2031	Semestral	IPCA + 5,7138%	IPCA + 6,1033%	366.637	397.825	374.658
Copel Dis	3ª	(a)	Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.	Fidejussória	20.10.2017	2	20.10.2022	Semestral	126,0% da taxa DI	130,85% da taxa DI	500.000	254.824	502.358
	4ª		Capital de giro e pagamento da 1ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.		27.09.2018	3	27.09.2023	Semestral	DI + spread 2,70%	CDI + 3,96%	1.000.000	684.185	1.011.796
	5ª (série 1)	(c)	Investimento para expansão, renovação ou melhoriae reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora vinculada ao contrato de concessão nº 46/1999 da ANEEL.		15.11.2019	3	15.11.2027	Semestral	IPCA + 4,20%	IPCA+ 4,61%	500.000	584.489	529.349
	5ª (série 2)		Reforço do capital de giro e recomposição de caixa pela amortização final da 2ª emissão de debêntures.		15.11.2019	2	15.11.2022	Semestral	DI + spread 1,45%	CDI + 1,65%	350.000	177.187	351.479
	6ª (série 1)		Reforço do capital de giro da Emissora e a amortização da primeira parcela de principal das debêntures de cada uma das seguintes emissões da Emissora: 3ª, 4ª e 5ª Emissão.		16.06.2021	2	15.06.2026	Semestral	CDI + 1,95%	CDI + 2,02%	1.000.000	1.005.102	-
	6ª (série 2)		Investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora, vinculada ao "Contrato de concessão nº46/1999-ANEEL.		16.06.2021	3	15.06.2026	Semestral	IPCA + 4,7742% a.a.	IPCA + 5,1564% a.a.	500.000	529.366	-
	7ª (série 1)	(e)	Reforço de Capital de giro; resgate das debêntures da 3ª emissão; amortização da 2ª parcela de principal da 4ª e 5ª emissão.		15.05.2022	2	15.05.2025	Semestral	CDI + 1,21%	CDI + 1,28%	300.000	305.380	-
	7ª (série 2)				15.05.2022	2	15.05.2027	Semestral	CDI + 1,36%	CDI + 1,42%	901.450	917.789	-
	7ª (série 3)		Investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da emissora, vinculada ao Contrato de concessão nº46/1999 da Aneel.		15.05.2022	3	15.05.2032	Semestral	IPCA + 6,1732%	IPCA + 6,6587%	298.550	301.830	-
Brisa Potiguar	2ª (série 1)	(d)	Implantação de centrais geradoras eólicas.	Real e fidejussória e penhor de ações da Copel GeT	24.03.2016	192	15.07.2032	Mensal	TJLP + 2,02%	TJLP + 2,02%	147.575	91.468	100.240
	2ª (série 2)				24.03.2016	192	15.07.2032	Mensal	IPCA + 9,87%	IPCA+ 10,92%	153.258	126.067	131.630
Cutia	1ª	(b)	Construção e implantação de centrais geradoras eólicas.	Fidejussória	20.03.2019	26	15.12.2031	Semestral	IPCA + 5,8813%	IPCA+ 6,83%	360.000	360.894	370.903
												Dívida bruta	**7.887.077**	**8.240.769**
												(-) Custo de transação	**(83.222)**	**(93.152)**
												Dívida líquida	**7.803.855**	**8.147.617**
												Circulante	**1.346.347**	**2.144.485**
												Não Circulante	**6.457.508**	**6.003.132**

(a) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interveniente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.
(b) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interveniente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.
(c) Debêntures simples, duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interveniente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.
(d) Debêntures simples, duas séries, não conversíveis em ações, emissão privada. Empresas: Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus e Ventos de Santo Uriel. Interveniente garantidora: Copel. Não possui agente fiduciário.
(e) Debêntures simples, três séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interveniente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

21.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2021	Consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2024	670.831	(13.890)	656.941
2025	1.798.427	(11.436)	1.786.991
2026	1.789.732	(9.168)	1.780.564
2027	718.578	(7.584)	710.994
2028	62.857	(5.997)	56.860
Após 2028	1.482.417	(17.259)	1.465.158
	6.522.842	**(65.334)**	**6.457.508**

21.2 Mutação das debêntures

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2021	**801.289**	**6.757.481**
Ingressos	-	3.000.000
(-) Custos de transação	-	(35.030)
Encargos e variação monetária	25.232	658.653
Amortização - principal	(300.000)	(1.852.048)
Pagamento - encargos	(24.805)	(361.073)
Reclassificação (a)	-	(20.366)
Em 31.12.2021	**501.716**	**8.147.617**
Ingressos	-	1.500.000
(-) Custos de transação	-	(14.445)
Encargos e variação monetária	26.642	1.112.287
Amortização - principal	(500.000)	(2.051.481)
Pagamento - encargos	(28.358)	(890.123)
Em 31.12.2022	**-**	**7.803.855**

(a) Reclassificação para Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 39).

21.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

As debêntures emitidas contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar na necessidade de solicitação de anuência aos debenturistas ou na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2022, todos os indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos, exceto nas controladas Ventos de Santo Uriel e Nova Asa Branca III que têm a dívida de R$ 72.588 em 31.12.2022 e que não atenderam ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de 1,3. Contudo, a Companhia preventivamente solicitou e recebeu, em 30.12.2022, conforme carta do BNDES AE/DEENE2 nº 061/2022, o compromisso da instituição bancária de fomento de não declarar o vencimento antecipado das escrituras de debêntures, com base no desempenho desse índice no exercício de 2022.

Adicionalmente, a controlada Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. apurou ICSD de 1,15 e, portanto, complementará a Conta Reserva no valor de R$ 5.738 no prazo definido contratualmente.

A Companhia tem expectativa de que todos os indicadores financeiros, medidos anualmente, sejam cumpridos em 2023.

Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de debêntures:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GET	4ª Emissão de Debêntures 5ª Emissão de Debêntures 6ª Emissão de Debêntures 7ª Emissão de Debêntures	Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado	≤ 3,5 ≥ 1,5
Copel DIS	4ª Emissão de Debêntures 5ª Emissão de Debêntures 6ª Emissão de Debêntures 7ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Nova Asa Branca I Nova Asa Branca II Nova Asa Branca III Nova Eurus IV Ventos de Santo Uriel	2ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Cutia	1ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≥ 1,2

(a) indicador calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. O contrato estabelece que, caso o índice esteja no intervalo entre 1,10 e 1,20, deve-se complementar o valor dos recursos aplicados na Conta Reserva de forma que a totalidade atinja o índice de 1,20, no prazo de até 2 dias úteis contados da divulgação das demonstrações financeiras.

22. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia e suas controladas patrocinam planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

22.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III, único plano disponível para novos participantes, é um plano de Contribuição Variável - CV na fase contributiva e, após a aposentadoria, torna-se um plano de Benefício Definido - BD.

22.2 Plano Assistencial

A Companhia e suas controladas alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

22.3 Balanço patrimonial e resultado

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Planos previdenciários	8	12	949	965
Planos assistenciais	26.839	14.139	1.069.088	1.294.209
	26.847	**14.151**	**1.070.037**	**1.295.174**
Circulante	**2.957**	**229**	**73.814**	**68.836**
Não circulante	**23.890**	**13.922**	**996.223**	**1.226.338**

Os valores reconhecidos no resultado estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Empregados				
Planos previdenciários	2.106	1.301	55.607	59.052
Plano assistencial - pós-emprego	2.278	958	140.293	116.504
Plano assistencial - funcionários ativos	1.527	1.427	68.897	71.795
	5.911	**3.686**	**264.797**	**247.351**
Administradores				
Planos previdenciários	706	348	1.236	1.300
Plano assistencial	68	31	148	122
	774	**379**	**1.384**	**1.422**
	6.685	**4.065**	**266.181**	**248.773**

22.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2021	**10.155**	**1.493.614**
Apropriação do cálculo atuarial	958	116.504
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	6.402	130.308
Ajuste referente a perdas atuariais	3.257	(246.626)
Amortizações	(6.621)	(198.626)
Em 31.12.2021	**14.151**	**1.295.174**
Apropriação do cálculo atuarial	2.278	140.293
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	5.016	127.878
Ajuste referente a (ganhos) perdas atuariais (a)	11.337	(291.742)
Amortizações	(5.935)	(201.566)
Em 31.12.2022	**26.847**	**1.070.037**

(a) Ajustes decorrentes da transferência do passivo da Copel Serviços para a Copel e demais subsidiárias.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

22.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1) / IAS 19

22.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos estão demonstradas a seguir:

CONSOLIDADO	2022		2021	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	**-**	**5,10%**	**-**	**5,50%**
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos Unificado - Benefício Definido	6,10%	11,51%	5,20%	10,99%
Planos Unificado - Saldado	6,12%	11,53%	5,20%	10,99%
Planos III	6,13%	11,54%	5,30%	11,09%
Planos Assistencial	6,13%	11,54%	5,30%	11,09%
Crescimento salarial/custos médicos				
Plano Unificado a.a.	0,00%	5,10%	0,00%	5,50%
Plano III a.a.	1,00%	6,15%	1,00%	6,56%
Plano Assistencial - Aging Factor	3,30%	-	5,80%	-
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927

22.5.2 Número de participantes e beneficiários

CONSOLIDADO	Planos previdenciários					
	Plano Unificado		Plano III		Plano Assistencial	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Número de participantes ativos	10	18	6.031	6.645	5.775	6.276
Número de participantes inativos	4.170	4.229	5.369	5.018	9.059	8.910
Número de dependentes	-	-	-	-	20.867	21.621
Total	**4.180**	**4.247**	**11.400**	**11.663**	**35.701**	**36.807**

22.5.3 Expectativa de vida a partir da idade média - Tábua AT-2000 (em anos)

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia e de suas controladas é, respectivamente, de 68,27 e 67,08 anos.

CONSOLIDADO	Plano Unificado	Plano III
Em 31.12.2021		
Participantes aposentados	19,60	23,42
Participantes pensionistas	12,48	25,97
Em 31.12.2020		
Participantes aposentados	11,60	23,47
Participantes pensionistas	13,22	27,02

22.5.4 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do Plano Unificado e Plano III para 31.12.2022 totalizaram, respectivamente, superávit R$ 595.847 e de R$ 74.421 (R$ 653.654 e R$ 10.111, em 31.12.2021). A legislação atual aplicável não permite qualquer redução significativa nas contribuições ou reembolsos à Companhia com base no superávit atual desses planos. Por esse motivo, a Companhia não registrou ativos em seu balanço de 31.12.2022, refletindo qualquer direito de redução de contribuições ou restituição de superávit ou outros valores.

CONSOLIDADO	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações total ou parcialmente cobertas	6.029.530	3.457.537	1.234.771	10.721.838	10.973.812
Valor justo dos ativos do plano	(6.625.377)	(3.531.958)	(165.683)	(10.323.018)	(10.343.368)
Estado de cobertura do plano	**(595.847)**	**(74.421)**	**1.069.088**	**398.820**	**630.444**
Ativo não reconhecido	595.847	74.421	-	670.268	663.765
	-	**-**	**1.069.088**	**1.069.088**	**1.294.209**

A Companhia e suas controladas procederam ajustes nos seus passivos assistenciais com base no relatório atuarial, na data base 31.12. 2022, conforme apresentado na Demonstração de Resultados Abrangentes.

22.5.5 Movimentação do passivo atuarial

CONSOLIDADO	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2021	**6.760.824**	**3.344.723**	**1.714.637**
Custo de serviço	252	2.006	7.368
Custo dos juros	481.656	246.256	125.132
Benefícios pagos	(511.621)	(233.908)	-
Ganhos atuariais	(585.510)	(21.984)	(356.019)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2021	**6.145.601**	**3.337.093**	**1.491.118**
Custo de serviço	169	2.018	6.172
Custo dos juros	673.724	364.901	155.389
Benefícios pagos	(523.792)	(264.096)	(342)
(Ganhos) / perdas atuariais	(266.172)	17.621	(417.566)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2022	**6.029.530**	**3.457.537**	**1.234.771**

22.5.6 Movimentação do ativo atuarial

CONSOLIDADO	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2021	**7.568.268**	**3.629.780**	**222.148**
Retorno esperado dos ativos	837.120	133.837	6.366
Contribuições e aportes	26.661	136.730	-
Benefícios pagos	(511.621)	(233.908)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	(1.121.173)	(319.235)	(31.605)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2021	**6.799.255**	**3.347.204**	**196.909**
Retorno esperado dos ativos	743.845	274.486	26.390
Contribuições e aportes	29.808	151.606	-
Benefícios pagos	(523.792)	(264.096)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	(423.739)	22.758	(57.616)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2022	**6.625.377**	**3.531.958**	**165.683**

22.5.7 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2023 para cada plano estão demonstrados a seguir:

CONSOLIDADO	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Custo do serviço corrente	205	3.966	6.879
Custo estimado dos juros	700.311	397.093	141.876
Rendimento esperado do ativo do plano	(769.615)	(410.063)	(18.629)
Contribuições estimadas dos empregados	(89)	(1.983)	-
Custos (receitas)	**(69.188)**	**(10.987)**	**130.126**

22.5.8 Análise de sensibilidade

A tabela a seguir demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios acumulada pós-emprego.

CONSOLIDADO	Cenários projetados	
	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	(826.777)	823.400
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(195.345)	185.544
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	82.208	(80.982)
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte do programa de saúde	392	(386)
Sensibilidade ao custo do serviço		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	320	(313)
Impactos nas obrigações do programa de saúde	1.040	(883)

22.5.9 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia e suas controladas, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

CONSOLIDADO	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2023	317.523	153.226	81.010	551.759
2024	316.790	152.659	81.114	550.563
2025	316.908	152.239	79.756	548.903
2026	316.481	151.790	76.382	544.653
2027	315.703	151.358	73.076	540.137
2028 a 2052	3.885.982	2.598.345	759.895	7.244.222

22.5.10 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciários e assistencial da Companhia e de suas controladas no final de 2022 e a alocação-meta para 2023, por categoria de ativos, são as seguintes:

CONSOLIDADO	Meta para 2023 (*)	2022
Renda fixa	77,2%	71,1%
Renda variável	5,3%	10,0%
Empréstimos	1,2%	1,2%
Investimentos imobiliários	5,6%	2,7%
Investimentos estruturados	8,7%	10,2%
Investimentos no exterior	2,0%	4,8%
	100,0%	**100,0%**

(*) Alocação Estratégica baseada no total de investimentos de cada plano.

Adicionalmente, seguem informações referentes à alocação de ativos de planos previdenciários patrocinados pela Companhia:

CONSOLIDADO	Plano Unificado		Plano III	
	meta (%) (*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	86,0%	60,0%	67,0%	40,0%
Renda variável	3,0%	2,0%	8,0%	3,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	2,0%	0,0%
Investimentos imobiliários	5,5%	0,0%	6,0%	0,0%
Investimentos estruturados	5,0%	0,0%	13,0%	0,0%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%	4,0%	0,0%

(*) Alocação Estratégica 2022.
A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

22.5.11 Informações adicionais

A Companhia e suas controladas efetuaram contribuições para o Plano III (plano de contribuições variáveis) para todos os empregados ativos em 31.12.2022 e 31.12.2021 nos valores de R$ 72.353 e R$ 64.883, respectivamente.

23. ENCARGOS SETORIAIS A RECOLHER

CONSOLIDADO	31.12.2022	31.12.2021
Conta de desenvolvimento energético - CDE	41.122	41.786
Reserva global de reversão - RGR	5.366	8.834
Bandeira tarifária (NE nº 30.3.2)	-	147.766
	46.488	**198.386**

24. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, e as concessionárias de distribuição de energia elétrica devem segregar esse mesmo percentual entre os programas de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e de eficiência energética.

Os saldos registrados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE estão demonstrados no quadro a seguir:

CONSOLIDADO	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2021
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	-	6.588	-	6.588	7.584
MME	-	3.314	-	3.314	3.790
P&D	229.290	1.322	29.631	260.243	286.029
	229.290	**11.224**	**29.631**	**270.145**	**297.403**
Programa de eficiência energética - PEE					
Procel	-	11.960	-	11.960	19.883
PEE	128.851	1.906	201.896	332.653	309.811
	128.851	**13.866**	**201.896**	**344.613**	**329.694**
	358.141	**25.090**	**231.527**	**614.758**	**627.097**
			Circulante	**370.244**	**292.495**
			Não circulante	**244.514**	**334.602**

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel

24.1 Mutação dos saldos de P&D e PEE

CONSOLIDADO	FNDCT	MME	P&D	Procel	PEE	Total
Em 1º.01.2021	**8.085**	**4.041**	**332.746**	**5.855**	**314.284**	**665.011**
Constituições	50.804	25.399	50.796	12.801	51.206	191.006
Contrato de desempenho	-	-	-	-	3.010	3.010
Juros (NE nº 32)	-	-	3.664	1.227	9.923	14.814
Recolhimentos	(51.305)	(25.650)	(15.966)	-	(56.176)	(149.097)
Conclusões	-	-	(85.211)	-	(12.436)	(97.647)
Em 31.12.2021	**7.584**	**3.790**	**286.029**	**19.883**	**309.811**	**627.097**
Constituições	39.044	19.535	39.070	11.298	45.191	154.138
Contrato de desempenho	-	-	-	-	2.552	2.552
Juros (NE nº 32)	-	-	6.197	3.799	24.648	34.644
Transferências	-	-	-	(3.685)	3.685	-
Recolhimentos	(40.040)	(20.011)	(8.061)	(19.335)	(29.740)	(117.187)
Conclusões	**-**	**-**	**(62.992)**	**-**	**(23.494)**	**(86.486)**
Em 31.12.2022	**6.588**	**3.314**	**260.243**	**11.960**	**332.653**	**614.758**

25. CONTAS A PAGAR VINCULADAS À CONCESSÃO

CONSOLIDADO	Empresa	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção Anual	31.12.2022	31.12.2021
UHE Mauá	Copel GeT	29.06.2007	03.07.2007	05.2047	5,65% a.a.	IPCA	21.587	20.495
UHE Colíder	Copel GeT	29.12.2010	17.01.2011	01.2046	7,74% a.a.	IPCA	30.518	27.376
UHE Baixo Iguaçu	Copel GeT	19.07.2012	20.08.2012	01.2047	7,74% a.a.	IPCA	9.050	8.595
UHE Guaricana	Copel GeT	03.03.2020	03.03.2020	03.2025	7,74% a.a.	IPCA	2.200	2.894
UHEs Fundão e Santa Clara	Elejor	23.10.2001	25.10.2001	05.2037	11,00% a.a.	IGPM	874.187	844.599
							937.542	**903.959**
						Circulante	**105.003**	**104.963**
						Não circulante	**832.539**	**798.996**

Taxa de desconto no cálculo do valor presente
Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Pagamento à União
Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual corrigido, conforme definido no contrato de concessão

25.1 Mutação de contas a pagar vinculadas à concessão

Em 1º.01.2021	**731.864**
Adição	65.269
Ajuste a valor presente	78.203
Variação monetária	117.053
Pagamentos	(88.430)
Em 31.12.2021	**903.959**
Adição	1.855
Ajuste a valor presente	27.063
Variação monetária	112.890
Pagamentos	(108.225)
Em 31.12.2022	**937.542**

25.2 Valor nominal e valor presente das contas a pagar vinculadas à concessão

Consolidado	Valor nominal	Valor presente
2023	115.062	105.003
2024	115.106	94.974
2025	114.304	85.101
2026	114.036	76.626
Após 2026	1.583.477	575.838
	2.041.985	**937.542**

26. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVO DE ARRENDAMENTOS

26.1 Direito de uso de ativos

CONSOLIDADO	Saldo em 31.12.2021	Adições	Ajuste por Remensuração	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2022
Imóveis	120.929	25.365	2.405	(10.679)	(1.531)	136.489
Veículos	67.833	87.644	2.755	(45.044)	(170)	113.018
Equipamentos	15.294	3.986	1.536	(8.943)	-	11.873
	204.056	**116.995**	**6.696**	**(64.666)**	**(1.701)**	**261.380**

CONSOLIDADO	Saldo em 1º.01.2021	Adições	Ajuste por Remensuração	Amortização	Baixas	Outros (a)	Saldo em 31.12.2021
Imóveis	23.384	87.921	10.748	(10.053)	(13.079)	22.008	120.929
Veículos	90.316	7.920	2.255	(33.000)	(142)	484	67.833
Equipamentos	18.821	2.424	612	(6.695)	(1.239)	1.371	15.294
	132.521	**98.265**	**13.615**	**(49.748)**	**(14.460)**	**23.863**	**204.056**

(a) Reclassificação para Ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 39) e efeitos da combinação de negócios.

26.2 Passivo de arrendamentos

26.2.1 Mutação do passivo de arrendamentos

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2021	**986**	**138.361**
Efeito da aquisição de controle do Complexo Vilas	-	22.381
Adições	2.648	98.265
Ajuste por remensuração	26	13.615
Encargos	236	13.459
Pagamento - principal	(317)	(53.120)
Pagamento - encargos	(236)	(7.145)
Baixas	(85)	(14.799)
Reclassificação (a)	-	1.717
Em 31.12.2021	**3.258**	**212.734**
Adições	1.346	116.995
Ajuste por remensuração	583	6.696
Encargos	413	20.462
Pagamento - principal	(378)	(60.200)
Pagamento - encargos	(413)	(21.151)
Baixas	-	(1.780)
Em 31.12.2022	**4.809**	**273.756**
Circulante	**436**	**64.870**
Não circulante	**4.373**	**208.886**

(a) Reclassificação para Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 39).

A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal praticada na última captação de recursos, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. As taxas de juros aplicadas variam de 3,58% a 14,87% a.a.

26.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2024	51.452
2025	33.745
2026	34.241
2027	10.196
2028	9.845
Após 2029	169.140
Valores não descontados	**308.619**
Juros embutidos	(99.733)
Saldo do passivo de arrendamento	**208.886**

26.2.3 Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos conforme os períodos previstos para pagamento.

FLUXOS DE CAIXA	Nominal	Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	439.629	273.756
Pis/Cofins potencial	**33.321**	**21.593**

26.3 Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, na mensuração e na remensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada, conforme vedação imposta pela norma.

No entanto, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre a informação registrada em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada:

CONSOLIDADO	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	273.756	322.949	17,97%
Direito de uso de ativos	261.380	295.521	13,06%
Despesa Financeira	20.356	25.061	23,11%
Despesa de amortização	64.666	70.005	8,26%

26.4 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, bem como para os contratos de arrendamento de terrenos para desenvolvimento de projetos de geração de energia eólica, cujo pagamento é feito com base em remuneração variável, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE nº 31.6). O saldo de compromissos de arrendamentos e aluguéis está demonstrado a seguir:

CONSOLIDADO	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	31.12.2022
Compromissos de arrendamentos e aluguéis	11.753	50.444	250.757	312.954

26.5 Recebíveis de arrendamentos

CONSOLIDADO	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	31.12.2022
Compartilhamento de instalações	1.393	5.572	18.480	25.445

27. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Valor justo na compra e venda de energia (NE nº 34.2.12)	738.703	545.468
Desvio de geração - empreendimentos eólicos (NE nº 34.2.11)	184.813	108.031
Pagamentos/devoluções à consumidores	50.652	45.579
Taxa de iluminação pública arrecadada	52.520	32.895
Provisão Despacho Aneel nº 084/2017	38.145	34.113
Obrigações junto a clientes nas operações de venda de gás (a)	33.223	35.130
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	28.511	12.066
Cauções em garantia	29.924	35.285
Aquisição de participações societárias	294	46.361
Outras obrigações	90.068	75.364
	1.246.853	**970.292**
Circulante	**601.619**	**370.383**
Não circulante	**645.234**	**599.909**

(a) Refere-se aos valores pagos pela aquisição de volumes de gás contratados e ainda não retirados pelos clientes.

28. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVO CONTINGENTE

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis quando os critérios de reconhecimento de provisão, descritos na NE nº 4.11, são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiros, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

O Supremo Tribunal Federal - STF, em 08.02.2023, ao analisar e julgar os Temas de Repercussão Geral nº 881 e nº 885, entendeu que uma decisão definitiva ("coisa julgada") sobre tributos recolhidos de forma continuada perde os seus efeitos caso o STF se pronuncie de forma contrária em ação de controle concentrado de constitucionalidade ou em recurso com repercussão geral, pois de acordo com a legislação e a jurisprudência uma decisão, ainda que com trânsito em julgado, só deve produzir efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. A Companhia não possui processos que se enquadram nos requisitos definidos pelo STF, razão pela qual não existem impactos em suas demonstrações financeiras.

28.1 Mutação das provisões para litígios

CONTROLADORA	Saldo em 31.12.2021	Resultado		Quitações	Saldo em 31.12.2022
		Adições	Reversões		
Fiscais					
Cofins	110.059	15.109	(1.604)	-	123.564
Outras	34.149	1.674	-	(152)	35.671
	144.208	**16.783**	**(1.604)**	**(152)**	**159.235**
Trabalhistas	**2.437**	**1.529**	**-**	**(452)**	**3.514**
Benefícios a empregados	**587**	**2.338**	**(2.180)**	**-**	**745**
Cíveis	**175.356**	**467.013**	**(1.421)**	**-**	**640.948**
Regulatórias	**25.174**	**-**	**(25.174)**	**-**	**-**
	347.762	**487.663**	**(30.379)**	**(604)**	**804.442**

CONTROLADORA	Saldo em 31.12.2021	Resultado		Quitações	Saldo em 31.12.2022
		Adições	Reversões		
Fiscais					
Cofins	107.148	4.123	(1.212)	-	110.059
Outras	29.405	4.744	-	-	34.149
	136.553	**8.867**	**(1.212)**	**-**	**144.208**
Trabalhistas	**2.466**	**688**	**(336)**	**(381)**	**2.437**
Benefícios a empregados	**-**	**587**	**-**	**-**	**587**
Cíveis	**163.940**	**38.445**	**-**	**(27.029)**	**175.356**
Regulatórias	**21.373**	**3.801**	**-**	**-**	**25.174**
	324.332	**52.388**	**(1.548)**	**(27.410)**	**347.762**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

CONSOLIDADO	Saldo em 31.12.2021	Resultado: Provisões para litígios Adições	Resultado: Provisões para litígios Reversões	Resultado: Custo de construção Adições	Adições (Reversões) no ativo	Quitações	Transferências/ Outros	Saldo em 31.12.2022
Fiscais								
Cofins	110.059	15.109	(1.604)	-	-	-	-	123.564
Outras	71.056	23.705	(820)	-	-	(9.764)	(5.991)	78.186
	181.115	**38.814**	**(2.424)**	**-**	**-**	**(9.764)**	**(5.991)**	**201.750**
Trabalhistas	**569.756**	**108.902**	**(2.778)**	**-**	**-**	**(139.416)**	**-**	**536.464**
Benefícios a empregados	**37.148**	**13.270**	**(19.672)**	**-**	**-**	**(620)**	**-**	**30.126**
Cíveis								
Cíveis e direito administrativo	433.437	592.796	(3.925)	-	-	(67.055)	2.858	958.111
Servidões de passagem	138.069	3.594	(90)	(722)	627	(2.754)	-	138.724
Desapropriações e patrimoniais	125.028	2.195	(8.113)	4.305	36.924	(5.427)	-	154.912
Consumidores	3.755	2.113	(630)	-	-	(1.488)	-	3.750
Ambientais	5.902	497	(1.130)	-	-	-	-	5.269
	706.191	**601.195**	**(13.888)**	**3.583**	**37.551**	**(76.724)**	**2.858**	**1.260.766**
Regulatórias	**103.155**	**5.137**	**(84.111)**	**-**	**-**	**(15.688)**	**-**	**8.493**
	1.597.365	**767.318**	**(122.873)**	**3.583**	**37.551**	**(242.212)**	**(3.133)**	**2.037.599**

CONSOLIDADO	Saldo em 1º.01.2021	Resultado: Provisões para litígios Adições	Resultado: Provisões para litígios Reversões	Resultado: Custo de construção Adições	Adições no ativo	Quitações	Transferências/ Outros (a)	Saldo em 31.12.2021
Fiscais								
Cofins	107.148	4.123	(1.212)	-	-	-	-	110.059
Outras	66.725	10.046	(205)	-	-	(127)	(5.383)	71.056
	173.873	**14.169**	**(1.417)**	**-**	**-**	**(127)**	**(5.383)**	**181.115**
Trabalhistas	**596.248**	**94.845**	**(21.647)**	**-**	**-**	**(105.777)**	**6.087**	**569.756**
Benefícios a empregados	**52.401**	**4.685**	**(19.623)**	**-**	**-**	**(761)**	**446**	**37.148**
Cíveis								
Cíveis e direito administrativo	387.895	129.730	(9.218)	-	-	(74.989)	19	433.437
Servidões de passagem	111.553	1.616	-	15.702	36.771	(27.573)	-	138.069
Desapropriações e patrimoniais	133.888	680	(15.031)	(7.268)	12.943	(184)	-	125.028
Consumidores	3.973	895	(706)	-	-	(407)	-	3.755
Ambientais	7.174	4.992	(4.964)	-	-	-	(1.300)	5.902
	644.483	**137.913**	**(29.919)**	**8.434**	**49.714**	**(103.153)**	**(1.281)**	**706.191**
Regulatórias	**88.699**	**20.694**	**(5.971)**	**-**	**-**	**(267)**	**-**	**103.155**
	1.555.704	**272.306**	**(78.577)**	**8.434**	**49.714**	**(210.085)**	**(131)**	**1.597.365**

(a) Reclassificação principalmente para Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda (NE nº 39).

28.2 Detalhamento das provisões para litígios e passivos contingentes

O quadro a seguir apresenta o detalhamento das provisões para litígios registradas e, adicionalmente, os valores de passivos contingentes, os quais são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, porém sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

NATUREZA	Descrição	Controladora: Provisões 31.12.2022	Controladora: Provisões 31.12.2021	Controladora: Passivo contingente 31.12.2022	Controladora: Passivo contingente 31.12.2021	Consolidado: Provisões 31.12.2022	Consolidado: Provisões 31.12.2021	Consolidado: Passivo contingente 31.12.2022	Consolidado: Passivo contingente 31.12.2021
Fiscais									
Cofins	Exigência da Receita Federal relativo ao período de agosto de 1995 a dezembro de 1996, lançados em decorrência de rescisão de acórdão judicial que havia reconhecido a imunidade da Companhia ao tributo.	123.564	110.059	9.550	7.914	123.564	110.059	9.550	7.914
INSS	Exigências fiscais relativas à contribuição previdenciária.	30.899	29.813	56.479	107.840	30.899	29.813	56.790	107.840
Impostos federais	Exigências e questionamentos administrativos da Receita Federal do Brasil.	-	-	47.843	45.602	2.100	1.721	53.682	77.058
ICMS	Exigências e questionamentos administrativos do Estado sobre recolhimento do ICMS nas faturas da Companhia	-	-	-	-	4.035	-	24.930	43.346
IPTU	Exigência de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU sobre imóveis afetados ao serviço público de energia elétrica.	4.738	-	645	-	9.332	-	152.113	118.981
ISS	Exigência fiscal das prefeituras a título de ISS em serviços de construção civil prestado por terceiro.	-	-	-	-	181	170	56.731	83.536
Outras	Impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.	34	4.336	63.292	6.404	31.639	39.352	149.518	122.314
		159.235	**144.208**	**177.809**	**167.760**	**201.750**	**181.115**	**503.314**	**560.989**
Trabalhistas	Cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial, entre outras, por empregados e ex-empregados da Copel; cobranças de parcelas indenizatórias e outras, por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária).	3.514	2.437	2.479	3.606	536.374	569.756	378.737	275.230
Benefícios a empregados	Reclamatórias trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados contra a Fundação Copel, que causarão, consequentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.	745	587	311	-	30.126	37.148	12.716	3.524
Regulatórias **Despacho Aneel nº 288/2002**	Ações judiciais contra o Despacho Aneel nº 288/2002 envolvendo as empresas Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A.	-	25.174	-	-	-	82.670	-	-
ESBR	A ESBR moveu a ação ordinária nº 10426-71.2013.4.01.4100 contra a Aneel, na Justiça Federal de Rondônia, cuja sentença (i) reconheceu excludentes de responsabilidade pelo atraso de 535 dias no cronograma das obras da UHE Jirau; (ii) declarou inexigíveis quaisquer obrigações, penalidades e custos impostos à ESBR decorrentes do atraso e, por fim, (iii) anulou o despacho Aneel nº 1.732/2013, que havia reconhecido o atraso de apenas 52 dias no cronograma de implantação. Houve recurso de apelação pela Aneel, em trâmite no TRF da 1ª Região. A consequência prática da decisão foi, ao tempo em que isentou a ESBR, expor as distribuidoras com as quais celebrou CCEARs ao Mercado de Curto Prazo e ao alto valor do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD no período, onde se inclui a Copel DIS. Isso se deu porque as regras de comercialização de energia elétrica impõem que toda energia consumida tenha a correspondente cobertura contratual. Caso as ações sejam julgadas desfavoráveis para a Copel, o valor será considerado como um Ativo Financeiro Setorial a ser recuperado mediante tarifa.	-	-	-	-	-	-	1.130.845	1.066.486
Excludente Colíder	Discussão sobre o valor de Tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST e atualização monetária sobre valores de energia referente ao período de excludente de responsabilidade. Em decorrência da liminar judicial que excluiu o período de atraso da obra da UHE Colíder da responsabilidade pela entrega de energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, a CCEE procedeu o crédito, valorado ao PLD, da energia anteriormente lastreada para cumprir os contratos de ACR. Contudo, em caso de insucesso na ação judicial, a Companhia deverá devolver os valores creditados, atualizados pelo IGPM.	-	-	-	-	-	-	320.044	295.931
Outras	Notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias	-	-	-	-	8.493	20.485	45.718	38.099
		-	**25.174**	**-**	**-**	**8.493**	**103.155**	**1.496.607**	**1.400.516**
Cíveis									
Fumicultores	Ações que têm como principal causa a falta de energia elétrica causando perda da produção.	-	-	-	-	73.366	79.092	71.237	68.104
Arbitragem	Litígio arbitral protegido por sigilo e confidencialidade, em fase de liquidação de sentença em fase inicial.	629.056	165.158	338.779 (a)	670.704	629.056	165.158	338.779 (a)	670.704
Créditos PIS/ Cofins	Contingência relativa a destinação dos créditos tributários de PIS e Cofins reconhecidos pela Companhia. Com a promulgação da Lei nº 14.385/2022, a Administração da Copel e seus assessores legais reavaliaram o risco e a Copel DIS efetuou o registro da provisão, conforme detalhado na NE n° 12.2.1.	-	-	-	-	-	-	-	1.775.347
Cíveis e direito administrativo	Outras ações que envolvem faturamento, supostos procedimentos irregulares, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.	11.831	10.198	5.681	6.639	154.550	131.519	549.115	383.597
Indenização a terceiros (cíveis)	Ação de indenização decorrentes de danos causados durante a construção de usinas. Houve início de execução de sentença sem a perícia contábil previamente determinada. Em 1º grau, a Copel impugnou a execução e apresentou apólice de seguro como garantia até decisão sobre a realização de perícia e excesso do valor. Não tendo havido ainda um posicionamento favorável quanto ao mérito, o risco foi reavaliado com alteração no saldo provisionado.	-	-	-	-	101.076	57.663	98.940	29.592
Servidões de passagem	Discussão entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, entre outras); intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou em caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.	61	-	-	-	138.841	138.075	31.063	29.100
Desapropriações e patrimoniais	Discussão entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário, e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula entre outras); ações de reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária; intervenção no usucapião de terceiros, na qualidade de confrontante, a fim de preservar os limites e confrontações das áreas desapropriadas.	-	-	-	-	154.943	93.679	38.030	70.198
Indenização a terceiros (Desapropriações)	Ações de desapropriação para construção de subestação de energia elétrica e para desapropriação de terreno alagado de Usina, quitadas no segundo trimestre 2022.	-	-	-	-	-	31.348	-	-
Consumidores	Ações pleiteando ressarcimento de danos causados em aparelhos eletrodomésticos, máquinas industriais e comerciais, indenizações por dano moral decorrente da prestação de serviço (suspensão do fornecimento) e ações movidas por consumidores industriais, questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado, e pleiteando restituição de valores envolvidos.	-	-	-	-	3.758	3.755	1.911	3.964
Ambientais	Ações civis públicas e ações populares que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se somente o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Copel GeT. Contemplam também os Termos de Ajuste de Conduta - TAC, que se referem aos compromissos acordados e aprovados entre a Companhia e os órgãos competentes, pelo descumprimento de alguma condicionante concluída nas Licenças de Instalação e Operação.	-	-	-	-	5.266	5.902	216.380	206.647
		640.948	**175.356**	**344.460**	**677.343**	**1.260.856**	**706.191**	**1.345.455**	**3.237.253**
		804.442	**347.762**	**525.059**	**848.709**	**2.037.599**	**1.597.365**	**3.736.829**	**5.477.512**

(a) refere-se a estimativa da perda possível de um total, atualizado monetariamente, de R$ 2.966.787 do pedido do autor.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

29.1 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. Nas Assembleias Gerais, cada ação ordinária tem direito a um voto. As ações preferenciais são de classes "A" e "B" e têm direito a voto restrito conforme § 7º do artigo 5º do Estatuto Social. De acordo com o artigo 17 e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/1976, os dividendos atribuídos às ações preferenciais são, no mínimo, 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. As ações preferenciais classe "A" têm prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos mínimos de 10% a.a., não cumulativos, calculados com base no capital próprio a essa espécie e classe de ações. As ações preferenciais classe "B" têm prioridade no reembolso do capital e direito ao recebimento de dividendos, correspondentes à parcela do valor equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia, calculados com base no capital próprio a essa espécie e classe de ações. Os dividendos assegurados à classe "B" são prioritários apenas em relação às ações ordinárias e somente são pagos à conta dos lucros remanescentes depois de pagos os dividendos prioritários das ações preferenciais classe "A".

Em 31.12.2022, o capital social integralizado é de R$ 10.800.000 (R$ 10.800.000 em 31.12.2021). Sua composição por ações (sem valor nominal) e os principais acionistas estão demonstrados a seguir, já considerando a quantidade de ações atualizadas após o desdobramento e o período de conversão do Programa de UNITs homologado e aprovado pela Administração em 2021:

31.12.2022	Número de ações em unidades: Ordinárias nº ações	Ordinárias %	Preferenciais "A" nº ações	Preferenciais "A" %	Preferenciais "B" nº ações	Preferenciais "B" %	Total nº ações	Total %
Estado do Paraná	734.298.319	69,66	-	-	115.945.012	6,90	850.243.331	31,07
BNDESPAR	131.161.562	12,44	-	-	524.646.248	31,24	655.807.810	23,96
Custódias em bolsa:								
B3	137.163.852	13,02	674.880	21,58	905.448.728	53,92	1.043.287.460	38,13
NYSE	32.642.912	3,10	-	-	130.571.648	7,78	163.214.560	5,96
Latibex	222.167	0,02	-	-	1.796.243	0,11	2.018.410	0,07
Outros	18.601.648	1,76	2.453.120	78,42	927.411	0,05	21.982.179	0,81
	1.054.090.460	100,00	3.128.000	100,00	1.679.335.290	100,00	2.736.553.750	100,00
Outros	1.535.165	0,15	2.372.980	75,86	497.456	0,03	4.405.601	0,16
	1.054.090.460	**100,00**	**3.128.000**	**100,00**	**1.679.335.290**	**100,00**	**2.736.553.750**	**100,00**

31.12.2021	Número de ações em unidades: Ordinárias nº ações	Ordinárias %	Preferenciais "A" nº ações	Preferenciais "A" %	Preferenciais "B" nº ações	Preferenciais "B" %	Total nº ações	Total %
Estado do Paraná	734.304.512	69,66	-	-	115.969.784	6,91	850.274.296	31,07
BNDESPAR	131.161.562	12,44	-	-	524.646.248	31,24	655.807.810	23,96
Custódias em bolsa:								
B3	126.653.784	12,02	661.760	21,16	863.944.649	51,44	991.260.193	36,23
NYSE	43.115.100	4,09	-	-	172.460.400	10,27	215.575.500	7,88
Latibex	228.667	0,02	-	-	1.782.043	0,11	2.010.710	0,07
Outros	18.626.835	1,77	2.466.240	78,84	532.166	0,03	21.625.241	0,79
	1.054.090.460	100,00	3.128.000	100,00	1.679.335.290	100,00	2.736.553.750	100,00
Outros	1.535.165	0,15	2.372.980	75,86	497.456	0,03	4.405.601	0,16
	1.054.090.460	**100,00**	**3.128.000**	**100,00**	**1.679.335.290**	**100,00**	**2.736.553.750**	**100,00**

29.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Sua constituição ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos.

CONTROLADORA	31.12.2022	31.12.2021
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	1.112.007	4.952.573
Reserva legal (5%)	(55.600)	(247.629)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	36.513	46.575
	1.092.920	**4.751.519**
Dividendos propostos		
Juros sobre o capital próprio (JSCP) - valor bruto	970.000	522.809
Dividendos intercalares	-	1.197.003
Dividendos - ações PNA	258	-
Dividendo adicional proposto (a)	-	1.368.675
	970.258	**3.088.487**
Valor bruto dos dividendos por classes de ações:		
Ações ordinárias	357.961	1.120.747
Ações preferenciais classe "A"	1.407	3.658
Ações preferenciais classe "B"	610.890	1.964.082
Valor bruto dos dividendos por ação:		
Ações ordinárias	0,33393	1,06323
Ações preferenciais classe "A"	0,44976	1,16956
Ações preferenciais classe "B"	0,36732	1,16956
Valor bruto dos dividendos por ação - Units (b)	1,80322	5,74147

(a) Em abril de 2022 a Assembleia Geral deliberou o pagamento do dividendo adicional proposto que ocorreu em junho de 2022
(b) As Units são formadas por 1 ação ordinária e 4 ações preferenciais classe "B".

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes e deliberação da Administração, a base de cálculo dos dividendos é obtida a partir do lucro líquido ajustado que corresponde ao lucro líquido do exercício diminuído da cota destinada à reserva legal, acrescido do montante da realização dos ajustes de avaliação patrimonial do exercício.

Conforme a Política de Dividendos da Companhia, o cálculo dos dividendos regulares será baseado no Índice de Alavancagem Financeira definido no final de cada exercício social. Para um índice abaixo de 1,5, o dividendo é de 65% do lucro líquido ajustado, se apurado um índice entre 1,5 e 2,7, o dividendo é de 50% do lucro líquido ajustado; e em caso de um índice acima de 2,7, o dividendo é de 25% do lucro líquido ajustado (mínimo obrigatório). Estes valores, exceto o dividendo mínimo obrigatório, estarão limitados ao valor do fluxo de caixa disponível do mesmo exercício social, equivalente ao caixa gerado pelas atividades operacionais, deduzido do caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento A Administração ainda poderá propor dividendos extraordinários, limitados ao saldo das reservas de lucros distribuíveis da Companhia, condicionado à deliberação e aprovação da Assembleia de Acionistas, ouvido o Conselho Fiscal.

A 205ª Reunião da Assembleia Geral Extraordinária de 21.11.2022 aprovou, em consonância com o Estatuto Social e a Política de Dividendos, a distribuição de proventos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio - JSCP no montante de R$ 970.000 da seguinte forma: R$ 79.000 do lucro líquido do primeiro semestre de 2022 e R$ 891.000 com base na reserva de retenção de lucros. Estes valores de JSCP, líquidos dos tributos, são imputados ao dividendo obrigatório do exercício de 2022, conforme critérios estabelecidos no artigo 88 do Estatuto Social da Companhia e a diferença é considerada tanto para o pagamento dos dividendos regulares do exercício de 2022 quanto de dividendos extraordinários previstos na Política de Dividendos da Companhia. Adicionalmente, em 31.12.2022 foram registrados R$ 303 para complementação dos dividendos prioritários das ações preferenciais classe "A" (PNA), em atendimento às determinações do Estatuto Social da Copel. Do montante total de R$ 970.303, R$ 600.000 foram pagos em 30.11.2022 e R$ 370.303 terão a data do pagamento definida na 68ª Assembleia Geral Ordinária de abril de 2023.

29.4 Ajustes de avaliação patrimonial

Na adoção inicial das IFRS, foram reconhecidos os valores justos do ativo imobilizado - custo atribuído. A conta Ajustes de avaliação patrimonial foi a contrapartida desse ajuste, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, inclusive por equivalência patrimonial. A realização de tais ajustes é contabilizada na conta de lucros acumulados, na medida em que ocorra a depreciação ou eventual baixa dos itens avaliados.

Nessa conta também são registrados os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo ativos financeiros, bem como os ajustes dos passivos atuariais.

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2021	**353.349**	**353.349**
Passivos atuariais		
Benefícios pós-emprego	(3.257)	246.626
Tributos sobre os ajustes	1.107	(93.881)
Benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial, líquida de tributos.	154.751	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		
Custo atribuído do imobilizado	-	(70.569)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	23.994
Custo atribuído do imobilizado - equivalência patrimonial, líquida de tributos.	(46.575)	-
Passivo atuarial - realização de investimento	(33.205)	(33.205)
Atribuível aos acionistas não controladores	**-**	**(144)**
Em 31.12.2021	**426.170**	**426.170**
Passivos atuariais		
Benefícios pós-emprego	(11.336)	291.740
Tributos sobre os ajustes	3.854	(88.548)
Benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial, líquida de tributos.	209.991	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		
Custo atribuído do imobilizado	-	(55.322)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	18.809
Custo atribuído do imobilizado - equivalência patrimonial, líquida de tributos	(36.513)	-
Realização de ganho atuarial (a)	(3.541)	(3.541)
Outros ajustes		
Ganhos com ativos financeiros - controladas		10.295
Tributos sobre os outros ajustes	-	(3.500)
Ganhos com ativos financeiros - equivalência patrimonial, líquida de tributos.	4.757	-
Atribuível aos acionistas não controladores	**-**	**(2.721)**
Em 31.12.2022	**593.382**	**593.382**

(a) realização de ganho atuarial da Copel SER após a transferência da totalidade dos empregados para as outras subsidiárias integrais da Copel.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf
Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

29.5 Lucro por ação - básico e diluído

CONTROLADORA	Operações continuadas	Operações descontinuadas	31.12.2022	Operações continuadas	Operações descontinuadas	31.12.2021
Numerador básico e diluído						
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores:						
Ações ordinárias	409.399	409.399	1.417.379	482.241	1.899.620	1.975.751
Ações preferenciais classe "A"	1.575	1.575	4.478	1.430	5.908	5.883
Ações preferenciais classe "B"	701.033	701.033	2.345.340	701.705	3.047.045	1.922.568
	1.112.007	**1.112.007**	**3.767.197**	**1.185.376**	**4.952.573**	**3.904.202**
Denominador básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares):						
Ações ordinárias	1.054.090.460	1.054.090.460	1.176.755.935	1.176.755.935	1.176.755.935	1.450.310.800
Ações preferenciais classe "A"	3.128.000	3.128.000	3.171.194	3.171.194	3.171.194	3.268.067
Ações preferenciais classe "B"	1.679.335.290	1.679.335.290	1.556.626.621	1.556.626.621	1.556.626.621	1.282.974.883
	2.736.553.750	**2.736.553.750**	**2.736.553.750**	**2.736.553.750**	**2.736.553.750**	**2.736.553.750**
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas controladores						
Ações ordinárias	0,38839	0,38839	1,20448	0,40981	1,61429	1,36229
Ações preferenciais classe "A"	0,50343	0,50343	1,41173	0,45079	1,86252	1,80062
Ações preferenciais classe "B"	0,41745	0,41745	1,50668	0,45079	1,95747	1,49852

30. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

CONSOLIDADO	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISSQN	Receita líquida 31.12.2022	Receita líquida 31.12.2021
Fornecimento de energia elétrica	11.392.957	(865.989)	(2.042.838)	(974.093)	-	7.510.037	7.237.677
Suprimento de energia elétrica	4.644.150	(650.271)	(18.876)	(62.086)	-	3.912.917	6.051.854
Disponibilidade da rede elétrica	9.843.657	(784.691)	(1.595.850)	(2.634.275)	-	4.828.841	5.295.074
Receita de construção	2.176.158	-	-	-	-	2.176.158	1.951.559
Valor justo do ativo indenizável da concessão	89.941	-	-	-	-	89.941	142.642
Distribuição de gás canalizado	1.669.588	(121.925)	(288.104)	-	(63)	1.259.496	712.267
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	1.847.863	(170.927)	-	-	-	1.676.936	2.270.859
Outras receitas operacionais	534.325	(54.579)	-	-	(6.351)	473.395	322.355
	32.198.639	**(2.648.382)**	**(3.945.668)**	**(3.670.454)**	**(6.414)**	**21.927.721**	**23.984.287**

A redução da receita de suprimento de energia é decorrente, principalmente, da redução dos despachos da usina termelétrica da UEGA tendo em vista a melhora do cenário hidrológico.

30.1 Detalhamento da receita por tipo e/ ou classe de consumidores

CONSOLIDADO	31.12.2021	31.12.2020
Fornecimento de energia elétrica	**11.392.957**	**12.296.456**
Residencial	3.441.726	4.098.156
Industrial	954.280	1.230.945
Comercial, serviços e outras atividades	1.930.820	2.202.475
Rural	768.128	873.560
Poder público	262.000	276.383
Iluminação pública	253.758	339.524
Serviço público	351.613	400.341
Consumidores livres	2.692.303	2.203.320
Doações e subvenções	738.329	671.752
Suprimento de energia elétrica	**4.644.150**	**7.034.152**
Contratos bilaterais	2.923.509	2.390.859
Contratos regulados	1.033.405	1.026.124
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	568.797	3.482.687
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 9.3)	118.439	134.482
Disponibilidade da rede elétrica	**9.843.657**	**10.088.231**
Residencial	2.899.387	3.011.507
Industrial	1.174.082	1.456.377
Comercial, serviços e outras atividades	1.735.174	1.771.496
Rural	662.963	623.280
Poder público	231.753	205.247
Iluminação pública	195.319	213.433
Serviço público	218.738	214.501
Consumidores livres	1.819.152	1.440.922
Concessionárias e geradoras	86.160	79.493
Receita de operação e manutenção - O&M e juros efetivos	820.929	1.071.975
Receita de construção	**2.176.158**	**1.951.559**
Concessão de distribuição de energia	2.048.022	1.700.889
Concessão de distribuição de gás canalizado	12.024	11.222
Concessão de transmissão de energia (a)	116.112	239.448
Valor justo do ativo indenizável da concessão	**89.941**	**142.642**
Distribuição de gás canalizado	**1.669.588**	**950.850**
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	**1.847.863**	**2.502.324**
Outras receitas operacionais	**534.325**	**358.997**
Arrendamentos e aluguéis (30.2)	374.801	253.049
Valor justo na compra e venda de energia	32.747	-
Renda da prestação de serviços	59.048	91.932
Outras receitas	67.729	14.016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**32.198.639**	**35.325.211**
(-) Pis/Pasep e Cofins	(2.648.382)	(2.839.713)
(-) ICMS	(3.945.668)	(4.984.945)
(-) ISSQN	(6.414)	(7.509)
(-) Encargos setoriais (30.3)	(3.670.454)	(3.508.757)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**21.927.721**	**23.984.287**

(a) No saldo está contido o valor da receita de construção, a margem de construção e o ganho ou perda por eficiência conforme detalhado na NE nº 10.3

31.1 Energia elétrica comprada para revenda

CONSOLIDADO	31.12.2022	31.12.2021
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	3.538.507	3.872.427
Itaipu Binacional	1.460.955	1.787.691
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	370.207	1.673.116
Contratos bilaterais	2.609.713	2.578.241
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	437.461	271.435
Micro e mini geradores	675.804	360.371
Valor justo na compra e venda de energia	-	35.818
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(995.737)	(1.075.356)
	8.096.910	**9.503.743**

31.2 Pessoal e administradores

	Controladora 31.12.2022	Controladora 31.12.2021	Consolidado 31.12.2022	Consolidado 31.12.2021
Pessoal				
Remunerações	21.684	12.842	655.094	691.660
Encargos sociais	7.110	4.270	217.267	227.381
Auxílio alimentação e educação	1.787	2.258	98.963	102.957
Programa de desligamentos voluntários	(2.344)	33.254	(9.315)	139.232
	28.237	**52.624**	**962.009**	**1.161.230**
Administradores				
Honorários	7.698	4.708	18.717	18.118
Encargos sociais	1.891	1.062	3.872	3.832
Outros gastos	87	87	256	254
	9.676	**5.857**	**22.845**	**22.204**
Provisões por desempenho e participação nos lucrosde empregados e administradores	**294**	**13.717**	**42.008**	**367.423**
	38.207	**72.198**	**1.026.862**	**1.550.857**

31.3 Serviços de terceiros

CONSOLIDADO	31.12.2022	31.12.2021
Manutenção do sistema elétrico	338.283	319.162
Manutenção de instalações	97.216	103.726
Comunicação, processamento e transmissão de dados	91.713	64.772
Atendimento ao consumidor / call center	83.203	66.733
Leitura e entrega de faturas	53.660	52.831
Consultoria e auditoria	53.344	38.832
Outros serviços	83.324	60.543
	800.743	**706.599**

31.4 Perdas de crédito, provisões e reversões

	Controladora 31.12.2022	Controladora 31.12.2021	Consolidado 31.12.2022	Consolidado 31.12.2021
Provisão para litígios (NE nº 28)	445.432	47.712	626.602	190.071
Perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*				
Contrato de concessão de geração de energia elétrica	-	-	9.061	(2.604)
Operações de gás (NE nº 11.1)	-	-	1.629	15.688
Imobilizado - segmento de geração	-	-	73.697	(147.938)
Perdas de créditos esperadas (Clientes e Outros créditos)	-	-	125.132	125.226
Perdas (reversão de perdas) estimadas em créditos tributários	-	-	(4.905)	4.547
Provisão (reversão) para perdas em participações societárias	(4.272)	28.662	-	-
	441.160	**76.374**	**831.216**	**184.990**

31.5 Custo de construção

CONSOLIDADO	31.12.2022	31.12.2021
Material	1.229.643	1.088.808
Serviços de terceiros	704.105	626.540
Pessoal	171.369	155.182
Outros	44.095	29.314
	2.149.212	**1.899.844**

31.6 Outros custos e despesas operacionais, líquidos

CONSOLIDADO	31.12.2021	31.12.2020
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	142.270	85.545
Tributos	61.856	43.308
Perdas (ganho) na desativação e alienação de bens, líquidas	58.260	(61)
Taxa de arrecadação	47.923	50.371
Seguros	42.460	33.678
Arrendamentos e aluguéis	39.128	21.067
Valor justo de ativos de concessão de geração de energia elétrica	26.451	-
Taxa de fiscalização da Aneel	17.332	16.892
Indenizações	14.703	48.679
Doações, contribuições, subvenções, incentivos fiscais (a)	8.117	41.152
Comunicação corporativa		
Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná - AERP	11.789	11.400
Publicidade	10.593	11.953
Patrocínio	2.620	897
Talento Olímpico Paranaense - TOP	4.665	4.750
Outras receitas, custos e despesas, líquidos	46.327	(4.346)
	534.494	**365.285**

(a) O saldo contempla investimentos sociais da Companhia em educação, cultura, saúde, esporte, dentre outros, incluindo doações incentivadas utilizadas como benefício fiscal

30.2 Arrendamentos e aluguéis

30.2.1 Receita de arrendamento e aluguéis

CONSOLIDADO	31.12.2022	31.12.2021
Equipamentos e estruturas	373.036	251.953
Compartilhamento de instalações	1.529	738
Imóveis	236	358
	374.801	**253.049**

30.3 Encargos setoriais

CONSOLIDADO	31.12.2021	31.12.2020
Conta de desenvolvimento energético - CDE - concessão de distribuição de energia (30.3.1)	2.670.262	1.737.716
Outros encargos do consumidor - bandeira tarifária (30.3.2)	724.414	1.480.361
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	154.138	191.006
Quota para reserva global de reversão - RGR	42.103	44.372
Conta de desenvolvimento energético - CDE - concessão de transmissão de energia	65.460	42.973
Taxa de fiscalização	14.077	12.329
	3.670.454	**3.508.757**

O saldo é composto da seguinte forma:

RESOLUÇÕES	Período	31.12.2022	31.12.2021
CDE USO (a)	Cotas	2.321.875	1.534.490
	Conta Covid (b)	183.444	107.009
		2.505.319	**1.641.499**
CDE ENERGIA (b)	Conta Covid	164.943	96.217
		2.670.262	**1.737.716**

(a) CDE Uso: Res. Homologatória nº 3.034/2022 (mai a dez/22); Res. Homologatória nº 3.004/2021 (jan-abr/22); Res. Homologatória nº 2.814/2020 e Nota Técnica Aneel nº 12/2021 (jan-fev/21); Resolução Homologatória nº 2.834/2021 (mar-dez/21).
(b) CDE Uso e Energia - Conta Covid: Despacho nº 939/2021.

30.3.1 Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - concessão de distribuição de energia

A CDE, criada pela Lei nº 10.438/2002 e alterada pela Lei nº 12.783/2013, que tem o objetivo de promoção do desenvolvimento energético no território nacional, tem como uma de suas fontes de recursos o encargo tarifário atribuído ao consumidor final nos processos tarifários e recolhido periodicamente pela distribuidora. As quotas anuais do encargo são definidas pela Aneel por meio das resoluções homologatórias e os montantes são geridos pela CCEE.

A partir de junho de 2021, a Companhia passou a recolher a quota relativa à CDE Conta Covid prevista no Despacho 939/2021, no montante mensal de R$ 29.032, para amortização da operação de crédito contratado pela CCEE, destinada para cobrir déficits ou antecipar receitas das distribuidoras. Esta amortização será feita em 54 meses, de junho de 2021 até dezembro de 2025.

Em 24.02.2023, a Aneel publicou o Despacho nº 510 que homologou os valores da quota específica da CDE escassez hídrica (NE 8.1) para pagamento de operação financeira contratada para cobertura dos custos adicionais demandados no período de crise hídrica, conforme Resolução Normativa nº 1.008/2022. O valor determinado para a Copel DIS é de R$ 6.454 mensais, a ser recolhido mensalmente à CCEE a partir de junho de 2023.

30.3.2 Bandeira tarifária

O sistema de bandeiras tarifárias foi instituído pela Resolução Normativa Aneel nº 547/2013, com vigência a partir de 2015, para indicar a incidência ou não de acréscimo no valor da energia a ser repassado ao consumidor final em função das condições para geração de energia elétrica.

O cenário de crise hídrica predominou de setembro de 2021 a abril de 2022, com aplicação das modalidades de bandeira vermelha e de escassez hídrica para cobertura dos maiores custos de geração de energia. De maio a dezembro de 2022, após melhora das condições hídricas, prevaleceu a aplicação da bandeira verde, sem acréscimo nas faturas de energia.

30.4 Reajuste Tarifário Anual - Copel DIS

A Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2022 da Copel Distribuição por meio da Resolução Homologatória nº 3.049, de 21.06.2022, autorizando o reajuste médio de 4,90% percebido pelos consumidores (9,89% no reajuste de junho de 2021), e cuja aplicação ocorreu integralmente às tarifas a partir de 24.06.2022, sendo que para os consumidores da alta tensão o reajuste médio ficou em 9,32% e em 2,68% para os da baixa tensão (respectivamente, 9,57% e 10,04% em 2021).

31. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CONTROLADORA	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2022	31.12.2021
Custos e despesas gerenciáveis				
Pessoal e administradores (31.2)	(38.207)	-	(38.207)	(72.198)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(6.685)	-	(6.685)	(4.065)
Material	(864)	-	(864)	(441)
Serviços de terceiros	(38.794)	-	(38.794)	(23.896)
Perdas de créditos, provisões e reversões (31.4)	-	(441.160)	(441.160)	(76.374)
Outras receitas (despesas) operacionais	(25.732)	680	(25.052)	(33.226)
	(110.282)	**(440.480)**	**(550.762)**	**(210.200)**
Outros custos e despesas				
Depreciação e amortização	(1.383)	(1.121)	(2.504)	(2.316)
	(111.665)	**(441.601)**	**(553.266)**	**(212.516)**

CONSOLIDADO	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2022	31.12.2021
Custos e despesas não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(8.096.910)	-	-	-	(8.096.910)	(9.503.743)
Encargos de uso da rede elétrica	(2.520.527)	-	-	-	(2.520.527)	(2.501.641)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(120.409)	-	-	-	(120.409)	(1.854.948)
Gás natural e insumos para operação de gás	(939.516)	-	-	-	(939.516)	(506.065)
	(11.677.362)	**-**	**-**	**-**	**(11.677.362)**	**(14.366.397)**
Custos e despesas gerenciáveis						
Pessoal e administradores (31.2)	(683.018)	(6.637)	(337.207)	-	(1.026.862)	(1.550.857)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(181.080)	(1.028)	(84.073)	-	(266.181)	(248.773)
Material	(80.822)	(7)	(11.618)	-	(92.447)	(69.822)
Serviços de terceiros (31.3)	(600.781)	(5.784)	(194.178)	-	(800.743)	(706.599)
Perdas de créditos, provisões e reversões (31.4)	(84.387)	(125.132)	-	(621.697)	(831.216)	(184.990)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (31.6)	(253.486)	(48.150)	(119.162)	(113.696)	(534.494)	(365.285)
	(1.883.574)	**(186.738)**	**(746.238)**	**(735.393)**	**(3.551.943)**	**(3.126.326)**
Outros custos e despesas						
Depreciação e amortização	(1.218.259)	(2)	(57.483)	(25.238)	(1.300.982)	(1.082.539)
Custo de construção (31.5)	(2.149.212)	-	-	-	(2.149.212)	(1.899.844)
	(3.367.471)	**(2)**	**(57.483)**	**(25.238)**	**(3.450.194)**	**(2.982.383)**
	(16.928.407)	**(186.740)**	**(803.721)**	**(760.631)**	**(18.679.499)**	**(20.475.106)**

32. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora 31.12.2022	Controladora 31.12.2021	Consolidado 31.12.2022	Consolidado 31.12.2021
Receitas financeiras				
Juros e variação monetária sobre repasse CRC (a)	-	255.777	-	255.777
Acréscimos moratórios sobre faturas	-	-	274.308	326.217
Renda de aplicações financeiras	33.949	50.949	463.255	163.888
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 8)	-	-	146.753	35.902
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	-	-	43.946	30.043
Reconhecimento de crédito tributário (NE 12.2.1)	-	-	33.908	21.640
Variação cambial sobre cauções de empréstimos	-	-	-	9.243
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 25.1)	-	-	2.720	5.373
Outras receitas financeiras	26.123	12.765	109.800	125.594
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(2.414)	(14.682)	(41.853)	(41.628)
	57.658	**304.809**	**1.032.837**	**932.049**
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	67.210	51.925	855.814	607.569
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 25.1)	-	-	142.673	200.629
PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio	107.720	34.382	107.720	34.382
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 24.1)	-	-	34.644	14.814
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	-	-	27.584	58.814
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 8)	-	-	11.208	3.744
Valor justo dos derivativos - contrato a termo	-	-	2.907	20.401
Juros e variação monetária sobre repasse CRC (a)	-	1.787	-	1.788
Outras despesas financeiras	(7.888)	8.953	181.711	69.024
	177.375	**112.332**	**1.987.504**	**1.259.410**
	(119.717)	**192.477**	**(954.667)**	**(327.361)**
(-) Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins (NE 12.2.1)	-	-	1.011.370	-
Líquido	**(119.717)**	**192.477**	**(1.966.037)**	**(327.361)**

(a) O saldo da Conta de Resultados a Compensar - CRC foi quitado pelo Governo do Estado do Paraná em 10.08.2021, conforme detalhado na NE nº 8 das Demonstrações Financeiras de 31.12.2021.

33. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelas diretorias executivas da Controladora e das controladas, principais tomadoras de decisões estratégicas, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho.

33.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua nos segmentos reportáveis identificados pelas diretorias de cada área de negócio, considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. Os segmentos são gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exigem diferentes tecnologias e estratégias.

Até 31.12.2022, todas as vendas foram realizadas em território brasileiro, bem como todos os ativos não correntes estão localizados em território nacional. Não foi identificado cliente da Companhia ou de suas controladas que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total registrada até 31.12.2022.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento, com base em informações derivadas dos registros contábeis. As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas na NE nº 4 destas demonstrações financeiras.

33.2 Segmentos reportáveis da Companhia

Geração e transmissão de energia elétrica (GET) - tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica (GER), e prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia (TRA); para os gestores, os ativos e passivos dos segmentos de geração e de transmissão de energia são apresentados de forma agregada e o resultado é apresentado de forma segregada;

Distribuição de energia elétrica (DIS) - tem como atribuição prestar serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos;

Gás - tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado;

Comercialização (COM) - tem como atribuição a comercialização de energia elétrica e a prestação de serviços correlatos;

Holding e Serviços - tem como atribuição a prestação de serviços e participação em outras empresas.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil
Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf
Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

33.3 Ativo por segmento reportável

ATIVO 31.12.2022	Energia elétrica			GÁS	Holding e Serviços	Operações interseg-mento	Consolidado
	GET	DIS	COM				
ATIVO TOTAL	**24.917.856**	**20.538.815**	**1.808.971**	**1.083.713**	**2.244.405**	**(890.060)**	**49.703.700**
ATIVO CIRCULANTE	**3.237.725**	**4.937.240**	**990.867**	**282.714**	**1.311.618**	**(1.432.915)**	**9.327.249**
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**21.680.131**	**15.601.575**	**818.104**	**800.999**	**932.787**	**542.855**	**40.376.451**
Realizável a Longo Prazo	6.819.202	8.200.557	809.498	59.505	732.365	(178.982)	16.442.145
Investimentos	3.163.152	534	-	-	162.045	-	3.325.731
Imobilizado	10.054.763	-	541	-	14.164	-	10.069.468
Intangível	1.559.776	7.257.827	6.193	726.107	5.987	721.837	10.277.727
Direito de uso de ativos	83.238	142.657	1.872	15.387	18.226	-	261.380

ATIVO 31.12.2021	Energia elétrica			GÁS	Holding e Serviços	Reclassi-ficações (a)	Operações intersegmento	Consolidado
	GET	DIS	COM					
ATIVO TOTAL	**24.844.335**	**20.804.701**	**1.519.017**	**827.901**	**3.243.736**	**(1.451.159)**	**(250.996)**	**49.537.535**
ATIVO CIRCULANTE	**3.316.406**	**6.448.051**	**755.227**	**355.500**	**2.356.145**	**(652.886)**	**(1.388.571)**	**11.189.872**
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**21.527.929**	**14.356.650**	**763.790**	**472.401**	**887.591**	**(798.273)**	**1.137.575**	**38.347.663**
Realizável a Longo Prazo	6.639.545	7.664.328	757.873	362.649	694.197	(129.077)	(246.193)	15.743.322
Investimentos	2.887.272	540	-	-	154.322	-	-	3.042.134
Imobilizado	10.123.352	-	305	-	18.934	(651.458)	651.458	10.142.591
Intangível	1.799.391	6.596.184	4.038	96.145	5.230	(8.202)	722.774	9.215.560
Direito de uso de ativos	78.369	95.598	1.574	13.607	14.908	(9.536)	9.536	204.056

(a) Reclassificações decorrentes do processo de desinvestimento da Copel Telecomunicações (NE nº 39).

33.4 Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 31.12.2022	Energia Elétrica				GÁS	Holding e Serviços	Operações intersegmento	Consolidado
	GET		DIS	COM				
	GER	TRA						
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE								
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**4.099.740**	**1.140.734**	**13.903.300**	**4.938.368**	**1.297.034**	**8.014**	**(3.459.469)**	**21.927.721**
Receita operacional líquida com terceiros	1.369.563	781.448	13.866.122	4.608.702	1.293.872	8.014	-	21.927.721
Receita operacional líquida entre segmentos	2.730.177	359.286	37.178	329.666	3.162	-	(3.459.469)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(2.766.048)**	**(303.450)**	**(13.418.798)**	**(4.814.710)**	**(1.076.181)**	**(570.344)**	**3.459.469**	**(19.490.062)**
Energia elétrica comprada para revenda	(386.210)	-	(5.980.124)	(4.790.427)	-	-	3.059.851	(8.096.910)
Encargos de uso da rede elétrica	(599.422)	-	(2.313.203)	-	-	-	392.098	(2.520.527)
Pessoal e administradores	(207.684)	(123.528)	(599.121)	(12.712)	(42.166)	(41.651)	-	(1.026.862)
Planos previdenciário e assistencial	(48.973)	(30.948)	(169.493)	(1.787)	(5.366)	(9.614)	-	(266.181)
Material	(13.227)	(5.297)	(71.302)	(53)	(1.644)	(924)	-	(92.447)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(123.279)	-	-	-	-	-	2.870	(120.409)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	-	(939.516)	-	-	(939.516)
Serviços de terceiros	(207.239)	(37.041)	(505.407)	(2.665)	(13.316)	(41.702)	6.627	(800.743)
Depreciação e amortização	(783.828)	(13.692)	(454.307)	(353)	(44.190)	(4.612)	-	(1.300.982)
Provisão (reversão) para litígios	(17.503)	(951)	(162.414)	31	(24)	(445.741)	-	(626.602)
Perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos	(82.758)	-	-	-	(1.629)	-	-	(84.387)
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	(992)	3.065	(119.481)	(1.755)	(1.064)	-	-	(120.227)
Custo de construção	-	(89.166)	(2.048.022)	-	(12.024)	-	-	(2.149.212)
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	-	-	(810.563)	-	-	-	-	(810.563)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(294.933)	(5.892)	(185.361)	(4.989)	(15.242)	(26.100)	(1.977)	(534.494)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	**20.370**	**450.235**	**-**	**-**	**-**	**7.972**	**-**	**478.577**
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	**1.354.062**	**1.287.519**	**484.502**	**123.658**	**220.853**	**(554.358)**	**-**	**2.916.236**
Receitas financeiras	210.356	58.514	593.726	32.667	56.730	87.621	(6.777)	1.032.837
Despesas financeiras	(669.382)	(272.287)	(752.097)	(291)	(28.290)	(271.934)	6.777	(1.987.504)
Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	-	-	(1.011.370)	-	-	-	-	(1.011.370)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	**895.036**	**1.073.746**	**(685.239)**	**156.034**	**249.293**	**(738.671)**	**-**	**950.199**
Imposto de renda e contribuição social	(241.816)	(56.354)	455.465	(47.659)	(70.092)	159.578	-	199.122
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**653.220**	**1.017.392**	**(229.774)**	**108.375**	**179.201**	**(579.093)**	**-**	**1.149.321**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 31.12.2021	Energia Elétrica				TEL (a)	GÁS	Holding e Serviços	Reclas-sificações NE nº 41	Operações inter-segmento	Consolidado
	GET		DIS	COM						
	GER	TRA								
OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE										
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**6.185.468**	**1.541.080**	**14.836.392**	**4.536.414**	**243.611**	**783.277**	**40.478**	**(228.379)**	**(3.954.054)**	**23.984.287**
Receita operacional líquida com terceiros	3.823.917	1.181.374	14.785.432	3.395.592	228.379	757.494	40.478	(228.379)	-	23.984.287
Receita operacional líquida entre segmentos	2.361.551	359.706	50.960	1.140.822	15.232	25.783	-	-	(3.954.054)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(3.312.461)**	**(457.137)**	**(13.669.382)**	**(4.478.439)**	**(222.883)**	**(654.643)**	**(246.871)**	**81.805**	**4.055.448**	**(18.904.563)**
Energia elétrica comprada para revenda	(1.279.857)	-	(7.277.499)	(4.450.586)	-	-	-	-	3.504.199	(9.503.743)
Encargos de uso da rede elétrica	(524.562)	-	(2.363.451)	-	-	-	-	-	386.372	(2.501.641)
Pessoal e administradores	(281.498)	(167.041)	(905.338)	(18.568)	(39.365)	(39.121)	(99.926)	-	-	(1.550.857)
Planos previdenciário e assistencial	(44.166)	(27.954)	(155.774)	(1.547)	(6.289)	(5.154)	(7.889)	-	-	(248.773)
Material	(9.863)	(4.161)	(51.722)	(17)	(965)	(3.590)	(471)	965	2	(69.822)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(1.878.815)	-	-	-	-	-	-	-	23.867	(1.854.948)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	-	-	(506.065)	-	-	-	(506.065)
Serviços de terceiros	(203.823)	(30.699)	(450.752)	(2.925)	(38.690)	(13.850)	(26.147)	38.690	21.597	(706.599)
Depreciação e amortização	(616.267)	(11.431)	(406.632)	(234)	(77.901)	(41.178)	(3.515)	1.893	72.726	(1.082.539)
Provisão (reversão) para litígios	(25.238)	(9.151)	(89.662)	(295)	4.845	(15.510)	(50.215)	(4.845)	-	(190.071)
Perdas estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos	150.697	(155)	-	-	5.156	(15.688)	-	(5.156)	-	134.854
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	(1.975)	(3.498)	(182.197)	(511)	(8.612)	2.611	(28.662)	8.612	28.662	(185.570)
Custo de construção	-	(187.733)	(1.700.889)	-	-	(11.222)	-	-	-	(1.899.844)
Repactuação Risco Hidrológico - GSF	1.570.543	-								1.570.543
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(167.637)	(15.314)	(85.466)	(3.756)	(61.062)	(5.876)	(30.046)	41.646	18.023	(309.488)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	**16.596**	**339.774**	**-**	**-**	**-**	**-**	**9.944**	**-**	**-**	**366.314**
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	**2.889.603**	**1.423.717**	**1.167.010**	**57.975**	**20.728**	**128.634**	**(196.449)**	**(146.574)**	**101.394**	**5.446.038**
Receitas financeiras	128.461	19.542	457.697	14.151	19.183	19.422	313.617	(19.180)	(20.844)	932.049
Despesas financeiras	(506.541)	(160.961)	(391.228)	(211)	(44.928)	(9.605)	(211.708)	44.928	20.844	(1.259.410)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL	**2.511.523**	**1.282.298**	**1.233.479**	**71.915**	**(5.017)**	**138.451**	**(94.540)**	**(120.826)**	**101.394**	**5.118.677**
Imposto de renda e contribuição social	(675.107)	(262.395)	(375.597)	(18.190)	(6.284)	(38.860)	93.879	47.648	(24.726)	(1.259.632)
LUCRO (PREJUÍZO) DE OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE	**1.836.416**	**1.019.903**	**857.882**	**53.725**	**(11.301)**	**99.591**	**(661)**	**(73.178)**	**76.668**	**3.859.045**
Resultado de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	1.116.379	73.178	-	1.189.557
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	**1.836.416**	**1.019.903**	**857.882**	**53.725**	**(11.301)**	**99.591**	**1.115.718**	**-**	**76.668**	**5.048.602**

(a) Segmento TEL descontinuado em 2021; reclassificações decorrentes do processo de desinvestimento da Copel Telecomunicações (NE nº 39).

33.5 Adições no ativo não circulante por segmento reportável

31.12.2022	Energia elétrica			GÁS	Holding e Serviços	Consolidado
	GET	DIS	COM			
Ativos de contrato	-	1.848.201	-	13.955	-	1.862.156
Imobilizado	480.852	-	290	-	4.479	485.621
Intangível	4.368	-	2.318	-	1.633	8.319
Direito de uso de ativos	17.020	91.584	227	5.408	2.756	116.995

31.12.2021	Energia elétrica			TEL	GÁS	Holding e Serviços	Consolidado
	GET	DIS	COM				
Ativos de contrato	-	1.604.400	-	-	14.269	-	1.618.669
Imobilizado	497.773	-	126	59.292	-	2.012	559.203
Intangível	5.607	-	2.300	179	-	2.289	10.375
Direito de uso de ativos	37.987	40.469	1.536	11.406	3.243	3.624	98.265

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

34.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

CONSOLIDADO	NE nº	Nível	31.12.2022		31.12.2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	2.678.457	2.678.457	3.472.845	3.472.845
Títulos e valores mobiliários (b)	6	1	-	-	14.571	14.571
		2	431.056	431.056	346.487	346.487
Contas a receber vinculadas à concessão de distribuição (c)	9.1 e 9.2	3	1.442.819	1.442.819	1.433.734	1.433.734
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (c)	9.4	3	68.642	68.642	102.220	102.220
Valor justos dos derivativos - contrato a termo (d)	11	3	-	-	2.907	2.907
Valor justo na compra e venda de energia (d)	11	3	1.081.758	1.081.758	855.775	855.775
Outros investimentos temporários (e)		1	15.372	15.372	14.072	14.072
Outros investimentos temporários (e)		2	10.247	10.247	5.913	5.913
			5.728.351	**5.728.351**	**6.248.524**	**6.248.524**
Custo amortizado						
Cauções e depósitos vinculados (a)			157	157	182	182
Caução STN			-	-	142.764	115.643
Clientes (a)	7		3.451.869	3.451.869	4.515.426	4.515.426
Ativos financeiros setoriais (a)	8		381.398	381.398	767.480	767.480
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (g)	9.3		766.832	866.653	730.851	828.673
			4.600.256	**4.700.077**	**6.156.703**	**6.227.404**
Valor justo por meio do resultado abrangente						
Reduções Certificadas de Emissões - RECs (j)	29.4		10.295	10.295	-	-
			10.295	**10.295**	**-**	**-**
Total dos ativos financeiros			**10.338.902**	**10.438.723**	**12.405.227**	**12.475.928**
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Valor justo na compra e venda de energia (d)	27	3	738.703	738.703	545.468	545.468
			738.703	**738.703**	**545.468**	**545.468**
Custo amortizado						
Passivos financeiros setoriais (a)	8		483.255	483.255	293.179	293.179
Parcelamento ICMS (f)	12.2.4		48.320	43.419	-	-
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert (f)	12.2		404.075	340.025	421.694	361.080
PIS e Cofins a restituir para consumidores (a)	12.2.1		1.995.158	1.995.158	3.326.795	3.326.795
Fornecedores (a)	19		2.215.470	2.215.470	2.710.984	2.710.984
Empréstimos e financiamentos (f)	20		4.694.957	4.171.789	3.738.269	3.313.645
Debêntures (h)	21		7.887.077	7.688.396	8.240.769	8.240.769
Contas a pagar vinculadas à concessão (i)	25		937.542	1.051.710	903.959	1.009.867
			18.665.854	**17.989.222**	**19.635.649**	**19.256.319**
Total dos passivos financeiros			**19.404.557**	**18.727.925**	**20.181.117**	**19.801.787**

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Apuração dos valores justos

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

c) Ativos financeiros com valores justos similares aos valores contábeis (NE nº 4.4).

d) Os ativos e passivos equivalem ao seu respectivo valor contábil (NE nº 4.15).

e) Investimentos em outras empresas, avaliados ao valor justo, o qual é calculado conforme cotações de preço publicadas em mercado ativo, para os ativos classificados como nível 1, e apurado por meio de modelo de avaliação comparativa para os ativos classificados como nível 2.

f) Utilizado como premissa básica o custo do maior valor da última captação realizada pela Companhia, CDI + spread de 1,22%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

g) Créditos a receber relacionados ao contrato de concessão de prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas, tendo seu valor justo calculado pelo fluxo de entradas de caixa esperado, descontado à taxa estipulada no edital do leilão nº 12/2015 Aneel (9,04%).

h) Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário - PU em 31.12.2022, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

i) Utilizada a taxa de desconto real e antes dos impostos, de 8,65% a.a., compatível com a taxa estimada pela Companhia para projetos de longo prazo.

j) Ativos financeiros com valores justos similares aos valores contábeis (NE nº 4.2).

34.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

34.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

CONSOLIDADO Exposição ao risco de crédito	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa (a)	2.678.457	3.472.845
Títulos e valores mobiliários (a)	431.056	361.058
Cauções e depósitos vinculados (a)	157	142.946
Clientes (b)	3.451.869	4.515.426
Ativos financeiros setoriais (c)	381.398	767.480
Contas a receber vinculadas à concessão de distribuição (c)	1.442.819	1.433.734
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (d)	766.832	730.851
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (e)	68.642	102.220
Outros investimentos temporários (f)	25.619	19.985
	9.246.849	**11.546.545**

a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

b) Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos clientes, relacionado a fatores internos e externos. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.

c) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos e investimentos não recuperados por meio de tarifa.

d) A Administração considera reduzido o risco desse crédito visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o recebimento de Receita Anual de Geração - RAG, que inclui a amortização anual desse valor durante o prazo da concessão.

e) Para os ativos de concessão de geração, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 596/2013, que trata da definição de critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição - VNR, para fins de indenização. Em julho de 2021 foi publicada a Resolução Normativa nº 942/2021 disciplinando a apuração destes valores por meio da apresentação de laudos de avaliação a serem elaborados por empresas credenciadas. Em agosto de 2022 a Copel protocolou na Aneel os laudos de avaliação relativos aos valores residuais, com data base julho de 2015, para as UHEs Governador Parigot de Souza – GPS e Mourão - MOU, os quais aguardam fiscalização e posterior validação por parte da agência reguladora. A expectativa da Administração sobre a indenização destes ativos indica a recuperabilidade dos saldos registrados.

f) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da volatilidade do mercado de ações. Esse tipo de risco envolve fatores externos e vem sendo administrado através de acompanhamento periódico das variações ocorridas no mercado.

34.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2027, repetem-se os indicadores de 2026 até o horizonte da projeção.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

CONSOLIDADO	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.12.2022							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 20	39.138	176.621	474.493	3.593.649	2.481.487	6.765.388
Debêntures	NE nº 21	95.407	42.366	1.928.303	6.695.007	2.333.033	11.094.116
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	9.674	19.371	87.865	508.869	2.258.292	2.884.071
Fornecedores	-	1.919.501	206.735	23.031	66.203	-	2.215.470
PIS e Cofins a restituir para consumidores	NE 12.2.1	-	-	387.721	1.365.327	357.912	2.110.960
Pert	Selic	4.776	9.665	45.279	282.820	170.426	512.966
Parcelamento ICMS	Selic	874	1.767	8.259	46.722	-	57.622
Passivos financeiros setoriais	Selic	36.543	74.240	353.022	59.037	-	522.842
Passivo de arrendamentos	NE nº 26	8.146	15.893	67.566	174.725	364.729	631.059
		2.114.059	**546.658**	**3.375.539**	**12.792.359**	**7.965.879**	**26.794.494**

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NEs nºs 20.4 e 21.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (covenants) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

34.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia de Itaipu é repassado no próximo reajuste tarifário da Copel DIS. O risco cambial na compra de gás decorre da possibilidade de a Compagas computar prejuízos decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais das contas a pagar sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes via tarifa, quando possível. A Companhia mantém monitoramento permanente dessas flutuações.

Análise de sensibilidade do risco cambial - dólar

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do dólar norte-americano sobre seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável a Companhia considera o saldo atualizado com a variação da taxa de câmbio - fim de período (R$/US$ 5,25) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

RISCO CAMBIAL	Risco	Base 31.12.2022	Cenários projetados: Provável	Cenário 1	Cenário 2
Passivos financeiros					
Fornecedores					
Itaipu	Alta do dólar	(284.930)	(1.764)	(73.437)	(145.111)
Aquisição de gás	Alta do dólar	(93.696)	(580)	(24.149)	(47.718)
		(378.626)	**(2.344)**	**(97.586)**	**(192.829)**

b) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável a Companhia considera os saldos atualizados com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 12,50%, IPCA - 5,78%, IGP-M - 4,60% e TJLP - 7,05%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP que considera projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

RISCO DE TAXA DE JUROS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS	Risco	Base 31.12.2022	Cenários projetados: Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	431.056	53.883	40.433	26.942
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/Selic	157	19	14	10
Ativos financeiros setoriais	Baixa Selic	381.398	47.675	35.756	23.837
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	2.209.651	127.718	95.788	63.859
Contas a receber vinculadas à concessão de geração	Indefinido (a)	68.642	-	-	-
		3.090.904	**229.295**	**171.991**	**114.648**
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI	(751.673)	(93.959)	(117.449)	(140.939)
Banco Itaú	Alta CDI	(1.037.946)	(129.743)	(162.179)	(194.615)
BNDES	Alta TJLP	(1.712.943)	(120.787)	(150.983)	(181.180)
BNDES	Alta IPCA	(389.801)	(22.530)	(28.163)	(33.796)
Banco do Nordeste	Alta IPCA	(718.835)	(41.549)	(51.936)	(62.323)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(60.720)	(4.282)	(5.352)	(6.422)
Outros	Sem Risco	(23.039)	-	-	-
Debêntures	Alta CDI/Selic	(4.953.884)	(619.235)	(774.044)	(928.853)
Debêntures	Alta IPCA	(2.841.725)	(164.252)	(205.315)	(246.378)
Debêntures	Alta TJLP	(91.468)	(6.450)	(8.062)	(9.675)
Passivos financeiros setoriais	Alta Selic	(483.255)	(60.407)	(75.509)	(90.610)
Parcelamento ICMS	Alta Selic	(48.320)	(6.040)	(7.550)	(9.060)
Pert	Alta Selic	(404.075)	(50.509)	(63.137)	(75.764)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IGP-M	(874.187)	(40.213)	(50.266)	(60.319)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IPCA	(63.355)	(3.662)	(4.577)	(5.493)
		(14.455.226)	**(1.363.618)**	**(1.704.522)**	**(2.045.427)**

(a) Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

34.2.4 Risco quanto à escassez de energia

A maior parte da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

Entre setembro de 2020 e agosto de 2021, o Sistema Interligado Nacional apresentou o pior histórico de Energias Naturais Afluentes ao agregado de seus aproveitamentos. O Ministério de Minas e Energia e demais órgãos do setor trabalharam para maximizar o despacho termoelétrico fora da ordem de mérito de custo, bem como a flexibilização de restrições à operação hidrelétrica do sistema. Adicionalmente, considerando a forte geração eólica no Nordeste, a geração de biomassa no Sudeste e o período chuvoso com energias naturais afluentes que elevaram os reservatórios para valores confortáveis, estima-se que o risco de falta energia em 2023 e 2024 estejam minimizados.

Os critérios de garantia de suprimento de energia estão atualmente estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE através da Resolução 29/2019. Com fundamento, os órgãos responsáveis mantêm os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança em todos os subsistemas.

34.2.5 Risco quanto aos impactos do GSF (Generation Scaling Factor)

O Mecanismo de Realocação de Energia - MRE é um sistema de redistribuição de energia gerada, característico do setor elétrico brasileiro, que deve sua existência ao entendimento, à época, de haver necessidade de operação centralizada associada a preço ótimo calculado centralmente, conhecido como PLD. Como os geradores não possuem controle sobre sua produção, cada usina recebe determinada quantidade virtual de energia a qual pode ser comprometida por meio de contratos. Esse valor, que possibilita registros de contratos, é conhecido como Garantia Física - GF e também é calculado centralmente. Diferentemente do PLD, que é calculado semanalmente, a GF é recalculada, por lei, a cada cinco anos, com limite de aumento ou redução, restringido a 5% por revisão ou a 10% no período da concessão.

Os contratos necessitam ter lastro. Isto é realizado, sobretudo, por meio de alocação de energia gerada, recebimento do MRE ou compra. O GSF é a relação entre toda a geração hidrelétrica dos participantes do MRE e o somatório da GF de todas as usinas do MRE. Basicamente, o GSF é utilizado para calcular quanto cada usina receberá de geração para lastrear sua GF. Assim, conhecendo o GSF de um dado mês, a Companhia poderá saber se necessitará lastrear seus contratos com compras.

Sempre que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for menor que o somatório dos contratos, será necessário efetuar compra no curto prazo. No entanto, para a situação em que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for maior que o total dos contratos, será recebida a diferença valorada ao PLD.

As baixas afluências registradas desde 2014, bem como problemas com atrasos na expansão do sistema de transmissão tiveram como consequência baixos valores de GSF, resultando em fortes perdas para as empresas detentoras de empreendimentos hidroelétricos participantes do MRE.

Para as usinas com contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a principal forma de gerenciar o risco de GSF baixo é não comprometer toda a GF com contratos bem como a recompra oportuna de energia intra-anual, abordagens atualmente adotadas pela Companhia.

Para os contratos no ACR, a Lei nº 13.203/2015 permitiu aos geradores contratarem seguro da carga, mediante pagamento de um prêmio de risco. A Copel adotou esta abordagem para proteção dos contratos vinculados a energia produzida pelas UHEs Mauá, Baixo Iguaçu, Colíder e PCH Cavernoso II.

Para o segmento de distribuição, os efeitos do GSF são percebidos nos custos associados às cotas de Itaipu, de Angra, das usinas cujas concessões foram renovadas de acordo com a Lei 12.783/2013 e das usinas que repactuaram o risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, de acordo com a Lei 13.203/2015. Trata-se, contudo, de um risco financeiro, uma vez que é garantida a neutralidade das despesas com a compra de energia, por meio de repasse tarifário.

Ressalta-se que, ao menos conjunturalmente, os riscos com o GSF estão bastante reduzidos devido à melhora do cenário hidrológico em 2022 concomitante com o baixo crescimento da carga.

34.2.6 Risco de não prorrogação das concessões de geração e transmissão

A prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, alcançadas pela Lei nº 9.074/1995, é disciplinada pela Lei nº 12.783/2013, a qual foi alterada pela Lei nº 14.052/2020 no que diz respeito ao prazo para solicitação de prorrogação de concessões.

De acordo com a referida lei, a concessionária deve solicitar a prorrogação da concessão com antecedência mínima de 36 meses da data final do contrato ou ato de outorga para usinas de geração de energia hidrelétrica e empreendimentos de transmissão de energia elétrica, e de 24 meses, para as usinas de geração termelétrica. O Poder Concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga, inclusive, definindo a tarifa ou as receitas iniciais para os empreendimentos de geração (RAG – Receita Anual de Geração) e transmissão (RAP – Receita Anual Permitida).

As concessões de geração de energia hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos. As concessões de geração de energia termelétrica têm o prazo de prorrogação limitado a 20 anos.

Em 2018 foi publicado o Decreto nº 9.271/2018, alterado pelos Decretos nº 10.135/2019, nº 10.893/2021 e n° 11.307/2022, que regulamentou a outorga dos contratos de concessão no setor elétrico associada à privatização por meio de alienação do controle de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica, tendo como um dos condicionantes a alteração do regime de exploração para Produtor Independente de Energia - PIE. De acordo com o Decreto, a manifestação de alienação da concessão deverá ocorrer em até 42 meses do advento do termo contratual e a eventual alienação em até 12 meses do final da concessão. Se não ocorrer a alienação do controle do empreendimento dentro do prazo determinado, a usina deverá ser licitada pelo poder concedente podendo a mesma concessionária participar do leilão, caso reúna as condições de habilitação.

Alguns empreendimentos de geração da Copel tiveram seu período de concessão estendido devido aos efeitos do GSF (Generation Scaling Factor), pois estabeleceu-se a compensação por meio de extensão do prazo de outorga das usinas contempladas pela Lei nº 13.203/2015, culminando na homologação do prazo de extensão da outorga destas usinas por meio das Resoluções Homologatórias nº 2.919/2021 e nº 2.932/2021.

Para a Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - UHE GBM (1.676 MW), que terá sua concessão vencida em 2024, a Companhia não manifestou interesse pela prorrogação da concessão tendo em vista que estudos internos demonstraram que a prorrogação mediante alteração do regime de exploração antecipado seria desvantajosa econômica e financeiramente em relação a exploração da usina no atual regime, até o seu vencimento. Em 03.03.2020, a Copel GeT transferiu a concessão da UHE GBM para a subsidiária F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. com o objetivo de alienar o controle desta concessionária e, desta forma, possibilitar uma nova outorga pelo prazo de 30 anos, conforme prevê o Decreto n° 9.271/2018. Está em andamento o processo de transformação da Copel em "Corporação", conforme descrito na NE nº 1, o que possibilitará a manutenção de 100% de participação da Companhia na usina.

Com relação à UHE São Jorge, cuja concessão vence em 2026, a Copel não manifestou interesse na renovação e pretende, ao final da concessão, solicitar à Aneel a conversão da outorga em registro.

Em relação a concessão da UTE Figueira, vencida em março de 2019, a Companhia aguarda a conclusão do processo, que se encontra em trâmite na Aneel e no MME. A usina passou por processo de modernização, tendo como benefícios diretos a melhora na eficiência energética e a redução das emissões de poluentes na atmosfera, em comparação a antiga planta. A usina foi liberada para operação comercial em 07.12.2022 por meio do Despacho nº 3.502/2022.

Conforme a Lei nº 14.052/2020, a Companhia poderá se manifestar sobre a intenção em prorrogar a concessão da UHE Apucaraninha até janeiro de 2024 e das UHEs Guaricana e Chaminé até julho e agosto de 2025, respectivamente. Caso a Companhia não manifeste interesse pela prorrogação no atual regime, as concessões, ao seu termo, deverão ser devolvidas ao Poder Concedente.

Em relação ao segmento de transmissão, a única concessão da Copel GeT a vencer nos próximos dez anos, é do Contrato de Concessão nº 75/2001, referente à LT Bateias-Jaguariaíva 230 kV, que vencerá em 17.08.2031.

Adicionalmente, quanto à prorrogação dos contratos de concessão de transmissão, em 29.12.2022 foi publicado o Decreto nº 11.314 que determina que a prorrogação das concessões de transmissão poderá ser realizada somente quando a licitação for inviável ou resultar em prejuízo ao interesse público e será realizada sem a indenização antecipada dos bens vinculados à prestação do serviço, condicionada à aceitação por parte da concessionária em relação à receita e demais condições do termo aditivo a ser elaborado pela Aneel.

34.2.7 Risco de não manter a concessão de distribuição de energia elétrica

O quinto termo aditivo ao contrato de concessão nº 46/1999 da Copel DIS impõe condicionantes de eficiência econômico-financeira e indicadores que consideram a duração e a frequência das interrupções do serviço (DECi e FECi). O descumprimento das condições acarretará a extinção da concessão (cláusula décima oitava, subcláusula primeira), respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Em 17.11.2020, a Aneel homologou a Resolução Normativa nº 896, consolidada pela Resolução Normativa nº 948/2021, que estabelece os indicadores e procedimentos para acompanhamento da eficiência com relação à continuidade do fornecimento e à gestão econômico-financeira das concessões do serviço público de distribuição de energia elétrica a partir do ano de 2021.

Conforme Nota Técnica Aneel nº 068/2021 e Resolução Autorizativa nº 10.231/2021, a partir de 2022 as metas de qualidade passaram a ser os indicadores DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

Indicadores e penalidades

Ano	Indicador	Critérios	Penalidades
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira e de qualidade	no ano base	Aporte de capital (a) Limitação de distribuição de dividendos e JCP Regime restritivo de contratos com partes relacionadas
		2 anos consecutivos	Extinção da concessão
	Indicadores de qualidade	no ano base	Plano de resultados
		2 anos consecutivos	Limitação de distribuição de dividendos e JCP
		3 anos consecutivos	Extinção da concessão

(a) Em até 180 dias contados do término de cada exercício social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.

Metas definidas para Copel Distribuição a partir do ano de 2021

Ano	Gestão Econômico-Financeira	Realizado	Qualidade - limites: DECi	FECi	Qualidade - realizado: DECi	FECi
2021	{Dívida Líquida / [Lajida (-) QRR ≥ 0]} ≤ 1 / (1,11 * Selic)	Atingido	9,29	6,84	7,20	4,76
Ano	**Gestão Econômico-Financeira**	**Realizado**	**DEC**	**FEC**	**DEC**	**FEC**
2022	{Dívida Líquida / [Lajida (-) QRR ≥ 0]} ≤ 1 / (1,11 * Selic)	-	9,19	6,80	7,98	5,29

Dívida Líquida: Dívida bruta deduzida dos ativos financeiros, à exceção de Ativos e Passivos Financeiros em discussão administrativa ou judicial. As contas que compõe a Dívida Bruta e Ativos Financeiros estão definidas no Anexo VIII da REN nº 948/2021.

QRR: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Este valor será o definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pró rata.

LAJIDA/EBITDA Recorrente: Lucro Antes de Juros (Resultado Financeiro), Impostos (Tributos sobre a Renda), Depreciação e Amortização.

A Companhia acompanha os indicadores da concessão de forma a antecipar ações que assegurem o ganho de eficiência e o cumprimento das exigências regulatórias e o resultado é divulgado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

34.2.8 Risco de não prorrogação da concessão de distribuição de gás

Extinta a concessão, por advento do termo contratual, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, o Estado do Paraná, e a Companhia será indenizada pelos bens vinculados à concessão ainda não amortizados, avaliados pelo seu valor contábil atualizado monetariamente até aquela data.

34.2.9 Risco de sobrecontratação e subcontratação de energia elétrica

No modelo regulatório vigente, o processo de compra de energia elétrica pelas distribuidoras é regulado pela Lei nº 10.484/2014 e pelo Decreto nº 5.163/2004, os quais determinam que a aquisição de energia deve ser em volume necessário para o atendimento de 100% do mercado da distribuidora.

A diferença entre os custos remunerados pela tarifa e os efetivamente realizados com a compra de energia são integralmente repassados aos consumidores cativos, desde que a distribuidora apresente nível de contratação entre 100% e 105% do seu mercado, acrescidos dos montantes de sobrecontratação involuntária reconhecidos pelo regulador.

A Copel DIS estima finalizar o ano com um nível de contratação de 111,4%, entretanto, considera que possui montantes de "sobrecontratação involuntária" suficientes para acomodar a contratação estimada para o ano. Desta forma, não há previsão de risco de penalização por sobrecontratação.

34.2.10 Risco quanto à escassez de gás

O mercado de gás natural no Paraná, composto pelos consumidores da Compagas (mercado não termelétrico) e pela Usina Termelétrica de Araucária (UEG Araucária), é suprido por contratos com a Petrobras que utiliza a infraestrutura de transporte do gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol). A Compagas assinou contrato com a Petrobras para suprimento de gás natural, com vigência de 2022 a 2025, que possibilitará atender a demanda que estava descontratada para 2022, bem como parte da demanda estimada entre 2023 a 2025. Já a UEG Araucária negocia e celebra contratos de gás natural de curta duração em função do seu regime de operação merchant.

Na atual conjuntura do setor de gás natural no Brasil, o programa Novo Mercado de Gás, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, tem a finalidade de abertura do mercado de gás natural de forma a torná-lo dinâmico, competitivo, integrado com o setor elétrico e industrial. A oferta de gás natural é crescente e proveniente de fontes diversificadas e o grande desafio do setor ainda se concentra na viabilização do acesso de novos produtores e comercializadores à infraestrutura e ao mercado consumidor, atualmente atendido majoritariamente pela Petrobras. Por fim, a nova lei do gás, lei nº 14.134/2021, representa mais um passo importante na abertura do mercado de gás brasileiro, de forma a torná-lo mais competitivo e com maior potencial de expansão.

Uma eventual escassez no fornecimento de gás poderia implicar em prejuízos à Copel em razão de redução de receita com o serviço de distribuição de gás natural pela Compagas ou penalização por descumprimento das obrigações constantes no contrato de concessão. Além disso, neste cenário a UEG Araucária provavelmente seria mantida fora de operação. No entanto, a Companhia considera baixo este risco tendo em vista a conjuntura do Novo Mercado de Gás e a promulgação da Lei nº 14.134/2021.

34.2.11 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica estão sujeitos às cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento. O não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia. O saldo registrado no passivo referente a não performance está demonstrado na NE nº 27.

34.2.12 Risco relacionado ao preço nas operações de compra e venda de energia

A Companhia opera no mercado de compra e venda de energia com objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco pré-estabelecidos pela Administração. Esta atividade, portanto, expõe a Companhia ao risco pela volatilidade do preço futuro da energia.

As operações de compra e venda de energia futuras são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, conforme NE nº 4.15.1, tendo como base a diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das operações na data do balanço.

O quadro abaixo apresenta os valores nocionais dos contratos de comercialização de energia elétrica na data destas demonstrações financeiras, os quais tem prazo médio de vencimento de 139 meses para contratos de compra e 25 meses para contratos de venda:

	Compra	Venda
2023	606.571	645.966
2024	752.615	810.145
2025	742.114	794.957
2026	738.024	734.063
2027	673.274	620.858
2028 a 2040	4.130.827	4.577.941
	7.643.425	**8.183.930**

O valor justo foi estimado utilizando os preços definidos internamente pela Companhia, que representam a melhor estimativa do preço de mercado futuro. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno das NTN-Bs divulgada pela Anbima em 31.12.2022, sem inflação, ajustada pelo risco de crédito e pelo risco adicional de projeto.

Os saldos patrimoniais referentes à estas transações na data destas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir.

CONSOLIDADO	Ativo	Passivo	Saldo líquido
Circulante	288.419	(244.064)	44.355
Não circulante	793.339	(494.639)	298.700
	1.081.758	**(738.703)**	**343.055**

Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de mudanças nos preços futuros. Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável a Companhia considera os saldos atualizados com a curva de preços de mercado e taxa NTN-B em 31.12.2022. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram elevação ou queda de 25% e 50%, aplicadas sobre os preços futuros considerados no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

CONSOLIDADO	Variação no preço	Base 31.12.2022	Cenários projetados: Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ganhos (perdas) não realizados em operações de compra e venda de energia	Elevação	343.055	343.055	369.579	396.104
	Queda	343.055	343.055	316.528	290.003

34.2.13 Risco de contraparte no mercado de energia

O mercado livre de energia ainda não possui uma contraparte garantidora de todos os contratos (clearing house), de modo que o risco de default é bilateral. Desta forma, a Companhia está exposta ao risco de falha na entrega da energia contratada pelo comprador/vendedor. Na ocorrência de falha na entrega, a Companhia é obrigada a vender/adquirir energia ao preço do mercado de curto prazo, podendo incorrer ainda em penalidades regulatórias e mesmo em perda do valor pago.

A Companhia possui uma política que impõe limites para as operações possíveis com cada contraparte, após análise de sua capacidade financeira, maturidade e histórico.

Adicionalmente, mesmo que nossa política seja mais restritiva, e as contrapartes apresentem boa situação financeira, a Companhia está exposta a eventos sistêmicos em que o default de um agente acabe afetando outras comercializadoras, num "efeito dominó", até chegar a contrapartes da Companhia.

34.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

A Companhia monitora o capital usando um índice representado pela dívida líquida consolidada ajustada, dividido pelo Lucro

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

Antes dos Juros, Imposto de Renda, Depreciação e Amortização - Lajida (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - Ebitda) consolidado ajustado dos últimos doze meses. O limite corporativo estabelecido nas escrituras de dívida prevê a manutenção anual do índice abaixo de 3,5, sendo que a eventual expectativa de não conformidade daquele indicador enseja ações por parte da Administração no intuito de corrigir o curso das apurações até o final de cada exercício.

Em 31.12.2022, o índice realizado está demonstrado a seguir:

CONSOLIDADO	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	4.650.363	3.678.444
Debêntures	7.803.855	8.147.617
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.678.457)	(3.472.845)
(-) Títulos e valores mobiliários (circulante)	(93)	(16.121)
(-) Títulos e valores mobiliários (não circulante) - garantias de contratos de dívidas	(290.602)	(237.183)
(-) Caução STN	-	(142.764)
Dívida líquida ajustada	**9.485.066**	**7.957.148**
Lucro líquido de operações em continuidade	1.149.321	3.859.045
Equivalência patrimonial	(478.577)	(366.314)
IRPJ e CSLL diferidos	(628.389)	790.406
Provisão para IRPJ e CSLL	429.267	469.226
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	1.966.037	327.361
Depreciação e Amortização	1.300.982	1.082.539
Repactuação risco hidrológico - GSF	-	(1.570.543)
Provisão p/ destinação de Créditos do PIS/Cofins	810.563	-
(-/+) *Impairment*	84.387	(134.854)
Ebitda operação descontinuada	-	1.872.381
Ebitda ajustado	**4.633.591**	**6.329.247**
Dívida Líquida Ajustada / Ebitda ajustado	**2,05**	**1,26**

34.3.1 Endividamento em relação ao patrimônio líquido:

ENDIVIDAMENTO	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	-	791.779	4.694.957	3.738.269
Debêntures	-	502.400	7.887.077	8.240.769
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(199.877)	(626.052)	(2.678.457)	(3.472.845)
(-) Títulos e valores mobiliários	(93)	(91)	(431.056)	(361.058)
Dívida líquida	**(199.970)**	**668.036**	**9.472.521**	**8.145.135**
Patrimônio líquido	20.817.364	21.837.024	21.131.225	22.175.235
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	**(0,01)**	**0,03**	**0,45**	**0,37**

35 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

35.1 Saldos com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos de Partes Relacionadas destacados em linhas específicas do balanço patrimonial:

ENDIVIDAMENTO	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante				
Controladas				
Compartilhamento de estrutura (35.1.1)	-	5.374	1.135	-
Complexo eólico Jandaíra - mútuo (35.1.3)	47.404	-	-	-
Ativo não circulante				
Controladas				
Copel DIS - STN (a)	-	150.572	-	-
Passivo circulante				
Controladas				
Compartilhamento de estrutura (35.1.1)	1.838	2.292	-	-
Passivo não circulante				
Controladas				
Adiantamento - Elejor	5.851	5.851	-	-

35.1.1 Compartilhamento de estrutura

Saldos se referem, principalmente, aos contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores, celebrados entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas.

35.1.2 Contrato de Mútuo - Copel DIS

Em 18.11.2021, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel e a Copel DIS, com validade de 12 meses, com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios (DI + 1,75% a.a.), a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. O montante foi liberado em 25.01.2022 e o contrato foi liquidado em 15.06.2022. A receita financeira no exercício findo em 31.12.2022 é de R$ 5.000.

35.1.3 Contrato de Mútuo - Complexo Jandaíra

Em 17.05.2022, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel e as empresas do Complexo Eólico Jandaíra, com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de CDI + 1,38% ao ano, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. Os contratos têm vigência até 17.05.2024. Do valor global aprovado, de R$ 49.400, foi transferido o montante de R$ 46.063, e a receita financeira para o exercício findo em 31.12.2022 é de R$ 1.313.

35.2 Outras transações com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das demais transações com partes relacionadas efetuadas pela Companhia:

Consolidado	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
Parte Relacionada / Natureza da operação	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Controlador								
Estado do Paraná - dividendos	-	-	109.777	916.379	-	-	-	-
Repasse CRC (NE nº 32 - a)	-	-	-	-	-	253.990	-	-
Programa Energia Solidária (a)	9.735	5.590	-	-	-	-	-	-
Programa Tarifa Rural Noturna (a)	8.353	10.378	-	-	-	-	-	-
Empregados cedidos (b)	305	19	-	-	-	-	-	-
Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar (c)	-	-	298	938	-	-	(7.422)	(10.759)
Entidades com influência significativa (d)								
BNDES e BNDESPAR - dividendos			76.684	733.939	-	-	-	-
Financiamentos (NE nº 20)	-	-	2.097.606	2.216.516	-	-	(190.881)	(174.210)
Debêntures - Compagás	-	-	-	-	-	-	-	(312)
Debêntures - eólicas (NE nº 21)	-	-	216.811	231.071	-	-	(28.085)	(32.249)
Entidade controlada pelo Estado do Paraná								
Sanepar (e)	-	-	448	436	-	-	(7.599)	(8.252)
Utilização de água retirada de reservatórios de usinas	-	-	-	-	485	477	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto								
Voltalia São Miguel do Gostoso (f)	-	-	-	-	112	102	-	-
Dividendos	1.032	1.032	-	-	-	-	-	-
Caiuá Transmissora de Energia (g) (h) (i)	313	279	1.400	1.144	3.619	3.275	(19.760)	(17.439)
Dividendos	5.486	2.150	-	-	-	-	-	-
Integração Maranhense Transmissora (h) (i)	-	-	120	183	-	-	(2.671)	(2.294)
Dividendos	6.885	2.274	-	-	-	-	-	-
Matrinchã Transmissora de Energia (h) (i)	-	-	1.355	1.065	-	-	(16.038)	(13.442)
Dividendos	41.577	10.091	-	-	-	-	-	-
Guaraciaba Transmissora de Energia (h) (i)	-	-	671	489	-	-	(7.331)	(6.185)
Dividendos	50.137	27.198	-	-	-	-	-	-
Paranaíba Transmissora de Energia (h) (i)	-	-	869	726	-	-	(10.502)	(9.170)
Dividendos	5.400	4.973	-	-	-	-	-	-
Cantareira Transmissora de Energia (h) (i)	-	-	660	596	-	-	(8.184)	(6.569)
Dividendos	9.254	6.718	-	-	-	-	-	-
Mata de Santa Genebra Transmissão (h) (i) (j)	3.236	1.473	1.401	1.245	19.318	18.795	(17.427)	(12.390)
Dividendos	13.333	13.614	-	-	-	-	-	
Coligadas								
Dona Francisca Energética S.A. (k)	15	15	1.356	2.745	174	164	(16.089)	(16.239)
Dividendos	852	86	-	-	-	-	-	-
Foz do Chopim Energética Ltda. (l)	302	518	-	-	3.493	3.010	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (NE nº 31.2)	-	-	-	-	-	-	(22.845)	(22.204)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 22.3)	-	-	-	-	-	-	(1.384)	(1.422)
Outras partes relacionadas								
Fundação Copel								
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	102.410	84.367	-	-	(10.713)	(6.827)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 22.3)	-	-	1.070.037	1.295.174	-	-	-	-
Lactec (m)	3	5	1.131	2.385	645	594	(5.050)	(4.002)
Tecpar (n)	-	-	-	-	2.021	2.014	-	-
Celepar (o)	-	-	-	-	719	-	(11)	(8)

(a) Saldo da dívida bruta, descontado do caixa restrito que já está garantido pelas próprias empresas.
(b) Para estes contratos a fiança corporativa e/ou a carta fiança foram exoneradas permanecendo somente a garantia de penhor de ações da Copel GeT.
(c) As garantias a serem prestadas na 3ª emissão só serão apresentadas depois do vencimento das Debêntures da 2ª emissão e do Financiamento com o BNDES.
Fiança corporativa prestado pela Copel: (10) (11) Garantias da operação: penhor das ações de propriedade da Copel GeT em todos os empreendimentos.

a) O Programa Energia Solidária, instituído pela lei estadual nº 20.943/2021, substituindo o Programa Luz Fraterna, estabelece o pagamento do consumo de energia elétrica para beneficiar famílias de baixa renda, residentes no Estado do Paraná, cujos imóveis - unidades consumidoras - sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, seja em área urbana ou rural, e preencham os requisitos estabelecidos nos artigos 2.º e 3.º desta lei.

Em março de 2018 foi quitado o montante de R$ 159.274. Sobre o valor do principal houve incidência de juros, multa e atualização monetária, no total de R$ 158.849. Para esses encargos, incidentes sobre as faturas de consumo de energia elétrica do período de setembro de 2010 a junho de 2015, foi ajuizada, em 05.11.2018, ação monitória em face do Estado do Paraná, responsável pelo pagamento das faturas nos termos da Lei Estadual nº 14.087/2003. Ressaltamos que apesar das tratativas mantidas pela Administração, buscando o equacionamento desta dívida, ainda persistem incertezas quanto à realização deste ativo e, portanto, este valor não foi contabilizado, em atendimento ao que dispõem as normas contábeis vigentes. Considerando o tratamento tributário a ser aplicado, conforme determina a Receita Federal do Brasil na Instrução Normativa nº 1.753/2017, a Companhia efetuou a tributação sobre essa receita. A Copel e o Estado do Paraná recorreram da decisão. Aguarda-se o processamento e a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Paraná, para julgamento em grau de apelação. A Administração reforça que está envidando todos os esforços necessários e tomando todas as medidas cabíveis para preservação dos interesses da Companhia.

O Programa Tarifa Rural Noturna, regulamentado pelo Decreto nº 1.288/2019, prevê o pagamento à Copel DIS, pelo Governo Estadual, do valor correspondente a 60% da tarifa de energia elétrica ativa e dos encargos decorrentes desse serviço, inclusive adicional de bandeira tarifária, da propriedade dos consumidores beneficiários, compreendido no período considerado como consumo noturno, conforme especificado no decreto.

b) Ressarcimento do valor correspondente a remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Estado do Paraná. Os saldos apresentados são líquidos de Perdas de crédito esperadas.

c) O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Companhia de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampacidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.

d) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, que possui ações da Copel (NE nº 29.1). Em 22.12.2018 encerrou a vigência do acordo de acionista entre o Estado do Paraná e o BNDESPAR, assinado em 22.12.1998. O BNDES e a BNDESPAR adquiriram o total das debêntures emitidas pelas controladas Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus IV e Ventos de Santo Uriel.

e) Saneamento básico prestado pela Sanepar.

f) Contratos de conexão ao sistema de transmissão firmados pela Copel GeT, Costa Oeste, Marumbi e Uirapuru, com vencimentos entre os anos de 2031 e 2048.

g) Contrato de prestação de serviços de operação e manutenção prestados pela Copel GeT, com vencimento em 10.05.2026. Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT firmado pela Copel DIS, com vencimento até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro.

h) Encargos de uso do sistema de transmissão devidos pela Copel GeT, FDA, UEG Araucária e parques eólicos.

i) A Copel DIS mantém Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - Cust com o ONS e com as concessionárias de transmissão de energia, o qual tem por objeto a contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - Must. A contratação é de caráter permanente e é regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 666/2015. Os montantes são definidos para os quatro anos subsequentes, com revisões anuais.

j) Contratos firmados pela Copel GeT: operação e manutenção, com vencimento em 1º.02.2028, e compartilhamento de instalações, com vencimento em 1º.01.2043.

k) Contratos de conexão ao sistema de transmissão firmados pela Copel GeT, Costa Oeste, Marumbi e Uirapuru, com vencimentos entre os anos de 2031 e 2048. Contrato de compra e venda de energia realizado pela Copel GeT, com vencimento em 31.03.2025.

l) Contratos firmados pela Copel GeT: operação e manutenção, com vencimento em 23.05.2025, e conexão ao sistema de transmissão, com vencimento em 1º.01.2043.

m) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel GeT, FDA, UEG Araucária e Copel DIS, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel. A Copel COM presta serviços e vende energia ao instituto.

n) Contrato de venda de energia firmado entre a Copel COM e o Instituto de Tecnologia do Paraná - Tecpar (empresa pública do Governo do Estado que apoia a inovação e o desenvolvimento econômico e social do Paraná e do Brasil).

o) Contrato de venda de energia e contratos de prestação de serviços firmados com a Companhia de Tecnologia da Informação do Paraná - Celepar (sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do Governo do Estado).

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado praticados pela Companhia.

As subsidiárias diretas e indiretas da Copel têm contratos de compra e venda de energia de curto e longo prazo firmados entre si, realizados de acordo com os critérios e definições do ambiente regulado. Tanto os saldos das transações existentes quanto os saldos dos compromissos são eliminados entre si quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Adicionalmente, a Copel GeT possui compromissos de compra de energia com a Dona Francisca, no montante de R$ 47.935 (R$ 63.899 em 31.12.2021), e a Copel COM possui compromissos de venda de energia firmados com órgãos e/ou entidades vinculadas ao Governo do Estado do Paraná, no total de R$ 25.050 (R$ 31.309 em 31.12.2021).

No que diz respeito à remuneração do pessoal chave da administração, a Companhia não possui obrigações adicionais além dos benefícios de curto prazo divulgados no quadro acima e nas notas explicativas referenciadas.

35.3 Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

Os avais e garantias concedidos pela Copel às suas controladas na emissão de financiamentos e de debêntures são informados nas NEs nºs 20 e 21.

A Copel forneceu garantias financeiras, na modalidade de carta fiança corporativa, para contratos de compra e transporte de energia elétrica efetuados pela Copel GeT e suas subsidiárias, no total de R$ 4.449 (R$ 4.339 em 31.12.2021) e efetuados pela Copel COM (Copel Mercado Livre), no total de R$ 329.725 (R$ 192.707 em 31.12.2021).

Os avais e garantias concedidos pela Copel e pela Copel GeT na emissão de financiamentos e debêntures dos empreendimentos controlados em conjunto são informados a seguir:

EMPRESA		Operação	Vencimento final	Valor aprovado	Saldo (a)	% participação	Valor da fiança
(1)	Caiuá Transmissora (b)	Financiamento BNDES	15.02.2029	84.600	27.025	49,0	(b)
(2)	Cantareira Transmissora	Debêntures	15.08.2032	100.000	90.896	49,0	(b)
(3)		Financiamento	15.09.2032	426.834	369.048		(b)
(4)	Guaraciaba Transmissora	Financiamento BNDES	15.01.2031	440.000	291.436	49,0	(b)
(5)		Debêntures	15.12.2030	118.000	127.116	49,0	(b)
(6)	Matrinchã Transmissora	Financiamento BNDES	15.06.2029	691.440	314.749	49,0	(b)
(7)		Debêntures (2ª)	15.06.2029	180.000	205.146		(b)
(8)		Debêntures (3ª)	15.12.2038	135.000	150.774		(c)
(9)	IMTE Transmissora	Financiamento	12.02.2029	142.150	48.562	49,0	(b)
(10)	Mata de Santa Genebra	Debêntures (2ª)	15.11.2030	210.000	1.651.487	50,1	827.395
(11)		Debêntures (3ª)	15.11.2041	1.500.000		50,1	
(12)	Paranaíba Transmissora	Financiamento	15.10.2030	606.241	410.534	24,5	(b)
(13)		Debêntures	15.03.2028	120.000	91.172	24,5	(b)
							827.395

(a) Saldo da dívida bruta, descontado do caixa restrito que já está garantido pelas próprias empresas.
(b) Para estes contratos a fiança corporativa e/ou a carta fiança foram exoneradas permanecendo somente a garantia de penhor de ações da Copel GeT.
(c) As garantias a serem prestadas na 3ª emissão só serão apresentadas depois do vencimento das Debêntures da 2ª emissão e do Financiamento com o BNDES.
Fiança corporativa prestado pela Copel: (10) (11)
Garantias da operação: penhor das ações de propriedade da Copel GeT em todos os empreendimentos.

36. COMPROMISSOS

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, estão demonstrados a seguir:

CONSOLIDADO	31.12.2022	31.12.2021
Contratos de compra e transporte de energia	108.768.267	132.307.398
Aquisição de ativo imobilizado		
Construção das usinas do empreendimento eólico Jandaíra	-	147.682
Aquisição de ativo para obras de distribuição de energia elétrica	1.187.336	1.374.177
Obrigações de compra de gás	3.875.135	1.841.767

37. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

CONSOLIDADO APÓLICE	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais - Cutia e Bento Miguel	29.03.2023	2.196.012
Riscos Nomeados	24.08.2023	2.130.270
Riscos Operacionais - UHE Baixo Iguaçu	31.05.2023	2.042.375
Riscos Operacionais - UHE Colíder	01.12.2023	1.892.320
Riscos Operacionais - UHE Governador Jayme Canet Junior	21.01.2024	1.594.472
Riscos Operacionais - Ventos de Serra do Mel II e IV	28.11.2023	1.075.284
Incêndio - imóveis próprios e locados	24.08.2023	854.464
Riscos Operacionais - Brisa Potiguar	27.06.2023	766.454
Riscos Operacionais - UEG Araucária (a)	31.05.2024	764.335
Riscos Operacionais - Elejor	07.09.2023	728.426

(a) O valor da importância segurada de Riscos Operacionais - UEG Araucária foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2022, de R$ 5,2177.

Além dos seguros relacionados, a Companhia e suas controladas contratam outras apólices de seguros com menores valores, tais como: seguro D&O, responsabilidade civil geral, garantia judicial e de pagamento, riscos diversos, seguro de vida, seguro aeronáutico e seguro de veículos. Adicionalmente, a Companhia possui contrato de indenidade, em complemento ao seguro D&O. Os seguros de garantia contratados pelas controladas, pelos empreendimentos controlados em conjunto e pelas coligadas possuem como avalista a Copel e/ou a Copel GeT, no limite de sua participação em cada empreendimento.

38. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

38.1 Transações que não envolvem caixa

Do total de adições de ativos de contrato (apresentado nas NEs nº 10.1 e 10.2) e de aquisições de imobilizado (demonstrado na NE nº 16.2), R$ 175.783 (R$ 240.718 em 31.12.2021) e R$ 8.055 (R$ 19.855 em 31.12.2021), respectivamente, correspondem ao montante de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do exercício.

Conforme a NE nº 26, as adições e ajustes por remuneração ocorridos no direito de uso de ativos totalizaram R$ 123.691 (R$ 111.880 em 31.12.2021), sendo que tal reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

39. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 03.08.2021, a Companhia concluiu a operação de alienação de 100% da participação na Copel Telecomunicações S.A., com o recebimento do valor atualizado de R$ 2.506.837 e a transferência dos ativos e passivos e a direção dos negócios para o comprador, Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Em 31.12.2021, as receitas, custos e despesas bem como a movimentação de fluxo de caixa resultantes desses ativos e passivos foram apresentados em linhas separadas, como operação descontinuada, tanto na Demonstração de Resultados como na Demonstração dos Fluxos de Caixa e na Demonstração do Valor Adicionado, em atendimento às exigências do CPC 31/ IFRS 5.

O detalhamento destes valores bem como o lucro decorrente dessa operação estão apresentados nos quadros a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31.12.2021	31.12.2021
Receita operacional líquida	-	228.379
Custos Operacionais	-	(19.266)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**-**	**209.113**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	68.997	(62.539)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	**68.997**	**146.574**
Resultado Financeiro	-	(25.748)
LUCRO OPERACIONAL	**68.997**	**120.826**
Imposto de renda e contribuição social	-	(47.648)
LUCRO LÍQUIDO	**68.997**	**73.178**
Ganho na operação de venda de participação	1.723.913	1.723.913
Imposto de renda sobre ganho na operação de venda	(446.716)	(446.716)
Imposto de renda diferido sobre ganho na operação de venda	(160.818)	(160.818)
LUCRO LÍQUIDO PROVENIENTE DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	**1.185.376**	**1.189.557**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	Controladora 31.12.2021	Consolidado 31.12.2021
Lucro líquido do período	1.185.376	1.189.557
Ajustes ao lucro	(1.185.376)	(803.687)
Variações de ativos e passivos	-	(19.255)
Impostos e encargos pagos	-	(18.044)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**-**	**348.571**
Aquisições de imobilizado e intangível	-	(62.485)
Recebimento Alienação Copel Telecom	2.506.837	2.506.837
Fluxo de caixa das atividades de investimento	**2.506.837**	**2.444.352**
Amortizações empréstimos, debêntures e arrendamentos	-	(1.850)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	**-**	**(1.850)**
Variação no caixa e equivalentes de caixa	**2.506.837**	**2.791.073**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	Controladora 31.12.2021	Consolidado 31.12.2021
Valor Adicionado a Distribuir		
Receitas	-	318.607
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-	(100.500)
(+) Valor adicionado transferido	1.792.910	1.745.989
	1.792.910	**1.964.096**
Distribuição do Valor Adicionado		
Governo	-	119.806
Terceiros	-	45.949
Acionistas	1.792.910	1.798.341
	1.792.910	**1.964.096**

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

40.1 Aquisição dos Complexos Eólicos Aventura e Santa Rosa & Mundo Novo

Em 30.01.2023, a Copel GeT concluiu a aquisição de 100 % das ações das empresas pertencentes aos Complexos Eólicos Aventura e Santa Rosa & Mundo Novo apresentadas no quadro abaixo, com o pagamento de R$ 1.005.173 para a vendedora, EDP Renováveis Brasil S.A. Nesta data de fechamento da operação ocorreu a transferência das ações para a Copel GeT bem como a aprovação das indicações e posse dos novos administradores das Companhias.

Complexo Eólico Santa Rosa & Mundo Novo	Complexo Eólico Aventura
SRMN Holding S.A.	Aventura Holding S.A.
Central Eólica SRMN I S.A.	Central Eólica Aventura II S.A.
Central Eólica SRMN II S.A.	Central Eólica Aventura III S.A.
Central Eólica SRMN III S.A.	Central Eólica Aventura IV S.A.
Central Eólica SRMN IV S.A.	Central Eólica Aventura V S.A.
Central Eólica SRMN V S.A.	

A aquisição está alinhada com a estratégia de crescimento sustentável em energia renovável, ampliando a diversificação da matriz de geração alinhada ao Planejamento Estratégico e à Política de Investimentos da Companhia. A transação contempla o mecanismo de Locked box em que todo o caixa gerado entre 1º.01.2022 até a data fechamento permanecerá no caixa das Companhia adquiridas.

O fechamento da operação estava sujeito à satisfação de determinadas condições precedentes as quais foram cumpridas na sua integralidade até 30.01.2023, entre elas: obtenção de aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, declarações e garantia, cumprimento de avenças e obrigações, anuência de terceiros, ausência de efeito material adverso.

Ainda, ressalta-se a necessidade de anuência de contrapartes, incondicional e irrestrita, para a alteração do controle das Companhias adquiridas, inclusive com relação aos limites de crédito para manutenção dos contratos de financiamentos pelas Companhias, conforme Resolução CMN nº 4.995 de 24.03.2022, condição que só foi cumprida em janeiro de 2023.

Os complexos estão situados no Rio Grande do Norte, maior centro de energia eólica do país e possuem 260,4 MW de capacidade instalada com 157,8 MWm de garantia física. As companhias possuem financiamentos de longo prazo (vencimentos até 2043) contratados junto ao Banco do Nordeste - BNB, com taxas de IPCA + 2,19% a.a. (Complexo Aventura) e IPCA + 1,98% a.a. (Complexo Santa Rosa & Mundo Novo).

A vendedora está desenvolvendo projetos nas proximidades dos parques eólicos do Complexo Aventura que, durante a construção e/ou operação, podem, no futuro, potencialmente afetar o volume de eletricidade gerada pelos parques eólicos (efeito esteira). A vendedora estima que a operação comercial destes empreendimentos poderá ocorrer a partir de janeiro de 2027. Caso o efeito esteira se concretize de modo que os parques eólicos adquiridos gerem energia abaixo do que foi acordado entre as partes, a vendedora terá a obrigação de indenizar a Copel. Caso contrário, se a geração de energia for superior, a Copel deverá indenizar a vendedora. O valor desta indenização está limitado a R$ 4.167 para ambas as situações, corrigidos monetariamente.

As tabelas a seguir demonstram o valor contábil e o valor justo dos ativos líquidos adquiridos incluindo o efeito de tributos diferidos (ágio técnico). O valor justo foi apurado com base em laudo preliminar de alocação do preço de compra (Purchase Price Allocation - PPA) de modo que as informações estão sob revisão e podem sofrer alterações, contudo não são esperadas mudanças significativas.

COMPLEXO EÓLICO AVENTURA	Valor contábil	Ajuste ao valor justo	Valor justo na data da aquisição
Ativos identificados	**518.158**	**255.675**	**773.833**
Caixa e equivalentes	51.789	-	51.789
Clientes	7.150	-	7.150
Tributos a recuperar	3.823	-	3.823
Outros créditos	2.917	-	2.917
Imobilizado	452.475	-	452.475
Intangível	4	255.675	255.679
Passivos assumidos	**330.102**	**93.002**	**423.104**
Fornecedores	6.950	-	6.950
Empréstimos e financiamentos	317.928	-	317.928
Obrigações fiscais	2.879	-	2.879
Outras contas a pagar	2.345	-	2.345
Passivos contingentes	-	9.891	9.891
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	83.111	83.111
Ativos líquidos adquiridos	**188.056**	**162.673**	**350.729**

COMPLEXO EÓLICO SANTA ROSA & MUNDO NOVO	Valor contábil	Ajuste ao valor justo	Valor justo na data da aquisição
Ativos identificados	**840.938**	**366.360**	**1.207.298**
Caixa e equivalentes	67.440	-	67.440
Clientes	23.961	-	23.961
Tributos a recuperar	5.747	-	5.747
Outros créditos	9.157	-	9.157
Imobilizado	734.633	-	734.633
Intangível	-	366.360	366.360
Passivos assumidos	**625.811**	**131.100**	**756.911**
Fornecedores	56.611	-	56.611
Empréstimos e financiamentos	557.810	-	557.810
Obrigações fiscais	7.579	-	7.579
Outras contas a pagar	3.811	-	3.811
Passivos contingentes	-	10.155	10.155
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	120.945	120.945
Ativos líquidos adquiridos	**215.127**	**235.260**	**450.387**

Os passivos contingentes se referem principalmente a riscos tributários para os quais a Administração acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiros, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais.

O quadro abaixo apresenta a contraprestação transferida pelos ativos adquiridos e o ágio técnico apurado em decorrência do reconhecimento do passivo fiscal diferido na combinação de negócios:

Total de ativos líquidos adquiridos	**403.183**	**397.933**	**801.116**
Ágio técnico			204.057
Total da contraprestação			**1.005.173**

Curitiba, 21 de março de 2023

Daniel Pimentel Slaviero
Diretor Presidente

Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e Regulatório

Ronaldo Bosco Soares
Contador - CRC PR-043819/O-0

Ana Letícia Feller
Diretora de Gestão Empresarial

Cassio Santana da Silva
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Vicente Loiácono Neto
Diretor de Governança, Risco e Compliance

Parecer do Auditor Independente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da

Companhia Paranaense de Energia – COPEL

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Paranaense de

Energia - COPEL ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Paranaense de Energia - COPEL em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4.12 e nº 30 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia registra a receita não faturada calculada entre a data da última leitura e o encerramento do mês, por estimativa, com base na média do último faturamento. A Companhia fatura mensalmente seus consumidores com base na energia medida. A receita não faturada é estimada entre a data da última medição e o final do mês, tendo como base o faturamento do mês anterior, sendo assim reconhecida como receita no final do mês em que o serviço foi prestado. Ao final de cada mês, a quantidade de energia entregue aos consumidores desde a data da última leitura do medidor é estimada e a receita não faturada correspondente é determinada considerando o consumo diário estimado e as tarifas aplicáveis por classe de consumidor, refletindo tendências históricas e experiências significativas.

As diferenças entre a receita não faturada estimada e real são reconhecidas no mês seguinte.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido aos julgamentos necessários à auditoria do reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica, incluindo os métodos e premissas utilizados para estimar receitas não faturadas, bem como o uso de sistemas automatizados para processar e registrar receitas. A execução de procedimentos de auditoria na receita exigiu julgamento do auditor e amplo esforço de auditoria, incluindo o envolvimento de nossos especialistas em Tecnologia da Informação - TI.

Para responder a este principal assunto de auditoria, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia e de suas controladas relacionados ao processo de medição de volumes de energia e preços, bem como controles sobre estimativas de receita não faturada; (b) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para a identificação dos sistemas relevantes utilizados para o processamento das transações de receita, teste dos controles gerais de tecnologia da informação referentes ao acesso, modificação e operação desses sistemas e testes de controles de interface de sistema e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes da receita, bem como os controles de estimativas para garantir a precisão e integridade de receita;

(c) avaliação da adequação e consistência dos métodos e premissas utilizados pela Diretoria para desenvolver as estimativas de receita não faturada, teste da acuracidade matemática das estimativas elaboradas pela Diretoria para a receita não faturada e avaliação da capacidade da Diretoria de estimar a receita não faturada com precisão, comparando a receita real subsequente com as estimativas históricas da Diretoria para os grupos de receita relacionados; (d) a execução de teste que compreendeu desenvolver uma expectativa independente do montante das receitas e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (e) teste de transações de receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte, testando a precisão matemática da receita reconhecida e verificando o seu recebimento subsequente; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a captura, o processamento, o registro e as respectivas divulgações sobre o reconhecimento de receita da Companhia e de suas controladas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisões para litígios e passivo contingente

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4.11 e nº 28 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes tribunais. Com base em avaliações feitas pelos seus assessores jurídicos, a Diretoria reconhece uma provisão para aqueles processos cujas perdas são consideradas prováveis. A Diretoria da Companhia entende que não é viável fornecer informações sobre o tempo esperado de eventuais saídas de caixa decorrentes desses processos judiciais em que a Companhia e suas controladas estejam envolvidas, devido ao ritmo lento e à imprevisibilidade dos sistemas jurídicos, fiscais e regulatórios brasileiros, considerando que a resolução final do processo para o qual foi reconhecida uma provisão depende da conclusão dos procedimentos dos tribunais jurídicos ou arbitrais.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a subjetividade para mensurar a provisão para litígios e elaborar as divulgações necessárias para as demonstrações financeiras, sendo necessária a utilização de conhecimento técnico e histórico da Companhia e de suas controladas e a análise de jurisprudências aplicáveis e individualizadas dos processos pela Diretoria.

Para responder a este principal assunto de auditoria, nossos procedimentos incluíram, entre outros:

(a) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes sobre as provisões para litígios e avaliação de passivo contingente, incluindo aqueles sobre a integridade e a revisão de processos novos e em andamento, bem como controles sobre a mensuração de potenciais perdas;

(b) testes, com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, sobre os controles gerais de tecnologia da informação dos sistemas informatizados utilizados pela Diretoria para monitorar e avaliar os processos em andamento; (c) teste da integridade e exatidão da base de dados utilizada pela Diretoria para determinação dos prognósticos de perda e mensuração de potenciais perdas; (d) confirmação independente com os assessores jurídicos externos e internos dos processos quanto à classificação do prognóstico do risco de perda para a Companhia e suas controladas, incluindo o valor envolvido;

(e) leitura das atas de reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria para evidência de eventuais contingências não divulgadas ou provisões não reconhecidas; (f) avaliação das premissas e dos julgamentos utilizados pela Diretoria no desenvolvimento dessas estimativas, contando com o auxílio de nossos especialistas tributários e ambientais; e (g) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as provisões para litígios estimadas pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações das provisões e passivo contingente, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para destinação de crédito de PIS e COFINS

Conforme descrito na nota explicativa nº 12.2.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia reconheceu em exercícios anteriores, assim como no atual, passivo para a restituição aos consumidores referente à recuperação de crédito tributário de PIS e COFINS. Em exercícios anteriores, considerou que a provisão era restrita aos últimos 10 anos, a contar da data do trânsito em julgado de sua ação judicial que reconheceu o direito a tal crédito. Em 27 de junho de 2022, foi promulgada a Lei Federal nº 14.385, que disciplina a destinação de valores de tributos que eram de recolhimento obrigatório a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, em razão da cobrança do PIS e da COFINS sobre o ICMS, reconhecida pelo poder judiciário como indevida. Com base na revisão de avaliação do risco realizada pela Diretoria e suportada nas opiniões de assessores legais, a Companhia reconheceu provisão adicional durante o exercício atual, referente ao período compreendido entre o 11º e o 16º ano da data do trânsito em julgado da ação.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude dos montantes envolvidos, da mudança na legislação durante o exercício e do alto grau de julgamento empregado pela Diretoria para estimar qual a obrigação da Companhia perante os consumidores, que requer a utilização de conhecimento técnico e histórico da Companhia e interpretação de legislações aplicáveis ao tema.

Para responder a este principal assunto, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

(a) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados ao processo da Administração para avaliar e reconhecer essa provisão;

(b) análise das opiniões legais preparadas por especialistas jurídicos (assessores jurídicos internos e externos) quanto à avaliação dos requerimentos da Lei Federal nº 14.385 e sua relação com as demais legislações aplicáveis ao tema, incluindo o envolvimento de nossos especialistas em aspectos legais para avaliar os argumentos e julgamentos apresentados pela Companhia e por seus assessores legais;

(c) envolvimento dos nossos especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade e auditoria, para nos auxiliar na avaliação dos conceitos utilizados pela Companhia para o tratamento contábil da Lei Federal nº 14.385; e (d) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a provisão para destinação de crédito de PIS e COFINS estimada pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

  detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 21 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

I. *ter a maioria de membros independentes nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016;*
II. *no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como "especialista financeiro" nos termos da legislação vigente;*
III. *no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;*
IV. *no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; e*
V. *o Presidente do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração.*

As características, composição, funcionamento e competências do Colegiado são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário estão a de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Desde 2019, o Comitê de Auditoria Estatutário conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades. Inicialmente, o CAE desenvolveu seu plano de trabalho com o apoio da consultoria PricewaterhouseCoopers - PwC, em conjunto com a Auditoria Interna da Copel. No desenvolvimento do plano foram consideradas a legislação vigente, normativas internas e boas práticas de mercado. Naquele momento, para estudo e desenvolvimento desse plano, a PwC utilizou a seguinte metodologia de trabalho: mapeamento das responsabilidades do CAE; planejamento para o atendimento das responsabilidades; referências de mercado; consideração sobre os aspectos de treinamentos e discussões com o próprio Colegiado. Como resultado, a consultoria apresentou plano de trabalho listando as exigências e recomendações para atuação do CAE, bem como cronograma para execução dessas atividades ao longo de um ano. A estrutura do cronograma contempla os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei Federal nº 13.313/2016, à Lei Sarbanes-Oxley - SOx 301/407, à Instrução CVM 509/2011, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano. Considerando atendidas as necessidades legais e regulamentares, o Comitê de Auditoria Estatutário aprovou seu plano de trabalho anual.

Em 2021, o CAE revisou seu plano de trabalho, com apoio da consultoria Ernst & Young – EY, em conjunto com a assessoria do colegiado, Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária. A revisão do plano considerou a legislação vigente, Estatuto Social, demais normativas internas e boas práticas de mercado. A metodologia de trabalho incluiu: revisão das responsabilidades do CAE; forma de atendimento das responsabilidades; referências de benchmarking; interações com Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária e discussões em reuniões do Colegiado. O Plano de Trabalho do CAE 2022 considerou o relatório apresentado pela consultoria como subsídio em sua elaboração, sendo que sua estrutura foi organizada em (i) Apresentação e Informações Gerais; (ii) Cronograma detalhado do CAE; e (iii) Anexos.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2022 traz 20 temas principais, distribuídos em 86 pautas fixas ao longo do ano, distribuídas em suas reuniões ordinárias mensais, além de reuniões extraordinárias. Em 2022, foram registradas 20 reuniões, das quais, 2 foram reuniões extraordinárias.

A auditoria independente, atualmente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes - Deloitte, é responsável pelo planejamento e execução da auditoria das Demonstrações Contábeis da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, Mercado Livre, Serviços e Eólicas). Compete ao auditor independente, no contexto e escopo do seu trabalho, emitir opinião sobre as Demonstrações Financeiras e se refletem de forma adequada a posição patrimonial e financeira da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade, e as normas editadas pelas Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. O ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais, também é avaliado pela Deloitte, uma vez que estão sujeitas à lei americana Sarbanes-Oxley – SOx.

Ainda no contexto de controles internos, a Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, em sua atuação como segunda linha de defesa, atua no desenho dos controles junto aos órgãos da administração, primeira linha de defesa. Posteriormente, cabe a DRC atuar no teste de desenho dos controles internos. Já a Auditoria Interna - AUD, como terceira linha de defesa, atua no teste de controles internos quanto à sua eficiência e eficácia.

O CAE elabora, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) suas atividades, resultados, conclusões e recomendações no período, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas às diretorias, registrando aquelas não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; e (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências.

2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei Sarbanes-Oxley – SOx, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 11.03.2021, com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada pela 201ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o Comitê de Auditoria Estatutário sofreu alteração, quando passou a ser permitida a composição entre 03 (três) a 05 (cinco) membros, desde que: (i) a maioria destes se enquadrasse nos critérios de independência nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016; (ii) que no mínimo, 01 (um) membro apresentasse experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como "especialista financeiro" nos termos da legislação vigente; (iii) que no mínimo 01(um) dos membros fosse integrante do Conselho de Administração; (iv) no mínimo 01(um) do membro externo, escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; e (v) que o Presidente do Comitê fosse membro do Conselho de Administração.

Em 2022, o Comitê teve a seguinte composição, eleita para o mandato 2021/2023: Marco Antônio Barbosa Cândido (como Presidente), Carlos Biedermann (como especialista financeiro) e Luiz Claudio Maia Vieira (profissional externo), todos membros independentes, em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016, e que atendem aos requisitos de independência impostos pela Securities and Exchange Commission - SEC e pela New York Stock Exchange - NYSE.

Considerando a necessidade do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, para assessoria no desempenho de suas atribuições, um profissional da Companhia é designado como Assessor do CAE da Copel. Desde 06.11.2020, conforme deliberado na 226ª Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário, o profissional Adilson Dvulathca (registro 49438), atua como Assessor do CAE da Copel (Circular-058/2020, de 10.11.2020).

3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2022

3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

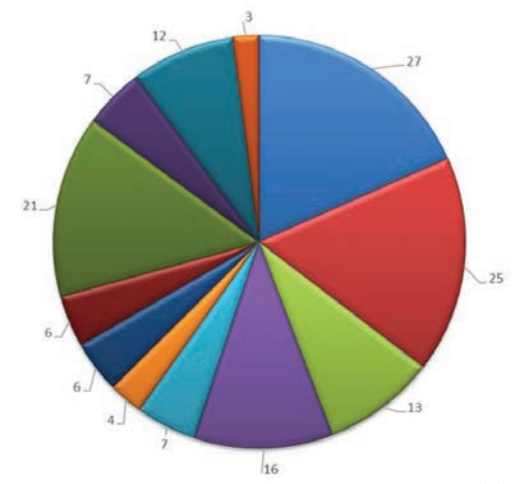
As pautas das reuniões realizadas em 2022 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para discussão do Colegiado ao longo do ano, distribuídos em 20 reuniões, das quais, 2 reuniões foram extraordinárias: apreciação de informações contábeis; auditoria externa; canal de denúncias e Comitê de Ética; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; debriefing; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários (Cibersegurança, calendário anual de reuniões, LGPD, Risco Hidrológico e melhoria contínua); partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, foram realizadas 20 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, sendo 2 reuniões extraordinárias, as quais contemplaram 147 pautas, envolvendo os membros da Diretoria Executiva, Superintendentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias, controladas e coligadas, os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas realizadas é o seguinte:



3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2022, foram contempladas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 13 pautas com participação da Auditoria Independente. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente Deloitte para o Formulário 20-F, de 2021; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2022; apresentação sobre os trabalhos relativos às Demonstrações Financeiras e de controles internos; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2022.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

NNo decorrer de 2022, foram realizadas 27 pautas, sendo que em todas foram apreciadas as demonstrações contábeis e em 8 pautas, o Relatório da Administração. Essas pautas abordaram a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2022; a Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2021 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade.

A análise e recomendação quanto ao Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, de Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido e quanto ao Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade, ocorre na reunião realizada em março de 2023, após finalizadas as discussões com os Auditores Independentes sobre os resultados dos seus trabalhos, os quais incluem os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório, as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras, a discussão das práticas contábeis adotadas, controles internos, legislação societária brasileira, bem como demais normas aplicáveis.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2022, no Relatório Anual 2022, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

3.4. AUDITORIA INTERNA

No decorrer de 2022, foram tratadas 8 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna, verificação de suas recomendações e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - Raint 2021; e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei Sarbanes-Oxley - SOx.

Na 261ª Reunião, de 02.08.2022, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito dos Planos Previdenciários patrocinados pela Copel e administrados pela Fundação Copel.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

3.5. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

No decorrer de 2022, foram tratadas 7 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; bem como, a atualização do status de auditoria, pela Deloitte, desses Controles Internos.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do Internal Control - Integrated Framework, definido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), e com a Lei Sarbanes-Oxley - SOx. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos que se encontrem em efetiva aplicação.

O Colegiado também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do Colegiado, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

3.6. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

No decorrer de 2022, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 7 pautas que trataram do Canal de Denúncias, Comitê de Ética, Código de Conduta e demais temas relacionados. Essas pautas abordaram o monitoramento do Canal de Denúncias e o acompanhamento ao longo do ano, em reuniões específicas, acerca de denúncias recebidas pelo Canal e que tiveram, em função de sua natureza, tratamento mais intensivo de investigação pela Auditoria Interna.

Em 2022, o CAE deliberou de forma favorável ao Regimento Interno do Comitê de Ética, recomendou ao Conselho de Administração a aprovação da Política do Canal de Denúncias e deliberou favoravelmente sobre a revisão do Código de Conduta da Companhia.

Trimestralmente, é apresentado ao CAE o acompanhamento do Canal de Denúncias pela área de Compliance e, periodicamente, a Auditoria Interna apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

3.7. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS

No decorrer de 2022, foram tratadas 7 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos, a revisão dos riscos estratégicos e a recomendação ao Conselho de Administração pela aprovação da Política de Riscos da Companhia.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da gestão de riscos, determinou que fosse adicionada à pauta do colegiado a análise quanto aos riscos de mercado da Copel Mercado Livre e incluiu o monitoramento do Risco Hidrológico como pauta específica em seu plano de trabalho 2022.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

3.8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma de suas atribuições "avaliar e monitorar, juntamente com a Administração e a área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia".

No decorrer de 2022, foram tratadas 12 pautas envolvendo transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE. Essas pautas abordaram, além da recomendação para aprovação das transações em si, a recomendação ao Conselho de Administração pela aprovação da revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses e o monitoramento das operações/transações com Partes Relacionadas.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos a transações com partes relacionadas.

3.9. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; debriefing; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; e regulamentos de independência do CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Na programação para 2022, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, além de analisar os resultados das avaliações de desempenho do Colegiado, incluindo o Plano de Desenvolvimento do Comitê de Auditoria Estatutário.

4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações..

4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E SUPERINTENDENTES

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Superintendentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também é possível que as Superintendências, por meio de suas Diretorias, realizem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente daquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

- **Reporte do Comitê de Ética e Canal de Denúncias.**

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do reporte periódico do Comitê de Ética e Canal de Denúncias, a avaliação quanto a política de consequências para os casos tratados no Comitê de Ética.

Já em relação ao Código de Conduta da Companhia, o CAE recomendou a DRC avaliar o percentual da remuneração correspondente ao valor simbólico para brindes ou cortesias institucionais.

- **Processos Jurídicos**

O CAE recomendou à Diretoria Jurídica e Regulatória – DJR o desenvolvimento de trabalho voltado ao monitoramento e gestão de controladoria jurídica, incentivando a melhoria contínua nos processos da Companhia.

- **Controles Internos**

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do reporte periódico de Controles Internos, a manutenção do apoio na solução tempestiva de eventuais novos pontos apresentados pela auditoria independentes e solicitou a manutenção de reportes bimestrais sobre os trabalhos de Controle Interno.

- **Reporte trimestral sobre o monitoramento do portfólio de riscos da Companhia.**

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do monitoramento do portfólio de riscos da Companhia, a manutenção dos reportes trimestrais, bem como, recomendou a avaliação dos riscos de transição (Corporation) e dos riscos emergentes, com o apoio das demais estruturas da Companhia. Recomendou à DRC avaliar a inclusão de risco relacionado aos efeitos da guerra na Ucrânia.

- **Reporte dos trabalhos de cibersegurança**

O Comitê de Auditoria Estatutário da Copel vem sistematicamente envidando esforços para acompanhar as melhorias promovidas pela Companhia em relação à segurança cibernética. O tema é pauta periódica do colegiado em suas reuniões, tendo apoio tanto da Diretoria de Gestão Empresarial – DGE, quanto da Diretoria Reunida, Auditoria Interna e Auditoria Independente.

Os Membros do Comitê afirmaram que diversas providências foram solicitadas à Diretoria da Companhia, em especial robustez nos sistemas de controles internos da Copel e de suas Subsidiárias Integrais, acompanhamento e monitoramento mensais das deficiências apontadas pela auditoria externa, contratação de consultoria independente para auxiliar no processo de revisão dos controles internos do grupo Copel, dentre outras medidas que podem ser evidenciadas nas atas de reuniões deste Comitê.

Adicionalmente, o CAE recomendou ao Conselho de Administração aprovar a revisão da Política de Segurança da Informação e Cibernética, sugerindo a inclusão de item específico para tratar da gestão de consequências, a fim de imputar responsabilidade pelo descumprimento ou violação da Política em questão, de acordo com as normativas internas e externas vigentes.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2022, no Relatório Anual 2022, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 21 de março de 2023.

MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO
Presidente

CARLOS BIEDERMANN
Especialista Financeiro

LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA
Membro Externo

PARECER DO CONSELHO FISCAL

SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2022 (CONSOLIDADO) E SOBRE A PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2022 E PARA PAGAMENTO DE PARTICIPAÇÃO REFERENTE À INTEGRAÇÃO ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia - Copel, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e da Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2022. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a Administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, emitido sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais opinam que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022 estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 21 de março de 2023

DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente

EDUARDO BADYR DONNI

HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR

JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO

RAPHAEL MANHÃES MARTINS

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Instrução CVM Nº 80/2022, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital para o ano de 2023, aprovado na 233ª reunião ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia, realizada em 07.12.2022, bem como a origem dos recursos.

PROGRAMAS DE INVESTIMENTOS	R$ Mil
Geração e Transmissão (a)	222.028
Distribuição	1.878.882
Empreendimentos Eólicos (b)	52.894
Outros (c)	28.490
TOTAL	**2.182.294**

(a) Inclui os empreendimentos SPEs Bela Vista (Ger), Marumbi (Tra), Costa Oeste (Tra), Uirapuru (Tra) e FDA (Ger).
(b) Inclui Brisa Potiguar, Cutia Empreendimentos Eólicos, São Bento Energia, Jandaíra Energias Renováveis e Complexo Eólico Vilas
(c) Inclui Holding, Copel Comercialização e Copel Serviços.

Investimentos em estudo para Futura Expansão	**498.769**

FONTES DE RECURSOS	R$ Mil
Recursos de Terceiros	**1.297.726**
Novas captações - Outras Instituições Financeiras	1.297.726
Recursos Próprios, oriundos de retenção de lucros e geração de caixa das operações da Companhia	**1.134.569**
TOTAL	**2.432.295**

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Companhia Paranaense de Energia - Copel, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Mossunguê, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 76.483.817/0001-20, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declaramos que:

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da Copel de 31.12.2022; e

(II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Copel de 31.12.2022.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 21 de março de 2023

Daniel Pimentel Slaviero
Diretor Presidente

Ana Letícia Feller
Diretora de Gestão Empresarial

Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Cassio Santana da Silva
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e Regulatório

Vicente Loiácono Neto
Diretor de Governança, Risco e Compliance

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel
CNPJ/MF 04.370.282/0001-70

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

É com muita satisfação e compromisso que apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2022.

O ano de 2022 foi especial para o segmento de geração da Companhia. Adquirimos os Complexos Eólicos Santa Rosa & Mundo Novo e Aventura com 260,4 megawatts e concluímos as obras do Complexo Eólico de Jandaíra, com 90,1 megawatts de capacidade instalada, ambos localizados no Estado no Rio Grande do Norte.

Os projetos ampliam a participação da fonte eólica da Companhia o que nos coloca em posição de destaque no Estado bem como entre as maiores geradoras eólicas do Brasil. É uma expansão virtuosa, ambientalmente sustentável, com energia 100% renovável e limpa.

Na operação, o grande destaque foi a conclusão no novo Centro de Operações de Geração e Transmissão – COGT. As modernas instalações e implantação do Novo Sistema Digital, será possível a integração das equipes e otimização da operação dos ativos de Geração e Transmissão em todo os Estados em que atuamos.

Em 24 de novembro de 2022, foi sancionada a Lei Estadual nº 21.272, que autoriza o Estado do Paraná a realizar oferta pública de distribuição secundária de ações e/ou units, desta forma transformando a Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (Corporação). A Copel Geração e Transmissão aguarda os desdobramentos desse processo, bem como estuda a renovação integral das concessões associada a estruturação e implementação da oferta pública de distribuição primária de ações e/ou Units de sua emissão, nos termos do Decreto 9.271/2018.

Reafirmamos nosso compromisso com a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços de geração e transmissão, com sustentabilidade ambiental, econômica e social (ESG), visando uma matriz 100% renovável, para que possamos crescer com sustentabilidade e gerando valor para os acionistas, sociedade e para o sistema interligado nacional.

Uma boa leitura a todos!

Moacir Carlos Bertol
Diretor Geral

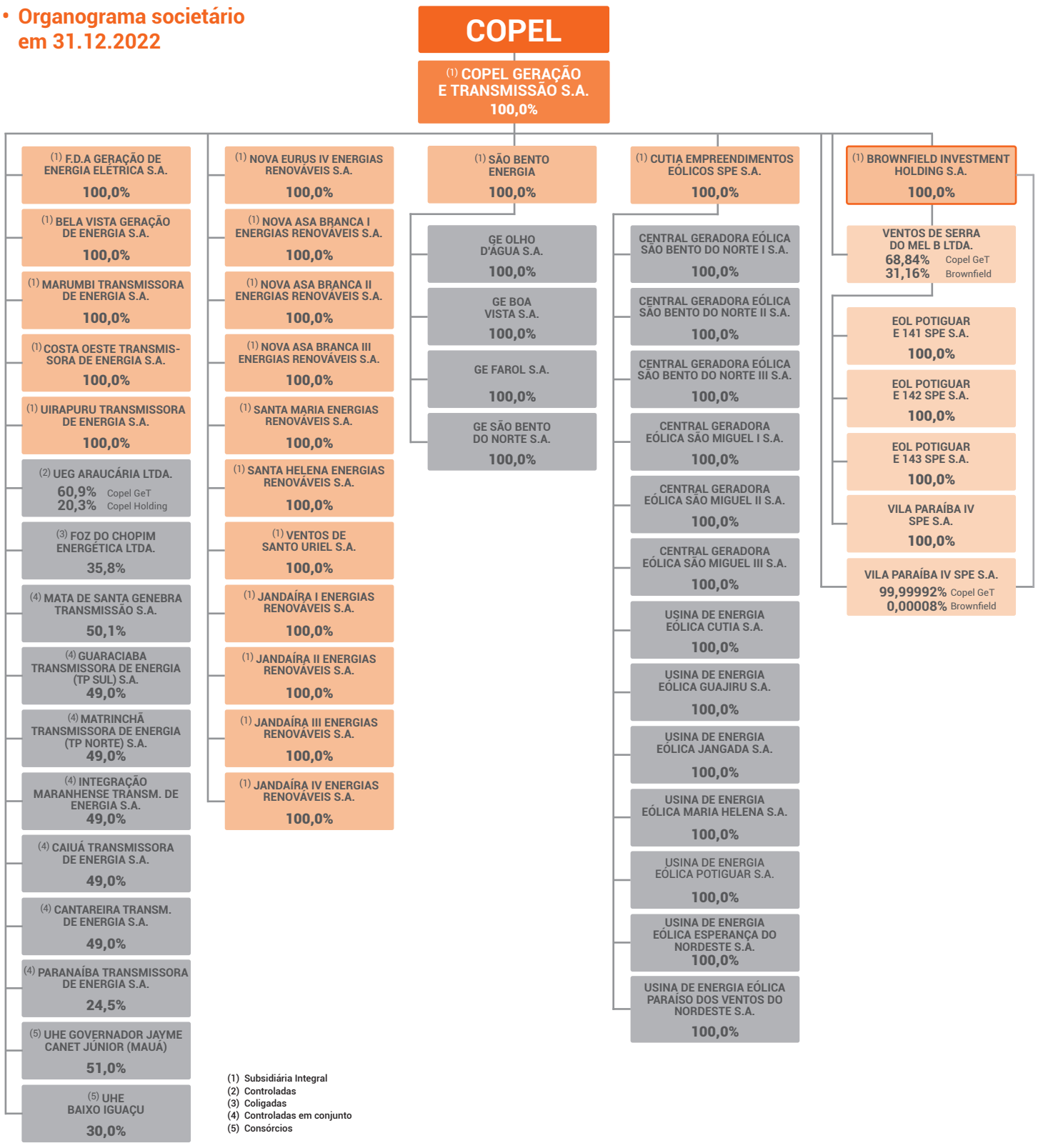
1. A COMPANHIA

A Copel Geração e Transmissão S.A. (Companhia ou Copel Geração e Transmissão) é uma sociedade anônima de capital aberto, categoria "B", subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora), que atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração e transmissão de energia. Opera um sistema de energia elétrica com parques geradores de usinas (hidrelétricas, térmicas e eólicas), linhas de transmissão e subestações, inclusive em parcerias por meio de Sociedades de Propósito Específico - SPEs.

Embora esteja sediada em Curitiba, no Paraná, a Companhia está presente em nove estados brasileiros, conforme mapa a seguir:



• Organograma societário em 31.12.2022



(1) Subsidiária Integral
(2) Controladas
(3) Coligadas
(4) Controladas em conjunto
(5) Consórcios

• Participação no Mercado

Principais produtos (%)	Brasil	Região Sul	Paraná
Geração de energia elétrica (1)	(2) 3,7	(3) 20,7	(3) 55,8
Transmissão de energia elétrica (4)	3,5	12,7	27,0

(1) Capacidade instalada consolidada
(2) Considerada apenas a parcela pertencente ao Brasil da Usina de Itaipú
(3) A Usina de Itaipú não é considerada na região Sul
(4) O mercado refere-se à Receita Anual Permitida - RAP

• Copel Geração e Transmissão em Números (consolidado)

Em R$ mil	2022	2021	variação %
INDICADORES CONTÁBEIS			
Ativo total	24.687.546	24.715.085	(0,1)
Caixa e equivalentes de caixa	1.580.000	1.929.858	(18,1)
Títulos e valores mobiliários	428.369	350.354	22,3
Dívida total	7.679.603	7.305.442	5,1
Dívida líquida	5.671.234	5.025.230	12,9
Receita operacional bruta	5.663.844	8.397.160	(32,6)
Deduções da receita	(624.184)	(845.734)	(26,2)
Receita operacional líquida	5.039.660	7.551.426	(33,3)
Custos e despesas operacionais	(2.978.880)	(5.239.255)	(43,1)
Repactuação Risco Hidrológico (GSF)	-	1.560.896	(100,0)
Equivalência patrimonial	470.606	356.372	32,1
Resultado das atividades	2.060.780	3.873.067	(46,8)
Ebitda ou Lajida	3.298.455	4.826.626	(31,7)
Resultado financeiro	(624.638)	(438.344)	42,5
IRPJ/CSLL	307.289	970.996	(68,4)
Lucro operacional	1.906.748	3.791.095	(49,7)
Lucro líquido do exercício	1.599.459	2.820.099	(43,3)
Patrimônio líquido	12.896.797	12.873.586	0,2
Juros sobre o capital próprio/Dividendos	1.618.849	1.532.107	5,7
INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS			
Liquidez corrente (índice)	1,1	1,1	-
Liquidez geral (índice)	0,8	0,8	-
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	65,4	63,9	2,3
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	59,5	56,7	4,9
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	37,8	50,2	(24,7)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	31,7	37,3	(15,0)
Participação de capital de terceiros (%)	47,8	47,9	(0,2)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (1)	12,4	26,0	(52,3)

(1) LL ÷ (PL inicial)

• Prêmios e certificações em 2022

Prêmios / Certificações	Certificador
Prêmio Abraconee - 1º lugar de melhor divulgação das Demonstrações Financeiras de 2021 para empresa de grande porte - Copel e Copel Geração e Transmissão	Abraconee - Associação Brasileira do Contadores do Setor de Energia Elétrica
Selo Clima Paraná - categoria A - mercado externo	Governo do Estado do Paraná
100 Maiores Sociedades Anônimas do Paraná - 8º lugar para Copel Geração e Transmissão	Diário Indústria & Comércio e Fecomércio PR
Prêmio Melhores do Biogás - 3º lugar categoria Melhor Organização	CIBiogás - Centro Internacional de Energias Renováveis – Biogás, Embrapa Suínos e Aves e UCS - Universidade de Caxias do Sul
Melhores em Gestão - categoria Prata	FNQ - Fundação Nacional de Qualidade

2. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

Em 2000, a Controladora foi a primeira empresa do setor elétrico a aderir ao Pacto Global, da Organização das Nações Unidas - ONU, e desde 2018 assumiu o compromisso de atuar para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS ligados ao setor de energia.

Após construir o Plano de Neutralidade de Carbono em 2021, o tema seguiu como prioridade para a Copel e, na Visão 2030, ele foi associado ao objetivo de descarbonizar sua matriz de geração elétrica. A Visão 2030 também incluiu entre as prioridades o compromisso com a ética e governança e o avanço da diversidade, incluindo metas de evolução da participação feminina na liderança.

Ao planejar a sua próxima década, a Copel está buscando ampliar a integração das preocupações ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) à sua agenda de ações e decisões de futuro.

Gestão da sustentabilidade

A Copel realiza a gestão da agenda de sustentabilidade por meio de diversas áreas dedicadas às temáticas relacionadas à ESG. A Holding determina as diretrizes corporativas e as dissemina por meio de políticas e normas que permeiam todas as áreas da Companhia, incluindo a Copel Geração e Transmissão.

Para dar conta das características únicas dos negócios, a Copel Geração e Transmissão possui uma área especializada na gestão de aspectos socioambientais. Cada operação demanda diferentes tipos de ação e monitoramento, visando o compliance socioambiental e a adesão às melhores práticas de mercado.

O desempenho em sustentabilidade é avaliado por meio da gestão interna, além da participação em avaliações especializadas no mercado, que permitem o comparativo com outras empresas. Entre essas avaliações estão o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE) e o Corporate Sustainability Assessment (CSA), da S&P Global. Esses resultados são da Controladora e utilizados como base para a melhoria contínua dos processos relacionados às dimensões ESG.

2.1. Governança Corporativa

A Copel Geração e Transmissão segue as diretrizes de sua controladora nas questões de Governança Corporativa. A Copel é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Estado do Paraná, com capital aberto e ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (Latibex) – que demanda um robusto sistema de governança para assegurar que o desempenho dos administradores e o planejamento estratégico está alinhado aos interesses da Companhia, suas partes interessadas e o governo do Paraná.

Na B3, a Copel integra o Nível 2 de governança desde 2021. Seu sistema também adota o Código de Melhores Práticas de Governança para Companhias Abertas, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, e responde aos critérios da Securities and Exchange Commission - SEC, da bolsa norte-americana e dispositivos legais e regulatórios brasileiros.

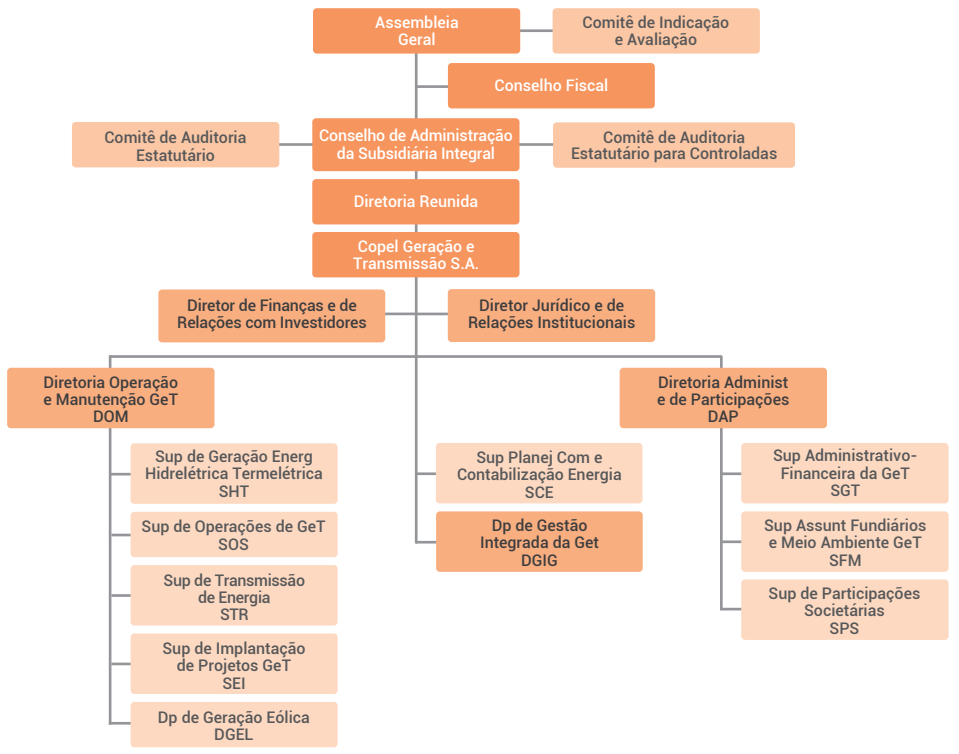
Após a adoção de uma série de mecanismos para fortalecer sua estrutura de governança corporativa em 2021, a Copel seguiu aperfeiçoando seus instrumentos buscando manter uma estrutura robusta que acompanha a evolução das práticas de mercado.

A Copel Geração e Transmissão têm registro de companhias abertas na categoria B na B3, bolsa de valores de São Paulo. Esse registro é parte do planejamento estratégico da Companhia e não visa a emissão de ações. São medidas que reforçam ainda mais a transparência e as práticas de governança, além de oportunidade para diversificação das fontes de financiamento e otimização do perfil da dívida.

Aprovado no fim de 2021, o Comitê de Auditoria Estatuário da Copel GeT (CAE GeT Controladas) teve seus membros indicados em 2022, bem como a aprovação do seu regimento interno. A constituição do CAE Geração e Transmissão atende à Lei nº 13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais) e tem como atribuições, entre outras, fiscalizar, revisar e acompanhar as atividades das empresas controladas direta e indiretamente.

2.1.1. Estrutura de Governança

A estrutura de governança atual da Companhia é a demonstrada a seguir:



Assembleia geral de acionistas

É o fórum com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia.

Comitê de Indicação e Avaliação

Órgão de caráter permanente que tem a finalidade de auxiliar os acionistas, verificando a conformidade do processo de indicação e avaliação dos administradores, conselheiros fiscais e membros de Comitês Estatutários, nos termos da legislação vigente.

COMITÊ DE INDICAÇÃO E AVALIAÇÃO	
Presidente	Marcos Leandro Pereira
Membro	Robson Augusto Pascoalini
Membro	Durval José Soledade Santos

Conselho Fiscal

Órgão permanente que analisa e opina sobre as demonstrações financeiras e fiscaliza os atos dos administradores.

CONSELHO FISCAL	
Presidente (Governo)	Demetrius Nichele Macei
Conselheiro (Governo)	Harry Françóia Júnior
Conselheiro (Governo)	José Paulo da Silva Filho
Conselheiro (Governo) - suplente	Otamir Cesar Martins
Conselheiro (Governo) - suplente	Verônica Peixoto Coelho

Conselho de Administração - CAD

Órgão deliberativo responsável por fixar a orientação geral dos negócios, em conformidade com as competências estabelecidas no Estatuto Social da Copel e em Regimento Interno.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Daniel Pimentel Slaviero
Secretário Executivo	Moacir Carlos Bertol
Membro	Cassio Santana da Silva
Membo	Luiz Claudio Maia Vieira

Diretoria Reunida

Órgão executivo responsável pelas funções executivas, com atribuição de representar a Companhia, de acordo com atribuições e deveres estabelecidos no Estatuto Social.

DIRETORIA	
Diretor Geral	Moacir Carlos Bertol
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores	Adriano Rudek de Moura
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais	Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor de Operação e Manutenção de Geração e Transmissão	Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Administrativo e de Participações	Adriano Fedalto

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Comitê de Auditoria Estatutário

Tem como atribuições principais fiscalização, revisão, supervisão, acompanhamento e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia. Também é responsável pela emissão de relatórios semestral e anual, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as demonstrações contábeis e financeiras.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Presidente	Marco Antônio Barbosa Cândido
Membro especialista financeiro	Carlos Biedermann
Membro externo	Luiz Claudio Maia Vieira

Comitê de Auditoria Estatutário para controladas da Copel Geração e Transmissão

Exerce suas atribuições e responsabilidades de assessoramente junto ao Conselho de Administração das sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia, mediante deliberação do CAD da Copel Geração e Transmissão.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO PARA CONTROLADAS DA COPEL GET	
Membro	Zeno Bannach Junior
Membro	Nelson Luiz Paula de Oliveira
Membro	Valéria Gorni Loos

A descrição completa da estrutura administrativa e demais informações relevantes estão disponíveis em https://www.copel.com/hpcweb/institucional/portal-da-transparencia/institucional/

2.1.2. Programa de Integridade

O Programa de Integridade da Copel Geração e Transmissão está alinhado à Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 e Lei de Responsabilidade das Estatais nº 13.303/2016. Abrangendo todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais, o Programa de Integridade está estruturado para prevenir, detectar e remediar potenciais atos lesivos como conflito de interesses, fraudes em processos de licitação e pagamentos, entre outros.

Para seguir garantindo a aplicação das melhores práticas, a Companhia, em busca do processo de certificação da ISO 37301, revisou uma série de práticas e normas, ampliou a interação entre os processos de controles e gestão de riscos e implementou outras melhorias ao longo de 2022. A certificação deve ser concluída em 2023.

Código de Conduta

Criado em 2003, o Código de Conduta foi revisado e atualizado em 2022, com a inclusão de novos temas. O documento orienta o comportamento de todas as pessoas que exercem atividades em nome da Copel e suas participações societárias e inclui referências sobre a conduta esperada em temas contemporâneos como participação em redes sociais, proteção de dados pessoais, trabalho remoto e cibersegurança. Também baliza a atuação em questões referentes à transparência, participação em leilões, saúde e segurança, responsabilidade social e ambiental, respeito aos diretos humanos, entre outras.

O Código de Conduta estabelece parâmetros de conduta para empregados, membros da diretoria, dos Conselhos e dos Comitês, estagiários, fornecedores, prestadores de serviços e contratados. No caso de contratações e compras, as empresas se comprometem formalmente com o Código.

Canais de manifestação

A Copel incentiva que seus stakeholders registrem qualquer situação que indique violação de princípios éticos, políticas, normas, leis e regulamentos ou outras condutas impróprias e mantém específicos para esses fins, com garantia de sigilo.

O Canal de Denúncia recebe manifestações sobre: assédio e discriminação, corrupção, destruição ou danos de bens da empresa, desvio de conduta, favorecimento, fraude ou roubo de bens e/ou dinheiro, irregularidades nas demonstrações financeiras e/ou relatórios de gestão, meio ambiente, não cumprimento de políticas e/ou procedimentos internos, uso indevido de recursos da Copel, vazamento ou uso indevido de informações, violação de leis, violações à Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e outras ilegalidades.

Os casos sobre assédio são analisados pela Comissão de Análise de Denúncias de Assédio Moral (Cadam). Os telefones e formulários estão disponíveis no site da Companhia: https://www.copel.com/site/institucional/canais-de-denuncia/

2.1.3. Gestão de riscos

A Política de Gestão de Riscos da Controladora, aplicada à Copel Geração e Transmissão, está fundamentada nos valores da Companhia, no seu Código de Conduta e nas orientações emitidas pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso).

Suas regras são aplicáveis às áreas corporativas, às controladas, e recomendadas às empresas controladas em conjunto, coligadas e a outras participações societárias da Copel. A alta administração da Companhia também passa, anualmente, por treinamento sobre o documento, enquanto os empregados são treinados sobre a metodologia de gestão de riscos.

Os riscos estratégicos são revisados durante a elaboração do Planejamento Estratégico, trabalho executado conjuntamente pelas altas direções da Controladora e da Copel Geração e Transmissão por meio da identificação e análise dos riscos, definição de plano de controle e contingência e estabelecimento de ações de monitoramento.

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Controladora e seguida pela Copel Geração e Transmissão, são feitos reportes periódicos do portfólio de riscos e dos respectivos planos de mitigação para a alta administração. Deste modo, o processo de gestão dos riscos estratégicos da Copel vem sendo continuamente aprimorado, em linha com as melhores práticas de mercado e em conformidade com a legislação vigente.

Além dos riscos estratégicos, a estrutura de gerenciamento classifica os principais riscos em Financeiro, Operacionais e de Conformidade (compliance). O relatório periódico de riscos conta ainda com um perfil ESG, em que são detalhados os principais aspectos ambientais, sociais e de governança

2.1.4. Auditoria Externa

Nos termos por norma interna de Governança Corporativa e sob a revisão e supervisão do Comitê de Auditoria Estatutário, a Companhia possui contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda desde 08.03.2021, para prestação de serviços de auditoria, tendo o contrato sido prorrogado por mais 22 meses, a partir de 08.09.2022. O valor previsto de contratação para o período 2022-2023 é de R$ 2,0 milhões.

A Companhia troca a empresa responsável pela auditoria de suas demonstrações financeiras seguindo o critério de rodízio dos auditores independentes, conforme a Resolução CVM nº 23/2021.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a prática da Companhia prevê a análise prévia pelo Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, que deve considerar nesta avaliação se um relacionamento ou serviço prestado por auditor independente: (a) cria interesses conflitantes com o seu cliente de auditoria; (b) coloca-os na posição de auditar o seu próprio trabalho; (c) resulta em atuação em função de gestor ou como empregado do cliente de auditoria; ou (d) coloca-os em posição de advogado para o cliente da auditoria.

O Comitê de Auditoria Estatutário considera ainda, neste tipo de avaliação, se qualquer serviço prestado pela empresa de auditoria independente pode prejudicar, de fato ou aparentemente, a independência da firma. Sempre que necessário, o Comitê de Auditoria Estatutário pode contar com o apoio técnico da Auditoria Interna, ou de consultoria independente, para avaliação técnica que pode ser requerida em cada caso concreto, sendo registradas em atas de reuniões deste colegiado as discussões sobre contratações de outros serviços do auditor independente.

A Copel informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditoria independente da Companhia e de suas controladas, após análise prévia do Comitê de Auditoria Estátutário, prestou serviços não relacionados à auditoria independente, durante o exercício encerrado em 31.12.2022, conforme segue:

	Contratação (2)	Duração
Revisão de Procedimentos Fiscais	08.03.2021	22 meses
Outros Serviços de Auditoria (1)	08.03.2021	22 meses

(1) Auditoria na aplicação de recursos dos Programas Sociais e em demonstrativos de empréstimos
(2) Contrato prorrogado por mais 22 meses a partir de 08.09.2022

A Companhia contratou um total de R$ 50,5 mil referente aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 3% dos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa contratados para 2022.

2.2. Dimensão Social

A Copel Geração e Transmissão está comprometida com os seus públicos de relacionamento, implementando ações que assegurem o equilíbrio das relações ambientais, econômicas e sociais. A Companhia norteia suas ações por meio das diretrizes constantes nas Políticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa da Controladora, que reforçam a importância do diálogo e da transparência, a promoção dos Direitos Humanos, do respeito às pessoas, da acessibilidade e inclusão, bem como do desenvolvimento sustentável.

2.2.1. Promoção dos direitos humanos

A Política de Direitos Humanos da Controladora formaliza as diretrizes para prevenir, mitigar e reparar violações que possam ocorrer na Copel Geração e Transmissão, em sua cadeia produtiva ou em comunidades impactadas, propiciando ambientes de trabalho decentes, inclusivos e eliminando desigualdades.

Para consolidar sua aplicação, a Copel Geração e Transmissão está uniformizando parâmetros de monitoramento e avaliação, incluindo a previsão de devida diligência para fornecedores e formalizando processos. Esse trabalho, iniciado em 2022, envolve um levantamento dos temas prioritários relacionados a direitos humanos por meio da consulta a diversas áreas da Companhia e análise de indicadores de saúde e segurança do trabalho, manifestações recebidas no Canal de Denúncias, entre outras informações. O objetivo é mapear todas as práticas já existentes para prevenir violações de direitos humanos, identificar áreas e pontos mais sensíveis bem como os pontos de melhoria.

A Copel Geração e Transmissão também realizou em 2022 a primeira capacitação sobre devida diligência em direitos humanos para áreas-chave, incluindo gestores de compras e gestão socioambiental, além do jurídico e regulatório corporativo. Entre os temas abordados, estavam a avaliação de impactos aos direitos humanos na cadeia de valor ações de monitoramento e prevenção reporte e avanço do processo de diligência nas empresas.

2.2.2. Responsabilidade Social

Ciente de seu papel preponderante na sociedade, a Copel Geração e Transmissão desenvolve programas, projetos e ações que beneficiam a comunidade, considerando as expectativas dos públicos de relacionamento em suas decisões, bem como busca alternativas que promovam o bem-estar social alinhado à legislação, às normas internacionais de comportamento e a agendas de desenvolvimento reconhecidas mundialmente como a Agenda 2030 da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU).

Ao implementar novos empreendimentos, embora promova a geração de empregos e receitas para os municípios, existe a possibilidade da necessidade de mitigar ou compensar eventuais impactos causados por suas atividades. Para isso, a Companhia implementa programas sociais descritos nos Planos Básicos Ambientais - PBA, nos relatórios ambientais simplificados e nos relatórios de detalhamento dos programas ambientais de cada empreendimento. Além dos programas sociais obrigatórios no contexto do licenciamento ambiental, a Copel Geração e Transmissão desenvolve outras ações voltadas às comunidades dentro do escopo da sustentabilidade empresarial e de forma corporativa.

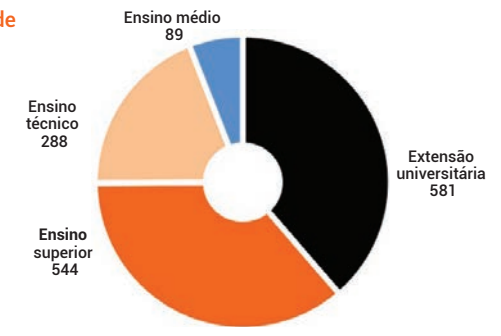
Em 2022, a Controladora formulou e aprovou a Política de Investimento Social, que amplia os parâmetros já estabelecidos na Política de Doações, definindo diretrizes para a destinação de recursos próprios ou vias leis de incentivo, sejam contribuições voluntárias ou compulsórias e aplicáveis à Copel Geração e Transmissão. A política também reforça o princípio da conexão com os ODS priorizados pela Copel como critério para definição dos investimentos sociais.

A Companhia devem relatar as doações e contribuições voluntárias e não voluntárias à Diretoria de Governança, Risco e Compliance da Holding trimestralmente. A Diretoria, por sua vez, faz a comunicação periódica sobre os valores aprovados para Investimento Social Privado ao Comitê de Desenvolvimento Sustentável da Companhia.

Outras informações sobre esses programas e ações desenvolvidos podem ser obtidas no Relato Integrado.

2.2.3. Gestão de Pessoas

Escolaridade do quadro



A Política Gestão de Pessoas – Recursos Humanos da Copel Geração e Transmissão reconhece que os funcionários são o principal valor da Companhia e estabelece princípios e diretrizes para nortear a gestão com vistas ao desenvolvimento, à manutenção da saúde, segurança e qualidade de vida das pessoas, bem como busca agregar valor aos processos, servindo de base para a tomada de decisões e a implantação de programas e práticas atuais e inovadoras.

Alinhada ao mercado, a Controladora adota a premissa "Empresa estatal com mindset privado" em sua atuação visando criar similaridade na sua atuação com outras empresas privadas do setor.

Em 2022, a Política foi revisada para garantir que seu conteúdo esteja mais alinhado ao planejamento estratégico e aos novos desafios.

A Copel também recebeu da Fundação Nacional de Qualidade - FNQ o primeiro certificado de avaliação dedicada à maturidade da gestão de recursos humanos pelas empresas. O Selo MEG RH é resultado de uma extensa análise sobre os processos da organização e sua aderência com as práticas de referência observadas em empresas de classe mundial. Entre os pontos fortes apontados na avaliação da FNQ estão a atuação estratégica da área de RH, a gestão de desempenho, a política de meritocracia e os cuidados com a segurança do trabalho e a qualidade de vida dos empregados.

Sendo a controladora empresa de economia mista, em que o acionista majoritário é o Governo do Estado do Paraná, a contratação de empregados se dá por meio de concurso público, alicerçado no princípio da isonomia e equidade de oportunidades.

Em busca da eficiência no negócio, a Copel não realiza contratações há cinco anos e realiza o Programa de Demissão Voluntária - PDV, que equilibra a necessidade de otimizar recursos e gerar ganhos a partir da digitalização à oferta das melhores condições possíveis para quem deseja fazer uma transição na carreira.

Para apoiar a áreas operacionais e funções específicas, a Copel Geração e Transmissão adota a prestação de serviços (contratação de empregados terceirizados). A gestão desses contratos é gerenciada pela área contratante, não vinculada à Política de Gestão de Pessoas da Companhia. O programa de contratação de terceiros segue todas as exigências legais e de segurança do trabalho, com disposições sobre o tema no Manual do Fornecedor e no Manual de Contratação. Cabe ao gestor do contrato acompanhar e fiscalizar todo o processo, da contratação à execução e entrega do trabalho contratado.

A Copel Geração e Transmissão possuía 1.502 empregados no quadro próprio em 31.12.2022 e 1.538 em 31.12.2021. Foi readmitido 1 empregado em 2022 e 117 desligaram-se da Companhia. Ingressaram 85 empregados e foram transferidos 5 para outras subsidiárias da Copel no mesmo período. A taxa de rotatividade foi de 3,9% em 2022 e 1,1% em 2021.

- **Benefícios**

Entre os benefícios concedidos pela Companhia a todos os seus empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação; adiantamento de férias; adiantamento da primeira parcela do 13º salário no mês de janeiro; participação nos lucros e resultados - PLR; prêmio por desempenho - PPD; incentivo a qualidade de vida, com iniciativas como o Coral da Copel; auxílio-alimentação e refeição; vale lanche; auxílio-creche; auxílio a empregados com deficiência e a empregados que tenham dependente com deficiência; licença maternidade e licença paternidade estendidas e complementação de auxílio doença. Os empregados também podem optar pela redução da jornada de trabalho de 08 horas para 06 horas diárias, conforme critérios previstos em norma interna.

Adicionalmente, por meio da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Copel Geração e Transmissão é patrocinadora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica. A Fundação Copel disponibiliza, ainda, uma carteira de empréstimos aos seus participantes, obedecendo às disposições legais que regem as aplicações das reservas do seu fundo previdenciário.

A Companhia também possui o Programa de Home Office, que adota o regime híbrido de trabalho, com adesão voluntária. Neste modelo os empregados podem cumprir parte de sua jornada de trabalho presencialmente e parte à distância.

Há ainda o programa Plenamente, com ações voltadas ao autocuidado, suporte psicológico e psicoeducação. O programa organizou workshops e Trilha de Aprendizagem com informações sobre saúde psicoemocional, equilíbrio emocional, conceitos e preconceitos. E, por meio de uma parceria com a Fundação Copel e seu programa EquilibradaMente, é oferecido suporte psicológico 24 horas por dia para os copelianos.

Ainda pensando no cuidado com os empregados, a Controladora criou a Unidade de Atenção Primária à Saúde - APS, em parceria da Fundação Copel no polo Km3. O espaço oferece toda a estrutura necessária para a realização de exames primários e periódicos, incluindo salas para atendimento e consulta, coleta de exames, farmácia e sala para atendimento em casos de urgência. O benefício se estende aos familiares e não cobra coparticipação. A APS foi inaugurada em Curitiba em 2021 e já foi estendida para Maringá e Londrina.

Por fim, em julho de 2022 foi lançado o Programa Bem Gestar, que busca proporcionar bem-estar psicossocial da gestante e dos pais, fornecendo suporte e informações, além de incentivar o aleitamento materno, com as salas de apoio à amamentação.

- **Remuneração**

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação nos Lucros e/ou Resultados - PLR e Prêmio Por Desempenho Copel - PPD). A PLR é composta por metas e indicadores corporativos e o PPD, por sua vez, consiste no reconhecimento do desempenho e cumprimento de metas nos diferentes níveis organizacionais (diretoria, superintendência, departamento e divisão). A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2022 (R$ 2.329,64) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R$ 1.212,00) era de 1,92 vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

- **Relações trabalhistas**

Em conjunto com sua Controladora, a Copel Geração e Transmissão se relaciona com os sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões quadrimestrais para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro) esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e a Copel discutem as reivindicações para chegar ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT.

- **Avaliação de desempenho**

Desde 2013, a Gestão de Desempenho da Copel Geração e Tranmsissão é realizada por meio do Programa Nossa Energia, que, ao longo do tempo, vem sendo aprimorado segundo as melhores práticas de mercado. De acordo com as regras do Programa, pelo menos uma vez ao ano cada empregado recebe o feedback do seu gestor considerando o desempenho apresentado. No momento da avaliação e do feedback, também é contratado o desempenho esperado para o próximo período.

A partir do ciclo 2021, o Nossa Energia passou por uma revitalização com o apoio da Fundação Instituto de Administração - FIA. A condução deste projeto teve como pontos centrais a revisão de um Sistema de Gestão de Pessoas com base em competências, estimulando a cultura meritocrática e considerando critérios de avaliação relacionados aos eixos de atuação, competências e nível de complexidade do profissional. A revitalização do programa teve como foco o incentivo ao desenvolvimento profissional e protagonismo dos copelianos. Os feedbacks acontecem de forma estruturada, durante a avaliação de desempenho do programa Nossa Energia, na elaboração do plano de desenvolvimento, na avaliação intermediária e também durante o fechamento do plano de desenvolvimento.

- **Desenvolvimento de Pessoas**

A Política de Educação Corporativa estabelece a conduta para a promoção de ações de capacitação e desenvolvimento de pessoas, que devem ser estruturadas de acordo com a missão, visão e os valores da Copel Geração e Transmissão. As diretrizes englobam desde treinamentos básicos a cursos de especialização e fomento à pesquisa.

A Companhia oferece também cursos com conteúdos relacionados à gestão de qualidade, idiomas, aos processos e projetos e sobre ferramentas auxiliares de gestão. São investidos ainda recursos em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu visando profissionais que necessitam agregar conhecimentos em sua área de atuação. Instituições educacionais parceiras também oferecem benefícios aos empregados, alguns dos quais se estendem aos dependentes.

Em 2022, houve alavancagem significativa no aprimoramento, principalmente, dos empregados da área técnica, com a intensificação dos treinamentos presenciais. Também durante o ano, o modelo de educação corporativa promovido pela Universidade Corporativa (UniCopel) foi revisitado. Além disso, promoveu conteúdos sobre diversidade, controles internos, segurança cibernética, código de conduta, entre outros.

A Copel Geração e Transmissão possui como estratégia de gestão de pessoas incentivar e promover a educação e o desenvolvimento dos empregados, contando com corpo profissional qualificado e permitindo que todos exerçam seu potencial em ambiente propício ao desenvolvimento de suas habilidades e à evolução em sua carreira. A Companhia promove diversas ações de educação, desde treinamentos básicos e sugestões de autodesenvolvimento, até cursos de pós-graduação e desenvolvimento de pesquisa. Essas ações são organizadas em: programas corporativos, treinamentos para formação (destinados à capacitação básica para o exercício da função), treinamentos obrigatórios (cursos destinados a atividades específicas), treinamentos para aperfeiçoamento profissional, eventos (seminários, palestras, workshops, congressos etc.) e projetos de pesquisa e desenvolvimento. A Copel Geração e Transmisão valoriza intensamente a educação continuada e o desenvolvimento pessoal de seus empregados.

Destacam-se, a seguir, alguns dos programas de desenvolvimento corporativos realizados em 2022:

- **Plano de Desenvolvimento Continuado de Administradores:** visando o aperfeiçoamento dos membros do conselho e administradores da Companhia, foi criado em 2022 o Plano de Desenvolvimento Continuado dos Administradores, que está sendo executado em parceria com o instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. Temas como gestão de riscos, responsabilidades do conselho e administradores, código de conduta, legislação societária e de mercado de capitais, programa de integridade e lei anticorrupção foram abordados na edição de 2022. Neste ano também foi criada a Trilha de Avaliação de Desempenho dos Órgãos Estatutários, com o objetivo de compartilhar conteúdos teóricos e práticos sobre gestão de desempenho.
- **Programa de Cibersegurança:** Com o objetivo de combater possíveis ataques e disseminar cada vez mais o conhecimento sobre Cibersegurança, a Copel Geração e Transmissão adquiriu uma plataforma de conscientização que traz treinamentos a todos que fazem uso de sua rede de Tecnologia da Informação - TI. Ao longo de 2022, foi investido fortemente na sensibilização da força de trabalho. O público geral participou de 5 Ciclos de Campanhas, além dos treinamentos específicos para determinadas áreas ou funções: financeiro, call center, gestores, viajantes, equipes de TI, terceiros, entre outros. O programa continua em 2023, sendo que já estão em andamento as campanhas: higiene de senhas, código fonte e higiene de dados para os desenvolvedores de TI e hackeando emoções, o alvo de phishing perfeito e sinais de alerta de engenharia social para os gerentes e fraude financeira para os empregados que atuam no processo financeiro.
- **Programa de Capacitação para LGPD:** A partir da implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, Lei nº 13.709, de 14.08.2018, vigente no Brasil desde 18.09. 2020, a Copel, entendendo a relevância do tema, lançou em 2021 o Programa de Capacitação em LGPD, tendo como objetivo orientar e capacitar todos os profissionais no cuidado e na proteção dos dados que trafegam diariamente na execução de suas atividades. Em 2022, foi realizado o Treinamento Anual de LGPD Ciclo 2022 para 100% dos empregados, além de treinamentos pontuais para empregados responsáveis pelo tratamento de dados ou de políticas internas referentes ao tema.
- **Programa de Desenvolvimento de Lideranças Femininas:** Promover e incentivar a cultura da equidade de gênero e o papel da mulher no Brasil e no mundo é uma missão de todos. A Copel Geração e Transmissão, reconhecendo os talentos que possui, lançou no segundo semestre de 2022 o Programa de Desenvolvimento de Lideranças Femininas, que teve por objetivo fazer com que mulheres se inspirem em outras mulheres e em si mesmas, fortalecendo sua visão de autoliderança e liderança. Nesta primeira edição participaram 90 mulheres de todo o grupo, entre gerentes formais e supervisoras,e abordaram os pilares do programa: i) Perfil de liderança – equilíbrio entre afetividade e efetividade; ii) Autoconhecimento – despertar o potencial da liderança, iii) Experiência – oportunidade para o exercício da liderança; e iv) Incentivo – aceleração da diversidade na liderança.
- **Treinamentos na temática de Sustentabilidade e Diversidade:** Em 2022 a Copel Geração e Transmissão promoveu uma ampla programação de treinamentos, palestras e ações de sensibilização e conscientização para empregados e público externo sobre sustentabilidade, direitos humanos, riscos, diversidade e especialmente acessibilidade. Sobre o último tema houve palestras direcionadas a todos os copelianos, além dos treinamentos específicos para equipes de comunicação, áreas de recursos humanos e gestores. Os eventos fazem parte do projeto "Mais Inclusão", que tem como objetivo orientar e incentivar a acessibilidade atitudinal.
- **Plano de Capacitação para Processo Licitatório de Obras e Serviços de Engenharia:** Com o objetivo de promover a atualização do processo de contratação de obras e serviços de engenharia, foram estabelecidas frentes de trabalho estruturadas, dentre elas o Programa de Capacitação do Processo de Contratação de Obras e Serviços de Engenharia. O programa está sendo implementado em conjunto com as áreas de treinamento corporativa e dos negócios envolvidos no processo licitatório. Os temas definidos pelo grupo, foram: noções gerais de contratação, orçamento, mudanças normativas, projetos de obras e serviços de engenharia, regimes de execução, processo de contratação, matriz de riscos e gestão de contratos.
- **Aprendizado contínuo:** Em 2021 foi lançada a comunidade virtual denominada Compartilhando Energia, em que são divulgados periodicamente oportunidades de aprendizados. São cursos e conteúdos disponíveis a todos os empregados promovendo a atualização no seu escopo de trabalho. Em 2022 tivemos um maior engajamento na Comunidade. Outras ações da Companhia são a oferta, para todo o público interno, de cursos cujos temas relacionam-se à gestão de qualidade, processos e projetos, autodesenvolvimento e sobre ferramentas da qualidade na modalidade a distância por meio do ambiente de ensino a distância intitulado Copel EAD; o investimento em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu para profissionais que necessitam especializar-se em sua área de atuação; e mantém-se firmando parcerias educacionais, por meio de edital de chamada pública vigente desde 2016 e atualizado em 2022. Essas parcerias concedem descontos ou algum outro benefício, e abrangem educação básica, superior e profissional, de qualificação, aperfeiçoamento e línguas estrangeiras e podem estender-se aos dependentes.
- **Trilhas de aprendizagem:** Consiste em compartilhamento de conhecimento dos empregados para os empregados. Caracteriza-se como uma abordagem dinâmica e simples, uma vez que dá autonomia aos produtores na elaboração e publicação do material. As trilhas combinam diferentes possibilidades de aprendizagem e oferecem caminhos alternativos e flexíveis para o aprimoramento pessoal e profissional, ficam disponíveis a todos os empregados e pode ser acessada também do celular.

2.2.4. Fornecedores

Para classificar, contratar fornecedores e fazer aquisições de materiais e serviços, a Copel Geração e Transmissão realiza o processo de licitação, que segue as regras do Regulamento Interno de Licitações e Contratos e da legislação vigente, que considera a Lei nº 10.520/2002 (institui a modalidade de licitação denominada pregão), a Lei Complementar nº 123/2006 (institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), a Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

A Companhia reforça o seu relacionamento com fornecedores implementando iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável por meio da melhoria da gestão da cadeia produtiva e da otimização de recursos em benefício da comunidade.

Em 2022, a Copel Geração e Transmissão iniciou uma avaliação dos fornecedores, com um levantamento no nível corporativo que dará mais suporte ao processo de gerenciamento de riscos na cadeia de suprimentos. O processo, ainda em andamento, inclui informações relacionadas a integridade, entre outras questões e vai subsidiar parâmetros mais objetivos para a classificação da criticidade dos fornecedores.

Na seleção de fornecedores de serviços ou de produtos que tem possibilidade de impactos ambientais, a Companhia exige certidões e qualificações ambientais da empresa e dos profissionais. As demandas contratuais ainda abrangem incorporar os Princípios do Pacto Global; priorizar a contratação de fornecedores locais e de pequeno e médio porte; contratar e capacitar profissionais com deficiência; inibir práticas de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho; entre outras. Para reforçar todos esses pontos, a Copel Geração e Transmissão envia a seus fornecedores sua Política de Sustentabilidade.

O descumprimento de cláusulas contratuais de meio ambiente ou responsabilidade social envolve sanções conforme a gravidade do caso, incluindo advertências, multas, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratação até a rescisão contratual e comunicação aos órgãos legais competentes sobre possível infração.

2.2.5. Pesquisa & Desenvolvimento - P&D

Conforme legislação, as concessionárias e permissionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua Receita Operacional Líquida - ROL para projetos de P&D.

Em 2022, a Copel Geração e Transmissão aplicou R$ 34,4 milhões na execução de 22 projetos de P&D, entre os quais 4 são estratégicos, cujos temas foram estabelecidos pela Aneel por meio de Chamada Pública de Projetos de P&D. Em 4 projetos, participou de forma cooperada com outras empresas.

2.3. Dimensão Ambiental

O comprometimento da Copel Geração e Transmissão com o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionado ao dia a dia de suas atividades. A Companhia atua para atingir a ecoeficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). Adicionalmente, transmite para clientes e fornecedores seus princípios de boa gestão ambiental.

As diretrizes para essa atuação estão na Política de Sustentabilidade, que é base para outras normativas, como a Política de Mudança do Clima, a Política Ambiental, nas normas internas de Gestão de Resíduos, de Gestão dos Efeitos de Mudança do Clima, entre outras.

As principais diretrizes são:

- Promover a ecoeficiência em todos os processos, visando à redução do consumo e ao uso sustentável dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos;
- Mitigar os impactos negativos e potencialização dos positivos nas suas atividades e negócios;
- Ter relevância nos impactos das mudanças do clima na operação e na expansão de ativos.

2.3.1. Ecoeficiência

A Copel Geração e Transmissão, através de sua Controladora, instituiu o Programa de Ecoeficiência para sistematizar suas ações no combate ao desperdício de energia, água, combustíveis e papéis, além da redução de resíduos. Criado em 2014, reúne um conjunto de ações possíveis e acessíveis que visam à preservação do meio ambiente, tendo como meta a redução de consumo de recursos naturais, a conscientização dos seus colaboradores e a redução de custos.

Com um arcabouço de ações, o programa também busca disseminar a educação para a sustentabilidade, o respeito ao meio ambiente e a preocupação com as futuras gerações.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

2.3.2. Mudança do clima

O tema mudança do clima é analisado no processo de planejamento estratégico da Companhia, integrando as decisões corporativas em um horizonte de cinco anos. Dentro do planejamento financeiro são previstos orçamentos para o desenvolvimento tecnológico e a construção de novos empreendimentos sustentáveis, como usinas hidrelétricas, eólicas e solares. Além disso, a incorporação de cenários climáticos futuros, a precificação de carbono e o desenvolvimento de estudos para adaptação às mudanças do clima têm orientado a tomada de decisão da Companhia. Esses estudos e investimentos auxiliam no monitoramento e previsão para disponibilidade de equipes no atendimento a emergências.

Dentre essas decisões, está o Plano de Neutralidade das emissões de gases de efeito estufa, em que a Companhia pretende neutralizar suas emissões de Escopo 1 até 2030. Um dos avanços nesse trabalho foi a decisão pela descarbonização da matriz elétrica, com planos de desinvestimento na Usina Termelétrica de Araucária (UEGA). Além disso, em 2022 a remuneração variável (Prêmio por Desempenho) passou a considerar o alcance de metas relacionadas ao Plano de Neutralidade, elaboradas de acordo com as especificidades da Copel Geração e Transmissão.

2.3.3 Biodiversidade

Os ativos da Copel Geração e Transmissão estão localizados em diferentes regiões do País, inseridos em vários biomas brasileiros. Assim, a Companhia desenvolve ações para minimizar e compensar os impactos causados por suas atividades nos diversos ecossistemas que estão presentes. As ações da Copel Geração e Transmissão em prol da biodiversidade incluem:

- Proteção e/ou restauração de áreas destinadas à compensação das supressões veGeração e Transmissãoais necessárias à implantação de empreendimentos;
- Restauração de Áreas de Preservação Permanente;
- Cuidados especiais com as espécies da fauna e da flora consideradas raras e ameaçadas, executando resgates e realocações de indivíduos quando necessário;
- Coleta e destinação de sementes para pesquisa e produção de mudas, de modo a garantir a manutenção da biodiversidade regional e a variabilidade genética das espécies endêmicas da flora;
- Monitoramento das comunidades faunísticas e florísticas para verificar possíveis impactos e compensá-los sempre que necessário.

É importante ressaltar que os empreendimentos de geração e transmissão de energia também causam impactos positivos para a biodiversidade, os quais, geralmente, são permanentes e conferem uma proteção maior aos ambientes naturais. No Relato Integrado é possível conhecer as outras ações voltadas aos aspectos de energia, mudança do clima, biodiversidade, água e resíduos.

2.4. Balanço Social

Balanço Social Anual

Em dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2022		2021	
	1 - BASE DE CÁLCULO				
NE 29	Receita Líquida - RL	5.039.660		7.551.426	
	2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		% Sobre RL		% Sobre RL
NE 30.2	Remuneração dos administradores	3.886	0,1	5.036	0,1
	Remuneração dos empregados	254.584	5,1	245.845	3,3
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	36.636	0,7	33.439	0,4
	Encargos sociais compulsórios	85.887	1,7	80.937	1,1
	Plano previdenciário	23.226	0,5	26.096	0,3
	Saúde (Plano assistencial)	63.406	1,3	53.878	0,7
	Capacitação e desenvolvimento profissional	2.348	-	2.243	-
NE 30.2	Provisões por desempenho e participação nos lucros	10.717	0,2	90.325	1,2
NE 30.2	Indenizações Trabalhistas	(2.461)	-	39.649	0,5
	Cultura	259	-	259	-
	Creches ou auxílio-creche	347	-	370	-
	Segurança e saúde no trabalho	1.109	-	2.180	-
	Educação	593	-	585	-
	Benefício maternidade prorrogado	175	-	183	-
	Vale transporte excedente	68	-	46	-
	Total	480.780	9,5	581.071	7,7
	3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		% Sobre RL		% Sobre RL
	Cultura	2.014	-	1.998	-
	Saúde e saneamento	-	-	750	-
	Esporte	503	-	920	-
	Fundo para a infância e a adolescência	503	-	500	-
	Pesquisa & Desenvolvimento	25.413	0,5	40.785	0,8
	Outros	27	-	491	-
	Total das contribuições para a sociedade	28.460	0,6	45.444	0,6
	Tributos (excluídos encargos sociais)	1.017.421	20,2	1.658.240	22,0
	Total	1.045.881	20,8	1.703.684	22,6
	4 - INDICADORES AMBIENTAIS		% Sobre RL		% Sobre RL
	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	21.902	0,4	26.063	0,3
	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	4.691	0,1	2.430	-
	Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	108	-	171	-
	Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	5.239	0,1	3.413	-
	Total	424.060	0,6	32.077	0,4
(1)	Quantidade de sanções ambientais judiciais no exercício		24		30
	Sanções ambientais administrativas no exercício		-		2
	Valor das sanções ambientais (R$ Mil)		-		2.510

NE - Nota Explicativa

Metas ambientais	2022	Metas 2023
- encaminhar 70% dos resíduos industriais da Copel Geração e Transmissão para reuso ou reciclagem	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51% a 75% (X) cumprirá de 76% a 100%

		2022			2021		
	5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL						
	Empregados no final do período			1.502			1.538
	Admissões e readmissões durante o período			1			1
	Escolaridade dos empregados(as):	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	Extensão universitária	411	170	581	401	177	578
	Ensino superior	417	127	544	404	129	533
	Ensino técnico	264	24	288	294	24	318
	Ensino médio	72	17	89	86	20	106
	Ensino fundamental	0	0	0	2	1	3
	Faixa etária dos empregados(as):						
	De 18 até 30 anos (exclusive)			6			25
	De 30 até 45 anos (exclusive)			822			840
	De 45 até 60 anos (exclusive)			620			617
	60 anos ou mais			54			56
	Mulheres que trabalham na empresa			338			351
	% Mulheres em cargos gerenciais:						
	em relação ao nº total de mulheres			8,3			8,5
	em relação ao nº total de gerentes			26,4			23,1
	Negros(as) que trabalham na empresa			181			190
	% Negros(as) em cargos gerenciais:						
	em relação ao nº total de negros(as)			4,4			3,7
	em relação ao nº total de gerentes			7,5			5,4
	Portadores(as) de necessidades especiais			14			13
	Dependentes			5.400			5.532
	Terceirizados			564			443
(2)	Aprendiz (es)			16			6
(2)	Estagiários(as)			49			28
	Empregados com mais de 10 anos de serviço efetivo na organização			1.293			1.279
	Divisão do maior salário da empresa pelo menor salário - incluindo administradores			27			29
	Quantidade de empregados com salário superior a 2 salários mínimos			1.500			1.524
	Processos trabalhistas						
	Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício			976			884
	Nº de processos incluídos no exercício			131			158
	Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício			222			144

		2022	Metas 2023
	6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		
(3)	Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)	22	32
		2022	Metas 2023
	Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	direção e gerências	direção e gerências
	Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos + Cipa	todos + Cipa
	Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	incentiva e segue a OIT	incentivará e segue a OIT
	A previdência privada contempla:	todos	todos
	A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos	todos
	Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são exigidos	serão exigidos
	Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva	organizará e incentivará

	7- GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA	2022	2021
	Valor adicionado total a distribuir	3.988.322	5.539.041
	Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		
	Terceiros	23,5%	10,4%
	Pessoal	9,4%	8,7%
	Governo	26,9%	29,9%
	Acionistas	40,7%	27,7%
	Retido	-0,5%	23,3%

CONTINUA

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES

- A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase não mais prescreve seu modelo padrão de Balanço Social por entender que esta ferramenta e metodologia já se encontram amplamente difundidas entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel Geração e Transmissão, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT 15, visando à transparência de suas informações.
- As notas explicativas - NEs são parte integrante das Demonstrações Financeiras e também contêm outras informações de natureza socioambiental não contempladas neste Balanço Social.
- Este Balanço Social contempla dados da holding, subsidiárias integrais e controladas da Copel, em virtude da consolidação de seus resultados, exceto quando indicado de outra forma.

(1) Estas informações referem-se a sanções administrativas que entraram no exercício, podendo estar em processo de defesa ou processos judiciais ambientais considerados desfavoráveis no exercício.

(2) Não compõem o quadro de empregados.

(3) Calculado através da metodologia empregada no Relato de Sustentabilidade GRI G4 - indicador LA6.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1.1. Análise macroeconômica

A economia brasileira iniciou o ano de 2022 com forte pressão inflacionária que se acirrou ainda no primeiro trimestre com o início da guerra na Ucrânia. Em abril, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 12,13% em um período de 12 meses, maior taxa desde 2003.

Para combater a inflação o Comitê de Política Monetária elevou a taxa básica de juros que passou de 9,25% no início do ano para 13,75% em dezembro de 2022. Os preços dos alimentos e commodities dispararam e a normalização só ocorreu nos últimos meses do ano, com o indicador oficial de inflação encerrando o ano no patamar de 5,79%.

A produção física industrial, que amargou quedas consecutivas em 2019 e 2020, e recuperou parcialmente os volumes de produção em 2021, voltou a registrar retração ao final de 2022, com variação de -0,7%. Apesar deste comportamento, o emprego formal brasileiro registrou saldo positivo no ano e o produto interno bruto cresceu 2,9% ante uma previsão na margem de 0,5% no início do ano.

Assim como ocorreu em âmbito nacional, o ano de 2022 foi de grandes desafios para economia paranaense. O déficit hídrico experimentado em todo País desde o final de 2021 contribuiu para declínio na colheita de grãos de verão, principalmente na oferta de soja, principal item da pauta da atividade primária estadual. Já no âmbito secundário, a produção física da indústria paranaense apresentou variação de -4,2% no ano de 2022, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Por outro lado, foram observadas expansões no setor de serviços na ordem de 4,4% e as vendas paranaenses ao exterior também progrediram significativamente, com crescimento de 16% das receitas em dólares, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX do Ministério da Economia. Além disso, dados do Ministério do Trabalho apontam que o Paraná fechou o ano de 2022 com a abertura de mais de 118 mil novos postos de trabalho formais e liderou a geração de empregos na região Sul do Brasil, atingindo o quinto melhor resultado do País.

Diante deste contexto, as perspectivas mais favoráveis ficarão para o próximo ano, tendo em vista a expectativa de um volume de produção agrícola muito maior na temporada 2022/2023 segundo aponta a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, a superação definitiva da pandemia e a recuperação mais consistente do consumo familiar, com o crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a estabilização da inflação em patamares aceitáveis.

3.2. Ambiente regulatório

O ano de 2022 foi marcado pelo debate quanto aos aprimoramentos no setor de energia elétrica, pela recuperação da afluência hídrica após o Brasil passar por um dos piores cenários de escassez dos últimos 91 anos e pelo enfrentamento da ausência de margem de escoamento de geração no Sistema Interligado Nacional - SIN, diante do expressivo número de pedidos de emissão de outorga de autorização de empreendimentos eólicos e solares.

Quanto às ações do Ministério de Minas e Energia - MME, no âmbito do Comitê de Implementação da Modernização do Setor Elétrico, destaca-se a publicação da Portaria Normativa nº 050/2022, que estabeleceu que, a partir de 1º.01.2024, os consumidores classificados como Grupo A poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN, dando um passo importante para a abertura do mercado livre. Além disso, os consumidores desse grupo que possuem carga individual inferior a 500 kW deverão ser representados por um agente varejista perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Não obstante à abertura do mercado de energia elétrica para o consumidor do Grupo A, o MME disponibilizou à sociedade, por meio da Consulta Pública nº 137/2022, minuta de Portaria a respeito da promoção da abertura do mercado livre de energia elétrica para os consumidores conectados em baixa tensão.

Outros temas também foram disponibilizados para debate com os agentes do setor. A Consulta Pública nº 145 abordou a prestação de serviços ancilares no SIN, no sentido de levantar as diretrizes para a criação de um mercado para esse tipo de serviço, enquanto a Consulta Pública nº 146 disponibilizou três relatórios a respeito da separação do lastro e da energia, apresentando propostas metodológicas em relação à quantificação dos requisitos e da oferta relativas ao lastro de produção e de capacidade.

Quanto a expansão da oferta de energia elétrica no Brasil, houve um crescimento expressivo dos pedidos de outorga de autorização, motivado pelo fim do prazo para que os empreendimentos de fonte incentivada sejam autorizados com o direito ao desconto das tarifas de uso dos sistemas de transmissão - TUST e distribuição - TUSD, conforme estabelecido pela Lei nº 14.120/2021. Dessa forma, deparou-se com a insuficiência da capacidade do sistema de transmissão escoar a energia elétrica gerada por estes empreendimentos, diante do incremento de solicitações de acesso ao SIN para os próximos anos.

Consequentemente, em relação ao procedimento competitivo para a contratação de margem de escoamento para a geração, regulamentado por meio do Decreto nº 10.893/2021, o MME disponibilizou as minutas de Portaria referentes às diretrizes e sistemática do procedimento, que permitirá a participação dos empreendimentos de geração, de fonte solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada, que solicitaram a outorga de autorização sem a apresentação da informação de acesso, e para demais empreendimentos que não possuem contrato para o uso do sistema de transmissão e distribuição.

A referida Lei, também estabeleceu prazo para o Governo Federal definir diretrizes para a implementação de mecanismos para a consideração dos benefícios ambientais, em consonância com mecanismos para a garantia da segurança do suprimento e da competitividade. O MME, por sua vez, disponibilizou o Relatório "Proposta de Diretrizes para a Consideração de Benefícios Ambientais do Setor Elétrico", de modo a sugerir propostas e parâmetros para integrar os benefícios ambientais do setor.

Diante do processo de desestatização da Eletrobrás, autorizada por meio da Lei nº 14.182/2021, o Governo Federal publicou o Decreto nº 11.027/2022, de modo a regulamentar a comercialização de energia elétrica gerada pela Itaipu Binacional, determinando à Aneel a competência de homologar a potência contratada e os montantes de energia elétrica referentes a cada distribuidora, e de estabelecer a tarifa de repasse a ser praticada na comercialização de energia elétrica proveniente de Itaipu, sendo permitido o diferimento do pagamento pelas distribuidoras.

Quanto à afluência hídrica no setor elétrico, o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE aprovou, por meio da Resolução nº 08/2022, o Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas, ao longo de até 10 anos, em consonância ao artigo 30 da Lei nº 14.182/2021, propondo ações de curto, médio e longo prazo, com o objetivo de aprimorar de forma integrada a política, planejamento, governança e regulação do setor elétrico e dos demais setores usuários de recursos hídricos, de maneira a otimizar o uso múltiplo da água.

Em relação ao atendimento ao Decreto nº 10.139/2019, que dispõe sobre a revisão e consolidação de atos normativos inferiores ao decreto, a Aneel reduziu o estoque regulatório com a revogação de 351 atos normativos em 2022, resultando atualmente em 194 atos normativos.

Dentre outros temas debatidos no setor, destaca-se a alteração da metodologia de cálculo da TUST e TUSD. A Aneel publicou a Resolução Normativa nº 1.024/2022 e a Resolução Normativa nº 1.041/2022, alterando a metodologia de cálculo das TUST e TUSD para centrais geradoras conectadas em 88 kV e 138 kV, no que diz respeito à intensificação do sinal locacional, passando a valer para as tarifas calculadas para o ciclo 2022/2023.

Além disso, a Aneel estabeleceu por meio da Resolução Normativa nº 1.040/2022 o programa estrutural de Resposta da Demanda, que permite a possibilidade de redução ou deslocamento voluntários da demanda de energia elétrica por grandes consumidores, sendo uma alternativa a ser empregada pelo ONS no planejamento da operação do SIN.

Em relação à tramitação de propostas legislativas no Congresso Nacional, as sugestões para o aprimoramento do arcabouço regulatório e legal do setor elétrico, quais sejam, os Projetos de Lei – PL nº 414/2021 e nº 1.917/2015 não avançaram em 2022.

Quanto ao PL nº 414/2021, em junho de 2022, a proposta recebeu 103 emendas que estão em análise pelo relator do projeto, enquanto a aprovação do PL nº 1.917/2015 depende de apreciação de recurso interposto na Comissão Especial do PL.

Outro tema aprovado pelo Congresso foi a limitação da cobrança de ICMS de combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, por meio do Projeto de Lei Complementar nº 18/2022, convertida na Lei Complementar nº 194/2022, sendo considerados bens e serviços essenciais e indispensáveis.

Além disso, foram tramitados na Câmara o Projeto de Decreto Legislativo nº 365/2022, que propõe sustar as Resoluções Normativas nº 1.024 e nº 1.041, e o PL nº 2.703/2022, que propõem a alteração da Lei nº 14.300/2022, de modo a acrescentar doze meses ao prazo para que não sejam aplicadas as novas regras tarifárias às unidades de microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica, sendo aprovados em Plenário e remetidos para análise do Senado Federal.

Quanto ao setor de gás natural, o CNPE, por meio da Resolução nº 03/2022, estabeleceu as diretrizes estratégicas para o desenho do novo mercado de gás natural, após promulgação da Lei nº 14.134/2021, com objetivo de aprimorar as políticas energéticas com foco na promoção da livre concorrência, além de definir os fundamentos para o período de transição.

Geração

Em 2022, o MME procedeu com a segunda revisão ordinária de garantia física das usinas hidrelétricas despachadas centralizadamente no Sistema Interligado Nacional, nos termos do Decreto nº 2.655/1998. O referido processo abrangeu 120 das 150 usinas hidrelétricas da configuração de referência e culminou na publicação da Portaria nº 709/2022, que reduziu cerca de 3,5% do montante de garantia física local em relação ao primeiro processo de revisão. O impacto para a Copel foi similar ao impacto observado no processo como um todo. A redução foi cerca de 3,51% (86,33 MWm) no montante de garantia física dos empreendimentos os quais a Copel tem participação.

Quanto à regulamentação da outorga de empreendimentos de geração, foi publicado o Decreto nº 10.946/2022, que dispõe sobre a cessão de uso de espaços físicos e o aproveitamento dos recursos naturais em águas interiores de domínio da União, no mar territorial, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental para a geração de energia elétrica a partir de empreendimento offshore. O MME, por sua vez, publicou a Portaria Normativa nº 052/2022, estabelecendo os procedimentos complementares referentes à cessão de uso onerosa para exploração de empreendimento de geração offshore como também criou, em conjunto com o Ministério de Meio Ambiente, por meio da Portaria Interministerial nº 03/2022, o Portal Único de Gestão do Uso de Áreas Offshore para Geração de Energia.

Adicionalmente, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 1.038/2022, com o objetivo de estabelecer as diretrizes e procedimentos para a emissão de outorga de empreendimentos que não apresentaram a informação de acesso, em consonância com o art. 1º do Decreto nº 10.893/2021, solicitados até 02.03 2022. A resolução definiu o prazo de implantação dos empreendimentos em 54 meses, estendendo o período para os empreendimentos em fase de implantação, cujo prazo de conclusão previsto na autorização seja inferior a 54 meses.

Em 23.12.2022, foi publicado o Decreto nº 11.307/2022, alterando o Decreto nº 9.271/2018, que dispõe sobre a outorga de contrato de concessão associada à perda do controle público de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica. O referido Decreto permite obter a outorga de novo contrato de concessão de geração mediante alienação de participação societária da pessoa jurídica titular, inclusive de controle acionário, abertura ou aumento de capital, com renúncia ou cessão, total ou parcial, de direitos de subscrição, desde que a operação seja realizada por meio de pregão em bolsa de valores ou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos mercados primário ou secundário.

Em 2022, o MME promoveu cinco leilões de energia: dois Leilões de Energia Nova ("A-4" e "A-5"); dois Leilões de Energia Existente ("A-1" e "A-2"); e um Leilão de Reserva de Capacidade na forma de energia elétrica, para fins de contratação de energia de reserva proveniente de novos empreendimentos de geração de fonte termelétrica a gás natural, nos termos da Lei nº 14.182/2021.

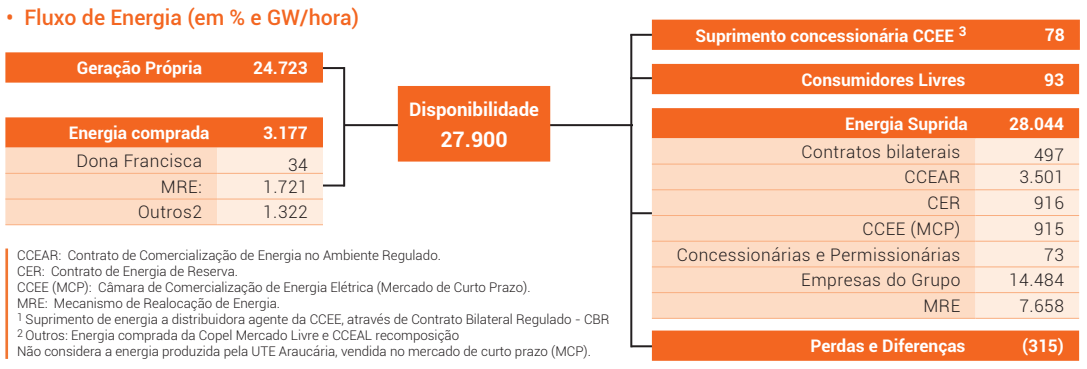
Transmissão

Em 14.07.2022, a Aneel, por meio da Resolução Homologatória nº 3.067, de 12.07.2022, estabeleceu o reajuste das Receitas Anuais Permitidas - RAP para os ativos de transmissão de energia elétrica para o ciclo 2022-2023, com vigência a partir de 1º.07.2022 até 30.06.2023. De acordo com esta resolução, a RAP dos ativos de transmissão da Copel GeT para o ciclo 2022/2023 passou a ser de R$ 849,2 milhões, dos quais R$ 824,2 milhões correspondem à RAP dos ativos em operação. Considerando a RAP homologada para as Sociedades de Propósito Específico em que a Copel GeT tem participação acionária, o valor total consolidado dos ativos passou a ser de R$ 1.415,2 milhões, dos quais R$ 1.387,9 milhões correspondem aos ativos em operação.

Em 29.12.2022 foi publicado o Decreto nº 11.314, que regulamenta a licitação e a prorrogação das concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica em fim de vigência. De acordo com o referido Decreto, a prorrogação das concessões de transmissão poderá ser realizada somente quando a licitação for inviável ou resultar em prejuízo ao interesse público. Além disso, a prorrogação será realizada sem a indenização antecipada dos bens vinculados à prestação do serviço, condicionada à aceitação por parte da concessionária em relação à receita e demais condições do termo aditivo a ser elaborado pela Aneel.

Conforme estabelecido na Portaria nº 33, de 17.12.2021, foram realizados dois Leilões de Transmissão em 2022. O Leilão de Transmissão Aneel nº 001/2022 ocorreu em 30.06.2022 e obteve todos os 13 lotes arrematados por outras empresas do setor, com um deságio próximo a 60% em um dos lotes, deságio médio de 46,15% e expectativa de investimentos de R$ 15,3 bilhões em transmissão. O Leilão de Transmissão Aneel nº 002/2022 ocorreu em 16.12.2022, com oferta de 6 lotes. Todos foram arrematados por outras empresas do setor e na maioria dos lotes o deságio foi próximo a 50%. O deságio médio foi de 38,19% e a expectativa de investimentos é de R$ 3,5 bilhões em transmissão.

- **Fluxo de Energia (em % e GW/hora)**



CCEAR: Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.
CER: Contrato de Energia de Reserva.
CCEE (MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo).
MRE: Mecanismo de Realocação de Energia.
[1] Suprimento de energia a distribuidora agente da CCEE, através de Contrato Bilateral Regulado - CBR
[2] Outros: Energia comprada da Copel Mercado Livre e CCEAL recomposição
Não considera a energia produzida pela UTE Araucária, vendida no mercado de curto prazo (MCP).

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

CONTINUAÇÃO

3.3. Segmentos de Negócios

3.3.1. Geração

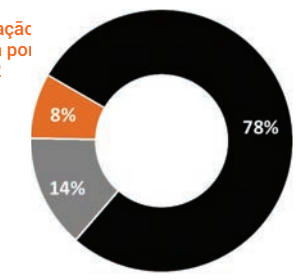
Em 31.12.2022, a Copel GeT operava 53 usinas próprias e participava em outras quatro usinas, sendo 21 hidrelétricas, 34 eólicas e duas termelétricas, com capacidade instalada total proporcional de 6.451,2 MW e garantia física de 2.859,1 MW médios, conforme quadro de usinas em operação:

EMPREENDIMENTOS	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Proprie-dade %	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Hidrelétricas							
UHE Gov. José Richa (Salto Caxias)	1.240,0	605,6	100%	1.240,0	605,6	18.02.1999	20.03.2033
UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	1.260,0	578,5	100%	1.260,0	578,5	29.09.1992	25.09.2032
UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia-FDA)	1.676,0	604,3	100%	1.676,0	604,3	01.10.1980	21.12.2024
UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (GPS)	260,0	109,0	100%	260,0	109,0	03.09.1971	03.01.2053
UHE Gov. Jayme Canet Júnior (Mauá)	361,0	197,7	51%	184,1	100,8	23.11.2012	27.05.2047
UHE Guaricana	36,0	16,1	100%	36,0	16,1	01.01.1957	21.07.2028
UHE Chaminé	18,0	11,6	100%	18,0	11,6	01.01.1930	02.08.2028
PCH Cavernoso II	19,0	10,5	100%	19,0	10,5	15.05.2013	06.12.2050
UHE Apucaraninha	10,0	6,7	100%	10,0	6,7	06.04.1949	27.01.2027
UHE Derivação do Rio Jordão	6,5	5,9	100%	6,5	5,9	02.12.1997	21.06.2032
CGH Marumbi	4,8	2,4	100%	4,8	2,4	05.04.1961	-
UHE São Jorge	2,3	1,5	100%	2,3	1,5	01.01.1945	24.07.2026
CGH Chopim I	2,0	1,5	100%	2,0	1,5	28.05.1963	-
UHE Cavernoso	1,3	1,0	100%	1,3	1,0	07.12.1965	23.06.2033
CGH Melissa	1,0	0,6	100%	1,0	0,6	31.01.1966	-
CGH Salto do Vau	0,9	0,6	100%	0,9	0,6	01.01.1959	-
CGH Pitangui	0,9	0,1	100%	0,9	0,1	01.01.1911	-
UHE Baixo Iguaçu	350,2	172,4	30%	105,1	51,7	08.02.2019	03.12.2049
UHE Colíder	300,0	178,1	100%	300,0	178,1	09.03.2019	30.01.2046
PCH Bela Vista	29,8	18,6	100%	29,8	18,6	12.06.2021	02.01.2041
PCH Arturo Andreoli	29,1	20,4	36%	10,4	7,3	25.10.2001	15.08.2032
UHE Dona Francisca	125,0	75,9	23%	28,8	17,5	05.02.2001	21.09.2037
PCH Arturo Andreoli	29,1	20,4	36%	10,4	7,3	25.10.2001	15.08.2032
PCH Santa Clara I e Fundão I	6,1	4,9	70%	4,3	3,4	13.08.2005	19.12.2032
Total das Hidrelétricas	**5.608,8**	**2.543,1**		**5.168,1**	**2.312,4**		
Termelétricas							
UTE Figueira (1)	20,0	10,3	100%	20,0	10,3	08.04.1963	27.03.2019
UTE Araucária (2)(3)	484,5	365,2	81,2%	393,1	296,5	27.09.2002	23.12.2029
Total das Solares	**2,3**	**-**		**1,1**	**-**		
Eólicas							
Santa Maria	29,7	15,7	100%	29,7	15,7	23.04.2015	08.05.2047
Santa Helena	29,7	16,0	100%	29,7	16,0	06.05.2015	09.04.2047
Olho d'Água	30,0	12,8	100%	30,0	12,8	25.02.2015	01.06.2046
São Bento do Norte	30,0	11,3	100%	30,0	11,3	25.02.2015	19.05.2046
Eurus IV	27,0	12,4	100%	27,0	12,4	20.08.2015	27.04.2046
Asa Branca I	27,0	12,1	100%	27,0	12,1	05.08.2015	25.04.2046
Asa Branca II	27,0	11,9	100%	27,0	11,9	15.09.2015	31.05.2046
Asa Branca III	27,0	12,3	100%	27,0	12,3	04.09.2015	31.05.2046
Farol	20,0	8,8	100%	20,0	8,8	25.02.2015	20.04.2046
Ventos de Santo Uriel	16,2	9,0	100%	16,2	9,0	22.05.2015	09.04.2047
Boa Vista	14,0	5,2	100%	14,0	5,2	25.02.2015	28.04.2046
Cutia	23,1	9,6	100%	23,1	9,6	22.12.2018	05.01.2042
Esperança do Nordeste	27,3	9,1	100%	27,3	9,1	29.12.2018	11.05.2050
Guajiru	21,0	8,3	100%	21,0	8,3	29.12.2018	05.01.2042
Jangada	27,3	10,3	100%	27,3	10,3	29.12.2018	05.01.2042
Maria Helena	27,3	12,0	100%	27,3	12,0	29.12.2018	05.01.2042
Potiguar	27,3	11,5	100%	27,3	11,5	29.12.2018	11.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste	27,3	10,6	100%	27,3	10,6	05.01.2019	11.05.2050
São Bento do Norte I	23,1	10,1	100%	23,1	10,1	31.01.2019	04.08.2050
São Bento do Norte II	23,1	10,8	100%	23,1	10,8	29.01.2019	04.08.2050
São Bento do Norte III	23,1	10,2	100%	23,1	10,2	09.04.2019	04.08.2050
São Miguel I	21,0	9,3	100%	21,0	9,3	14.02.2019	04.08.2050
São Miguel II	21,0	9,1	100%	21,0	9,1	02.02.2019	04.08.2050
São Miguel III	21,0	9,2	100%	21,0	9,2	14.02.2019	04.08.2050
Palmas	2,5	0,4	100%	2,5	0,4	12.11.1999	29.09.2029
Vila Ceará I (Paraíba IV)	32,0	17,8	100%	32,0	17,8	19.12.2020	14.01.2054
Vila Maranhão I	32,0	17,8	100%	32,0	17,8	11.02.2021	11.01.2054
Vila Maranhão II	32,0	17,8	100%	32,0	17,8	31.03.2021	14.01.2054
Vila Maranhão III	32,0	16,6	100%	32,0	16,6	29.09.2020	14.01.2054
Vila Mato Grosso I	58,9	28,6	100%	58,9	28,6	11.06.2021	06.12.2054
Jandaíra Energias Renováveis I	10,4	5,6	100%	10,4	5,6	11.04.2022	02.04.2055
Jandaíra Energias Renováveis II	24,3	12,3	100%	24,3	12,3	18.10.2022	02.04.2055
Jandaíra Energias Renováveis III	27,7	14,8	100%	27,7	14,8	10.11.2022	02.04.2055
Jandaíra Energias Renováveis IV	27,7	14,2	100%	27,7	14,2	15.10.2022	02.04.2055
Total das Eólicas	**870,0**	**403,5**		**870,0**	**403,5**		
TOTAL DAS FONTES	**6.983,3**	**3.322,1**		**6.451,2**	**2.948,6**		

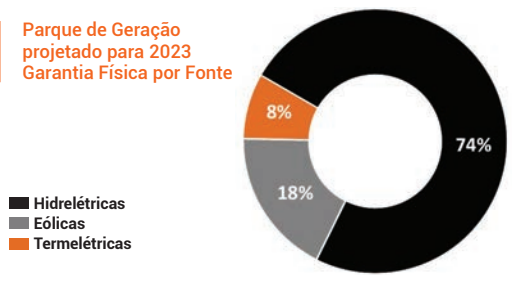
(1) Em processo de renovação da concessão.
(2) A Companhia possui participação de 60,9% pela Holding e 60,9% pela Copel GeT.
(3) Garantia Física nos termos da Portaria SPE/MME 05/2021. Os dados mais recentes do SIGA/ANEEL indicam a Garantia Física de 267 MW enquanto não há Garantia Física.

Para cumprir com importantes diretrizes estratégicas e de sustentabilidade estabelecidas para o negócio de geração, a Companhia tem como principal objetivo aumentar a participação de fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética, de forma rentável e sustentável. Segue o gráfico com a composição do parque gerador em 2022 e o projetado para 2023, incluindo a revisão da garantia física, de acordo com a Portaria Aneel nº 709/2022:

Parque de Geração Garantia Física por Fonte em 2022



Parque de Geração projetado para 2023 Garantia Física por Fonte



No segmento de geração de energia elétrica, destacamos também:

- **Modernização da Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (GBM):** A segunda fase da modernização iniciada em 2015 foi concluída em agosto de 2021, com a entrega à operação comercial da última unidade geradora. Foram modernizadas as quatro turbinas de 436 MW e substituídos os reguladores de velocidade e de tensão. Com os incrementos, obteve-se uma turbina com rendimento superior, aumentando a garantia física e reduzindo o custo de manutenção. Os cronogramas de obras e financeiro foram atendidos conforme previstos em prazo, orçamento e qualidade. Essa etapa da modernização absorveu em torno de R$ 150 milhões em investimento.
- **Usina Hidrelétrica Governador José Richa (GJR)** - Concluído o processo de modernização dos reguladores eletrônicos de velocidade e tensão das quatro unidades geradoras. Projeto iniciado em 2020, visando o aumento da confiabilidade operacional da usina, maximizando aspectos técnicos de regulação, disponibilidade e segurança do SIN.
- **Usina Hidrelétrica (UHE) Governador Ney Aminthas de Barros Braga (GNB)** - Concluído o processo de recuperação da pintura externa dos quatro condutos forçados. Projeto iniciado em 2021, com o objetivo de manter a integridade estrutural e prolongar a vida útil dos referidos equipamentos.
- **Modernização da Usina Termelétrica de Figueira:** A Companhia iniciou os trabalhos de modernização em 2015, visando aumentar sua eficiência e reduzir a emissão de gases e partículas resultantes da queima do carvão. Após dificuldades para execução das atividades por duas contratadas, que culminaram em rescisão contratual, em janeiro de 2021 a Copel contratou uma nova empresa para conclusão dos serviços de modernização. Os serviços e obras necessárias para a modernização da UTE Figueira foram desenvolvidos ao longo de 2021 e 2022 e, por meio do Despacho nº 3.502, de 06.12.2022, a Aneel liberou a unidade geradora da UTE Figueira para operação comercial a partir de 07.12.2022, ficando restabelecida a operação comercial da usina.
- **PCH Bela Vista:** A pequena central hidrelétrica, localizada no rio Chopim entre os municípios de Verê e São João, no Paraná terá capacidade para produzir 29,81 MW. A PCH tem orçamento de R$ 224,0 milhões e beneficiará cerca de 100 mil consumidores. A obra iniciou-se em agosto de 2019 e teve entrada em operação comercial da primeira, segunda e terceira unidades geradoras em 12.06.2021, 10.07.2021 e 15.08.2021, respectivamente. A central geradora (Stream Diver), que aproveita a vazão sanitária, com potência de 0,488 MW médios, foi liberada para início da operação em teste a partir de 28.03.2023.
- **Complexo Eólico Jandaíra:** Em 18.10.2019 a Copel GeT, em consórcio com a subsidiária Cutia Empreendimentos Eólicos, participou do leilão de geração de energia nova A-6 e vendeu 14,4 MW médios, em contratos regulados ao preço original de R$ 98,00/MWh, do Complexo Eólico Jandaíra. O montante de energia vendida representa 30% da garantia física, sendo que o restante da energia foi comercializado através de contratos no ambiente livre. O contrato de venda de energia tem início de suprimento em 1º.01.2025, prazo de 20 anos e reajuste anual pelo IPCA. Com um investimento estimado em R$ 412,0 milhões, o empreendimento, que tem 90,1 MW de capacidade instalada e garantia física de 47,6 MW médios, está sendo construído nos municípios de Pedra Preta e Jandaíra, no estado do Rio Grande do Norte. Ao todo, foram instalados 26 aerogeradores divididos em quatro parques eólicos e foi construído também, junto aos parques, uma subestação e uma linha de transmissão de 16 km para escoar a energia elétrica a ser gerada para o SIN. De posse de todas as licenças necessárias, as obras civis tiveram início na primeira semana de janeiro de 2021. Atualmente o complexo conta com 26 unidades geradoras (100% do parque gerador) em operação comercial.
- **Solar Paraná:** Complexo com 6 usinas fotovoltaicas na zona rural do Município de Bandeirantes, no Paraná, com potência somada de até 4,25 MW de potência instalada e enquadradas como Geração Distribuída, de acordo com a Resolução Normativa nº 482/2012 da Aneel e suas revisões. Três usinas com potência de 3 MW atendem uma rede de farmácias do Estado do Paraná em autoconsumo remoto e entraram em operação em 15.09.2021. As outras 3 usinas serão implantadas em 2023, caso obtenham o Parecer de Acesso pela Distribuidora e atenderão clientes em autoconsumo remoto ou geração compartilhada.
- **Complexos eólicos Santa Rosa & Mundo Novo e Aventura:** Em 30.01.2023, a Companhia concluiu a aquisição de nove parques eólicos em operação, localizados nos Municípios de Touros e São Tomé, no Rio Grande do Norte, totalizando 260,4 MW de capacidade instalada, por R$ 1.005,2 milhões.
- **UEG Araucária:** Iniciado o processo de desinvestimento de participação societária de 81,2% da Companhia na UEGA, com intenção de venda conjunta com a sócia Petróleos Brasileiros S.A. (Petrobras), através de procedimento competitivo, em sintonia com o Planejamento Estratégico Empresarial da Copel – Visão 2030 e com o processo de descarbonização da matriz de geração. O processo está na fase de proposta não vinculante, onde os potenciais compradores habilitados receberão um memorando descritivo contendo informações mais detalhadas sobre a companhia em questão, além de instruções sobre o processo de desinvestimento, incluindo as orientações para elaboração e envio das propostas.
- **Renovação das Concessões das usinas GBM, GNB e GJR:** Em 24.11.2022 foi sancionada a Lei Estadual nº 21.272, que autoriza o Estado do Paraná a realizar oferta pública de distribuição secundária de ações e/ou units, transformando a Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador (Corporação). Em decorrência dessa autorização legal, o CAD da Copel, aprovou a realização de estudos para viabilizar a renovação integral das concessões das usinas hidrelétricas GBM, GNB e GJR e avaliar alternativas de captação de recursos visando o pagamento dos respectivos bônus de outorga. A transformação da Copel em "Corporação" possibilitará, nos termos da Lei nº 9.074/1995, a manutenção de 100% de participação da Copel GeT nas respectivas usinas.

3.3.2. Transmissão

O segmento tem como principal atribuição prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia. A Companhia detém propriedade integral e participa de concessões de transmissão em operação, correspondente a 9.685 km de linhas de transmissão, com potência de transformação de suas subestações na ordem de 20.462 MVA (megavolt amperes).

A seguir a composição das linhas e subestações de transmissão em operação em 31.12.2022:

Linhas e Subestações de Transmissão em Operação em 31.12.2022

Linhas e Subestações de Transmissão		Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transfo-mação (MVA)	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Linhas e Subestações próprias				**3.395**	**14.390**		
Contrato nº 060/2001	Instalações de transmissão diversas (1)	Ambos	Diversas	2.129	12.440	Diversos	01.01.2043
Contrato nº 075/2001	LT Bateias - Jaguariaíva	CS	230 kV	138	-	01.11.2003	17.08.2031
Contrato nº 006/2008	LT Bateias - Pilarzinho	CS	230 kV	32	-	14.09.2009	17.03.2038
Contrato nº 027/2009	LT Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	CS	525 kV	117	-	06.12.2012	19.11.2039
Contrato nº 010/2010	LT Araraquara 2 - Taubaté	CS	500 kV	334	-	27.07.2018	06.10.2040
Contrato nº 015/2010	SE Cerquilho III	-	230/138 kV	-	300	01.06.2014	06.10.2040
Contrato nº 022/2012	LT Londrina - Figueira C2	CS	230 kV	92	-	30.06.2015	27.08.2042
	LT Foz do Chopim - Salto Osório C2	CS	230 kV	10	-		
Contrato nº 002/2013	LT Assis - Paraguaçu Paulista II C1 e C2	CD	230 kV	83	-	25.01.2016	25.02.2043
	SE Paraguaçu Paulista II	-	230 kV	-	150		-
Contrato nº 005/2014	LT Bateias - Curitiba Norte	CS	230 kV	31	-	29.07.2016	29.01.2044
	SE Curitiba Norte	-	230/138 kV	-	300		-
Contrato nº 021/2014	LT Foz do Chopim - Realeza	CS	230 kV	52	-	05.03.2017	05.09.2044
	SE Realeza	-	230/138 kV	-	300		-
Contrato nº 022/2014	LT Assis - Londrina C2	CS	500 kV	122	-	05.09.2017	05.09.2044
Contrato nº 006/2016	SE Medianeira Norte	-	230/138 kV		300	09.06.2019	07.04.2046
	SE Andirá Leste		230/138 kV		300	07.09.2019	07.04.2046
	SE Curitiba Centro		230/138 kV		300	04.09.2019	07.04.2046
	SE Baixo Iguaçu		230 kV			21.12.2020	07.04.2046
	LT Curitiba Centro - Uberaba C1	CS	230 kV	8		04.09.2019	07.04.2046
	LT Curitiba Centro - Uberaba C2	CS	230 kV	8		04.09.2019	07.04.2046
	LT Baixo Iguaçu - Realeza Sul	CS	230 kV	37		04.08.2019	07.04.2046
	LT Curitiba Leste - Blumenau	CS	525 kV	144		28.03.2021	07.04.2046
	LT Baixo Iguaçu - Cascavel Oeste	CS	230 kV	57		21.12.2020	07.04.2046
Sociedades de Propósito Específico				**6.290**	**6.072**		
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.		**100,0%**					
Contrato nº 001/2012	LT Cascavel Norte - Cascavel Oeste	CS	230kV	29			
	LT Cascavel Norte - Umuarama Sul	CS	230 kV	130	-	31.08.2014	12.01.2042
	SE Umuarama Sul	-	230/138 kV	-	300	27.07.2014	
Caiuá Transmissora de Energia S.A.		**49,0%**					
Contrato nº 007/2012	LT Umuarama - Guaíra	CS	230 kV	105	-	12.05.2014	10.05.2042
	LT Cascavel Oeste - Cascavel Norte	CS	230 kV	37	-	02.07.2014	
	SE Santa Quitéria - SF6	-	230/138/13,8 kV	-	400	01.06.2014	
	SE Cascavel Norte	-	230/138 kV	-	300	02.07.2014	
Marumbi Transmissora de Energia S.A.		**100,0%**					
Contrato nº 008/2012	LT Curitiba - Curitiba Leste	CS	525 kV	29	-	28.06.2015	10.05.2042
	SE Curitiba Leste	-	525/230 kV	-	672		
Integração Maranhense e Transmissora de Energia S.A.		**49,0%**					
Contrato nº 011/2012	LT Açailândia - Miranda II	CS	500 kV	365	-	02.12.2014	10.05.2042
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.		**49,0%**					
Contrato nº 012/2012	LT Paranatinga - Ribeirãozinho	CD	500 kV	710	-	29.07.2016	10.05.2042
	LT Paranaíta - Cláudia	CD	500 kV	594	-	09.10.2015	
	LT Cláudia - Paranatinga	CD	500 kV	708	-	29.07.2016	
	LT Sinop - Intersecção Santa Carmen	CS	500 kV	21		09.10.2015	
	SE Paranaíta	-	500 kV	-	-	09.10.2015	
	SE Cláudia	-	500 kV	-	-	09.10.2015	
	SE Paranatinga	-	500 kV	-	-	29.07.2016	
	SE Sinop	-	500 kV	-	800	09.10.2015	
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.		**50,1%**					
Contrato nº 001/2014	SE Fernão Dias	-	500/440 kV		3.600	07.02.2020	
	LT Bateias - Itatiba	CS	500 kV	414	-	05.03.2020	15.05.2044
	LT Araraquara 2 - Itatiba	CS	500 kV	223	-	24.03.2020	
	LT Araraquara 2 - Fernão Dias	CS	500 kV	250		03.05.2020	
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A.		**49,0%**					
Contrato nº 013/2012	LT Ribeirãozinho - Rio Verde Norte C3	CS	500 kV	240	-		
	LT Rio Verde Norte - Marimbondo II	CD	500 kV	690	-	30.08.2016	10.05.2042
	SE Marimbondo II	-	500 kV	-	-		
	SE Rio Verde	-	500 Kv	-	-		
Paranaíba Transmissora de Energia S.A		**24,5%**					
Contrato nº 007/2013	LT Barreiras II - Rio das Éguas	CS	500 Kv	244	-	30.01.2017	02.05.2043
	LT Rio das Éguas - Luziânia	CS	500 Kv	350	-		
	LT Luziânia - Pirapora 2	CS	500 Kv	373	-		
Cantareira Transmissora de Energia S.A.		**49,0%**					
Contrato nº 019/2014	LT Estreito - Fernão Dias C1 e C2	CD	500 kV	656	-	05.03.2018	05.09.2044
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.							
Contrato nº 02/2005	LT Ivaiporã - Londrina ESUL	**100,0%**	CS	500 kV	122	-	09.07.2006	05.03.2035
Total				**9.685**	**20.462**		

(1) Concessão prorrogada nos termos da MP nº 579/2012.

As concessões de transmissão em operação geram atualmente uma RAP à Copel GeT de R$ 1,39 bilhão, proporcional à sua participação nos empreendimentos.

A Copel GeT tem as obras provenientes das resoluções autorizativas com o objetivo ampliar e melhorar as instalações existentes, tais como:

Resolução Autorizativa n.º 7.515/2018: implantação de reforços nas subestações 230 kV Cascavel, Ponta Grossa Norte, Umbará, Maringá e Uberaba, com investimento de cerca de R$ 70,0 milhões e RAP de aproximadamente R$ 9,5 milhões, a partir da entrada em operação comercial. Os reforços nas subestações Umbará, Maringá e Uberaba, cuja entrada em operação comercial prevista pela Aneel era no 2º semestre de 2021, foram concretizados entre fevereiro e outubro de 2021. Parte dos reforços na subestação Ponta Grossa Norte, cuja entrada em operação comercial prevista pela Aneel era no 1º semestre de 2022, foi concretizada em novembro de 2021. Os demais reforços foram totalmente concluídos no 1º semestre de 2022.

Resolução Autorizativa n.º 8.543/2020 (alterada pela Resolução Autorizativa nº 8.951/2020): recapacitação da linha de transmissão 230 kV Pilarzinho - Santa Mônica, recapacitação da linha de transmissão 230 kV Bateias - Pilarzinho e implantação de reforços nas respectivas subestações 230kV Santa Mônica, Bateias e Pilarzinho, com investimento total de cerca de R$ 32,5 milhões e RAP de aproximadamente R$ 4,2 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é janeiro de 2023.

A recapacitação da linha de transmissão 23 kV Bateias – Pilarzinho foi concluída em agosto de 2022, com mais de quatro meses de antecipação. A recapacitação da linha de transmissão 230 kV Pilarzinho – Santa Mônica está em execução, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2023.

Resolução Autorizativa n.º 9.219/2020: implantação de reforços na subestação 230 kV Guaíra, com investimento de cerca de R$ 38,8 milhões e RAP de aproximadamente R$ 6,0 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é abril de 2024.

Resolução Autorizativa n.º 9.564/2020: implantação de reforços na subestação 230 kV Sarandi, com investimento de cerca de R$ 21,0 milhões e RAP de aproximadamente R$ 3,4 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é junho de 2023.

Resolução Autorizativa n.º 9.741/2021: recapacitação da linha de transmissão 230 kV Campo Comprido - Santa Quitéria, com investimento de cerca de R$ 4,3 milhões e RAP de aproximadamente R$ 577,7 mil, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é agosto de 2023.

Resolução Autorizativa n.º 10.688/2021: implantação de reforços na subestação 230 kV CIC, com investimento de cerca de R$ 24,4 milhões e RAP de aproximadamente R$ 3,7 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é abril de 2024.

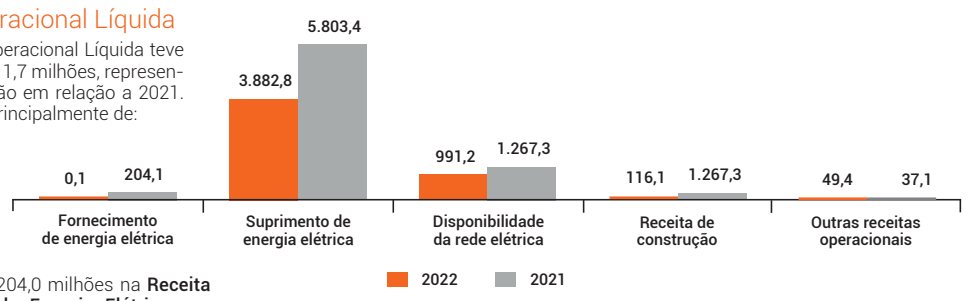
Resolução Autorizativa n.º 12.638/2022: implantação de reforços na subestação 230 kV Campo do Assobio, com investimento de cerca de R$ 65 milhões e RAP de aproximadamente R$ 9,7 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é novembro de 2025.

Resolução Autorizativa n.º 12.892/2022: recapacitação da linha de transmissão 230 kV Gralha Azul - Umbará, com investimento de cerca de R$ 8,1 milhões e RAP de aproximadamente R$ 1,3 milhões, a partir da entrada em operação comercial, cujo prazo previsto pela Aneel é novembro de 2025.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Receita Operacional Líquida

Em 2022, a Receita Operacional Líquida teve decréscimo de R$ 2.511,7 milhões, representando 33,3% de redução em relação a 2021. Tal variação decorre principalmente de:

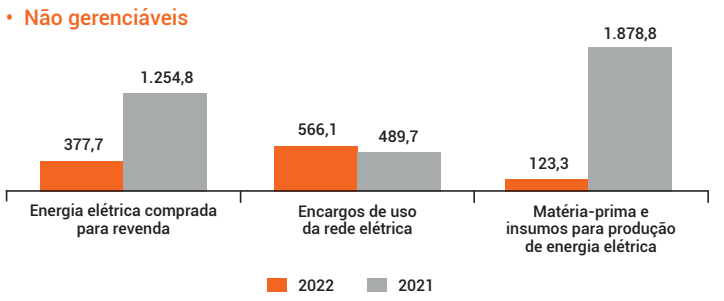


1) decréscimo de R$ 204,0 milhões na **Receita de Fornecimento de Energia Elétrica**, em virtude principalmente pela alteração da estratégia de comercialização, reduzindo o volume com consumidores finais e aumentando para comercializadores classificados no grupo de suprimento de energia elétrica;
2) decréscimo de R$ 1.920,6 milhões em **Suprimento de Energia Elétrica**, sobretudo pela ausência de despacho da usina térmica UEGA em 2022;
3) decréscimo de R$ 276,1 milhões na **Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica**, devido essencialmente da menor remuneração dos ativos de transmissão, devido ao efeito negativo provocado pelo IPCA; e
4) acréscimo de R$ 12,3 milhões em Outras Receitas Operacionais sobretudo o aumento na renda de prestação de serviços e em arrendamentos e aluguéis.

4.2. Custos e Despesas Operacionais

Em 2022, os Custos e despesas operacionais tiveram decréscimo de R$ 2.260,36 milhões, representando 43,1% de redução em relação a 2021. Tal variação decorre principalmente de:

- **Não gerenciáveis**



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

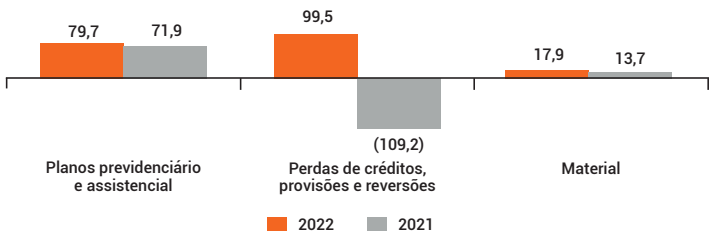
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

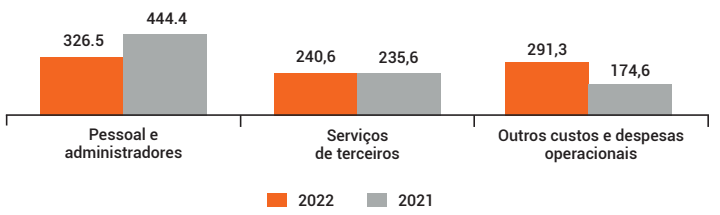
COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

1) decréscimo de R$ 877,1 milhões em **Energia Elétrica Comprada para Revenda**, principalmente em decorrência de condições hidrológicas mais favoráveis para o período;
2) decréscimo de R$ 1.755,5 milhões em **Matéria prima e insumos para produção de energia elétrica** em função da ausência de despacho da UTE Araucária em 2022;

• **Gerenciáveis**

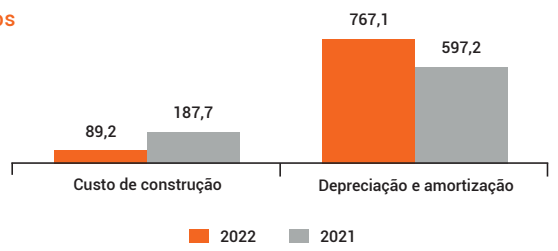


3) acréscimo de R$ 208,7 milhões em **Perdas estimadas, Provisões e Reversões**, devido principalmente a reversão de impairment da UEGA em 2021 e provisão em 2022 compensado pela redução de provisão para litígios;



4) decréscimo de R$ 117,9 milhões em **Pessoal e Administradores,** refletindo principalmente a redução de R$ 79,6 milhões da provisão por desempenho e participação nos lucros, redução de R$ 42,1 milhões na provisão do programa de desligamentos voluntários no período, pela redução do quadro de empregados e pela política de redução de custos, compensados pelo reajuste salarial de 7,19% em outubro de 2022, conforme acordo coletivo.
5) acréscimo de R$ 5,0 milhões em **Serviços de terceiros**, decorrente do aumento nos custos com comunicação, processamento e transmissão de dados, compensados pela redução nos custos com manutenção do sistema elétrico e de instalações;
6) acréscimo de R$ 116,7 milhões em **Outros custos e despesas operacionai**s, principalmente pelo aumento da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos, do valor justo de ativos de concessão de geração de energia elétrica e de arrendamento e aluguéis.

• **Outros**



7) decréscimo e R$ 98,5 milhões no **Custo de construção**, refletindo investimentos realizados na infraestrutura de transmissão de energia.

Adicionalmente, em setembro de 2021 foi reconhecido a compensação pela repactuação do risco hidrológico por meio de direito a extensão de outorga das usinas da Copel Geração e Transmissão referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE , no valor de R$ 1.560,9 milhões, não recorrente em 2022 (vide nota explicativa n° 16.1 das demonstrações financeiras).

4.3. Resultado da Equivalência Patrimonial

O Resultado da Equivalência Patrimonial de 2022 foi 32,1% superior se comparado ao mesmo período de 2021, decorrente do resultado positivo da equivalência patrimonial nas controladas em conjunto de transmissão de energia elétrica, principalmente em função dos efeitos das revisões tarifárias ocorridas em junho de 2022 da Caiuá, Integração Maranhense, Matrinchã e Guaraciaba.

4.4 EBITDA ou LAJIDA

O Ebitda Consolidado é uma medição não contábil adotada pela Companhia, calculada de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022, consistindo, conforme tabela abaixo, no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

Em R$ milhões	Consolidado	
	2022	2021
Lucro líquido	1.599,5	2.820,1
IRPJ e CSLL diferidos	94,5	756,2
IRPJ e CSLL	212,8	214,9
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	624,6	438,3
Lajir/Ebit	**2.531,4**	**4.229,4**
Depreciação e Amortização	767,1	597,2
Lajida/Ebitda	**3.298,5**	**4.826,6**
Receita Operacional Líquida - ROL	5.039,7	7.551,4
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	**65,5%**	**63,9%**

4.5. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou aumento das despesas de R$ 186,3 milhões, devido principalmente à maior dívida e encargos sobre as dívidas.

4.6. Endividamento

A Companhia financia liquidez e necessidades de capital principalmente com recursos propiciados por operações e mediante financiamentos, visando à ampliação e à modernização dos negócios ligados a geração e transmissão de energia.

É importante ressaltar que a Companhia busca investir em projetos e, para tanto, utiliza linhas de financiamento disponíveis no mercado, que façam sentido na estrutura de capital da Copel, no que tange à alavancagem financeira frente ao retorno dos projetos. Salienta-se que as perspectivas de financiamentos, bem como as disponibilidades de caixa, serão suficientes para atendimento ao plano de investimentos do exercício. Em 2022 foram obtidos os recursos a seguir:

Ingresso - 2022 (Em R$ milhões)	Empresa	Financiador	Valor
Contrato de financiamento Lote E	Copel Geração e Transmissão	BNDES	33,6
Nota Comercial	Copel Geração e Transmissão	Debenturistas	1.000,0
Contrato de financiamento	Jandaíra I	Banco do Nordeste	11,2
Contrato de financiamento	Jandaíra II	Banco do Nordeste	29,6
Contrato de financiamento	Jandaíra III	Banco do Nordeste	33,9
Contrato de financiamento	Jandaíra IV	Banco do Nordeste	33,7
Total			**1.142,0**

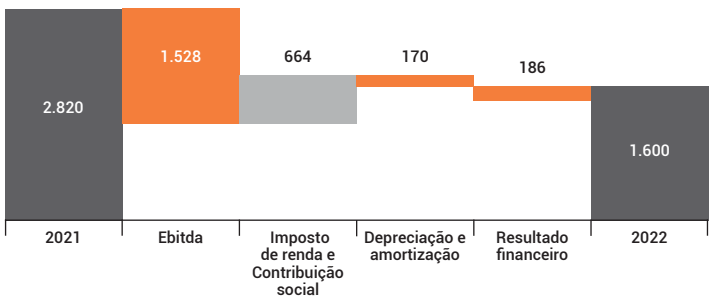
Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R$ 1.656,2 milhões, sendo R$ 1.008,8 milhões de principal e R$ 647,4 milhões de encargos. O cronograma de vencimento da dívida de longo prazo, contemplando empréstimos, financiamentos e debêntures é:

2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
737	2.163	857	290	273	2.115	6.434
Total 737	**2.163**	**857**	**290**	**273**	**2.115**	**6.434**

4.7. Lucro Líquido

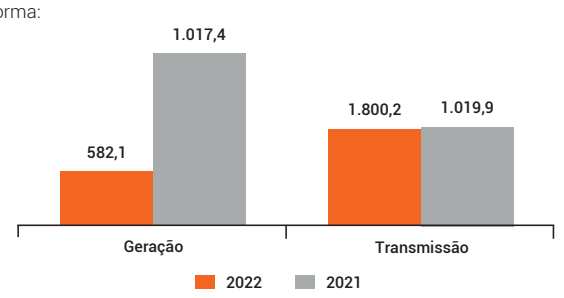
Em 2022, o lucro líquido consolidado foi de R$ 1.599,5 milhões, sendo 43,3% inferior ao obtido no exercício anterior, de R$ 2.820,1 milhões. A redução foi impactada pelo reconhecimento em 2021 da compensação pela repactuação do risco hidrológico por meio de direito a extensão de outorga das usinas de geração referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, parcialmente compensado pela melhora no cenário hídrico refletindo a menor compra de energia e pelo maior benefício tributário sobre o JCP reconhecido no último trimestre.

Do lucro líquido verificado no exercício de 2022, apurado de acordo com a legislação societária, a Companhia propõe para pagamento de dividendos anuais o montante de R$ 1.618,8 milhões, sendo R$ 776,7 milhões na forma de Juros sobre o Capital Próprio e R$ 842,2 milhões na forma de Dividendos.



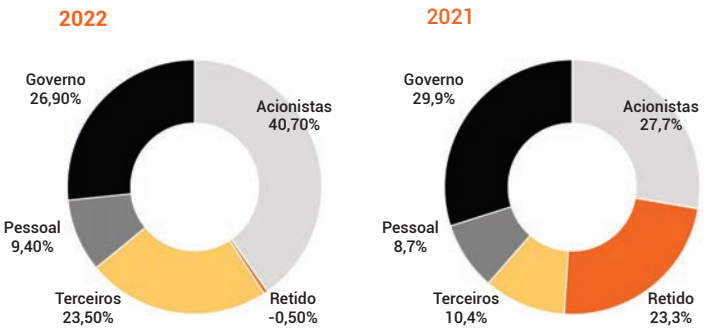
4.8. Lucro Líquido por Segmento

O lucro líquido consolidado segregado por segmento pode ser representado da seguinte forma:



4.9. Valor Adicionado

No exercício de 2022, a Copel Geração e Transmissão apurou R$ 3.988,3 milhões de Valor Adicionado - total 28,0% inferior ao ano anterior, no montante de R$ 5.539,0 milhões. A demonstração, na íntegra, encontra-se nas Demonstrações Financeiras.



4.10. Programa de Investimentos

O programa de investimentos para 2023 foi aprovado na 233ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração. Seguem valores realizados e previstos:

Subsidiária	Realizado		Previsto 2023	Variação % 2022-2021
	2022	2021		
Empreendimentos eólicos	250,5	216,9	52,9	15,5
Geração de energia	63,3	74,6	64,3	(15,1)
Transmissão de energia	104,0	117,8	103,7	(11,7)
Outros	54,9	85,6	54,0	(35,9)
Total	**472,7**	**494,9**	**274,9**	**(4,5)**

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2022
em milhares de reais

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	380.955	1.122.475	1.580.000	1.929.858
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	-	14.571
Clientes	7	389.967	378.594	585.584	732.090
Dividendos a receber		352.718	240.269	136.278	67.018
Contas a receber vinculadas à concessão	8	8.603	5.121	8.603	5.121
Ativos de contrato	9	205.647	135.723	220.660	148.488
Outros créditos	10	137.224	128.346	134.279	140.734
Estoques		30.024	26.195	30.225	26.396
Imposto de renda e contribuição social		102.625	62.789	135.031	77.513
Outros tributos a recuperar	11.2	11.312	17.314	32.378	18.523
Despesas antecipadas	12	13.000	11.440	19.791	15.101
Partes relacionadas	34	15.162	14.883	10.695	10.530
		1.647.237	**2.143.149**	**2.893.524**	**3.185.943**
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	123.022	95.528	428.369	335.783
Clientes	7	-	-	347	11.916
Depósitos judiciais	13	87.125	78.198	94.261	83.840
Contas a receber vinculadas à concessão	8	826.871	827.950	826.871	827.950
Ativos de contrato	9	4.607.214	4.469.267	5.089.816	4.911.550
Outros créditos	10	89.225	90.722	91.173	91.261
Imposto de renda e contribuição social		106.729	103.837	106.729	103.837
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	-	-	36.271	48.156
Outros tributos a recuperar	11.2	84.383	75.155	85.180	76.126
Partes relacionadas	34	-	-	-	200
		5.924.569	**5.740.657**	**6.759.017**	**6.490.619**
Investimentos	**14**	**7.720.268**	**7.588.590**	**3.163.154**	**2.887.274**
Imobilizado	**15**	**5.278.437**	**5.364.435**	**9.713.188**	**9.776.328**
Intangível	**16**	**1.126.526**	**1.229.006**	**2.075.841**	**2.296.158**
Direito de uso de ativos	**25**	**60.316**	**55.687**	**82.822**	**78.763**
		20.110.116	**19.978.375**	**21.794.022**	**21.529.142**
TOTAL DO ATIVO		**21.757.353**	**22.121.524**	**24.687.546**	**24.715.085**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE					
Obrigações sociais e trabalhistas	17	77.637	160.516	78.371	161.483
Partes relacionadas	34	5.897	432.367	54.558	7.471
Fornecedores	18	312.042	439.856	375.628	693.804
Imposto de renda e contribuição social		-	-	139.049	60.569
Outras obrigações fiscais	11.2	35.711	36.322	48.681	45.650
Empréstimos e financiamentos	19	173.609	133.964	272.635	248.801
Debêntures	20	923.657	808.303	972.713	859.524
Dividendos a pagar		372.899	638.378	387.816	652.341
Benefícios pós-emprego	21	18.795	17.568	18.795	17.568
Encargos setoriais a recolher	22	14.914	16.578	17.456	21.588
Pesquisa e desenvolvimento	23.1	83.566	61.190	84.472	63.063
Contas a pagar vinculadas à concessão	24	1.918	7.207	1.918	7.207
Passivo de arrendamentos	25.2	10.777	11.677	10.922	11.982
Outras contas a pagar	26	46.509	36.501	199.780	123.795
		2.077.931	**2.800.427**	**2.662.794**	**2.974.846**
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	18	125.447	125.249	125.447	125.249
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	1.188.192	1.045.740	1.382.263	1.261.533
Outras obrigações fiscais	11.2	55.695	49.947	62.026	55.122
Empréstimos e financiamentos	19	2.215.315	1.289.693	3.619.720	2.610.341
Debêntures	20	2.304.860	3.057.051	2.814.535	3.586.776
Benefícios pós-emprego	21	300.979	367.621	301.880	368.328
Pesquisa e desenvolvimento	23.1	5.983	57.043	20.709	67.952
Contas a pagar vinculadas à concessão	24	61.437	52.153	61.437	52.153
Passivo de arrendamentos	25.2	52.848	46.272	75.878	69.404
Outras contas a pagar	26	46.171	41.171	100.511	108.646
Provisões para litígios	27	532.428	526.934	563.549	561.149
		6.889.355	**6.658.874**	**9.127.955**	**8.866.653**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Atribuível ao acionista da empresa controladora					
Capital social	28.1	6.242.757	5.772.757	6.242.757	5.772.757
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	470.000	-	470.000
Ajustes de avaliação patrimonial	28.2	586.053	564.349	586.053	564.349
Reserva legal		877.479	792.276	877.479	792.276
Reserva de retenção de lucros		4.241.625	4.205.112	4.241.625	4.205.112
Dividendo adicional proposto		842.153	857.729	842.153	857.729
		12.790.067	**12.662.223**	**12.790.067**	**12.662.223**
Atribuível aos acionistas não controladores	**14.2.2**	**-**	**-**	**106.730**	**211.363**
		12.790.067	**12.662.223**	**12.896.797**	**12.873.586**
TOTAL DO PASSIVO		**21.757.353**	**22.121.524**	**24.687.546**	**24.715.085**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	29	**3.553.084**	**4.065.942**	**5.039.660**	**7.551.426**
Custos Operacionais	30	**(1.628.288)**	**(2.280.598)**	**(2.653.101)**	**(4.905.411)**
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		**1.924.796**	**1.785.344**	**2.386.559**	**2.646.015**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas (reversão de despesas liquida)	30	(2.804)	(116)	(2.833)	7
Despesas gerais e administrativas	30	(179.385)	(245.515)	(225.281)	(284.950)
Repactuação Risco Hidrológico - GSF	16.1	-	1.198.933	-	1.560.896
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	(48.968)	(49.059)	(97.665)	(48.901)
Resultado da equivalência patrimonial	14.1	692.364	1.048.724	470.606	356.372
		461.207	**1.952.967**	**144.827**	**1.583.424**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**2.386.003**	**3.738.311**	**2.531.386**	**4.229.439**
Resultado Financeiro	31				
Receitas financeiras		155.889	79.015	277.671	125.758
Despesas financeiras		(725.411)	(420.983)	(902.309)	(564.102)
		(569.522)	**(341.968)**	**(624.638)**	**(438.344)**
LUCRO OPERACIONAL		**1.816.481**	**3.396.343**	**1.906.748**	**3.791.095**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.3				
Imposto de renda e contribuição social		-	(43.878)	(212.852)	(214.862)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(112.429)	(664.557)	(94.437)	(756.134)
		(112.429)	**(708.435)**	**(307.289)**	**(970.996)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.704.052**	**2.687.908**	**1.599.459**	**2.820.099**
Atribuído ao acionista da empresa controladora		-	-	1.704.052	2.687.908
Atribuído aos acionistas não controladores	14.2.2	-	-	(104.593)	132.191
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AO ACIONISTA DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	**28.3**				
Ações ordinárias		0,27983	0,46598		

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultado Abrangente

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.704.052**	**2.687.908**	**1.599.459**	**2.820.099**
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
Ganhos (perdas) com passivos atuariais	28.2				
benefícios pós-emprego		88.303	62.071	88.200	62.071
benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial		(63)	-	-	-
Tributos sobre outros resultados abrangentes		(30.023)	(21.104)	(30.023)	(21.104)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		**58.217**	**40.967**	**58.177**	**40.967**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		**1.762.269**	**2.728.875**	**1.657.636**	**2.861.066**
Atribuível ao acionista, da empresa Controladora		-	-	1.762.269	2.728.875
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(104.633)	132.191

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2022
em milhares de reais

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2022 e 31 dezembro de 2021
em milhares de reais

	NE nº	Atribuível aos acionistas da empresa controladora										
				justes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros						
		Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total Controladora	Atribuível aos acionistas não controladores	Total Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2021		**5.765.226**	**-**	**680.364**	**(110.406)**	**657.881**	**3.137.130**	**602.540**	**-**	**10.732.735**	**93.140**	**10.825.875**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	2.687.908	2.687.908	132.191	2.820.099
Outros resultados abrangentes												
Perdas atuariais, líquidas de tributos	28.2	-	-	-	40.967	-	-	-	-	40.967	-	40.967
Resultado abrangente total do exercício		**-**	**-**	**-**	**40.967**	**-**	**-**	**-**	**2.687.908**	**2.728.875**	**132.191**	**2.861.066**
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	28.2	-	-	(46.576)	-	-	-	-	46.576	-	-	-
Recebimento de adiantamento		-	470.000	-	-	-	-		-	470.000	-	470.000
Aumento de capital		7.531	-	-	-	-	-		-	7.531	-	7.531
Deliberaçao de dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-	(602.540)	-	(602.540)	-	(602.540)
Destinação proposta à A.G.O.:												
Reserva legal		-	-	-	-	134.395	-	-	(134.395)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	28.4	-	-	-	-	-	-	-	(240.000)	(240.000)	-	(240.000)
Dividendos	28.4	-	-	-	-	-	-	857.729	(1.292.107)	(434.378)	(13.968)	(448.346)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	1.067.982	-	(1.067.982)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**5.772.757**	**470.000**	**633.788**	**(69.439)**	**792.276**	**4.205.112**	**857.729**	**-**	**12.662.223**	**211.363**	**12.873.586**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	-	-	-	1.704.052	1.704.052	(104.593)	1.599.459
Outros resultados abrangentes												
Ganhos atuariais, líquidos de tributos	28.2	-	-	-	58.217	-	-	-	-	58.217	(40)	58.177
Resultado abrangente total do exercício		**-**	**-**	**-**	**58.217**	**-**	**-**	**-**	**1.704.052**	**1.762.269**	**(104.633)**	**1.657.636**
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	28.2	-	-	(36.513)	-	-	-	-	36.513	-	-	-
Aumento de capital	28.1	470.000	(470.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Deliberaçao de dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-	(857.729)	-	(857.729)	-	(857.729)
Destinação proposta à A.G.O.:												
Reserva legal		-	-	-	-	85.203	-	-	(85.203)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	28.4	-	-	-	-	-	-	-	(776.696)	(776.696)	-	(776.696)
Dividendos	28.4	-	-	-	-	-	-	842.153	(842.153)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	36.513	-	(36.513)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**6.242.757**	**-**	**597.275**	**(11.222)**	**877.479**	**4.241.625**	**842.153**	**-**	**12.790.067**	**106.730**	**12.896.797**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		**1.704.052**	**2.687.908**	**1.599.459**	**2.820.099**
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:					
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		685.112	365.214	863.144	500.120
Juros efetivos - bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas	8.1	(118.439)	(134.482)	(118.439)	(134.482)
Remuneração de contratos de concessão de transmissão	9.1	(674.379)	(1.024.111)	(769.248)	(1.084.986)
Imposto de renda e contribuição social	11.3	-	43.878	212.852	214.862
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.3	112.429	664.557	94.437	756.134
Resultado da equivalência patrimonial	14.1	(692.364)	(1.048.724)	(470.606)	(356.372)
Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	21.4	84.292	74.609	84.910	75.209
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	23.1	30.679	31.494	39.328	61.321
Depreciação e amortização	30	387.812	334.064	767.069	597.187
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	30.4	(7.659)	33.443	99.507	(108.236)
Resultado da repactuação do risco hidrológico - GSF	16.1	-	(1.198.933)	-	(1.560.896)
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	9.1	-	-	(721)	(722)
Valor justo nas operações com derivativos	31	2.907	20.401	2.907	20.401
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão		26.451	-	26.451	-
Resultado das baixas de imobilizado	15.2	2.135	1.814	42.774	40.305
Resultado das baixas de intangíveis	16.2	1.518	-	1.519	-
Resultado das baixas de direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos líquido	25.1 e 25.2	(32)	(15)	(101)	(26)
		1.544.514	**851.117**	**2.475.242**	**1.839.918**
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		621.691	596.620	843.567	773.192
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		454.094	310.354	63.930	72.890
Depósitos judiciais		1.487	(3.191)	559	(5.645)
Outros créditos		(12.778)	(14.672)	(7.388)	(17.356)
Estoques		(3.829)	(2.837)	(3.829)	(2.837)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(212.910)	(153.155)	(230.592)	(159.344)
Outros tributos a recuperar		(3.685)	(64.982)	(16.442)	(108.000)
Despesas antecipadas		(1.560)	(2.041)	(4.690)	(2.082)
Partes relacionadas		(279)	(2.604)	35	(3.371)
		842.231	**663.492**	**645.150**	**547.447**
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		(82.879)	(3.782)	(83.112)	(3.494)
Partes relacionadas		(83)	(782)	(317)	(918)
Fornecedores		(203.949)	(48.975)	(394.568)	(89.546)
Outras obrigações fiscais		77.339	7.746	81.842	49.098
Benefícios pós-emprego	21.4	(61.404)	(58.864)	(61.930)	(59.400)
Encargos setoriais a recolher		(1.664)	2.701	(4.132)	3.441
Pesquisa e desenvolvimento	23.1	(59.554)	(38.408)	(66.629)	(62.753)
Contas a pagar vinculadas à concessão	24.1	(3.842)	(5.186)	(3.842)	(5.186)
Outras contas a pagar		34.455	3.638	90.155	2.503
Provisões para litígios quitadas	27.1	(54.387)	(63.032)	(56.881)	(63.190)
		(355.968)	**(204.944)**	**(499.414)**	**(229.445)**
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**2.030.777**	**1.309.665**	**2.620.978**	**2.157.920**
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(115.654)	(134.372)	(255.254)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	19.3	(99.225)	(81.837)	(218.711)	(146.126)
Encargos de debêntures pagos	20.2	(386.296)	(114.098)	(428.659)	(154.951)
Encargos de passivo de arrendamentos pagos	25.2	(5.781)	(4.296)	(7.007)	(4.399)
Encargos de obrigações com partes relacionadas pagos		(59.256)	(374)	-	(374)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**1.480.219**	**993.406**	**1.832.229**	**1.596.816**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		(27.494)	15.087	(78.015)	(47.638)
Aquisições de controladas - efeito líquido do caixa adquirido	1.1.1	(18.031)	(578.237)	(18.031)	(501.886)
Aportes em investimentos	14.1	(81.622)	(193.550)	-	(30.870)
Redução de capital em investidas	14.1	61.536	-	61.536	-
Aquisições de imobilizado		(104.197)	(46.207)	(520.601)	(288.401)
Aquisições de intangível	16.2	(4.606)	(4.772)	(4.368)	(5.607)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(174.414)**	**(807.679)**	**(559.479)**	**(874.402)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Ingressos de empréstimos e financiamentos	19.3	1.033.651	52.163	1.141.954	134.313
Custos de transação na captação de empréstimos e financiamentos	19.3	(4.202)	-	(4.202)	(1.647)
Ingressos de debêntures emitidas	20.2	-	1.500.000	-	1.500.000
Custos de transação na emissão de debêntures		-	(15.321)	-	(15.321)
Ingressos de mútuos obtidos com partes relacionadas		-	497.650	46.063	-
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		-	470.000	-	470.000
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	19.3	(132.168)	(125.343)	(215.693)	(187.991)
Amortizações de principal de debêntures	20.2	(739.617)	(733.761)	(793.148)	(773.476)
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	25.2	(13.939)	(10.493)	(14.182)	(10.707)
Amortizações de principal de obrigações com partes relacionadas		(407.650)	(90.000)	-	(33.528)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1.783.400)	(1.371.648)	(1.783.400)	(1.383.939)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(2.047.325)**	**173.247**	**(1.622.608)**	**(302.296)**
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**(741.520)**	**358.974**	**(349.858)**	**420.118**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	1.122.475	763.501	1.929.858	1.509.740
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	380.955	1.122.475	1.580.000	1.929.858
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**(741.520)**	**358.974**	**(349.858)**	**420.118**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado

em 31 de dezembro de 2022 e 31 dezembro de 2021
em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Receitas				
Venda de energia e outros serviços	3.906.810	4.289.304	5.541.764	8.154.819
Receita de construção	224.725	377.126	657.619	552.473
Repactuação do Risco Hidrológico - GSF	-	1.198.933	-	1.560.896
Outras receitas	28.401	27.505	29.983	33.575
Perdas de crédito esperadas	(2.804)	(116)	(2.833)	7
	4.157.132	**5.892.752**	**6.226.533**	**10.301.770**
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	350.882	1.054.039	390.215	1.356.131
Encargos de uso da rede elétrica	378.399	334.451	618.544	535.116
Material, insumos e serviços de terceiros	152.925	125.385	399.900	2.325.748
Custo de construção	168.437	301.918	588.830	476.900
Perda de valores ativos	37.102	7.674	68.971	9.298
Provisão (reversão) de perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*	(25.374)	(11.765)	82.758	(150.541)
Outros insumos / reversões de provisões	61.099	90.990	76.169	97.913
	1.123.470	**1.902.692**	**2.225.387**	**4.650.565**
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	**3.033.662**	**3.990.060**	**4.001.146**	**5.651.205**
(-) Depreciação e amortização	**387.812**	**334.064**	**767.069**	**597.187**
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	**2.645.850**	**3.655.996**	**3.234.077**	**5.054.018**
(+) Valor adicionado transferido				
Resultado da equivalência patrimonial	692.364	1.048.724	470.606	356.372
Receitas financeiras	155.889	79.015	277.671	125.758
Outras receitas	5.919	2.828	5.968	2.893
	854.172	**1.130.567**	**754.245**	**485.023**
	3.500.022	**4.786.563**	**3.988.322**	**5.539.041**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Controladora				Consolidado			
	31.12.2022	%	31.12.2021	%	31.12.2022	%	31.12.2021	%
Pessoal								
Remunerações e honorários	225.943		223.917		245.197		241.100	
Planos previdenciário e assistencial	77.134		70.326		79.674		71.905	
Auxílio alimentação e educação	26.781		25.249		27.426		25.710	
Encargos sociais - FGTS	14.311		14.662		15.620		15.827	
Programa de desligamentos voluntários	(2.461)		39.649		(2.461)		39.649	
Provisões por desempenho e participação nos lucros	10.715		90.001		10.717		90.325	
	352.423	**10,1**	**463.804**	**9,7**	**376.173**	**9,4**	**484.516**	**8,7**
Governo								
Federal								
Tributos	443.409		987.161		723.308		1.343.090	
Encargos setoriais	259.195		195.112		317.473		256.654	
Estadual	4.766		22.845		25.613		45.838	
Municipal	6.820		10.207		7.632		12.703	
	714.190	**20,4**	**1.215.325**	**25,4**	**1.074.026**	**26,9**	**1.658.285**	**29,9**
Terceiros								
Juros	721.648		414.979		909.519		556.873	
Arrendamentos e aluguéis	6.923		4.127		24.835		14.598	
Doações, subvenções e contribuições	786		420		4.310		4.670	
	729.357	**20,8**	**419.526**	**8,8**	**938.664**	**23,5**	**576.141**	**10,4**
Acionistas								
Lucros retidos	85.203		1.155.801		85.203		1.155.801	
Remuneração do capital próprio	776.696		240.000		776.696		240.000	
Dividendos	842.153		1.292.107		842.153		1.292.107	
Participações de acionistas não controladores	-		-		(104.593)		132.191	
	1.704.052	**48,7**	**2.687.908**	**56,1**	**1.599.459**	**40,2**	**2.820.099**	**51,0**
	3.500.022	**100,0**	**4.786.563**	**100,0**	**3.988.322**	**100,0**	**5.539.041**	**100,0**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2022
em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT, Companhia ou Controladora), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco A, bairro Mossunguê, Curitiba - PR, é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria "B", subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel).

A Companhia tem como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte e comercialização de energia elétrica. Adicionalmente, a Companhia tem participação em consórcios e em sociedades de propósito específico, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica.

Em 24.11.2022, a Lei 21.272 do Estado do Paraná autorizou a transformação da Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador ("Corporação") por meio de oferta pública secundária de ações e/ou Units de emissão da Copel e propriedade do Controlador. Em 21.12.2022, decorrente da autorização legal, o Conselho de Administração da Copel, aprovou a realização de estudos para viabilizar a renovação integral das Concessões das Usinas Hidrelétricas Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, Governador Ney Braga e Governador José Richa e avaliar alternativas de captação de recursos visando o pagamento dos respectivos bônus de outorga. A transformação da Copel em "Corporação" possibilitará, nos termos da Lei 9.074/95, a manutenção de 100% de participação da Companhia nas usinas. Em 31.01.2023 o Conselho de Administração da Copel aprovou a contratação de consultores e assessores técnicos especializados para auxiliar nos estudos e na estruturação de eventual oferta.

1.1 Participações societárias da Copel GeT

A Copel GeT participa, direta ou indiretamente, em controladas (1.1.1), em empreendimentos controlados em conjunto (1.1.2), em coligadas (1.1.3) e em operações em conjunto (1.1.4). Até 31.12.2022 não ocorreram alterações, aquisições e alienações em relação às participações societárias de 31.12.2021. Em 06.10.2022, a Copel GeT celebrou contrato para a aquisição dos Complexos Eólicos Santa Rosa & Mundo Novo e Aventura e a operação foi concluída em 30.01.2023 conforme NE nº 38.1.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf
Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

1.1.1 Controladas

CONTROLADA	Sede	Atividade principal	Participação %	Participação Investidora
UEG Araucária S.A. (UEGA)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - gás natural	60,9	Copel GeT
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	S. Miguel do Gostoso/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	Touros/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Ventos de Santo Uriel S.A.	João Câmara/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Brownfield Investment Holding Ltda. (Brownfield)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Ventos de Serra do Mel B S.A.	Serra do Mel/RN	Controle e gestão de participações	68,8	Copel GeT
			31,2	Brownfield
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Uirapuru Transmissora de Energia S.A	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Bela Vista Geração de Energia S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel GeT
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (FDA)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Jandaíra I Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra II Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra III Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra IV Energias Renováveis S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Eol Potiguar B61 SPE S.A. (a)	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
GE Olho D'Água S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Boa Vista S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Farol S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE São Bento do Norte S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Eol Potiguar B141 SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Eol Potiguar B142 SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Eol Potiguar B143 SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Serra do Mel
Eol Ventos de Vila Paraíba IV SPE S.A.	Serra do Mel/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Serra do Mel

(a) Empreendimento eólico com 99,99992% da Copel Get e 0,00008% da Brownfield.

Complexo Eólico Vilas

Em 30.11.2021 a Companhia concluiu a aquisição de 100% do Complexo Eólico Vilas e mensurou, preliminarmente, o valor justo dos ativos identificados adquiridos e os passivos assumidos na data da aquisição.

Em 30.09.2022, os valores provisórios da combinação de negócios foram revisados. O quadro a seguir apresenta o valor justo dos ativos líquidos adquiridos atualizado após os ajustes finais da combinação de negócios:

	Valor contábil ajustado (a)	Ajuste ao valor justo	Valor justo na data da aquisição
Ativos identificados	**901.059**	**301.102**	**1.202.161**
Caixa e equivalentes	76.350	-	76.350
Títulos e valores mobiliários	13.236	-	13.236
Clientes	23.585	-	23.585
Outros créditos	341	-	341
Imposto de renda e contribuição social	476	-	476
Outros tributos a recuperar	64	-	64
Despesas antecipadas	24	-	24
Imobilizado	754.557	-	754.557
Intangível	10.275	301.102	311.377
Direito de uso de ativos	22.151	-	22.151
Passivos assumidos	**605.893**	**102.375**	**708.268**
Fornecedores	11.229	-	11.229
Imposto de renda e contribuição social	117	-	117
Outras obrigações fiscais	2.905	-	2.905
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.191	102.375	105.566
Empréstimos e financiamentos	539.671	-	539.671
Passivo de arrendamento	22.379	-	22.379
Outras contas a pagar	26.401	-	26.401
Ativos líquidos adquiridos	**295.166**	**198.727**	**493.893**

(a) Valor contábil das investidas ajustado às práticas da Companhia antes da alocação do valor justo na combinação de negócio.

O quadro a seguir apresenta a variação dos valores em relação aos registros preliminares efetuados em 30.11.2021 e os valores finais atualizados em 31.12.2022:

	Valores preliminares	Ajuste	Valores finais
Valor da contraprestação	597.684	(1.416)	596.268
(-) Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	503.463	(9.570)	493.893
Ágio técnico	**94.221**	**8.154**	**102.375**

A revisão dos valores provisórios da combinação de negócios teve reflexo na mensuração da mais valia e do ágio técnico no total de R$ 8.154. Considerando que o ajustes não são relevantes nas Demonstrações Financeiras, sem impacto no resultado da Companhia, os saldos de 31.12.2021 não estão sendo reapresentados. Do total pago pela operação, R$ 578.236 foram desembolsados em novembro de 2021 e o saldo remanescente, de R$ 18.031, durante o exercício de 2022.

1.1.2 Empreendimentos controlados em conjunto

EMPREENDIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO	Sede	Atividade principal	Participação %	Participação Investidora
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	24,5	Copel GeT
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	50,1	Copel GeT
Cantareira Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT

1.1.3 Coligadas

COLIGADA	Sede	Atividade principal	Participação %	Participação Investidora
Foz do Chopim Energética Ltda.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	35,77	Copel GeT

1.1.4 Operações em conjunto (consórcios)

A Companhia possui participação em algumas operações em conjunto. Os dois empreendimentos relevantes, com valores registrados no imobilizado da Companhia, estão apresentados na NE nº 15.3.

2. CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

CONCESSÕES DE GERAÇÃO	Participação %	Vencimento
CONCESSÃO ONEROSA PELO DIREITO DE USO DO BEM PÚBLICO - UBP		
Contrato de Concessão de geração nº 001/2007 - UHE Gov. Jayme Canet Júnior (Mauá)	51	27.05.2047
Contrato de Concessão nº 001/2011 - UHE Colíder	100	30.01.2046
Autorização - Portaria nº 133/2011 - PCH Cavernoso II	100	06.12.2050
Contrato de Concessão nº 002/2012 - UHE Baixo Iguaçu	30	03.12.2049
Contrato de Concessão nº 007/2013		
UHE Apucaraninha	100	27.01.2027
UHE Chaminé	100	02.08.2028
UHE Derivação do Rio Jordão	100	21.06.2032
UHE Cavernoso	100	23.06.2033
CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO		
Contrato de Concessão nº 045/1999		
UTE Figueira (NE nº 33.2.6)	100	27.03.2019
UHE São Jorge (NE nº 33.2.6)	100	24.07.2026
UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	100	25.09.2032
UHE Gov. José Richa (Salto Caxias)	100	20.03.2033
Contrato de Concessão nº 001/2020		
UHE Guaricana	100	21.07.2028
Autorização - Resolução nº 278/1999 - EOL Palmas	100	29.09.2029
Despacho n° 182/2002 - Central Geradora Hidrelétrica - CGH Melissa, CGH Pitangui e CGH Salto do Vau (apenas registro na Aneel)	100	-
Contrato de Concessão nº 003/2016 - UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (GPS)	100	03.01.2053
UHE Marumbi - Declaração de registro de central geradora: CGH.PH.PR.001501-6.02	100	-
Resolução Autorizativa Aneel nº 5373/2015 - CGH Chopim I (apenas registro na Aneel)	100	-
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias		
UEG Araucária - Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária (20,3% da Copel)	60,9	23.12.2029
Nova Asa Branca I - Portaria MME nº 267/2011 - EOL Asa Branca I	100	25.04.2046
Nova Asa Branca II - Portaria MME nº 333/2011 - EOL Asa Branca II	100	31.05.2046
Nova Asa Branca III - Portaria MME nº 334/2011 - EOL Asa Branca III	100	31.05.2046
Nova Eurus IV - Portaria MME nº 273/2011 - EOL Eurus IV	100	27.04.2046
Santa Maria - Portaria MME nº 274/2012 - EOL SM	100	08.05.2047
Santa Helena - Portaria MME nº 207/2012 - EOL Santa Helena	100	09.04.2047
Ventos de Santo Uriel - Portaria MME nº 201/2012 - EOL Ventos de Santo Uriel	100	09.04.2047
GE Boa Vista - Portaria MME nº 276/2011 - EOL Dreen Boa Vista	100	28.04.2046
GE Farol - Portaria MME nº 263/2011 - EOL Farol	100	20.04.2046
GE Olho D'Água - Portaria MME nº 343/2011 - EOL Dreen Olho D'Água	100	01.06.2046
GE São Bento do Norte - Portaria MME nº 310/2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	100	19.05.2046
Esperança do Nordeste - Portaria MME nº 183/2015 - EOL Esperança do Nordeste	100	11.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste - Portaria MME nº 182/2015 - EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste	100	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Jangada - REA nº 3.257/2011 - EOL GE Jangada	100	05.01.2042
Maria Helena - REA nº 3.259/2011 - EOL GE Maria Helena	100	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Potiguar - Portaria MME nº 179/2015 - EOL Potiguar	100	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Guajiru - REA nº 3.256/2011 - EOL Dreen Guajiru	100	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Cutia - REA nº 3.258/2011 - EOL Dreen Cutia	100	05.01.2042
São Bento do Norte I - Portaria n° 349/2015 - EOL São Bento do Norte I	100	04.08.2050
São Bento do Norte II - Portaria n° 348/2015 - EOL São Bento do Norte II	100	04.08.2050
São Bento do Norte III - Portaria n° 347/2015 - EOL São Bento do Norte III	100	04.08.2050
São Miguel I - Portaria n° 352/2015 - EOL São Miguel I	100	04.08.2050
São Miguel II - Portaria n° 351/2015 - EOL São Miguel II	100	04.08.2050
São Miguel III - Portaria n° 350/2015 - EOL São Miguel III	100	04.08.2050
Foz do Chopim - Autorização - Resolução nº 114/2000 - PCH Arturo Andreoli	35,77	15.08.2032
PCH Bela Vista (NE nº 15.5.1) - Resolução Autorizativa nº 913/2007 - transferência de titularidade pela Resolução Autorizativa nº 7802/2019	100	02.01.2041
F.D.A. Geração de Energia Elétrica (NE nº 33.2.6) - Contrato de Concessão de Geração nº 002/2020	100	21.12.2024
Jandaíra I Energias Renováveis (NE nº 15.5.2) - Portaria n° 140/2020 - EOL Jandaíra I	100	02.04.2055
Jandaíra II Energias Renováveis (NE nº 15.5.2) - Portaria n° 141/2020 - EOL Jandaíra II	100	02.04.2055
Jandaíra III Energias Renováveis (NE nº 15.5.2) - Portaria n° 142/2020 - EOL Jandaíra III	100	02.04.2055
Jandaíra IV Energias Renováveis (NE nº 15.5.2) - Portaria n° 139/2020 - EOL Jandaíra IV	100	02.04.2055
EOL Potiguar B 141 SPE S.A. - Portaria n° 02/2019 - EOL Vila Maranhão I	100	11.01.2054
EOL Potiguar B 142 SPE S.A. - Portaria n° 12/2019 - EOL Vila Maranhão II	100	14.01.2054
EOL Potiguar B 143 SPE S.A. - Portaria n° 13/2019 - EOL Vila Maranhão III	100	14.01.2054
EOL Potiguar B 61 SPE S.A. - Portaria n° 453/2019 - EOL Ventos de Vila Mato Grosso I	100	06.12.2054
Ventos de Vila Paraíba IV SPE S.A - Portaria n° 10/2019 - EOL Vila Ceará I	100	14.01.2054

COPEL GET	Participação %	Vencimento	Próxima revisão tarifária
Contratos de Concessões de Linhas de Transmissão - LT e Subestações - SE			
Contrato nº 060/2001 - Instalações de transmissão (diversos LTs e SEs) - prorrogado pelo 3º termo aditivo	100	01.01.2043	2023
Contrato nº 075/2001 - LT 230 kV Bateias - Jaguariaíva	100	17.08.2031	(a)
Contrato nº 006/2008 - LT 230 kV Bateias - Pilarzinho	100	17.03.2038	2023
Contrato nº 027/2009 - LT 525 kV Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	100	19.11.2039	2025
Contrato nº 010/2010 - LT 500 kV Araraquara II - Taubaté	100	06.10.2040	2026
Contrato nº 015/2010 - SE Cerquilho III 230/138 kV	100	06.10.2040	2026
Contrato nº 022/2012 - LT 230 kV Londrina - Figueira e LT 230 kV Foz do Chopim - Salto Osório	100	27.08.2042	2023
Contrato nº 002/2013 - LT 230 kV Assis - Paraguaçu Paulista II e SE Paraguaçu Paulista II 230 kV	100	25.02.2043	2023
Contrato nº 005/2014 - LT 230 kV Bateias - Curitiba Norte e SE Curitiba Norte 230/138 kV	100	29.01.2044	2024
Contrato nº 021/2014 - LT 230 kV Foz do Chopim - Realeza e SE Realeza 230/138 kV	100	05.09.2044	2025
Contrato nº 022/2014 - LT 500 kV Assis - Londrina	100	05.09.2044	2025
Contrato nº 006/2016 - LT 525 kV Curitiba Leste - Blumenau	100	07.04.2046	2026
LT 230 kV Baixo Iguaçu - Realeza			
LT 230 kV Curitiba Centro - Uberaba			
SE Medianeira 230/138 kV			
SE Curitiba Centro 230/138 kV			
SE Andirá Leste 230/138 kV			
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias			
Costa Oeste Transmissora - **Contrato nº 001/2012:**	100	12.01.2042	2027
LT 230 kV Cascavel Oeste - Umuarama			
SE Umuarama 230/138 kV			
Caiuá Transmissora - **Contrato nº 007/2012:**	49	10.05.2042	2027
LT 230 kV Umuarama - Guaíra			
LT 230 kV Cascavel Oeste - Cascavel Norte			
SE Santa Quitéria 230/138/13,8 kV			
SE Cascavel Norte 230/138/13,8 kV			
Marumbi Transmissora - **Contrato nº 008/2012:**	100	10.05.2042	2027
LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste			
SE Curitiba Leste 525/230 kV			
Integração Maranhense - **Contrato nº 011/2012: LT 500 Kv Açailândia - Miranda II**	49	10.05.2042	2027
Matrinchã Transmissora - **Contrato nº 012/2012:**	49	10.05.2042	2027
LT 500 kV Paranaíta - Cláudia			
LT 500 kV Cláudia - Paranatinga			
LT 500 kV Paranatinga - Ribeirãozinho			
SE Paranaíta 500 kV			
SE Cláudia 500 kV			
SE Paranatinga 500 kV			
Guaraciaba Transmissora - **Contrato nº 013/2012:**	49	10.05.2042	2027
LT 500 kV Ribeirãozinho - Rio Verde Norte			
LT 500 kV Rio Verde Norte - Marimbondo II			
SE Marimbondo II 500 kV			
Paranaíba Transmissora - **Contrato nº 007/2013:**	24,5	02.05.2043	2023
LT 500 kV Barreiras II - Rio das Éguas			
LT 500 kV Rio das Éguas - Luziânia			
LT 500 kV Luziânia - Pirapora 2			
Mata de Santa Genebra - **Contrato nº 001/2014:**	50,1	14.05.2044	2024
LT 500 kV Itatiba - Bateias			
LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba			
LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias			
SE Santa Bárbara D´Oeste 440 kV			
SE Itatiba 500 kV			
SE Fernão Dias 500/440 kV			
Cantareira Transmissora - **Contrato nº 019/2014: LT 500 kV Estreito - Fernão Dias**	49	05.09.2044	2025
Uirapuru Transmissora - **Contrato nº 002/2005: LT 525 kV Ivaiporã - Londrina**	100	04.03.2035	(a)

(a) Não passam por revisão tarifária e a RAP reduz para 50% no 16º ano.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28.03.2023.

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Copel GeT e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e estas revisões são reconhecidas prospectivamente.

3.3.1 Julgamentos

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis com efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

- NEs nos 4.1 e 14 - Base de consolidação e Investimentos: avaliação sobre a existência de controle e influência significativa; e
- NE no 4.2 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

3.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício:

- NEs nos 4.3 e 8 - Contas a receber vinculadas à concessão: previsão dos fluxos de caixa e dMo saldo indenizável dos contratos de concessão;
- NEs nos 4.4 e 9 - Ativos de contrato: definição da taxa de remuneração dos contratos, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos de caixas;
- NEs nos 4.7 e 15 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nos 4.8 e 16 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nos 4.9.1 e 7.2 - Perdas de crédito esperadas: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NEs nos 4.9.2 e 15.4 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nos 4.10 e 27 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NE no 4.11 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e de margem de construção;
- NE no 4.13 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE: previsão de valores que serão faturados pela CCEE;
- NE no 4.14 - Instrumentos financeiros derivativos: operações de compra a termo de moeda;
- NEs nos 4.15.1 e 11.1 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros;
- NEs nos 4.16 e 21 - Benefícios pós-emprego: premissas atuariais para avaliação dos planos previdenciários e assistenciais;
- NEs nos 4.17 e 25 - Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos: definição da taxa de juros para os contratos.

3.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia, o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

Para equacionar a capacidade financeira de curto prazo da Controladora, que apresenta capital circulante líquido negativo, a Administração vem monitorando a evolução da liquidez e adotando ações de adequação do programa de investimentos da Companhia, manutenção das ações de redução de custos e alongamento da dívida.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

4.1 Base de consolidação

4.1.1 Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e em coligadas são reconhecidos nas demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial.

Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como controlada, empreendimento controlado em conjunto ou coligada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando necessário, para cálculo das equivalências patrimoniais, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Controladora.

4.1.2 Controladas

As controladas são as entidades em que a investidora está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com elas e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre as entidades.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Os saldos de ativos, passivos e resultados das controladas são consolidados linha a linha e os saldos decorrentes das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

4.1.3 Participação de acionistas não controladores

A participação de acionistas não controladores é apresentada no patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. Os lucros, os prejuízos e os outros resultados abrangentes também são atribuídos separadamente dos atribuídos aos acionistas da Controladora, ainda que isso resulte em que as participações de acionistas não controladores tenham saldo deficitário.

4.1.4 Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Os empreendimentos controlados em conjunto são as entidades em que a investidora, vinculada a um acordo, não exerce individualmente o poder de decisões financeiras e operacionais, independentemente do percentual de participação no capital votante.

As coligadas são as entidades sobre as quais a investidora tem influência significativa, mas não o controle.

Quando a participação nos prejuízos de um empreendimento controlado em conjunto ou de uma coligada se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, a investidora deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Perdas adicionais serão consideradas, e um passivo reconhecido, somente se a investidora incorrer em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou efetuar pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, a investidora deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

4.1.5 Operações em conjunto (consórcios)

Operação em conjunto é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio.

As operações em conjunto são contabilizadas na proporção de cota-parte de ativos, passivos e resultado, na empresa que detém a participação.

4.1.6 Combinação de negócios

A análise da aquisição é feita caso a caso para determinar se a transação representa uma combinação de negócios ou uma compra de ativos. Transações entre empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

Os ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios são contabilizados utilizando o método de aquisição e são reconhecidos pelos seus respectivos valores justos na data de aquisição.

O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos) é reconhecido como ágio (goodwill), no ativo intangível. Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

O valor pago que se refira especificamente a direito de concessão adquirido em combinação de negócios onde a entidade adquirida seja uma concessionária, cujo direito à concessão tenha prazo conhecido e definido, não se caracteriza como goodwill.

Nas aquisições de participação em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto, apesar de não configurarem uma combinação de negócios, os ativos líquidos adquiridos também são reconhecidos pelo valor justo. O ágio é apresentado no investimento.

4.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos conforme descrito na NE nº 4.14.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

4.2.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

4.2.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

4.2.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

4.2.4 Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

4.2.5 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

4.3 Contas a receber vinculadas à concessão

Referem-se aos ativos financeiros das concessões com direito incondicional de receber caixa pela Companhia, garantido pelo Poder Concedente por cláusula contratual e legislação específica.

4.3.1 Bonificação pela outorga de contrato de concessão de geração em regime de cotas

O contrato de concessão de geração em regime de cotas prevê o pagamento de bonificação pela outorga ao Poder Concedente, nos termos do parágrafo 7° do artigo 8° da Lei nº 12.783/2013.

Esta bonificação é reconhecida como ativo financeiro por representar um direito incondicional de receber caixa, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda.

A remuneração deste ativo financeiro é baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC na sigla em inglês) definido pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE na Resolução 2/2015, a qual está sendo apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

4.3.2 Concessão de geração de energia elétrica

A Companhia operou e opera contratos de concessão de geração de energia elétrica que contém cláusulas de indenização da infraestrutura não depreciada, amortizada e/ou recebida durante o prazo da concessão. Após o vencimento, os saldos residuais dos ativos são transferidos para contas a receber vinculadas à concessão. Ao final de cada período de divulgação, a Administração avalia a recuperabilidade do ativo, remensurando seu fluxo de caixa com base em sua melhor estimativa.

4.4 Ativos de contrato

Representado pela construção em curso ou em serviço da infraestrutura delegada pelo Poder Concedente, condicionado ao recebimento da receita não somente pela passagem do tempo, mas após cumprir a obrigação de performance de manter e operar a infraestrutura.

4.4.1 Concessão de transmissão de energia elétrica

Representa o saldo dos contratos de serviço público de transmissão de energia elétrica firmados com o Poder Concedente para construir, operar e manter as linhas e subestações de alta tensão dos centros de geração até os pontos de distribuição.

Durante a vigência do contrato de concessão a Companhia recebe, condicionado a sua performance, uma remuneração denominada Receita Anual Permitida - RAP que amortiza os investimentos realizados na construção da infraestrutura e também faz frente aos custos de operação e manutenção incorridos.

Após o início da operação comercial e na medida em que o serviço de operação e manutenção – O&M é prestado, a parte da RAP referente a receita de O&M é reconhecida no resultado ao valor justo, mensalmente, e faturada em conjunto com a parte da receita reconhecida na fase de construção, referente a remuneração dos ativos construídos. Este valor faturado após o cumprimento da performance de O&M é reclassificado para o ativo financeiro na rubrica de clientes até o seu recebimento efetivo.

A Companhia estima sua receita na fase de construção a valor justo com base no custo orçado da obra e utilizado pela administração como parâmetro para o lance no leilão da concessão. A receita a valor justo é composta pelo custo orçado para todo período de construção acrescido da margem de construção, que representa o lucro suficiente para cobrir os gastos de gerenciamento e acompanhamento da obra.

A taxa de remuneração de cada concessão é determinada pela projeção do custo esperado, da margem de lucro sobre o custo na fase de construção e também da projeção da RAP a ser recebida, já liquida da estimativa da contraprestação variável (PV) e da parte da RAP da performance de O&M. Essa técnica de avaliação de valor justo pela abordagem de receita desconta o fluxo de caixa de todo o período da concessão, determinando no reconhecimento inicial a taxa implícita que zera o fluxo ao longo do tempo. Essa taxa de remuneração é fixada no momento inicial e não se altera durante a performance do contrato e representa a taxa de mercado vigente a época nas condições da negociação entre partes.

O ativo proveniente da construção da infraestrutura de transmissão é formado pelo reconhecimento da receita de construção, conforme o percentual completado da obra (NE nº 4.12) e por sua remuneração financeira (NE nº 4.11.2).

A Companhia reconhece os ganhos e perdas por eficiência ou ineficiência na construção da infraestrutura e em função de revisão tarifária periódica – RTP, quando incorridos, diretamente no resultado do exercício.

No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção da infraestrutura, este será recebido diretamente do Poder Concedente, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

Rede Básica do Sistema Existente - RBSE

Os saldos dos ativos RBSE são compostos por uma componente econômica, referente ao custo de capital dos ativos não depreciados em julho de 2017 e uma componente financeira, decorrente do direito pela Receita Anual Permitida – RAP do Contrato de concessão n° 060/2001 não recebida no período de janeiro de 2013 a junho de 2017, acrescido de atualização monetária e juros remuneratórios.

4.5 Contas a pagar vinculadas à concessão

Referem-se aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de geração de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro inicial da obrigação é feito na data da assinatura do contrato de concessão e corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros. Posteriormente, é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados.

4.6 Estoque (inclusive do ativo imobilizado e do ativo de contrato)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado e no ativo de contrato, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

4.7 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão de serviço público de geração de energia elétrica são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, que é revisada anualmente e ajustada, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

4.8 Intangível

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos, além dos contratos de concessão apresentados a seguir.

4.8.1 Concessão onerosa de geração de energia elétrica

Corresponde à aquisição de direito de exploração do potencial de geração de energia hidráulica cujo contrato prevê pagamentos à União a título de Uso do Bem Público – UBP e/ou Bônus de Outorga.

O montante é reconhecido pelo valor presente das saídas de caixa futuras no período de vigência do contrato de concessão. Na data de início da operação comercial ou da aquisição do direito de exploração do empreendimento, o montante apresentado é fixado e amortizado durante o período da concessão.

4.8.2 Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF)

Ativo constituído pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, proveniente do valor recuperado do custo com o fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia MRE (GSF). O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual é amortizado linearmente até o final do novo prazo de concessão.

4.8.3 Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

4.8.4 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da alienação de um ativo intangível são reconhecidos no resultado, mensurados com a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo.

4.9 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

4.9.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuírem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

4.9.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

Os ativos provenientes da concessão onerosa e direitos de concessão e/ou autorização de geração de energia elétrica, classificados como ativos intangíveis, têm seu valor recuperável testado juntamente com os demais ativos daquela unidade geradora de caixa.

Os valores recuperáveis dos ativos de contratos na sua fase de formação são testados no momento de sua mensuração, em decorrência principalmente da utilização da taxa efetiva de juros fixada no início do projeto e levada até o final do fluxo de caixa da concessão. Após o início da operação comercial a parte da receita faturada é testada no contas a receber de clientes e a parte a receber condicionada a cumprir a obrigação de performance de manter e operar a infraestrutura, a Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas, pois são garantidas por estruturas de fianças, pelo rateio compartilhado de eventual inadimplência entre os demais integrantes do sistema interligado nacional gerido pelo Operador Nacional do Sistema - ONS e pela regulamentação do setor.

4.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão). No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais não provisionados relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício, exceto os custos ou despesas para renovação das licenças, que são registrados como ativo intangível e amortizado pelo prazo da vigência da licença.

4.11 Reconhecimento da receita

4.11.1 Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente, principalmente, do suprimento e fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Para as empresas de geração eólica sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

A receita proveniente do fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica é reconhecida mensalmente com base na energia medida e efetivamente faturada. Além disso, a Companhia registra a receita não faturada, calculada entre a data da última leitura e o encerramento do mês, por estimativa, com base na média do último faturamento.

4.11.2 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Em relação ao ativo de contrato da concessão de transmissão de energia elétrica é reconhecida receita de remuneração financeira utilizando a taxa de remuneração implícita fixada no início de cada projeto, a qual é apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

4.12 Receita de construção e custo de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica são reconhecidas ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra.

Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

A margem de construção adotada para a atividade de transmissão relativa aos exercícios de 2022 e de 2021 é de 1,65%, e deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

4.13 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

4.14 Instrumentos financeiros derivativos

4.14.1 Operações de compra a termo de moeda

A Companhia operou com contratos de compra a termo de moeda ("Non Deliverable Forward - NDF"), que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados aos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas, quando refletem compras de equipamentos projetados em moedas estrangeiras. São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas no resultado do exercício. O valor justo é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras.

4.15 Tributos

4.15.1 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

4.15.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

4.15.3 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS das alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens são apresentados deduzido do custo de aquisição dos respectivos ativos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

4.16 Benefícios Pós-emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e Plano Assistencial (assistência médica e odontológica) para seus empregados ativos e seus dependentes legais. Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são avaliados anualmente por atuário independente, com a data base que coincide com o encerramento do exercício. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com o atuário independente e aprovadas pela Administração.

Os ativos dos planos de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado). O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano. A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

4.17 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Quando da atualização monetária dos contratos, os ativos e passivos são remensurados para refletir as alterações nos pagamentos do arrendamento. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

4.18 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pelas empresas assim como sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é demonstração prevista ou obrigatória conforme as IFRS.

4.19 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1°.01.2022

A partir de 1°.01.2022 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

(i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;

(ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;

(iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;

(iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

4.20 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

(i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);

(ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);

(iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);

(iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);

(v) CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de "sale and leaseback" (a partir de 1º.01.2024);

(vi) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	53.117	18.187	113.310	81.117
Aplicações financeiras de liquidez imediata	327.838	1.104.288	1.466.690	1.848.741
	380.955	**1.122.475**	**1.580.000**	**1.929.858**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação são remuneradas entre 94,0% e 101,0% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia e suas controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 3 a 55 meses a partir do final do exercício.

CATEGORIA	Indexador	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Cotas de fundos de investimentos (a)	CDI	66.196	58.386	353.361	276.429
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96% a 98,3% do CDI	56.826	37.142	75.008	59.354
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10,92% a.a.	-	-	-	14.571
		123.022	**95.528**	**428.369**	**350.354**
	Circulante	**-**	**-**	**-**	**14.571**
	Não circulante	**123.022**	**95.528**	**428.369**	**335.783**

Certificado de Depósito Interbancário - CDI
(a) Tratam-se, em sua maioria, de contas de reserva destinadas ao cumprimento de contratos com o BNDES.

7. CLIENTES

CONTROLADORA	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.12.2022	Saldo 31.12.2021
Consumidores					
Consumidores livres	-	-	-	-	21.865
Outros créditos	-	51	-	51	27
	-	**51**	**-**	**51**	**21.892**
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
Contratos bilaterais	159.083	-	-	159.083	135.047
Contratos regulados	136.424	317	5.314	142.055	134.288
CCEE (7.1)	-	-	119.665	119.665	119.665
	295.507	**317**	**124.979**	**420.803**	**389.000**
Encargos de uso da rede elétrica	**86.872**	**425**	**7.419**	**94.716**	**92.978**
(-) Perdas de créditos esperadas (7.2)	**(146)**	**-**	**(125.457)**	**(125.603)**	**(125.276)**
	382.233	**793**	**6.941**	**389.967**	**378.594**

CONSOLIDADO	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.12.2022	Saldo 31.12.2021
Consumidores					
Consumidores livres	-	-	-	-	21.865
Outros créditos	-	51	-	51	27
	-	**51**	**-**	**51**	**21.892**
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
Contratos bilaterais	251.921	-	206	252.127	213.768
Contratos regulados	200.369	3.148	5.319	208.836	210.341
CCEE (7.1)	29.867	-	119.665	149.532	325.515
	482.157	**3.148**	**125.190**	**610.495**	**749.624**
Encargos de uso da rede elétrica	**92.776**	**447**	**7.810**	**101.033**	**97.805**
(-) Perdas de créditos esperadas (7.2)	**(172)**	**-**	**(125.476)**	**(125.648)**	**(125.315)**
	574.761	**3.646**	**7.524**	**585.931**	**744.006**
Circulante				**585.584**	**732.090**
Não circulante				**347**	**11.916**

7.1 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Saldo a receber proveniente de posição positiva na liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE. Os valores são recebidos no segundo mês subsequente ao reconhecimento da receita ou são compensados com liquidações futuras quando o resultado apresentar posição negativa para a controlada.

Do total apresentado, R$ 119.665 se referem à parcela controversa decorrente dos efeitos da liminar pelo excludente de responsabilidade da UHE Colíder. Como resultado de caso fortuito e força maior, a usina atrasou sua operação comercial, inicialmente prevista para janeiro de 2015. A Companhia discute judicialmente o pedido de excludente de responsabilidade para que a obrigatoriedade do fornecimento da energia contratada pela usina, no período em atraso, seja postergada. Foram registradas perdas de crédito esperadas no mesmo valor do saldo a receber, conforme demonstrado na NE n° 7.2.

A Copel GeT protocolou pedido administrativo do excludente de responsabilidade na Aneel, que foi negado, e subsequentemente, em 18.12.2017, impetrou ação ordinária com pedido de tutela antecipada junto ao Poder Judiciário, solicitando a reversão da decisão da agência. Em 06.04.2018, o Tribunal Federal da 1ª Região deferiu a antecipação de tutela recursal requerida no Agravo de Instrumento para conceder a liminar para suspender a exigência de quaisquer ônus ou imputação de penalidade à Copel em decorrência da ultrapassagem dos marcos temporais do cronograma original do Contrato de Concessão, até o julgamento definitivo. Foi interposto Agravo interno pela Aneel desta decisão e aguarda julgamento pelo Tribunal Regional Federal. A ação principal aguarda seu julgamento de mérito desde 25.02.2019.

A energia contratada da usina é de 125 MW médios. Para os períodos em atraso o contrato foi cumprido e, em virtude do não julgamento do mérito da ação, a Companhia reconheceu a receita se limitando às cláusulas econômicas do contrato e às regras regulatórias, bem como ao custo da energia para cobertura do lastro contratual.

7.2 Perdas de créditos esperadas

CONTROLADORA	Saldo em 1°.01.2021	Adições/ (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2021	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2022
Consumidores							
Industrial	87	(75)	-	12	(12)	-	-
	87	**(75)**	**-**	**12**	**(12)**	**-**	**-**
Concessionárias e permissionárias							
CCEE (7.1)	119.665	-	-	119.665	-	-	119.665
Concessionárias e permissionárias	6.271	739	(1.411)	5.599	430	(91)	5.938
	125.936	**739**	**(1.411)**	**125.264**	**430**	**(91)**	**125.603**
	126.023	**664**	**(1.411)**	**125.276**	**418**	**(91)**	**125.603**

CONSOLIDADO	Saldo em 1°.01.2021	Adições/ (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2021	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2022
Consumidores							
Industrial	87	(75)	-	12	(12)	-	-
	87	**(75)**	**-**	**12**	**(12)**	**-**	**-**
Concessionárias e permissionárias							
CCEE (7.1)	119.665	-	-	119.665	-	-	119.665
Concessionárias e permissionárias	6.884	617	(1.863)	5.638	471	(126)	5.983
	126.549	**617**	**(1.863)**	**125.303**	**471**	**(126)**	**125.648**
	126.636	**542**	**(1.863)**	**125.315**	**459**	**(126)**	**125.648**

8. CONTAS A RECEBER VINCULADAS À CONCESSÃO

CONTROLADORA E CONSOLIDADO	31.12.2022	31.12.2021
Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas (8.1)	766.832	730.851
Contrato de concessão de geração de energia elétrica (8.2)	68.642	102.220
	835.474	**833.071**
Circulante	**8.603**	**5.121**
Não circulante	**826.871**	**827.950**

8.1 Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas

Em 1°.01.2021	**671.204**
Transferências para suprimento de energia elétrica - clientes	(74.835)
Juros efetivos (NE nº 29.1)	134.482
Em 31.12.2021	**730.851**
Transferências para suprimento de energia elétrica - clientes	(82.458)
Juros efetivos (NE nº 29.1)	118.439
Em 31.12.2022	**766.832**

A Copel GeT firmou em 05.01.2016, por 30 anos, contrato de concessão da UHE GPS, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com pagamento ao Poder Concedente da Bonificação pela Outorga no montante de R$ 574.827, conforme regras do Edital de Leilão Aneel n° 12/2015.

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como ativo financeiro em função do direito incondicional da Copel GeT de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

8.2 Contrato de concessão de geração de energia elétrica

Em 1°.01.2021	**81.202**
Remuneração	18.414
Reversão de *impairment*	2.604
Em 31.12.2021	**102.220**
Remuneração	1.934
Ajustes ao valor justo	(35.512)
Em 31.12.2022	**68.642**

Saldo residual dos ativos de geração de energia elétrica da UHE GPS e UHE Mourão I. A Copel GeT depreciou as usinas até 2015, data de vencimento das concessões, e o saldo remanescente foi reclassificado para a rubrica contas a receber vinculadas à concessão e subsequentemente mensurados pela melhor estimativa de valor justo.

Em 17.12.2015 a Copel GeT manifestou à Aneel o interesse no recebimento do valor indenizável, com a comprovação da realização dos respectivos investimentos, e em 22.07.2022 protocolou o relatório de avaliação do valor indenizável atualizado. A Companhia aguarda manifestação da Aneel.

9. ATIVOS DE CONTRATO

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Contratos de concessão de transmissão		3.396.661	3.177.338	3.894.276	3.632.386
Contratos de concessão de transmissão - RBSE		1.416.200	1.427.652	1.416.200	1.427.652
		4.812.861	**4.604.990**	**5.310.476**	**5.060.038**
	Circulante	**205.647**	**135.723**	**220.660**	**148.488**
	Não circulante	**4.607.214**	**4.469.267**	**5.089.816**	**4.911.550**

9.1 Mutação dos ativos de contrato

	Controladora			Consolidado		
	Ativo concessões	Ativo RBSE	Total	Ativo concessões	Ativo RBSE	Total
Em 1°.01.2021	**2.591.049**	**1.343.348**	**3.934.397**	**3.007.234**	**1.343.348**	**4.350.582**
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	-	-	-	722	-	722
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(285.781)	(250.520)	(536.301)	(343.767)	(250.520)	(594.287)
Transferências para o imobilizado	(1.483)	-	(1.483)	(1.483)	-	(1.483)
Transferência de litígios	-	-	-	3.376	-	3.376
Remuneração	560.492	242.872	803.364	649.775	242.872	892.647
Receita de construção	184.266	-	184.266	187.733	-	187.733
Margem de construção	3.040	-	3.040	3.097	-	3.097
Ganho por eficiência (9.1.1)	125.755	91.952	217.707	125.699	91.952	217.651
Em 31.12.2021	**3.177.338**	**1.427.652**	**4.604.990**	**3.632.386**	**1.427.652**	**5.060.038**
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	-	-	-	721	-	721
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(337.533)	(213.378)	(550.911)	(389.939)	(213.378)	(603.317)
Transferências para o imobilizado	(3.822)	-	(3.822)	(3.822)	-	(3.822)
Transferência de litígios	-	-	-	(1.558)	-	(1.558)
Remuneração	445.507	201.926	647.433	509.722	201.926	711.648
Receita de construção	88.225	-	88.225	89.166	-	89.166
Margem de construção	1.456	-	1.456	1.458	-	1.458
Ganho por eficiência (9.1.1)	25.490	-	25.490	56.142	-	56.142
Em 31.12.2022	**3.396.661**	**1.416.200**	**4.812.861**	**3.894.276**	**1.416.200**	**5.310.476**
Circulante			**205.647**			**220.660**
Não circulante			**4.607.214**			**5.089.816**

Em junho de 2022 foi emitida a Nota Técnica nº 85/2022 pela Superintendência Geral de Tarifas da Aneel que trata da análise dos pedidos de reconsideração sobre pagamento do componente financeiro e reperfilamento do Ativo RBSE, com decisão monocrática (Despacho º 1.762/22) deliberada por um diretor da Aneel sobre o referido tema. Esta decisão foi suspensa pelo colegiado e os termos da referida Nota Técnica serão discutidos pela Diretoria da Aneel em reunião ainda sem data prevista, de forma que premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento, aprovados por meio da Resolução Homologatória Aneel nº 2.847 de 22.04.2021, estão vigentes e permanecem apropriados.

9.1.1 Ganho (perda) por eficiência ou ineficiência na implementação e operação de infraestrutura de transmissão

Na construção e operação da infraestrutura de transmissão, esperam-se possíveis impactos positivos ou negativos em função de atrasos e custos adicionais por questões ambientais, variação dos custos, principalmente com cabos e estruturas quando indexados à moeda estrangeira, custos adicionais de servidão e negociações fundiárias, eventuais imprevistos de terraplanagem, antecipação de prazos de operação comercial e revisão/reajuste da RAP conforme as regras regulatórias e as cláusulas contratuais. Alterações no projeto original que afetem sua lucratividade são reconhecidas diretamente no resultado quando incorrido, exceto a parte da RAP relacionada a performance de operação e manutenção dos ativos que é reconhecida a medida em que os serviços são executados. Em 21.06.2022, a Aneel homologou a 2ª revisão tarifária dos contratos de Costa Oeste e Marumbi, apurando um ganho de R$ 30.654 (em 2021, os ganhos se referem principalmente ao reperfilamento dos ativos RBSE e a revisão tarifária de alguns contratos da Copel GeT).

9.1.2 Premissas adotadas para o cálculo do ativo de contrato

	31.12.2022		31.12.2021	
	Ativo concessões	Ativo RBSE	Ativo concessões	Ativo RBSE
Margem de construção	1,65%	N/A	1,65%	N/A
Margem de operação e manutenção	1,65%	N/A	1,65%	N/A
Taxa de remuneração (a)	9,58% a.a.	9,45% a.a.	9,56% a.a.	9,54% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA (b)	IPCA	IPCA (b)	IPCA
RAP anual, conforme Resolução Homologatória	523.713	242.836	456.499	192.288

(a)Taxa média dos contratos
(b) O contrato 075/2001 - LT 230 kV Bateias - Jaguariaíva, da Copel GET, e o 002/2005 - LT 525 kV Ivaiporã - Londrina, da Uirapuru, são corrigidos pelo IGPM.

10. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Serviços em curso (a)	102.620	110.892	104.550	112.365
Ressarcimento de valores de consumo de carvão pela CDE	58.367	33.107	58.367	33.107
Alienações e desativações em curso	9.845	16.702	20.735	20.305
Adiantamentos contratuais a fornecedores	11.019	8.129	11.265	14.342
Adiantamento a empregados	7.581	6.829	7.585	6.839
Serviços prestados a terceiros	15.337	15.112	6.877	5.300
Adiantamento para indenizações imobiliárias	-	13	-	13
Outros créditos	21.680	28.284	16.073	39.724
	226.449	**219.068**	**225.452**	**231.995**
Circulante	**137.224**	**128.346**	**134.279**	**140.734**
Não circulante	**89.225**	**90.722**	**91.173**	**91.261**

(a) Referem-se, em sua maioria, aos programas de P&D e PEE, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim.

11. TRIBUTOS

11.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

CONTROLADORA	Saldo em 1°.01.2021	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2021	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2022
Ativo não circulante							
Impairment	309.283	(6.456)	-	302.827	(17.486)	-	285.341
Provisões para litígios	147.884	(6.806)	-	141.078	(8.404)	-	132.674
Benefícios pós-emprego	146.662	5.349	(21.104)	130.907	7.781	(30.023)	108.665
Amortização do direito de concessão	42.739	4.839	-	47.578	4.839	-	52.417
Perdas de créditos esperadas	43.678	(522)	-	43.156	104	-	43.260
Provisão para compra de energia	18.039	-	-	18.039	-	-	18.039
Provisões por desempenho e participação nos lucros	38.342	(8.604)	-	29.738	(25.935)	-	3.803
Provisão para P&D	13.614	(9.299)	-	4.315	(4.315)	-	-
Outros	47.512	5.841	-	53.353	9.383	-	62.736
	807.753	**(15.658)**	**(21.104)**	**770.991**	**(34.033)**	**(30.023)**	**706.935**
(-) Passivo não circulante							
Contratos de concessão	693.974	652.355	-	1.346.329	106.882	-	1.453.211
Custo atribuído ao imobilizado	350.492	(23.994)	-	326.498	(18.810)	-	307.688
Depreciação acelerada	75.954	26.369	-	102.323	25.832	-	128.155
Atualização de depósitos judiciais	12.573	(352)	-	12.221	2.242	-	14.463
Outros	34.839	(5.479)	-	29.360	(37.750)	-	(8.390)
	1.167.832	**648.899**	**-**	**1.816.731**	**78.396**	**-**	**1.895.127**
Líquido	**(360.079)**	**(664.557)**	**(21.104)**	**(1.045.740)**	**(112.429)**	**(30.023)**	**(1.188.192)**

CONSOLIDADO	Saldo em 1°.01.2021	Reconhe-cido no resultado	Outros (a)	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2021	Reconhe-cido no resultado	Outros (a)	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2022
Ativo não circulante									
Impairment	309.283	(6.456)	-	-	302.827	(17.486)	-	-	285.341
Provisões para litígios	155.821	(8.634)	-	-	147.187	(10.441)	-	-	136.746
Benefícios pós-emprego	146.662	5.349	-	(21.104)	130.907	7.781	-	(30.023)	108.665
Amortização do direito de concessão	42.739	4.839	-	-	47.578	4.839	-	-	52.417
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	34.268	13.889	-	-	48.157	(2.978)	-	-	45.179
Perdas de créditos esperadas	43.678	(522)	-	-	43.156	106	-	-	43.262
Provisão para compra de energia	18.039	-	-	-	18.039	-	-	-	18.039
Provisões por desempenho e participação nos lucros	38.486	(8.604)	-	-	29.882	(26.079)	-	-	3.803
Provisão para P&D	13.614	(8.629)	-	-	4.985	(3.507)	-	-	1.478
Outros	47.368	6.014	-	-	53.382	1.677	-	-	55.059
	849.958	**(2.754)**	**-**	**(21.104)**	**826.100**	**(46.088)**	**-**	**(30.023)**	**749.989**
(-) Passivo não circulante									
Contratos de concessão	703.783	767.370	94.221	-	1.565.374	33.259	8.155	-	1.606.788
Custo atribuído ao imobilizado	350.492	(23.994)	-	-	326.498	(18.810)	-	-	307.688
Depreciação acelerada	75.955	26.369	-	-	102.324	25.832	-	-	128.156
Atualização de depósitos judiciais	12.573	(352)	-	-	12.221	2.242	-	-	14.463
Outros	49.073	(16.013)	-	-	33.060	5.826	-	-	38.886
	1.191.876	**753.380**	**94.221**	**-**	**2.039.477**	**48.349**	**8.155**	**-**	**2.095.981**
Líquido	**(341.918)**	**(756.134)**	**(94.221)**	**(21.104)**	**(1.213.377)**	**(94.437)**	**(8.155)**	**(30.023)**	**(1.345.992)**
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	34.267				48.156				36.271
Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(376.185)				(1.261.533)				(1.382.263)

(a) Efeitos da combinação de negócios (NE nº 1.1.1).

11.1.1 Projeção de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções foram apreciadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração em 28.03.2023.

Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a previsibilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária. Quando a expectativa de realização do item é de difícil previsão, principalmente por não ser de controle da Companhia, tais como provisões para litígios, a Companhia adota históricos de realização para projetar sua realização futura. A realização dos valores de prejuízo fiscal e base negativa acompanham as possibilidades de compensação considerando os lucros futuros e o limite estabelecido na legislação.

Seguem os itens que foram base para constituição dos principais créditos, bem como sua forma de realização:

- Benefícios pós-emprego: serão realizados conforme os pagamentos sejam efetuados à Fundação Copel ou revertidos conforme novas estimativas atuariais;
- Provisões para litígios: realizados conforme ocorram as decisões judiciais ou pela reversão quando da possível revisão do risco das ações;
- Provisão para redução ao valor recuperável de ativos: realizados a medida em que ocorra a amortização e/ou depreciação do ativo reduzido;
- Provisões para compra de energia e encargos de uso: realizados quando da efetiva obrigação dos valores provisionados ou pela reversão da provisão;
- Custo atribuído do imobilizado: realizados a medida em que ocorra a amortização e/ou depreciação do ativo valorado;
- Contrato de concessão: realizados no decorrer do prazo do contrato;
- Prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social: recuperados pela compensação com lucros tributários futuros;
- Demais valores: realizados quando atenderem os critérios de dedutibilidade previsto na legislação fiscal, ou por eventual reversão dos valores registrados.

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2023	67.049	(143.586)	69.020	(188.664)
2024	29.051	(215.369)	29.789	(256.028)
2025	27.778	(205.470)	36.098	(207.620)
2026	25.076	(189.469)	32.912	(191.432)
2027	25.197	(165.074)	32.574	(166.899)
2028 a 2030	53.533	(405.720)	66.271	(410.080)
após 2031	479.251	(570.439)	483.325	(675.258)
	706.935	**(1.895.127)**	**749.989**	**(2.095.981)**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

11.1.2 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31.12.2022, a Companhia não reconheceu créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas no montante de 192.379 (R$ 66.936 em 31.12.2021) por não haver razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

11.2 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	10.276	15.569	11.565	16.448
PIS/Pasep e Cofins a compensar	367	691	20.116	956
Outros tributos a compensar	669	1.054	697	1.119
	11.312	**17.314**	**32.378**	**18.523**
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	38.459	28.864	38.795	29.640
PIS/Pasep e Cofins	44.877	45.855	44.877	45.855
Outros tributos a compensar	1.047	436	1.508	631
	84.383	**75.155**	**85.180**	**76.126**
Passivo circulante				
ICMS a recolher	2	395	1.337	408
PIS/Pasep e Cofins a recolher	21.925	-	30.017	5.178
IRRF sobre JSCP	-	31.000	-	31.000
Outros tributos	13.784	4.927	17.327	9.064
	35.711	**36.322**	**48.681**	**45.650**
Passivo não circulante				
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial	55.695	49.947	55.695	49.947
Outros tributos	-	-	6.331	5.175
	55.695	**49.947**	**62.026**	**55.122**

11.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**1.816.481**	**3.396.343**	**1.906.748**	**3.791.095**
Equivalência patrimonial	(702.334)	(1.066.728)	(470.606)	(356.373)
	1.114.147	**2.329.615**	**1.436.142**	**3.434.722**
IRPJ e CSLL (34%)	**(378.810)**	**(792.069)**	**(488.288)**	**(1.167.805)**
Efeitos fiscais sobre:				
Juros sobre o capital próprio	264.077	81.600	264.077	81.600
Despesas indedutíveis	(1.622)	(851)	(4.289)	(5.536)
Incentivos fiscais	3.926	2.861	7.511	7.110
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos (a)	-	-	(125.413)	(29.002)
Constituição e/ou compensação de e juízo fiscal e base negativa da CSLL de exercícios anteriores	-	-	-	85.723
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	-	-	35.677	49.638
Outros	-	24	3.436	7.276
IRPJ e CSLL correntes	**-**	**(43.878)**	**(212.852)**	**(214.862)**
IRPJ e CSLL diferidos	**(112.429)**	**(664.557)**	**(94.437)**	**(756.134)**
Alíquota efetiva - %	10,1%	30,4%	21,4%	28,3%

(a) Se refere principalmente ao saldo não constituído pela UEGA, tendo em vista que não há expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em função das caracterísiticas do negócio desta controlada.

12. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Prêmios de seguros	9.932	10.443	16.727	14.104
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa	892	997	892	997
Outros	2.176	-	2.172	-
	13.000	**11.440**	**19.791**	**15.101**

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Fiscais (13.1)	**55.949**	**50.498**	**62.279**	**55.534**
Trabalhistas	**26.918**	**21.244**	**27.366**	**21.307**
Cíveis				
Cíveis	1.322	2.220	1.656	2.741
Servidões de passagem	2.932	4.233	2.956	4.255
	4.254	**6.453**	**4.612**	**6.996**
Outros	**4**	**3**	**4**	**3**
	87.125	**78.198**	**94.261**	**83.840**

13.1 Depósitos judiciais fiscais

Do saldo apresentado no Consolidado, o montante de R$ 55.130 em 31.12.2022 (R$ 49.719 em 31.12.2021) refere-se ao questionamento judicial da incidência da contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais. O passivo está registrado em Outras Obrigações Fiscais (NE nº 11.2).

14 INVESTIMENTOS

14.1 Mutação dos investimentos

CONTROLADORA	Saldo em 1º.01.2022	Equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Redução de capital ou Afac	Amortização	Dividendos e JSCP	Combinação de negócios (NE nº 1.1.1)	Saldo em 31.12.2022
Controladas									
UEGA	329.212	(162.903)	(63)	-	-	-	-	-	166.246
Bela Vista	220.652	10.740	-	-	-	-	(1.736)	-	229.656
São Bento	228.564	26.563	-	-	-	-	(6.309)	-	248.818
São Bento - direito de autorização	69.030	-	-	-	-	(2.829)	-	-	66.201
Cutia	1.212.319	(44.961)	-	-	-	-	-	-	1.167.358
Cutia - direito de autorização	7.641	-	-	-	-	(356)	-	-	7.285
Nova Asa Branca I	60.666	7.613	-	-	-	-	(1.808)	-	66.471
Nova Asa Branca I - direito de autorização	43.497	-	-	-	-	(1.792)	-	-	41.705
Nova Asa Branca II	63.304	8.874	-	-	-	-	(2.107)	-	70.071
Nova Asa Branca II - direito de autorização	43.933	-	-	-	-	(1.801)	-	-	42.132
Nova Asa Branca III	87.655	(1.233)	-	-	-	-	-	-	86.422
Nova Asa Branca III - direito de autorização	42.344	-	-	-	-	(1.741)	-	-	40.603
Nova Eurus IV	67.470	11.476	-	-	-	-	(2.726)	-	76.220
Nova Eurus IV - direito de autorização	44.843	-	-	-	-	(1.844)	-	-	42.999
Santa Maria	79.327	4.472	-	-	-	-	(1.062)	-	82.737
Santa Maria - direito de autorização	23.290	-	-	-	-	(916)	-	-	22.374
Santa Helena	80.055	5.976	-	-	-	-	(1.419)	-	84.612
Santa Helena - direito de autorização	25.077	-	-	-	-	(992)	-	-	24.085
Ventos de Santo Uriel	29.986	(199)	-	-	-	-	-	-	29.787
Ventos de Santo Uriel - direito de autorização	11.794	-	-	-	-	(465)	-	-	11.329
Costa Oeste	104.916	28.005	-	-	-	-	(6.651)	-	126.270
Costa Oeste - mais valia	1.535	541	-	-	-	-	-	-	2.076
Costa Oeste - direito de concessão	2.611	-	-	-	-	(132)	-	-	2.479
Marumbi	161.790	40.752	-	-	-	-	(9.679)	-	192.863
Marumbi - menos valia	(4.742)	1.247	-	-	-	-	-	-	(3.495)
Marumbi - direito de concessão	1.613	-	-	-	-	(81)	-	-	1.532
Uirapuru	175.227	24.278	-	-	-	-	(14.556)	-	184.949
Uirapuru- menos valia	(14.534)	2.644	-	-	-	-	-	-	(11.890)
Uirapuru - direito de concessão	16.818	-	-	-	-	(1.284)	-	-	15.534
FDA Geração de Energia	701.122	245.421	-	-	-	-	(383.372)	-	563.171
Jandaíra I	58.675	(665)	-	10.701	-	-	-	-	68.711
Jandaíra II	40.106	1.608	-	24.275	-	-	(51)	-	65.938
Jandaíra III	46.069	494	-	25.576	-	-	-	-	72.139
Jandaíra IV	48.958	2.707	-	21.070	-	-	(393)	-	72.342
Brownfield	56.619	4.352	-	-	-	-	-	(6.394)	54.577
Brownfield - mais valia	44.601	(1.628)	-	-	-	-	-	5.012	47.985
Brownfield - ágio técnico	22.976	-	-	-	-	-	-	1.046	24.022
Ventos de Serra do Mel	125.674	9.639	-	-	-	-	-	(14.124)	121.189
Ventos de Serra do Mel - mais valia	98.552	(3.597)	-	-	-	-	-	11.035	105.990
Ventos de Serra do Mel - ágio técnico	50.769	-	-	-	-	-	-	2.348	53.117
Potiguar B61	131.081	838	-	-	-	-	-	(4.880)	127.039
Potiguar B61 - mais valia	39.746	(1.296)	-	-	-	-	-	(220)	38.230
Potiguar B61 - ágio técnico	20.475	-	-	-	-	-	-	4.760	25.235
	4.701.316	**221.758**	**(63)**	**81.622**	**-**	**(14.233)**	**(431.869)**	**(1.417)**	**4.557.114**
Empreendimentos controlados em conjunto (14.3)									
Caiuá	106.977	23.806	-	-	-	-	(5.486)	-	125.297
Integração Maranhense	166.565	32.824	-	-	-	-	(6.884)	-	192.505
Matrinchã	811.773	162.298	-	-	-	-	(42.542)	-	931.529
Guaraciaba	407.615	82.251	-	-	-	-	(22.767)	-	467.099
Paranaíba	226.924	47.623	-	-	-	-	(10.567)	-	263.980
Mata de Santa Genebra	710.990	56.140	-	-	(61.536)	-	(13.333)	-	692.261
Cantareira	437.329	45.293	-	-	-	-	(9.254)	-	473.368
	2.868.173	**450.235**	**-**	**-**	**(61.536)**	**-**	**(110.833)**	**-**	**3.146.039**
Coligadas (14.4)									
Foz do chopim	19.101	20.371	-	-	-	-	(22.357)	-	17.115
	19.101	**20.371**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(22.357)**	**-**	**17.115**
	7.588.590	**692.364**	**(63)**	**81.622**	**(61.536)**	**(14.233)**	**(565.059)**	**(1.417)**	**7.720.268**

CONTROLADORA	Saldo em 1º.01.2021	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Amortização	Dividendos e JSCP	Combinação de negócios (NE nº 1.1.1)	Saldo em 31.12.2021
Controladas							
UEGA	145.069	205.895	-	-	(21.752)	-	329.212
Bela Vista	208.911	(3.124)	14.865	-	-	-	220.652
São Bento	206.794	28.550	-	-	(6.780)	-	228.564
São Bento - direito de autorização	71.858	-	-	(2.828)	-	-	69.030
Cutia	1.235.699	(23.380)	-	-	-	-	1.212.319
Cutia - direito de autorização	7.996	-	-	(355)	-	-	7.641
Nova Asa Branca I	57.926	3.594	-	-	(854)	-	60.666
Nova Asa Branca I - direito de autorização	45.289	-	-	(1.792)	-	-	43.497
Nova Asa Branca II	58.129	6.787	-	-	(1.612)	-	63.304
Nova Asa Branca II - direito de autorização	45.734	-	-	(1.801)	-	-	43.933
Nova Asa Branca III	84.259	4.454	-	-	(1.058)	-	87.655
Nova Asa Branca III - direito de autorização	44.085	-	-	(1.741)	-	-	42.344
Nova Eurus IV	61.088	8.370	-	-	(1.988)	-	67.470
Nova Eurus IV - direito de autorização	46.687	-	-	(1.844)	-	-	44.843
Santa Maria	74.569	6.240	-	-	(1.482)	-	79.327
Santa Maria - direito de autorização	24.206	-	-	(916)	-	-	23.290
Santa Helena	77.057	3.933	-	-	(935)	-	80.055
Santa Helena - direito de autorização	26.069	-	-	(992)	-	-	25.077
Ventos de Santo Uriel	29.568	548	-	-	(130)	-	29.986
Ventos de Santo Uriel - direito de autorização	12.259	-	-	(465)	-	-	11.794
Costa Oeste	90.802	18.510	-	-	(4.396)	-	104.916
Costa Oeste - mais valia	906	629	-	-	-	-	1.535
Costa Oeste - direito de concessão	2.743	-	-	(132)	-	-	2.611
Marumbi	140.381	28.075	-	-	(6.666)	-	161.790
Marumbi - menos valia	(5.331)	589	-	-	-	-	(4.742)
Marumbi - direito de concessão	1.694	-	-	(81)	-	-	1.613
Uirapuru	161.780	37.009	-	-	(23.562)	-	175.227
Uirapuru - menos valia	(17.336)	2.802	-	-	-	-	(14.534)
Uirapuru - direito de concessão	18.103	-	-	(1.285)	-	-	16.818
FDA Geração de Energia	605.486	361.256	-	-	(265.620)	-	701.122
Jandaíra I	11.374	(755)	48.056	-	-	-	58.675
Jandaíra II	11.542	(1.046)	29.610	-	-	-	40.106
Jandaíra III	13.264	(826)	33.631	-	-	-	46.069
Jandaíra IV	13.287	(847)	36.518	-	-	-	48.958
Brownfield	-	878	-	-	(2.930)	58.671	56.619
Brownfield - mais valia	-	-	-	-	-	44.601	44.601
Brownfield - ágio técnico	-	-	-	-	-	22.976	22.976
Ventos de Serra do Mel	-	1.940	-	-	(5.856)	129.590	125.674
Ventos de Serra do Mel - mais valia	-	-	-	-	-	98.552	98.552
Ventos de Serra do Mel - ágio técnico	-	-	-	-	-	50.769	50.769
Potiguar B61	-	2.271	-	-	(3.494)	132.304	131.081
Potiguar B61 - mais valia	-	-	-	-	-	39.746	39.746
Potiguar B61 - ágio técnico	-	-	-	-	-	20.475	20.475
	3.611.947	**692.352**	**162.680**	**(14.232)**	**(349.115)**	**597.684**	**4.701.316**
Empreendimentos controlados em conjunto (14.3)							
Caiuá	95.362	13.765	-	-	(2.150)	-	106.977
Integração Maranhense	148.583	20.255	-	-	(2.273)	-	166.565
Matrinchã	734.505	96.614	-	-	(19.346)	-	811.773
Guaraciaba	361.170	57.363	-	-	(10.918)	-	407.615
Paranaíba	203.681	35.113	-	-	(11.870)	-	226.924
Mata de Santa Genebra	661.430	63.174	-	-	(13.614)	-	710.990
Cantareira	359.685	53.492	30.870	-	(6.718)	-	437.329
	2.564.416	**339.776**	**30.870**	**-**	**(66.889)**	**-**	**2.868.173**
Coligadas (14.4)							
Foz do chopim	9.986	16.596	-	-	(7.481)	-	19.101
	9.986	**16.596**	**-**	**-**	**(7.481)**	**-**	**19.101**
	6.186.349	**1.048.724**	**193.550**	**(14.232)**	**(423.485)**	**597.684**	**7.588.590**

CONSOLIDADO	Saldo em 31.12.2022	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Dividendos e JSCP	Saldo em 31.12.2022
Empreendimentos controlados em conjunto (14.3)					
Caiuá	106.977	23.806	-	(5.486)	125.297
Integração Maranhense	166.565	32.824	-	(6.884)	192.505
Matrinchã	811.773	162.298	-	(42.542)	931.529
Guaraciaba	407.615	82.251	-	(22.767)	467.099
Paranaíba	226.924	47.623	-	(10.567)	263.980
Mata de Santa Genebra	710.990	56.140	(61.536)	(13.333)	692.261
Cantareira	437.329	45.293	-	(9.254)	473.368
	2.868.173	**450.235**	**(61.536)**	**(110.833)**	**3.146.039**
Coligadas (14.4)					
Foz do chopim	19.101	20.371	-	(22.357)	17.115
	19.101	**20.371**	**-**	**(22.357)**	**17.115**
	2.887.274	**470.606**	**(61.536)**	**(133.190)**	**3.163.154**

CONSOLIDADO	Saldo em 31.12.2021	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Dividendos e JSCP	Saldo em 31.12.2021
Empreendimentos controlados em conjunto (14.3)					
Caiuá	95.362	13.765	-	(2.150)	106.977
Integração Maranhense	148.583	20.255	-	(2.273)	166.565
Matrinchã	734.505	96.614	-	(19.346)	811.773
Guaraciaba	361.170	57.363	-	(10.918)	407.615
Paranaíba	203.681	35.113	-	(11.870)	226.924
Mata de Santa Genebra	661.430	63.174	-	(13.614)	710.990
Cantareira	359.685	53.492	30.870	(6.718)	437.329
	2.564.416	**339.776**	**30.870**	**(66.889)**	**2.868.173**
Coligadas (14.4)					
Foz do chopim	9.986	16.596	-	(7.481)	19.101
	9.986	**16.596**	**-**	**(7.481)**	**19.101**
	2.574.402	**356.372**	**30.870**	**(74.370)**	**2.887.274**

14.2 Controladas com participação de não controladores

14.2.1 Informações financeiras resumidas

UEG ARAUCÁRIA	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO	**334.418**	**776.201**
Ativo circulante	97.586	515.430
Ativo não circulante	236.832	260.771
PASSIVO	**334.418**	**776.201**
Passivo circulante	45.115	221.853
Passivo não circulante	16.322	13.771
Patrimônio líquido	272.981	540.577
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Receita operacional líquida	98.508	2.250.577
Custos e despesas operacionais	(365.522)	(1.879.198)
Resultado financeiro	11.407	8.952
Tributos	(11.885)	(42.248)
Prejuízo/ Lucro líquido do exercício	**(267.492)**	**338.083**
Outros resultados abrangentes	(103)	-
Resultado abrangente do exercício	**(267.595)**	**338.083**
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(94.401)	312.676
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(139.033)	(14.579)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(147)	(64.331)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(233.581)**	**233.766**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	298.572	64.806
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	64.991	298.572
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(233.581)**	**233.766**

O prejuízo em 2022 é decorrente da melhora do cenário hidrológico que, por consequência, reduziu os despachos da usina durante o ano e, ainda, pelos custos decorrentes da manutenção das turbinas da usina (*Major Inspection*).

14.2.2 Mutação do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

Participação no capital social	UEG Araucária: 39,1%
Em 1º.01.2021	**93.140**
Lucro líquido do exercício	132.191
Dividendos	(13.968)
Em 31.12.2021	**211.363**
Prejuízo do exercício	(104.593)
Em 31.12.2022	**106.730**

14.3 Informações resumidas dos principais empreendimentos controlados em conjunto

31.12.2022	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba	Mata de Santa Genebra	Cantareira
ATIVO	**327.819**	**588.279**	**2.935.068**	**1.568.964**	**1.921.848**	**3.587.501**	**1.805.583**
Ativo circulante	**38.421**	**78.790**	**427.118**	**211.094**	**223.010**	**539.668**	**226.945**
Caixa e equivalentes de caixa	13.440	28.997	136.878	56.436	56.518	32.903	73.866
Outros ativos circulantes	24.981	49.793	290.240	154.658	166.492	506.765	153.079
Ativo não circulante	**289.398**	**509.489**	**2.507.950**	**1.357.870**	**1.698.838**	**3.047.833**	**1.578.638**
PASSIVO	**327.819**	**588.279**	**2.935.068**	**1.568.964**	**1.921.848**	**3.587.501**	**1.805.583**
Passivo circulante	**22.569**	**59.771**	**225.502**	**154.404**	**125.681**	**113.772**	**92.290**
Passivos financeiros	7.273	12.774	130.033	42.260	59.606	70.775	59.850
Outros passivos circulantes	15.296	46.997	95.469	112.144	66.075	42.997	32.440
Passivo não circulante	**49.542**	**135.645**	**808.485**	**461.297**	**718.700**	**2.091.971**	**747.233**
Passivos financeiros	28.705	40.415	578.340	397.181	475.804	1.668.794	423.563
Outros passivos não circulantes	20.837	95.230	230.145	64.116	242.896	423.177	323.670
Patrimônio líquido	**255.708**	**392.863**	**1.901.081**	**953.263**	**1.077.467**	**1.381.758**	**966.060**
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO							
Receita operacional líquida	62.864	100.482	518.428	266.855	231.960	415.526	188.348
Custos e despesas operacionais	(5.876)	(4.022)	(33.073)	(40.926)	(20.181)	(68.472)	(10.885)
Resultado financeiro	(1.605)	(2.286)	(59.543)	(37.598)	(48.430)	(177.322)	(37.815)
Provisão para IR e CSLL	(6.802)	(27.185)	(94.589)	(20.473)	31.030	(57.676)	(47.212)
Lucro líquido do exercício	**48.581**	**66.989**	**331.223**	**167.858**	**194.379**	**112.056**	**92.436**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**48.581**	**66.989**	**331.223**	**167.858**	**194.379**	**112.056**	**92.436**
Participação no empreendimento - %	49,0	49,0	49,0	49,0	24,5	50,1	49,0
Valor contábil do investimento	125.297	192.505	931.529	467.099	263.980	692.261	473.368

Em 31.12.2022, a participação da Copel GeT nos compromissos assumidos dos seus empreendimentos controlados em conjunto equivale a R$ 978 e nos passivos contingentes classificados como perda possível equivale a R$ 411.564 (R$ 249.418 em 31.12.2021) sendo que do montante, o valor de R$ 180.706 (R$ 187.243 em 31.12.2021) se refere a Mata de Santa Genebra.

Em junho de 2022 a Copel GeT registrou R$ 133.922 no resultado de equivalência patrimonial decorrente dos efeitos da revisão tarifária de Caiuá, Integração Maranhense, Matrinchã e Guaraciaba.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARANÁ

31.12.2021	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba	Mata de Santa Genebra	Cantareira
ATIVO	**284.870**	**515.495**	**2.610.094**	**1.413.231**	**1.829.340**	**3.203.892**	**1.715.776**
Ativo circulante	**30.304**	**65.219**	**367.428**	**194.283**	**193.190**	**681.494**	**196.424**
Caixa e equivalentes de caixa	6.117	16.501	96.346	70.543	32.665	387.027	52.354
Outros ativos circulantes	24.187	48.718	271.082	123.740	160.525	294.467	144.070
Ativo não circulante	**254.566**	**450.276**	**2.242.666**	**1.218.948**	**1.636.150**	**2.522.398**	**1.519.352**
PASSIVO	**284.870**	**515.495**	**2.610.094**	**1.413.231**	**1.829.340**	**3.203.892**	**1.715.776**
Passivo circulante	**14.562**	**53.132**	**126.211**	**101.042**	**85.964**	**123.884**	**78.982**
Passivos financeiros	7.386	13.169	91.811	34.529	51.453	45.898	52.397
Outros passivos circulantes	7.176	39.963	34.400	66.513	34.511	77.986	26.585
Passivo não circulante	**51.986**	**122.438**	**827.205**	**480.320**	**817.159**	**1.660.867**	**744.285**
Passivos financeiros	35.606	52.653	685.525	428.314	522.289	1.630.306	456.180
Outros passivos não circulantes	16.380	69.785	141.680	52.006	294.870	30.561	288.105
Patrimônio líquido	**218.322**	**339.925**	**1.656.678**	**831.869**	**926.217**	**1.419.141**	**892.509**
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO							
Receita operacional líquida	43.128	71.868	396.622	229.117	285.483	426.573	233.888
Custos e despesas operacionais	(5.609)	(10.508)	(24.341)	(7.185)	(17.537)	(72.970)	(24.727)
Resultado financeiro	(2.348)	(3.954)	(83.280)	(44.131)	(62.138)	(162.110)	(43.794)
Provisão para IR e CSLL	(7.078)	(16.072)	(91.830)	(60.617)	(62.638)	(65.399)	(56.201)
Lucro líquido do período	**28.093**	**41.334**	**197.171**	**117.184**	**143.170**	**126.094**	**109.166**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	**28.093**	**41.334**	**197.171**	**117.184**	**143.170**	**126.094**	**109.166**
Participação no empreendimento - %	49,0	49,0	49,0	49,0	24,5	50,1	49,0
Valor contábil do investimento	106.977	166.565	811.773	407.615	226.924	710.990	437.329

14.4 Informações resumidas das principais coligadas

Foz do Chopim	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO	**51.449**	**55.900**
Ativo circulante	11.730	13.308
Ativo não circulante	39.719	42.592
PASSIVO	**51.449**	**55.900**
Passivo circulante	3.596	2.495
Patrimônio líquido	47.853	53.405
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
Receita operacional líquida	70.314	60.943
Custos e despesas operacionais	(26.171)	(10.775)
Resultado financeiro	208	(1.703)
Provisão para IR e CSLL	(2.343)	(2.060)
Lucro líquido do exercício	**42.008**	**46.405**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**42.008**	**46.405**
Participação na coligada - %	35,77	35,77
Valor contábil do investimento	17.115	19.101

Em 31.12.2022, não há passivos contingentes na coligada, Foz do Chopim.

15. IMOBILIZADO

15.1 Imobilizado por classe de ativos

CONTROLADORA	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2021
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	5.431.492	(2.421.901)	3.009.591	5.425.792	(2.293.931)	3.131.861
Máquinas e equipamentos	2.955.074	(1.455.866)	1.499.208	2.948.900	(1.373.447)	1.575.453
Edificações	1.201.731	(462.986)	738.745	1.202.504	(434.709)	767.795
Terrenos	437.889	(51.341)	386.548	437.607	(43.397)	394.210
Veículos e aeronaves	35.349	(33.007)	2.342	33.763	(32.656)	1.107
Móveis e utensílios	10.825	(7.513)	3.312	10.350	(7.754)	2.596
(-) *Impairment* (15.4)	(677.074)	-	(677.074)	(710.510)	-	(710.510)
(-) Obrigações especiais	(579)	295	(284)	(538)	213	(325)
	9.394.707	**(4.432.319)**	**4.962.388**	**9.347.868**	**(4.185.681)**	**5.162.187**
Em curso						
Custo	502.432	-	502.432	389.630	-	389.630
(-) *Impairment* (15.4)	(186.383)	-	(186.383)	(187.382)	-	(187.382)
	316.049	**-**	**316.049**	**202.248**	**-**	**202.248**
	9.710.756	**(4.432.319)**	**5.278.437**	**9.550.116**	**(4.185.681)**	**5.364.435**

CONSOLIDADO	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2021
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	7.845.355	(4.764.451)	3.080.904	7.839.656	(4.625.737)	3.213.919
Máquinas e equipamentos	8.729.417	(2.945.782)	5.783.635	8.192.458	(2.733.222)	5.459.236
Edificações	1.936.842	(1.128.898)	807.944	1.928.882	(1.096.311)	832.571
Terrenos	490.043	(53.042)	437.001	488.149	(44.002)	444.147
Veículos e aeronaves	35.349	(33.007)	2.342	33.763	(32.656)	1.107
Móveis e utensílios	12.614	(8.843)	3.771	12.165	(9.029)	3.136
(-) *Impairment* (15.4)	(785.206)	-	(785.206)	(710.510)	-	(710.510)
(-) Obrigações especiais	(747)	329	(418)	(792)	290	(502)
	18.263.667	**(8.933.694)**	**9.329.973**	**17.783.771**	**(8.540.667)**	**9.243.104**
Em curso						
Custo	569.598	-	569.598	720.606	-	720.606
(-) *Impairment* (15.4)	(186.383)	-	(186.383)	(187.382)	-	(187.382)
	383.215	**-**	**383.215**	**533.224**	**-**	**533.224**
	18.646.882	**(8.933.694)**	**9.713.188**	**18.316.995**	**(8.540.667)**	**9.776.328**

15.2 Mutação do imobilizado

CONTROLADORA	Saldo em 1º.01.2022	Aquisições/ *Impairment*	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2022
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	3.131.861	-	(127.970)	-	5.700	3.009.591
Máquinas e equipamentos	1.575.453	-	(88.637)	(1.400)	13.792	1.499.208
Edificações	767.795	-	(29.314)	(306)	570	738.745
Terrenos	394.210	-	(7.944)	(381)	663	386.548
Veículos e aeronaves	1.107	-	(381)	-	1.616	2.342
Móveis e utensílios	2.596	-	(327)	(42)	1.085	3.312
(-) *Impairment* (15.4)	(710.510)	33.436	-	-	-	(677.074)
(-) Obrigações especiais	(325)	-	82	-	(41)	(284)
	5.162.187	**33.436**	**(254.491)**	**(2.129)**	**23.385**	**4.962.388**
Em curso						
Custo	389.630	132.370	-	(6)	(19.562)	502.432
(-) *Impairment* (15.4)	(187.382)	999	-	-	-	(186.383)
	202.248	**133.369**	**-**	**(6)**	**(19.562)**	**316.049**
	5.364.435	**166.805**	**(254.491)**	**(2.135)**	**3.823**	**5.278.437**

CONTROLADORA	Saldo em 1º.01.2021	Aquisições/ *Impairment*	Depreciação	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 31.12.2021
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	3.269.500	-	(139.786)	2.147	-	3.131.861
Máquinas e equipamentos	1.639.351	-	(96.658)	(2.615)	35.375	1.575.453
Edificações	800.300	-	(33.052)	(501)	1.048	767.795
Terrenos	403.346	-	(9.167)	(763)	794	394.210
Veículos e aeronaves	1.863	-	(822)	(68)	134	1.107
Móveis e utensílios	1.782	-	(245)	(14)	1.073	2.596
(-) *Impairment* (15.4)	(786.745)	76.235	-	-	-	(710.510)
(-) Obrigações especiais	(33)	-	48	-	(340)	(325)
	5.329.364	**76.235**	**(279.682)**	**(1.814)**	**38.084**	**5.162.187**
Em curso						
Custo	350.737	68.215	-	-	(29.322)	389.630
(-) *Impairment* (15.4)	(120.308)	(67.074)	-	-	-	(187.382)
	230.429	**1.141**	**-**	**-**	**(29.322)**	**202.248**
	5.559.793	**77.376**	**(279.682)**	**(1.814)**	**8.762**	**5.364.435**

CONSOLIDADO	Saldo em 1º.01.2022	Aquisições/ *Impairment*	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2022
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	3.213.919	-	(138.715)	-	5.700	3.080.904
Máquinas e equipamentos	5.459.236	-	(325.332)	(29.678)	679.409	5.783.635
Edificações	832.571	-	(33.733)	(333)	9.439	807.944
Terrenos	444.147	-	(9.040)	(381)	2.275	437.001
Veículos e aeronaves	1.107	-	(381)	-	1.616	2.342
Móveis e utensílios	3.136	-	(395)	(58)	1.088	3.771
(-) *Impairment* (15.4)	(710.510)	(74.696)	-	-	-	(785.206)
(-) Obrigações especiais	(502)	-	125	-	(41)	(418)
	9.243.104	**(74.696)**	**(507.471)**	**(30.450)**	**699.486**	**9.329.973**
Em curso						
Custo	720.606	547.185	-	(12.324)	(685.869)	569.598
(-) *Impairment* (15.4)	(187.382)	999	-	-	-	(186.383)
	533.224	**548.184**	**-**	**(12.324)**	**(685.869)**	**383.215**
	9.776.328	**473.488**	**(507.471)**	**(42.774)**	**13.617**	**9.713.188**

CONSOLIDADO	Saldo em 1º.01.2021	Aquisições/ *Impairment*	Depreciação	Baixas	Transferências	Efeito da aquisição do Complexo Vilas	Saldo em 31.12.2021
Em serviço							
Reservatórios, barragens, adutoras	3.301.227	-	(165.446)	2.147	75.991	-	3.213.919
Máquinas e equipamentos	4.852.976	-	(295.538)	(2.626)	149.867	754.557	5.459.236
Edificações	832.342	-	(36.665)	(501)	37.395	-	832.571
Terrenos	435.813	-	(9.771)	(763)	18.868	-	444.147
Veículos e aeronaves	1.863	-	(822)	(68)	134	-	1.107
Móveis e utensílios	2.396	-	(317)	(17)	1.074	-	3.136
(-) *Impairment* (15.4)	(925.521)	215.011	-	-	-	-	(710.510)
(-) Obrigações especiais	(251)	-	89	-	(340)	-	(502)
	8.500.845	**215.011**	**(508.470)**	**(1.828)**	**282.989**	**754.557**	**9.243.104**
Em curso							
Custo	714.563	318.748	-	(38.477)	(274.228)	-	720.606
(-) *Impairment* (15.4)	(120.308)	(67.074)	-	-	-	-	(187.382)
	594.255	**251.674**	**-**	**(38.477)**	**(274.228)**	**-**	**533.224**
	9.095.100	**466.685**	**(508.470)**	**(40.305)**	**8.761**	**754.557**	**9.776.328**

Durante a fase de construção são capitalizados os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Em 2022 estes custos totalizaram R$ 13.468, à taxa média de 0,32% a.a. (R$ 953, à taxa média de 0,02% a.a., em 2021).

15.3 Operações em conjunto - consórcios

Os valores registrados no imobilizado estão proporcionais a participação da Copel GeT nos ativos das usinas, conforme demonstrados a seguir:

EMPREENDIMENTO	Participação (%) Copel GeT	Taxa média anual de depreciação (%)	31.12.2022	31.12.2021
UHE Gov. Jayme Canet Júnior - Mauá Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	**51,0**			
Em serviço			859.882	859.926
(-) Depreciação Acumulada		2,90	(288.728)	(263.792)
Em curso			19.899	20.527
			591.053	**616.661**
UHE Baixo Iguaçu	**30,0**			
Em serviço			693.487	692.395
(-) Depreciação Acumulada		3,28	(87.278)	(64.519)
Em curso			55.863	56.027
			662.072	**683.903**
			1.253.125	**1.300.564**

15.4 Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos do segmento de geração

A partir da análise de indicativos de impairment, de premissas representativas das melhores estimativas da Administração da Companhia, da metodologia prevista no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) e da mensuração do valor em uso foram testadas as unidades geradoras de caixa do segmento geração.

O cálculo do valor em uso baseou-se em fluxos de caixa operacionais descontados pelo horizonte das concessões, mantendo-se as atuais condições comerciais da companhia. A taxa utilizada para descontar o fluxo de caixa foi definida e atualizada a partir da metodologia WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) e CAPM (Modelo de Precificação de Ativos), por tipo de fonte, para os negócios de geração, considerando parâmetros tradicionais e usualmente utilizados no mercado.

Referências internas como o orçamento aprovado pela Companhia, dados históricos ou passados, atualização do cronograma de obras e montante de investimentos para empreendimentos em curso embasam a definição de premissas chaves pela Administração. No mesmo contexto, referências externas como o nível de consumo de energia elétrica e a disponibilidade de recursos hídricos subsidiam as principais informações dos fluxos de caixa estimados.

Cabe observar que as diversas premissas utilizadas pela Administração na determinação dos fluxos de caixa futuros podem ser afetadas por eventos incertos, o que pode gerar oscilações nos resultados. Mudanças no modelo político e econômico, por exemplo, podem resultar em alta na projeção do risco-país, elevando as taxas de desconto utilizadas nos testes.

De forma geral, os testes contemplaram as seguintes premissas chaves:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Atualização das taxas de desconto após os impostos, específica para o segmento testado, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos vigentes e expectativa de mercado futuro, sem previsão de renovação da concessão/autorização;
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa projetadas a partir do orçamento aprovado pela Companhia;
- Atualização de encargos regulatórios.

A Companhia tratou como unidades geradoras de caixa independentes todos os seus empreendimentos de geração.

Em 31.12.2022, os empreendimentos com saldos de *impairment* registrados são os seguintes:

CONSOLIDADO	Imobilizado			
	Custo	Depreciação	*Impairment*	Valor em uso
UHE Colíder	2.558.634	(320.171)	(632.559)	1.605.904
UEGA	686.498	(384.810)	(108.132)	193.556
Consórcio Tapajós (a)	14.879	-	(14.879)	-
Usinas no Paraná	1.052.717	(130.051)	(216.019)	706.647
	4.312.728	**(835.032)**	**(971.589)**	**2.506.107**

(a) Projeto em desenvolvimento

O quadro a seguir apresenta a movimentação do saldo de *impairment*:

CONSOLIDADO	Saldo em 1º.01.2021	*Impairment* / Reversão	1º.01.2021	*Impairment* / Reversão	Saldo em 31.12.2022
Em serviço					
UHE Colíder	(683.193)	43.664	(639.529)	6.970	(632.559)
UEGA	(138.777)	138.777	-	(108.132)	(108.132)
Usinas no Paraná	(103.551)	32.571	(70.980)	26.466	(44.514)
	(925.521)	**215.012**	**(710.509)**	**(74.696)**	**(785.205)**
Em curso					
Consórcio Tapajós	(14.464)	(415)	(14.879)	-	(14.879)
Usinas no Paraná	(105.844)	(66.659)	(172.503)	999	(171.504)
	(120.308)	**(67.074)**	**(187.382)**	**999**	**(186.383)**
	(1.045.829)	**147.938**	**(897.891)**	**(73.697)**	**(971.588)**

15.4.1 UHE Colíder

Em dezembro de 2022, o cálculo do valor em uso considerou premissas e orçamentos da Companhia e a taxa de desconto depois dos impostos de 5,71% a.a. (em 2021, 5,77% a.a.), que deriva da metodologia WACC para o segmento de geração de energia elétrica. A atualização da expectativa de receita com a venda da energia, que compensou aumentos com custos operacionais e com encargos regulatórios, e a variação do valor contábil, possibilitaram a reversão parcial do *impairment*.

15.4.2 UEG Araucária

Em dezembro de 2022, o cálculo do valor em uso considerou premissas e orçamentos da Companhia, revisão da expectativa de despacho, atualização do Custo Variável Unitário - CVU e a taxa de desconto depois dos impostos de 7,00% a.a. (em 2021, 7,69% a.a.), que deriva da metodologia WACC para o segmento de geração de energia elétrica, acrescida de risco adicional associado à variação da receita. Pela revisão das premissas, principalmente a redução na expectativa de despacho da usina em relação a 31.12.2021, quando se previa aumento da demanda da usina em consequência das condições hidrológicas desfavoráveis, foi reconhecido impairment em 2022, considerando a mudança significativa do cenário hidrológico do país.

15.4.3 UTE Figueira

Em dezembro de 2022, o cálculo do valor em uso considerou premissas e orçamentos da Companhia, a taxa de desconto depois dos impostos de 6,23% a.a. (em 2021, 5,77% a.a.), que deriva da metodologia WACC para o segmento de geração de energia elétrica para fonte térmica, a postergação da entrada em operação da usina ocorrida em dezembro de 2022 (em 2021, a expectativa era para abril de 2022), a atualização da expectativa de receita com venda de energia e com a indenização do saldo residual do ativo, as alterações nos custos operacionais e no Capex, e a revisão do saldo de carvão à ser ressarcido para a conta CDE. Pela revisão do conjunto de premissas foi reconhecida a reversão parcial do *impairment*.

15.4.4 Demais usinas hídricas

Em dezembro de 2022, o cálculo do valor em uso dos ativos de geração no Estado do Paraná considerou: i) premissas e orçamentos da Companhia; ii) a taxa de desconto depois dos impostos de 5,71% a.a. (em 2021, 5,77% a.a.), que deriva da metodologia WACC para o segmento de geração de energia elétrica; e, iii) revisão dos encargos regulatórios e dos custos operacionais que foram compensados pela expectativa de venda da energia descontratada. Pela revisão do conjunto de premissas e a variação do valor contábil, foi possível reverter parte do saldo de *impairment*.

15.4.5 Unidades geradoras de caixa que não apresentam reversão ou provisão para *impairment*

As usinas que não sofreram impairment tem valor recuperável superior ao valor contábil do ativo imobilizado. A tabela a seguir apresenta a porcentagem em que o valor recuperável ("VR") excede o valor contábil ("VC") dos ativos e demonstra a análise de sensibilidade aumentando em 5% e 10% a taxa de desconto para avaliação do risco de impairment de cada empreendimento.

Unidade geradora de caixa	Taxa de desconto	VR/VC-1	VR/VC-1 (5% Variação)	VR/VC-1 (10% Variação)	Risco de *Impairment*
Ativos Eólicos					
Complexo São Bento (a)	8,06%	59,64%	55,18%	50,93%	-
Complexo Brisa I (b)	8,06%	58,38%	53,76%	49,35%	-
Complexo Brisa II (c)	8,06%	55,70%	50,85%	46,24%	-
Complexo Bento Miguel (d)	8,06%	15,96%	12,23%	8,70%	-
Complexo Cutia (e)	8,06%	11,67%	8,36%	5,21%	-
Complexo Jandaíra (f)	5,61%	29,61%	25,92%	22,41%	-
Complexo Vilas (g)	5,44%	43,11%	38,61%	34,35%	-
Ativos Hídricos					
Foz do Areia	5,71%	29,95%	29,58%	29,21%	-
Segredo	5,71%	96,90%	94,04%	91,24%	-
Caxias	5,71%	73,31%	70,52%	67,81%	-
Guaricana	5,71%	31,92%	30,77%	29,63%	-
Chaminé	5,71%	61,48%	60,03%	58,61%	-
Apucaraninha	5,71%	28,85%	27,83%	26,81%	-
Mauá	5,71%	106,38%	101,73%	97,25%	-
Marumbi	5,71%	30,16%	22,67%	20,19%	-
Cavernoso II	5,71%	28,09%	24,87%	21,79%	-
Bela Vista	7,67%	56,29%	49,96%	44,51%	-

(a) Contempla as usinas GE Boa Vista, GE Farol, GE Olho D'Água e GE São Bento do Norte.

(b) Contempla as usinas Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III e Nova Eurus IV.

(c) Contempla as usinas Santa Maria, Santa Helena e Ventos de Santo Uriel.

(d) Contempla as usinas São Bento do Norte I, São Bento do Norte II, São Bento do Norte III, São Miguel I, São Miguel II e GE São Miguel III.

(e) Contempla as usinas Cutia, Guajiru, Jangada, Maria Helena, Potiguar, Esperança e Paraíso dos Ventos.

(f) Contempla as usinas Jandaíra I, Jandaíra II, Jandaíra III e Jandaíra IV

(g) Contempla as usinas Potiguar B61, Potiguar B141, Potiguar B142, Potiguar B143 e Ventos de Vila Paraíba IV.

15.5 Empreendimentos em construção

15.5.1 PCH Bela Vista

Com um investimento estimado em R$ 224.673, o empreendimento, com 29,81 MW de capacidade instalada e garantia física de 18,61 MW médios, foi construído no Rio Chopim, nos municípios de São João e Verê, localizados no sudoeste do estado do Paraná. A participação no leilão A-6 realizado em 31.08.2018 vendeu 14,7 MW médios em contratos regulados ao preço original de R$ 195,70/MWh. O contrato de venda de energia tem início de suprimento em 1º.01.2024, prazo de 30 anos e reajuste anual pelo IPCA.

As obras tiveram seu início no mês de agosto de 2019 e a entrada em operação comercial de três unidades geradoras ocorreu em 2021. A central geradora (*Stream Diver*) foi liberada para início da operação em teste a partir de 28.03.2023.

15.5.2 Complexo eólico Jandaíra

Com um investimento estimado em R$ 411.610, o empreendimento, que tem 90,1 MW de capacidade instalada e garantia física de 47,6 MW médios, está sendo construído nos municípios de Pedra Preta e Jandaíra, no estado do Rio Grande do Norte. A participação no leilão de geração de energia nova A-6, realizado em 18.10.2019 vendeu 14,4 MW médios em contratos regulados ao preço original de R$ 98,00/MWh. O contrato de venda de energia tem início de suprimento em 1º.01.2025, prazo de 20 anos e reajuste anual pelo IPCA.

De posse de todas as licenças necessárias, as obras civis tiveram início em janeiro de 2021. O complexo, com 26 unidades geradoras divididas em 4 parques eólicos, iniciou a operação comercial de todo o empreendimento durante o ano de 2022.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

15.6 Taxas de depreciação

Taxas de depreciação (%)	31.12.2022	31.12.2021
Taxas médias do segmento de geração (15.6.1)		
Equipamento geral	6,25	6,25
Máquinas e equipamentos	3,68	3,68
Geradores	3,42	3,42
Reservatórios, barragens e adutoras	2,67	2,56
Turbina hidráulica	2,89	2,90
Turbinas a gás e a vapor	4,00	4,00
Processamento de gás	3,00	3,00
Unidade de geração eólica	4,94	4,98
Edificações	3,15	3,15
Taxas médias para ativos da Administração central		
Edificações	3,33	3,33
Máquinas e equipamentos de escritório	6,25	6,25
Móveis e utensílios	6,25	6,30
Veículos	14,29	14,29

15.6.1 Ativos com taxas de depreciação limitadas ao prazo de concessão

Os ativos do projeto original das usinas de Mauá, Colíder, Baixo Iguaçu, Cavernoso II e PCH Bela Vista, da Copel GeT, são considerados pelo Poder Concedente sem total garantia de indenização do valor residual ao final do prazo da concessão. Essa interpretação está fundamentada na Lei das Concessões nº 8.987/1995 e no Decreto nº 2.003/1996 que regulamentam a produção de energia elétrica por produtor independente. Dessa forma, a partir da entrada em operação desses ativos, inclusive terrenos, a depreciação é realizada pela maior taxa entre aquela determinada pela vida útil do ativo ou a taxa calculada com base no prazo de concessão.

Conforme previsto nos contratos de concessão, os investimentos posteriores e não previstos no projeto original, desde que aprovados pelo Poder Concedente e ainda não amortizados, serão indenizados ao final do prazo das concessões e depreciados com as taxas estabelecidas pela vida útil do ativo, a partir da entrada em operação.

Da mesma forma, os ativos de geração eólica, cuja energia elétrica produzida destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica conforme estabelecido nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/1995, também são depreciados pela maior taxa entre aquela determinada pela vida útil do ativo ou a taxa calculada com base no prazo de autorização.

16. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Contratos de concessão/autorização de geração (16.1)	1.106.988	1.208.895	2.049.738	2.259.116
Outros intangíveis (16.2)	19.538	20.111	26.103	37.042
	1.126.526	**1.229.006**	**2.075.841**	**2.296.158**

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis.

16.1 Contratos de concessão de geração

CONTROLADORA	Contrato de concessão (a)		
	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2021	**35.146**	**-**	**35.146**
Outorga Aneel - uso do bem público	-	1.823	1.823
Capitalizações para intangível em serviço	1.823	(1.823)	-
Repactuação do risco hidrológico - GSF	1.198.933	-	1.198.933
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(27.007)	-	(27.007)
Em 31.12.2021	**1.208.895**	**-**	**1.208.895**
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(101.907)	-	(101.907)
Em 31.12.2022	**1.106.988**	**-**	**1.106.988**

(a) Contempla o saldo de uso do bem público e de repactuação do risco hidrológico.
(b) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

CONSOLIDADO	Contrato de concessão (a)		Direito de concessão e autorização/ágio	Total
	em serviço	em curso		
Em 1º.01.2021	**53.443**	**-**	**346.715**	**400.158**
Mais valia na combinação de negócios - Complexo Vilas	-	-	277.120	277.120
Ágio técnico oriundo da combinação de negócios - Complexo Vilas	-	-	94.221	94.221
Outorga Aneel - uso do bem público	-	1.823	-	1.823
Capitalizações para intangível em serviço	1.823	(1.823)	-	-
Repactuação do risco hidrológico - GSF	1.560.896	-	-	1.560.896
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(60.870)	-	(14.232)	(75.102)
Em 31.12.2021	**1.555.292**	**-**	**703.824**	**2.259.116**
Mais valia na combinação de negócios - Complexo Vilas (NE nº 1.1.1)	-	-	23.982	23.982
Ágio técnico oriundo da combinação de negócios - Complexo Vilas (NE nº 1.1.1)	-	-	8.154	8.154
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(217.397)	-	(24.117)	(241.514)
Em 31.12.2022	**1.337.895**	**-**	**711.843**	**2.049.738**

(a) Contempla o saldo de uso do bem público e de repactuação do risco hidrológico.
(b) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

16.2 Outros intangíveis

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização.

CONTROLADORA	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2021	**6.907**	**11.435**	**18.342**
Aquisições	-	4.772	4.772
Capitalizações para intangível em serviço	412	(412)	-
Quotas de amortização (a)	(3.003)	-	(3.003)
Em 31.12.2021	**4.316**	**15.795**	**20.111**
Aquisições	-	4.606	4.606
Capitalizações para intangível em serviço	3.721	(3.721)	-
Quotas de amortização (a)	(3.661)	-	(3.661)
Baixas	-	(1.518)	(1.518)
Em 31.12.2022	**4.376**	**15.162**	**19.538**

(a) Taxa anual de amortização: 20%.

CONSOLIDADO	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2021	**7.164**	**17.216**	**24.380**
Efeito da aquisição de controle do Complexo Vilas	10.275	-	10.275
Aquisições	-	5.607	5.607
Quotas de amortização (a)	3.212	(3.212)	-
Baixas	(3.220)	-	(3.220)
Em 31.12.2021	**17.431**	**19.611**	**37.042**
Aquisições	-	4.368	4.368
Transferências para imobilizado	(9.795)	-	(9.795)
Capitalizações para intangível em serviço	4.211	(4.211)	-
Quotas de amortização (a)	(3.993)	-	(3.993)
Baixas	-	(1.519)	(1.519)
Em 31.12.2022	**7.854**	**18.249**	**26.103**

(a) Taxa anual de amortização: 20%.

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações sociais				
Impostos e contribuições sociais	13.392	13.832	13.658	14.108
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	8.696	8.942	8.818	9.075
	22.088	**22.774**	**22.476**	**23.183**
Obrigações trabalhistas				
Folha de pagamento, líquida (a)	13.900	-	13.900	-
Férias	29.332	31.480	29.678	31.857
Provisões por desempenho e participação nos lucros	11.233	88.403	11.233	88.584
Programa de desligamentos voluntários	990	17.859	990	17.859
Outros	94	-	94	-
	55.549	**137.742**	**55.895**	**138.300**
	77.637	**160.516**	**78.371**	**161.483**

(a) Refere-se a provisão do reajuste salarial referente ao Acordo Coletivo de Trabalho aprovado em janeiro de 2023, com efeitos retroativos a outubro de 2022 (data-base do acordo).

18. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Materiais e serviços	130.444	147.562	171.362	368.665
Energia elétrica	205.947	320.752	206.527	335.128
Encargos de uso da rede elétrica	101.098	96.791	123.186	115.260
	437.489	**565.105**	**501.075**	**819.053**
Circulante	**312.042**	**439.856**	**375.628**	**693.804**
Não circulante	**125.447**	**125.249**	**125.447**	**125.249**

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Consolidado Contrato	Empresa	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2022	31.12.2021
BNDES												
820989.1	Copel GeT	Implementação da UHE Mauá.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	17.03.2009	179	15.01.2028	Mensal	1,63% acima da TJLP	1,63% acima da TJLP	169.500	60.719	72.109
1120952.1		Implantação de linha de transmissão entre as subestações Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste.	Cessão fiduciária de direitos creditórios; receita proveniente da prestação de serviços de transmissão.	16.12.2011	168	15.04.2026	Mensal	1,82% e 1,42% acima da TJLP	1,82% e 1,42% acima da TJLP	44.723	11.186	14.431
1220768.1		Implantação da PCH Cavernoso II.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	28.09.2012	192	15.07.2029	Mensal	1,36% acima da TJLP	1,36% acima da TJLP	73.122	32.012	36.593
13211061		Implantação da UHE Colíder.	Cessão fiduciária de direitos creditórios.	04.12.2013	192	15.10.2031	Mensal	0% e 1,49% acima da TJLP	6,43% e 7,68%	1.041.155	615.968	680.413
13210331		Implantação da subestação Cerquilho III.		03.12.2013	168	15.08.2028	Mensal	1,49% e 1,89% acima da TJLP	1,49% e 1,89% acima da TJLP	17.644	7.502	8.758
15206041		Implantação de linha de transmissão Assis - Paraguaçu Paulista II.		28.12.2015	168	15.06.2030	Mensal	2,42% acima da TJLP	9,04%	34.265	16.139	18.151
15205921		Implantação de linhas de transmissão Londrina - Figueira e Salto Osório - Foz do Chopim.		28.12.2015	168	15.12.2029	Mensal	2,32% acima da TJLP	8,93%	21.584	9.542	10.822
18205101		Implantação da UHE Baixo Iguaçu.		22.11.2018	192	15.06.2035	Mensal	1,94% acima da TJLP	8,50%	194.000	159.948	171.447
19207901 - A+B+E+F+G+H		Implantação das instalações de transmissão das linhas: SE Medianeira; SE Curitiba Centro e Curitiba Uberaba e SE Andirá Leste.		03.06.2020	279	15.12.2043	Mensal	IPCA + 4,8165%	IPCA + 4,8570%	206.882	200.932	185.532
19207901 - C+D+I+J		Implantação das instalações de transmissão das linhas: Linha de Transmissão Curitiba Leste - Blumenau e Baixo Iguaçu - Realeza.		03.06.2020	267	15.12.2043	Mensal	IPCA + 4,8165%	IPCA + 4,8570%	225.230	188.869	162.773
14.2.1271.1	Santa Maria	Construção e implantação de centrais geradoras eólicas.	Penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária de máquinas e equipamentos.	01.06.2015	192	15.08.2031	Mensal	1,66% acima da TJLP	8,26%	71.676	34.125	37.771
14.2.1272.1	Santa Helena			01.06.2015	192	15.08.2031	Mensal	1,66% acima da TJLP	8,26%	82.973	37.027	40.983
11211521	GE Farol		Fiança da Copel; penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios; cessão fiduciária de receitas.	19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	54.100	29.888	33.570
11211531	GE Boa Vista			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	40.050	22.096	24.818
11211541	GE S.B. do Norte			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	90.900	50.112	56.287
11211551	GE Olho D'Água			19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	97.000	53.519	60.113
18204611	Cutia		Penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios.	10.10.2018	192	15.07.2035	Mensal	2,04% acima da TJLP	8,37%	619.405	543.337	563.569
13212221 - A	Costa Oeste	Implantação de linha de transmissão entre as subestações Cascavel Oeste e Umuarama Sul e implantação da subestação Umuarama Sul.	Cessão fiduciária de direitos creditórios; 100% das ações penhoradas.	03.12.2013	168	30.11.2028	Mensal	1,95% + TJLP	1,95% + TJLP	27.634	12.842	14.898
13212221 - B				03.12.2013	106	30.09.2023	Mensal	3,5%	3,5%	9.086	598	1.396
14205851 - A	Marumbi	Implantação de linha de transmissão entre as subestações Curitiba e Curitiba Leste e implantação da subestação Curitiba Leste.		08.07.2014	168	30.06.2029	Mensal	2,00% + TJLP	2,00% + TJLP	33.460	16.981	19.444
14205851 - B				08.07.2014	106	30.04.2024	Mensal	6,0%	6,0%	21.577	3.020	5.285
											2.106.362	**2.219.163**
Banco do Brasil - Repasse BNDES												
21/02000-0	Copel GeT	Implementação da UHE Mauá.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	16.04.2009	179	15.01.2028	Mensal	2,13% acima da TJLP	2,13% acima da TJLP	169.500	60.720	72.109
											60.720	**72.109**
Banco do Nordeste do Brasil												
35202166127989	Jandaíra I	Implantação do Complexo Eólico de Jandaíra	Fiança bancária	31.05.2021	192	15.06.2038	Mensal	2,7086% + IPCA (1)	3,0107% + IPCA	21.687	17.969	7.312
35202164527986	Jandaíra II			31.05.2021	192	15.06.2038	Mensal	2,2161% + IPCA (1) e 2,7086% + IPCA (1)	3,0107% + IPCA	56.421	46.644	18.424
35202162927987	Jandaíra III			31.05.2021	192	15.06.2038	Mensal	2,7086% + IPCA (1)	3,0107% + IPCA	65.158	53.843	21.645
35202160027984	Jandaíra IV			31.05.2021	192	15.06.2038	Mensal	2,2161% + IPCA (1) e 2,7086% + IPCA (1)	3,0107% + IPCA	65.421	54.053	22.058
35201915725525	Potiguar B141	Implantação do Complexo Eólico de Vilas	Cessão fiduciária de direitos creditórios; cessão fiduciária de direitos do contrato de O&M; cessão fiduciária de direitos emergentes da autorização; penhor de ações; alienação fiduciária de máquinas e equipamentos do projeto; Fiança bancária de 100%; cessão fiduciária das Contas Reserva do serviço da dívida; cessão fiduciária da conta reserva de operação (O&M); Contrato de suporte de acionista	04.04.2019	216	15.04.2039	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	92.138	89.685	94.781
35201922425522	Potiguar B142			04.04.2019	216	15.04.2039	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	92.213	89.709	94.809
35201926525533	Potiguar B143			11.04.2019	216	15.04.2039	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	92.138	89.376	94.453
35201910625534	Ventos de Vila Paraíba IV			18.04.2019	216	15.05.2039	Mensal	IPCA + 2,3323%	IPCA + 2,3323%	92.138	91.004	96.237
352020148727169	Potiguar B61			11.08.2020	216	15.08.2040	Mensal	IPCA + 1,4865%	IPCA + 1,4865%	163.886	186.552	176.324
											718.835	**626.043**
Itaú Unibanco S.A												
Nota Comercial (a)	Copel GET	Amortização parcial da 3ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures da emitente e atendimento de obrigações diversas de curto prazo, incluindo compra de energia, obrigações regulatórias e dividendos.	Fidejussória	10.09.2022	2	10.09.2025	Semestral	DI + spread 1,22%	DI + spread 1,31%	1.000.000	1.037.946	-
											1.037.946	**-**
											Dívida bruta	**3.923.863**	**2.917.315**
											(-) Custo de transação	**(31.508)**	**(58.173)**
											Dívida líquida	**3.892.355**	**2.859.142**
											Circulante	**272.635**	**248.801**
											Não Circulante	**3.619.720**	**2.610.341**

(a) Nota Comercial, série única, para distribuição pública com esforços restritos. Fiadora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM. (1) - IPCA utilizado no cálculo do juros e não na atualização do principal.

19.1 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

CONSOLIDADO		31.12.2022	%	31.12.2021	%
Moeda nacional	**variação da moeda no exercício (%)**				
TJLP	7,20	1.755.555	45,10	1.916.561	67,04
CDI	13,65	1.034.132	26,57	-	-
IPCA	5,79	1.099.050	28,24	935.900	32,73
Sem indexador (taxa fixa anual)	-	3.618	0,09	6.681	0,23
		3.892.355	**100,00**	**2.859.142**	**100,00**
		3.892.355	**100,00**	**2.859.142**	**100,00**

19.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

	Controladora			Consolidado		
31.12.2022	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2024	134.118	(2.161)	131.957	227.183	(3.593)	223.590
2025	1.134.403	(1.714)	1.132.689	1.228.024	(3.144)	1.224.880
2026	132.472	(739)	131.733	228.996	(2.171)	226.825
2027	131.671	(739)	130.932	232.594	(2.172)	230.422
2028	109.734	(742)	108.992	215.888	(2.182)	213.706
Após 2028	583.323	(4.311)	579.012	1.514.960	(14.663)	1.500.297
	2.225.721	**(10.406)**	**2.215.315**	**3.647.645**	**(27.925)**	**3.619.720**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf
Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

19.3 Mutação de empréstimos e financiamentos

CONTROLADORA	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2021	**1.460.555**	**2.365.754**
Efeito da aquisição de controle do Complexo Vilas	-	514.272
Ingressos	52.163	134.313
(-) Custos de transação	-	(1.647)
Encargos	87.074	149.522
Variação monetária	31.045	31.045
Amortização - principal	(125.343)	(187.991)
Pagamento - encargos	(81.837)	(146.126)
Em 31.12.2021	**1.423.657**	**2.859.142**
Efeito da aquisição de controle do Complexo Vilas (NE nº 1.1.1)	-	25.398
Ingressos	1.033.651	1.141.954
(-) Custos de transação	(4.202)	(4.202)
Encargos	138.256	269.489
Variação monetária	28.955	34.978
Amortização - principal	(132.168)	(215.693)
Pagamento - encargos	(99.225)	(218.711)
Em 31.12.2022	**2.388.924**	**3.892.355**

19.4 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

Os contratos de empréstimos e financiamentos contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar em multas ou na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2022, todos os indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos. A controlada Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. apurou ICSD de 1,15 e, portanto, precisava complementar a Conta Reserva com, no mínimo, o valor de R$ 5.736. O depósito foi efetuado em 13.03.2023, antes do prazo definido contratualmente.

A Companhia tem expectativa de que todos os indicadores financeiros, medidos anualmente, sejam cumpridos em 2023.

Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Em 31.12.2022, todos os indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos. A controlada Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. apurou ICSD de 1,15 e, portanto, complementará a Conta Reserva no valor de R$ 5.738 no prazo definido contratualmente.

A Companhia tem expectativa de que todos os indicadores financeiros, medidos anualmente, sejam cumpridos em 2023.

EMPRESA	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GeT	BNDES Finem nº 820989.1 - Mauá Banco do Brasil nº 21/02000-0 - Mauá	Ebitda/ Resultado Financeiro Líquido	≥ 1,3
	Nota Comercial	Índice de cobertura do serviço da dívida Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado	≥ 1,5 ≤ 3,5
Santa Maria	BNDES Finem nº 14212711	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Santa Helena	BNDES Finem nº 14212721		
São Bento Energia, Investimento e Participações	Contrato de Cessão BNDES	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
GE Boa Vista S.A.	BNDES Finem nº 11211531		
GE Farol S.A.	BNDES Finem nº 11211521		
GE Olho D´Água S.A.	BNDES Finem nº 11211551		
GE São Bento do Norte S.A.	BNDES Finem nº 11211541		
Cutia	BNDES Finem nº 18204611	Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≥ 1,2
Costa Oeste	BNDES Finem nº 13212221	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Marumbi	BNDES Finem nº 14205851	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3

Financiamento a empreendimentos - Finem

(a) indicador calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. O contrato estabelece que, caso o índice esteja no intervalo entre 1,10 e 1,20, deve-se complementar o valor dos recursos aplicados na Conta Reserva de forma que a totalidade atinja o índice de 1,20, no prazo de até 2 dias úteis contados da divulgação das demonstrações financeiras.

20. DEBÊNTURES

Empresa	Emissão	Caracte-rísti-cas	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2022	31.12.2021
Copel Get	3ª	(a)	Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.	Fidejussória	20.10.2017	3	20.10.2022	Semestral	126,0% da taxa DI	131,21% da taxa DI	1.000.000	-	339.767
	4ª		Resgate antecipado total da 4ª emissão de notas promissórias e pagamento parcial da 1ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.		23.07.2018	3	23.07.2023	Semestral	126,0% da taxa DI	133,77% da taxa DI	1.000.000	357.573	690.311
	5ª	(b)	Reembolso de gastos da construção das Linhas de Transmissão Araraquara II - Taubaté, Assis - Londrina e Foz do Chopim.		25.09.2018	5	15.09.2025	Semestral	IPCA + 7,6475%	IPCA+ 8,3295%	290.000	225.643	284.483
	6ª (série 1)		Resgate antecipado total da 5ª emissão de notas promissórias e pagamento parcial da 2ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.		15.07.2019	2	15.07.2024	Semestral	109,0% da taxa DI	111,25% da taxa DI	800.000	852.816	825.358
	6ª (série 2)		Reembolso de gastos com os projetos UHE Colíder e UHE Baixo Iguaçu		15.07.2019	1	15.07.2025	Semestral	IPCA + 3,90%	IPCA+ 4,46%	200.000	251.363	237.650
	7ª (série 1)	(c)	Reforço do capital de giro da Emissora; amortização e/ou o reembolso de caixa de parcela de principal da 3ª e 4ª emissão de debêntures.		15.10.2021	2	15.10.2026	Semestral	DI + spread 1,38%	DI + spread 1,45%	1.133.363	1.166.982	1.148.216
	7ª (série 2)		Investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas no âmbito dos Projetos: Melhorias da Usina Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto; Implantação dos Ativos do Lote "E", do Leilão Aneel nº 05/2015; Aportes na Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. e Bela Vista Geração de Energia S.A.		15.10.2021	3	15.10.2031	Semestral	IPCA + 5,7138%	IPCA + 6,1033%	366.637	397.825	374.658
Brisa Potiguar	2ª (série 1)	(d)	Implantação de centrais geradoras eólicas.	Real e fidejussória e penhor de ações da Copel GeT	24.03.2016	192	15.07.2032	Mensal	TJLP + 2,02%	TJLP + 2,02%	147.575	91.468	100.240
	2ª (série 2)				24.03.2016	192	15.07.2032	Mensal	IPCA + 9,87%	IPCA+ 10,92%	153.258	126.067	131.630
Cutia	1ª	(b)	Construção e implantação de centrais geradoras eólicas.	Fidejussória	20.03.2019	26	15.12.2031	Semestral	IPCA + 5,8813%	IPCA+ 6,83%	360.000	360.894	370.903
											Dívida bruta	**3.830.631**	**4.503.216**
											(-) Custo de transação	**(43.383)**	**(56.916)**
											Dívida líquida	**3.787.248**	**4.446.300**
											Circulante	**972.713**	**859.524**
											Não Circulante	**2.814.535**	**3.586.776**

(a) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interveniente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.
(b) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interveniente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.
(c) Debêntures simples, duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interveniente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.
(d) Debêntures simples, duas séries, não conversíveis em ações, emissão privada. Empresas: Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus e Ventos de Santo Uriel. Interveniente garantidora: Copel. Não possui agente fiduciário.

20.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2021	Controladora			Consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2024	473.626	(5.184)	468.442	520.831	(7.346)	513.485
2025	887.282	(3.492)	883.790	943.431	(5.660)	937.771
2026	566.682	(1.767)	564.915	634.011	(3.948)	630.063
2027	-	(1.158)	(1.158)	62.857	(3.352)	59.505
2028	-	(1.165)	(1.165)	62.857	(3.378)	59.479
Após 2028	393.290	(3.254)	390.036	624.119	(9.887)	614.232
	2.320.880	**(16.020)**	**2.304.860**	**2.848.106**	**(33.571)**	**2.814.535**

20.2 Mutação das debêntures

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2021	**2.995.538**	**3.564.882**
Ingressos	1.500.000	1.500.000
(-) Custos de transação	(15.321)	(15.321)
Encargos e variação monetária	232.996	325.166
Amortização - principal	(733.761)	(773.476)
Pagamento - encargos	(114.098)	(154.951)
Em 31.12.2021	**3.865.354**	**4.446.300**
Encargos e variação monetária	489.076	562.755
Amortização - principal	(739.617)	(793.148)
Pagamento - encargos	(386.296)	(428.659)
Em 31.12.2022	**3.228.517**	**3.787.248**

20.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

As debêntures emitidas contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar na necessidade de solicitação de anuência aos debenturistas ou na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2022, todos os indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos, exceto nas controladas Ventos de Santo Uriel e Nova Asa Branca III que têm a dívida de R$ 72.588 em 31.12.2022 e que que não atenderam ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de 1,3. Contudo, a Companhia preventivamente solicitou e recebeu, em 30.12.2022, conforme carta do BNDES AE/DEENE2 nº 061/2022, o compromisso da instituição bancária de fomento de não declarar o vencimento antecipado das escrituras de debêntures, com base no desempenho desse índice no exercício de 2022.

Adicionalmente, a controlada Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. apurou ICSD de 1,15 e, portanto, precisava complementar a Conta Reserva com, no mínimo, o valor de R$ 5.736. O depósito foi efetuado em 13.03.2023, antes do prazo definido contratualmente.

A Companhia tem expectativa de que todos os indicadores financeiros, medidos anualmente, sejam cumpridos em 2023.

Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de debêntures:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GET	4ª Emissão de Debêntures 5ª Emissão de Debêntures 6ª Emissão de Debêntures 7ª Emissão de Debêntures	Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≤ 3,5 ≥ 1,5
Nova Asa Branca I Nova Asa Branca II Nova Asa Branca III Nova Eurus IV Ventos de Santo Uriel	2ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Cutia	1ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida (b)	≥ 1,2

(a) indicador calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Paranaense de Energia - Copel.
(b) indicador calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. O contrato estabelece que, caso o índice esteja no intervalo entre 1,10 e 1,20, deve-se complementar o valor dos recursos aplicados na Conta Reserva de forma que a totalidade atinja o índice de 1,20, no prazo de até 2 dias úteis contados da divulgação das demonstrações financeiras.

21. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia e suas controladas patrocinam planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

21.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III, único plano disponível para novos participantes, é um plano de Contribuição Variável - CV na fase contributiva e, após a aposentadoria, torna-se um plano de Benefício Definido - BD.

21.2 Plano Assistencial

A Companhia e sua controlada alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

21.3 Balanço patrimonial e resultado

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Planos previdenciários	171	167	171	167
Planos assistenciais	319.603	385.022	320.504	385.729
	319.774	**385.189**	**320.675**	**385.896**
Circulante	**18.795**	**17.568**	**18.795**	**17.568**
Não circulante	**300.979**	**367.621**	**301.880**	**368.328**

Os valores reconhecidos no resultado estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Empregados				
Planos previdenciários	17.988	18.984	19.266	20.277
Plano assistencial - pós-emprego	41.672	33.237	41.764	33.301
Plano assistencial - funcionários ativos	17.303	17.743	18.436	17.920
	76.963	**69.964**	**79.466**	**71.498**
Administradores				
Planos previdenciários	151	337	175	378
Plano assistencial	20	25	33	29
	171	**362**	**208**	**407**
	77.134	**70.326**	**79.674**	**71.905**

21.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2021	**431.515**	**432.158**
Apropriação do cálculo atuarial	33.237	33.301
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	41.372	41.908
Ajuste referente a perdas atuariais	(62.071)	(62.071)
Amortizações	(58.864)	(59.400)
Em 31.12.2021	**385.189**	**385.896**
Apropriação do cálculo atuarial	41.672	41.764
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	42.620	43.146
Ajuste referente a perdas atuariais	(88.303)	(88.201)
Amortizações	(61.404)	(61.930)
Em 31.12.2022	**319.774**	**320.675**

21.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1) / IAS 19

21.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos estão demonstradas a seguir:

CONSOLIDADO	2022		2021	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	5,10%	-	5,50%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos Unificado - Benefício Definido	6,08%	11,49%	5,20%	10,99%
Planos Unificado - Saldado	6,10%	11,51%	5,20%	10,99%
Planos III	6,10%	11,51%	5,30%	11,09%
Planos Assistencial	6,10%	11,51%	5,30%	11,09%
Crescimento salarial/custos médicos				
Plano Unificado a.a.	0,00%	5,10%	0,00%	5,50%
Plano III a.a.	1,00%	6,15%	1,00%	6,56%
Plano Assistencial - Aging Factor	3,30%	-	5,80%	-
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927

21.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média - Tábua AT-2000 (em anos)

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia e de suas controladas é, respectivamente, de 68,27 e 67,08 anos.

	Plano Unificado	Plano III
Em 31.12.2021		
Participantes aposentados	19,60	23,42
Participantes pensionistas	12,48	25,97
Em 31.12.2020		
Participantes aposentados	11,60	23,47
Participantes pensionistas	13,22	27,02

21.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do Plano Unificado e Plano III para 31.12.2022 totalizaram, respectivamente, superávit de R$ 230.447 e de R$ 23.468 (R$ 260.446 e de R$ 3.954 em 31.12.2021). A legislação atual aplicável não permite qualquer redução significativa nas contribuições ou reembolsos à Companhia com base no superávit atual desses planos. Por esse motivo, a Companhia não registrou ativos em seu balanço de 31.12.2022, refletindo qualquer direito de redução de contribuições ou restituição de superávit ou outros valores.

CONSOLIDADO	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações total ou parcialmente cobertas	2.404.265	1.090.599	369.076	3.863.940	3.986.246
Valor justo dos ativos do plano	(2.634.712)	(1.114.067)	(48.573)	(3.797.352)	(3.864.919)
Estado de cobertura do plano	**(230.447)**	**(23.468)**	**320.503**	**66.588**	**121.327**
Ativo não reconhecido	230.447	23.468	-	253.915	264.400
	-	**-**	**320.503**	**320.503**	**385.727**

A Companhia e suas controladas procederam ajustes nos seus passivos assistenciais com base no relatório atuarial, na data base 31.12. 2022, conforme apresentado na Demonstração de Resultados Abrangentes.

21.5.4 Movimentação do passivo atuarial

CONSOLIDADO	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2021	**2.711.893**	**1.051.562**	**497.730**
Custo de serviço	50	564	1.665
Custo dos juros	192.763	77.420	36.363
Benefícios pagos	(212.500)	(74.634)	-
Perdas / (Ganhos) atuariais	(208.341)	2.649	(90.938)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2021	**2.483.865**	**1.057.561**	**444.820**
Custo de serviço	29	595	1.432
Custo dos juros	271.459	115.767	46.620
Benefícios pagos	(186.431)	(85.152)	-
Perdas / (Ganhos) atuariais	(164.657)	1.828	(123.796)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2022	**2.404.265**	**1.090.599**	**369.076**

21.5.5 Movimentação do ativo atuarial

CONSOLIDADO	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2021	**3.034.540**	**1.141.430**	**65.725**
Retorno esperado dos ativos	335.639	42.069	1.884
Contribuições e aportes	11.633	43.423	-
Benefícios pagos	(212.500)	(74.634)	-
(Perdas) atuariais	(425.001)	(90.773)	(8.516)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2021	**2.744.311**	**1.061.515**	**59.093**
Retorno esperado dos ativos	300.229	87.051	7.919
Contribuições e aportes	12.687	47.893	-
Benefícios pagos	(186.431)	(85.151)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	(236.084)	2.759	(18.439)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2022	**2.634.712**	**1.114.067**	**48.573**

21.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2023 para cada plano estão demonstrados a seguir:

CONSOLIDADO	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Custo do serviço corrente	77	1.207	1.651
Custo estimado dos juros	279.249	125.277	42.483
Rendimento esperado do ativo do plano	(306.052)	(129.390)	(5.464)
Contribuições estimadas dos empregados	(26)	(603)	-
Custos (receitas)	**(26.752)**	**(3.509)**	**38.670**

21.5.7 Análise de sensibilidade

A tabela a seguir demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios acumulada pós-emprego.

CONSOLIDADO	Cenários projetados	
	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	(306.846)	305.406
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(58.619)	55.673
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	24.742	(24.373)
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte do programa de saúde	95	(94)
Sensibilidade ao custo do serviço		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	101	(99)
Impactos nas obrigações do programa de saúde	259	(214)

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

21.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia e suas controladas, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

CONSOLIDADO	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2023	90.695	37.259	26.959	154.913
2024	90.926	37.261	26.538	154.725
2025	90.992	37.261	25.784	154.037
2026	91.158	37.261	24.564	152.983
2027	91.131	37.261	23.325	151.717
2028 a 2052	1.139.776	610.646	212.563	1.962.985

21.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciários e assistencial da Companhia e de suas controladas no final de 2022 e a alocação-meta para 2023, por categoria de ativos, são as seguintes:

CONSOLIDADO	Meta para 2023 (*)	2022
Renda fixa	77,2%	71,1%
Renda variável	5,3%	10,0%
Empréstimos	1,2%	1,2%
Investimentos imobiliários	5,6%	2,7%
Investimentos estruturados	8,7%	10,2%
Investimentos no exterior	2,0%	4,8%
	100,0%	**100,0%**

(*) Alocação Estratégica baseada no total de investimentos de cada plano.

Adicionalmente, seguem informações referentes à alocação de ativos de planos previdenciários patrocinados pela Companhia:

CONSOLIDADO	Plano Unificado		Plano III	
	meta (%) (*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	86,0%	60,0%	67,0%	40,0%
Renda variável	3,0%	2,0%	8,0%	3,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	2,0%	0,0%
Investimentos imobiliários	5,5%	0,0%	6,0%	0,0%
Investimentos estruturados	5,0%	0,0%	13,0%	0,0%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%	4,0%	0,0%

(*) Alocação Estratégica 2022.
A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

22. ENCARGOS SETORIAIS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Reserva global de reversão - RGR	2.824	3.825	5.366	8.834
Conta de desenvolvimento energético - CDE	12.090	12.753	12.090	12.754
	14.914	**16.578**	**17.456**	**21.588**

23. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os saldos registrados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D estão demonstrados no quadro a seguir:

CONTROLADORA	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2021
FNDCT	-	2.077	-	2.077	2.030
MME	-	1.038	-	1.038	1.015
P&D	95.694	-	(9.260)	86.434	115.188
	95.694	**3.115**	**(9.260)**	**89.549**	**118.233**
			Circulante	**83.566**	**61.190**
			Não circulante	**5.983**	**57.043**

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

CONSOLIDADO	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2021
FNDCT	-	2.576	-	2.576	3.184
MME	-	1.294	-	1.294	1.591
P&D	97.623	150	3.538	101.311	126.240
	97.623	**4.020**	**3.538**	**105.181**	**131.015**
			Circulante	**84.472**	**63.063**
			Não circulante	**20.709**	**67.952**

23.1 Mutação dos saldos de P&D

CONTROLADORA	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2021	**1.862**	**931**	**121.594**	**124.387**
Constituições	12.599	6.298	12.597	31.494
Juros (NE nº 32)	-	-	760	760
Recolhimentos	(12.431)	(6.214)	-	(18.645)
Conclusões	-	-	(19.763)	(19.763)
Em 31.12.2021	**2.030**	**1.015**	**115.188**	**118.233**
Constituições	12.272	6.135	12.272	30.679
Juros (NE nº 31)	-	-	191	191
Recolhimentos	(12.225)	(6.112)	-	(18.337)
Conclusões	-	-	(41.217)	(41.217)
Em 31.12.2022	**2.077**	**1.038**	**86.434**	**89.549**

CONSOLIDADO	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2021	**3.601**	**1.799**	**126.520**	**131.920**
Constituições	24.533	12.263	24.525	61.321
Juros (NE nº 32)	-	-	527	527
Recolhimentos	(24.950)	(12.471)	(5.569)	(42.990)
Conclusões	-	-	(19.763)	(19.763)
Em 31.12.2021	**3.184**	**1.591**	**126.240**	**131.015**
Constituições	15.731	7.865	15.732	39.328
Juros (NE nº 31)	-	-	1.467	1.467
Recolhimentos	(16.339)	(8.162)	(911)	(25.412)
Conclusões	-	-	(41.217)	(41.217)
Em 31.12.2022	**2.576**	**1.294**	**101.311**	**105.181**

24. CONTAS A PAGAR VINCULADAS À CONCESSÃO

CONTROLADORA E CONSOLIDADO	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	31.12.2022	31.12.2021
UHE Mauá	29.06.2007	03.07.2007	05.2047	5,65% a.a.	21.587	20.495
UHE Colíder	29.12.2010	17.01.2011	01.2046	7,74% a.a.	30.518	27.376
UHE Baixo Iguaçu	19.07.2012	20.08.2012	01.2047	7,74% a.a.	9.050	8.595
UHE Guaricana	03.03.2020	03.03.2020	03.2025	7,74% a.a.	2.200	2.894
					63.355	**59.360**
				Circulante	**1.918**	**7.207**
				Não circulante	**61.437**	**52.153**

Taxa de desconto no cálculo do valor presente
Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.
Pagamento à União
Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual corrigido, conforme definido no contrato de concessão

24.1 Mutação de contas a pagar vinculadas à concessão

CONTROLADORA E CONSOLIDADO	Total
Em 1º.01.2021	**53.428**
Adição	1.823
Ajuste a valor presente	(5.041)
Variação monetária	14.336
Pagamentos	(5.186)
Em 31.12.2021	**59.360**
Adição	1.855
Ajuste a valor presente	(2.524)
Variação monetária	10.361
Pagamentos	(5.697)
Em 31.12.2022	**63.355**

24.2 Valor nominal e valor presente das contas a pagar vinculadas à concessão

CONTROLADORA E CONSOLIDADO	Valor nominal	Valor presente
2023	6.032	1.918
2024	6.076	2.105
2025	5.274	1.435
2026	5.006	1.251
Após 2026	102.472	56.646
	124.860	**63.355**

25. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVO DE ARRENDAMENTOS

26.1 Direito de uso de ativos

CONTROLADORA	Saldo em 1º.01.2022	Adições	Ajuste por Remensuração	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2022
Imóveis	35.480	9.555	16	(2.475)	(207)	42.369
Veículos	17.404	6.477	2.716	(10.978)	-	15.619
Equipamentos	2.803	-	1.090	(1.565)	-	2.328
	55.687	**16.032**	**3.822**	**(15.018)**	**(207)**	**60.316**

CONSOLIDADO	Saldo em 1º.01.2022	Adições	Ajuste por Remensuração	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2022
Imóveis	58.504	9.565	449	(3.084)	(559)	64.875
Veículos	17.456	6.477	2.716	(10.988)	(42)	15.619
Equipamentos	2.803	-	1.090	(1.565)	-	2.328
	78.763	**16.042**	**4.255**	**(15.637)**	**(601)**	**82.822**

CONTROLADORA	Saldo em 1º.01.2021	Adições	Ajuste por Remensuração	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2021
Imóveis	1.211	36.295	53	(1.701)	(378)	35.480
Veículos	23.056	1.692	1.421	(8.697)	(68)	17.404
Equipamentos	3.568	-	350	(1.115)	-	2.803
	27.835	**37.987**	**1.824**	**(11.513)**	**(446)**	**55.687**

CONSOLIDADO	Saldo em 1º.01.2021	Adições	Ajuste por Remensuração	Amortização	Baixas	Outros (a)	Saldo em 31.12.2021
Imóveis	2.425	36.295	115	(1.957)	(469)	22.095	58.504
Veículos	23.056	1.692	1.421	(8.702)	(68)	57	17.456
Equipamentos	3.568	-	350	(1.115)	-	-	2.803
	29.049	**37.987**	**1.886**	**(11.774)**	**(537)**	**22.152**	**78.763**

(a) Efeitos da combinação de negócios.

25.2 Passivo de arrendamentos

25.2.1 Mutação do passivo de arrendamentos

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2021	**29.092**	**30.402**
Efeito da aquisição de controle do Complexo Vilas	-	22.381
Adições	37.987	37.987
Ajuste por remensuração	1.824	1.886
Encargos	4.296	4.399
Pagamento - principal	(10.493)	(10.707)
Pagamento - encargos	(4.296)	(4.399)
Baixas	(461)	(563)
Em 31.12.2021	**57.949**	**81.386**
Adições	16.032	16.042
Ajuste por remensuração	3.822	4.255
Encargos	5.781	7.008
Pagamento - principal	(13.939)	(14.182)
Pagamento - encargos	(5.781)	(7.007)
Baixas	(239)	(702)
Em 31.12.2022	**63.625**	**86.800**
Circulante	**10.777**	**10.922**
Não circulante	**52.848**	**75.878**

A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal praticada na última captação de recursos, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. As taxas de juros aplicadas variam de 3,58% a 14,87% a.a.

25.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2022	Controladora	Consolidado
2024	11.721	13.053
2025	8.008	9.340
2026	6.376	7.708
2027	5.167	6.499
2028	5.082	6.414
Após 2029	62.250	112.844
Valores não descontados	**98.604**	**155.858**
Juros embutidos	(45.756)	(79.980)
Saldo passivo arrendamento	**52.848**	**75.878**

25.2.3 Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos conforme os períodos previstos para pagamento.

FLUXOS DE CAIXA	Controladora		Consolidado	
	Nominal	Valor Presente	Nominal	Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	114.671	63.625	173.259	86.800
Pis/Cofins potencial	**10.589**	**5.869**	**10.589**	**5.869**

25.3 Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, na mensuração e na remensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada, conforme vedação imposta pela norma.

No entanto, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre a informação registrada em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada:

CONTROLADORA	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	63.625	73.487	15,50%
Direito de uso de ativos	60.316	64.395	6,76%
Despesa Financeira	5.781	6.750	16,76%
Despesa de amortização	15.018	14.738	-1,86%

CONSOLIDADO	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	86.800	103.198	18,89%
Direito de uso de ativos	82.822	92.621	11,83%
Despesa Financeira	7.008	8.292	18,32%
Despesa de amortização	15.637	15.527	-0,70%

25.4 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, bem como para os contratos de arrendamento de terrenos para desenvolvimento de projetos de geração de energia eólica, cujo pagamento é feito com base em remuneração variável, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE nº 30.6). O saldo de compromissos de arrendamentos e aluguéis está demonstrado a seguir:

CONSOLIDADO	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	31.12.2022
Compromissos de arrendamentos e aluguéis	11.753	50.444	250.757	312.954

25.5 Recebíveis de arrendamentos

CONTROLADORA E CONSOLIDADO	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	31.12.2022
Compartilhamento de instalações	1.393	5.572	18.480	25.445

26. OUTRAS CONTAS A PAGAR

CONSOLIDADO	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Desvio de geração - empreendimentos eólicos (NE nº 33.2.8)	-	-	184.813	108.031
Provisão Despacho Aneel nº 084/2017	38.145	34.113	38.145	34.113
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	19.530	8.975	27.107	11.766
Reembolso - participação em consórcios	11.430	9.286	11.430	9.286
Cauções em garantia	3.057	2.726	3.070	2.727
Aquisição de participações societárias	-	19.667	-	46.068
Outras obrigações	20.518	2.905	35.726	20.450
	92.680	**77.672**	**300.291**	**232.441**
Circulante	**46.509**	**36.501**	**199.780**	**123.795**
Não circulante	**46.171**	**41.171**	**100.511**	**108.646**

27. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVO CONTINGENTE

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis quando os critérios de reconhecimento de provisão, descritos na NE nº 4.10 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiros, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

O Supremo Tribunal Federal - STF, em 08.02.2023, ao analisar e julgar os Temas de Repercussão Geral nº 881 e nº 885, entendeu que uma decisão definitiva ("coisa julgada") sobre tributos recolhidos de forma continuada perde os seus efeitos caso o STF se pronuncie de forma contrária em ação de controle concentrado de constitucionalidade ou em recurso com repercussão geral, pois de acordo com a legislação e a jurisprudência uma decisão, ainda que com trânsito em julgado, só deve produzir efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. A Companhia não possui processos que se enquadram nos requisitos definidos pelo STF, razão pela qual não existem impactos em suas demonstrações financeiras.

27.1 Mutação das provisões para litígios

CONTROLADORA	Saldo em 31.12.2022	Resultado			Adições (Reversões) no ativo	Quitações	Saldo em 31.12.2022
		Provisões para litígios		Custo de construção			
		Adições	Reversões	Adições			
Fiscais	**6.813**	**1.903**	**-**	**-**	**-**	**(1.632)**	**7.084**
Trabalhistas	**155.329**	**15.995**	**-**	**-**	**-**	**(33.321)**	**138.003**
Benefícios a empregados	**11.416**	**901**	**(3.942)**	**-**	**-**	**(111)**	**8.264**
Cíveis							
Cíveis e direito administrativo	81.144	48.105	(1.873)	-	-	(11.394)	115.982
Servidões de passagem	110.722	3.591	(55)	(721)	207	(2.022)	111.722
Desapropriações e patrimoniais	120.234	2.191	(8.113)	4.305	36.274	(5.425)	149.466
Ambientais	2.216	31	(1.089)	-	-	-	1.158
	314.316	**53.918**	**(11.130)**	**3.584**	**36.481**	**(18.841)**	**378.328**
Regulatórias	**39.060**	**124**	**(37.953)**	**-**	**-**	**(482)**	**749**
	526.934	**72.841**	**(53.025)**	**3.584**	**36.481**	**(54.387)**	**532.428**

CONTROLADORA	Saldo em 1º.01.2021	Resultado			Adições no ativo	Quitações	Transferências/ Outros	Saldo em 31.12.2021
		Provisões para litígios		Custo de construção				
		Adições	Reversões	Adições				
Fiscais	**6.015**	**789**	**-**	**-**	**-**	**(1)**	**10**	**6.813**
Trabalhistas	**150.770**	**31.432**	**-**	**-**	**-**	**(26.873)**	**-**	**155.329**
Benefícios a empregados	**14.634**	**1.351**	**(4.400)**	**-**	**-**	**(169)**	**-**	**11.416**
Cíveis								
Cíveis e direito administrativo	101.568	24.330	(8.956)	-	-	(35.798)	-	81.144
Servidões de passagem	93.201	1.610	-	15.702	216	(7)	-	110.722
Desapropriações e patrimoniais	130.656	672	(15.031)	(7.268)	11.389	(184)	-	120.234
Ambientais	2.464	4.716	(4.964)	-	-	-	-	2.216
	327.889	**31.328**	**(28.951)**	**8.434**	**11.605**	**(35.989)**	**-**	**314.316**
Regulatórias	**30.997**	**13.886**	**(5.823)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**39.060**
	530.305	**78.786**	**(39.174)**	**8.434**	**11.605**	**(63.032)**	**10**	**526.934**

CONSOLIDADO	Saldo em 1º.01.2022	Resultado			Adições / (Reversões) no ativo	Quitações	Transferências/ Outros	Saldo em 31.12.2021
		Provisões para litígios		Custo de construção				
		Adições	Reversões	Adições				
Fiscais	**25.346**	**1.941**	**-**	**-**	**-**	**(1.632)**	**(5.991)**	**19.664**
Trabalhistas	**156.194**	**18.296**	**-**	**-**	**-**	**(35.492)**	**-**	**138.998**
Benefícios a empregados	**11.417**	**901**	**(3.942)**	**-**	**-**	**(111)**	**-**	**8.265**
Cíveis								
Cíveis e direito administrativo	83.572	50.824	(1.905)	-	-	(11.718)	2.858	123.631
Servidões de passagem	120.009	3.593	(90)	(721)	(1.609)	(2.022)	-	119.160
Desapropriações e patrimoniais	123.335	2.194	(8.113)	4.305	35.627	(5.424)	-	151.924
Ambientais	2.215	31	(1.089)	-	-	-	-	1.157
	329.131	**56.642**	**(11.197)**	**3.584**	**34.018**	**(19.164)**	**2.858**	**395.872**
Regulatórias	**39.061**	**124**	**(37.953)**	**-**	**-**	**(482)**	**-**	**750**
	561.149	**77.904**	**(53.092)**	**3.584**	**34.018**	**(56.881)**	**(3.133)**	**563.549**

CONSOLIDADO	Saldo em 1º.01.2021	Resultado			Adições no ativo	Quitações	Transferências/ Outros	Saldo em 31.12.2021
		Provisões para litígios		Custo de construção				
		Adições	Reversões	Adições				
Fiscais	**30.255**	**813**	**(197)**	**-**	**-**	**(159)**	**(5.366)**	**25.346**
Trabalhistas	**151.288**	**31.780**	**-**	**-**	**-**	**(26.874)**	**-**	**156.194**
Benefícios a empregados	**14.634**	**1.352**	**(4.400)**	**-**	**-**	**(169)**	**-**	**11.417**
Cíveis								
Cíveis e direito administrativo	101.589	26.736	(8.956)	-	-	(35.797)	-	83.572
Servidões de passagem	98.705	1.616	-	15.702	3.993	(7)	-	120.009
Desapropriações e patrimoniais	132.457	680	(15.031)	(7.268)	12.681	(184)	-	123.335
Ambientais	3.763	4.716	(4.964)	-	-	-	(1.300)	2.215
	336.514	**33.748**	**(28.951)**	**8.434**	**16.674**	**(35.988)**	**(1.300)**	**329.131**
Regulatórias	**30.998**	**13.886**	**(5.823)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**39.061**
	563.689	**81.579**	**(39.371)**	**8.434**	**16.674**	**(63.190)**	**(6.666)**	**561.149**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

27.2 Detalhamento das provisões para litígios e passivos contingentes

O quadro a seguir apresenta o detalhamento das provisões para litígios registradas e, adicionalmente, os valores de passivos contingentes, os quais são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, porém sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

NATUREZA	Descrição	Controladora				Consolidado			
		Provisões		Passivo contingente		Provisões		Passivo contingente	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Fiscais									
Impostos federais	Exigências e questionamentos administrativos da Receita Federal do Brasil.	-	-	496	468	-	-	523	492
IPTU	Exigência de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU sobre imóveis afetados ao serviço público de energia elétrica.	969	-	43.880	34.873	969	-	43.880	34.873
ISS	Exigência fiscal das prefeituras a título de ISS em serviços de construção civil prestado por terceiro.	181	-	-	37.016	181	166	56.683	83.444
Outras	Impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.	5.934	6.813	23.905	23.093	18.514	25.180	31.265	34.812
		7.084	**6.813**	**68.281**	**95.450**	**19.664**	**25.346**	**132.351**	**153.621**
Trabalhistas	Cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial, entre outras, por empregados e ex-empregados da Copel; cobranças de parcelas indenizatórias e outras, por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária).	138.003	155.329	111.168	62.477	138.998	156.194	111.639	63.648
Benefícios a empregados	Reclamatórias trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados contra a Fundação Copel, que causarão, consequentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.	8.264	11.416	5.198	182	8.265	11.417	5.198	182
Regulatórias **Despacho Aneel nº 288/2002**	Ações judiciais contra o Despacho Aneel nº 288/2002 envolvendo as empresas Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A.	-	36.512	-	-	-	36.512	-	-
Excludente Colíder	Discussão sobre o valor de Tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST e atualização monetária sobre valores de energia referente ao período de excludente de responsabilidade. Em decorrência da liminar judicial que excluiu o período de atraso da obra da UHE Colíder da responsabilidade pela entrega de energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, a CCEE procedeu o crédito, valorado ao PLD, da energia anteriormente lastreada para cumprir os contratos de ACR. Contudo, em caso de insucesso na ação judicial, a Companhia deverá devolver os valores creditados, atualizados pelo IGPM.	-	-	320.044	295.931	-	-	320.044	295.931
Outras	Notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias	**749**	**2.548**	**2.532**	**2.234**	**750**	**2.549**	**2.532**	**2.234**
		749	**39.060**	**322.576**	**298.165**	**750**	**39.061**	**322.576**	**298.165**
Cíveis									
Cíveis e direito administrativo	Outras ações que envolvem faturamento, supostos procedimentos irregulares, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.	14.910	23.481	60.113	62.755	22.558	25.909	60.991	63.538
Indenização a terceiros (cíveis)	Ação de indenização decorrentes de danos causados durante a construção de usinas. Houve início de execução de sentença sem a perícia contábil previamente determinada. Em 1º grau, a Copel impugnou a execução e apresentou apólice de seguro como garantia até decisão sobre a realização de perícia e excesso do valor. Não tendo havido ainda um posicionamento favorável quanto ao mérito, o risco foi reavaliado com alteração no saldo provisionado.	101.076	57.663	98.940	29.592	101.076	57.663	98.940	29.592
Servidões de passagem	Discussão entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, entre outras); intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou em caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.	111.720	110.722	9.269	23.136	119.215	120.009	9.350	23.206
Desapropriações e patrimoniais	Discussão entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário, e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula entre outras); ações de reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária; intervenção no usucapião de terceiros, na qualidade de confrontante, a fim de preservar os limites e confrontações das áreas desapropriadas.	149.466	88.886	30.509	65.656	151.867	91.987	31.128	66.203
Indenização a terceiros (Desapropriações)	Ações de desapropriação para construção de subestação de energia elétrica e para desapropriação de terreno alagado de Usina, quitadas no segundo trimestre 2022.	-	31.348	-	-	-	31.348	-	-
Ambientais	Ações civis públicas e ações populares que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se somente o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Copel GeT. Contemplam também os Termos de Ajuste de Conduta - TAC, que se referem aos compromissos acordados e aprovados entre a Companhia e os órgãos competentes, pelo descumprimento de alguma condicionante concluída nas Licenças de Instalação e Operação.	1.156	2.216	216.113	203.901	1.156	2.215	216.135	203.921
		378.328	**314.316**	**414.944**	**385.040**	**395.872**	**329.131**	**416.544**	**386.460**
		532.428	**526.934**	**922.167**	**841.314**	**563.549**	**561.149**	**988.308**	**902.076**

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1 Capital social

Em 31.12.2022, o capital social integralizado é de R$ 6.242.757 (R$ 5.772.757 em 31.12.2021), composto por 6.242.757.424 ações ordinárias sem valor nominal, pertencentes à Copel. O aumento de capital de R$ 470.000 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 29.04.2022, mediante integralização de Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC.

28.2 Ajustes de avaliação patrimonial

Na adoção inicial das IFRS, foram reconhecidos os valores justos do ativo imobilizado - custo atribuído. A conta Ajustes de avaliação patrimonial foi a contrapartida desse ajuste, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, inclusive por equivalência patrimonial. A realização de tais ajustes é contabilizada na conta de lucros acumulados, na medida em que ocorra a depreciação ou eventual baixa dos itens avaliados.

Nessa conta também são registrados os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo ativos financeiros, bem como os ajustes dos passivos atuariais.

CONTROLADORA E CONSOLIDADO		
Em 1º.01.2021	**569.958**	**569.958**
Passivos atuariais		
Benefícios pós-emprego	62.071	62.071
Tributos sobre os ajustes	(21.104)	(21.104)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		
Custo atribuído do imobilizado	(70.570)	(70.570)
Tributos sobre a realização dos ajustes	23.994	23.994
Em 31.12.2021	**564.349**	**564.349**
Passivos atuariais		
Benefícios pós-emprego	88.303	88.200
Tributos sobre os ajustes	(30.023)	(30.023)
Benefícios pós-emprego - equivalência patrimonial, líquida de tributos.	(63)	-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		
Custo atribuído do imobilizado	(55.322)	(55.322)
Tributos sobre a realização dos ajustes	18.809	18.809
Atribuível aos acionistas não controladores	**-**	**40**
Em 31.12.2022	**586.053**	**586.053**

28.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Sua constituição ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos

28.4 Proposta de distribuição de dividendos

CONTROLADORA	31.12.2022	31.12.2021
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	1.704.052	2.687.908
Reserva legal (5%)	(85.203)	(134.395)
	1.618.849	**2.553.513**
Dividendos propostos		
Juros sobre o capital próprio (JSCP) - valor bruto	776.696	240.000
Complemento pra atingir o mínimo obrigatório	-	434.378
Dividendo adicional proposto	842.153	857.729
	1.618.849	**1.532.107**
Valor bruto dos dividendos por ação:		
Dividendos por ação (em R$)	0,14588	0,22383
Juros sobre o capital próprio por ação (em R$)	0,13455	0,04157

Em 10.11.2022 o Conselho de Administração aprovou a antecipação de parcela de JSCP, em substituição aos dividendos do exercício de 2022, no valor de R$600.000, dos quais R$ 480.000 foram pagos em 29.11.2022. Adicionalmente, em 16.12.2022 a 119ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a distribuição de JSCP complementar de R$ 176.696. Estes valores de JSCP, líquidos dos tributos, são imputados ao dividendo obrigatório do exercício de 2022, conforme critérios estabelecidos no artigo 69 do Estatuto Social da Companhia. O saldo pendente terá a data do pagamento definida na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2023.

28.5 Lucro por ação - básico e diluído

O lucro por ação foi calculado na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

CONTROLADORA	31.12.2022	31.12.2021
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	1.704.052	2.687.908
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)		
Ações ordinárias	6.089.524.547	5.768.321.136
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	0,27983	0,46598

29. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

CONTROLADORA	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISSQN	Receita líquida 31.12.2022	Receita líquida 31.12.2021
Fornecimento de energia elétrica	608	(9)	(511)	15	-	103	204.098
Suprimento de energia elétrica	2.721.261	(237.268)	-	(47.771)	-	2.436.222	2.340.199
Disponibilidade da rede elétrica	1.071.712	(89.081)	-	(84.278)	-	898.353	1.184.957
Receita de construção	115.171	-	-	-	-	115.171	235.981
Outras receitas operacionais	119.148	(10.699)	-	-	(5.214)	103.235	100.707
	4.027.900	**(337.057)**	**(511)**	**(132.034)**	**(5.214)**	**3.553.084**	**4.065.942**

CONSOLIDADO	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISSQN	Receita líquida 31.12.2022	Receita líquida 31.12.2021
Fornecimento de energia elétrica	608	(9)	(511)	15	-	103	204.098
Suprimento de energia elétrica	4.312.258	(350.323)	(18.875)	(60.230)	-	3.882.830	5.803.415
Disponibilidade da rede elétrica	1.169.371	(91.523)	-	(86.674)	-	991.174	1.267.348
Receita de construção	116.112	-	-	-	-	116.112	239.448
Outras receitas operacionais	65.495	(10.840)	-	-	(5.214)	49.441	37.117
	5.663.844	**(452.695)**	**(19.386)**	**(146.889)**	**(5.214)**	**5.039.660**	**7.551.426**

A redução da receita de suprimento de energia consolidada é decorrente, principalmente, da redução dos despachos da usina termelétrica da UEGA tendo em vista a melhora do cenário hidrológico.

29.1 Detalhamento da receita por tipo e/ ou classe de consumidores

CONTROLADORA	31.12.2021	31.12.2020
Fornecimento de energia elétrica	**608**	**246.558**
Consumidores livres	608	246.558
Suprimento de energia elétrica	**2.721.261**	**2.599.775**
Contratos bilaterais	1.824.537	1.626.611
Contratos regulados	619.526	562.748
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	158.759	275.934
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 8.1)	118.439	134.482
Disponibilidade da rede elétrica	**1.071.712**	**1.329.713**
Receita de operação e manutenção - O&M	405.832	405.794
Receita de juros efetivos	665.880	923.919
Receita de construção (a)	**115.171**	**235.981**
Outras receitas operacionais	**119.148**	**116.086**
Arrendamentos e aluguéis (29.2)	5.919	2.828
Renda da prestação de serviços	112.725	111.921
Outras receitas	504	1.337
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**4.027.900**	**4.528.113**
(-) Pis/Pasep e Cofins	(337.057)	(333.790)
(-) ICMS	(511)	(9.418)
(-) ISSQN	(5.214)	(5.110)
(-) Encargos setoriais (29.3)	(132.034)	(113.853)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**3.553.084**	**4.065.942**

(a) No saldo está contido o valor da receita de construção, a margem de construção e o ganho ou perda por eficiência conforme detalhado na NE nº 9.

CONSOLIDADO	31.12.2021	31.12.2020
Fornecimento de energia elétrica	**608**	**246.558**
Consumidores livres	608	246.558
Suprimento de energia elétrica	**4.312.258**	**6.441.481**
Contratos bilaterais	2.789.375	2.439.952
Contratos regulados	1.081.233	1.069.557
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	323.211	2.797.490
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 8.1)	118.439	134.482
Disponibilidade da rede elétrica	**1.169.371**	**1.417.131**
Receita de operação e manutenção - O&M	417.560	397.200
Receita de juros efetivos	751.811	1.019.931
Receita de construção (a)	**116.112**	**239.448**
Outras receitas operacionais	**65.495**	**52.542**
Arrendamentos e aluguéis (29.2)	5.968	2.893
Renda da prestação de serviços	53.588	47.180
Outras receitas	5.939	2.469
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**5.663.844**	**8.397.160**
(-) Pis/Pasep e Cofins	(452.695)	(660.419)
(-) ICMS	(19.386)	(31.539)
(-) ISSQN	(5.214)	(5.110)
(-) Encargos setoriais (29.3)	(146.889)	(148.666)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**5.039.660**	**7.551.426**

(a) No saldo está contido o valor da receita de construção, a margem de construção e o ganho ou perda por eficiência conforme detalhado na NE nº 9.

29.2 Arrendamentos e aluguéis

29.2.1 Receita de arrendamento e aluguéis

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Equipamentos e estruturas	4.203	1.858	4.203	1.858
Compartilhamento de instalações	1.503	716	1.529	738
Imóveis	213	254	236	297
	5.919	**2.828**	**5.968**	**2.893**

29.3 Encargos setoriais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Conta de desenvolvimento energético - CDE	65.460	42.973	65.458	42.973
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D	30.679	31.494	39.328	61.321
Quota para reserva global de reversão - RGR	35.895	39.386	42.103	44.372
	132.034	**113.853**	**146.889**	**148.666**

30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CONTROLADORA	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2022	31.12.2021
Custos e despesas não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda (30.1)	(341.302)	-	-	-	(341.302)	(978.422)
Encargos de uso da rede elétrica	(344.501)	-	-	-	(344.501)	(305.656)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(9.349)	-	-	-	(9.349)	-
	(695.152)	**-**	**-**	**-**	**(695.152)**	**(1.284.078)**
Custos e despesas gerenciáveis						
Pessoal e administradores (30.2)	(209.007)	-	(91.841)	-	(300.848)	(421.213)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 21.3)	(50.141)	-	(26.993)	-	(77.134)	(70.326)
Material	(14.418)	-	(1.808)	-	(16.226)	(12.440)
Serviços de terceiros (30.3)	(89.643)	-	(34.573)	-	(124.216)	(111.364)
Perdas estimadas, provisões e reversões (30.4)	25.374	(2.804)	-	(14.911)	7.659	(32.509)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (30.6)	(145.317)	-	(12.349)	(19.825)	(177.491)	(125.028)
	(483.152)	**(2.804)**	**(167.564)**	**(34.736)**	**(688.256)**	**(772.880)**
Outros custos e despesas						
Depreciação e amortização	(361.759)	-	(11.821)	(14.232)	(387.812)	(334.064)
Custo de construção (30.5)	(88.225)	-	-	-	(88.225)	(184.266)
	(449.984)	**-**	**(11.821)**	**(14.232)**	**(476.037)**	**(518.330)**
	(1.628.288)	**(2.804)**	**(179.385)**	**(48.968)**	**(1.859.445)**	**(2.575.288)**

CONSOLIDADO	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2022	31.12.2021
Custos e despesas não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda (30.1)	(377.716)	-	-	-	(377.716)	(1.254.752)
Encargos de uso da rede elétrica	(566.121)	-	-	-	(566.121)	(489.700)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(123.279)	-	-	-	(123.279)	(1.878.815)
	(1.067.116)	**-**	**-**	**-**	**(1.067.116)**	**(3.623.267)**
Custos e despesas gerenciáveis						
Pessoal e administradores (30.2)	(209.007)	-	(117.524)	-	(326.531)	(444.437)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 21.3)	(50.141)	-	(29.533)	-	(79.674)	(71.905)
Material	(15.754)	-	(2.149)	-	(17.903)	(13.716)
Serviços de terceiros (30.3)	(194.899)	-	(45.736)	-	(240.635)	(235.553)
Perdas estimadas, provisões e reversões (30.4)	(82.758)	(2.833)	-	(13.916)	(99.507)	109.170
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (30.6)	(213.386)	-	(18.255)	(59.638)	(291.279)	(174.627)
	(765.945)	**(2.833)**	**(213.197)**	**(73.554)**	**(1.055.529)**	**(831.068)**
Outros custos e despesas						
Depreciação e amortização	(730.874)	-	(12.084)	(24.111)	(767.069)	(597.187)
Custo de construção (30.5)	(89.166)	-	-	-	(89.166)	(187.733)
	(820.040)	**-**	**(12.084)**	**(24.111)**	**(856.235)**	**(784.920)**
	(2.653.101)	**(2.833)**	**(225.281)**	**(97.665)**	**(2.978.880)**	**(5.239.255)**

30.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	22.609	29.032	44.059	178.522
Contratos bilaterais	328.273	1.026.445	346.156	1.179.673
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	19.384	7.746	19.384	7.746
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(28.964)	(84.801)	(31.883)	(111.189)
	341.302	**978.422**	**377.716**	**1.254.752**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

30.2 Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Pessoal				
Remunerações	197.487	198.657	214.516	213.737
Encargos sociais	65.942	63.883	71.195	68.639
Auxílio alimentação e educação	26.781	25.249	27.426	25.710
Programa de desligamentos voluntários	(2.461)	39.649	(2.461)	39.649
	287.749	**327.438**	**310.676**	**347.735**
Administradores				
Honorários	1.843	2.933	4.068	5.036
Encargos sociais	500	810	1.029	1.310
Outros gastos	41	31	41	31
	2.384	**3.774**	**5.138**	**6.377**
Provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores	**10.715**	**90.001**	**10.717**	**90.325**
	300.848	**421.213**	**326.531**	**444.437**

30.3 Serviços de terceiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Manutenção de instalações	34.569	41.754	43.227	50.539
Manutenção do sistema elétrico	31.477	21.780	121.626	125.062
Comunicação, processamento e transmissão de dados	18.368	15.318	18.963	16.307
Consultoria e auditoria	4.700	3.941	8.568	7.122
Outros serviços	35.102	28.571	48.251	36.523
	124.216	**111.364**	**240.635**	**235.553**

30.4 Perdas de crédito, provisões e reversões

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Provisão para litígios (NE nº 27)	19.816	39.612	18.821	36.832
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*				
Contrato de concessão de geração de energia elétrica	9.061	(2.604)	9.061	(2.604)
Imobilizado	(34.435)	(9.161)	73.697	(147.937)
Perdas de créditos esperadas (Clientes e Outros créditos)	2.804	116	2.833	(7)
Perdas estimadas em créditos tributários	(4.905)	4.546	(4.905)	4.546
	(7.659)	**32.509**	**99.507**	**(109.170)**

30.5 Custo de construção

CONSOLIDADO	31.12.2022	31.12.2021
Material	20.619	96.766
Serviços de terceiros	31.816	63.659
Pessoal	19.195	19.996
Outros	17.536	7.312
	89.166	**187.733**

30.6 Outros custos e despesas operacionais, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	97.861	62.035	134.708	82.095
Seguros	16.693	14.114	30.161	24.022
Valor justo de ativos de concessão de geração de energia elétrica	26.451	-	26.451	-
Arrendamentos e aluguéis	6.001	3.550	23.358	13.942
Taxa de fiscalização da Aneel	9.916	10.040	16.492	16.083
Tributos	12.933	17.657	16.064	21.233
Indenizações	909	8.957	956	8.985
Comunicação corporativa				
Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná - AERP	2.593	2.508	2.593	2.508
Patrocínio	54	81	54	81
Publicidade	51	30	53	20
Outras receitas, custos e despesas, líquidos (a)	4.029	6.056	40.389	5.658
	177.491	**125.028**	**291.279**	**174.627**

(a) No saldo estão contidas receitas com valor novo de reposição - VNR de usinas da Copel GeT.

31. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	114.766	24.821	234.301	62.205
Juros sobre liquidações na CCEE	5.760	20.497	6.230	24.864
Atualização de depósitos judicias	6.552	2.239	7.117	2.278
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 24.1)	2.721	5.374	2.722	5.373
Acréscimos moratórios sobre faturas	3.330	2.873	3.460	3.104
(-) Pis e Cofins	(7.468)	(3.592)	(10.307)	(4.804)
Outras receitas financeiras	30.228	26.803	34.148	32.738
	155.889	**79.015**	**277.671**	**125.758**
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	697.330	372.791	855.122	512.386
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 24.1)	10.559	14.668	10.559	14.668
Valor justo dos derivativos - contrato a termo (NE nº 33.2.3 - a)	2.907	20.401	2.907	20.401
Juros sobre P&D (NE nº 23.1)	191	760	1.467	527
Outras despesas financeiras	14.424	12.363	32.254	16.120
	725.411	**420.983**	**902.309**	**564.102**
Líquido	**(569.522)**	**(341.968)**	**(624.638)**	**(438.344)**

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelas diretorias executivas da Controladora e das controladas, principais tomadoras de decisões estratégicas, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho.

32.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua nos segmentos reportáveis identificados pela diretoria, considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. Os segmentos são gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exigem diferentes tecnologias e estratégias.

Até 31.12.2022, todas as vendas foram realizadas em território brasileiro, bem como todos os ativos não correntes estão localizados em território nacional. Não foi identificado cliente da Companhia ou de suas controladas que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total registrada até 31.12.2022.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento, com base em informações derivadas dos registros contábeis. As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas na NE nº 4, das demonstrações financeiras de 31.12.2021.

32.2 Segmentos reportáveis da Companhia

Geração e transmissão de energia elétrica (GET) - tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica (GER), e prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia (TRA); para os gestores, os ativos e passivos dos segmentos de geração e de transmissão de energia são apresentados de forma agregada e o resultado é apresentado de forma segregada;

32.3 Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 31.12.2022	GER	TRA	Operações intersegmento	Consolidado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**3.909.770**	**1.140.733**	**(10.843)**	**5.039.660**
Receita operacional líquida com terceiros	3.909.770	1.129.890	-	5.039.660
Receita operacional líquida entre segmentos	-	10.843	(10.843)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(2.686.273)**	**(303.450)**	**10.843**	**(2.978.880)**
Energia elétrica comprada para revenda	(377.716)	-	-	(377.716)
Encargos de uso da rede elétrica	(576.964)	-	10.843	(566.121)
Pessoal e administradores	(203.003)	(123.528)	-	(326.531)
Planos previdenciário e assistencial	(48.726)	(30.948)	-	(79.674)
Material	(12.606)	(5.297)	-	(17.903)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(123.279)	-	-	(123.279)
Serviços de terceiros	(203.594)	(37.041)	-	(240.635)
Depreciação e amortização	(753.377)	(13.692)	-	(767.069)
Provisão para litígios	(17.871)	(950)	-	(18.821)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos	(82.758)	-	-	(82.758)
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	(992)	3.064	-	2.072
Custo de construção	-	(89.166)	-	(89.166)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(285.387)	(5.892)	-	(291.279)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	**20.371**	**450.235**	**-**	**470.606**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	**1.243.868**	**1.287.518**	**-**	**2.531.386**
Receitas financeiras	219.157	58.514	-	277.671
Despesas financeiras	(630.022)	(272.287)	-	(902.309)
LUCRO OPERACIONAL	**833.003**	**1.073.745**	**-**	**1.906.748**
Imposto de renda e contribuição social	(250.936)	(56.353)	-	(307.289)
LUCRO DO EXERCÍCIO	**582.067**	**1.017.392**	**-**	**1.599.459**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 31.12.2021	GER	TRA	Operações intersegmento	Consolidado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**6.026.025**	**1.541.080**	**(15.679)**	**7.551.426**
Receita operacional líquida com terceiros	6.026.025	1.526.529	(1.128)	7.551.426
Receita operacional líquida entre segmentos	-	14.551	(14.551)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	**(3.236.901)**	**(457.137)**	**15.679**	**(3.678.359)**
Energia elétrica comprada para revenda	(1.255.879)	-	1.127	(1.254.752)
Encargos de uso da rede elétrica	(504.252)	-	14.552	(489.700)
Pessoal e administradores	(277.396)	(167.041)	-	(444.437)
Planos previdenciário e assistencial	(43.951)	(27.954)	-	(71.905)
Material	(9.555)	(4.161)	-	(13.716)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(1.878.815)	-	-	(1.878.815)
Serviços de terceiros	(204.855)	(30.698)	-	(235.553)
Depreciação e amortização	(585.756)	(11.431)	-	(597.187)
Provisão para litígios	(27.681)	(9.151)	-	(36.832)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos	150.696	(155)	-	150.541
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	(1.040)	(3.499)	-	(4.539)
Custo de construção	-	(187.733)	-	(187.733)
Repactuação Risco Hidrológico - GSF	1.560.896	-	-	1.560.896
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(159.313)	(15.314)	-	(174.627)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	**16.596**	**339.776**	**-**	**356.372**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	**2.805.720**	**1.423.719**	**-**	**4.229.439**
Receitas financeiras	122.480	19.542	(16.264)	125.758
Despesas financeiras	(419.405)	(160.961)	16.264	(564.102)
LUCRO OPERACIONAL	**2.508.795**	**1.282.300**	**-**	**3.791.095**
Imposto de renda e contribuição social	(708.601)	(262.395)	-	(970.996)
LUCRO DO EXERCÍCIO	**1.800.194**	**1.019.905**	**-**	**2.820.099**

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

33.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

CONTROLADORA	NE nº	Nível	31.12.2022 Valor contábil	31.12.2022 Valor justo	31.12.2021 Valor contábil	31.12.2021 Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	380.955	380.955	1.122.475	1.122.475
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	123.022	123.022	95.528	95.528
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (c)	8.2	3	68.642	68.642	102.220	102.220
Valor justos dos derivativos - contrato a termo (e)	10	3	-	-	2.907	2.907
			572.619	**572.619**	**1.323.130**	**1.323.130**
Custo amortizado						
Clientes (a)	7		389.967	389.967	378.594	378.594
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (d)	8.1		766.832	866.653	730.851	828.673
			1.156.799	**1.256.620**	**1.109.445**	**1.207.267**
Total dos ativos financeiros			**1.729.418**	**1.829.239**	**2.432.575**	**2.530.397**
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Mútuo (a)	34		-	-	426.387	426.387
Fornecedores (a)	18		437.489	437.489	565.105	565.105
Empréstimos e financiamentos (f)	19		2.401.483	2.200.609	1.433.138	1.248.464
Debêntures (g)	20		3.252.202	3.210.326	3.900.443	3.900.443
Contas a pagar vinculadas à concessão (h)	24		63.355	55.681	59.360	51.880
			6.154.529	**5.904.105**	**6.384.433**	**6.192.279**
Total dos passivos financeiros			**6.154.529**	**5.904.105**	**6.384.433**	**6.192.279**

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:
Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;
Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

CONSOLIDADO	NE nº	Nível	31.12.2022 Valor contábil	31.12.2022 Valor justo	31.12.2021 Valor contábil	31.12.2021 Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	1.580.000	1.580.000	1.929.858	1.929.858
Títulos e valores mobiliários (b)	6	1	-	-	14.571	14.571
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	428.369	428.369	335.783	335.783
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (c)	8.2	3	68.642	68.642	102.220	102.220
Valor justos dos derivativos - contrato a termo (e)	10	3	-	-	2.907	2.907
			2.077.011	**2.077.011**	**2.385.339**	**2.385.339**
Custo amortizado						
Clientes (a)	7		585.931	585.931	744.006	744.006
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (d)	8.1		766.832	866.653	730.851	828.673
			1.352.763	**1.452.584**	**1.474.857**	**1.572.679**
Total dos ativos financeiros			**3.429.774**	**3.529.595**	**3.860.196**	**3.958.018**
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Mútuo (a)	13.1		47.404	47.404	-	-
Fornecedores (a)	18		501.075	501.075	819.053	819.053
Empréstimos e financiamentos (f)	19		3.923.863	3.414.859	2.917.315	2.506.509
Debêntures (g)	20		3.830.631	3.771.847	4.503.216	4.503.216
Contas a pagar vinculadas à concessão (h)	24		63.355	55.681	59.360	51.880
			8.366.328	**7.790.866**	**8.298.944**	**7.880.658**
Total dos passivos financeiros			**8.366.328**	**7.790.866**	**8.298.944**	**7.880.658**

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:
Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;
Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Apuração dos valores justos

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

c) Ativos financeiros com valores justos similares aos valores contábeis (NE nº 4.3).

d) Créditos a receber relacionados ao contrato de concessão de prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas, tendo seu valor justo calculado pelo fluxo de entradas de caixa esperado, descontado à taxa estipulada no edital do leilão nº 12/2015 Aneel (9,04%).

e) O valor justo equivale ao seu valor contábil (NE nº 4.14).

f) Utilizado como premissa básica o custo do maior valor da última captação realizada pela Companhia, CDI + spread de 1,22%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

g) Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário - PU em 31.12.2022, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

h) Utilizada a taxa de desconto real e antes dos impostos, de 8,65% a.a., compatível com a taxa estimada pela Companhia para projetos de longo prazo.

33.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

33.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

	Controladora		Consolidado	
Exposição ao risco de crédito	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa (a)	380.955	1.122.475	1.580.000	1.929.858
Títulos e valores mobiliários (a)	123.022	95.528	428.369	350.354
Clientes (b)	389.967	378.594	585.931	744.006
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (c)	766.832	730.851	766.832	730.851
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (d)	68.642	102.220	68.642	102.220
	1.729.418	**2.429.668**	**3.429.774**	**3.857.289**

a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

b) Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos clientes, relacionado a fatores internos e externos. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.

c) A Administração considera reduzido o risco desse crédito visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o recebimento de Receita Anual de Geração - RAG, que inclui a amortização anual desse valor durante o prazo da concessão.

d) Para os ativos de concessão de geração, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 596/2013, que trata da definição de critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição - VNR, para fins de indenização. Em julho de 2021, foi publicada a Resolução Normativa nº 942/2021 disciplinando a apuração destes valores por meio da apresentação de laudos de avaliação a serem elaborados por empresas credenciadas. Em agosto de 2022 a Copel protocolou na Aneel os laudos de avaliação relativos aos valores residuais, com data base julho de 2015, para as UHEs Governador Parigot de Souza – GPS e Mourão - MOU, os quais aguardam fiscalização, e posterior validação, por parte da agência reguladora. A expectativa da Administração sobre a indenização destes ativos indica a recuperabilidade dos saldos registrados.

33.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2027, repetem-se os indicadores de 2026 até o horizonte da projeção.

CONTROLADORA	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.12.2022							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 19	19.796	111.698	239.564	2.006.777	1.098.485	3.476.320
Debêntures	NE nº 20	91.594	8.298	1.088.156	2.508.812	591.933	4.288.793
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	489	1.002	4.565	23.725	161.868	191.649
Fornecedores	-	157.232	192.014	22.040	66.203	-	437.489
		269.111	**313.012**	**1.354.325**	**4.605.517**	**1.852.286**	**8.394.251**

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

CONSOLIDADO	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.12.2022							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 19	38.174	149.978	396.590	2.731.338	2.481.487	5.797.567
Debêntures	NE nº 20	95.407	15.388	1.169.353	2.903.951	1.027.415	5.211.514
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	489	1.002	4.565	23.725	161.868	191.649
Fornecedores	-	218.771	193.070	23.031	66.203	-	501.075
Mútuo	NE nº 13	-	-	50.899	-	-	50.899
		352.841	**359.438**	**1.644.438**	**5.725.217**	**3.670.770**	**11.752.704**

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

Conforme divulgado nas NEs nºs 19.4 e 20.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (covenants) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

33.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável a Companhia considera os saldos atualizados com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 12,50%, IPCA - 5,78%, IGP-M - 4,60% e TJLP - 7,05%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

CONTROLADORA RISCO DE TAXA DE JUROS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS	Risco	Base	Cenários projetados		
		31.12.2022	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	123.022	15.378	11.539	7.689
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	766.832	44.323	33.242	22.161
Contas a receber vinculadas à concessão de geração	Indefinido (a)	68.642	-	-	-
		958.496	**59.701**	**44.781**	**29.850**
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	Alta TJLP	(913.016)	(64.380)	(80.476)	(96.571)
BNDES	Alta IPCA	(389.801)	(22.530)	(28.163)	(33.796)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(60.720)	(4.282)	(5.352)	(6.422)
Banco Itaú	Alta CDI	(1.037.946)	(129.743)	(162.179)	(194.615)
Debêntures	Alta CDI/Selic	(2.377.371)	(297.171)	(371.464)	(445.757)
Debêntures	Alta IPCA	(874.831)	(50.565)	(63.207)	(75.848)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IPCA	(63.355)	(3.662)	(4.577)	(5.493)
		(5.717.040)	**(572.333)**	**(715.418)**	**(858.502)**

(a) Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

CONSOLIDADO RISCO DE TAXA DE JUROS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS	Risco	Base	Cenários projetados		
		31.12.2022	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	428.369	53.547	40.181	26.773
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	766.832	44.323	33.242	22.161
Contas a receber vinculadas à concessão de geração	Indefinido (a)	68.642	-	-	-
		1.263.843	**97.870**	**73.423**	**48.934**
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	Alta TJLP	(1.712.943)	(120.787)	(150.983)	(181.180)
BNDES	Alta IPCA	(389.801)	(22.530)	(28.163)	(33.796)
Banco do Nordeste	Alta IPCA	(718.835)	(41.549)	(51.936)	(62.323)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(60.720)	(4.282)	(5.352)	(6.422)
Banco Itaú	Alta CDI	(1.037.946)	(129.743)	(162.179)	(194.615)
Outros	Sem Risco	(3.618)	-	-	-
Debêntures	Alta CDI/Selic	(2.377.371)	(297.171)	(371.464)	(445.757)
Debêntures	Alta IPCA	(1.361.792)	(78.712)	(98.389)	(118.067)
Debêntures	Alta TJLP	(91.468)	(6.450)	(8.062)	(9.675)
Mútuo	Alta CDI	(47.404)	(5.925)	(7.407)	(8.888)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IPCA	(63.355)	(3.662)	(4.577)	(5.493)
		(7.865.253)	**(710.811)**	**(888.512)**	**(1.066.216)**

(a) Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

33.2.4 Risco quanto à escassez de energia

A maior parte da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

Entre setembro de 2020 e agosto de 2021, o Sistema Interligado Nacional apresentou o pior histórico de Energias Naturais Afluentes ao agregado de seus aproveitamentos. O Ministério de Minas e Energia e demais órgãos do setor trabalharam para maximizar o despacho termoelétrico fora da ordem de mérito de custo, bem como a flexibilização de restrições à operação hidrelétrica do sistema. Adicionalmente, considerando a forte geração eólica no Nordeste, a geração de biomassa no Sudeste e o período chuvoso com energias naturais afluentes que elevaram os reservatórios para valores confortáveis, estima-se que o risco de falta energia em 2023 e 2024 estejam minimizados.

Os critérios de garantia de suprimento de energia estão atualmente estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE através da Resolução 29/2019. Com fundamento, os órgãos responsáveis mantêm os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança em todos os subsistemas.

33.2.5 Risco quanto aos impactos do GSF (Generation Scaling Factor)

O Mecanismo de Realocação de Energia - MRE é um sistema de redistribuição de energia gerada, característico do setor elétrico brasileiro, que deve sua existência ao entendimento, à época, de haver necessidade de operação centralizada associada a preço ótimo calculado centralmente, conhecido como PLD. Como os geradores não possuem controle sobre sua produção, cada usina recebe determinada quantidade virtual de energia a qual pode ser comprometida por meio de contratos. Esse valor, que possibilita registros de contratos, é conhecido como Garantia Física - GF e também é calculado centralmente. Diferentemente do PLD, que é calculado semanalmente, a GF é recalculada, por lei, a cada cinco anos, com limite de aumento ou redução, restringido a 5% por revisão ou a 10% no período da concessão.

Os contratos necessitam ter lastro. Isto é realizado, sobretudo, por meio de alocação de energia gerada, recebimento do MRE ou compra. O GSF é a relação entre toda a geração hidrelétrica dos participantes do MRE e o somatório da GF de todas as usinas do MRE. Basicamente, o GSF é utilizado para calcular quanto cada usina receberá de geração para lastrear sua GF. Assim, conhecendo o GSF de um dado mês, a Companhia poderá saber se necessitará lastrear seus contratos com compras.

Sempre que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for menor que o somatório dos contratos, será necessário efetuar compra no curto prazo. No entanto, para a situação em que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for maior que o total dos contratos, será recebida a diferença valorada ao PLD.

As baixas afluências registradas desde 2014, bem como problemas com atrasos na expansão do sistema de transmissão tiveram como consequência baixos valores de GSF, resultando em fortes perdas para as empresas detentoras de empreendimentos hidroelétricos participantes do MRE.

Para as usinas com contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a principal forma de gerenciar o risco de GSF baixo é não comprometer toda a GF com contratos bem como a recompra oportuna de energia intra-anual, abordagens atualmente adotadas pela Companhia.

Para os contratos no ACR, a Lei nº 13.203/2015 permitiu aos geradores contratarem seguro da carga, mediante pagamento de um prêmio de risco. A Copel adotou esta abordagem para proteção dos contratos vinculados a energia produzida pelas UHEs Mauá, Baixo Iguaçu, Colíder e PCH Cavernoso II.

Ressalta-se que, ao menos conjunturalmente, os riscos com o GSF estão bastante reduzidos devido à melhora do cenário hidrológico em 2022 concomitante com o baixo crescimento da carga.

33.2.6 Risco de não prorrogação das concessões de geração e transmissão

A prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, alcançadas pela Lei nº 9.074/1995, é disciplinada pela Lei nº 12.783/2013, a qual foi alterada pela Lei nº 14.052/2020 no que diz respeito ao prazo para solicitação de prorrogação de concessões.

De acordo com a referida lei, a concessionária deve solicitar a prorrogação da concessão com antecedência mínima de 36 meses da data final do contrato ou ato de outorga para usinas de geração de energia hidrelétrica e empreendimentos de transmissão de energia elétrica, e de 24 meses, para as usinas de geração termelétrica. O Poder Concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga, inclusive, definindo a tarifa ou as receitas iniciais para os empreendimentos de geração (RAG – Receita Anual de Geração) e transmissão (RAP – Receita Anual Permitida).

As concessões de geração de energia hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos. As concessões de geração de energia termelétrica têm o prazo de prorrogação limitado a 20 anos.

Em 2018 foi publicado o Decreto nº 9.271/2018, alterado pelos Decretos nº 10.135/2019, nº 10.893/2021 e nº 11.307/2022, que regulamentou a outorga dos contratos de concessão no setor elétrico associada à privatização por meio de alienação do controle de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica, tendo como um dos condicionantes a alteração do regime de exploração para Produtor Independente de Energia - PIE. De acordo com o Decreto, a manifestação de alienação da concessão deverá ocorrer em até 42 meses do advento do termo contratual e a eventual alienação em até 12 meses do final da concessão. Se não ocorrer a alienação do controle do empreendimento dentro do prazo determinado, a usina deverá ser licitada pelo poder concedente podendo a mesma concessionária participar do leilão, caso reúna as condições de habilitação.

Alguns empreendimentos de geração da Copel tiveram seu período de concessão estendido devido aos efeitos do GSF (Generation Scaling Factor), pois estabeleceu-se a compensação por meio de extensão do prazo de outorga das usinas contempladas pela Lei nº 13.203/2015, culminando na homologação do prazo de extensão da outorga destas usinas por meio das Resoluções Homologatórias nº 2.919/2021 e nº 2.932/2021.

Para a Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - UHE GBM (1.676 MW), que terá sua concessão vencida em 2024, a Companhia não manifestou interesse pela prorrogação da concessão tendo em vista que estudos internos demonstraram que a prorrogação mediante alteração do regime de exploração antecipado seria desvantajosa econômica e financeiramente em relação a exploração da usina no atual regime, até o seu vencimento. Em 03.03.2020, a Copel GeT transferiu a concessão da UHE GBM para a subsidiária F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. com o objetivo de alienar o controle desta concessionária e, desta forma, possibilitar uma nova outorga pelo prazo de 30 anos, conforme prevê o Decreto n° 9.271/2018. Está em andamento o processo de transformação da Copel em "Corporação", conforme descrito na NE nº 1, o que possibilitará a manutenção de 100% de participação da Companhia na usina.

Com relação à UHE São Jorge, cuja concessão vence em 2026, a Copel não manifestou interesse na renovação e pretende, ao final da concessão, solicitar à Aneel a conversão da outorga em registro.

Em relação a concessão da UTE Figueira, vencida em março de 2019, a Companhia aguarda a conclusão do processo, que se encontra em trâmite na Aneel e no MME. A usina passou por processo de modernização, tendo como benefícios diretos a melhora na eficiência energética e a redução das emissões de poluentes na atmosfera, em comparação a antiga planta. A usina foi liberada para operação comercial em 07.12.2022 por meio do Despacho nº 3.502/2022.

Conforme a Lei nº 14.052/2020, a Companhia poderá se manifestar sobre a intenção em prorrogar a concessão da UHE Apucarininha até janeiro de 2024 e das UHEs Guaricana e Chaminé até julho e agosto de 2025, respectivamente. Caso a Companhia não manifeste interesse pela prorrogação no atual regime, as concessões, ao seu termo, deverão ser devolvidas ao Poder Concedente.

Em relação ao segmento de transmissão, a única concessão da Copel GeT a vencer nos próximos dez anos, é do Contrato de Concessão nº 75/2001, referente à LT Bateias-Jaguariaíva 230 kV, que vencerá em 17.08.2031.

Adicionalmente, quanto à prorrogação dos contratos de concessão de transmissão, em 29.12.2022 foi publicado o Decreto nº 11.314 que determina que a prorrogação das concessões de transmissão poderá ser realizada somente quando a licitação for inviável ou resultar em prejuízo ao interesse público e será realizada sem a indenização antecipada dos bens vinculados à prestação do serviço, condicionada à aceitação por parte da concessionária em relação à receita e demais condições do termo aditivo a ser elaborado pela Aneel

33.2.7 Risco quanto à escassez de gás

O mercado de gás natural no Paraná, composto pelos consumidores da Compagas (mercado não termelétrico), controlada da Copel, e pela Usina Termelétrica de Araucária (UEG Araucária), é suprido por contratos com a Petrobras que utiliza a infraestrutura de transporte do gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol). A UEG Araucária negocia e celebra contratos de gás natural de curta duração em função do seu regime de operação merchant.

Na atual conjuntura do setor de gás natural no Brasil, o programa Novo Mercado de Gás, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, tem a finalidade de abertura do mercado de gás natural de forma a torná-lo dinâmico, competitivo, integrado com o setor elétrico e industrial. A oferta de gás natural é crescente e proveniente de fontes diversificadas e o grande desafio do setor ainda se concentra na viabilização do acesso de novos produtores e comercializadores à infraestrutura e ao mercado consumidor, atualmente atendido majoritariamente pela Petrobras. Por fim, a nova lei do gás, lei nº 14.134/2021, representa mais um passo importante na abertura do mercado de gás brasileiro, de forma a torná-lo mais competitivo e com maior potencial de expansão.

Uma eventual escassez no fornecimento de gás poderia implicar em prejuízos à Copel tendo em vista que, neste cenário, a UEG Araucária provavelmente seria mantida fora de operação. No entanto, a Companhia considera baixo este risco tendo em vista a conjuntura do Novo Mercado de Gás e a promulgação da Lei nº 14.134/2021.

33.2.8 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica estão sujeitos às cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento. O não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia. O saldo registrado no passivo referente a não performance está demonstrado na NE nº 26.

33.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

33.3.1 Endividamento em relação ao patrimônio líquido:

ENDIVIDAMENTO	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	2.401.483	1.433.138	3.923.863	2.917.315
Debêntures	3.252.202	3.900.443	3.830.631	4.503.216
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(380.955)	(1.122.475)	(1.580.000)	(1.929.858)
(-) Títulos e valores mobiliários	(123.022)	(95.528)	(428.369)	(350.354)
Dívida líquida	**5.149.708**	**4.115.578**	**5.746.125**	**5.140.319**
Patrimônio líquido	12.790.067	12.662.223	12.896.797	12.873.586
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	**0,40**	**0,33**	**0,45**	**0,40**

34. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

34.1 Saldos com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos de Partes Relacionadas destacados em linhas específicas do balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante				
Controlador (34.1.1)				
Companhia Paranaense de Energia - Copel	815	1.987	815	1.987
Controladas (34.1.1)				
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	58	49	-	-
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	79	77	-	-
Uirapuru	80	51		
FDA Energia	691	1.297	-	-
Bela Vista	180	86		
Eólicas	3.379	2.791	-	-
Entidade sob controle em comum (34.1.1)				
Copel Distribuição S.A.	8.962	8.441	8.962	8.439
Copel Serviços S.A.	-	10	-	10
Copel Comercialização S.A.	141	94	141	94
Empreendimentos controlados em conjunto (34.1.1)				
Mata de Santa Genebra Transmissora	777	-	777	-
	15.162	**14.883**	**10.695**	**10.530**
Ativo não circulante				
Controlador (34.1.1)				
Companhia Paranaense de Energia - Copel	-	-	-	200
Passivo circulante				
Controlador				
Companhia Paranaense de Energia - Copel (34.1.1)	-	1.963	-	2.204
Companhia Paranaense de Energia - Copel - mútuo (34.1.4)	-	-	47.404	-
Controladas				
FDA - mútuo (34.1.2)	-	170.212	-	-
Eólicas - mútuo (34.1.3)	-	256.175	-	-
Entidade sob controle em comum (34.1.1)				
Copel Distribuição S.A.	5.897	4.017	7.154	5.267
	5.897	**432.367**	**54.558**	**7.471**

34.1.1 Compartilhamento de estruturas

Saldos se referem, principalmente, aos contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores, celebrados entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas.

34.1.2 Contrato de Mútuo – FDA

Em 19.04.2021, foi assinado contrato de mútuo entre a FDA e a Copel GeT, com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 119% do CDI, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades. O contrato foi liquidado em 2022 e valor da despesa financeira neste exercício foi de R$ 8.766 (R$ 7.277 em 2021).

34.1.3 Contrato de Mútuo - Complexos Eólicos Brisa e São Bento

Em 19.04.2021, foi assinado contrato de mútuo entre as empresas dos Complexos Eólicos Brisa e São Bento e a Copel GeT, com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 100% do CDI acrescidos de 2% a.a, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. O contrato foi liquidado em 2022 e o valor da despesa financeira nesse exercício foi de R$ 33.557 (R$ 8.938 em 2021).

34.1.4 Contrato de Mútuo - Complexo Jandaíra

Em 17.05.2022, foi assinado contrato de mútuo entre as empresas do Complexo Eólico Jandaíra e a Companhia Paranaense de Energia - Copel, com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de CDI + 1,38% ao ano, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. Os contratos têm vigência até 17.05.2024. Do valor global aprovado, de R$ 49.400, foram transferidos R$ 24.400, e a receita financeira para o período findo em 31.12.2022 foi de R$ 1.313.

34.2 Outras transações com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das demais transações com partes relacionadas efetuadas pela Companhia:

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Controladores								
Estado do Paraná - Empregados cedidos (a)	-	1	-	-	-	-	-	-
Companhia Paranaense de Energia								
Dividendos e Juros sobre capital próprio	-	-	372.899	638.378	-	-	-	-
Entidades com influência significativa (b)								
BNDES e BNDESPAR - Financiamentos (NE nº 19)	-	-	2.085.849	2.196.921	-	-	(189.968)	(172.748)
Debêntures (NE nº 20)	-	-	216.811	231.071	-	-	(28.085)	(32.249)
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Suprimento de energia elétrica	5.303	4.755	-	-	47.828	43.425	-	-
Rede básica e de conexão	29.691	28.445	-	-	348.443	345.154	-	-
Sistema de distribuição	-	-	1.672	1.198	-	-	(6.578)	(6.377)
Consumo de energia	-	-	146	506	-	-	(3.887)	(5.255)
Copel Comercialização S.A.								
Suprimento de energia elétrica	230.762	192.175	-	-	2.673.996	2.302.928	-	-
Energia elétrica para revenda	-	-	30.404	139.788	-	-	(329.666)	(1.146.038)
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. (c)	1.245	1.035	-	-	12.669	11.820	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto								
Caiuá Transmissora de Energia - Dividendos	5.486	2.150	-	-	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção (d)	313	279	-	-	3.619	3.268	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	12	11	-	-	(192)	(164)
Integração Maranhense Transmissora - Dividendos	6.885	2.274	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	25	47	-	-	(842)	(727)
Matrinchã Transmissora de Energia - Dividendos	41.577	10.091	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	294	280	-	-	(4.912)	(4.261)
Guaraciaba Transmissora de Energia - Dividendos	50.137	27.198	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	142	126	-	-	(2.231)	(1.958)
Paranaíba Transmissora de Energia- Dividendos	5.400	4.973	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	184	187	-	-	(3.226)	(2.905)
Cantareira Transmissora de Energia - Dividendos	9.254	6.718	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	140	153	-	-	(2.530)	(2.190)
Mata de Santa Genebra Transmissora - Dividendos	13.333	13.614	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços e compartilhamento de estruturas (e)	3.236	1.473	-	-	19.318	18.795	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	276	233	-	-	(5.098)	(4.058)
Voltalia São Miguel do Gostoso (f)	-	-	-	-	112	102	-	-
Coligadas								
Dona Francisca Energética S.A. (g)	15	15	1.356	2.745	174	164	(16.089)	(16.239)
Foz do Chopim Energética Ltda. (h)	302	518	-	-	3.493	3.010	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (NE nº 30.2)	-	-	-	-	-	-	(5.138)	(6.377)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 21.3)	-	-	-	-	-	-	(208)	(407)
Outras partes relacionadas								
Fundação Copel								
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	43.853	35.593	-	-	(5.229)	(3.040)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 21.3)	-	-	320.675	385.896	-	-	-	-
Lactec (i)	-	-	753	1.373	-	-	(4.484)	(3.567)
Companhia de Saneamento do Paraná (j)								
Água tratada, coleta e tratamento de esgoto	-	-	444	436	-	-	(5.990)	(6.804)
Utilização de água retirada de reservatórios de usinas	-	-	-	-	485	477	-	-
Simepar (k)	-	-	68	547	-	-	(4.766)	(8.361)
Celepar (l)	-	-	-	-	-	-	(11)	(8)

a) Ressarcimento do valor correspondente a remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Estado do Paraná. Os saldos apresentados são líquidos de Perdas de crédito esperadas.

b) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, que possui ações da Copel. O BNDES e a BNDESPAR adquiriram o total das debêntures emitidas pelas controladas Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus IV e Ventos de Santo Uriel (NE nº 20).

c) Contratos firmados entre a Copel GeT e a Elejor: operação e manutenção do CEFSC - Complexo Energético Fundão Santa Clara, com encerramento em 25.03.2023, e serviços de planejamento energético, com vencimento em 1º.10.2026.

d) Contrato firmado entre a Copel GeT e a Caiuá Transmissora de Energia, com vencimento em 10.05.2026.

e) Contratos firmados pela Copel GeT: operação e manutenção, com vencimento em 1º.02.2028, e compartilhamento de instalações, com vencimento em 1º.01.2043.

f) Contratos de conexão ao sistema de transmissão firmados pela Copel GeT, Costa Oeste, Marumbi e Uirapuru com as subsidiárias da Voltália São Miguel do Gostoso I Participações S.A. (controlada em conjunto da Copel), com vencimentos entre os anos de 2031 e 2048.

g) Contratos de conexão ao sistema de transmissão firmados pela Copel GeT e suas subsidiárias, com vencimentos entre os anos de 2031 e 2048, e contrato de compra e venda de energia realizado pela Copel GeT, com vencimento em 31.03.2025, firmados com a Dona Francisca Energética S.A., coligada da Copel.

h) Contratos firmados pela Copel GeT: operação e manutenção, com vencimento em 1º.02.2028, e conexão ao sistema de transmissão, com vencimento em 1º.01.2043.

i) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel GeT, FDA e UEG Araucária, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel.

j) Entidade de economia mista controlada pelo Estado do Paraná.

k) O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Companhia de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampacidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.

l) Contratos de prestação de serviços firmados com a Companhia de Tecnologia da Informação do Paraná - Celepar (sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do Governo do Estado)

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Copel GeT tem contratos de compra e venda de energia de curto e longo prazo firmado com partes relacionadas, realizados de acordo com os critérios e definições do ambiente regulado. Nas operações entre a Copel GeT e suas subsidiárias, tanto os saldos das transações existentes em 31.12.2022 quanto os saldos dos compromissos são eliminados entre si quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Adicionalmente, a Copel GeT e suas controladas possuem contratos com a Copel Comercialização e com a Dona Francisca que totalizam R$ 124.756 em compromissos de compra (R$ 357.178 em 31.12.2021) e R$ 6.719.397 (R$ 6.459.048 em 31.12.2021) em compromissos de venda de energia.

No que diz respeito à remuneração do pessoal chave da administração, a Companhia não possui obrigações adicionais além dos benefícios de curto prazo divulgados no quadro acima e nas notas explicativas referenciadas.

34.3 Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

Os avais e garantias concedidos pela Copel GeT e sua Controladora, Copel, na emissão de financiamentos e debêntures de suas controladas são informados nas NEs nºs 19 e 20 e nas operações efetuadas pelos empreendimentos controlados em conjunto são informados a seguir:

	EMPRESA	Operação	Vencimento final	Valor aprovado	Saldo (a)	% participação	Valor da fiança
(1)	Caiuá Transmissora (b)	Financiamento BNDES	15.02.2029	84.600	27.025	49,0	(b)
(2)	Cantareira Transmissora	Debêntures	15.08.2032	100.000	90.896	49,0	(b)
(3)		Financiamento	15.09.2032	426.834	369.048		(b)
(4)	Guaraciaba Transmissora	Financiamento BNDES	15.01.2031	440.000	291.436	49,0	(b)
(5)		Debêntures	15.12.2030	118.000	127.116	49,0	(b)
(6)	Matrinchã Transmissora	Financiamento BNDES	15.06.2029	691.440	314.749	49,0	(b)
(7)		Debêntures (2ª)	15.06.2029	180.000	205.146		(b)
(8)		Debêntures (3ª)	15.12.2038	135.000	150.774		(c)
(9)	IMTE Transmissora	Financiamento	12.02.2029	142.150	48.562	49,0	(b)
(10)	Mata de Santa Genebra	Debêntures (2ª)	15.11.2030	210.000	1.651.487	50,1	827.395
(11)		Debêntures (3ª)	15.11.2041	1.500.000		50,1	
(12)	Paranaíba Transmissora	Financiamento	15.10.2030	606.241	410.534	24,5	(b)
(13)		Debêntures	15.03.2028	120.000	91.172	24,5	(b)
							827.395

(a) Saldo da dívida bruta, descontado do caixa restrito que já está garantido pelas próprias empresas.
(b) Para estes contratos a fiança corporativa e/ou a carta fiança foram exoneradas permanecendo somente a garantia de penhor de ações da Copel GeT.
(c) As garantias a serem prestadas na 3ª emissão só serão apresentadas depois do vencimento das Debêntures da 2ª emissão e do Financiamento com o BNDES.
Fiança corporativa prestado pela Copel: (10) (11)
Garantias da operação: penhor das ações de propriedade da Copel GeT em todos os empreendimentos.

35. COMPROMISSOS

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, estão demonstrados a seguir:

CONSOLIDADO	31.12.2022	31.12.2021
Contratos de compra e transporte de energia	8.818.720	8.800.986
Aquisição de ativo imobilizado		
Construção das usinas do empreendimento eólico Jandaíra	-	147.682

36. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

CONSOLIDADO APÓLICE	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais - Cutia e Bento Miguel (a)	29.03.2023	2.196.012
Riscos Operacionais - UHE Baixo Iguaçu	31.05.2023	2.042.375
Riscos Operacionais - UHE Colíder	01.12.2023	1.892.320
Riscos Operacionais - UHE Governador Jayme Canet Junior	21.01.2024	1.594.472
Riscos Nomeados	24.08.2023	1.125.062
Riscos Operacionais - Ventos de Serra do Mel II e IV	28.11.2023	1.075.284
Riscos Operacionais - Brisa Potiguar	27.06.2023	766.454
Riscos Operacionais - UEG Araucária (b)	31.05.2024	764.335
Riscos Operacionais - Jandaíra	01.08.2023	526.321
Riscos Operacionais - São Bento	27.06.2023	512.885

(a) Renovação do seguro em fase final de assinatura dos contratos.
(b) O valor da importância segurada de Riscos Operacionais - UEG Araucária foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2022, de R$ 5,2177.

Além dos seguros relacionados, a Companhia e suas controladas contratam outras apólices de seguros com menores valores, tais como: seguro D&O, seguro de responsabilidade civil geral, garantia judicial e de pagamento, aeronáutico e riscos diversos. Adicionalmente, a Companhia possui contrato de indenidade, em complemento ao seguro D&O. Os seguros de garantia contratados pelas controladas, pelos empreendimentos controlados em conjunto e pelas coligadas possuem como avalista a Copel e/ou a Copel GeT, no limite de sua participação em cada empreendimento.

37. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

37.1 Transações que não envolvem caixa

Do total de aquisições de imobilizado (demonstrado na NE nº 15.2), R$ 2.095 (R$ 10.403 em 31.12.2021) na Controladora e R$ 8.055 (R$ 17.047 em 31.12.2021) no Consolidado correspondem ao montante de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do exercício.

Conforme a NE nº 25.1, as adições e ajustes por remuneração ocorridas no direito de uso de ativos totalizaram R$ 19.854 na Controladora e R$ 20.297 no Consolidado (R$ 39.811 na Controladora e R$ 39.873 no Consolidado em 31.12.2021), sendo que tais reconhecimentos tiveram como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos.

Conforme apresentado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e na NE nº 28.1, o aumento de capital de R$ 470.000 foi registrado mediante integralização de Adiantamento para futuro aumento de capital.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

38.1 Aquisição dos Complexos Eólicos Aventura e Santa Rosa & Mundo Novo

Em 30.01.2023, a Copel GeT concluiu a aquisição de 100 % das ações das empresas pertencentes aos Complexos Eólicos Aventura e Santa Rosa & Mundo Novo apresentadas no quadro abaixo, com o pagamento de R$ 1.005.173 para a vendedora, EDP Renováveis Brasil S.A. Nesta data de fechamento da operação ocorreu a transferência das ações para a Copel GeT bem como a aprovação das indicações e posse dos novos administradores das Companhias.

Complexo Eólico Santa Rosa & Mundo Novo	Complexo Eólico Aventura
SRMN Holding S.A.	Aventura Holding S.A.
Central Eólica SRMN I S.A.	Central Eólica Aventura II S.A.
Central Eólica SRMN II S.A.	Central Eólica Aventura III S.A.
Central Eólica SRMN III S.A.	Central Eólica Aventura IV S.A.
Central Eólica SRMN IV S.A.	Central Eólica Aventura V S.A.
Central Eólica SRMN V S.A.	

A aquisição está alinhada com a estratégia de crescimento sustentável em energia renovável, ampliando a diversificação da matriz de geração alinhada ao Planejamento Estratégico e à Política de Investimentos da Companhia. A transação contempla o mecanismo de Locked box em que todo o caixa gerado entre 1º.01.2022 até a data fechamento permanecerá no caixa das Companhia adquiridas.

O fechamento da operação estava sujeito à satisfação de determinadas condições precedentes as quais foram cumpridas na sua integralidade até 30.01.2023, entre elas: obtenção de aprovação pelo CADE, declarações e garantia, cumprimento de avenças e obrigações, anuência de terceiros, ausência de efeito material adverso.

Ainda, ressalta-se a necessidade de anuência de contrapartes, incondicional e irrestrita, para a alteração do controle das Companhias adquiridas, inclusive com relação aos limites de crédito para manutenção dos contratos de financiamentos pelas Companhias, conforme Resolução CMN nº 4.995 de 24.03.2022, condição que só foi cumprida em janeiro de 2023.

Os complexos estão situados no Rio Grande do Norte, maior centro de energia eólica do país e possuem 260,4 MW de capacidade instalada com 157,8 MWm de garantia física. As companhias possuem financiamentos de longo prazo (vencimentos até 2043) contratados junto ao Banco do Nordeste - BNB, com taxas de IPCA + 2,19% a.a. (Complexo Aventura) e IPCA + 1,98% a.a. (Complexo Santa Rosa & Mundo Novo).

A vendedora está desenvolvendo projetos nas proximidades dos parques eólicos do Complexo Aventura que, durante a construção e/ou operação, podem, no futuro, potencialmente afetar o volume de eletricidade gerada pelos parques eólicos (efeito esteira). A vendedora estima que a operação comercial destes empreendimentos poderá ocorrer a partir de janeiro de 2027. Caso o efeito esteira se concretize de modo que os parques eólicos adquiridos gerem energia abaixo do que foi acordado entre as partes, a vendedora terá a obrigação de indenizar a Copel. Caso contrário, se a geração de energia for superior, a Copel deverá indenizar a vendedora. O valor desta indenização está limitado a R$ 4.167 para ambas as situações, corrigidos monetariamente.

As tabelas a seguir demonstram o valor contábil e o valor justo dos ativos líquidos adquiridos incluindo o efeito de tributos diferidos (ágio técnico). O valor justo foi apurado com base em laudo preliminar de alocação do preço de compra (Purchase Price Allocation - PPA) de modo que as informações estão sob revisão e podem sofrer alterações, contudo não são esperadas mudanças significativas.

COMPLEXO EÓLICO AVENTURA	Valor contábil	Ajuste ao valor justo	Valor justo na data da aquisição
Ativos identificados	**518.158**	**255.675**	**773.833**
Caixa e equivalentes	51.789	-	51.789
Clientes	7.150	-	7.150
Tributos a recuperar	3.823	-	3.823
Outros créditos	2.917	-	2.917
Imobilizado	452.475	-	452.475
Intangível	4	255.675	255.679
Passivos assumidos	**330.102**	**93.002**	**423.104**
Fornecedores	6.950	-	6.950
Empréstimos e financiamentos	317.928	-	317.928
Obrigações fiscais	2.879	-	2.879
Outras contas a pagar	2.345	-	2.345
Passivos contingentes	-	9.891	9.891
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	83.111	83.111
Ativos líquidos adquiridos	**188.056**	**162.673**	**350.729**

COMPLEXO EÓLICO SANTA ROSA & MUNDO NOVO	Valor contábil	Ajuste ao valor justo	Valor justo na data da aquisição
Ativos identificados	**840.938**	**366.360**	**1.207.298**
Caixa e equivalentes	67.440	-	67.440
Clientes	23.961	-	23.961
Tributos a recuperar	5.747	-	5.747
Outros créditos	9.157	-	9.157
Imobilizado	734.633	-	734.633
Intangível	-	366.360	366.360
Passivos assumidos	**625.811**	**131.100**	**756.911**
Fornecedores	56.611	-	56.611
Empréstimos e financiamentos	557.810	-	557.810
Obrigações fiscais	7.579	-	7.579
Outras contas a pagar	3.811	-	3.811
Passivos contingentes	-	10.155	10.155
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	120.945	120.945
Ativos líquidos adquiridos	**215.127**	**235.260**	**450.387**

Os passivos contingentes se referem principalmente a riscos tributários para os quais a Administração acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiros, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais.

O quadro abaixo apresenta a contraprestação transferida pelos ativos adquiridos e o ágio técnico apurado em decorrência do reconhecimento do passivo fiscal diferido na combinação de negócios:

Total de ativos líquidos adquiridos	**403.183**	**397.933**	**801.116**
Ágio técnico			204.057
Total da contraprestação			**1.005.173**

38.2 Inspeção técnica na usina GBM

Em 25.03.2023 foi encerrada a parada programada para inspeção da unidade geradora 3 da UHE GBM, usina pertencente à FDA, subsidiária da Copel GET. Foi identificada uma avaria isolada no anel de desgaste superior do rotor da turbina de modo que essa unidade geradora permanecerá indisponível, visando a realização de diagnóstico sobre a causa do ocorrido e as respectivas ações para seu reparo, quando então será atualizada a previsão de retorno dessa unidade geradora. Eventuais impactos financeiros relacionados a não geração ou qualquer redução na garantia física da usina somente poderão ser estimados após a conclusão desse trabalho.

Curitiba, 28 de março de 2023.

Moacir Carlos Bertol — **Diretor Presidente**

Adriano Fedalto — **Diretor Administrativo e de Participações**

Adriano Rudek de Moura — **Diretor de Finanças e de Relações com Investidores**

Eduardo Vieira de Souza Barbosa — **Diretor Jurídico e Regulatório**

Marcio Raphael Ploszaj — **Diretor de Operação e Manutenção de Geração e Transmissão**

Ronaldo Bosco Soares — **Contador - CRC PR-043819/O-0**

Parecer do Auditor Independente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionista da

Copel Geração e Transmissão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Copel Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Copel Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para litígios e passivo contingente

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4.10 e nº 27 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes tribunais. Com base em avaliações feitas pelos seus assessores jurídicos, a Diretoria reconhece uma provisão para aqueles processos cujas perdas são consideradas prováveis. A Diretoria da Companhia entende que não é viável fornecer informações sobre o tempo esperado de eventuais saídas de caixa decorrentes desses processos judiciais em que a Companhia e suas controladas estejam envolvidas, devido ao ritmo lento e à imprevisibilidade dos sistemas jurídicos, fiscais e regulatórios brasileiros, considerando que a resolução final do processo para o qual foi reconhecida uma provisão depende da conclusão dos procedimentos dos tribunais jurídicos ou arbitrais.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a subjetividade para mensurar a provisão para litígios e elaborar as divulgações necessárias para as demonstrações financeiras, sendo necessária a utilização de conhecimento técnico e histórico da Companhia e de suas controladas e a análise de jurisprudências aplicáveis e individualizadas dos processos pela Diretoria.

Para responder esse principal assunto de auditoria, nossos procedimentos incluíram, entre outros:

(a) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes sobre as provisões para litígios e avaliação de passivo contingente, incluindo aqueles sobre a integridade e a revisão de processos novos e em andamento, bem como controles sobre a mensuração de potenciais perdas;

(b) testes, com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, sobre os controles gerais de tecnologia da informação dos sistemas informatizados utilizados pela Diretoria para monitorar e avaliar os processos em andamento; (c) teste da integridade e exatidão da base de dados utilizada pela Diretoria para determinação dos prognósticos de perda e mensuração de potenciais perdas; (d) confirmação independente com os assessores jurídicos externos e internos dos processos quanto à classificação do prognóstico do risco de perda para a Companhia e suas controladas, incluindo o valor envolvido; (e) leitura das atas de reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria para evidência de eventuais contingências não divulgadas ou provisões não reconhecidas; (f) avaliação das premissas e dos julgamentos utilizados pela Diretoria no desenvolvimento dessas estimativas, contando com o auxílio de nossos especialistas tributários e ambientais; e (g) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as provisões para litígios estimadas pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações das provisões e do passivo contingente, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em

31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 28 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf
Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário

1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

I. *ter a maioria de membros independentes nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016;*
II. *no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como "especialista financeiro" nos termos da legislação vigente;*
III. *no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;*
IV. *no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; e*
V. *o Presidente do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração.*

As características, composição, funcionamento e competências do Colegiado são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário estão a de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Desde 2019, o Comitê de Auditoria Estatutário conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades. Inicialmente, o CAE desenvolveu seu plano de trabalho com o apoio da consultoria PricewaterhouseCoopers - PwC, em conjunto com a Auditoria Interna da Copel. No desenvolvimento do plano foram consideradas a legislação vigente, normativas internas e boas práticas de mercado. Naquele momento, para estudo e desenvolvimento desse plano, a PwC utilizou a seguinte metodologia de trabalho: mapeamento das responsabilidades do CAE; planejamento para o atendimento das responsabilidades; referências de mercado; consideração sobre os aspectos de treinamentos e discussões com o próprio Colegiado. Como resultado, a consultoria apresentou plano de trabalho listando as exigências e recomendações para atuação do CAE, bem como cronograma para execução dessas atividades ao longo de um ano. A estrutura do cronograma contempla os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei Federal nº 13.313/2016, à Lei Sarbanes-Oxley - SOx 301/407, à Instrução CVM 509/2011, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano. Considerando atendidas as necessidades legais e regulamentares, o Comitê de Auditoria Estatutário aprovou seu plano de trabalho anual.

Em 2021, o CAE revisou seu plano de trabalho, com apoio da consultoria Ernst & Young – EY, em conjunto com a assessoria do colegiado, Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária. A revisão do plano considerou a legislação vigente, Estatuto Social, demais normativas internas e boas práticas de mercado. A metodologia de trabalho incluiu: revisão das responsabilidades do CAE; forma de atendimento das responsabilidades; referências de benchmarking; interações com Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária e discussões em reuniões do Colegiado. O Plano de Trabalho do CAE 2022 considerou o relatório apresentado pela consultoria como subsídio em sua elaboração, sendo que sua estrutura foi organizada em (i) Apresentação e Informações Gerais; (ii) Cronograma detalhado do CAE; e (iii) Anexos.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2022 traz 20 temas principais, distribuídos em 86 pautas fixas ao longo do ano, distribuídas em suas reuniões ordinárias mensais, além de reuniões extraordinárias. Em 2022, foram registradas 20 reuniões, das quais, 2 foram reuniões extraordinárias.

A auditoria independente, atualmente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes - Deloitte, é responsável pelo planejamento e execução da auditoria das Demonstrações Contábeis da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, Mercado Livre, Serviços e Eólicas). Compete ao auditor independente, no contexto e escopo do seu trabalho, emitir opinião sobre as Demonstrações Financeiras e se refletem de forma adequada a posição patrimonial e financeira da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade, e as normas editadas pelas Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. O ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais, também é avaliado pela Deloitte, uma vez que estão sujeitas à lei americana Sarbanes-Oxley – SOx.

Ainda no contexto de controles internos, a Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, em sua atuação como segunda linha de defesa, atua no desenho dos controles junto aos órgãos da administração, primeira linha de defesa. Posteriormente, cabe a DRC atuar no teste de desenho dos controles internos. Já a Auditoria Interna - AUD, como terceira linha de defesa, atua no teste de controles internos quanto à sua eficiência e eficácia.

O CAE elabora, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) suas atividades, resultados, conclusões e recomendações no período, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas às diretorias, registrando aquelas não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; e (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências.

2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei Sarbanes-Oxley – SOx, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 11.03.2021, com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada pela 201ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o Comitê de Auditoria Estatutário sofreu alteração, quando passou a ser permitida a composição entre 03 (três) a 05 (cinco) membros, desde que: (i) a maioria destes se enquadrasse nos critérios de independência nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016; (ii) que no mínimo, 01 (um) membro apresentasse experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como "especialista financeiro" nos termos da legislação vigente; (iii) que no mínimo 01(um) dos membros fosse integrante do Conselho de Administração; (iv) no mínimo 01(um) do membro externo, escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; e (v) que o Presidente do Comitê fosse membro do Conselho de Administração.

Em 2022, o Comitê teve a seguinte composição, eleita para o mandato 2021/2023: Marco Antônio Barbosa Cândido (como Presidente), Carlos Biedermann (como especialista financeiro) e Luiz Claudio Maia Vieira (profissional externo), todos membros independentes, em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016, e que atendem aos requisitos de independência impostos pela Securities and Exchange Commission - SEC e pela New York Stock Exchange - NYSE.

Considerando a necessidade do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, para assessoria no desempenho de suas atribuições, um profissional da Companhia é designado como Assessor do CAE da Copel. Desde 06.11.2020, conforme deliberado na 226ª Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário, o profissional Adilson Dvulathca (registro 49438), atua como Assessor do CAE da Copel (Circular-058/2020, de 10.11.2020).

3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2022

3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

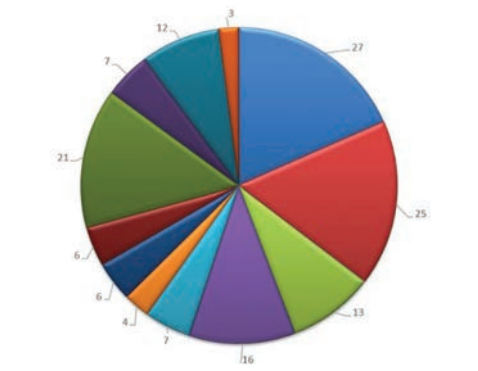
As pautas das reuniões realizadas em 2022 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para discussão do Colegiado ao longo do ano, distribuídos em 20 reuniões, das quais, 2 reuniões foram extraordinárias: apreciação de informações contábeis; auditoria externa; canal de denúncias e Comitê de Ética; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; debriefing; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários (Cibersegurança, calendário anual de reuniões, LGPD, Risco Hidrológico e melhoria contínua); partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, foram realizadas 20 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, sendo 2 reuniões extraordinárias, as quais contemplaram 147 pautas, envolvendo os membros da Diretoria Executiva, Superintendentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias, controladas e coligadas, os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas realizadas é o seguinte:



3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2022, foram contempladas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 13 pautas com participação da Auditoria Independente. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente Deloitte para o Formulário 20-F, de 2021; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2022; apresentação sobre os trabalhos relativos às Demonstrações Financeiras e de controles internos; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2022.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer de 2022, foram realizadas 27 pautas, sendo que em todas foram apreciadas as demonstrações contábeis e em 8 pautas, o Relatório da Administração. Essas pautas abordaram a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2022; a Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2021 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade.

A análise e recomendação quanto ao Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, de Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido e quanto ao Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade, ocorre na reunião realizada em março de 2023, após finalizadas as discussões com os Auditores Independentes sobre os resultados dos seus trabalhos, os quais incluem os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório, as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras, a discussão das práticas contábeis adotadas, controles internos, legislação societária brasileira, bem como demais normas aplicáveis.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2022, no Relatório Anual 2022, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

3.4. AUDITORIA INTERNA

No decorrer de 2022, foram tratadas 8 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna, verificação de suas recomendações e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - Raint 2021; e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei *Sarbanes-Oxley - SOx*.

Na 261ª Reunião, de 02.08.2022, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito dos Planos Previdenciários patrocinados pela Copel e administrados pela Fundação Copel.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

3.5. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

No decorrer de 2022, foram tratadas 7 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; bem como, a atualização do status de auditoria, pela Deloitte, desses Controles Internos.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do Internal Control - Integrated Framework, definido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), e com a Lei Sarbanes-Oxley - SOx. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos que se encontrem em efetiva aplicação.

O Colegiado também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do Colegiado, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

3.6. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

No decorrer de 2022, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 7 pautas que trataram do Canal de Denúncias, Comitê de Ética, Código de Conduta e demais temas relacionados. Essas pautas abordaram o monitoramento do Canal de Denúncias e o acompanhamento ao longo do ano, em reuniões específicas, acerca de denúncias recebidas pelo Canal e que tiveram, em função de sua natureza, tratamento mais intensivo de investigação pela Auditoria Interna.

Em 2022, o CAE deliberou de forma favorável ao Regimento Interno do Comitê de Ética, recomendou ao Conselho de Administração a aprovação da Política do Canal de Denúncias e deliberou favoravelmente sobre a revisão do Código de Conduta da Companhia.

Trimestralmente, é apresentado ao CAE o acompanhamento do Canal de Denúncias pela área de Compliance e, periodicamente, a Auditoria Interna apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

3.7. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS

No decorrer de 2022, foram tratadas 7 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos, a revisão dos riscos estratégicos e a recomendação ao Conselho de Administração pela aprovação da Política de Riscos da Companhia.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da gestão de riscos, determinou que fosse adicionada à pauta do colegiado a análise quanto aos riscos de mercado da Copel Mercado Livre e incluiu o monitoramento do Risco Hidrológico como pauta específica em seu plano de trabalho 2022.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

3.8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma de suas atribuições "avaliar e monitorar, juntamente com a Administração e a área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia".

No decorrer de 2022, foram tratadas 12 pautas envolvendo transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE. Essas pautas abordaram, além da recomendação para aprovação das transações em si, a recomendação ao Conselho de Administração pela aprovação da revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses e o monitoramento das operações/transações com Partes Relacionadas.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos a transações com partes relacionadas.

3.9. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; debriefing; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; e regulamentos de independência do CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Na programação para 2022, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, além de analisar os resultados das avaliações de desempenho do Colegiado, incluindo o Plano de Desenvolvimento do Comitê de Auditoria Estatutário.

4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E SUPERINTENDENTES

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Superintendentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também é possível que as Superintendências, por meio de suas Diretorias, realizem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente daquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

- **Reporte do Comitê de Ética e Canal de Denúncias.**

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do reporte periódico do Comitê de Ética e Canal de Denúncias, a avaliação quanto a política de consequências para os casos tratados no Comitê de Ética.

Já em relação ao Código de Conduta da Companhia, o CAE recomendou a DRC avaliar o percentual da remuneração correspondente ao valor simbólico para brindes ou cortesias institucionais.

- **Processos Jurídicos**

O CAE recomendou à Diretoria Jurídica e Regulatória – DJR o desenvolvimento de trabalho voltado ao monitoramento e gestão de controladoria jurídica, incentivando a melhoria contínua nos processos da Companhia.

- **Controles Internos**

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do reporte periódico de Controles Internos, a manutenção do apoio na solução tempestiva de eventuais novos pontos apresentados pela auditoria independentes e solicitou a manutenção de reportes bimestrais sobre os trabalhos de Controle Interno.

- **Reporte trimestral sobre o monitoramento do portfólio de riscos da Companhia.**

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do monitoramento do portfólio de riscos da Companhia, a manutenção dos reportes trimestrais, bem como, recomendou a avaliação dos riscos de transição (Corporation) e dos riscos emergentes, com o apoio das demais estruturas da Companhia. Recomendou à DRC avaliar a inclusão de risco relacionado aos efeitos da guerra na Ucrânia.

- **Reporte dos trabalhos de cibersegurança**

O Comitê de Auditoria Estatutário da Copel vem sistematicamente envidando esforços para acompanhar as melhorias promovidas pela Companhia em relação à segurança cibernética. O tema é pauta periódica do colegiado em suas reuniões, tendo apoio tanto da Diretoria de Gestão Empresarial – DGE, quanto da Diretoria Reunida, Auditoria Interna e Auditoria Independente.

Os Membros do Comitê afirmaram que diversas providências foram solicitadas à Diretoria da Companhia, em especial robustez nos sistemas de controles internos da Copel e de suas Subsidiárias Integrais, acompanhamento e monitoramento mensais das deficiências apontadas pela auditoria externa, contratação de consultoria independente para auxiliar no processo de revisão dos controles internos do grupo Copel, dentre outras medidas que podem ser evidenciadas nas atas de reuniões deste Comitê.

Adicionalmente, o CAE recomendou ao Conselho de Administração aprovar a revisão da Política de Segurança da Informação e Cibernética, sugerindo a inclusão de item específico para tratar da gestão de consequências, a fim de imputar responsabilidade pelo descumprimento ou violação da Política em questão, de acordo com as normativas internas e externas vigentes.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2022, no Relatório Anual 2022, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 21 de março de 2023.

MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO
Presidente

CARLOS BIEDERMANN
Especialista Financeiro

LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA
Membro Externo

Proposta de Orçamento de Capital

Em conformidade com a Instrução CVM Nº 80/2022, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital para o ano de 2023 da Copel Geração e Transmissão S.A, aprovada na 233ª reunião ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia, realizada em 07.12.2022, bem como a origem dos recursos.

PROGRAMAS DE INVESTIMENTOS	R$ Mil
Geração e Transmissão (a)	222.028
Empreendimentos Eólicos (b)	52.894
TOTAL	**274.922**
Investimentos em estudo para Futura Expansão	**250.000**

(a) Inclui os empreendimentos SPEs Bela Vista (Ger), Marumbi (Tra), Costa Oeste (Tra), Uirapuru (Tra) e FDA (Ger).
(b) Inclui Brisa Potiguar, Cutia Empreendimentos Eólicos, São Bento Energia, Jandaíra Energias Renováveis e Complexo Eólico Vilas

FONTES DE RECURSOS	R$ Mil
Recursos de Terceiros	**230.726**
Novas captações - Outras Instituições Financeiras	230.726
Recursos Próprios, oriundos de retenção de lucros e geração de caixa das operações da Companhia	**294.196**
TOTAL	**524.922**

Parecer do Conselho Fiscal

SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2022 E SOBRE A PROPOSTA DA DIRETORIA EXECUTIVA PARA A ABSORÇÃO DO PREJUÍZO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2022 E PARA PAGAMENTO DE PARTICIPAÇÃO REFERENTE À INTEGRAÇÃO ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel GeT, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2022. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas Demonstrações Financeiras e opinam que referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 28 de março de 2023

DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente

HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR

JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO

Declaração

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel GeT, sociedade anônima de capital aberto, categoria B, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Mossunguê, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 04.370.282/0001-70, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declaramos que:

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da Copel GeT de 31.12.2022; e

(II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Copel GeT de 31.12.2022.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 28 de março de 2023

Moacir Carlos Bertol
Diretor Geral
Copel Geração e Transmissão S.A.

Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Copel Geração e Transmissão S.A.

Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais
Copel Geração e Transmissão S.A.

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor de Operação e Manutenção de Geração e Transmissão
Copel Geração e Transmissão S.A

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo e de Participações
Copel Geração e Transmissão S.A

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel
CNPJ/MF 04.368.898/0001-06 • Inscrição Estadual 90.233.073-99

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

MENSAGEM DO ***DIRETOR GERAL***

A Copel Distribuição, no ano de 2022, atuou fortemente na gestão eficiente de alocação de recursos, intensificando os investimentos tecnológicos para estímulo à automação dos processos e aprimoramento na distribuição de energia de qualidade para seus clientes e consumidores, em alinhamento com a sua Ambição de ser a "melhor e mais moderna distribuidora do Brasil".

Essa disciplina, levou a Copel Distribuição a ser reconhecida pelo Prêmio Abradee – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica como a melhor Companhia em Qualidade de gestão, além de Melhor distribuidora de energia do Sul do Brasil.

Dentro da visão estratégica, a Companhia, através do "Programa Transformação", que une os três principais pilares de investimento, aplicou o montante de R$ 1,8 bilhão em obras de ampliação e modernização da rede elétrica no Paraná, promovendo automatização da rede, suporte para novos serviços e produtos e redução dos custos de Operação e Manutenção (O&M) e comerciais, além da constante busca pela melhora da qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Um pilar do Programa Transformação, o Rede Elétrica Inteligente (REI) é o maior investimento relacionado a Smart Grid no Brasil, que prevê a elevação do sensoriamento remoto e a substituição de medidores eletromecânicos e eletrônicos por equipamentos inteligentes, representando um salto sem precedentes na automatização da rede de energia, garantindo mais assertividade na identificação de defeitos e reduzindo a indisponibilidade do sistema de distribuição. O programa está em andamento e já atendeu 74 municípios paranaenses e recebeu R$ 189 milhões em investimentos.

Outro pilar de investimento é o Paraná Trifásico, que já entregou 10.506 km de rede mais robusta e modernizada de um total de 25 mil km até 2025. A iniciativa está renovando a rede rural, o que significa mais qualidade e segurança no fornecimento para atender à produção agrícola, um motor econômico do Estado. O Paraná Trifásico cruza o território paranaense para tornar a nossa rede de distribuição mais resiliente e capaz de absorver o desenvolvimento e crescimento do Estado, nos próximos anos. Até 2022, o programa recebeu R$ 1,2 bilhões em investimentos.

Por fim, o Confiabilidade Total, projeto com alinhamento mais técnico cujo propósito tem se consolidado, contempla melhoria da comunicação com as equipes de campo, a construção e automação de subestações e estações de chaves em municípios não atendidos por essas soluções e leva a tecnologia de inteligência das redes para cidades menores. Esse projeto recebeu ao longo de 2022 o montante de R$ 104 milhões em investimentos.

A Copel Distribuição está atenta aos seus desafios diante de um cenário macroeconômico instável tanto no âmbito global quanto no âmbito nacional de pressão inflacionária e elevação da taxa de juros, para dar continuidade a sua missão de levar energia com qualidade aos clientes e responsabilidade perante as demais partes interessadas.

Dentro das áreas dedicadas às temáticas relacionadas à ESG, destaca-se a destinação de R$ 58,2 milhões em 2022 no Programa de Eficiência Energética (PEE), que visa o combate ao desperdício de energia elétrica tais como a modernização de parque de iluminação pública, a substituição de equipamentos e a geração de energia fotovoltaica. Neste contexto, salientamos o investimento de R$ 35 milhões para projetos de eficiência energética em hospitais públicos e beneficentes do Paraná que irá permitir a redução do consumo e, por consequência, dos custos da energia elétrica de 41 complexos médicos.

Importante destacar também que a Copel utiliza o meio digital para envio das faturas (e-mail ou SMS), de acordo com a opção do cliente. Esta ação reflete na redução da emissão em papel de mais de 1,8 milhão de folhas de faturas mensais, que equivalem a 330 árvores preservadas mensalmente, bem como a economia de 26 mil kWh de energia. Sem contar a água, pois na produção de 1 kg de papel são utilizados 540 litros de água.

Por fim, a Copel Distribuição reconhece a importância do seu capital humano para que o negócio seja sustentável e perene. Assim, dentro do escopo do projeto de Transformação Cultural, direciona esforços na gestão de pessoas, com seus 4.257 empregados, em busca do equilíbrio entre relações humanizadas e a efetividade na realização das atividades e resultado alcançado. Nosso slogan é "todos juntos", e assim precisamos estar para os desafios do futuro.

Maximiliano Andres Orfali
Diretor Geral da Copel Distribuição

1. A COPEL DISTRIBUIÇÃO

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição ou Companhia), subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), em 19 de maio de 2022, obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o registro de companhia aberta na categoria "B", sob o código 2680-8, em conformidade com a Resolução CVM nº 80/22.

É uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico do país e da América Latina. Em 2022, a Copel Distribuição foi considerada a melhor distribuidora do Sul do Brasil pelo Prêmio Abradee – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, sendo a primeira em Qualidade de Gestão.

A Companhia opera e mantém as instalações nos níveis de tensão até 138kV, atuando conforme as melhores práticas setoriais e normas aplicáveis, na operação, manutenção, planejamento do sistema elétrico e modernização das instalações, de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço prestado.

A Companhia adota as diretrizes expressas no referencial estratégico da Controladora, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas.

Em 24.11.2022, a Lei 21.272 do Estado do Paraná autorizou a transformação da Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador ("Corporação") por meio de oferta pública secundária de ações e/ou Units de emissão da Copel e propriedade do Controlador. Em 31.01.2023, o Conselho de Administração da Copel aprovou a contratação de consultores e assessores técnicos especializados para auxiliar nos estudos e na estruturação de eventual oferta.

	2022	2021	2020
Área de concessão Km	194.854	194.854	194.854
Nº de municípios	395	395	395
Consumo residencial médio[1]	166	168	170
População atendida[2] - Urbana	9.929	9.861	9.793
População atendida[2] - Rural	1.381	1.372	1.362
Consumidores residenciais[2]	4.127	4.038	3.945

[1] KWh/ano / [2] em milhares de habitantes

Participação de Mercado Fio	2022	2021	2020
Brasil[1]	6,2%	6,2%	6,2%
Sul[1]	33,3%	33,4%	33,3%
Paraná[2]	97,0%	97,0%	97,0%

[1] Fonte: EPE - Empresa de Pesquisa Energética / [2]Dado estimado

1.1. COPEL DISTRIBUIÇÃO EM NÚMEROS

R$ milhões	dez/22	dez/21	Δ$	Δ%
Ativo total	20.539	20.805	(266)	(1,3)
Caixa e equivalentes de caixa	430	393	37	9,4
Dívida líquida	4.343	2.985	1.359	45,5
Passivo (Circulante + Não circulante)	13.929	13.246	683	5,2
Patrimônio líquido	6.610	7.559	(949)	(12,6)
Dividendos e JCP distribuídos	1.344	240	1.104	460,0
Receita operacional líquida	13.903	14.836	(933)	(6,3)
Custos e despesas operacionais	(13.419)	(13.669)	250	(1,8)
Ebit (Lajir)	484	1.167	(683)	(58,5)
Ebitda (Lajida)	939	1.574	(635)	(40,3)
Resultado financeiro	(1.170)	66	(1.236)	(1.872,7)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(230)	858	(1.088)	(126,8)

	dez/22	dez/21
Liquidez corrente (índice)	1,2	1,3
Liquidez geral (índice)	0,9	1,1
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	6,8%	10,6%
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	65,7%	39,5%
Margem líquida %[1]	-1,7%	5,8%
Rentabilidade do patrimônio líquido %[2]	-3,0%	11,9%

[1] Lucro ou prejuízo líquido ÷ ROL | [2] Lucro ou prejuízo ÷ PL inicial

1.2. PRÊMIOS E CERTIFICAÇÕES

ABRADEE

Prêmio Abradee - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica
Melhor distribuidora de energia do Sul do Brasil
E melhor em *Qualidade de gestão*

PRÊMIO ABRASCA relatório anual

Prêmio Abrasca - Associação Brasileira das Companhias Abertas
2º lugar para melhor relatório anual

2. GESTÃO ESG - AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

A Gestão ESG sigla, em inglês, que significa environmental, social and governance, engloba as políticas de meio-ambiente, responsabilidade social e governança, praticadas pela Companhia. Os critérios ESG estão relacionados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pelo Pacto Global.

Em 2000, a Copel foi a primeira empresa do setor elétrico a aderir ao Pacto Global, da Organização das Nações Unidas - ONU, e desde 2018 assumiu o compromisso de atuar para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS ligados ao setor de energia.

Após construir o Plano de Neutralidade de Carbono em 2021, o tema seguiu como prioridade para a Copel e, na Visão 2030, ele foi associado ao objetivo de descarbonizar sua matriz de geração elétrica. A Visão 2030 também incluiu, entre as prioridades, o compromisso com a ética e governança e o avanço da diversidade, incluindo metas de evolução da participação feminina na liderança.

Ao planejar a sua próxima década, a Companhia está buscando ampliar a integração das preocupações ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês) à sua agenda de ações e decisões de futuro.

2.1. GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

A Copel realiza a gestão da agenda de sustentabilidade por meio de diversas áreas dedicadas às temáticas relacionadas à ESG. A Copel Distribuição, seguindo as diretrizes de sua controladora, utiliza de políticas e normas que permeiam todas as suas áreas. Para dar conta das características únicas do negócio, a Companhia possui áreas especializadas na gestão de aspectos socioambientais. Cada operação demanda diferentes tipos de ação e monitoramento, visando o compliance socioambiental e a adesão às melhores práticas de mercado.

O desempenho em sustentabilidade é avaliado por meio da gestão interna, além da participação em avaliações especializadas no mercado, que permitem o comparativo com outras empresas. Entre essas avaliações estão o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE) e o Corporate Sustainability Assessment (CSA), da S&P Global. Esses resultados são utilizados como base para a melhoria contínua dos processos relacionados às dimensões ESG.

Nesse sentido, com vistas a promover o atendimento e pleno desenvolvimento dos objetivos estratégicos, dentro da concepção da Excelência em Gestão, a Copel Distribuição desenvolveu o Programa Transformação, que abrange, além dos principais programas de investimentos, a cultura da Copel Distribuição, como apresentado no Mapa. A iniciativa visa promover a Transformação Cultural com foco no aspecto humano, através da humanização da Liderança.



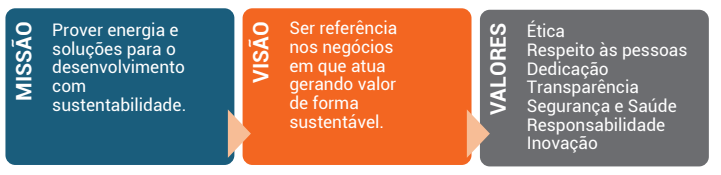
2.2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Copel Distribuição segue as diretrizes de governança corporativa da sua Controladora que, em 2021, adotou uma série de mecanismos para fortalecer sua estrutura de governança corporativa, aperfeiçoando seus instrumentos e buscando manter uma estrutura robusta que acompanha a evolução das práticas de mercado. A Copel Distribuição, também conta com seu Conselho de Administração focado na orientação e planejamento do negócio.

A Copel Distribuição tem registro de companhia aberta na categoria B na B3 da bolsa de valores de São Paulo, aprovada em maio de 2022 pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Esse registro é parte do planejamento estratégico da Companhia e não visam a emissão de ações. São medidas que reforçam ainda mais a transparência e as práticas de governança, além de oportunidade para diversificação das fontes de financiamento e otimização do perfil da dívida.

2.2.1. Referencial estratégico

A Companhia adota as diretrizes expressas no referencial estratégico da Controladora, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas. São elas:



Ética • Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.

Respeito às pessoas • Consideração com o próximo.

Dedicação • Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.

Transparência • Prestação de contas das decisões e realizações da empresa para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.

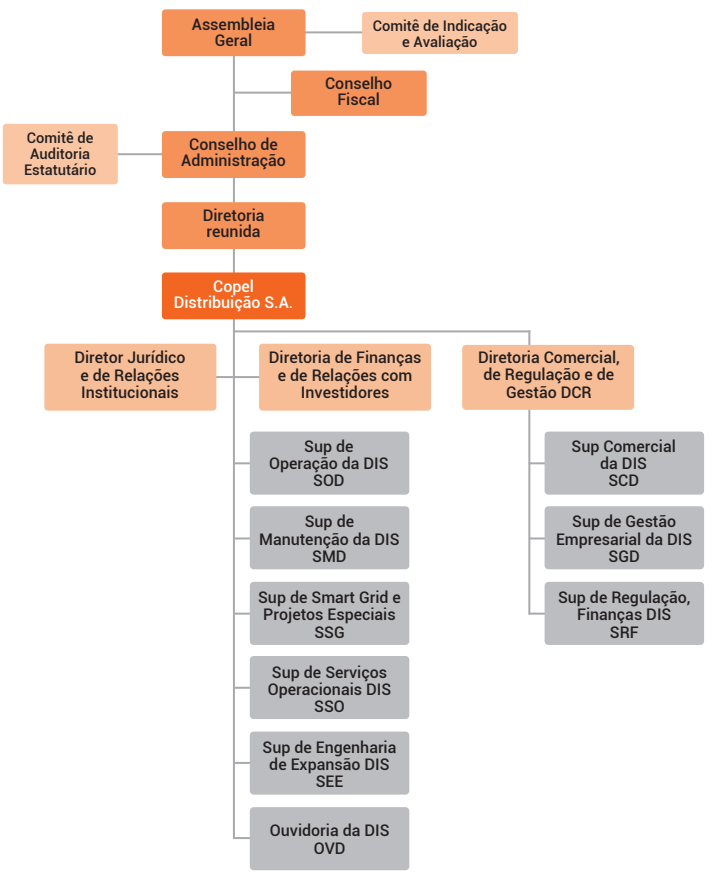
Segurança e Saúde • Ambiente de trabalho saudável, em que os trabalhadores e os gestores colaboram para o uso de processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.

Responsabilidade • Condução da vida da empresa de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.

Inovação • Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços, de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

2.2.2. Estrutura de Governança

A Copel Distribuição segue práticas e políticas de governança adotadas pela Controladora no tocante à Assembleia Geral de Acionistas, Comitê de Indicação e Avaliação, Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria Reunida, Comitê de Auditoria Estatutário e Auditoria interna, Comitê de Investimento e Inovação, e Comitê de Desenvolvimento Sustentável.



2.2.3. Programa de Integridade

O Programa de Integridade da Copel está alinhado à Lei Anticorrupção nº 12.846/2013 e Lei de Responsabilidade das Estatais nº 13.303/2016. Abrangendo todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais, o Programa de Integridade está estruturado para prevenir, detectar e remediar potenciais atos lesivos como conflito de interesses, fraudes em processos de licitação e pagamentos, entre outros pontos.

Para seguir garantindo a aplicação das melhores práticas, a Companhia está buscando o processo de certificação da ISO 37301, revisou uma série de práticas e normas, ampliou a interação entre os processos de controles e gestão de riscos e implementou outras melhorias ao longo de 2022. A certificação deve ser concluída em 2023.

a. Código de Conduta

Criado em 2003, o Código de Conduta foi revisado e atualizado em 2022, com a inclusão de novos temas. O documento orienta o comportamento de todas as pessoas que exercem atividades em nome da Copel e suas participações societárias e inclui referências sobre a conduta esperada em temas contemporâneos como participação em redes sociais, proteção de dados pessoais, trabalho remoto e cibersegurança. Também baliza a atuação em questões referentes à transparência, participação em leilões, saúde e segurança, responsabilidade social e ambiental, respeito aos diretos humanos, entre outras.

O Código de Conduta estabelece parâmetros de conduta para empregados, membros da diretoria, dos Conselhos e dos Comitês, estagiários, fornecedores, prestadores de serviços e contratados. No caso de contratações e compras, as empresas se comprometem formalmente com o Código. A Companhia divulga amplamente o documento, realizando treinamentos específicos aos empregados e administradores, disponibilizando-o a todas as partes interessadas no Portal de Compliance.

b. Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos está fundamentada nos valores da Companhia, no seu Código de Conduta e nas orientações emitidas pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (Coso). Suas regras são aplicáveis às áreas da Companhia. A alta administração passa, anualmente, por treinamento sobre o documento, enquanto os empregados são treinados sobre a metodologia de gestão de riscos.

Os riscos estratégicos são revisados durante a elaboração do Planejamento Estratégico, trabalho executado conjuntamente pelas altas direções da Controladora e das subsidiárias por meio da identificação e análise dos riscos, definição de plano de controle e contingência e estabelecimento de ações de monitoramento.

De acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, são feitos reportes periódicos do portfólio de riscos e dos respectivos planos de mitigação para a Alta Administração. Deste modo, o processo de gestão dos riscos estratégicos vem sendo continuamente aprimorado, em linha com as melhores práticas de mercado e em conformidade com a legislação vigente.

Além dos estratégicos, a estrutura de gerenciamento classifica os principais riscos em Financeiro, Operacionais e de Conformidade (compliance). O relatório periódico de riscos conta ainda com um perfil ESG, em que são detalhados os principais aspectos ambientais, sociais e de governança.

c. Auditoria

Nos termos estabelecidos pela Instrução nº 381/2003 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em norma interna de Governança Corporativa e sob a revisão e supervisão do Comitê de Auditoria, a Companhia possui contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes desde 08.03.2021 para prestação de serviços de auditoria das Demonstrações Financeiras, tendo o contrato sido prorrogado por mais 22 meses, a partir de 09.09.2022. O valor previsto de contratação para o período 2022-2023 é de R$ 1,1 milhão.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a prática da Companhia prevê a análise prévia pelo Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento do Conselho de Administração, que deve considerar nesta avaliação se um relacionamento ou serviço prestado por auditor independente: (a) cria interesses conflitantes com o seu cliente de auditoria; (b) coloca-os na posição de auditar o seu próprio trabalho; (c) resulta em atuação em função de gestor ou como empregado do cliente de auditoria; ou (d) coloca-os em posição de advogado para o cliente da auditoria.

O Comitê de Auditoria considera ainda, neste tipo de avaliação, se qualquer serviço prestado pela empresa de auditoria independente pode prejudicar, de fato ou aparentemente, a independência da firma. Sempre que necessário, o Comitê de Auditoria Estatutário pode contar com o apoio técnico da Auditoria Interna, ou de consultoria independente, para avaliação técnica que pode ser requerida em cada caso concreto, sendo registradas em atas de reuniões deste colegiado as discussões sobre contratações de outros serviços do auditor independente.

A Companhia informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditoria independente da Copel Distribuição, após análise prévia do Comitê de Auditoria Estatutário, prestou serviços não relacionados à auditoria independente, durante o exercício encerrado em 31.12.2022, conforme segue:

Natureza	Contratação	Duração
Revisão de Procedimentos Fiscais	08.03.2021	22 meses
Outros Serviços de Auditoria[1]	08.03.2021	22 meses

[1] Auditoria na aplicação de recursos dos Programas Sociais e em demonstrativos de empréstimos

A Companhia contratou um total de R$ 42,4 mil referente aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 4% dos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa contratados para 2022.

d. Práticas Anticorrupção

A Companhia promove a sustentabilidade, a conduta ética e as melhores práticas de governança corporativa, e, visando adotar as melhores práticas anticorrupção, a Copel aderiu em 2014, à Chamada à Ação para os Governos no Combate à Corrupção e, no ano seguinte, ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção.

Além disso, tem como base de seus princípios na Carta de Princípios de Responsabilidade Social, na Convenção da ONU contra a Corrupção e nas diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, sendo a Copel signatária do Pacto Global das Nações Unidas, cujos princípios englobam o combate à corrupção em todas as suas formas.

Nesse contexto, os processos operacionais são avaliados anualmente quanto aos riscos relacionados a erros ou fraudes, com o propósito de identificar os riscos e sua relação com os processos de negócio da Companhia, que possam interferir nos resultados das demonstrações financeiras. Os controles internos são submetidos a testes pela auditoria interna e pelo auditor independente.

e. Canais de denúncia

A Companhia incentiva que suas partes interessadas – clientes, fornecedores, investidores, público interno, poderes públicos, comunidades locais, sociedade em geral e meio ambiente - registrem qualquer situação que indique violação de princípios éticos, políticas, normas, leis e regulamentos ou outras condutas impróprias e mantém específicos para esses fins, com garantia de sigilo.

O Canal de Denúncia, gerido pela Diretoria de Governança, Risco e Compliance da Copel, recebe manifestações sobre: assédio e discriminação, corrupção, destruição ou danos de bens da empresa, desvio de conduta, favorecimento, fraude ou roubo de bens e/ou dinheiro, irregularidades nas demonstrações financeiras e/ou relatórios de gestão, meio ambiente, não cumprimento de políticas e/ou procedimentos internos, uso indevido de recursos da Companhia, vazamento ou uso indevido de informações, violação de leis, violações à Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e outras ilegalidades.

Para denúncias sobre fraudes e furtos na rede elétrica, a Copel disponibiliza um contato específico. Os casos sobre assédio são analisados pela Comissão de Análise de Denúncias de Assédio Moral (Cadam).

A Ouvidoria é outra instância de atendimento para sugestões, reclamações e denúncias, disponível a todos os públicos. Possui certificação pela ISO9001 e é reconhecida pela Aneel como uma das melhores ouvidorias do setor no país.

Os telefones e formulários estão disponíveis no site da Companhia:

https://www.copel.com/site/institucional/canais-de-denuncia/

2.3. DIMENSÃO SOCIAL

A Copel Distribuição está comprometida com os seus públicos de relacionamento, implementando ações que assegurem o equilíbrio das relações ambientais, econômicas e sociais. A Companhia norteia suas ações por meio das diretrizes constantes nas Políticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa da Copel, que reforçam a importância do diálogo e da transparência, a promoção dos Direitos Humanos, do respeito às pessoas, da acessibilidade e inclusão, bem como do desenvolvimento sustentável.

2.3.1. Promoção dos direitos humanos

A Política de Direitos Humanos da Copel formaliza as diretrizes para prevenir, mitigar e reparar violações que possam ocorrer na Companhia, em sua cadeia produtiva ou em comunidades impactadas, propiciando ambientes de trabalho decentes, inclusivos e eliminando desigualdades.

Para consolidar sua aplicação, a Copel está uniformizando parâmetros de monitoramento e avaliação, incluindo a previsão de devida diligência para fornecedores e formalizando processos. Esse trabalho, iniciado em 2022, envolve um levantamento dos temas prioritários relacionados a direitos humanos por meio da consulta a diversas áreas da Companhia e das suas subsidiárias e análise de indicadores de saúde e segurança do trabalho, manifestações recebidas no Canal de Denúncias, entre outras informações. O objetivo é mapear todas as práticas já existentes na Copel para prevenir violações de direitos humanos, identificar áreas e pontos mais sensíveis bem como os pontos de melhoria.

A Copel também realizou em 2022 a primeira capacitação sobre devida diligência em direitos humanos para áreas-chave, incluindo gestores de compras e gestão socioambiental, além do jurídico e regulatório corporativo. Entre os temas abordados, estavam a avaliação de impactos aos direitos humanos na cadeia de valor ações de monitoramento e prevenção reporte e avanço do processo de diligência nas empresas.

2.3.2. Responsabilidade social

Ciente de seu papel preponderante na sociedade, a Copel Distribuição e a Controladora desenvolvem programas, projetos e ações que beneficiam a comunidade, considerando as expectativas dos públicos de relacionamento em suas decisões, bem como buscas alternativas que promovam o bem-estar social alinhado à legislação, às normas internacionais de comportamento e a agendas de desenvolvimento reconhecidas mundialmente como a Agenda 2030 da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU).

Ao implementar novos empreendimentos, embora promova a geração de empregos e receitas para os municípios, existe a possibilidade da necessidade de mitigar ou compensar eventuais impactos causados por suas atividades.

Para isso, a Companhia implementa programas sociais descritos nos Planos Básicos Ambientais - PBA, nos relatórios ambientais simplificados e nos relatórios de detalhamento dos programas ambientais de cada empreendimento. Além dos programas sociais obrigatórios no contexto do licenciamento ambiental, a Copel desenvolve outras ações voltadas às comunidades dentro do escopo da sustentabilidade empresarial e de forma corporativa.

Em 2022, a Copel formulou e aprovou a Política de Investimento Social, que amplia os parâmetros já estabelecidos na Política de Doações, definindo diretrizes para a destinação de recursos próprios ou vias leis de incentivo, sejam contribuições voluntárias ou compulsórias. A política também reforça o princípio da conexão com os ODS priorizados pela Copel como critério para definição dos investimentos sociais.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

A Copel Distribuição deve relatar as doações e contribuições voluntárias e não voluntárias à Diretoria de Governança, Risco e Compliance da Copel, trimestralmente. A Diretoria, por sua vez, faz a comunicação periódica sobre os valores aprovados para Investimento Social Privado ao Comitê de Desenvolvimento Sustentável da Companhia.

Maiores informações sobre esses programas e ações desenvolvidos podem ser obtidas no Relato Integrado divulgado na página da Copel.

2.3.3. Projetos e impactos sociais

Em conjunto com o Governo do Paraná e com outras instituições governamentais, a Copel Distribuição participa de projetos que geram impactos socioeconômicos em diferentes magnitudes de acordo com a característica e localização de cada projeto. As ações sociais são norteadas pelas diretrizes da Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial da Companhia que visa a sustentabilidade, respeito a todas as partes interessadas e ampla promoção da diversidade e da ética na condução dos negócios.

a. Programa Energia Solidária

O Programa Energia Solidária substituiu o Programa Luz Fraterna, instituído pela lei Estadual 20.943/2021, estabelece o pagamento do consumo de energia elétrica para beneficiar famílias de baixa renda, residentes no Estado do Paraná, cujos imóveis - unidades consumidoras - sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, seja em área urbana ou rural, e preencham os requisitos estabelecidos na lei.

Beneficiados: consumidores de baixa renda inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica.

Recursos financeiros: Governo do Paraná

b. Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE

Consiste em descontos sobre o consumo de energia elétrica até o limite de 220 kWh. Os beneficiados do programa são as famílias com baixa renda, indígenas, quilombolas e pessoas que recebem o benefício da prestação continuada - BPC, inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, desde que obedecidos os demais critérios dispostos na Resolução Aneel nº 414/2010.

Recursos financeiros: provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

c. Tarifa Irrigação Noturna e Tarifa Rural Noturna

Consiste no desconto de 60% a 70% na tarifa de energia elétrica utilizada para a produção, no período entre 21h30 e 6h, a fim de incentivar a produtividade agrícola.

Recursos financeiros: provenientes do Governo do Paraná para a Tarifa Rural Noturna e CDE - Conta de Desenvolvimento Energético para a Tarifa de Irrigação Noturna.

d. Programa Casa Fácil PR

O programa Casa Fácil Paraná (Lei Estadual 20.394/2020 e Decreto 7.666/2021), que substituiu o programa Morar Bem, constitui-se pelas ações na área habitacional desenvolvidas pelo Governo do Estado do Paraná com o objetivo de fomentar a produção e a aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação, ampliação ou reformas de imóveis urbanos e rurais, regularização fundiária e urbanização na área habitacional de interesse social no Paraná.

A Copel Distribuição participa com a construção de redes de distribuição de energia elétrica e implantação de entradas de serviço (ES) em empreendimentos destinados a famílias com renda mensal de até seis salários-mínimos.

Os custos incorridos pela Companhia com a execução do Programa são ressarcidos pelo Estado do Paraná durante cada exercício financeiro com recursos orçamentários da Cohapar.

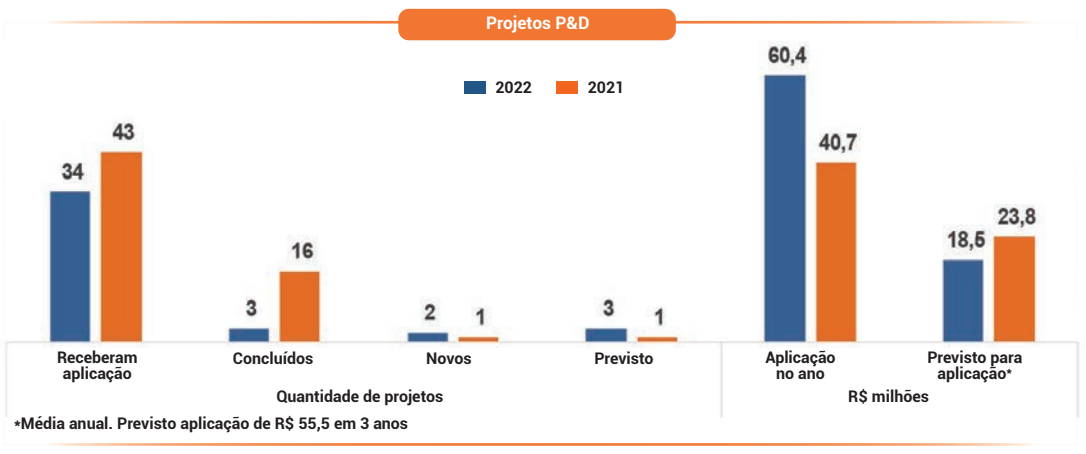
Recursos financeiros: Governo do Paraná.

e. Quadro de beneficiários e montantes envolvidos:

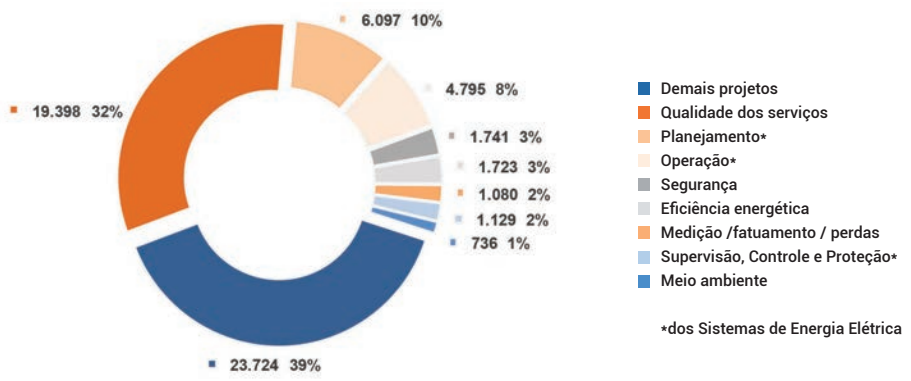
Números em 2022	Números em 2021
Programa Energia Solidária	
R$ 118 milhões	R$ 57 milhões
359 mil famílias/mês	183 mil famílias/mês
Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE	
R$ 151,6 milhões	R$ 95,2 milhões
575 mil unidades consumidoras	370 mil unidades consumidoras
Tarifa Irrigação Noturna e Tarifa Rural Noturna	
8,8 mil beneficiados pela Tarifa Rural Noturna – R$ 44,4 milhões	13,8 mil beneficiados pela Tarifa Rural Noturna – R$ 52,6 milhões
3,9 mil beneficiados pela Tarifa Irrigação Noturna – R$ 16,6 milhões	4 mil beneficiados pela Tarifa Irrigação Noturna – R$ 15,9 milhões
Programa Casa Fácil PR	
1.570 unidades habitacionais, totalizando um investimento de 3,8 milhões.	1.675 unidades habitacionais, totalizando um investimento de 5,0 milhões.

2.3.4. Pesquisa & Desenvolvimento – P&D

As distribuidoras de energia elétrica devem destinar parte da receita operacional líquida (ROL) em projetos originais e inovadores direcionados ao desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, relacionado à Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, em conformidade com a Lei nº 9.991/2000 e demais regulamentos estabelecidos pela Aneel.



O montante de R$ 60,4 milhões aplicados em P&D em 2022 foram distribuídos em categorias de projetos dentro do escopo da distribuição de energia elétrica, desde qualidade dos serviços ao meio ambiente, como demonstrado no gráfico abaixo.



Na categoria de Qualidade e Confiabilidade dos Serviços de Energia Elétrica destacam-se projetos que visam melhoria nos índices de continuidade e otimização da capacidade de atendimento dos ativos. Os projetos de Segurança envolvem tanto a identificação e mensuração de riscos para os consumidores finais e para as equipes de manutenção, quanto o desenvolvimento tecnológico de dispositivos e equipamentos para auxílio na inspeção e manutenção de redes elétricas. Os projetos relacionados ao Meio Ambiente, destacam-se ações que visam a convivência das redes e sistemas de distribuição com a vegetação original presente. Na categoria de "demais projetos" estão pulverizados projetos de interesse do setor elétrico que não se enquadram nas categorias listadas.

Ainda, a Aneel realiza chamadas de projetos estratégicos para temas de interesse e importância para todo o setor elétrico. A Copel Distribuição teve aprovados 7 propostas relacionadas ao armazenamento de energia e 4 relacionadas à mobilidade elétrica, ressaltando que a Companhia foi a empresa do setor com o maior número de propostas aprovadas. Esses projetos foram concluídos em 2022.

Projetos em destaque concluídos em 2022:

- **Sistema de Armazenamento de Energia - Qualidade do serviço**

Projeto para instalação de Sistema de Armazenamento de Energia (SAE) composto por baterias de diferentes tecnologias que serão aplicadas para a melhoria na qualidade de energia, que possibilitará a operacionalização em 3 diferentes regimes de funcionamento considerando as possibilidades de combinar deslocamentos de carga, controle de frequência, suavização de afundamentos de tensão, controle de reativos, entre outras possibilidades.

O projeto engloba ainda o desenvolvimento de um algoritmo multicritério espacial, contendo as dimensões espaciais tecnológica, econômica, ambiental, estratégica e regulatória, que pode ser aplicado em qualquer situação em que se pretenda instalar um SAE. O valor investido no ano foi R$ 9,7 mi.

- **Aperfeiçoamento de metodologias e ferramentas para planejamento tático e operacional em redes de distribuição subterrânea – Operação**

O objetivo geral do projeto foi desenvolver metodologias de planejamento tático e operacional de redes de distribuição subterrânea reticulada, incluindo a análise de contingências e a possibilidade de injeção de energia de fontes de geração distribuída. Os modelos desenvolvidos foram consolidados em módulos computacionais, amigáveis e integrados com as medições primárias e de câmaras transformadoras, dedicados à análise de redes de distribuição subterrâneas com malha secundária. Valor investido no ano: R$ 2,9 mi.

- **Ambiente virtual para capacitação de equipe de eletricistas de manutenção de redes de distribuição**

O projeto teve como foco a pesquisa e desenvolvimento de uma metodologia de ensino-aprendizagem que utiliza um ambiente de realidade virtual imersiva e multiusuários para capacitação de equipes de eletricistas de manutenção em redes de distribuição. Esse ambiente foi composto por modelo 3D dos componentes das redes de distribuição BT e MT, de forma a possibilitar o aprendizado ativo de procedimentos e manobras, reproduzir a atuação dos equipamentos, simular a interação com o Centro de Operações, dentre outras características. Valor investido no ano: R$ 4,3 mi.

2.3.5. Programa de Eficiência Energética - PEE

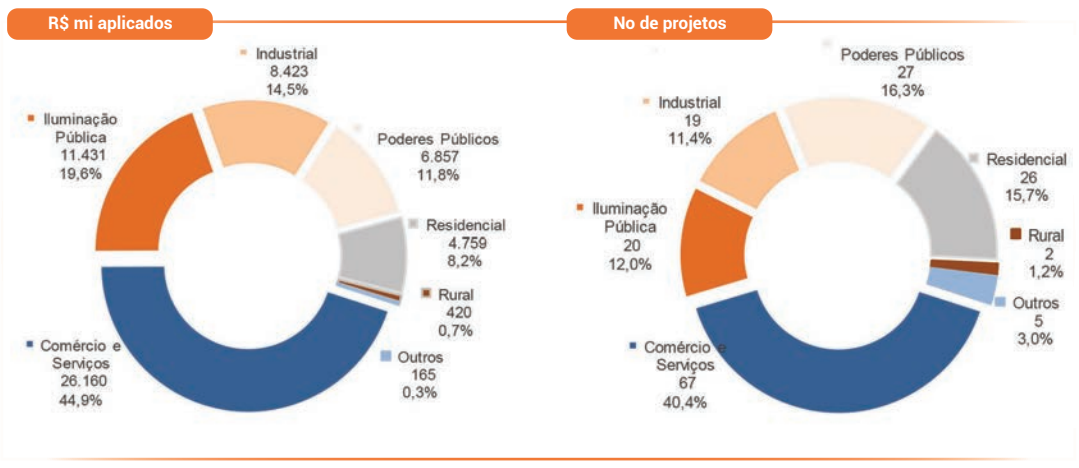
A Copel Distribuição realiza anualmente chamadas públicas para projetos de eficiência energética, onde consumidores podem apresentar propostas de projetos a serem custeadas com recursos do PEE para combate ao desperdício de energia elétrica. Os recursos têm origem de um percentual mínimo da Receita Operacional Líquida – ROL que a distribuidora deve aplicar anualmente, de acordo com a Lei n.º 9.991/2000 e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em 2022 a Companhia aplicou R$ 58,2 milhões com recursos do PEE na execução de 166 projetos, sendo selecionados 41 projetos prioritários na chamada pública 004/2021 e 14 projetos na chamada pública 005/2021, que totalizam R$ 59,0 milhões para aplicação em 2023, 2024 e 2025. Houve a publicação da chamada pública 06/2022 com a disponibilização do total de R$ 30 milhões para projetos futuros.

Os projetos prioritários de eficiência energética são realizados pela Aneel, considerando temas de interesse e importância para a sociedade. Dos 41 projetos selecionados, 28 foram iniciados em 2022 em hospitais públicos e beneficentes.



Valores aplicados e número de projetos por classe de consumidores em 2022:



2.3.6. Outros programas e benefícios:

f. Benefício Calamidade

Benefício concedido aos clientes situados em áreas de situações de emergência ou de calamidade pública decretadas. Não prevê nenhum tipo de desconto, consiste apenas na extinção das ações de cobrança por um determinado período. Pode haver bloqueio temporário das atividades de emissão de reaviso de vencimento, geração de Ordem de Serviço de suspensão de fornecimento, envio para cobrança terceirizada e negativação.

São beneficiários os trabalhadores na condição de desempregado involuntário ou cuja renda familiar não ultrapasse 1 (um) salário-mínimo e que comprovem a impossibilidade do pagamento das contas de luz, água e esgoto. Não houve registro no período.

g. Benefício Consumidor Desempregado

O Governo Estadual realiza o pagamento de faturas com o objetivo de minimizar os efeitos decorrentes do desemprego temporário involuntário do consumidor. São beneficiários: trabalhadores na condição de desempregado involuntário ou cuja renda familiar não ultrapasse 1 (um) salário-mínimo e que comprovem a impossibilidade do pagamento das contas de luz, água e esgoto. Não houve registro no período.

h. Programa Iluminando Gerações

Alinhado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o programa foi criado com o objetivo de levar aos estudantes, de forma leve e divertida, ensinamentos sobre o uso seguro e consciente da energia. Com as palestras nas escolas, apresentações teatrais, a Van da Eficiência Energética, vídeos e jogos educativos, o Iluminando Gerações contribui para a redução do número de acidentes com energia elétrica e estimula a mudança de hábitos não só das crianças, mas também na comunidade em geral.

i. Programa Cultivar Energia

O Programa Cultivar Energia é um programa socioambiental corporativo, que tem como objetivo principal a viabilização de hortas comunitárias em vazios urbanos embaixo de linhas de energia da Copel, em parceria com prefeituras municipais, promovendo a substituição de áreas ociosas e subutilizadas por áreas verdes e produtivas.

Internamente se consolida como uma estratégia auxiliar na prevenção de ocupações irregulares e de risco para a população. Para a comunidade, os principais benefícios são a melhoria ambiental do espaço urbano, o estímulo à segurança alimentar e a possibilidade de geração de renda.

Atualmente, temos as seguintes hortas implantadas: Vila Esperança – Maringá; Parque Verde – Cascavel; Jardim Nova América – Umuarama; Bairro Pe. Ulrico - Francisco Beltrão; Augusta B – Curitiba; Uma Nova Curitiba – Curitiba; Jd. Lolata – Londrina

j. Programa Boa Vizinhança

O Programa Boa Vizinhança tem como objetivo estreitar o relacionamento com as comunidades do entorno dos prédios administrativos da Copel Distribuição, contribuindo para o desenvolvimento sustentável local.

Surgiu da necessidade de ouvir as partes interessadas, para promoção do bem-estar social e estruturação de ações alinhadas à legislação e ao referencial estratégico da empresa. O público-alvo são que prestam atendimento educacional (públicas) e/ou social à essas comunidades.

Este programa vem de encontro principalmente com relação as metas do ODS 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, uma vez que as ações vinculadas a ele visam atender as necessidades e expectativas das comunidades do entorno, buscando contribuir para tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

k. Programa Mais Que Energia

O Programa Mais que Energia foi concebido pela Copel Distribuição visando aprimorar a qualidade do atendimento social por meio do apoio a projetos voltados a públicos específicos, através de instituições sociais e/ou de ensino, sem fins lucrativos, que abordem no mínimo um dos seguintes temas: educação e inclusão social; Segurança de ambientes para atendimento ao público específico; Acessibilidade; Saúde e qualidade de vida; e Treinamento e capacitação de profissionais para atender ao público específico.

l. Comissões Internas Socioambientais - CISAs

As Comissões Internas Socioambientais - CISAs foram instituídas com o propósito de estimular os empregados a participarem como multiplicadores de conceitos de sustentabilidade, tanto no desenvolvimento quanto na divulgação de ações voltadas a questões socioambientais. Várias ações sociais e/ou educativas são promovidas pelos membros destas Comissões, anualmente, como campanhas de arrecadações, doações, capacitações, entre outros. Na Copel Distribuição, atuam uma CISA Gestora e cinco CISAs setoriais por macrorregião no Paraná - Centro-Sul, Leste, Noroeste, Norte e Oeste, que possuem autonomia para atuar de acordo com as necessidades de sua região.

2.3.7. Gestão de Pessoas

A Política Gestão de Pessoas – Recursos Humanos reconhece que os funcionários são o principal valor da Companhia e estabelece princípios e diretrizes para nortear a gestão com vistas ao desenvolvimento, à manutenção da saúde, segurança e qualidade de vida das pessoas, bem como busca agregar valor aos processos, servindo de base para a tomada de decisões e a implantação de programas e práticas atuais e inovadoras.

A Copel também recebeu da Fundação Nacional de Qualidade (FNQ) o primeiro certificado de avaliação dedicada à maturidade da gestão de recursos humanos pelas empresas. O Selo MEG RH é resultado de uma extensa análise sobre os processos da organização e sua aderência com as práticas de referência observadas em empresas de classe mundial. Entre os pontos fortes apontados na avaliação da FNQ estão a atuação estratégica da área de RH, a gestão de desempenho, a política de meritocracia e os cuidados com a segurança do trabalho e a qualidade de vida dos empregados.

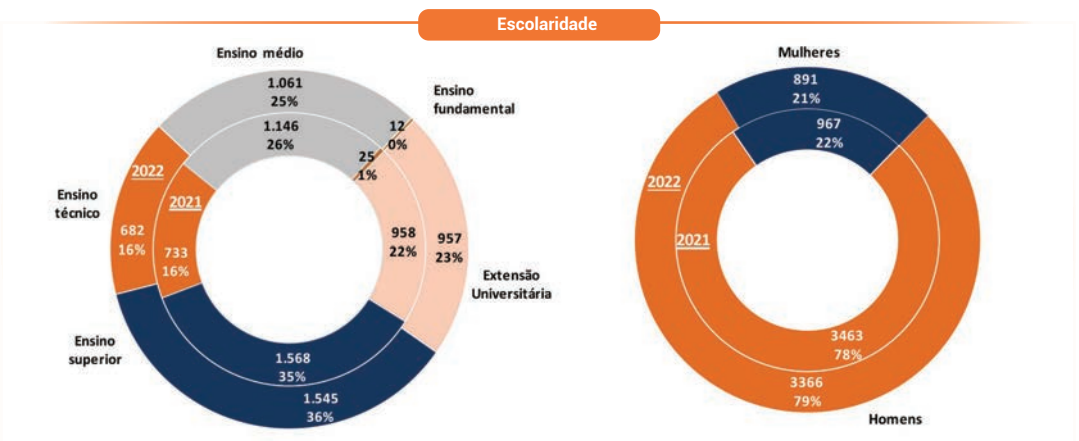
Como empresa de economia mista, em que o acionista majoritário da Controladora é o Governo do Estado do Paraná, a contratação de empregados se dá por meio de concurso público, alicerçado no princípio da isonomia e equidade de oportunidades. Em busca da eficiência no negócio, a Copel não realiza contratações há cinco anos e realiza o Programa de Demissão Voluntária - PDV, que equilibra a necessidade de otimizar recursos e gerar ganhos a partir da digitalização à oferta das melhores condições possíveis para quem deseja fazer uma transição na carreira.

Para apoiar a áreas operacionais e funções específicas, a Companhia adota a prestação de serviços (contratação de empregados terceirizados). A gestão desses contratos é gerenciada pela área contratante, não vinculada à Política de Gestão de Pessoas da Companhia.

O programa de contratação de terceiros segue todas as exigências legais e de segurança do trabalho, com disposições sobre o tema no Manual do Fornecedor e no Manual de Contratação. Cabe ao gestor do contrato acompanhar e fiscalizar todo o processo, da contratação à execução e entrega do trabalho contratado.

a. Perfil e movimentação de pessoal

A Copel Distribuição, com 4.257 empregados no quadro próprio em 31.12.2022 e 4.430 em 31.12.2021, apresentou redução de 3,6% do quadro, principalmente em função de PDI realizado pela Companhia em 2022.



Informações detalhadas podem ser consultadas no item 5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL constante no Balanço Social (2.5).

b. Benefícios

Entre os benefícios concedidos pela Companhia a todos os seus empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação; adiantamento de férias; adiantamento da primeira parcela do 13º salário no mês de janeiro; participação nos lucros e resultados - PLR; prêmio por desempenho – PPD; incentivo a qualidade de vida, com iniciativas como o Coral da Copel; auxílio-alimentação e refeição; vale lanche; auxílio-creche; auxílio a empregados com deficiência e a empregados que tenham dependente com deficiência; licença maternidade e licença paternidade estendidas; e complementação de auxílio doença. Os empregados também podem optar pela redução da jornada de trabalho de 08 horas para 06 horas diárias, conforme critérios previstos em norma interna.

Adicionalmente, por meio da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Copel é patrocinadora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica. A Fundação Copel disponibiliza, ainda, uma carteira de empréstimos aos seus participantes, obedecendo às disposições legais que regem as aplicações das reservas do seu fundo previdenciário.

A Copel também possui o Programa de Home Office, que adota o regime híbrido de trabalho, com adesão voluntária. Neste modelo os empregados podem cumprir parte de sua jornada de trabalho presencialmente e parte à distância.

Há ainda o programa Plenamente, com ações voltadas ao autocuidado, suporte psicológico e psicoeducação. O programa organizou workshops e Trilha de Aprendizagem que trazem informações sobre saúde psicoemocional, equilíbrio emocional, conceitos e preconceitos. E, por meio de uma parceria com a Fundação Copel e seu programa EquilibradaMente, é oferecido suporte psicológico 24 horas por dia para os empregados.

Ainda pensando no cuidado com os empregados, a Copel criou a Unidade de Atenção Primária à Saúde (APS), em parceria da Fundação Copel no polo Km3. O espaço oferece toda a estrutura necessária para a realização de exames primários e periódicos, incluindo salas para atendimento e consulta, coleta de exames, farmácia e sala para atendimento em casos de urgência. O benefício se estende aos familiares e não cobra coparticipação. A APS foi inaugurada em Curitiba em 2021 e já foi estendida para Maringá e Londrina.

Por fim, em julho de 2022 foi lançado o Programa Bem Gestar, que busca proporcionar bem-estar psicossocial da gestante e dos pais, fornecendo suporte e informações, além de incentivar o aleitamento materno, com as salas de apoio à amamentação.

c. Remuneração

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação nos Lucros e/ou Resultados - PLR e Prêmio Por Desempenho Copel - PPD).

A PLR é composta por metas e indicadores corporativos e o PPD, por sua vez, consiste no reconhecimento do desempenho e cumprimento de metas nos diferentes níveis organizacionais (diretoria, superintendência, departamento e divisão). A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2022 (R$ 2.329,64) e o salário-mínimo nacional vigente naquela data (R$ 1.212,00) era de 1,92 vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

d. Relações trabalhistas

A Companhia se relaciona com 18 sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões quadrimestrais para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro) esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e a Copel discutem as reivindicações para chegar ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT.

e. Avaliação de desempenho

Desde 2013, a Gestão de Desempenho da Copel é realizada por meio do Programa Nossa Energia, que, ao longo do tempo, vem sendo aprimorado segundo as melhores práticas de mercado. De acordo com as regras do Programa, pelo menos uma vez ao ano cada empregado recebe o feedback do seu gestor considerando o desempenho apresentado. No momento da avaliação e do feedback, também é contratado o desempenho esperado para o próximo período.

A partir do ciclo 2021, o Nossa Energia passou por uma revitalização com o apoio da Fundação Instituto de Administração - FIA. A condução deste projeto teve como pontos centrais a revisão de um Sistema de Gestão de Pessoas com base em competências, estimulando a cultura meritocrática e considerando critérios de avaliação relacionados aos eixos de atuação, competências e nível de complexidade do profissional.

A revitalização do programa teve como foco o incentivo ao desenvolvimento profissional e protagonismo dos copelianos. Os feedbacks acontecem de forma estruturada, durante a avaliação de desempenho do programa Nossa Energia, na elaboração do plano de desenvolvimento, na avaliação intermediária e também durante o fechamento do plano de desenvolvimento.

f. Desenvolvimento de Pessoal

A Política de Educação Corporativa estabelece a conduta para a promoção de ações de capacitação e desenvolvimento de pessoas, que devem ser estruturadas de acordo com a missão, visão e os valores da Copel. As diretrizes englobam desde treinamentos básicos a cursos de especialização e fomento à pesquisa.

A Copel oferece também cursos com conteúdos relacionados à gestão de qualidade, idiomas, aos processos e projetos e sobre ferramentas auxiliares de gestão. São investidos ainda recursos em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu visando profissionais que necessitam agregar conhecimentos em sua área de atuação. Instituições educacionais parceiras também oferecem benefícios aos empregados, alguns dos quais se estendem aos dependentes.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL

COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Em 2022, houve alavancagem significativa no aprimoramento, principalmente, dos empregados da área técnica, com a intensificação dos treinamentos presenciais. Também durante o ano, o modelo de educação corporativa promovido pela Universidade Corporativa (UniCopel) foi revisitado. Além disso, promoveu conteúdos sobre diversidade, controles internos, segurança cibernética, código de conduta, entre outros.

A Copel possui como estratégia de gestão de pessoas incentivar e promover a educação e o desenvolvimento dos empregados, contando com corpo profissional qualificado e permitindo que todos exerçam seu potencial em ambiente propício ao desenvolvimento de suas habilidades e à evolução em sua carreira.

A Companhia promove diversas ações de educação, desde treinamentos básicos e sugestões de autodesenvolvimento, até cursos de pós-graduação e desenvolvimento de pesquisa. Essas ações são organizadas em: programas corporativos, treinamentos para formação (destinados à capacitação básica para o exercício da função), treinamentos obrigatórios (cursos destinados a atividades específicas), treinamentos para aperfeiçoamento profissional, eventos (seminários, palestras, workshops, congressos etc.) e projetos de pesquisa e desenvolvimento. A Copel valoriza intensamente a educação continuada e o desenvolvimento pessoal de seus empregados.

Destacamos, a seguir, alguns dos programas de desenvolvimento corporativos realizados em 2022:

- Plano de Desenvolvimento Continuado de Administradores: visando o aperfeiçoamento dos membros do conselho e administradores da Companhia, foi criado em 2022 o Plano de Desenvolvimento Continuado dos Administradores, que está sendo executado em parceria com o IBGC. Temas como gestão de riscos, responsabilidades do conselho e administradores, código de conduta, legislação societária e de mercado de capitais, programa de integridade e lei anticorrupção foram abordados na edição de 2022. Neste ano também foi criada a Trilha de Avaliação de Desempenho dos Órgãos Estatutários, com o objetivo de compartilhar conteúdos teóricos e práticos sobre gestão de desempenho.
- Programa de Cibersegurança: Com o objetivo de combater possíveis ataques e disseminar cada vez mais o conhecimento sobre Cibersegurança, a Copel adquiriu uma plataforma de conscientização que traz treinamentos a todos que fazem uso de sua rede de TI. Ao longo de 2022, investimos fortemente na sensibilização da força de trabalho. O público geral participou de 5 Ciclos de Campanhas, além dos treinamentos específicos para determinadas áreas ou funções: financeiro, call center, gestores, viajantes, equipes de TI, terceiros, entre outros. O programa continua em 2023, sendo que já está em andamento as campanhas: higiene de senhas, código fonte e higiene de dados para os desenvolvedores de TI e hackeando emoções, o alvo de phishing perfeito e sinais de alerta de engenharia social para os gerentes e fraude financeira para os empregados que atuam no processo financeiro.
- Programa de Capacitação para LGPD: A partir da implantação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, vigente no Brasil desde 18 de setembro de 2020, a Copel, entendendo a relevância do tema, lançou em 2021 o Programa de Capacitação em LGPD, tendo como objetivo orientar e capacitar todos os profissionais no cuidado e na proteção dos dados que trafegam diariamente na execução de suas atividades. Em 2022, foi realizado o Treinamento Anual de LGPD Ciclo 2022 para 100% dos empregados, além de treinamentos pontuais para empregados responsáveis pelo tratamento de dados ou de políticas internas referentes ao tema.
- Programa de Desenvolvimento de Lideranças Femininas: Promover e incentivar a cultura da equidade de gênero e o papel da mulher no Brasil e no mundo é uma missão de todos. A Copel, reconhecendo os talentos que possui, lançou no segundo semestre de 2022 o Programa de Desenvolvimento de Lideranças Femininas, que teve por objetivo fazer com que mulheres se inspirem - em outras mulheres e em si mesmas, fortalecendo sua visão de autoliderança e liderança. Nesta primeira edição participaram 90 mulheres, entre gerentes formais e supervisoras, e abordaram os pilares do programa: i) Perfil de liderança – equilíbrio entre afetividade e efetividade; ii) Autoconhecimento – despertar o potencial da liderança, iii) Experiência – oportunidade para o exercício da liderança; e iv) Incentivo – aceleração da diversidade na liderança.
- Treinamentos na temática de Sustentabilidade e Diversidade: Em 2022 a Copel promoveu uma ampla programação de treinamentos, palestras e ações de sensibilização e conscientização para empregados e público externo sobre Sustentabilidade, Direitos Humanos, Riscos, Diversidade e especialmente acessibilidade. Sobre o último tema houve palestras direcionadas a todos os copelianos, além dos treinamentos específicos para equipes de comunicação, áreas de recursos humanos e gestores. Os eventos fazem parte do projeto "Mais Inclusão", que tem como objetivo orientar e incentivar a acessibilidade atitudinal.
- Plano de Capacitação para Processo Licitatório de Obras e Serviços de Engenharia: Tem o objetivo de promover a atualização do processo de contratação de obras e serviços de engenharia, foram estabelecidas frentes de trabalho estruturadas, dentre elas o Programa de Capacitação do Processo de Contratação de Obras e Serviços de Engenharia. O programa está sendo implementado em conjunto com as áreas de treinamento corporativa e dos negócios envolvidos no processo licitatório. Os temas definidos pelo grupo, foram: noções gerais de contratação, orçamento, mudanças normativas, projetos de obras e serviços de engenharia, regimes de execução, processo de contratação, matriz de riscos e gestão de contratos.
- Aprendizado contínuo: Em 2021 foi lançada a comunidade virtual denominada Compartilhando Energia, em que são divulgados periodicamente oportunidades de aprendizados. São cursos e conteúdos disponíveis a todos os empregados promovendo a atualização no seu escopo de trabalho. Em 2022 tivemos um maior engajamento na Comunidade.

Outras ações da Companhia são a oferta, para todo o público interno, de cursos cujos temas relacionam-se à gestão de qualidade, processos e projetos, autodesenvolvimento e sobre ferramentas da qualidade na modalidade a distância por meio do ambiente de ensino a distância intitulado COPEL EAD; o investimento em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu para profissionais que necessitam especializar-se em sua área de atuação; e mantém-se firmando parcerias educacionais, por meio de edital de chamada pública vigente desde 2016 e atualizado em 2022. Essas parcerias concedem descontos ou algum outro benefício, e abrangem educação básica, superior e profissional, de qualificação, aperfeiçoamento e línguas estrangeiras e podem estender-se aos dependentes.

- Trilhas de aprendizagem: Consiste em compartilhamento de conhecimento dos empregados para os empregados. Caracteriza-se como uma abordagem dinâmica e simples, uma vez que dá autonomia aos produtores na elaboração e publicação do material. As trilhas combinam diferentes possibilidades de aprendizagem e oferecem caminhos alternativos e flexíveis para o aprimoramento pessoal e profissional, ficam disponíveis a todos os empregados e pode ser acessada também do celular.
- Guildas: São comunidades virtuais internas da Companhia que reúnem as pessoas pelo seu interesse por um tema em comum, com o intuito de promover discussões e disseminar conhecimento e informações. As guildas abordam temas como Gestão de Pessoas, Gestão de Dados, Coaching e Gestão de Projetos são uma ferramenta de envolvimento e movimento de aprendizado coletivo.

2.3.8. Fornecedores

Para classificar, contratar fornecedores e fazer aquisições, a Companhia realiza o processo de licitação, que segue as regras do Regulamento Interno de Licitações e Contratos e da legislação vigente, que considera a Lei nº 10.520/2002 (institui a modalidade de licitação denominada pregão), a Lei Complementar nº 123/2006 (institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), a Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

A Copel Distribuição reforça o seu relacionamento com fornecedores implementando iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável por meio da melhoria da gestão da cadeia produtiva e da otimização de recursos em benefício da comunidade.

Em 2022, a Copel iniciou uma avaliação dos fornecedores, com um levantamento no nível corporativo que dará mais suporte ao processo de gerenciamento de riscos na cadeia de suprimentos. O processo, ainda em andamento, inclui informações relacionadas a integridade, entre outras questões e vai subsidiar parâmetros mais objetivos para a classificação da criticidade dos fornecedores.

Na seleção de fornecedores de serviços ou de produtos que tem possibilidade de impactos ambientais, a Companhia exige certidões e qualificações ambientais da empresa e dos profissionais. As demandas contratuais ainda abrangem incorporar os Princípios do Pacto Global; priorizar a contratação de fornecedores locais e de pequeno e médio porte; contratar e capacitar profissionais com deficiência; inibir práticas de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho; entre outras. Para reforçar todos esses pontos, a Companhia envia a seus fornecedores sua Política de Sustentabilidade.

O descumprimento de cláusulas contratuais de meio ambiente ou responsabilidade social envolve sanções conforme a gravidade do caso, incluindo advertências, multas, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratação até a rescisão contratual e comunicação aos órgãos legais competentes sobre possível infração.

Prêmio Fornecedor Copel DIS

O Prêmio objetiva, principalmente, reconhecer os melhores desempenhos, incentivar o aprimoramento contínuo, buscar total alinhamento com os Objetivos Estratégicos da Copel Distribuição e celebrar os bons resultados, que refletem no produto final entregue à Companhia e à sociedade.

A premiação tem como base os requisitos de: qualidade, pontualidade na entrega, conformidade com as quantidades contratadas, segurança do trabalho, produção de unidades de serviço, gestão sustentável da empresa, cadastro de fornecedores e grau de relacionamento.

O Prêmio foi criado em 2017 e sua sexta edição aconteceu em setembro/2022 premiando os 3 melhores fornecedores de oito categorias entre fornecedores de materiais e de serviços, e sustentabilidade, conferindo o Selo Copel aos ganhadores.

2.3.9. Clientes

O relacionamento da Copel Distribuição com seus clientes — residenciais, comerciais, industriais e órgãos públicos, considerando todos os seus segmentos de operação — é pautado pela busca da excelência nos serviços para satisfação desse público.

Por isso, a Companhia realiza pesquisas de satisfação e participa anualmente das avaliações realizadas pela Aneel, com foco nos clientes residenciais, e a Abradee - Pesquisa da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia, que contempla clientes residenciais, comerciais e industriais. A cada 4 anos acontece a pesquisa com os clientes rurais, enquanto o levantamento junto a clientes do poder público ocorre no primeiro e no último ano do mandato dos prefeitos.

A CIER - Comisión de Integración Energética Regional - realiza a premiação desde 2003 e adota a mesma metodologia da Abradee. São aplicados questionários com perguntas sobre diferentes áreas de atuação das companhias, como fornecimento de energia, informação e comunicação, atendimento ao cliente, conta de luz e imagem da empresa. A partir dos dados coletados é calculado o Índice de Satisfacción del Cliente con la Calidad Percibida (ISCAL).

A satisfação dos consumidores também é monitorada pela pesquisa anual realizada pela Aneel, com foco nos clientes residenciais. Resultado alçando dos últimos anos:

	2022	2021	2020	2019
Pesquisa Abradee de Satisfação - Cliente Residencial	2º	1º	2º	2º
Pesquisa Abradee de Satisfação - Cliente do Grupo A	não divulgado	1º	1º	1º
Pesquisa Aneel de Satisfação dos Clientes - IASC	não divulgado	4º	2º	2º
Pesquisa CIER de Satisfação dos Clientes	2º	3º	2º	2º

Para atingir e manter altos índices de satisfação a Copel Distribuição analisa os resultados de pesquisas de satisfação e desenvolve os planos de ação necessários. Entre as principais ações da Companhia, está a manutenção permanente da rede de energia elétrica para garantir a qualidade e a continuidade no fornecimento. Isso é acompanhado por investimentos em desenvolvimento de novos canais de atendimento, além da melhora dos canais existentes, tanto por meio de treinamento de atendentes quanto pela evolução tecnológica.

2.4. DIMENSÃO AMBIENTAL

O comprometimento da Copel Distribuição com o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionado ao dia a dia de suas atividades. Sendo assim, o gerenciamento de recursos naturais é fundamental para a sustentabilidade dos negócios da Companhia, cujas principais diretrizes são:

- Promover a ecoeficiência em todos os processos, visando à redução do consumo e ao uso sustentável dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos;
- Mitigar os impactos negativos e potencialização dos positivos nas suas atividades e negócios;
- Ter relevância nos impactos das mudanças do clima na operação e na expansão de ativos.

Gestão ambiental

Alinhadas com seu referencial estratégico, a Copel Distribuição efetua estudos ambientais prévios para implantação dos seus empreendimentos. O objetivo é conhecer e gerenciar possíveis impactos ambientais causados pela distribuição de energia. De acordo com os compromissos assumidos para mitigar consequências negativas, destacam-se:

- Análise Ambiental Prévia (AAP): visa definir o melhor terreno para implantação do projeto, baseando a decisão em análises dos principais pontos de sensibilidade socioambiental encontrados na região de implantação de novas subestações;
- Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV): instrumento auxiliar para o planejamento e o ordenamento territorial urbano, fornece subsídios relacionados às questões técnicas, ambientais e socioeconômicas dos empreendimentos, possíveis impactos para a população direta e indiretamente afetada, bem como para o município como um todo;
- Inventário Florestal (IF): ferramenta usada para mensurar o potencial de florestas, permitindo a quantificação do volume produtivo de uma determinada área, estrutura e distribuição de espécies. Essas informações são fundamentais para o manejo adequado de tais áreas, pois fornece um inventário da área de supressão necessária à implantação de empreendimentos da Companhia;
- Relatório Ambiental Simplificado (RAS): promove a análise da viabilidade ambiental da implantação de empreendimentos. Apresenta as características técnicas do projeto, descreve a realidade ambiental das áreas de influência antes da implantação (diagnóstico ambiental) nos meios físico, biótico e socioeconômico, e apresenta o prognóstico sobre os impactos que poderão ocorrer. Também propõe medidas mitigadoras e/ou compensatórias para os impactos negativos e medidas potencializadoras dos impactos positivos. Ainda sugere programas ambientais a serem desenvolvidos durante a instalação e operação do empreendimento;
- Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais (RDPA): documento que apresenta, minuciosamente, todas as medidas mitigadoras e compensatórias e os programas ambientais propostos no RAS.

A gestão ambiental é orientada pela Política de Sustentabilidade da Copel e inclui práticas, projetos, programas e ações, e cujas diretrizes são aplicáveis a empregados próprios, terceirizados e fornecedores, e foram embasadas nos conceitos de ecoeficiência, conforme o qual as iniciativas ambientais devem propor o uso adequado dos recursos naturais e permitir a disseminação das boas práticas e dos valores da Companhia. Tais diretrizes também compõem o Manual do Fornecedor.

A Copel Distribuição estipula suas metas ambientais por meio do trabalho de comissões compostas por representantes das diversas diretorias, e são desenvolvidas com base no histórico da Companhia e em análise econômica, tendo como direcionamento os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as melhores práticas do mercado. O cumprimento dessas metas está atrelado ao bom desempenho profissional de empregados e administradores.

Programas de gestão ambiental

A Companhia desenvolve ações para minimizar e compensar os impactos causados por suas atividades nos diversos ecossistemas que estão presentes. As ações da Copel em prol da biodiversidade incluem:

- Proteção e/ou restauração de áreas destinadas à compensação das supressões vegetais necessárias à implantação de empreendimentos;
- Restauração de Áreas de Preservação Permanente;
- Cuidados especiais com as espécies da fauna e da flora consideradas raras e ameaçadas, executando resgates e realocações de indivíduos quando necessário;
- Coleta e destinação de sementes para pesquisa e produção de mudas, de modo a garantir a manutenção da biodiversidade regional e a variabilidade genética das espécies endêmicas da flora;
- Monitoramento das comunidades faunísticas e florísticas para verificar possíveis impactos e compensá-los sempre que necessário.

É importante ressaltar que os empreendimentos de distribuição de energia também causam impactos positivos para a biodiversidade, os quais, geralmente, são permanentes e conferem uma proteção maior aos ambientes naturais.

Por meio dos seus programas ambientais, a Copel Distribuição busca preservar, recuperar e mitigar impactos negativos nas áreas atingidas pelos empreendimentos realizados, bem como nas regiões que estão inseridos, sobretudo em florestas e áreas urbanas arborizadas.

Principais programas instituídos:

- Programa de Gestão Ambiental da Obra
- Programa de Ações de Mitigação de Impactos sobre a Cobertura Florestal
- Programa de Reposição Florestal
- Programa de Afugentamento e Resgate de Fauna
- Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil – PGRCC
- Programa de Bens Culturais Acautelados em Âmbito Federal (Arqueologia Preventiva)
- Programa de Sensibilização Ambiental dos Trabalhadores das Obras
- Programa de Informação e Relacionamento com a Comunidade
- Tecnologias de redes de distribuição de energia
- Rede de Distribuição Compacta (RDC) e Rede de Distribuição Secundária Isolada (RSI)
- Rede subterrânea
- Rede isolada de média tensão

Ecoeficiência

A Copel instituiu o Programa de Ecoeficiência para sistematizar suas ações no combate ao desperdício de energia, água, combustíveis e papéis, além da redução de resíduos. Criado em 2014, reúne um conjunto de ações possíveis e acessíveis que visam à preservação do meio ambiente, tendo como meta a redução de consumo de recursos naturais, a conscientização dos seus colaboradores e a redução de custos.

Com um arcabouço de ações, o programa também busca disseminar a educação para a sustentabilidade, o respeito ao meio ambiente e a preocupação com as futuras gerações.

Materiais e resíduos

A Companhia investe tanto em campanhas internas como em palestras de conscientização com informações sobre consumo responsável e destinação adequada de resíduos.

Para o gerenciamento de resíduos sólidos, a Companhia possui normas internas e manual com orientações para a redução da geração e para o gerenciamento adequado dos resíduos gerados nas atividades de operação e manutenção. No caso dos fornecedores, é indicado o manual para gerenciamento de resíduos sólidos, bem como o manual para gerenciamento de resíduos da construção civil.

Nas atividades de construção de linhas e subestações são gerados resíduos de construção civil e também de supressão vegetal, os quais são gerenciados pelas empreiteiras contratadas, que têm a obrigação de elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, os quais passam pela avaliação e aprovação prévia da Companhia.

Nas atividades de operação e manutenção das redes de distribuição, os principais resíduos gerados são materiais contaminados com óleos e solventes e resíduos de podas.

Durante a construção de linhas e redes de distribuição de energia elétrica são utilizados diversos meios para evitar a supressão de vegetação e consequentemente a geração de resíduos vegetais. Isso inclui desde a escolha do traçado, evitando que passe por áreas de vegetação nativa durante a execução do projeto; ao alteamento de torres até a construção, que utiliza drones para realizar o lançamento de cabos.

No âmbito administrativo, os resíduos perigosos gerados em atividades administrativas estão relacionados às atividades próprias, de operação e manutenção, e de terceiros, contratados para execução de obras de implantação de empreendimentos de distribuição de energia elétrica, e possuem menor potencial de impacto negativo.

A contratação de terceiros para transporte e destinação final de resíduos gerados pela Copel é realizado por meio de processos que exigem a comprovação da capacidade técnica e do licenciamento ambiental necessário para execução destas atividades. Eventualmente, a Copel realiza inspeções ambientais nos terceiros contratados para destinação final de resíduos gerados pela Companhia.

As informações quantitativas sobre os materiais e resíduos são divulgadas no Relatório Sócio Ambiental da Copel Distribuição.

Mudanças do clima

O tema mudança do clima é analisado no processo de planejamento estratégico da Companhia, integrando as decisões corporativas em um horizonte de cinco anos. Dentro do planejamento financeiro são previstos orçamentos para o desenvolvimento tecnológico e a construção de novos empreendimentos sustentáveis.

Além disso, a incorporação de cenários climáticos futuros, a precificação de carbono e o desenvolvimento de estudos para adaptação às mudanças do clima têm orientado a tomada de decisão da Companhia. Entre essas decisões está o Plano de Neutralidade das emissões de gases de efeito estufa, em que a Companhia pretende, junto com sua controladora, neutralizar suas emissões de Escopo 1 até 2030.

Os estudos e investimentos auxiliam no monitoramento e previsão para disponibilidade de equipes no atendimento a emergências, tendo em vista que, os efeitos da mudança do clima incidem diretamente sobre os negócios da Copel Distribuição, impactando sua operação, seja na capacidade de gerar energia ou na demanda por manutenção de linhas de transmissão, subestações ou outras instalações, acarretando custos, necessidade de mão de obra e prejuízos para os consumidores.

Os riscos apresentados pelas mudanças do clima são mapeados pela Copel Distribuição e classificados como risco:

- Socioambiental – dano aos fatores socioambientais: eventos climáticos severos; incêndios florestais mais frequentes e destrutivos; aumento do nível do mar; elevação da temperatura;
- De Imagem – dano para a reputação: perda de credibilidade no relacionamento com clientes e acionistas;
- Operacional – tempo de recuperação para normalizar as operações: perdas decorrentes de paralisação do sistema; gasto de tempo para restabelecer infraestrutura em caso de desastres climáticos;
- Financeiro – perdas financeiras com efeito no resultado: perdas financeiras decorrentes de paralisação do sistema; gastos para restabelecer infraestrutura em caso de desastres climáticos.

De forma a assegurar a prontidão de resposta às condições climáticas extremas, a Copel Distribuição possui um plano de contingências para garantir a mobilização das ações necessárias. Dentre os métodos utilizados para gerenciar os riscos estão:

- Monitoramento em tempo real das condições climáticas pelo Simepar, no qual alertas são transmitidos para o Centro de Operação Integrado (Cidis), possibilitando mobilizar equipes na quantidade necessária para atender às ocorrências, bem como aos consumidores;
- Plano de Contingência referente a eventos climáticos adversos, inclui ações e medidas a serem tomadas para assegurar a prontidão e a capacidade de resposta nos casos de eventos climáticos severos;
- Investimentos para aumentar a resiliência do Sistema de Distribuição;
- Ações da Agenda 2030, como: Plano de Neutralidade de Carbono; Programa de Eficiência Energética (PEE); Programa Florestas Urbanas; tecnologias de construção de redes com menor impacto ambiental; e redes isoladas de baixa tensão;
- Implantação do Programa Paraná Trifásico.

Adicionalmente, a Companhia tem desenvolvido tecnologia para melhorar a gestão da distribuição de eletricidade com a modernização dos ativos e ampliação do Programa Rede Elétrica Inteligente (Smart Grid), que está em pleno desenvolvimento e é um dos pilares do Programa Transformação da Copel Distribuição (ver item 3.4.2 desse relatório).

A Copel Distribuição também investe em projetos de P&D e eficiência energética, a fim de contribuir no médio e longo prazo com a questão climática. Ainda gerencia seus processos internos para reduzir os impactos, principalmente nos indicadores de qualidade vinculados à concessão.

A atuação da Companhia com relação ao tema é pautada pela Política de Mudança do Clima, cujas diretrizes têm como base as recomendações e metodologias do GHG Protocol, dos Princípios do Pacto Global, da Política Nacional sobre Mudança do Clima, da Política Estadual de Mudanças Climáticas e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em 2022 a remuneração variável (Prêmio por Desempenho) passou a considerar o alcance de metas relacionadas ao Plano de Neutralidade, elaboradas de acordo com as especificidades da Companhia e política da sua Controladora.

As metas relacionadas à gestão da mudança do clima são divulgadas no Relatório Sócio Ambiental.

Recursos Naturais

O gerenciamento de recursos naturais é fundamental para a sustentabilidade dos negócios da Companhia, que tem como diretrizes principais na relação com o meio ambiente:

- a promoção da ecoeficiência em todos os processos, visando a redução do consumo e o uso sustentável dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos;
- a mitigação dos impactos negativos e potencialização dos positivos nas suas atividades e negócios;
- a consideração dos impactos das mudanças do clima na operação e expansão de ativos.

Informações adicionais

No Relatório Sócio Ambiental da Copel Distribuição e no Relato Integrado da Copel é possível conhecer as outras ações voltadas aos aspectosde energia, mudança do clima, biodiversidade, água, materiais e resíduos, Inventário de Emissões de gases de efeito estufa, e demais informações relacionadas à gestão ambiental da Companhia, apresentados de forma mais detalhada e com dados quantitativos.

Acesse: https://ri.copel.com/sustentabilidade/relatorios-anuais-e-socioambientais/

Para saber mais sobre a sustentabilidade na Copel, acesse https://copelsustentabilidade.com/

2.5. BALANÇO SOCIAL

Balanço Social Anual

Em dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2022		2021	
	1 - BASE DE CÁLCULO				
NE 25	**Receita Líquida - RL**	**13.903.300**		**14.836.392**	
	2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		**% Sobre RL**		**% Sobre RL**
	Remuneração dos administradores	**1.403**	0,0	**2.343**	0,0
	Remuneração dos empregados	**495.691**	3,6	**499.650**	3,4
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	**88.257**	0,6	**83.970**	0,6
	Encargos sociais compulsórios	**166.516**	1,2	**169.333**	1,1
	Plano previdenciário	**41.507**	0,3	**41.486**	0,3
	Saúde (Plano assistencial)	**151.176**	1,1	**134.231**	0,9
	Capacitação e desenvolvimento profissional	**5.824**	0,0	**3.599**	0,0
NE 26.3	**Provisões Prêmio por Desempenho e Participação nos Lucros**	**28.076**	0,2	**241.043**	1,6
NE 26.3	**Indenizações Trabalhistas**	**(4.199)**	(0,0)	**63.013**	0,4
	Cultura	**810**	0,0	**295**	0,0
	Creches ou auxílio-creche	**852**	0,0	**1.002**	0,0
	Segurança e saúde no trabalho	**6.146**	0,0	**2.779**	0,0
	Educação	**995**	0,0	**1.344**	0,0
	Benefício maternidade prorrogado	**157**	0,0	**360**	0,0
	Vale transporte excedente	**49**	0,0	**37**	0,0
	Total	**983.260**	7,1	**1.244.485**	8,4
	3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		**% Sobre RL**		**% Sobre RL**
	Cultura	**14.082**	0,1	**14.651**	0,1
	Saúde e saneamento	**-**	-	**604**	0,0
	Esporte	**8.286**	0,1	**2.949**	0,0
	Programa Casa Fácil PR	**2.870**	0,0	**998**	0,0
	Fundo para a infância e a adolescência	**187**	0,0	**590**	0,0
	Fundo Nacional do Idoso	**187**	0,0	**590**	0,0
	Pesquisa & Desenvolvimento	**34.435**	0,2	**38.478**	0,3
	Programa de Eficiência Energética e Procel	**77.390**	0,6	**69.970**	0,5
	Outros	**996**	0,0	**2.275**	0,0
	Total das contribuições para a sociedade	**138.433**	**1,0**	**131.105**	**0,9**
	Tributos (excluídos encargos sociais)	**8.188.489**	**58,9**	**10.395.416**	**70,1**
	Total	**8.326.922**	**59,9**	**10.526.521**	**71,0**
	4 - INDICADORES AMBIENTAIS		**% Sobre RL**		**% Sobre RL**
	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	423.591	3,0	349.806	2,4
	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	6	0,0	147	0,0
	Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	63	0,0	10	0,0
	Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	400	0,0	88	0,0
	Total	**424.060**	**3,1**	**350.050**	**2,4**
(1)	**Quantidade de sanções ambientais judiciais no exercício**		**6**		**2**
	Sanções ambientais administrativas no exercício		**11**		**1**
	Valor das sanções ambientais (R$ Mil)		**126**		**12**

Metas ambientais	**2022**	**Metas 2023**
- Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51% a 75% (X) cumpre de 76% a 100%	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51% a 75% (X) cumprirá de 76% a 100%

NE - Nota Explicativa

CONTINUA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL

COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

CONTINUAÇÃO

				2022			2021
	5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL						
	Empregados no final do período			4.257			4.430
	Admissões e readmissões durante o período			2			3
	Escolaridade dos empregados(as):	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	Extensão universitária	669	288	957	665	293	958
	Ensino superior	1.160	385	1.545	1.145	423	1.568
	Ensino técnico	640	42	682	683	50	733
	Ensino médio	885	176	1.061	948	198	1.146
	Ensino fundamental	12	0	12	22	3	25
	Faixa etária dos empregados(as):						
	De 18 até 30 anos (exclusive)			37			73
	De 30 até 45 anos (exclusive)			2.314			2.461
	De 45 até 60 anos (exclusive)			1.765			1.753
	60 anos ou mais			141			143
	Mulheres que trabalham na empresa			891			967
	% Mulheres em cargos gerenciais:						
	em relação ao nº total de mulheres			5,3			5,8
	em relação ao nº total de gerentes			19,8			21,2
	Negros(as) que trabalham na empresa			581			596
	% Negros(as) em cargos gerenciais:						
	em relação ao nº total de negros(as)			4,0			4,2
	em relação ao nº total de gerentes			9,7			9,5
	Portadores(as) de necessidades especiais			107			119
	Dependentes			15.568			16.148
	Terceirizados			7.601			7.736
(2)	Aprendiz (es)			103			98
(2)	Estagiários(as)			223			153
	Empregados com mais de 10 anos de serviço			3.830			3.699
	Divisão do maior salário da empresa pelo menor salário - incluindo administradores			27			26
	Quantidade de empregados com salário superior a 2 salários mínimos			4.128			4.403
	Processos trabalhistas						
	Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício			3.494			3.499
	Nº de processos incluídos no exercício			945			572
	Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício			960			503
	6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL						
(3)	Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)			95			79
	Número total de reclamações e críticas de consumidores:						
	na empresa			31.875			28.378
	de segundo nível			5.345			3.411
	na Justiça			7.399			6.808
	% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:						
	na empresa			100,0%			100,0%
	de segundo nível			100,0%			100,0%
	na Justiça			55,1%			4,7%

	2022	Metas 2023
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	direção e gerências	direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos + Cipa	todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	incentiva e segue a OIT	incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	todos	todos
A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos	todos
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são exigidos	serão exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva	organizará e incentivará

7- GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA	**2022**	**2021**
Valor adicionado total a distribuir	10.673.854	12.868.430
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		
Terceiros	16,8%	3,2%
Pessoal	7,7%	8,5%
Governo	77,7%	81,6%
Acionistas	0,0%	3,2%
Retido	-2,2%	3,5%

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES

- A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase não mais prescreve seu modelo padrão de Balanço Social por entender que esta ferramenta e metodologia já se encontram amplamente difundidas entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT 15, visando à transparência de suas informações.
- As notas explicativas - NEs são parte integrante das Demonstrações Financeiras e também contêm outras informações de natureza socioambiental não contempladas neste Balanço Social.

(1) Estas informações referem-se a sanções administrativas que entraram no exercício, podendo estar em processo de defesa ou processos judiciais ambientais considerados desfavoráveis no exercício.

(2) Não compõem o quadro de empregados.

(3) Calculado através da metologia empregada no Relato de Sustentabilidade GRI G4 - indicador LA6.

(4) Inclui as reclamações no Procon, Ouvidoria, Consumidor.gov e Aneel julgadas procedentes.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. ANÁLISE MACROECONÔMICA

A economia brasileira iniciou o ano de 2022 com forte pressão inflacionária que se acirrou ainda no primeiro trimestre com o início da guerra na Ucrânia. Em abril, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 12,13%, maior taxa para um período de 12 meses desde 2003.

Para combater a inflação o Comitê de Política Monetária elevou a taxa básica de juros que passou de 9,25% no início do ano para 13,75% em dezembro/2022. Os preços dos alimentos e commodities dispararam e a normalização só ocorreu nos últimos meses do ano, com o indicador oficial de inflação encerrando o ano no patamar de 5,79%.

A produção física industrial, que amargou quedas consecutivas em 2019 e 2020, e recuperou parcialmente os volumes de produção em 2021, voltou a registrar retração ao final de 2022, com variação de -0,7%. Apesar deste comportamento, o emprego formal brasileiro registrou saldo positivo no ano e as expectativas de mercado, apuradas através do Boletim Focus do Banco Central, indicam que o produto interno bruto brasileiro obteve crescimento de 2,9%, ante uma previsão na margem de 0,5% no início do ano.

Assim como ocorreu em âmbito nacional, o ano de 2022 foi de grandes desafios para economia paranaense. O déficit hídrico experimentado em todo País desde o final de 2021 contribuiu para declínio na colheita de grãos de verão, principalmente na oferta de soja, principal item da pauta da atividade primária estadual. Já no âmbito secundário, a produção física da indústria paranaense apresentou variação de -4,2% no ano de 2022, de acordo com o IBGE.

Por outro lado, foram observadas expansões no setor de serviços na ordem de 4,4% e as vendas paranaenses ao exterior também progrediram significativamente, com crescimento de 16% das receitas em dólares, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX do Ministério da Economia. Além disso, dados do Ministério do Trabalho apontam que o Paraná fechou 2022 com mais de 118 mil novos postos de trabalho formais e liderou a geração de empregos na região Sul do Brasil, atingindo o quinto melhor resultado do País.

Diante deste contexto, as perspectivas mais favoráveis ficarão para o próximo ano, tendo em vista a expectativa de um volume de produção agrícola muito maior na temporada 2022/2023, segundo aponta a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, a superação definitiva da pandemia e a recuperação mais consistente do consumo familiar, com o crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a estabilização da inflação em patamares aceitáveis.

3.2. CONTEXTO REGULATÓRIO

O setor de distribuição de energia elétrica foi marcado de 2022 pela recuperação da afluência hídrica, após o Brasil passar por um dos piores cenários de escassez em nove décadas, e pelo debate quanto aos aprimoramentos necessários no setor de energia elétrica.

Em 13.01.2022, através do Decreto nº 10.939, foram regulamentadas as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros decorrentes da situação de escassez hídrica, que afetou o país ao longo de 2021.

Foi autorizada a contratação de empréstimo para a criação e a gestão da Conta de Escassez Hídrica pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, destinada a cobrir, total ou parcialmente, os custos do saldo da conta centralizadora dos recursos de bandeiras tarifárias para a competência de abril de 2022 e a importação de energia referente às competências de julho e agosto de 2021.

No caso da Copel Distribuição, foi recebido o valor de R$ 145,8 mi, integralmente revertidos como componente financeiro negativo, reduzindo a tarifa do consumidor, no processo tarifário de 24.06.2022. O valor será repassado aos consumidores através de quotas mensais homologadas pela Aneel e recolhidas para a CDE Conta escassez hídrica a partir do próximo processo de reajuste tarifário, a ser realizado em junho de 2023, se estendendo por um período de 4 anos.

No entanto, ao longo do ano de 2022, em função do aumento no volume de chuvas, se verificou a recuperação da afluência hídrica, com a elevação do nível dos reservatórios, impactando na redução da compra de energia de usinas térmicas, cujo custo de geração é superior em relação a outras fontes. A conjuntura foi favorável para redução do valor cobrado do consumidor quanto às bandeiras tarifárias que, de janeiro a abril de 2022, estavam no patamar "Escassez Hídrica", passando à bandeira verde de maio a dezembro/2022.

A Lei nº 14.385/2022 disciplina a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e da Cofins, do passivo referente ao recolhimento dos valores desses tributos recolhidos a maior pelas distribuidoras. No reajuste tarifário da Copel Distribuição, em 24.06.2022, foi considerado, a título de crédito de Pis e Cofins, o montante de R$ 1,593 bilhão como componente financeiro reduzindo a tarifa ao consumidor.

Ainda, com efeitos sobre a tarifa, houve a aprovação da limitação da cobrança de ICMS de combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, pela Lei Complementar nº 194/2022, sendo considerados bens e serviços essenciais e indispensáveis. A redução, no Paraná, foi de 29% (31.12.2021) para 18% (31.12.2022), ocorrida a partir do mês de junho/2022.

No entanto, em fevereiro/2023, o STF concedeu aos Estados, em decisão liminar, a suspensão do artigo 3º, X, da Lei Complementar nº 87/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 194/2022, que excluiu tais itens da parcela tributada da fatura de energia elétrica e que, na prática, reestabeleceu a tributação do ICMS sobre os referidos serviços e encargos setoriais. Em 03.03.2023, a medida liminar foi referendada pelo Plenário do STF.

Outro ponto de impacto no setor foi o processo de desestatização da Eletrobrás (Lei nº 14.182/2021), cujos valores aportados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) foram revertidos à modicidade tarifária dos consumidores atendidos no ambiente de contratação regulada. No caso da Copel Distribuição, o valor revertido no processo tarifário de junho/2022 foi de R$ 335 milhões.

Com relação à geração distribuída, merece destaque a publicação da Lei nº 14.300/2022, de 06.01.2022, que institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE e o Programa de Energia Renovável Social - PERS.

A lei permitiu às unidades consumidoras já existentes e às que protocolarem solicitação de acesso em até 12 meses da sua publicação a continuidade, até 31.12.2045, dos benefícios hoje concedidos por meio do SCEE. Para as unidades consumidoras que solicitarem o acesso após esse prazo, a Lei estabeleceu um período de transição para a cobrança gradativa sobre a energia compensada das componentes tarifárias não associadas ao custo da energia.

Este e outros temas relacionados à adequação dos regulamentos aplicáveis à micro e minigeração distribuída estão sendo discutidos pela Aneel no âmbito das Consultas Públicas nº 50 e 51/2022, as quais ainda não foram concluídas. Em paralelo, tramita no Senado o Projeto de Lei nº 2.703/2022, que propõe a prorrogação do prazo para o protocolo da solicitação de acesso sem a aplicação destas novas regras tarifárias.

Em benefício da modernização do setor elétrico, destaca-se a publicação da Portaria Normativa nº 050/2022, a qual estabeleceu que, a partir de 1º de janeiro de 2024, os consumidores classificados como Grupo A poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN, dando um passo importante para a abertura do mercado livre de energia elétrica, inclusive possibilitando que futuramente os consumidores conectados em baixa tensão possam ser beneficiados.

Por fim, na questão dos debates quanto ao marco legal e aprimoramento do arcabouço regulatório do setor elétrico, principalmente os Projetos de Lei 414/2021 e 1.917/2015, não houve avanço em 2022, estando em análise e tramitação pelas instâncias legislativas. Recebem, no entanto, atenção das distribuidoras que acompanham e estudam os possíveis impactos e deve ser um dos principais temas na pauta do Congresso durante o ano de 2023.

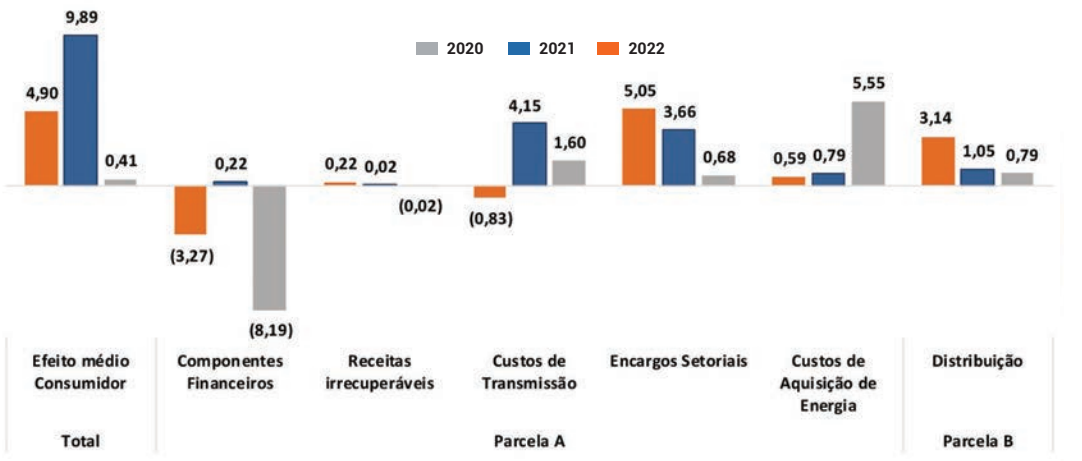
3.2.1. Reajuste Tarifário Anual – RTA

A Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Copel Distribuição por meio da Resolução Homologatória nº 3.049, de 21.06.2022, autorizando o reajuste médio de 4,90% percebido pelos consumidores (9,89% na RTP de junho/2021 pela Resolução Homologatória nº 2.886, de 22.06.2021), e cuja aplicação ocorreu integralmente às tarifas a partir de 24.06.2022.

Dos componentes que mais impactaram a tarifa neste processo, destacam-se os encargos setoriais e os custos relacionados à distribuição de energia. O impacto dos encargos setoriais foi mitigado pela destinação de R$ 335 milhões da privatização da Eletrobrás para redução do encargo da CDE na cobertura tarifária. Além disso, também merece destaque a devolução dos créditos de Pis/Cofins (NE 11.5), atenuando o reajuste em R$ 1,593 bi, em benefício ao consumidor.

O gráfico abaixo demonstra os componentes tarifários, comparativo dos últimos três anos:

Comparativo - Reajuste / Revisão Tarifária Anual (%)



3.2.2. Tarifa Branca

A tarifa branca, em vigor desde janeiro/2018, é uma modalidade tarifária que apresenta variação do valor da energia conforme o dia e o horário do consumo, ou seja, possui valores diferentes ao longo do dia, enquanto a modalidade Convencional possui um único valor de tarifa, independente de horário.

Essa modalidade permite ao consumidor controlar seu consumo nos horários de ponta e intermediário, em que o valor da tarifa é maior, e utilizar a energia elétrica nos períodos de baixa demanda (fora de ponta), em que o valor da tarifa é menor.

A tarifa branca é oferecida para as unidades consumidoras de baixa tensão (Grupo B), e também àquelas atendidas em alta tensão, pertencentes ao Grupo A optantes da tarifa de baixa tensão. Podem aderir os consumidores das classes: a) Residencial (B1), exceto residencial Baixa Renda que recebem benefício tarifário; b) Rural (B2); e c) Industrial, Comércio, Serviços e outras atividades, Serviço Público, Poder Público e Consumo Próprio (B3). Não se aplica para a Iluminação Pública (B4).

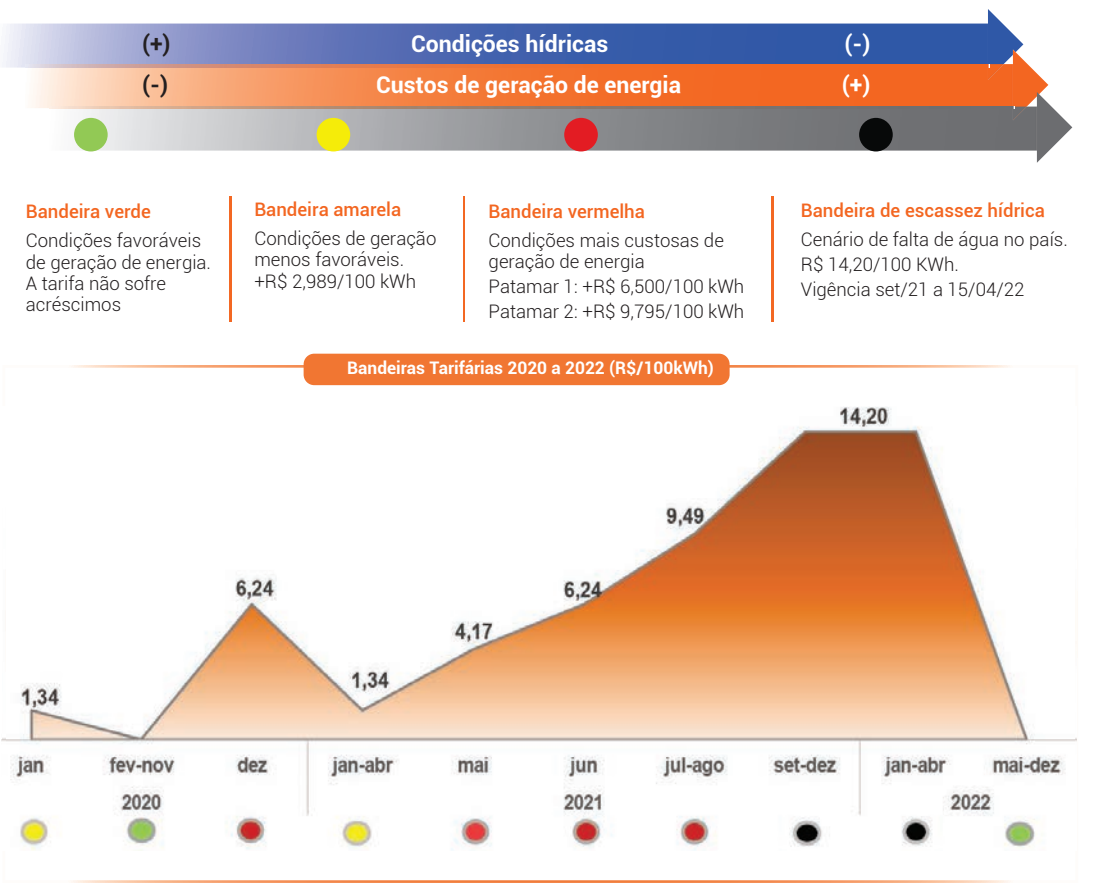
As condições para aplicação da tarifa branca estão estabelecidas na Resolução Normativa Aneel nº 1.000/2022. A forma de adesão e demais esclarecimentos podem ser consultados no site da Copel:

https://www.copel.com/site/copel-distribuicao/tarifa-branca/

3.2.3. Bandeiras Tarifárias

As Bandeiras Tarifárias são um indicativo das condições para geração de energia elétrica, do cenário mais favorável ao mais crítico, e que impacta em acréscimo no valor a ser faturado ao consumidor final, conforme ocorre o aumento dos custos de compra de energia pelas distribuidoras em função das dificuldades hídricas. Os valores das bandeiras tarifárias são publicados pela Aneel, em norma específica.

O gráfico demonstra o histórico de bandeiras tarifárias e valores cobrados nos últimos 3 anos:



3.2.4. Sobrecontratação

No modelo regulatório vigente, o processo de compra de energia elétrica pelas distribuidoras é regulado pela Lei nº 10.484/2014 e pelo Decreto nº 5.163/2004, que determinam que estas devem adquirir o volume necessário para o atendimento de 100% de seu mercado.

A verificação do atendimento da totalidade do mercado considera o período compreendido pelo ano civil, sendo a diferença entre os custos remunerados pela tarifa e os efetivamente realizados com a compra de energia integralmente repassados aos consumidores cativos, desde que a Distribuidora apresente nível de contratação entre 100% e 105% do seu mercado.

A Copel Distribuição estima finalizar o ano com um nível de contratação de 111,4%. Entretanto, considera que possui montantes de "sobrecontratação involuntária" suficientes para acomodar a contratação estimada para o ano. Desta forma, não há previsão de risco de penalização por sobrecontratação.

3.2.5. Contrato de Concessão de Distribuição

Para manutenção do contrato de concessão de energia elétrica, a Companhia deve cumprir os indicadores e procedimentos de eficiência com relação à continuidade do fornecimento e à gestão econômico-financeira das concessões do serviço público de distribuição de energia elétrica, homologados pela Aneel na Resolução Normativa nº 896 de novembro/2020, alterada pela Resolução Normativa nº 948 de 16.11.2021, definidos a partir de 2021, sendo:

INDICADORES	
	Eficiência na Gestão econômico-financeira:
	Considera-se descumprido quando houver a não conformidade da inequação ou quando o LAJIDA for inferior à QRR. A apuração dos resultados ocorre ao final de cada ano civil, quando da divulgação dos resultados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR.
	Caso não haja o atendimento do indicador no ano base: aporte de capital, limitação de distribuição de dividendos e regime restritivo de contratos com partes relacionadas.
	Em caso de descumprimento por 2 anos consecutivos, implicará na abertura do processo de caducidade.
	Eficiência na continuidade do fornecimento:
	O descumprimento dos indicadores DECi - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna; e FECi - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna, por Unidade Consumidora, pelo período de um ano, torna obrigatória a proposição de um Plano de Resultados.
	Caso não haja o atendimento por dois anos consecutivos ou três anos em um período de cinco anos, a Companhia incorre em limitação de distribuição de dividendos.
	Em caso de descumprimento por período consecutivo de três anos, implicará na abertura do processo de caducidade.

A Copel Distribuição atingiu os indicadores anuais definidos no quinto termo aditivo ao contrato de concessão, o qual impõe condicionantes relacionadas a indicadores de qualidade do serviço e sustentabilidade econômico-financeira, para o período de 2016 a 2020. A tabela a seguir apresenta as metas relativas a 2022 e 2021:

Ano	Gestão Econômico-Financeira (a)		Indicadores de Qualidade (b)			
	Critério	Resultado	Limites		Realizado	
			Duração	Frequencia	Duração	Frequencia
2021	{Dívida Líquida / [Lajida (-) QRR ≥ 0]} ≤ 1 / (1,11 * Selic)	ATINGIDO	9,29	6,84	7,20	4,76
2022		-	9,19	6,80	7,98	5,29

a. Gestão Econômico-Financeira:

- **QRR:** Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Este valor será o definido na última Revisão Tarifária Periódica – RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pro rata.
- **LAJIDA ou EBITDA Recorrente:** refere-se ao Lucro Antes de Juros (Resultado Financeiro), Impostos (Tributos sobre a Renda), Depreciação e Amortização.
  É calculado considerando os seguintes componentes:

  Valor da Parcela B (VPB) Regulatória:
  (+) Excedente de Reativos (ER) e Ultrapassagem de Demanda (UR) Regulatórios
  (+) Receita Irrecuperável Regulatória
  (+) Crescimento de Mercado – MWh
  (+) Custo da Geração Própria subtraído do respectivo Custo com Combustível Regulatório
  (+) Outras Receitas Regulatórias
  (+/-) Custo das Perdas, diferença entre regulatórios e realizados

  (=) VPB Recorrente
  (-) Custos de Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO) realizados
  (+/-) Ajustes dos custos de PMSO
  (=) LAJIDA ou EBITDA recorrente
- **SELIC:** limitada a 9,009 % (nove inteiros e 9 milésimos por cento) ao ano, caso supere esse percentual, e a 6,006 % (6 inteiros e seis milésimos por cento), caso seja inferior a este último percentual.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL

COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

b. Indicadores de qualidade DEC e FEC

Até 2021, eram considerados os indicadores internos DECi e FECi como meta do contrato de concessão. A partir de 2022, não há diferença, e o DEC e FEC passam a configurar as metas.

DEC e FEC (a partir de 2022)	Abrangem todas as ocorrências, independente da origem, inclusive as perdas na rede básica que são externas ao sistema de distribuição da concessionária e tem origem iminentemente técnica. O objetivo destes indicadores é a melhoria da qualidade do serviço prestado ao consumidor.
DECi e FECi (até 2021)	Indicadores internos que englobam somente os eventos ocorridos nos ativos da distribuidora, excluindo eventos de linhas de transmissão. São previstos no Contrato da Concessão, sendo que o descumprimento do critério de eficiência com relação à qualidade do serviço prestado, por dois anos consecutivos durante o período de avaliação ou no ano de 2020, acarretaria na extinção da concessão.

Indicador econômico-financeiro de 2022

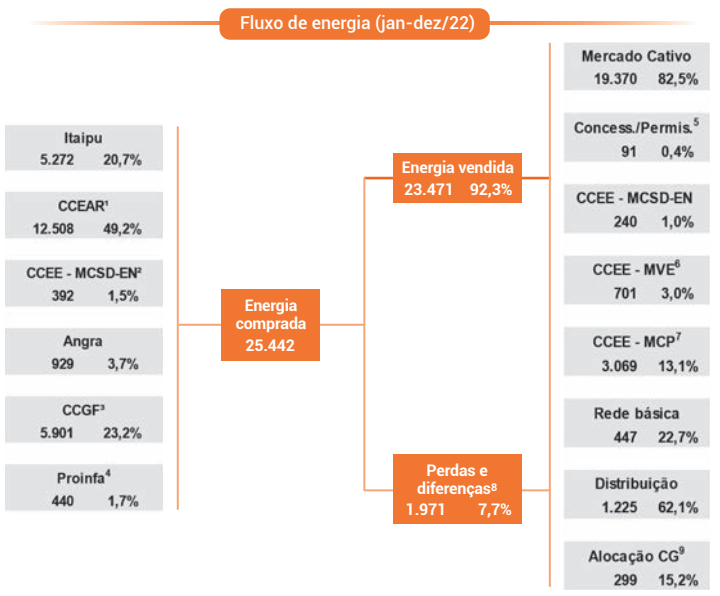
A Companhia acompanha os indicadores da concessão de forma a antecipar ações que assegurem o ganho de eficiência e o cumprimento das exigências regulatórias e o resultado é divulgado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias de 2022, que ocorrerá em 18.04.2023. A Companhia reitera o seu compromisso com a sustentabilidade econômica da concessão e com a continuidade dos investimentos respaldada em uma gestão de controle de custos, maximização da produtividade e melhoria da eficiência operacional.

3.3. MERCADO DE ENERGIA

3.3.1. Aquisição de energia

A Copel Distribuição, em 2022, não declarou necessidade de compra de energia nos leilões realizados no mercado regulado, sendo que, para atendimento do seu mercado em 2022, iniciou-se o suprimento dos contratos negociados em anos anteriores. A aquisição de energia aumentou 0,4% no comparativo anual, passando de 25.338 GWh para 25.441 GWh. A disponibilidade de energia foi alocada principalmente para o Mercado Cativo, considerando um aumento de 0,3% no consumo de energia entre os períodos.

Fluxo de energia (jan-dez/22)



1 CCEAR: Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.
2 Cessões MCSD EN - Cessões contratuais a outras distribuidoras através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova
3 CCGF - Cotas de Garantia Física, que são compulsórias (Lei nº 12.783 de 11/01/2013
4 Proinfa - cotas para custeio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
5 Suprimento de energia a concessionárias e permissionárias com mercado próprio inferior a 500GWh/ano
6 MVE - Venda de excedentes de energia da distribuidora ao mercado livre através do Mecanismo de Venda de Excedentes
7 CCEE (MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo)
8 Perdas e diferenças na distribuição, considera os efeitos de Mini e Microgeração Distribuída – MMGD
9 Alocação de contratos no CG - Centro de Gravidade

3.3.2. Venda de energia

Em 2022, a Copel Distribuição apresentou crescimento de 84.947, 1,7%, no número de consumidores, ultrapassando a 5,0 milhões de unidades consumidoras, e aumento de 4,0% o montante de energia total vendida.

Projetos de Usinas em Construção - Características Físicas

	Nº de consumidores / contratos			Energia vendida (GWh)		
	dez/22	dez/21	Δ%	jan-dez/22	jan-dez/21	Δ%
Mercado Cativo	5.011.557	4.926.610	1,7	19.461	19.398	0,3
Residencial	4.127.292	4.038.454	2,2	8.212	8.068	1,8
Industrial	68.618	70.632	(2,9)	2.102	2.275	(7,6)
Comercial	429.962	422.560	1,8	4.294	4.149	3,5
Rural	331.938	342.428	(3,1)	2.357	2.460	(4,2)
Outras	53.745	52.534	2,3	2.405	2.359	1,9
Concessionárias e Permissionárias	2	2	-	91	86	5,8
CCEE (Cessões MCSD EN)	304	376	(19,1)	240	986	(75,6)
CCEE - MVE	22	26	(15,4)	701	477	46,9
CCEE - MCP	-		-	3.069	1.694	81,1
Total venda de energia	**5.011.883**	**4.927.012**	**1,7**	**23.561**	**22.640**	**4,0**
Micro e Mini geração distribuída - MMGD	**213.144**	**109.317**	**95,0**	**1.169**	**656**	**78,1**
Mercado Total				**24.730**	**23.297**	**6,2**

- **Mercado Cativo:**

No ano de 2022, o consumo do mercado cativo foi de 19.370 GWh, aumento de 0,3% em relação ao ano anterior. A quantidade de consumidores cativos faturados foi 1,7% superior ao verificado em dezembro/2021, totalizando 5.011.555 consumidores.

- **Mercado Fio (TUSD)**

O mercado fio é composto pelo mercado cativo, pelo suprimento a concessionárias e permissionárias dentro do Estado do Paraná e pela totalidade dos consumidores livres existentes na sua área de concessão. Apresentou crescimento de 2,4% no consumo de energia elétrica em 2022, sem considerar os efeitos de MMGD, e 0,8% considerando os efeitos dessa energia compensada.

Participação no Mercado total 2022



A tabela abaixo apresenta o consumo de energia - mercado fio, segregando entre consumidores cativos e livres:

	Nº de consumidores / contratos			Energia vendida (GWh)		
	dez/22	dez/21	Δ%	jan-dez/22	jan-dez/21	Δ%
Residencial	**4.127.292**	**4.038.454**	**2,2**	**8.212**	**8.068**	**1,8**
Industrial	**69.731**	**71.651**	**(2,7)**	**12.249**	**11.960**	**2,4**
Cativo	68.618	70.632	(2,9)	2.102	2.275	(7,6)
Livre	1.113	1.019	9,2	10.147	9.685	4,8
Comercial	**431.417**	**423.812**	**1,8**	**6.256**	**5.888**	**6,2**
Cativo	429.962	422.560	1,8	4.294	4.149	3,5
Livre	1.455	1.252	16,2	1.961	1.739	12,8
Rural	**331.987**	**342.465**	**(3,1)**	**2.487**	**2.562**	**(2,9)**
Cativo	331.938	342.428	(3,1)	2.357	2.460	(4,2)
Livre	49	37	32,4	130	102	27,4
Outros	**53.757**	**52.544**	**2,3**	**2.411**	**2.364**	**2,0**
Cativo	53.745	52.534	2,3	2.405	2.359	1,9
Livre	12	10	20,0	7	5	27,7
Suprimento	**7**	**7**	**-**	**925**	**932**	**(0,8)**
Cativo	2	2	-	91	86	5,4
Livre	5	5	-	834	846	(1,5)
TOTAL MERCADO FIO	**5.014.191**	**4.928.933**	**1,7**	**32.539**	**31.775**	**2,4**
Mercado Cativo (-) Micro e Mini geração distribuída - MMGD	**5.011.557**	**4.926.610**	**1,7**	**19.461**	**19.398**	**0,3**
				-1.169	**-656**	**78,1**
Mercado Cativo (-) MMGD				**18.292**	**18.741**	**(2,4)**
Mercado Livre	**2.634**	**2.323**	**13,4**	**13.078**	**12.378**	**5,7**
Total Mercado faturado				**31.370**	**31.119**	**0,8**

Esse resultado é decorrente do consumo das classes, comparando-se o acumulado em cada ano:

Residencial: com aumento de 1,8% reflexo do aumento do número de consumidores e das elevadas temperaturas observadas nos primeiros meses do ano;

Industrial: apresentou crescimento de 2,4% em função do crescimento do consumo de: setores de Metalurgia e Fabricação de Produtos Alimentícios;

Comercial: houve aumento de 6,2%, puxado, em grande parte, pelo segmento Atacadista, que cresceu 7,8% e representou cerca de 1/5 do consumo da classe. Adicionalmente, também se observou crescimento dos ramos que mais sofreram com as restrições de circulação durante a pandemia da Covid-19, dentre eles: Alojamento (hotéis e pousadas), Atividades esportivas (clubes sociais), Educação (escolas e universidades), Organizações Associativas (igrejas e sindicatos), alimentação (restaurantes e lanchonetes);

Rural: com redução de 2,9% impactado pelo decréscimo no número de consumidores cativos em 3,1%;

Outras classes: aumento de 2,0% devido, principalmente, à classe Poder Público pelo retorno das atividades presenciais a partir da flexibilização das medidas restritivas, em especial, no ensino público.

3.4. INVESTIMENTOS

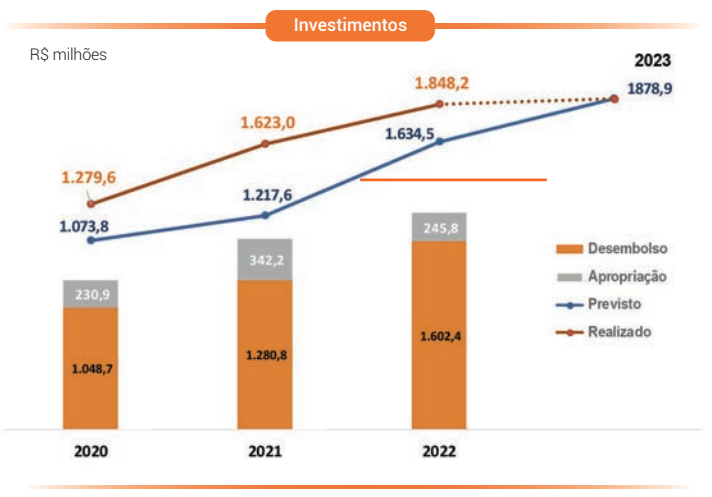
Os investimentos totais em 2022, líquidos da Participação Financeira do consumidor, alcançaram R$ 1.848,2 milhões, 13,9% acima do realizado em 2021. Desse total realizado, R$ 1.602,4 milhões são referentes aos desembolsos e R$ 245,8 milhões às apropriações relacionadas à mão-de-obra própria, gastos com veículos próprios utilizados nas obras de investimentos, entre outros.

Os investimentos destinam-se à expansão e modernização do sistema elétrico de distribuição, através da: (i) implantação de novas subestações, linhas de distribuição de alta tensão e linhas de distribuição de média e baixa tensão; (ii) aprimoramento do sistema de telemedição e (iii) melhoria da qualidade de fornecimento de energia elétrica na área rural.

O valor do orçamento de capital para desembolso referente à aquisição de bens e serviços para 2023 foi aprovado em 07.12.2022, na 233ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração – CAD e prevê o montante de R$ 1.878,9 milhões, 15,0% superior a 2022.

O gráfico demonstra o comparativo do montante dos Investimentos previstos e realizados:

Investimentos



3.4.1. Linhas e Subestações

Em 2022, foram conectadas subestações para reforçar o sistema elétrico de distribuição, melhorando a qualidade e aumentando a disponibilidade de energia aos consumidores. As obras de novas subestações e ampliações adicionaram aproximadamente 188 MVA ao sistema de distribuição e as novas linhas de alta tensão concluídas no período adicionaram 3.176 km em linhas de distribuição e transmissão.

Na tabela a seguir são apresentadas as extensões de linhas de distribuição:

Tensão	2022	2021	2020
34,5 kV	111.358	109.944	108.384
69,0 kV	89.356	87.744	86.489
88,0 kV	767	755	755
138,0 kV	6.652	6.514	6.457
Total	**208.133**	**204.957**	**202.085**

Tensão	2022		2021		2020	
	Automatizadas	MVA	Automatizadas	MVA	Automatizadas	MVA
34,5 kV	236	1.646	235	1.625	230	1.594
69,0 kV	36	2.502	36	2.523	36	2.451
88,0 kV	0	5	0	5	0	5
138,0 kV	117	7.662	113	7.474	112	7.260
Total	**389**	**11.815**	**384**	**11.627**	**378**	**11.310**

3.4.2. Programa Transformação

O Programa Transformação constitui um amplo plano de investimento com o objetivo de modernizar, automatizar e renovar a rede de distribuição e rede de comunicação privada com tecnologias padronizadas para atendimento aos equipamentos de automação.

Entre os benefícios esperados estão o reforço das redes rurais para reduzir desligamentos e garantir o suporte ao crescimento do agronegócio no Estado do Paraná, além da redução dos custos com serviços de operação e manutenção (O&M) e comerciais, e aprimoramento no controle dos indicadores de qualidade DEC e FEC.

O programa é composto por projetos para manutenção e expansão do sistema elétrico na área de concessão da Copel Distribuição, abrangendo a construção de, aproximadamente, 25 mil km de novas redes, 15 mil novos pontos automatizados e a implementação da tecnologia de redes inteligentes no estado do Paraná.

- **Redes elétricas inteligentes - REI**

O programa de redes elétricas inteligentes tem o objetivo de implantar uma rede de comunicação privada com tecnologia padronizada para atendimento de todos os equipamentos de automação da rede de distribuição e infraestrutura avançada de medição, e o uso de medidores de energia eletrônicos inteligentes.

Desta forma, a rede permite uma comunicação bidirecional entre os consumidores e os sistemas de controle centralizados utilizados pela Copel Distribuição.

O primeiro investimento com tecnologia de redes inteligentes nesse sentido foi concluído em 2018, como projeto piloto para validação da solução. A partir daí o projeto foi dividido nas Fases 1, 2 e 3 para levar, futuramente, a tecnologia a todos os municípios do Paraná.

Piloto - 2018
Ipiranga/PR

Fase 1 - 2021 / 2022
73 municípios
189 milhões

Fase 2 - 2023
28 município e Ilha do Mel
210 milhões

Fase 3
50 municípios



- **Paraná Trifásico**

O projeto Paraná Trifásico representa a melhoria e renovação das redes de distribuição rurais na área de concessão da Companhia, com implantação de rede trifásica e criação de redundância nos principais ramais rurais.



Teve início em 2020 com o intuito de melhorar a qualidade de fornecimento, renovar os ativos e prover mais segurança aos empregados e à população.

Estão sendo realizadas interligações entre os alimentadores que impactam na melhoria da qualidade dos serviços ao consumidor e, na nos índices de qualidade que medem o número de horas e a frequência com que a consumidor permaneceu sem energia elétrica (DEC e FEC).

Ainda, uma nova tecnologia é utilizada, com cabos protegidos, que trazem maior segurança e reduzem o número de desligamentos.

Está previsto para 2025 a conclusão do projeto.

- **Projeto Confiabilidade Total**

Iniciado em 2020 o projeto visa assegurar a modernidade nas operações da rede de energia a partir das seguintes premissas: a) manter a comunicação plena entre as equipes e a disponibilidade de equipamentos na rede; b) implementar automação nos equipamentos especiais; c) manter a totalidade de município da concessão com subestação (SE) ou chave especial; e d) ampliar os circuitos de rede e equipamento Self Healing. Até o final de dezembro/2022 o projeto concluiu 74,15% do cronograma previsto.

Painel de ações e impactos

Ação	Impacto	2021	2022	Previsão 2023
Repetidoras VHF	Redução das áreas de sombreamento da comunicação com as equipes	29	10	5
Automação de equipamentos	maior eficiência e flexibilidade na operação e recomposição da rede de distribuição	1399	1873	600
Municípios com SE/EC	reforço do sistema de distribuição	33	25	14
Retirada da radicalidade de SEs	reforço do sistema de distribuição	25	8	21
Reconfiguração de alimentadores com mais de 5000 consumidores	Redução dos impactos de manobras, obras e outros eventos - para alimentadores com mais de 5000 consumidores	30	35	40
Self Healing em alimentadores com mais de 3000 consumidores	Redução dos impactos de manobras, obras e outros eventos - para alimentadores com mais de 3000 consumidores	203	150	56
R$ milhões		156	104	112

3.4.3. Redes Compactas e Protegidas

A Companhia vem implantando redes compactas predominantemente em áreas urbanas com elevado grau de arborização nas proximidades das redes de distribuição e redes protegidas exclusivamente em áreas rurais. As redes compactas evitam cortes e podas de árvores e melhoram a qualidade do fornecimento, pois reduzem o número de desligamentos.

As redes protegidas também melhoram a qualidade e a confiabilidade do sistema, pois evitam interrupções por contato com a vegetação ou outros objetos e intempéries. Ao final de dezembro/2022, a extensão das redes compactas e protegidas instaladas era de 22.366 km (18.065 km em dezembro/2021), acréscimo de 4.301 km, 23,8%, em doze meses.

3.4.4. Rede Secundária Isolada

A Copel Distribuição também investe em redes secundárias isoladas em baixa tensão (127/220V), que apresentam vantagens significativas em relação à rede aérea convencional, tais como: melhorar os indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC; dificultar o roubo de energia; melhorar as condições do meio ambiente; reduzir as áreas de podas; aumentar a segurança; reduzir a queda de tensão ao longo da rede; aumentar a vida útil dos transformadores pela redução do número de curtos-circuitos na rede, entre outras.

Ao final de dezembro/2022, a extensão das redes de distribuição secundárias isoladas, instaladas, era de 21.896 km (20.885 km em dezembro/2021), um acréscimo de 1.011 km, 4,84%, em doze meses.

3.5. QUALIDADE DE FORNECIMENTO

A qualidade de fornecimento é medida por indicadores que monitoram o desempenho das distribuidoras quanto à continuidade do serviço prestado. O DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, indica o número de horas, em média, que um consumidor fica sem energia elétrica durante um período. O FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, indica quantas vezes, em média, houve interrupção de energia elétrica na unidade consumidora.

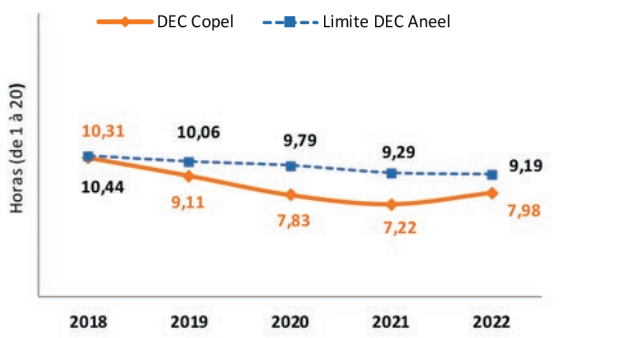
É a partir do DEC e do FEC que a ANEEL estabelece os parâmetros individuais de continuidade (Duração de interrupção individual por unidade consumidora - DIC, Frequência de interrupção individual por unidade consumidora - FIC e Duração máxima de interrupção contínua por unidade consumidora ou ponto de conexão - DMIC) e que são informados mensalmente na conta de energia elétrica do consumidor.

Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, A Companhia efetua o pagamento ao cliente em até dois meses após a ocorrência, através de crédito na fatura.

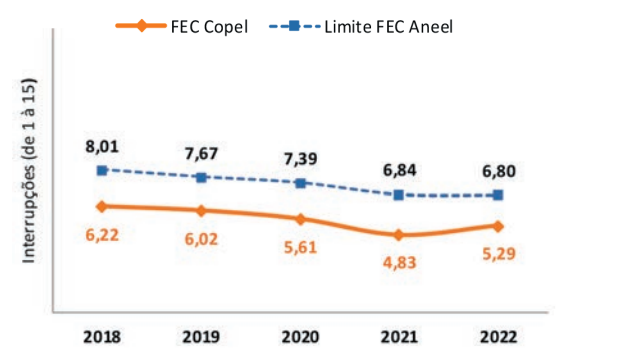
Esses indicadores são revistos na Revisão Tarifária Periódica - RTP, e vão se tornando cada vez mais rigorosos, a fim de melhorar a qualidade do serviço prestado ao consumidor.

O resultado dos indicadores DEC e FEC da Copel Distribuição permanece atendendo aos limites regulatórios impostos pela Aneel, reflexo dos investimentos em obras de desempenho e expansão, incremento de manutenções periódicas e inspeções preventivas.

Evolução DEC (horas)



Evolução FEC (Interrupções)



3.6. GESTÃO DE PERDAS DE ENERGIA

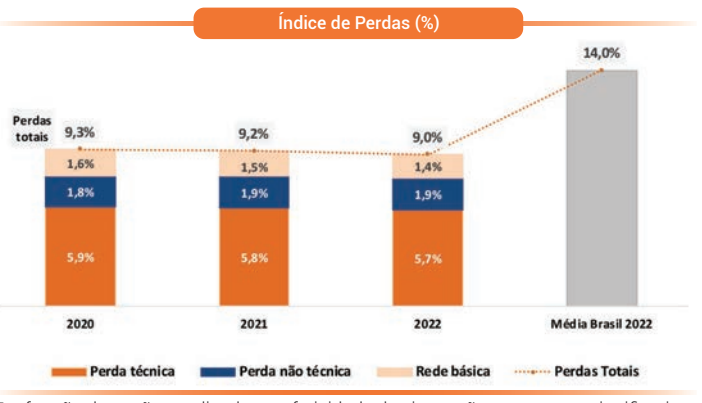
As perdas no sistema elétrico referem-se: a) à energia elétrica gerada que passa pelas linhas de transmissão (Rede Básica), as quais são externas ao sistema de distribuição e sua origem é iminentemente técnica; e b) à energia elétrica que circula nas redes da distribuição e que não chega a ser comercializada, seja por motivos técnicos ou comerciais (não técnica).

As perdas técnicas se referem à parcela das perdas na distribuição inerente ao processo de transporte, transformação de tensão e medição da energia na rede da concessionária. As perdas não técnicas, por sua vez, representam todas as demais perdas associadas à distribuição de energia elétrica, tais como furtos de energia, erros de medição, erros no processo de faturamento, unidades consumidoras sem equipamento de medição, entre outros.

Assim, as perdas na distribuição representam a diferença entre a energia elétrica adquirida pelas distribuidoras e a faturada aos seus consumidores, ou seja, apurada através do sistema de medição e do mercado faturado pela Companhia. Cabe ressaltar que parte das perdas da distribuidora é recuperada via tarifa cobrada do consumidor, sendo revista a cada reajuste/revisão tarifária anua pela Aneel.

Em 2022 as perdas globais representaram 9,0% de toda energia injetada no sistema da distribuidora, sendo 5,7% de perdas técnicas, 1,9% de perdas não técnicas e 1,4% de perdas na rede básica, inferior à média nacional de 14,0% nas perdas globais.

Índice de Perdas (%)



Em função das ações realizadas, a efetividade das inspeções aumentou significativamente nos últimos anos, passando de 11,1% em 2012 para 31,5% em 2022, quando foram feitas 53.718 inspeções e detectados 13.339 procedimentos irregulares. Diante das ações, a Copel Distribuição possui um dos índices mais baixos de perdas no setor de distribuição no Brasil.

As prospecções, para a realização das inspeções, são feitas através da utilização das informações disponíveis no cadastro das unidades consumidoras, análise de nichos de fraudadores instalados nas diversas classes de consumo e utilização de inteligência artificial.

A Copel Distribuição mantém um Programa de Combate às Perdas não Técnicas que consiste em várias ações que objetivam reduzir ou manter o nível atual de perdas não técnicas, através das seguintes ações:

- Aperfeiçoamento das ações de combate ao procedimento irregular, melhorando o desempenho das inspeções direcionadas;
- Investimentos destinados à disponibilização e ou aquisição de equipamentos para inspeção;
- Elaboração e execução de treinamentos específicos e reciclagem relacionados a perdas comerciais;
- Realização de inspeções, tanto na Média como na Baixa Tensão;
- Notas educativas na imprensa e mensagens na fatura de energia elétrica;
- Operações conjuntas com a Polícia Civil e Ministério Público;
- Abertura de inquérito policial nas regiões onde foram constatados números expressivos de procedimentos irregulares.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Apresentamos a seguir os principais destaques financeiros do período. Os comentários da Administração sobre o Desempenho Econômico-Financeiro devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas.

4.1. RESULTADO LÍQUIDO

A Copel Distribuição apresentou Prejuízo Líquido de R$ 229,8 mi em 2022, R$ 857,9 mi de Lucro Líquido em 2021, redução de 126,8%. O impacto principal se deve pela revisão do risco do passivo contingente da ação do ICMS na base de cálculo do Pis/Cofins, no montante total de R$ 1.851,3 mi, sendo R$ 810,6 mi no resultado operacional e R$ 1.040,7 mi no resultado financeiro relativos à variação monetária (NE nº 11.5.2).

O Ebitda Societário em 2022 atingiu R$ 938,8 mi, 40,3% inferior ao de 2021 (R$ 1.573,6 mi). Desconsiderando-se o montante da ação do Pis/Cofins de R$ 810,6 mi, o Ebitda atinge R$ 1.749,4 mi, acréscimo de 11,2%, demonstrando o desempenho positivo da operação da Companhia.

	4T22	4T21	ΔR$	Δ%	dez/22	dez/21	ΔR$	Δ%
Lucro (Prejuízo) líquido	324.263	214.113	110.150	51,4%	(229.778)	857.883	(1.087.661)	-126,8%
IRPJ e CSLL diferidos	(22.215)	(22.026)	(189)	0,9%	(585.568)	76.878	(662.446)	-861,7%
Provisão para IRPJ e CSLL	(42.282)	87.038	(129.320)	-148,6%	130.103	298.719	(168.616)	-56,4%
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	62.536	19.051	43.485	228,3%	1.169.741	(66.469)	1.236.210	-1859,8%
Lajir/Ebit	**322.302**	**298.176**	**24.126**	**8,1%**	**484.498**	**1.167.011**	**(682.513)**	**-58,5%**
Depreciação e Amortização	119.638	102.598	17.040	16,6%	454.307	406.632	47.675	11,7%
Lajida/Ebitda	**441.940**	**400.774**	**41.166**	**10,3%**	**938.805**	**1.573.643**	**(634.838)**	**-40,3%**
(+) Provisão para destinação de crédito de PIS/Cofins	-	-	-	-	810.563	-	810.563	-
Lajida/Ebitda ajustado	**441.940**	**400.774**	**41.166**	**10,3%**	**938.805**	**1.573.643**	**(634.838)**	**-40,3%**
Receita Operacional Líquida - ROL	**3.587.443**	**4.049.558**			**13.903.300**	**14.836.392**		
Margem Ebitda ajustado / ROL	**12,3%**	**9,9%**			**12,6%**	**10,6%**		

A Companhia divulga seu Ebitda ou Lajida como forma de medir seu desempenho, embora esse indicador não seja uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas normas internacionais de contabilidade. O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (earnings before interest, taxes, depreciation and amortization – Ebitda) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições da Resolução CVM nº 156/2022. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

4.2. RESULTADO ANUAL E TRIMESTRAL

	4T22	4T21	ΔR$	Δ%	dez/22	dez/21	ΔR$	Δ%
(=) Receita Operacional Líquida (ROL)	**3.587.443**	**4.049.558**	**(462.115)**	**(11,4)**	**13.903.300**	**14.836.392**	**(933.092)**	**(6,3)**
(-) Receita de Construção	554.567	511.937	42.630	8,3	2.048.022	1.700.889	347.133	20,4
(=) Receita Operacional Líquida ajustada	**3.032.876**	**3.537.621**	**(504.745)**	**(14,3)**	**11.855.278**	**13.135.503**	**(1.280.225)**	**(9,7)**
(-) Custos Não Gerenciáveis - Parcela A	**2.125.838**	**2.521.443**	**(395.605)**	**(15,7)**	**8.293.327**	**9.640.950**	**(1.347.623)**	**(14,0)**
(=) Receita antes dos custos gerenciáveis	**907.038**	**1.016.178**	**(109.140)**	**(10,7)**	**3.561.951**	**3.494.553**	**67.398**	**1,9**
(-) Custos Gerenciáveis - Parcela B	**584.735**	**718.001**	**(133.266)**	**(18,6)**	**2.266.890**	**2.327.541**	**(60.651)**	**(2,6)**
PMSO	465.097	615.403	(150.306)	(24,4)	1.812.583	1.920.909	(108.326)	(5,6)
Amortização	119.638	102.598	17.040	16,6	454.307	406.632	47.675	11,7
(=) Resultado das Atividades	**322.303**	**298.177**	**24.126**	**8,1**	**1.295.061**	**1.167.012**	**128.049**	**11,0**
(-) Provisão p/ destinação crédito de PIS/Cofins	-	-	-	-	810.563	-	810.563	-
(=) Resultado antes do Resultado Financeiro	**322.303**	**298.177**	**24.126**	**8,1**	**484.498**	**1.167.012**	**(682.514)**	**(58,5)**
(+/-) Resultado Financeiro total	**(62.537)**	**(19.051)**	**(43.486)**	**228,3**	**(1.169.741)**	**66.469**	**(1.236.210)**	**(1.859,8)**
(+) Resultado Financeiro	(47.250)	(19.051)	(28.199)	148,0	(129.047)	66.469	(195.516)	(294,1)
(-) Atualização Prov. destinação crédito PIS/Cofins	15.287	-	15.287	-	1.040.694	-	1.040.694	-
(=) Resultado antes do IRPJ e CSLL	**259.766**	**279.126**	**(19.360)**	**(6,9)**	**(685.243)**	**1.233.481**	**(1.918.724)**	**(155,6)**
(-) Tributos	**64.497**	**(65.012)**	**129.509**	**(199,2)**	**455.465**	**(375.597)**	**831.062**	**(221,3)**
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido	**324.263**	**214.114**	**110.149**	**51,4**	**(229.778)**	**857.884**	**(1.087.662)**	**(126,8)**

A Demonstração de Resultado acima é apresentada na visão gerencial, e tem por finalidade apresentar os resultados alcançados, desconsiderando-se a Receita e o Custo de Construção. Destaca-se o crescimento do resultado das atividades tanto no acumulado de 2022 em relação a 2021 em 11,0%, quanto no resultado trimestral em 8,1%, efeito, principalmente da redução dos custos operacionais, notadamente no PMSO.

4.3. RECEITA OPERACIONAL

	4T22	4T21	ΔR$	Δ%	dez/22	dez/21	ΔR$	Δ%
Fornecimento de Energia Elétrica	1.208.416	1.416.952	(208.536)	(14,7)	5.236.340	5.326.736	(90.396)	(1,7)
Disponibilidade da rede elétrica	1.155.062	1.216.245	(61.183)	(5,0)	4.221.011	4.401.654	(180.643)	(4,1)
Suprimento	63.535	192.814	(129.279)	(67,0)	266.991	753.241	(486.250)	(64,6)
Receita de construção	554.567	511.937	42.630	8,3	2.048.022	1.700.889	347.133	20,4
Valor justo Ativo indenizável da concessão	34.124	39.903	(5.779)	(14,5)	79.169	108.733	(29.564)	(27,2)
Ativos e passivos financeiros setoriais	467.880	596.444	(128.564)	(21,6)	1.676.936	2.270.859	(593.923)	(26,2)
Outras receitas operacionais	103.859	75.263	28.596	38,0	374.831	274.280	100.551	36,7
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**3.587.443**	**4.049.558**	**(462.115)**	**(11,4)**	**13.903.300**	**14.836.392**	**(933.092)**	**(6,3)**

A Companhia apurou uma Receita Operacional Líquida – ROL com decréscimo de 6,3%, R$ 933,1 mi negativos. Essa variação reflete, principalmente: a redução no resultado dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais e na Receita de Suprimento; o desempenho do mercado fio, que no acumulado do ano apresentou crescimento de 0,8%; e o reajuste das tarifa, de 4,90% em 2022, ante a 9,89% em 2021.

- **Fornecimento:** redução de 1,7%, R$ 90,4 mi, impactado, principalmente: pelo Reajuste Tarifário Periódico - RTP 2022, que reduziu a tarifa de energia em -9,58% (11,32% em 2021), e pelo decréscimo do mercado cativo em 2,4% em 2022 (considerando os efeitos da geração distribuída – MMGD);
- **Suprimento:** decréscimo de 64,6%, R$ 486,3 mi, devido, sobretudo, à redução na receita da venda de energia no Mercado de Curto Prazo (CCEE) em R$ 407,1 mi, 65,2%, e de Contratos Bilaterais em R$ 103,6 mi, 64,6%;
- **Disponibilidade da Rede Elétrica:** redução de 4,1%, 180,6 mi no período. Apesar do crescimento do mercado fio que apresentou aumento de 0,8%, o aumento da CDE Uso em R$ 863,8 mi, 52,6%, foi superior ao efeito do reajuste na tarifa de uso em 2022, de 16,55% (8,73% em 2021);
- **Receita de Construção:** o acréscimo de 20,4%, R$ 347,1 mi, devido à construção de infraestrutura conforme Programa Transformação.
- **Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão** (NE 9): apresentou variação negativa de 27,2%, R$ 29,6 mi, principalmente pela redução do IPCA de 2022 em relação a 2021, que corrige a Base Blindada;
- **Ativos e passivos financeiros setoriais** (NE 7): apresentaram redução de 26,2%, R$ 593,9 mi, reflexo dos menores custos de energia, tendo em vista a melhora do cenário hídrico em 2022.
- **Outras Receitas:** a variação positiva de 36,7%, R$ 100,6 mi, se deve, principalmente, pelo aumento nos arrendamentos e aluguéis de equipamentos e estruturas.

4.4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

4.4.1. Custos não gerenciáveis - Parcela A

PARCELA A	4T22	4T21	ΔR$	Δ%	dez/22	dez/21	ΔR$	Δ%
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	930.547	1.111.115	(180.568)	(16,3)	3.585.876	3.917.257	(331.381)	(8,5)
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	65.050	54.981	10.069	18,3	315.866	1.463.404	(1.147.538)	(78,4)
Itaipu Binacional	368.504	458.034	(89.530)	(19,5)	1.460.955	1.787.691	(326.736)	(18,3)
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	104.520	65.922	38.598	58,6	418.077	263.689	154.388	58,5
Micro e mini geradores e recompra de clientes	197.863	138.216	59.647	43,2	675.829	360.371	315.458	87,5
(-) PIS/Pasep e Cofins	(119.720)	(139.022)	19.302	(13,9)	(476.479)	(514.913)	38.434	(7,5)
Total custos com energia elétrica	**1.546.764**	**1.689.246**	**(142.482)**	**(8,4)**	**5.980.124**	**7.277.499**	**(1.297.375)**	**(17,8)**
Encargos de uso do sistema	497.496	346.669	150.827	43,5	1.757.225	1.468.110	289.115	19,7
Encargos dos serviços do sistema - ESS	1.260	645.106	(643.846)	(99,8)	340.254	1.031.770	(691.516)	(67,0)
Encargos de transporte de Itaipu	41.086	46.625	(5.539)	(11,9)	151.240	163.797	(12.557)	(7,7)
Encargo de energia de reserva - EER	97.462	19.232	78.230	406,8	297.058	76.328	220.730	289,2
(-) Recursos Conta de Energia de Reserva - CONER	-	(143.607)	143.607	(100,0)	-	(143.607)	143.607	(100,0)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(58.230)	(81.828)	23.598	(28,8)	(232.574)	(232.947)	373	(0,2)
Total custos de encargos	**579.074**	**832.197**	**(253.123)**	**(30,4)**	**2.313.203**	**2.363.451**	**(50.248)**	**(2,1)**
Total custos Parcela A	**2.125.838**	**2.521.443**	**(395.605)**	**(15,7)**	**8.293.327**	**9.640.950**	**(1.347.623)**	**(14,0)**

Os custos da Parcela A acumulada em 2022 apresentou redução de 14,0%, R$ 1.347,6 mi em relação a 2021, pela estabilização da crise hídrica que refletiu na redução nos preços de energia e a cobertura de encargos, compensado pelo recebimento de recursos do CONER, MCSD e ressarcimentos.

- **Energia elétrica comprada para revenda** (NE 26.1):

Houve redução nos custos de energia comprada para revenda em R$ 1.297,4 mi, 17,8%, no comparativo anual, principalmente: a) pela redução na energia no curto prazo na CCEE em R$ 1.147,5 mi, 78,4%; b) redução dos custos de energia contratada de Itaipu em R$ 326,7 mi, 18,3%, impactada pelo menor montante contratado e sensível queda no preço médio do MWh; c) compensado pelo aumento no montante de energia proveniente do sistema de geração distribuída em R$ 315,5 mi, 87,5%; e d) aumento de R$ 154,4 mi, 58,5% quanto ao Proinfa.

- **Encargos de uso da rede elétrica** (NE 26.2):

Redução de R$ 50,2 mi, 2,1% no período reflete, principalmente: a) o decréscimo de R$ 691,5 mi, 67,0% nos Encargos dos Serviços do Sistema – ESS; compensado por: b) elevação dos Encargos de Energia de Reserva – EER em R$ 220,7 mi, 289,2%; c) aumento do Encargo da Rede Básica em R$ 289,1 mi, 19,7%; e d) variação do recebimento de recursos da CONER em R$ 143,6 mi.

4.4.2. Custos gerenciáveis – Parcela B

	4T22	4T21	ΔR$	Δ%	dez/22	dez/21	ΔR$	Δ%
PMSO	**465.097**	**615.403**	**(150.306)**	**(24,4)**	**1.812.583**	**1.920.909**	**(108.326)**	**(5,6)**
PMSO (-) Provisões	**394.907**	**549.414**	**(154.507)**	**(28,1)**	**1.530.688**	**1.703.913**	**(173.225)**	**(10,2)**
Pessoal e Administradores	153.742	341.007	(187.265)	(54,9)	599.121	905.338	(306.217)	(33,8)
Remuneração, encargos e benefícios	171.164	189.656	(18.492)	(9,8)	575.330	601.706	(26.376)	(4,4)
PPD e PLR	(17.422)	79.859	(97.281)	(121,8)	27.990	240.619	(212.629)	(88,4)
PDI	-	71.492	(71.492)	(100,0)	(4.199)	63.013	(67.212)	(106,7)
Planos Previidenciário e Assistencial	42.215	39.438	2.777	7,0	169.493	155.774	13.719	8,8
Material	21.243	13.259	7.984	60,2	71.302	51.722	19.580	37,9
Serviços de Terceiros	143.126	113.059	30.067	26,6	505.407	450.752	54.655	12,1
Outros Custos e Despesas Operacionais	34.581	42.651	(8.070)	(18,9)	185.365	140.327	45.038	32,1
Provisões e Perdas Estimadas	**70.190**	**65.989**	**4.201**	**6,4**	**281.895**	**216.996**	**64.899**	**29,9**
Provisão para Litígios	54.438	34.120	20.318	59,5	162.413	89.663	72.750	81,1
Perdas Estimadas	15.752	31.869	(16.117)	(50,6)	119.482	127.333	(7.851)	(6,2)
Amortização	**119.638**	**102.598**	**17.040**	**16,6**	**454.307**	**406.632**	**47.675**	**11,7**
Total Custos da Parcela B	584.735	718.001	(133.266)	(18,6)	2.266.890	2.327.541	(60.651)	(2,6)

Os custos da Parcela B, desconsiderando a provisão para destinação do crédito de Pis/Cofins, apresentaram decréscimo de R$ 60,7 mi, 2,6% no ano, verificado sobretudo nos custos de PMSO – Pessoal, Material, Serviços e Outros, cuja redução foi de 5,6%, R$ 108,3 mi, destacando-se, principalmente:

- **Pessoal** (NE 26.3): Os custos de Pessoal apresentaram redução de 33,8%, R$ 306,2 mi, sendo impactados, principalmente: a) pelo decréscimo em provisão por desempenho e participação nos lucros; b) pelo aumento dos custos relacionados ao plano assistencial pós-emprego, devido à atualização anual, e c) pela redução do quadro de empregados de 4.430 em 31.12.2021 para 4.257 em 31.12.2022.
- **Material:** Os custos de Material alcançaram aumento de 37,9%, R$ 19,6 mi, tendo em vista, principalmente, as variações nos preços de combustíveis para a frota da Companhia e aumento dos custos de materiais do sistema elétrico;
- **Serviços de terceiros** (NE 26.4): Os custos com Serviços de terceiros tiveram aumento de 12,1%, R$ 54,7 mi, principalmente devido à elevação dos custos com: a) manutenção do sistema elétrico; b) atendimento a consumidores, referente a serviços de suspensão de fornecimento, religações e vistorias, decorrentes de reajustes e do aumento da mão de obra terceirizada; e c) serviços de call center, reflexo da terceirização.
- **Provisões e Perdas estimadas** (NE 26.5): Resultaram em aumento de 29,9%, R$ 64,9 mi, devido: a) ao aumento de provisão para litígios em 81,1%, R$ 72,7 mi, sendo impactados principalmente, pelo aumento das ações Cíveis em R$ 25,6 mi, 52,5%, e nas ações Trabalhistas em R$ 41,2 mi, 91,3%, compensado pela redução nas ações Regulatórias em R$ 17,5 mi, 575,4%; e b) a redução nas Perdas estimadas de 6,2%, R$ 7,8 mi, influenciada, principalmente, pela intensificação das ações de cobrança da Companhia.
- **Outros Custos e Despesas Operacionais** (NE 26.7): Tiveram aumento de 32,1%, R$ 45,0 mi, principalmente pelo aumento nas Perdas na desativação e alienação de bens em R$ 31,5 mi, impactado pelo maior volume de investimentos.

4.5. RESULTADO FINANCEIRO

	4T22	4T21	ΔR$	Δ%	dez/22	dez/21	ΔR$	Δ%
Resultado Financeiro (-) ação Pis/Cofins	**(47.250)**	**(19.051)**	**(28.199)**	**148,0**	**(129.047)**	**66.469**	**(195.516)**	**(294,1)**
Receitas financeiras								
Acréscimos moratórios sobre faturas	45.929	73.368	(27.439)	(37,4)	258.721	306.662	(47.941)	(15,6)
Remuneração de ativos e passivos setoriais	48.769	17.896	30.873	172,5	146.754	35.903	110.851	308,8
Renda de aplicações financeiras	30.400	7.746	22.654	292,5	109.918	31.331	78.587	250,8
Variação cambial - compra de energia elétrica de Itaipu	2.572	(2.957)	5.529	(187,0)	43.946	30.043	13.903	46,3
Atualização monetária créd. trib. Ação Pis/Cofins	7.119	7.147	(28)	(0,4)	33.909	22.696	11.213	49,4
Variação cambial - empréstimos e financiamentos	-	(1.275)	1.275	(100,0)	-	9.243	(9.243)	(100,0)
Outras receitas financeiras	10.000	19.213	(9.213)	(48,0)	27.043	42.032	(14.989)	(35,7)
(-) Pis/Pasep e Cofins sobre receita financeira	(6.534)	(5.317)	(1.217)	22,9	(26.565)	(20.213)	(6.352)	31,4
	138.255	**115.821**	**22.434**	**19,4**	**593.726**	**457.697**	**136.029**	**29,7**
(-) Despesas financeiras								
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	156.684	101.432	55.252	54,5	546.685	276.141	270.544	98,0
Multa e juros sobre Parcelamento de Tributos (NE nº 11.4.b)	12.726	6.909	5.817	84,2	57.872	15.158	42.714	281,8
Variação cambial - compra de energia elétrica de Itaipu	1.160	14.200	(13.040)	(91,8)	27.584	58.814	(31.230)	(53,1)
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 21.2)	10.087	5.349	4.738	88,6	33.171	14.255	18.916	132,7
Atualização ação Pis/Cofins a devolver ao consumidor	(3.211)	497	(3.708)	(746,1)	12.559	2.964	9.595	323,7
Remuneração de ativos e passivos setoriais	1.527	2.018	(491)	(24,3)	11.207	3.745	7.462	199,3
Outras despesas financeiras	6.532	4.467	2.065	46,2	33.695	20.151	13.544	67,2
	185.505	**134.872**	**50.633**	**37,5**	**722.773**	**391.228**	**331.545**	**84,7**
(-) Atualização Provisão destinação crédito Pis/Cofins	**15.287**	**-**	**15.287**	**-**	**1.040.694**	**-**	**1.040.694**	**-**
Resultado Financeiro total	**(62.537)**	**(19.051)**	**(43.486)**	**228,3**	**(1.169.741)**	**66.469**	**(1.236.210)**	**(1.859,8)**

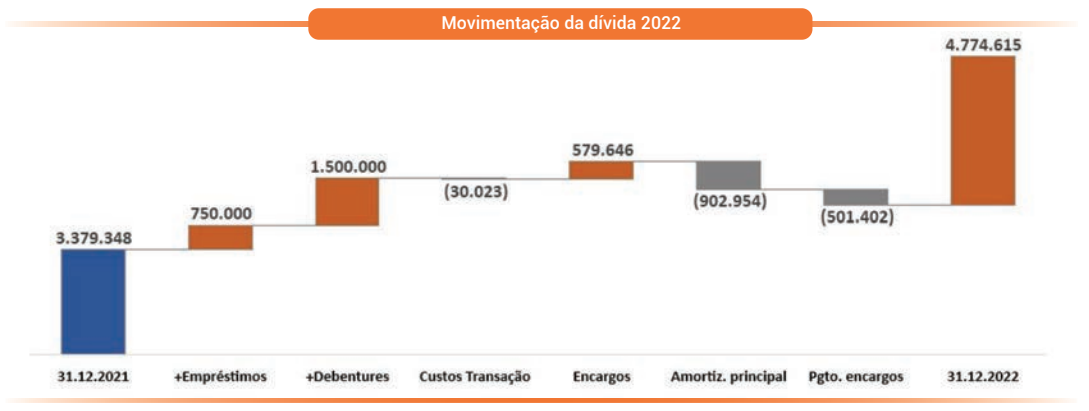
O Resultado financeiro (NE 27) apresentou decréscimo de R$ 1,236 bi, sendo que, desconsiderando-se o efeito da atualização da provisão da destinação de créditos de Pis/Cofins, a redução foi de 294,1%, R$ 195,5 mi, impactado principalmente pelo aumento dos Encargos de Dívidas de debêntures, empréstimos e financiamentos, tendo em vista o aumento das taxas de juros e as captações ocorridas, compensado pelo aumento de Rendas de Aplicações Financeiras e da receita de Remuneração Ativos e Passivos Financeiros Setoriais.

4.6. ENDIVIDAMENTO

	dez/22	dez/21	ΔR$	Δ%
Empréstimos e financiamentos	758.008	179.747	578.261	321,7%
Debêntures	4.016.607	3.199.601	817.006	25,5%
Dívida bruta	**4.774.615**	**3.379.348**	**1.395.267**	**41,3%**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	430.121	393.317	36.804	9,4%
(-) Títulos e valores mobiliários	905	822	83	10,1%
Dívida líquida	**4.343.589**	**2.985.209**	**1.358.380**	**45,5%**

Ao longo de 2022, a Companhia realizou emissão de Debêntures no total de R$ 1,5 bi (NE 17) e de Cédula de Crédito Bancário – CCBs no montante de R$ 750 mi (NE 16), com a finalidade de reforçar o capital de giro para realização dos investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica, entre outros.

As novas captações combinadas à elevação dos juros Selic, cuja taxa saiu de 2% em janeiro/2021 para 13,75% em dezembro/2022, impactaram no acréscimo da dívida líquida em 45,5% em dezembro/2022 em relação a dezembro/2021. Nesse período, a Companhia pagou R$ 1,4 bilhões.

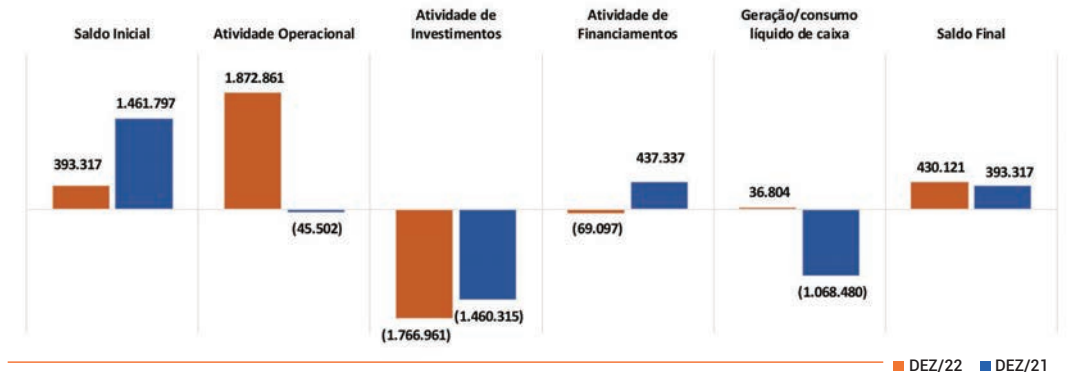


Cronograma de vencimento da dívida:

	Empréstimos e Financiamentos	Debêntures	Dívida Financeira Total	(-) Custo de Transação	Total
2023	6.203	373.634	379.837	-	379.837
2024	380.818	150.000	530.818	(11.853)	518.965
2025	376.909	854.996	1.231.905	(8.298)	1.223.607
2026	1.909	1.155.721	1.157.630	(5.220)	1.152.410
2027	-	655.721	655.721	(4.232)	651.489
2028*	-	-	-	(2.619)	(2.619)
Após 2028	-	858.298	858.298	(7.372)	850.926
	765.839	**4.048.370**	**4.814.209**	**(39.594)**	**4.774.615**

4.7. FLUXO DE CAIXA

No exercício de 2022, a Copel Distribuição gerou caixa líquido de R$ 36,8 mi, enquanto em 2021 houve consumo de caixa de R$ 1.068,5 mi, principalmente pelo melhor desempenho da operação em 2022. Analisando as atividades de investimento pode ser observado o efeito do maior plano de investimento da Companhia.

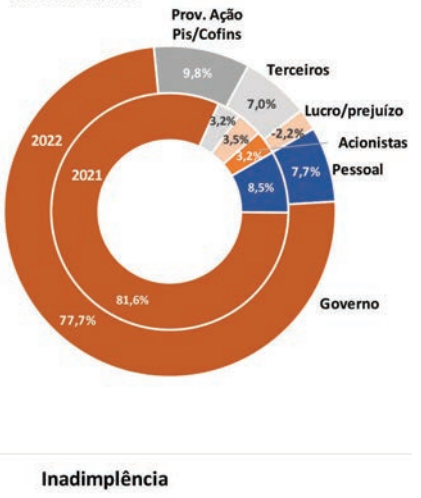


A demonstração, na íntegra, encontra-se nas Demonstrações Financeiras.

4.8. VALOR ADICIONADO

No exercício de 2022, a Copel Distribuição apurou R$ 10.674 mi de Valor Adicionado Total, 17,1% inferior ao ano anterior (R$ 12.868). No quadro está demonstrado a distribuição resumida desse valor e no gráfico o percentual de participação dos principais itens.

	dez/22	dez/21	Var. %
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**10.674**	**12.868**	**(17,1)**
PESSOAL (-) PDI	802	791	1,4
PDI	(4)	63	(106,3)
PLR e PPD	28	241	(88,4)
Total Pessoal	**826**	**1.095**	**(24,6)**
Tributos	3.966	6.082	(34,8)
Encargos Setoriais	4.321	4.418	(2,2)
Total Governo	**8.287**	**10.500**	**(21,1)**
Provisão ação Pis/Cofins	1.041	-	-
Outros	750	416	80,3
Total Terceiros	**1.791**	**416**	**330,5**
Lucros (prejuízos) retidos	(230)	450	(151,1)
Remuneração do capital próprio	-	407	(100,0)
Total Acionistas	**(230)**	**857**	**(126,8)**
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	**10.674**	**12.868**	**(17,1)**

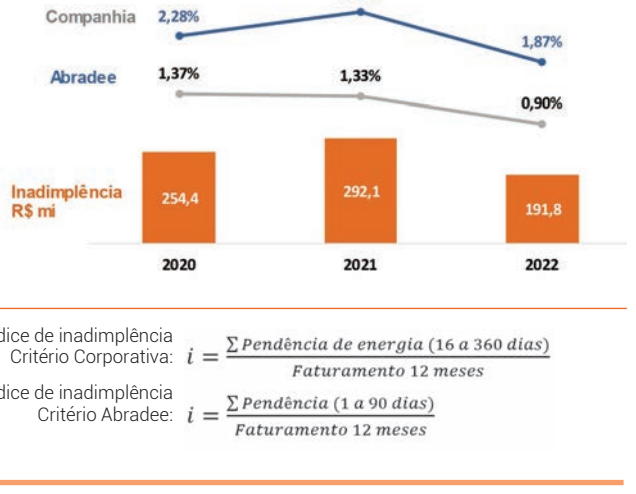


A demonstração, na íntegra, encontra-se nas Demonstrações Financeiras.

4.9. INADIMPLÊNCIA DE CONSUMIDORES

Em dezembro/2022, a inadimplência de consumidores da Copel Distribuição, também denominado de Inadimplência Corporativa, foi de R$ 191,8 milhões, que equivale a 0,90% do seu faturamento dos 12 meses anteriores, redução de 34,3% em relação a dezembro/2021. Os resultados demonstram uma sensível melhora em relação ao ano anterior nos dois principais indicadores de inadimplência da Copel Distribuição, conforme metodologia.

O bom resultado foi possível pelas adoções das ferramentas de cobrança, como os avisos de inadimplência (SMS, e-mail, protesto de títulos, carta cobrança) e, em última instância, a suspensão de fornecimento. Estas ações permitiam a recuperação de contas inadimplentes com muitos dias de atraso.



Metodologia: O índice de inadimplência Copel Distribuição do produto fornecimento de energia elétrica considera, em sua metodologia de cálculo, como inadimplente o consumidor com débito vencido há mais de 15 dias até 360 dias, excluindo o reconhecimento de perdas dos débitos vencidos, sendo:

Índice de inadimplência Critério Corporativa: $i = \frac{\sum Pendência\ de\ energia\ (16\ a\ 360\ dias)}{Faturamento\ 12\ meses}$

Índice de inadimplência Critério Abradee: $i = \frac{\sum Pendência\ (1\ a\ 90\ dias)}{Faturamento\ 12\ meses}$

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL

COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2022
em milhares de reais

Balanço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	430.121	393.317
Cauções e depósitos vinculados		90	51
Clientes	6	2.429.434	3.515.448
Ativos financeiros setoriais	7	190.699	383.740
Outros créditos	10	408.462	455.868
Estoques		158.487	169.756
Imposto de renda e contribuição social	11.1	95.397	29.523
Outros tributos a recuperar	11.4	1.178.192	1.457.467
Despesas antecipadas		37.593	37.156
Partes relacionadas	29.3	8.765	5.725
		4.937.240	**6.448.051**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	5	905	822
Cauções e depósitos vinculados	16.1	-	142.764
Clientes	6	109.472	70.317
Depósitos judiciais	12	384.425	361.195
Ativos financeiros setoriais	7	190.699	383.740
Contas a receber vinculadas à concessão	9	1.442.819	1.200.708
Ativos de Concessão	8	2.332.171	1.798.195
Outros créditos	10	15.020	22.742
Imposto de renda e contribuição social	11.1	19.723	18.713
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	1.203.057	679.181
Outros tributos a recuperar	11.4	2.502.266	2.985.951
		8.200.557	**7.664.328**
Investimentos		**534**	**540**
Intangível	13	**7.257.827**	**6.596.184**
Direito de uso de ativos	21.1	**142.657**	**95.598**
		15.601.575	**14.356.650**
TOTAL DO ATIVO		**20.538.815**	**20.804.701**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	14	154.982	369.864
Partes relacionadas	29.3	8.962	11.571
Fornecedores	15	1.447.967	1.743.382
Outras obrigações fiscais	11.4	182.308	334.738
Empréstimos e financiamentos	16	6.203	11.113
Debêntures	17	373.634	783.245
Dividendos a pagar		265.574	824.833
Benefícios pós-emprego	18.3	51.978	48.415
Encargos do consumidor a recolher	19	29.032	176.798
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	284.305	228.457
Passivos financeiros setoriais	7	433.914	139.770
Passivo de arrendamentos	21.2	48.882	31.448
Outras contas a pagar	22	132.246	116.348
PIS e COFINS a restituir para consumidores	11.5.1	550.527	7.294
		3.970.514	**4.827.276**
NÃO CIRCULANTE			
Outras obrigações fiscais	11.4	566.826	535.572
Empréstimos e financiamentos	16	751.805	168.634
Debêntures	17	3.642.973	2.416.356
Benefícios pós-emprego	18.3	657.867	802.222
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20	223.805	266.650
Passivos financeiros setoriais	7	49.341	153.409
Passivo de arrendamentos	21.2	100.659	69.365
Outras contas a pagar	22	16.007	15.522
PIS e COFINS a restituir para consumidores	11.5.1	1.444.631	3.319.501
Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	11.5.2	1.851.257	-
Provisões para litígios	23.1	652.858	671.638
		9.958.029	**8.418.869**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	24.1	5.359.206	5.359.206
Ajustes de avaliação patrimonial	24.2	15.777	(103.977)
Reserva legal		306.744	306.744
Reserva de retenção de lucros	24.3	928.545	1.808.323
Dividendo adicional proposto		-	188.260
		6.610.272	**7.558.556**
TOTAL DO ATIVO		**20.538.815**	**20.804.701**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultado

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	**13.903.300**	**14.836.392**
Custos Operacionais	26	**(11.833.211)**	**(12.942.685)**
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		**2.070.089**	**1.893.707**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	26	(170.407)	(178.719)
Despesas gerais e administrativas	26	(385.531)	(437.507)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(219.090)	(110.469)
Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	11.5.2	(810.563)	-
		(1.585.591)	**(726.695)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**484.498**	**1.167.012**
Resultado Financeiro	27		
Receitas financeiras		593.726	457.697
Despesas financeiras		(722.773)	(391.228)
Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	11.5.2	(1.040.694)	-
		(1.169.741)	**66.469**
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		**(685.243)**	**1.233.481**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.6		
Imposto de renda e contribuição social		(130.103)	(298.719)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		585.568	(76.878)
		455.465	**(375.597)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(229.778)**	**857.884**
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS - em reais			
Ações ordinárias		(0,04288)	0,16039

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(229.778)**	**857.884**
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ganhos com passivos atuariais			
Benefícios pós-emprego	18.4	181.446	166.589
Tributos sobre outros resultados abrangentes		(61.692)	(56.641)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		**119.754**	**109.948**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		**(110.024)**	**967.832**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Reservas de lucros: Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021		**5.341.443**	**(213.925)**	**263.851**	**1.400.827**	**420.718**	**-**	**7.212.914**
Lucro líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**857.884**	**857.884**
Ganhos atuariais, líquidos de tributos		-	109.948	-	-	-	-	109.948
Resultado abrangente total do exercício		**-**	**109.948**	**-**	**-**	**-**	**857.884**	**967.832**
Aumento de capital		**17.763**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**17.763**
Deliberação do Dividendo adicional proposto		**-**	**-**	**-**	**-**	**(420.718)**	**-**	**(420.718)**
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva legal		-	-	42.893	-	-	(42.893)	-
Dividendos intermediários (JCP)		-	-	-	-	-	(103.249)	(103.249)
Dividendos							(115.986)	(115.986)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	188.260	(188.260)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-		407.496	-	(407.496)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**5.359.206**	**(103.977)**	**306.744**	**1.808.323**	**188.260**	**-**	**7.558.556**
Saldo em 1º de janeiro de 2022		**5.359.206**	**(103.977)**	**306.744**	**1.808.323**	**188.260**	**-**	**7.558.556**
Prejuízo líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(229.778)**	**(229.778)**
Ganhos atuariais, líquidos de tributos		-	119.754	-	-	-	-	119.754
Resultado abrangente total do exercício		**-**	**119.754**	**-**	**-**	**-**	**(229.778)**	**(110.024)**
Deliberação do Dividendo adicional proposto		**-**	**-**	**-**	**-**	**(188.260)**	**-**	**(188.260)**
Destinação proposta à A.G.O.:								
Dividendos intermediários (JCP)		-	-	-	(113.504)	-	-	(113.504)
Dividendos		-	-	-	(270.496)		-	(270.496)
Distribuição de Reserva de retenção de lucros					(266.000)			(266.000)
Reserva de retenção de lucros		-	-		(229.778)	-	229.778	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**5.359.206**	**15.777**	**306.744**	**928.545**	**-**	**-**	**6.610.272**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		**(229.778)**	**857.884**
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido (prejuizo) do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:			
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		264.778	140.860
Reconhecimento do valor justo do ativo indenizável da concessão	9	(79.169)	(108.733)
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão	9	82	14
Baixas de ativos de concessão	8	8.829	7.155
Imposto de renda e contribuição social	11.6	130.103	298.719
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.6	(585.588)	76.878
Efeitos da ação do ICMS sobre o PIS e Cofins		2.112.720	(21.640)
Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	18.4	169.277	153.528
Programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20.2	116.336	131.331
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	25.1	(1.847.863)	(2.502.324)
Amortização	26	454.307	406.632
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas		284.230	271.859
Resultado das baixas de intangível	13	53.494	30.623
		851.778	**(257.214)**
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		928.380	(1.076.668)
Ativos financeiros setoriais		966.485	1.509.802
Depósitos judiciais		2.720	(84.990)
Outros créditos		59.007	(186.354)
Estoques		11.269	(30.235)
Imposto de renda e contribuição social		(58.441)	(21.258)
Outros tributos a recuperar		(94.086)	43.160
Despesas antecipadas		(437)	(13.618)
Partes relacionadas		(3.040)	317
		1.811.837	**140.156**
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		(53.488)	14.641
Partes relacionadas		(2.609)	1.004
Fornecedores		(230.480)	(25.405)
Outras obrigações fiscais		576.275	632.330
Benefícios pós-emprego	18.4	(128.623)	(124.289)
Encargos do consumidor a recolher		(147.766)	161.233
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	20.2	(136.503)	(175.195)
Outras contas a pagar		16.382	9.079
Provisões para litígios quitadas	23.1.1	(184.726)	(117.753)
		(291.538)	**375.645**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**2.372.077**	**258.587**
Imposto de renda e contribuição social pagos		17.804	(124.298)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	16.4	(68.294)	(8.585)
Encargos de debêntures pagos	17.2	(433.106)	(163.768)
Encargos de mútuo pagos		(4.895)	-
Encargos de passivos de arrendamento pagos	21.2.1	(10.724)	(7.438)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**1.872.862**	**(45.502)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		142.642	(8.522)
Aquisições de ativos de contrato		(2.153.519)	(1.603.341)
Participação financeira do consumidor - ativos de contrato		243.916	151.548
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(1.766.961)**	**(1.460.315)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos de empréstimos e financiamentos		750.000	-
Ingressos de mútuo com partes relacionadas		100.000	-
Ingressos de debêntures emitidas	17.2	1.500.000	1.500.000
Custos de transação de empréstimos e financiamentos e de debêntures		(30.022)	(19.709)
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	16.4	(144.621)	(14.586)
Amortizações de principal de debêntures	17.2	(758.333)	(758.333)
Amortizações de principal de passivos de arrendamento	21.2.1	(41.778)	(30.035)
Amortizações de principal do mútuo com a controladora		(100.000)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1.344.343)	(240.000)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(69.097)**	**437.337**
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**36.804**	**(1.068.480)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	393.317	1.461.797
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	430.121	393.317
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**36.804**	**(1.068.480)**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf
Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL

COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2022
em milhares de reais

Demonstração do Valor Adicionado

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	31.12.2022	31.12.2021
Receitas		
Venda de energia e outros serviços	18.089.469	19.971.299
Receita de construção	2.048.022	1.700.889
Valor justo do ativo indenizável da concessão	79.169	108.733
Ativos e passivos financeiros setoriais	1.847.863	2.502.324
Outras receitas	45.133	53.074
Perdas de crédito esperadas	(119.482)	(127.333)
	21.990.174	**24.208.986**
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	6.294.481	7.697.674
Encargos de uso da rede elétrica (-) ESS e EER	1.908.465	1.631.907
Material, insumos e serviços de terceiros	604.481	526.472
Custo de construção	1.877.842	1.552.744
Perda / Recuperação de valores ativos	99.244	67.729
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	810.563	-
Outros insumos	229.496	181.771
	11.824.572	**11.658.297**
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	**10.165.602**	**12.550.689**
(-) Amortização	**454.307**	**406.632**
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	**9.711.295**	**12.144.057**
(+) Valor adicionado transferido		
Receitas financeiras	593.726	457.697
Outras receitas	368.833	266.676
	962.559	**724.373**
	10.673.854	**12.868.430**

Demonstração do Valor Adicionado

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	31.12.2022	%	31.12.2021	%
Pessoal				
Remunerações e honorários	539.292		540.203	
Planos previdenciário e assistencial	169.493		155.774	
Auxílio alimentação e educação	65.218		66.430	
Encargos sociais - FGTS	27.959		28.728	
Programa de desligamentos voluntários	(4.199)		63.013	
Prêmio de desempenho e participação nos lucros	28.076		241.043	
	825.838	**7,7**	**1.095.191**	**8,5**
Governo				
Federal				
Tributos	467.842		1.349.172	
Encargos setoriais	4.321.143		4.417.648	
Estadual	3.496.085		4.730.406	
Municipal	2.263		2.430	
	8.287.333	**77,7**	**10.499.656**	**81,6**
Terceiros				
Juros	731.891		403.699	
Atualização de provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	1.040.694		-	
Arrendamentos e aluguéis	15.876		6.312	
Doações, subvenções e contribuições	1.999		5.688	
	1.790.460	**16,8**	**415.699**	**3,2**
Acionistas				
Lucros (prejuízos) retidos	(229.778)		450.389	
Remuneração do capital próprio	-		407.495	
	(229.778)	**(2,2)**	**857.884**	**6,7**
	10.673.853		**12.868.430**	

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às **Demonstrações Financeiras**

em 31 de dezembro de 2022
em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição ou Companhia), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco C, Curitiba - PR, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), em 19 de maio de 2022, obteve junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o registro de companhia aberta na categoria "B", sob o código 2680-8, em conformidade com a Resolução CVM nº 80/2022.

A Companhia opera na distribuição regulada de energia elétrica em 394 municípios do Paraná, dos quais Guarapuava e Coronel Vivida são atendidos parcialmente, e Porto União em Santa Catarina, abrangendo 194.854 Km² de área de concessão. A população atendida alcança 11,3 milhões de pessoas em 5,01 milhões de unidades consumidoras distribuídas nas classes residencial, industrial, comercial, rural, poder e serviços públicos, iluminação pública e supridas.

As principais obrigações e prerrogativas da Companhia estabelecidas no Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 46/1999, prorrogando a vigência da concessão até 07.07.2045, são: realizar a operação e manutenção das instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço; realizar prestação de serviço adequado; organizar e manter o controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão; gerenciar os recursos financeiros; realizar investimentos necessários à prestação do serviço e expansão do sistema elétrico; obter energia elétrica ao menor custo disponível; prestar contas à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, conforme previsto em lei; entre outros.

Cabe ao poder concedente e à Aneel: expedir normas, instruções e regulação, as quais serão condições implícitas ao contrato; realizar o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do contrato.

A Companhia não atua em outros segmentos, possuindo apenas o segmento de Distribuição.

Em 24.11.2022, a Lei 21.272 do Estado do Paraná autorizou a transformação da Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador ("Corporação") por meio de oferta pública secundária de ações e/ou Units de emissão da Copel e propriedade do Controlador. Em 31.01.2023, o Conselho de Administração da Copel aprovou a contratação de consultores e assessores técnicos especializados para auxiliar nos estudos e na estruturação de eventual oferta.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declarações de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas Demonstrações Financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 21.03.2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, reconhecidos a valor justo, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Copel Distribuição. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e estas revisões são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 7 - Ativos e passivos financeiros setoriais;
- NEs nºs 3.3.1 e 8 – Ativos de Concessão;
- NEs nºs 3.3.2 e 9 – Contas a Receber Vinculadas à Concessão;
- NEs nºs 3.3.3 e 13 - Intangível;
- NE nº 3.5 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NEs nºs 3.5.1 e 6.4 – Ativo Financeiro e Perdas de crédito esperadas;
- NEs nºs 3.6 e 23 - Provisões para litígios e passivos contingentes;
- NEs nºs 3.6 e 11.5.2 - Provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins;
- NE nº 3.7 – Reconhecimento da Receita;
- NE nº 3.8 – Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- NEs nºs 3.9.2 e 11.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- NEs nºs 3.10 e 18 - Benefícios Pós-emprego; e
- NEs nºs 3.11 e 21 – Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos.

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessão de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) potencial de geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para cumprimento de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) histórico de lucros nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que sejam um contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não possuem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, bem como não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos Financeiros

a. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

c. Baixas de ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

3.1.2 Passivos Financeiros

a. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

b. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

c. Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

A Companhia registra as variações dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais com o objetivo de manter a neutralidade entre os valores faturados das tarifas dos consumidores, para cobertura dos custos de energia, de encargos e outros itens relacionados, e o previsto em cobertura tarifária, conforme termo aditivo ao contrato de concessão das concessionárias de distribuição, aprovado pelo Despacho Aneel nº 4.621/2014 e de acordo com Orientação Técnica OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica.

Os Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos são compostos: a) pela Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A - CVA, que registra a variação entre os custos previstos e realizados de aquisição de energia elétrica, de transmissão e encargos setoriais, e b) pelos itens financeiros que correspondem a outros direitos e obrigações integrantes da tarifa.

Os valores são atualizados até o próximo reajuste/revisão tarifária e, após a homologação da Aneel, a nova tarifa é aplicada para o ano tarifário vigente, proporcionando cobrança ou devolução dos ativos e passivos constituídos, os quais passam a ser amortizados.

No caso de extinção da concessão por qualquer motivo, os valores residuais de itens da Conta de Compensação de Valores de itens da "Parcela A" - CVA e outros componentes financeiros, não repassados via tarifa, devem ser incorporados no cálculo da indenização, ficando, portanto, resguardado o direito ou a obrigação do concessionário junto ao Poder Concedente.

3.3 Contrato de concessão

Em consonância ao CPC 04 - Ativos Intangíveis, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão e ao OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia aplica estas práticas em razão de deter, junto ao poder concedente, contrato de concessão para a exploração do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos concessionários de serviços públicos quando o Poder Concedente controla ou regula quais serviços o concessionário deve fornecer, para quem, a qual preço, e, ainda, controla qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao, final do período da concessão.

Desta forma, os ativos da infraestrutura são reconhecidos conforme segue.

3.3.1 Ativos de Concessão

Os Ativos de Concessão (ativos de contrato) de que tratam as normas ICPC 01 – Contratos de Concessão e observando o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contratos com clientes representam o direito contratual da concessionária relacionado às obras em construção para atendimento às necessidades da concessão, contabilizado ao custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Quando da sua entrada em operação, esses ativos serão transferidos para o Ativo Intangível no montante equivalente ao que será remunerado pelo usuário, mediante pagamento de tarifa pelo uso dos serviços, ou para o Contas a Receber Vinculados à Concessão, no montante equivalente à parcela residual dos ativos não amortizados, que serão revertidos ao poder concedente mediante indenização ao final da concessão.

3.3.2 Contas a receber vinculadas à concessão

Referem-se à indenização prevista no contrato de concessão que, no entendimento da Administração, assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Companhia pelos investimentos efetuados em infraestrutura, não recebidos por meio da tarifa, por possuírem vida útil superior ao prazo da concessão. Esses ativos financeiros são classificados como valor justo por meio de resultado.

Os fluxos de caixa vinculados a estes ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória – BRR, definida pelo Poder Concedente, e o valor justo é regulado com base na metodologia de custo de reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão.

3.3.3 Intangível

Compreende o direito de exploração da infraestrutura, construída ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de energia elétrica, e de cobrar dos usuários o serviço público prestado. É reconhecido pelo custo de aquisição, incluídos os custos de empréstimos, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização desse intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos, com expectativa de amortização durante o prazo da concessão.

A baixa do ativo intangível é realizada na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso. Os ganhos ou as perdas resultantes da alienação de um ativo intangível são reconhecidos no resultado, mensurados com a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo. Durante a fase de construção da infraestrutura, os custos são classificados como Ativos de Concessão (NE 3.3.1).

3.4 Estoque (inclusive do Ativo de Concessão)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo de Concessão, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

3.5 Redução ao valor recuperável de ativos – *impairment*

3.5.1 Ativo Financeiro

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 / IFRS 9 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuírem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo e dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

3.5.2 Ativos não financeiros

Esses ativos são avaliados na data de apresentação das demonstrações financeiras para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras. Em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.6 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada durante a fase de implantação do empreendimento, em contrapartida ao ativo de contrato, à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados.

3.7 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada na medida em que for provável que benefícios econômicos que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto, da infraestrutura ou do serviço ao cliente.

3.7.1 Receita de Fornecimento – Tarifa de Energia (TE)

A receita de fornecimento é suportada pelos contratos de adesão dos consumidores de baixa tensão e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão, sendo que o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período.

O faturamento da energia elétrica vendida é efetuado mensalmente com base na medição realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL.

Para adequação do consumo no período de competência, é registrada receita não faturada calculada entre a data da última leitura e o encerramento do mês, por estimativa, com base na média do último faturamento.

3.7.2 Receita de disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)

A Companhia reconhece a receita da disponibilidade da rede elétrica a seus clientes cativos e livres que utilizam os sistemas de distribuição. O faturamento e o registro da receita não faturada são efetuados mensalmente e tem como base a medição realizada. O valor justo da contraprestação é calculado de acordo com tarifa de uso do sistema (TUSD) homologada pela ANEEL.

São registradas ainda, deduzidas da receita de disponibilidade, as compensações pagas aos consumidores cativos, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI, os quais indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente em até dois meses após a ocorrência, através de crédito na fatura.

3.7.3 Receita de construção e custo de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição são contabilizadas conforme o estágio de execução. Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

Considerando que a Companhia terceiriza a construção de infraestrutura de distribuição com partes não relacionadas, por meio de obras realizadas em curto prazo, a margem de construção para a atividade de distribuição de energia resulta em valores não significativos, o que leva ao não reconhecimento deste valor na receita de construção.

3.7.4 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.8 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia no Mercado de Curto Prazo da CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela Câmara, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.9 Tributos

3.9.1 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder a R$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

3.9.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.9.3 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS das alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, do PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens, são apresentados deduzidos do custo de aquisição dos respectivos ativos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.10 Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e Plano Assistencial (assistência médica e odontológica) para seus empregados ativos e seus dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com a data base que coincide com o encerramento do exercício. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com o atuário independente e aprovadas pela Administração da Controladora.

Os ativos dos planos de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado). O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano. A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos. Ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.11 Arrendamento mercantil

O tratamento contábil de contratos de arrendamentos está em consonância com o CPC 06 (R2) / IFRS 16. Na celebração contratual para fornecimento de bens e serviços, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se esse contrato transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo, em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor.

3.11.1 Direito de uso de ativos

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, deduzidos os incentivos recebidos. A depreciação desses ativos é realizada linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

3.11.2 Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo custo amortizado dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas. A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

3.11.3 Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, sem opção de compra e para bens de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.12 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pelas empresas assim como sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações, por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

3.13 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1°.01.2022

A partir de 1°.01.2022 estão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
- CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
- CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

3.14 Novas normas que ainda não entraram em vigor

Estarão vigentes, com início em ou após 1º de janeiro de 2023, as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4;
- CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de políticas contábeis;
- CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis;
- CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação; e
- CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações contábeis Companhia decorrentes destas alterações de normas.

Adicionalmente, estão em andamento as propostas de normas de divulgação que tratam dos requisitos gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade (IFRS S1) e Divulgação Relacionada ao Clima (IFRS S2), a serem emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), ainda sem data de vigência definida. A Companhia está acompanhando a proposta de emissão destas normas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	107.767	148.783
Aplicações financeiras de liquidez imediata	322.354	244.534
	430.121	**393.317**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, sem restrições de uso, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 96,0% e 101,0% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Categoria	Indexador	31.12.2022	31.12.2021
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	98% a 100% do CDI	905	822
		905	**822**
	Circulante	**905**	**822**

A Companhia possui títulos e valores mobiliários, cuja finalidade de aplicação é a de garantias de financiamento para o programa Luz para todos, que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 13 a 48 meses a partir do final do período de relatório.

6. CLIENTES

	Saldos dias vencidos			Saldo 31.12.2022	Saldo 31.12.2021
	vincendos	até 90	mais de 90		
Consumidores					
Residencial	312.468	172.243	28.385	513.096	858.070
Industrial	115.707	17.612	45.689	179.008	330.134
Comercial	195.116	41.274	24.027	260.417	443.173
Rural	78.099	20.194	3.352	101.645	151.459
Poder público	36.505	2.200	401	39.106	58.532
Iluminação pública	28.140	188	-	28.328	55.943
Serviço público	37.698	952	643	39.293	62.350
Receita de fornecimento não faturada	462.773	-	-	462.773	948.936
Parcelamento de débitos (6.1)	289.821	43.230	70.467	403.518	343.667
Subsídio baixa renda - Eletrobras	28.342	-	-	28.342	17.712
Outros créditos	64.836	24.815	14.097	103.749	147.203
(-) Bônus Redução Voluntária de Consumo (6.2)	(2.754)	-	-	(2.754)	(134.890)
	1.646.751	**322.708**	**187.061**	**2.156.521**	**3.282.289**
Concessionárias, permissionárias e comercializadoras					
Suprimento de energia elétrica					
Contratos bilaterais	3.088	803	-	3.891	4.950
CCEE (6.3)	34.192	-	-	34.192	155.324
Receita de suprimento não faturada	5.245	-	-	5.245	5.516
	42.525	**803**	**-**	**43.328**	**165.790**
Encargos de uso da rede elétrica	**448.141**	**8.052**	**5.708**	**461.901**	**295.772**
Rede elétrica	144.525	8.040	5.689	158.254	126.535
Rede básica e de conexão	511	12	19	542	529
Receita da rede elétrica não faturada	303.105	-	-	303.105	168.708
(-) Perdas de créditos esperadas (6.4)	**(20.829)**	**(19.893)**	**(82.122)**	**(122.844)**	**(158.086)**
	2.116.588	**311.670**	**110.647**	**2.538.906**	**3.585.765**
Circulante				**2.429.434**	**3.515.448**
Não circulante				**109.472**	**70.317**

As Contas a receber de Consumidores, concessionárias e permissionárias são compostas pelos valores a receber das receitas faturadas e não faturadas, decorrentes de operações de curto e longo prazo. O registro inicial é registrado pelo valor da transação e este é mensurado subsequentemente ao custo amortizado, refletindo o preço da transação, incluindo tributos e encargos, realizados com consumidores cativos, livres, potencialmente livres, concessionárias e permissionárias e na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

6.1 Parcelamento de débitos

	Saldo 31.12.2022	Saldo 31.12.2021
Residencial	168.534	150.439
Industrial	92.824	91.830
Comercial	147.678	102.103
Rural	13.871	12.949
Poderes públicos	12.858	5.987
Iluminação pública	11.980	13.630
Serviço público	2.252	3.900
(-) Ajuste a valor presente	(46.479)	(37.171)
	403.518	**343.667**

O parcelamento de débitos vencidos, junto à Copel Distribuição, poderá ser concedido mediante solicitação do consumidor, com base nos critérios e condições que consideram o percentual mínimo de entrada, a quantidade de parcelas, bem como exigências de garantias, a depender do valor do débito.

Os saldos de parcelamentos de débitos, em 31.12.2022, estão a valor presente, e considera o montante a ser descontado, as datas de vencimento das parcelas e a taxa média ponderada de desconto, em 1,10% a.m. (1,16% a.m. em 31.12.2021).

6.2 Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica

A Companhia registrou, em 31.12.2021, um crédito no montante de R$ 134.890, em contrapartida de Ativo - Outros Créditos, referente ao bônus concedido aos consumidores elegíveis ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica. O montante corresponde ao total da energia economizada pelo consumidor entre setembro e dezembro de 2021, conforme os critérios estabelecidos, sendo o bônus creditado nas faturas e reembolsado na contabilização da CCEE. Em 31.12.2022 o saldo remanescente de reembolso é de R$ 2.754. O programa fez parte das ações governamentais para combate à crise hídrica de 2021.

6.3 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Saldo a receber proveniente de posição positiva na liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE. Os valores são recebidos no segundo mês subsequente ao reconhecimento da receita.

6.4 Perdas de créditos esperadas

	Saldo em 1°.01.2021	Adições/ (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2021	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2022
Consumidores							
Residencial	47.395	79.689	(76.817)	50.267	112.457	(100.199)	62.525
Industrial	88.098	17.953	(64.824)	41.227	(22.914)	3.398	21.711
Comercial	68.725	24.386	(34.815)	58.296	21.104	(48.764)	30.636
Rural	3.937	2.416	(3.393)	2.960	4.327	(3.460)	3.827
Poder público	3.084	(6)	(2.697)	381	116	39	536
Iluminação pública	8	1.096	(1.093)	11	7	-	18
Serviço público	143	(279)	109	(27)	2.254	(277)	1.950
Não faturado	1.589	885	-	2.474	(1.487)	-	987
Ajuste a valor presente	(650)	(854)	-	(1.504)	(1.146)	-	(2.650)
	212.329	**125.286**	**(183.530)**	**154.085**	**114.718**	**(149.263)**	**119.540**
Concessionárias e permissionárias	**3.524**	**606**	**(129)**	**4.001**	**3.760**	**(4.457)**	**3.304**
	215.853	**125.892**	**(183.659)**	**158.086**	**118.478**	**(153.720)**	**122.844**

As perdas de créditos esperadas são apresentadas, nas Demonstrações de Resultados, em despesas com vendas. Sua constituição é suficiente para absorver qualquer provável perda na liquidação dos créditos de difícil recebimento. A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a Clientes está divulgada na NE nº 28.2.1.b.

7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS LÍQUIDOS

Os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais Líquidos (NE nº 3.2) compreendem o resultado das operações que envolvem itens da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A - CVA, bem como outros componentes financeiros relativos a outros direitos e obrigações, e que configuram os custos não gerenciáveis repassados aos consumidores através da tarifa fixada para o período de vigência.

As oscilações de mercado, preço, determinações legais, entre outros, impactam nos custos efetivamente realizados que, comparados à cobertura tarifária, geram diferenças a serem consideradas quando do reajuste tarifário futuro, após aprovação da Aneel. Ao longo do ciclo tarifário, as diferenças, positivas ou negativas, são atualizadas monetariamente e reconhecidas no resultado (NE 25 e 27). São amortizados os valores constituídos no ciclo anterior e homologados no reajuste.

	31.12.2022			31.12.2021		
	Homologados pela ANEEL	Próximos reajustes	Total	Homologados pela ANEEL	Próximos reajustes	Total
Saldo homologado pela ANEEL	(813.290)	-	(813.290)	(176.159)	-	(176.159)
Constituição/amortização	469.028	381.398	850.426	151.082	767.479	918.561
Devoluções tarifárias	(89.652)	(49.341)	(138.993)	(114.692)	(153.409)	(268.101)
Total	**(433.914)**	**332.057**	**(101.857)**	**(139.769)**	**614.070**	**474.301**
		Ativo Circulante	**190.699**			**383.740**
		Ativo Não Circulante	**190.699**			**383.740**
		Passivo Circulante	**(433.914)**			**(139.770)**
		Passivo Não Circulante	**(49.341)**			**(153.409)**

7.1 Mutação dos ativos e passivos financeiros setoriais líquidos

	Saldo em 1°.01.2022	Receita Operacional		Resultado financeiro	Balanço Patrimonial	Bandeiras tarifárias	Saldo em 31.12.2022
		Constituição	Amortização	Atualização	Constituição		
CVA							
Energia elétrica para revenda - Itaipu	1.286.966	344.731	(914.567)	102.517	-	-	819.647
Transporte de energia pela rede básica	180.521	213.106	(152.329)	12.467	-	-	253.765
Transporte de energia de Itaipu	14.018	8.125	(11.823)	386	-	-	10.706
Energia elétrica comprada para revenda	(475.842)	(540.360)	429.160	(36.150)	-	41.132	(582.060)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(18.786)	392.608	(201.781)	28.453	-	-	200.494
Proinfa	10.501	77.631	(53.234)	7.181	-	-	42.079
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	531.280	417.466	(324.194)	46.467	-	(443.689)	227.330
	1.528.658	**913.307**	**(1.228.768)**	**161.321**	**-**	**(402.557)**	**971.961**
Componentes Financeiros							
Risco hidrológico	(604.152)	(463.625)	570.582	(27.612)	-	-	(524.807)
Devoluções de créditos Pis e Cofins (a)	(337.350)	-	1.164.877	-	(1.593.100)	-	(765.573)
Devoluções tarifárias	(198.997)	(66.898)	101.685	(11.250)	-	-	(175.460)
Neutralidade	81.177	94.338	(81.461)	4.544	-	-	98.598
Sobrecontratação	(78.596)	522.321	53.319	15.421	-	(76.140)	436.325
Bônus Itaipu	(26.450)	46.914	(6.240)	(4.568)	(4.713)	-	4.943
Compensação acordos bilaterais CCEAR	(184)	(239)	385	(148)	-	-	(186)
Conta escassez hídrica (b)	-	-	76.949	(2.293)	(145.844)	-	(71.188)
CDE Eletrobrás (c)	-	165.215	-	(13.803)	(335.511)	-	(184.099)
Demais	110.196	86.068	(100.866)	13.935	(1.701)	-	107.632
	(1.054.357)	**384.094**	**1.779.230**	**(25.774)**	**(2.080.869)**	**(76.140)**	**(1.073.815)**
Total	**474.301**	**1.297.401**	**550.462**	**135.547**	**(2.080.869)**	**(478.697)**	**(101.854)**
Ativo circulante	**383.740**						**190.699**
Ativo não circulante	**383.740**						**190.699**
Passivo circulante	**(139.770)**						**(433.914)**
Passivo não circulante	**(153.409)**						**(49.341)**

	Saldo em 1°.01.2021	Receita Operacional		Resultado financeiro	Balanço Patrimonial	Bandeiras tarifárias	Saldo em 31.12.2021
		Constituição	Amortização	Atualização	Constituição		
CVA							
Energia elétrica para revenda - Itaipu	463.176	1.133.848	(348.803)	38.745	-	-	1.286.966
Transporte de energia pela rede básica	176.877	164.204	(170.538)	9.978	-	-	180.521
Transporte de energia de Itaipu	19.746	10.933	(17.746)	1.085	-	-	14.018
Energia elétrica comprada para revenda	(100.053)	640.205	128.545	(1.303)	-	(1.143.236)	(475.842)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.872)	22.764	(41.260)	1.582	-	-	(18.786)
Proinfa	(145)	22.155	(11.812)	303	-	-	10.501
Encargos de Serviços do Sistema - ESS	19.131	728.954	(23.429)	2.374	-	(195.750)	531.280
	576.860	**2.723.063**	**(485.043)**	**52.764**	**-**	**(1.338.986)**	**1.528.658**
Componentes Financeiros					**-**	**-**	
Risco hidrológico	(474.111)	(562.663)	443.644	(11.022)	-	-	(604.152)
Devoluções tarifárias	(193.669)	(97.684)	100.956	(8.600)	-	-	(198.997)
Devoluções de créditos Pis e Cofins	-	-	364.650	-	(702.000)	-	(337.350)
Neutralidade	77.265	60.608	(57.925)	1.229	-	-	81.177
Compensação acordos bilaterais CCEAR	36.395	(383)	(36.196)	-	-	-	(184)
Sobrecontratação	130.677	(99.743)	(23.230)	(2.220)	-	(84.080)	(78.596)
Bônus Itaipu	-	60.065	-	220	(86.736)	-	(26.450)
Demais	4.804	89.875	22.330	(213)	(6.600)	-	110.196
	(418.639)	**(549.925)**	**814.229**	**(20.606)**	**(795.336)**	**(84.080)**	**(1.054.357)**
Total	**158.221**	**2.173.138**	**329.186**	**32.158**	**(795.336)**	**(1.423.066)**	**474.301**
Ativo circulante	**173.465**						**383.740**
Ativo não circulante	**173.465**						**383.740**
Passivo circulante	**(188.709)**						**(139.770)**
Passivo não circulante	**-**						**(153.409)**

a. Crédito de PIS e COFINS

No processo de reajuste tarifário anual em 2022, a Companhia destinou R$ 1,593 bilhão relativos à ação judicial referente à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e Cofins (NE nº 11.5). Em 2021, o valor correspondente destinado foi de R$ 702.000 (Resolução Homologatória nº 2.886/2021).

b. Conta Escassez Hídrica

Diante da situação de escassez hídrica, em 2021, uma das medidas governamentais destinadas para amenizar os impactos financeiros no setor elétrico, foi a contratação de operação financeira para cobrir, total ou parcialmente os custos adicionais temporariamente assumidos pelas distribuidoras no período (Decreto n° 10.939/2022). Os recursos foram alocados na Conta Escassez Hídrica (Resolução Normativa nº 1.008/2022 da Aneel).

Em 09.05.2022 a Copel Distribuição recebeu o montante de R$ 145.844, reconhecido como um componente financeiro, reduzindo a tarifa do consumidor, conforme processo de reajuste tarifário anual (Resolução Homologatória nº 3.049, de 21.06.2022), sendo o valor atualizado pela taxa Selic. O valor será repassado aos consumidores através de quotas mensais homologadas pela Aneel e recolhidas para a CDE Conta escassez hídrica a partir do próximo processo de reajuste tarifário, a ser realizado em junho de 2023, se estendendo por um período de 4 anos (NE 25.3.1).

c. CDE Eletrobrás

A desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (Lei nº 14.182 de 12.07.2021), produziu um benefício ao consumidor de energia elétrica, na medida em que foram repassados à modicidade tarifária o correspondente a 50% do valor adicionado proveniente da bonificação pela outorga dos contratos de concessão renovados das hidrelétricas da Eletrobrás (Resolução CNPE nº 15/2021 de 31.08.2021). O montante destinado à Copel Distribuição no processo de reajuste tarifário em junho/2022 foi de R$ 335.511, sendo este recurso recebido pela Companhia em 29.07.2022.

8. ATIVOS DE CONCESSÃO

	Ativo	Obrigações especiais	Total
Em 1°.01.2021	**1.144.780**	**(29.819)**	**1.114.961**
Adições	1.774.583	-	1.774.583
Participação financeira do consumidor	-	(151.548)	(151.548)
Transferências para o intangível (NE 13)	(919.957)	113.068	(806.889)
Transferências de/para contas a receber vinculadas à concessão (NE 9)	(140.385)	14.628	(125.757)
Baixas	(7.155)	-	(7.155)
Em 31.12.2021	**1.851.866**	**(53.671)**	**1.798.195**
Adições	2.092.117	-	2.092.117
Participação financeira do consumidor	-	(243.916)	(243.916)
Transferências para o intangível (NE 13)	(1.332.118)	194.794	(1.137.324)
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão (NE 9)	(197.912)	29.840	(168.072)
Baixas	(8.829)	-	(8.829)
Em 31.12.2022	**2.405.124**	**(72.953)**	**2.332.171**

Os Ativos de Concessão (NE nº 3.3.1) são compostos por obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição, e equipamentos de medição, mensurados ao custo histórico, líquidos das Obrigações Especiais.

À medida que essas obras são concluídas, os valores desses direitos são transferidos ao Ativo Intangível (NE nº 13) ou a Contas a Receber Vinculados à Concessão (NE nº 9), conforme a forma da remuneração. Durante a fase de construção são capitalizados os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

	31.12.2022	31.12.2021
Encargos financeiros capitalizados	17.903	12.785
Taxa média	0,38%	0,38%

9. CONTAS A RECEBER VINCULADAS À CONCESSÃO

Em 1°.01.2021	**960.518**
Transferências de ativos de concessão (NE 8)	125.757
Transferências para outros créditos (bens destinados a alienação)	(2.406)
Transferência para Intangível (reclassificação)	8.385
Reconhecimento do valor justo	108.732
Incorporações (a)	(265)
Baixas	(13)
Em 31.12.2021	**1.200.708**
Transferências de ativos de concessão (NE 8)	168.072
Transferência para outros créditos (bens destinados a alienação)	(5.048)
Reconhecimento do valor justo	79.169
Baixas	(82)
Em 31.12.2022	**1.442.819**

(a) Recebimento de bens e equipamentos por meio de transferência não onerosa, cujos valores foram classificados no Contas a receber vinculadas à concessão e no Intangível (NE 13).

O ativo financeiro registrado no Contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 3.3.2) corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público cuja vida útil do bem supera o prazo da concessão, e que, conforme previsão contratual, são indenizados ao final da concessão.

10. OUTROS CRÉDITOS

	31.12.2022	31.12.2021
Serviços em curso (a)	263.433	199.156
Repasse CDE (b)	83.649	68.999
Bandeira tarifária - CCRBT (NE 25.2.2)	8.711	9.892
Alienações e desativações em curso	31.831	34.741
Adiantamento a empregados	11.983	11.287
Adiantamento para indenizações imobiliárias	4.406	1.389
Crédito Bônus redução voluntária de consumo	2.917	134.892
Outros créditos	16.552	18.254
	423.482	**478.610**
Circulante	**408.462**	**455.868**
Não circulante	**15.020**	**22.742**

a. Serviços em curso

Referem-se, em sua maioria, aos gastos relacionados aos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE em execução, os quais, após sua conclusão, são compensados com o respectivo passivo (NE nº 20).

b. Repasse CDE

Valores da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE a serem repassados à Companhia, para cobertura dos descontos tarifários incidentes sobre as tarifas, definidos na Lei nº 10.438/2002 e Decreto nº 7.891/2013. Os valores são estipulados no Reajuste/Revisão Tarifária Anual e correspondem ao período de junho do ano atual a maio do próximo ano. Mensalmente, a Companhia constitui estimativa de diferenças a serem compensadas no próximo reajuste tarifário. Composição do saldo:

	31.12.2022	31.12.2021
Repasse CDE cota (a)	43.613	45.019
Diferenças a receber conforme Resolução (a)	24.428	15.856
Estimativa diferenças a receber período junho a dezembro	15.608	8.124
	83.649	**68.999**

Valores das cotas para os períodos:

	Previsão	Ajuste	Total
Resolução Homologatória nº 3.049/2022 - período junho/22 a maio/23	43.613	4.071	47.684
Resolução Homologatória nº 2.886/2021 - período junho/21 a maio/22	45.019	2.642	47.661

11. TRIBUTOS

11.1 Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante		
IR e CSLL a compensar	104.121	32.375
IR e CSLL a compensar com o passivo	(8.724)	(2.853)
	95.397	**29.523**
Ativo não circulante		
IR e CSLL a recuperar	19.723	18.713
	19.723	**18.713**
Passivo circulante		
IR e CSLL a recolher	14.662	81.113
IR e CSLL a compensar com o ativo	(14.662)	(81.113)
	-	**-**

11.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

11.2.1 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2021	Resultado	Resultado abrangente	Reclassific.	Saldo em 31.12.2021	Resultado	Resultado abrangente	Saldo em 31.12.2022
Ativo não circulante								
Provisões para litígios	230.863	(1.466)	-	-	229.397	(11.462)	-	217.935
Provisão destinação de crédito de PIS/Cofins	-	-	-	-	-	629.427	-	629.427
Benefícios pós-emprego	335.586	9.999	(56.641)	-	288.944	13.821	(61.692)	241.073
Provisão para P&D e PEE	138.886	(5.020)	-	-	133.866	(8.259)	-	125.607
Perdas de créditos esperadas	75.135	(20.485)	-	-	54.650	(12.694)	-	41.956
INSS - liminar sobre depósito judicial	53.865	2.593	-	-	56.458	5.395	-	61.853
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(1)	-	-	-	(1)	65.618	-	65.617
Provisão para perdas tributárias	11.279	-	-	-	11.279	-	-	11.279
Provisão para participação nos lucros	98.625	(29.510)	-	-	69.115	(58.354)	-	10.761
Programa Prêmio Desempenho empregados	11.750	657	-	-	12.407	(12.407)	-	-
Instrumentos financeiros	12.622	15	-	-	12.637	3.166	-	15.803
Programa de desligamentos voluntários	9.042	2.539	-	-	11.581	(11.581)	-	-
Outros	25.652	2.276	-	1.062	28.993	11.711	-	40.704
	1.003.304	**(38.402)**	**(56.641)**	**1.062**	**909.326**	**614.381**	**(61.692)**	**1.462.015**
(-) Passivo não circulante								
Contratos de concessão	152.799	32.271	-	-	185.070	18.625	-	203.695
Atualização de depósitos judiciais	27.273	2.255	-	-	29.528	4.283	-	33.811
Custo transação s/ empréstimos e debêntures	8.135	3.953	-	-	12.088	5.905	-	17.993
Outros	3.459	-	-	-	3.459	-	-	3.459
	191.666	**38.481**	**-**	**-**	**230.145**	**28.813**	**-**	**258.958**
Líquido	**811.638**	**(76.883)**	**(56.641)**	**1.062**	**679.181**	**585.568**	**(61.692)**	**1.203.057**
Ativo apresentado no BP	**811.638**				**679.181**			**1.203.057**

11.3 Projeção de realização dos créditos fiscais diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos, registrados no ativo e passivo não circulantes, decorrentes de diferenças temporais, está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, baseadas nas projeções de resultados futuros.

Segue detalhamento dos principais itens que foram base para constituição dos principais créditos, bem como sua forma de realização:

- Provisão para destinação de crédito Pis/Cofins: expectativa de realização em 2024 e 2025, à medida da ocorrência do repasse do crédito tributário nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária.
- Benefícios pós-emprego: serão realizados conforme os pagamentos sejam efetuados à Fundação Copel ou revertidos conforme novas estimativas atuariais;
- Provisões para litígios: realizados conforme ocorram as decisões judiciais ou pela reversão quando da possível revisão do risco das ações;
- Provisões de P&D e PEE: serão realizados pelos gastos incorridos nos projetos realizados;
- Contrato de concessão: serão realizados no decorrer do prazo do contrato;
- Prejuízo Fiscal Acumulado a Compensar: trata-se de Prejuízo Fiscal de IRPJ e de Base de Cálculo Negativa de CSLL registrados no Lalur. A sua realização se dará na redução em até 30% da Base de Cálculo do IRPJ e da CSLL dos períodos subsequentes, visto que a sua expectativa de realização acompanha a projeção de resultados.

Os demais valores constituídos serão realizados quando atenderem aos critérios de dedutibilidade previstos na legislação fiscal ou por eventual reversão dos valores registrados.

11.3.1 Projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Ativo	Passivo
2023	187.553	(6.574)
2024	367.018	(6.503)
2025	429.583	(10.111)
2026	66.679	(6.745)
2027	50.763	(6.035)
2028 a 2030	112.257	(10.354)
2031 a diante	248.164	(212.636)
	1.462.015	**(258.958)**

11.4 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante		
ICMS a recuperar	116.354	94.288
PIS/Pasep e Cofins a compensar - Ação jud. exclusão ICMS da base	1.148.897	1.516.272
PIS/Pasep e Cofins a compensar - Outros	4.088	14.837
(-) PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	(91.198)	(167.931)
Outros tributos a compensar	51	-
	1.178.192	**1.457.467**
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar	132.579	112.312
PIS/Pasep e Cofins a compensar - Ação jud. exclusão ICMS da base	2.335.720	2.839.372
PIS/Pasep e Cofins a compensar - Outros	769	1.060
Outros tributos a compensar	33.198	33.207
	2.502.266	**2.985.951**

	31.12.2022	31.12.2021
Passivo circulante		
ICMS a recolher (NE 11.4.2)	107.642	275.798
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert (b)	57.046	52.168
Parcelamento ICMS (NE 11.4.1)	10.437	-
Outros tributos	7.183	6.772
	182.308	**334.738**
Passivo não circulante		
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial (a)	181.914	166.046
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert (b)	347.029	369.526
Parcelamento ICMS (NE 11.4.1)	37.883	-
	566.826	**535.572**

a. Pagamento suspenso por liminar relativo a INSS sobre remuneração a título de: i) afastamento de empegado por motivos de doença ou acidente, nos primeiros 15 dias; e ii) 1/3 constitucional sobre férias gozadas. Os valores estão sendo depositados em juízo.

b. A Companhia aderiu, em 2017, ao Pert (MP nº 783/2017 e IN nº 1711/2017), em decorrência da alteração da forma de tributação sobre os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais para regime de competência, antes realizada pelo regime de faturamento, conforme entendimento da Receita Federal (Solução de Consulta Cosit nº 101/2016). A operação resultou no pagamento de 20% do débito e, a partir de janeiro de 2018, pagamento do saldo em 145 parcelas mensais de R$ 3.572, corrigidos pela Selic.

11.4.1 Programa de parcelamento incentivado de créditos tributários de ICMS do PR

Em 27.09.2022 a Companhia aderiu ao parcelamento de créditos tributários de ICMS, instituído pelo estado do Paraná através da Lei Estadual nº 20.946/2021, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 10.766/2022, no qual inscreveu, em seu relatório de situação fiscal, débitos que totalizavam R$ 92.249, atualizados até 09.2022 com os encargos de multa, juros e atualização monetária.

Com a adesão, a Companhia obteve o benefício de R$ 41.696 referente à redução nos encargos moratórios, restando um saldo consolidado da dívida de R$ 50.553, a ser pago em 60 parcelas mensais consecutivas atualizadas pela taxa Selic. O pagamento do parcelamento iniciou em setembro/2022.

11.4.2 ICMS sobre operações de energia elétrica

Em 23.06.2022 foi publicada a Lei Complementar nº 194/2022 que vedou a fixação de alíquotas de ICMS sobre operações de energia elétrica em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços relacionados. Ainda, estabeleceu que o ICMS não incide sobre os serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica. Em atendimento a lei, e após pronunciamentos dos fiscos estaduais, em setembro de 2022 a Companhia implantou as mudanças necessárias para o devido atendimento à legislação.

No entanto, em 09.02.2023, o STF concedeu aos Estados em decisão liminar, nos autos da ADI 7.195, a suspensão do artigo 3º, X, da Lei Complementar nº 87/96, com redação dada pela Lei Complementar nº 194/2022, que excluiu tais itens da parcela tributada da fatura de energia elétrica. Considerando tal decisão, a Companhia reestabeleceu a tributação do ICMS sobre os referidos serviços e encargos setoriais. Em 03.03.2023, a medida liminar foi referendada pelo Plenário do STF.

11.5 Crédito de PIS e Cofins sobre ICMS

Em 12.08.2009, a Copel Distribuição impetrou mandado de segurança nº 5032406-35.2013.404.7000 perante a 3ª Vara Federal de Curitiba requerendo a concessão de ordem para deixar de incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins. Em 16.06.2020, transitou em julgado acórdão no qual a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região reconheceu o direito da Companhia de excluir da base de cálculo do PIS e da Cofins o valor integral do ICMS destacado nas notas fiscais de saída.

O acórdão também reconheceu que a prescrição, neste caso, é quinquenal e que, portanto, a Copel Distribuição tem o direito a ressarcir-se dos valores pagos a partir dos cinco anos anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança até a data da decisão transitada em julgado.

A partir desta decisão favorável, a Companhia reconheceu o crédito tributário atualizado no ativo, que vem sendo recuperado através da compensação com tributos a recolher desde junho de 2021, a partir da habilitação do crédito originário da Cofins junto à Receita Federal. O crédito do PIS foi habilitado pela Receita Federal em 25.08.2022 e encontra-se apto para utilização através de compensação.

Em 13.05.2021, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos embargos de declaração opostos pela União Federal no Recurso Extraordinário 574.706/PR, dando parcial provimento nos seguintes termos: (i) no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo do PIS e da Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado; e (ii) modular os efeitos do julgado cuja produção haverá de se dar após 15.03.2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferido o julgamento. Sendo assim a decisão final sobre essa matéria não impactou o trânsito em julgado da ação a favor da Copel Distribuição, mantendo o tratamento e valores registrados.

O quadro a seguir demonstra a movimentação do ativo até 31.12.2022:

Em 1º.01.2021	**5.655.754**
Atualização monetária	125.483
Compensação com tributos a recolher	(1.425.972)
Em 31.12.2021	**4.355.265**
Atualização monetária	294.952
Compensação com tributos a recolher	(1.165.601)
Em 31.12.2022	**3.484.616**
Circulante	**1.236.618**
Não circulante	**2.247.998**

O saldo do ativo continuará sendo compensado com futuros débitos de tributos federais.

11.5.1 Passivo a restituir aos consumidores

A Companhia, com o auxílio de seus assessores legais, registrou passivo a restituir para os consumidores referente à recuperação de crédito tributário dos últimos 10 anos, a contar da data do trânsito em julgado da ação, considerando a legislação vigente, o prazo prescricional definido no código civil e a jurisprudência dos tribunais.

Em 09.02.2021, a Aneel abriu a Consulta Pública nº 05/2021 voltada a discutir a forma de devolução dos créditos tributários para os consumidores, propondo que os montantes a serem devolvidos a cada ciclo tarifário (créditos junto à Receita Federal do Brasil somados a eventuais depósitos judiciais já recebidos pela concessionária/permissionária) sejam abatidos na fatura de energia elétrica por meio de rateio pelo conjunto de consumidores.

Adicionalmente, o Despacho Aneel nº 361/2021 estabeleceu que diante de situações excepcionais, nas quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo, poderá ser utilizada parte dos créditos do PIS e da Cofins antecipadamente à conclusão da consulta pública, limitada a 20% do total envolvido nas ações judiciais impetradas pelas distribuidoras.

No reajuste tarifário de 24.06.2022 o total de R$ 1.593.100, com efeito redutor, foi considerado como item financeiro, de modo que este saldo foi transferido para a conta de passivos financeiros setoriais (NE nº 7), conforme quadro a seguir:

Em 1º.01.2021	**3.927.824**
Atualização monetária	100.971
(-) Transferência para passivos financeiros setoriais	(702.000)
Em 31.12.2021	**3.326.795**
Atualização monetária	261.043
(-) PIS/COFINS sobre atualização	(12.139)
Atualização monetária saldo para devolução (NE nº 27)	12.558
(-) Transferência para passivos financeiros setoriais	(1.593.100)
Em 31.12.2022	**1.995.158**
Circulante	**550.527**
Não circulante	**1.444.631**

O saldo do Passivo será restituído ao consumidor, à medida que os créditos tributários no ativo sejam compensados.

11.5.2 Provisão para destinação de crédito de Pis e Cofins

Em 27.06.2022, foi promulgada a Lei Federal nº 14.385 que disciplina a destinação de valores de tributos que eram de recolhimento obrigatório a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, em razão da cobrança do PIS e da Cofins sobre o ICMS, reconhecida pelo poder judiciário como indevida.

Conforme detalhado anteriormente nesta nota, a Copel Distribuição teve reconhecido o direito de excluir o valor integral do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins e já efetuou o repasse aos consumidores de parte destes valores, por meio de reduções nos reajustes tarifários homologados pela Aneel.

Neste contexto, apesar da ausência de regulamentação desta Lei, baseada na revisão de avaliação do risco realizada pela Administração e suportada nas opiniões de assessores legais, a Copel Distribuição decidiu reconhecer provisão adicional, sem efeito caixa imediato, referente ao período compreendido entre o 11º e o 16º ano da data do trânsito em julgado da ação.

A Administração da Copel Distribuição entende que a restituição aos consumidores está limitada aos valores de crédito tributário dos últimos 10 anos a contar da data do trânsito em julgado da ação e, portanto, está avaliando as medidas cabíveis, inclusive judiciais, considerando a proteção conferida à coisa julgada, bem como os prazos de prescrição e decadência aplicáveis.

Em 12.12.2022, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee ingressou no Supremo Tribunal Federal - STF com Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI questionando a Lei nº 14.385/2022, ainda sem julgamento. A Companhia aguarda o desdobramento da referida ADI para reavaliar as premissas utilizadas para constituição da provisão.

O quadro a seguir demonstra a movimentação do Passivo até 31.12.2022:

Em 1º.01.2022	**-**
Constituição da provisão para destinação de crédito de PIS e Cofins	810.563
Atualização monetária - reconhecimento inicial	1.011.365
Atualização monetária - julho a dezembro/2022	29.329
Em 31.12.2022	**1.851.257**
Não Circulante	**1.851.257**

Eventual destinação desta provisão ocorrerá somente após os créditos tributários do ativo serem compensados.

11.6 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	**(685.243)**	**1.233.481**
IRPJ e CSLL (34%)	**232.983**	**(419.384)**
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	120.531	35.105
Despesas indedutíveis	(23.248)	(12.083)
Incentivos fiscais	3.798	25.198
Atualização Selic sobre Indébitos Tributários	100.283	-
Outros	21.118	(4.433)
IRPJ e CSLL correntes	**(130.103)**	**(298.719)**
IRPJ e CSLL diferidos	**585.568**	**(76.878)**
IRPJ e CSLL Total	**455.465**	**(375.597)**
Alíquota efetiva - %	**66,5%**	**30,5%**

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31.12.2022	31.12.2021
Fiscais	**245.792**	**221.648**
Trabalhistas	**97.958**	**84.429**
Cíveis		
Cíveis	24.010	37.035
Servidões de passagem	11.771	14.151
Consumidores	4.862	3.867
	40.643	**55.053**
Outros	**32**	**65**
	384.424	**361.195**

Depósitos judiciais são registrados inicialmente pelo montante depositado e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, os quais são reconhecidos no resultado financeiro.

Do saldo apresentado, o montante de R$ 181.914 em 31.12.2022 (R$ 166.046 em 31.12.2021) refere-se ao questionamento judicial da incidência da contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais. O passivo está registrado em Outras Obrigações Fiscais (NE nº 11.4).

13. INTANGÍVEL

	em serviço	Obrigações especiais	Total
Em 1°.01.2021	**8.953.486**	**(2.750.099)**	**6.203.387**
Incorporações	24.104	(9.278)	14.826
Transferências de ativos de concessão (NE 8)	919.957	(113.068)	806.889
Transferências para investimento	-	(8.385)	(8.385)
Transferências para outros créditos	(3.563)	-	(3.563)
Quotas de amortização - concessão (a)	(533.044)	146.697	(386.347)
Baixas	(30.623)	-	(30.623)
Em 31.12.2021	**9.330.317**	**(2.734.133)**	**6.596.184**
Transferências de ativos de concessão (NE 8)	1.332.118	(194.794)	1.137.324
Transferências para outros créditos (bens destinados a alienação)	(955)	-	(955)
Quotas de amortização - concessão (a)	(574.735)	153.504	(421.232)
Baixas	(53.494)	-	(53.494)
Em 31.12.2022	**10.033.251**	**(2.775.423)**	**7.257.827**

(a) Amortização durante o período de concessão a partir da transferência para intangível em serviço ou da vida útil dos ativos, dos dois o menor. A taxa média anual de amortização do Ativo Intangível é de 3,9%.

O Ativo Intangível compreende os ativos em serviço, referente à parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, líquidos das Obrigações Especiais. Essas representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municipais, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não configuram passivos onerosos ou créditos do acionista.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações sociais		
Impostos e contribuições sociais	25.354	26.107
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	4.676	5.017
	30.030	**31.124**
Obrigações trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	32.196	-
Férias e 13º Salário	59.125	62.967
Provisões para prêmio por desempenho e participação nos lucros	31.919	240.240
Programa de desligamentos voluntários	1.417	35.533
Outros	295	-
	124.952	**338.740**
	154.982	**369.864**
Circulante	**154.982**	**369.864**

15. FORNECEDORES

	31.12.2022	31.12.2021
Materiais e serviços	443.235	389.259
Energia elétrica comprada para revenda	767.185	862.892
Energia de curto prazo CCEE	43.156	-
Encargos de uso da rede elétrica	194.391	491.231
	1.447.967	**1.743.382**
Circulante	**1.447.967**	**1.743.382**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Contrato	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2022	31.12.2021
MOEDA ESTRANGEIRA											
Secretaria do Tesouro Nacional - STN											
Par Bond	Reestruturação da dívida (16.1)	Garantias depositadas (16.1).	20.05.1998	1	11.04.2024	Semestral	6,0% + 0,20%	-	17.315	-	89.058
Discount Bond			20.05.1998	1	11.04.2024	Semestral	1,0625% + 0,20%	-	12.082	-	61.514
Total moeda estrangeira										**-**	**150.572**
MOEDA NACIONAL											
Banco do Brasil											
CCB 265.901.903	Capital de giro.	Cessão de créditos.	29.06.2022	2	24.06.2025	Trimestral	DI + spread 1,25%	DI + spread 2,14%	750.000	751.671	-
										751.671	**-**
Caixa Econômica Federal											
415.855-22/14	Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos.	Receita própria; emissão de notas promissórias e duplicatas de venda mercantil.	31.03.2015	120	08.12.2026	Mensal	6,0%	-	16.984	7.664	9.580
										7.664	**9.580**
BNDES											
14205611-C	Preservação de negócios, melhorias, suporte operacional e investimentos gerais em expansão e consolidação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresasas (ISE)	Fiança da Copel; cessão fiduciária de receiras e direitos indenizatórios da concessão.	15.12.2014	113	15.06.2024	Mensal	6,0%	-	78.921	11.757	19.595
										11.757	**19.595**
Total moeda nacional										**771.092**	**29.175**
									Valor bruto	771.092	179.747
									(-) Custo de transação	(13.084)	-
									Valor líquido	758.008	179.747
									Circulante	6.203	11.113
									Não Circulante	751.805	168.634

DI - Depósito interbancário IPCA - Índice nacional de preços ao consumidor amplo TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo. TR - Taxa referencial

16.1 Cauções e depósitos vinculados - STN

Em 10.03.2022 foi realizada liquidação antecipada dos saldos de principal, cauções de garantia, juros e comissão objeto do Contrato de Confissão e Consolidação das Dívidas de Médio e Longo Prazos (DMLP), celebrado nos termos da Resolução do Senado Federal nº 98, de 23 de dezembro de 1992, alterada pelas Resoluções nº 90, de 4 de novembro de 1993, e nº 132, de 22 de dezembro de 1993, e Portarias MF nº 89, de 25 de abril de 1996 e nº 192, de 21 de junho de 1996, na forma do disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a importância de R$ 137.148, com utilização integral das cauções constituídas em garantia, no valor atualizado nesta data de R$ 127.797, e declara plenamente quitada a dívida contratada.

16.2 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

			31.12.2022	%	31.12.2021	%
Moeda estrangeira - variação da moeda no período (%)						
Dólar norte-americano	(6,50)	-	-	-	150.572	83,77
			-	**-**	**150.572**	**83,77**
Moeda nacional - indexadores ao final do período (%)						
CDI	13,65	738.587	97,44	-	-	
Sem indexador (taxa fixa anual)	-	19.421	2,56	29.175	16,23	
			758.008	**100,00**	**29.175**	**16,23**
			758.008	**100,00**	**179.747**	**100,00**

16.3 Vencimentos das parcelas de longo prazo

	Moeda nacional		
31.12.2022	**Dívida bruta**	**(-) Custo de transação**	**Dívida Líquida**
2024	380.818	(5.309)	375.509
2025	376.909	(2.522)	374.387
2026	1.909	-	1.909
Após 2026	-	-	-
	759.636	**(7.831)**	**751.805**

16.4 Mutação de empréstimos e financiamentos

	Circulante	Não circulante	Moeda estrangeira	Circulante	Não circulante	Moeda nacional	Total
Em 1°.01.2021	**1.332**	**139.005**	**140.337**	**14.919**	**29.090**	**44.009**	**184.345**
Encargos	6.218	-	6.218	2.043	-	2.043	8.261
Variação monetária e cambial	-	10.266	10.266	46	-	46	10.312
Transferências	-	-	-	9.727	(9.727)	-	-
Amortização - principal	-	-	-	(14.586)	-	(14.586)	(14.586)
Pagamento - encargos	(6.251)	-	(6.251)	(2.334)	-	(2.334)	(8.586)
Em 31.12.2021	**1.299**	**149.271**	**150.570**	**9.814**	**19.363**	**29.177**	**179.747**
Ingressos	-	-	-	-	750.000	750.000	750.000
(-) Custos de Transação	-	-	-	-	(15.578)	(15.578)	(15.578)
Encargos	956	-	956	70.178	-	70.178	71.134
Variação monetária e cambial	75.361	(89.739)	(14.378)	-	-	-	(14.378)
Transferências	59.532	(59.532)	-	1.979	(1.979)	-	-
Amortização - principal	(134.894)	-	(134.894)	(9.727)	-	(9.727)	(144.621)
Pagamento - encargos	(2.254)	-	(2.254)	(66.042)	-	(66.042)	(68.296)
Em 31.12.2022	**-**	**-**	**-**	**6.202**	**751.806**	**758.008**	**758.008**

16.5 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Companhia contratou empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar em multas ou até a declaração de vencimento antecipado das dívidas. Em 31.12.2022, todos os indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

Covenants financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
BNDES Finem nº 14205611 Financiamento a empreendimentos - Finem	Endividamento Financeiro / Ebitda ajustado	≤ 4,0

17. DEBÊNTURES

Emissão	Destinação	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2022	31.12.2021
3ª	Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.	20.10.2017	2	20.10.2022	126,0% da taxa DI	130,85% do DI	500.000	-	254.824
4ª	Capital de giro e pagamento da 1ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.	27.09.2018	3	27.09.2023	DI + spread 2,70%	DI + 3,96%	1.000.000	346.895	684.185
5ª, série 1	Investimento para expansão, renovação ou melhoria e reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora vinculada ao contrato de concessão nº 46/1999 da ANEEL.	15.11.2019	3	15.11.2027	IPCA + 4,20%	IPCA+ 4,61%	500.000	618.209	584.489
5ª, série 2	Reforço do capital de giro e recomposição de caixa pela amortização final da 2ª emissão de debêntures.	15.11.2019	2	15.11.2022	DI + spread 1,45%	DI + 1,65%	350.000	-	177.187
6ª, série 1	Reforço do capital de giro da Emissora e a amortização da primeira parcela de principal das debêntures de cada uma das seguintes emissões da Emissora: 3ª, 4ª e 5ª Emissão.	16.06.2021	2	15.06.2026	DI + 1,95%	DI + 2,02%	1.000.000	1.006.449	1.005.102
6ª, série 2	Investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora, vinculada ao "Contrato de concessão n°46/1999-ANEEL.	16.06.2021	3	15.06.2031	IPCA + 4,7742%	IPCA + 5,1564%	500.000	559.894	529.366
7ª, série 1	Reforço de Capital de giro da Emissora; resgate das debêntures da 3ª emissão; amortização da 2ª parcela de principal das 4ª e 5ª emissão.	15.05.2022	2	15.05.2025	CDI + 1,21%	CDI + 1,28%	300.000	305.380	-
7ª, série 2		15.05.2022	2	15.05.2027	CDI + 1,36%	CDI + 1,42%	901.450	917.789	-
7ª, série 3	Investimentos para expansão, renovação ou melhoria e/ou reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora, vinculada ao Contrato de concessão n°46/1999 da Aneel.	15.05.2022	3	15.05.2032	IPCA + 6,1732%	IPCA + 6,6587%	298.550	301.830	-
						Valor bruto		4.056.446	3.235.153
						(-) Custo de transação		(39.839)	(35.552)
						Valor líquido		4.016.607	3.199.601
						Circulante		373.634	783.245
						Não Circulante		3.642.973	2.416.356

Debêntures simples, série única (3ª e 4ª emissão) em duas séries (5ª e 6ª emissão) e em três séries (7ª emissão), não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476.
Interveniente garantidora: Copel. **Agente fiduciário:** Pentágono S.A. DTVM.
Garantias: Fidejussória. **Pagamento de encargos:** semestral.

17.1 Vencimentos das parcelas

31.12.2022	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida Líquida
Curto prazo (2023)	**381.710**	**(8.076)**	**373.634**
2024	150.000	(6.544)	143.456
2025	854.996	(5.776)	849.220
2026	1.155.721	(5.220)	1.150.501
2027	655.721	(4.232)	651.489
2028	-	(2.619)	(2.619)
Após 2028	858.298	(7.372)	850.926
Longo prazo	**3.674.736**	**(31.763)**	**3.642.973**

17.2 Mutação das debêntures

	circulante	não circulante	total
Em 1º.01.2021	**769.742**	**1.601.316**	**2.371.058**
Ingressos	-	1.500.000	1.500.000
(-) Custos de transação	-	(19.709)	(19.709)
Encargos e variação monetária	187.404	82.949	270.353
Transferências	748.201	(748.201)	-
Amortização - principal	(758.333)	-	(758.333)
Pagamento - encargos	(163.768)	-	(163.768)
Em 31.12.2021	**783.245**	**2.416.356**	**3.199.601**
Ingressos	-	1.500.000	1.500.000
(-) Custos de Transação	-	(14.445)	(14.445)
Encargos e variação monetária	457.694	65.196	522.890
Transferências	324.134	(324.134)	-
Amortização - principal	(758.333)	-	(758.333)
Pagamento - encargos	(433.106)	-	(433.106)
Em 31.12.2022	**373.634**	**3.642.973**	**4.016.607**

17.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos.

O descumprimento destas condições poderá implicar em necessidade de solicitação de anuência aos debenturistas ou até a declaração de vencimento antecipado das dívidas. Em 31.12.2022, todos os indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos:

Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
3ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida e Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado	≥ 1,5
4ª Emissão de Debêntures		
5ª Emissão de Debêntures		
6ª Emissão de Debêntures		≤ 3,5
7ª Emissão de Debêntures		

18. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e plano assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

18.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III, único plano disponível para novos participantes, é um plano de Contribuição Variável – CV na fase contributiva e, após a aposentadoria, torna-se um plano de Benefício Definido - BD.

18.2 Plano assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

18.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Planos previdenciários	769	766
Planos assistenciais	709.076	849.871
	709.845	**850.637**
Circulante	**51.978**	**48.415**
Não circulante	**657.867**	**802.222**

Os valores reconhecidos no resultado estão resumidos a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Empregados		
Planos previdenciários	41.338	41.193
Plano assistencial - pós-emprego	92.146	77.231
Plano assistencial - funcionários ativos	58.995	56.974
(-) Transferências para ativos de concessão	(23.190)	(19.943)
	169.289	**155.455**
Administradores		
Planos previdenciários	169	293
Plano assistencial	35	26
	204	**319**
	169.493	155.774

18.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

	circulante	não circulante	total
Em 1°.01.2021	**48.716**	**939.269**	**987.985**
Apropriação do cálculo atuarial	-	77.231	77.231
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	76.297	-	76.297
Ajuste referente a perdas atuariais	-	(166.589)	(166.589)
Transferências	47.689	(47.689)	-
Amortizações	(124.287)	-	(124.287)
Em 31.12.2021	**48.415**	**802.222**	**850.637**
Apropriação do cálculo atuarial	-	92.146	92.146
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	77.131	-	77.131
Ajuste referente a perdas atuariais	-	(181.446)	(181.446)
Transferências	55.055	(55.055)	-
Amortizações	(128.623)	-	(128.623)
Em 31.12.2022	**51.978**	**657.867**	**709.845**

18.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

18.5.1 Premissas Atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2022 e 2021, estão demonstradas a seguir:

	2022		2021	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	5,10%	-	5,50%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos Unificado - Benefício Definido	6,10%	11,51%	5,20%	10,99%
Planos Unificado - Saldado	6,11%	11,52%	5,20%	10,99%
Planos III	6,12%	11,53%	5,30%	11,09%
Planos Assistencial	6,14%	5,10%	5,30%	11,09%
Crescimento salarial				
Plano Unificado a.a.	0,00%	5,10%	0,00%	5,50%
Plano III a.a.	1,00%	6,15%	1,00%	6,56%
Plano Assintencial - Aging Factor	3,30%	-	5,80%	-
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

18.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano Unificado	Plano III
Em 31.12.2022		
Participantes aposentados	19,60	23,42
Participantes pensionistas	12,48	25,97
Em 31.12.2021		
Participantes aposentados	11,60	23,47
Participantes pensionistas	13,22	27,02

18.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do Plano Unificado e Plano III para 31.12.2022 totalizaram, respectivamente, superávit de R$ 341.675 e déficit de R$ 44.341, sendo que, em 31.12.2021, a posição era, respectivamente, de R$ 369.883 e de R$ 7.387. A legislação atual aplicável não permite qualquer redução significativa nas contribuições ou reembolsos à Companhia com base no superávit atual dos planos. Por esse motivo, a Companhia não registrou ativos em seu balanço de 31.12.2022, refletindo qualquer direito de redução de contribuições ou restituição de superávit ou outros valores.

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações total ou parcialmente cobertas	3.426.589	2.055.804	822.168	6.304.561	6.461.443
Valor justo dos ativos do plano	(3.768.264)	(2.100.145)	(113.091)	(5.981.500)	(5.988.843)
Estado de cobertura do plano	**(341.675)**	**(44.341)**	**709.077**	**323.061**	**472.600**
Ativo não reconhecido	341.675	44.341	-	386.016	377.270
	-	**-**	**709.077**	**709.077**	**849.870**

A Companhia procedeu ajustes nos seus passivos assistenciais com base no relatório atuarial, na data base 31.12.2022, conforme apresentado na Demonstração de Resultados Abrangentes

18.5.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2021	**3.818.453**	**2.029.589**	**1.137.445**
Custo de serviço	145	1.194	5.061
Custo dos juros	272.242	149.696	82.986
Benefícios pagos	(284.437)	(141.737)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	(347.289)	(16.720)	(245.185)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2021	**3.459.114**	**2.022.022**	**980.307**
Custo de serviço	105	1.195	4.216
Custo dos juros	380.003	221.172	101.830
Benefícios pagos	(320.954)	(156.617)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	(91.679)	(31.968)	(264.185)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2022	**3.426.589**	**2.055.804**	**822.168**

18.5.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2021	**4.275.271**	**2.204.286**	**150.394**
Retorno esperado dos ativos	472.892	81.279	4.310
Contribuições e aportes	14.556	83.327	-
Benefícios pagos	(284.437)	(141.737)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	(649.285)	(197.746)	(24.267)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2021	**3.828.997**	**2.029.409**	**130.437**
Retorno esperado dos ativos	418.896	166.424	17.481
Contribuições e aportes	16.579	90.534	-
Benefícios pagos	(320.955)	(156.617)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	(175.253)	(29.605)	(34.827)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2022	**3.768.264**	**2.100.145**	**113.091**

18.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2023 para cada plano estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Custo do serviço corrente	128	2.455	4.764
Custo estimado dos juros	397.964	235.986	94.405
Rendimento esperado do ativo do plano	(437.729)	(243.957)	(12.711)
Contribuições estimadas dos empregados	(63)	(1.227)	-
Custos (receitas)	**(39.700)**	**(6.743)**	**86.458**

18.5.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de aumento ou redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados	
	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	(477.340)	475.469
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(130.725)	124.147
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	55.085	(54.263)
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte do programa de saúde	282	(278)
Sensibilidade ao custo do serviço		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	206	(201)
Impactos nas obrigações do programa de saúde	758	(637)

18.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2023	209.511	107.234	51.610	368.355
2024	209.701	107.234	52.061	368.996
2025	210.191	107.234	51.337	368.762
2026	210.375	107.234	49.170	366.779
2027	210.488	107.234	47.051	364.773
2028 a 2052	2.596.097	1.911.377	497.293	5.004.767

18.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2022 e a alocação-meta para 2023, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2023 (*)	2022
Renda fixa	77,2%	71,1%
Renda variável	5,3%	10,0%
Empréstimos	1,2%	1,2%
Investimentos imobiliários	5,6%	2,7%
Investimentos estruturados	8,7%	10,2%
Investimentos no exterior	2,0%	4,8%
	100,0%	**100,0%**

(*) Alocação Estratégica baseada no total de investimentos de cada plano.

18.5.10 Alocação de ativos por planos previdenciários patrocinados pela companhia:

Adicionalmente, seguem informações referentes à alocação de ativos de planos previdenciários patrocinados pela Companhia

	Plano Unificado		Plano III	
	meta (%) (*)	mínimo (%)	meta (%) (*)	mínimo (%)
Renda fixa	86,0%	60,0%	67,0%	40,0%
Renda variável	3,0%	2,0%	8,0%	3,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	2,0%	0,0%
Investimentos imobiliários	5,5%	0,0%	6,0%	0,0%
Investimentos estruturados	5,0%	0,0%	13,0%	0,0%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%	4,0%	0,0%

(*) Alocação Estratégica 2022.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

19. ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

	31.12.2022	31.12.2021
Conta de desenvolvimento energético - CDE (NE nº 25.3.1)	29.032	29.032
Bandeira tarifária (NE nº 25.3.2)	-	147.766
	29.032	**176.798**

20. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

20.1 Saldos constituídos de P&D e PEE

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2021
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT	-	3.904	-	3.904	4.291
MME	-	1.965	-	1.965	2.145
P&D	129.733	1.172	26.723	157.628	158.978
	129.733	**7.041**	**26.723**	**163.497**	**165.414**
Programa de eficiência energética - PEE					
Procel	-	11.960	-	11.960	19.882
PEE	128.851	1.906	201.897	332.654	309.811
	128.851	**13.866**	**201.897**	**344.614**	**329.693**
	258.584	**20.907**	**228.620**	**508.111**	**495.107**
			Circulante	**284.305**	**228.457**
			Não circulante	**223.805**	**266.650**

As distribuidoras de energia elétrica devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos direcionados ao: (a) desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, relacionado à Pesquisa e Desenvolvimento - P&D; e (b) financiamento e combate ao desperdício de energia elétrica, relacionado aos programas de Eficiência Energética - PEE, conforme Lei nº 9.991/2000 e Resoluções Normativas Aneel nºs 504/2012 e 556/2013, revisada pela Resolução Normativa Aneel n.º 830/2018.

O valor correspondente é reconhecido como deduções da receita (NE nº 25.2). Mensalmente, os saldos do Passivo de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, descontado o montante aplicado em projetos. Esses gastos realizados com os projetos são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

Parte do valor é recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel. Adicionalmente, parte do valor que seria constituído em P&D e PEE, é destinado à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, visando à modicidade tarifária até 2025 (Lei nº 14.120/2021).

20.2 Mutação dos saldos de P&D e PEE

	FNDCT	MME	Procel	P&D	PEE	Total
Em 1º.01.2021	**4.340**	**2.170**	**5.855**	**198.065**	**314.285**	**524.715**
Constituições	25.603	12.802	12.802	25.603	51.206	128.016
Contrato de desempenho	-	-	-	-	3.010	3.010
Atualização (NE 27)	-	-	1.225	3.107	9.923	14.255
Recolhimentos	(25.652)	(12.826)	-	(8.801)	(56.177)	(103.456)
Glosas	-	-	-	306	-	306
Conclusões	-	-	-	(59.303)	(12.436)	(71.739)
Em 31.12.2021	**4.291**	**2.146**	**19.882**	**158.977**	**309.811**	**495.107**
Constituições	22.571	11.298	11.298	22.596	45.191	112.954
Contrato de desempenho	-	-	-	-	2.552	2.552
Atualização (NE 27)	-	-	3.799	4.725	24.647	33.171
Transferências	-	-	(3.685)	-	3.685	-
Recolhimentos	(22.958)	(11.479)	(19.334)	(6.894)	(30.568)	(91.233)
Glosas	-	-	-	-	830	830
Conclusões	-	-	-	(21.776)	(23.494)	(45.270)
Em 31.12.2022	**3.904**	**1.965**	**11.960**	**157.628**	**332.654**	**508.111**
Circulante	**3.904**	**1.965**	**11.960**	**134.610**	**131.867**	**284.305**
Não Circulante				**23.018**	**200.787**	**223.805**

21. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

21.1 Direito de uso de ativos

	Saldo em 1º.01.2022	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2022
Imóveis	36.199	7.323	(3.716)	(973)	38.833
Veículos	48.076	81.167	(33.183)	-	96.060
Equipamentos	11.323	3.095	(6.654)	-	7.764
	95.598	**91.586**	**(43.553)**	**(973)**	**142.657**

21.2 Passivos de arrendamentos

21.2.1 Mutação do passivo de arrendamentos

	Circulante	Não circulante	Total
Em 1º.01.2021	**28.953**	**63.183**	**92.136**
Adições	2.966	37.502	40.468
Encargos	7.438	-	7.438
Transferências CP x LP	30.062	(30.062)	-
Pagamento - principal	(30.035)	-	(30.035)
Pagamento - encargos	(7.438)	-	(7.438)
Baixas	(499)	(1.257)	(1.756)
Em 31.12.2021	**31.448**	**69.365**	**100.813**
Adições	28.760	62.825	91.585
Encargos	10.724	-	10.724
Transferências CP x LP	30.877	(30.877)	-
Pagamento - principal	(41.778)	-	(41.778)
Pagamento - encargos	(10.724)	-	(10.724)
Baixas	(425)	(654)	(1.079)
Em 31.12.2022	**48.882**	**100.660**	**149.541**

A taxa de desconto em 31.12.2022 é 14,87% a.a. (10,53% a.a. em 31.12.2021). A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal praticada na última captação de recursos, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. As taxas de juros aplicadas variam de 3,58% a 14,87% a.a.

21.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

Ano	Total
2024	32.424
2025	19.122
2026	17.614
2027	1.258
2028	1.206
Após 2028	29.035
Total	**100.659**

21.3 Direito Potencial de PIS e Cofins a recuperar

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

	Nominal	Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	203.820	149.541
PIS/COFINS potencial	18.853	13.833

21.3.1 Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma. No entanto, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre a informação registrada em conformidade com o CPC 06 (R2) e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada:

	CPC 06 (R2) - IFRS 16	Orientação CVM	%
Passivo Leasing	149.541	176.236	17,85%
Direito de uso Líquido	142.657	163.368	14,52%
Despesa Financeira	10.618	12.903	21,52%
Despesa de Depreciação	43.553	48.609	11,61%

21.4 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como impressoras e móveis, arredamento de curto prazo, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE 26.7.1). O saldo dos compromissos de arrendamentos e aluguéis está demonstrado a seguir:

Ano	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	31.12.2022	31.12.2021
Imóveis	7.116	20.658	53.294	81.068	74.584
Veículos	45.194	68.817	-	114.011	54.631
Equipamentos	7.355	1.385	-	8.740	12.911
	59.665	**90.860**	**53.294**	**203.820**	**142.126**

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	PEE	Total
Taxa de iluminação pública arrecadada	52.520	32.895
Consumidores	50.652	45.558
Cauções em garantia	4.513	11.889
Outras obrigações	40.568	41.528
	148.253	**131.870**
Circulante	**132.246**	**116.348**
Não Circulante	**16.007**	**15.522**

23. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVO CONTINGENTE

A Companhia responde diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.6 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiros. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

O Supremo Tribunal Federal - STF, em 08.02.2023, ao analisar e julgar os Temas de Repercussão Geral nº 881 e nº 885, entendeu que uma decisão definitiva ("coisa julgada") sobre tributos recolhidos de forma continuada perde os seus efeitos caso o STF se pronuncie de forma contrária em ação de controle concentrado de constitucionalidade ou em recurso com repercussão geral, pois de acordo com a legislação e a jurisprudência uma decisão, ainda que com trânsito em julgado, só deve produzir efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. A Companhia não possui processos que se enquadram nos requisitos definidos pelo STF, razão pela qual não existem impactos em suas demonstrações financeiras.

23.1 Provisões para litígios

23.1.1 Mutação das ações consideradas como de perda provável

	Saldo em 1º.01.2022	Resultado		Adições (Reversões)	Quitações	Saldo em 31.12.2022
		Adições	Reversões			
Fiscais (NE 23.3.a)	**11.560**	**20.090**	**(820)**		**(7.980)**	**22.850**
Trabalhistas (NE 23.3.b)	**410.112**	**89.025**	**(2.671)**		**(103.472)**	**392.994**
Benefícios a empregados (NE 23.3.c)	**25.145**	**9.844**	**(13.363)**		**(509)**	**21.117**
Cíveis (NE 23.3.d)						
Cíveis e direito administrativo	158.699	74.943	(573)		(55.338)	177.731
Servidões de passagem	18.060	-	-	2.236	(731)	19.565
Desapropriações e patrimoniais	1.692	-	-	1.297	(2)	2.987
Consumidores	3.763	2.113	(630)		(1.488)	3.758
Ambientais	3.686	466	(40)		-	4.112
	185.900	**77.522**	**(1.243)**	**3.533**	**(57.559)**	**208.153**
Regulatórias (NE 23.3.e)	**38.921**	**5.013**	**(20.984)**		**(15.206)**	**7.744**
Total	**671.638**	**201.494**	**(39.081)**	**3.533**	**(184.726)**	**652.858**
Não circulante	**671.638**					**652.858**

	Saldo em 1º.01.2022	Resultado		Adições (Reversões)	Quitações	Saldo em 31.12.2022
		Adições	Reversões			
Fiscais (NE 23.3.a)	**7.065**	**4.472**	**(8)**		**31**	**11.560**
Trabalhistas (NE 23.3.b)	**441.811**	**61.981**	**(16.833)**		**(76.847)**	**410.112**
Benefícios a empregados (NE 23.3.c)	**37.767**	**2.671**	**(14.701)**		**(592)**	**25.145**
Cíveis (NE 23.3.d)						
Cíveis e direito administrativo	122.046	49.019	(261)		(12.105)	158.699
Servidões de passagem	12.848	-	-	32.778	(27.566)	18.060
Desapropriações e patrimoniais	1.430	-	-	262	-	1.692
Consumidores	3.981	895	(706)		(407)	3.763
Ambientais	3.410	276	-		-	3.686
	143.715	**50.190**	**(967)**	**33.040**	**(40.078)**	**185.900**
Regulatórias (NE 23.3.e)	**36.329**	**3.007**	**(148)**		**(267)**	**38.921**
Total	**666.687**	**122.321**	**(32.657)**	**33.040**	**(117.753)**	**671.638**
Não circulante	**666.687**					**671.638**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

23.2 Passivo contingente

23.2.1 Classificação das ações consideradas como de perda possível

Obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

	31.12.2022	31.12.2021
Fiscais (NE 23.3.a)	193.633	234.003
Trabalhistas (NE 23.3.b)	263.456	207.162
Benefícios a empregados (NE 23.3.c)	7.207	3.342
Cíveis (NE 23.3.d)	305.856	2.085.487
Regulatórias (NE 23.3.e)	1.135.780	1.070.687
	1.905.932	**3.600.681**

23.3 Descrição da natureza e/ou informações sobre as principais ações

	Provisões		Passivo contingente	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
a. Fiscais				
Tributos federais				
Exigências e questionamentos administrativos da Receita Federal do Brasil.	-	-	1.659	27.249
ICMS				
Mandado de Segurança que tem por objeto afastar o débito imputado pelo Estado do Paraná através do PAF nº 6.612.976-4. Houve decisão desfavorável à Companhia, proferida pelo Tribunal de Justiça, porém ainda sem trânsito em julgado. A Companhia interpôs recurso de agravo ao STJ, e assim foi procedida a revisão do risco.	-	-	-	42.917
IPTU				
Exigência de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU sobre imóveis afetados ao serviço público de energia elétrica.	-	-	104.787	84.108
Outras				
Impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.	22.850	11.560	87.187	79.729
Total Fiscais	**22.850**	**11.560**	**193.633**	**234.003**
b. Trabalhistas				
Ações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.	**392.994**	**410.112**	**263.456**	**207.162**
c. Benefícios a empregados				
Ações de reclamatórias trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados Companhia contra a Fundação Copel, que causarão, consequentemente, reflexos na medida em que forem necessários aportes complementares.	**21.117**	**25.145**	**7.207**	**3.342**
d. Cíveis				
Fumicultores				
Ações que têm como principal causa a falta de energia elétrica causando perda da produção.	73.366	79.092	71.237	68.103
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS				
Estimativa de contingência passiva relativa a eventual propositura de demanda pelos consumidores sobre o crédito tributário reconhecido, detalhado na NE n° 11.5, referente ao período que exacerbe a regra de neutralidade tributária, compreendido entre o 11º e o 16º ano, de um total de 16 anos considerados na ação. Conforme detalhado na mesma nota explicativa, a Aneel abriu Consulta Pública nº 005/2021 com intuito de aprimoramento da proposta de devolução destes créditos tributários aos consumidores mas até o momento não há decisão final em âmbito administrativo. Com a promulgação da Lei nº 14.385/2022, a Administração da Copel e seus assessores legais procederam nova análise, sendo reconhecida a provisão no passivo (NE 11.5.2).	-	-	-	1.775.347
Cíveis e direito administrativo				
Outras ações que envolvem faturamento, supostos procedimentos irregulares, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.	104.365	79.607	210.149	117.051
Ações que têm como principal causa a falta de energia elétrica causando perda da produção.	19.565	18.060	21.713	5.893
Servidões de passagem				
Desapropriações e patrimoniais				
As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro em razão de inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras. Decorrem também da intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou em caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidões e das áreas desapropriadas. As desapropriações e patrimoniais compreendem, ainda, reintegrações de posse para retomada dos imóveis invadidos por terceiros em propriedades da concessionária.	2.987	1.692	600	114.672
Consumidores				
Ações movidas por consumidores que envolvem indenização de danos pessoais e solicitação da devolução de valores pagos, que supostamente foram indevidos, sobre o consumo de energia elétrica. Atualmente está fase de instrução	3.758	3.763	1.911	1.695
Ambientais				
Ações relativas a obrigações legais e compensatórias socioambientais, em razão das atividades de construção ou manutenção de empreendimentos em operação de distribuição de energia elétrica realizados pela Companhia.	4.112	3.686	246	2.726
Total Cíveis	**208.153**	**185.900**	**305.856**	**2.085.487**
e. Regulatórias				
ESBR				
A ESBR moveu contra a Aneel a ação ordinária nº 10426-71.2013.4.01.4100, na Justiça Federal de Rondônia, cuja sentença (i) reconheceu excludentes de responsabilidade pelo atraso de 535 dias no cronograma das obras da UHE Jirau; (ii) declarou inexigíveis quaisquer obrigações, penalidades e custos impostos à ESBR decorrentes do atraso e, por fim, (iii) anulou o despacho Aneel nº 1.732/2013, que havia reconhecido o atraso de apenas 52 dias no cronograma de implantação. Houve recurso de apelação pela Aneel, em trâmite no TRF da 1ª Região. A consequência prática da decisão foi que, ao tempo em que isentou a ESBR, expôs as Distribuidoras com as quais celebrou CCEARs ao Mercado de Curto Prazo e ao alto valor do PLD no período, onde se incluía Copel Distribuição. Isso, porque as regras de comercialização de energia elétrica impõem que toda energia consumida tenha a correspondente cobertura contratual. O risco de perda da ação está classificado como possível. Caso as ações sejam julgadas desfavoráveis, o valor será considerado como um Ativo Financeiro Setorial a ser recuperado mediante tarifa.	-	-	1.130.845	1.066.487
Outras				
Notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias	7.744	38.921	4.935	4.200
Total Regulatórias	**7.744**	**38.921**	**1.135.780**	**1.070.687**
	652.858	**671.638**	**1.905.932**	**3.600.681**

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 Capital social

O capital social integralizado é composto por ações ordinárias, pertencentes à Copel, conforme abaixo:

	31.12.2022	31.12.2021
Capital social integralizado	5.359.206	5.359.206
Número de ações	5.359.205.949	5.359.205.949

24.2 Ajustes de avaliação patrimonial

	Passivos atuariais		
	Benefícios pós-emprego	Tributos sobre os ajustes	
Em 1°.01.2021			**(213.925)**
Passivos atuariais	166.589	(56.641)	109.948
Em 31.12.2021			**(103.977)**
Passivos atuariais	181.446	(61.692)	119.754
Em 31.12.2022			**15.777**

24.3 Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Sua constituição, ao final do exercício, ocorre mediante retenção do lucro líquido remanescente, após constituição da reserva legal e da proposição dos juros sobre o capital próprio e dividendos.

Durante o exercício de 2022, foram destinados R$ 650.000 a título de Dividendos e JCP referentes reservas constituídas em exercícios anteriores. Deste montante, foram pagos R$ 384.426. Conforme Parágrafo Único do Art. 189 da Lei 6.404/1976, o prejuízo de R$ 229.778 em 2022, foi absorvido pelas Reservas de retenção de Lucros.

24.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2022	31.12.2021
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(229.778)**	**857.884**
Reserva legal (5%)	-	(42.894)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	-	814.990
1. Dividendos mínimos obrigatórios	**-**	**203.748**
2. Distribuição total proposta	**-**	**407.495**
3. Dividendos Intermediários		
a. Juros sobre o capital próprio, brutos		**103.249**
IRRF s/ os juros sobre o capital próprio	-	(15.487)
b. Juros sobre o capital próprio, líquidos	**-**	**87.762**
4. Dividendos a distribuir (1-3b)	**-**	**115.986**
5. Dividendo adicional proposto (2-3a-4)	**-**	**188.260**
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio, líquidos (3b+4+5)	**-**	**392.008**
Dividendos por ação		
Dividendos por ação (em R$)	-	0,02164
Dividendos por ação (em R$) - JSCP	-	0,01927
Dividendos por ação (em R$) - adicional proposto	-	0,03513

24.5 Lucro (Prejuízo) líquido por ação básico diluído

	31.12.2022	31.12.2021
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas		
Ações ordinárias	**(229.778)**	**857.884**
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	**5.359.205.949**	**5.348.742.915**
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas		
Ações ordinárias	**(0,04288)**	**0,16039**

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

25.1 Receita por classes

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecimento de energia elétrica	**7.964.604**	**9.424.155**
Residencial	3.441.727	4.098.157
Industrial	955.005	1.231.889
Comercial, serviços e outras atividades	1.932.373	2.204.301
Rural	768.128	873.560
Poder público	262.000	276.383
Iluminação pública	253.758	339.524
Serviço público	351.613	400.341
Doações e subvenções	**738.329**	**671.752**
Suprimento de energia elétrica	**280.808**	**791.501**
Contratos bilaterais	63.705	167.316
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	217.103	624.185
Disponibilidade da rede elétrica	**9.057.631**	**9.045.028**
Residencial	2.899.389	3.011.506
Industrial	955.612	1.458.923
Comercial, serviços e outras atividades	1.655.105	1.772.686
Rural	658.070	623.280
Poder público	231.653	205.247
Iluminação pública	195.319	213.433
Serviço público	218.560	214.501
Consumidores livres	2.126.842	1.440.922
Concessionárias e geradoras	117.080	104.530
Receita de construção	**2.048.022**	**1.700.889**
Valor justo do ativo indenizável da concessão	**79.169**	**108.733**
Ativos e passivos financeiros setoriais	**1.847.863**	**2.502.324**
Outras receitas operacionais	**416.930**	**305.540**
Arrendamentos e aluguéis	368.833	266.676
Renda da prestação de serviços	6.877	8.787
Outras receitas	41.220	30.077
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**22.433.355**	**24.549.922**
(-) Tributos	**(8.530.056)**	**(9.713.528)**
(-) Pis/Pasep e Cofins	(1.553.805)	(1.637.203)
(-) ICMS	(3.454.333)	(4.717.793)
(-) Encargos setoriais (NE 25.2)	(3.521.709)	(3.358.420)
(-) ISS	(209)	(112)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**13.903.300**	**14.836.392**

25.2 Reajuste Tarifário Anual - RTA da Copel Distribuição

O reajuste/revisão tarifária é prevista no contrato de concessão da distribuidora e, no caso da Copel distribuição, ocorre em junho de cada ano. Visa o reposicionamento das tarifas para cobertura dos custos de energia, encargos e outros financeiros – Parcela A, bem como a atualização da Parcela B, receita da distribuidora para realização serviços e remuneração dos investimentos. O resultado do RTA de 2022 da Copel Distribuição foi homologado pela Aneel por meio da Resolução Homologatória nº 3.049 de 21.06.2022, autorizando o reajuste médio de 4,90% percebido pelos consumidores (9,89% na em junho/2021 pela Resolução Homologatória nº 2.886 de 22.06.2021), e cuja aplicação ocorreu integralmente às tarifas a partir de 24.06.2022. Para os consumidores da alta tensão o reajuste médio ficou em 9,32% e em 2,68% para os da baixa tensão (respectivamente, 9,57% e 10,04% em 2021).

25.3 Encargos Setoriais

	31.12.2022	31.12.2021
Conta de desenvolvimento energético - CDE (NE 25.3.1)	2.505.319	1.641.500
Conta de desenvolvimento energético - CDE Energia (NE 25.3.1)	164.943	96.217
Bandeiras tarifárias (NE 25.3.2)	724.414	1.480.361
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE (NE 20.2)	112.954	128.015
Taxa de fiscalização	14.079	12.327
	3.521.708	**3.358.420**

Os encargos setoriais são instituídos em lei e visam possibilitar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Os valores são regulamentados pela Aneel, incluídos na tarifa e recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia, sendo que cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

25.3.1 Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A CDE, criada pela Lei nº 10.438/2002 e alterada pela Lei nº 12.783/2013, tem o objetivo de promoção do desenvolvimento energético no território nacional determinado pelo Ministério de Minas e Energia - MME. Uma de suas fontes de recursos é o encargo tarifário atribuído ao consumidor final nos processos tarifários e recolhido periodicamente pela distribuidora. As quotas anuais do encargo para cada distribuidora são definidas pela Aneel por meio das resoluções homologatórias e os montantes são geridos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE em conta específica.

A partir da competência de junho/2021, a Companhia passou recolher a quota relativa à CDE Conta COVID prevista no Despacho 939/2021, no montante mensal de R$ 29.032, para amortização da operação de crédito contratado pela CCEE, destinada ao setor elétrico para cobrir déficits ou antecipar receitas das distribuidoras, em decorrência da pandemia de Covid-19, conforme Decreto nº 10.350, de 18/05/2020 e Resolução Normativa nº 885, de 23/6/2020. A amortização será feita em 54 meses, sendo a primeira parcela em junho/2021 e a última em dezembro/2025.

Em 24.02.2023, a Aneel publicou o Despacho nº 510, homologando os valores da quota específica da CDE Escassez Hídrica (NE 7.1.b), para pagamento de operação financeira contratada para cobertura dos custos adicionais demandados no período de crise hídrica, conforme Resolução Normativa nº 1.008/2022. O valor determinado para a Copel Distribuição é de R$ 6.454 mensais, a ser recolhido mensalmente à CCEE, diretamente na Conta Escassez Hídrica, a partir de junho/2023. O saldo é composto da seguinte forma:

		31.12.2022	31.12.2021
CDE USO (a)	Cotas	2.321.875	1.534.491
	Conta Covid (b)	183.444	107.009
		2.505.319	**1.641.500**
	Conta Covid (b)	164.943	96.217
		164.943	**96.217**
	Total	**2.670.262**	**1.737.717**

(a) CDE Uso: Res. Homologatória nº 3.034/2022 (mai a dez/22), Res. Homologatória nº 3.004/2021 (jan-abr/22); Res. Homologatória nº 2.814/2020 e Nota Técnica Aneel nº 12/2021 (jan-fev/21); Resolução Homologatória nº 2.834/2021 (mar-dez/21).
(b) CDE Uso e CDE Energia - Conta Covid: Despacho nº 939/2021 (junho/21-junho/22) de R$ 20.032.

25.3.2 Bandeiras Tarifárias

As Bandeiras Tarifárias são um indicativo das condições para geração de energia elétrica, do cenário mais favorável ao mais crítico, e que impacta em acréscimo no valor a ser faturado ao consumidor final, conforme o aumento dos custos de aquisição de energia pelas distribuidoras em função das dificuldades hídricas. Esse sistema, previsto na Resolução Normativa Aneel nº 547/2013, com vigência a partir de 2015, apresenta atualmente as seguintes modalidades:

Modalidades de bandeiras	Acréscimo a cada 100 kWh consumidos (atual)	julho/2022 a junho/2023*	julho/2021 a junho/2022*
Bandeira verde	condições favoráveis de geração de energia.	não há acréscimo	
Bandeira amarela	condições de geração menos favoráveis.	R$2,989	R$1,874
Bandeira vermelha Patamar 1	condições mais custosas de geração.	R$6,500	R$3,971
Bandeira vermelha Patamar 2	condições ainda mais custosas de geração.	R$9,795	R$9,492
Bandeira de escassez hídrica	vigorou no período de maior crise hídrica - 01/09/2021 a 15/04/2022	-	R$14,200

*Exceto para Bandeira de escassez hídrica.

De setembro/2021 a abril/2022 a bandeira aplicada foi a de escassez hídrica e, de maio a dezembro/2022, prevaleceu a bandeira verde, após melhora das condições hídricas e de sucessivos períodos em que foram aplicadas as modalidades de bandeira vermelha e de bandeira de escassez hídrica, para cobertura dos maiores custos de geração de energia verificados desde o início de 2021.

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Custos e despesas operacionais líquidas	Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	31.12.2022
Energia elétrica comprada para revenda (NE 26.1)	(5.980.124)	-	-	-	-	(5.980.124)
Encargos de uso da rede elétrica (NE 26.2)	(2.313.203)	-	-	-	-	(2.313.203)
Pessoal e administradores (NE 26.3)	(451.968)	-	(147.153)	-	-	(599.121)
Planos previdenciário e assistencial (NE 18.3)	(126.382)	-	(43.111)	-	-	(169.493)
Material	(63.365)	-	(7.936)	-	-	(71.302)
Serviços de terceiros (NE 26.4)	(401.057)	(3.002)	(101.348)	-	-	(505.407)
Amortização	(418.403)	-	(35.904)	-	-	(454.307)
Perdas de créditos, provisões e reversões (NE 26.5)	0	(119.482)	-	(162.413)	-	(281.895)
Custo de construção (NE 26.6)	(2.048.022)	-	-	-	-	(2.048.022)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (NE 26.7)	(30.686)	(47.923)	(50.079)	(56.677)	-	(185.365)
Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins (NE 11.5.2)	-	-	-	-	(810.563)	(810.563)
	(11.833.211)	**(170.407)**	**(385.533)**	**(219.090)**	**(810.563)**	**(13.418.802)**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Custos e despesas operacionais líquidas	Provisão para destinação de créditos de PIS e Cofins	31.12.2021
Energia elétrica comprada para revenda (NE 26.1)	(7.277.499)	-	-	-	-	(7.277.499)
Encargos de uso da rede elétrica (NE 26.2)	(2.363.451)	-	-	-	-	(2.363.451)
Pessoal e administradores (NE 26.3)	(673.070)	-	(232.268)	-	-	(905.338)
Planos previdenciário e assistencial (NE 18.3)	(116.668)	-	(39.106)	-	-	(155.774)
Material	(48.417)	(11)	(3.294)	-	-	(51.722)
Serviços de terceiros (NE 26.4)	(355.314)	(2.489)	(92.949)	-	-	(450.752)
Amortização	(374.433)	-	(32.199)	-	-	(406.632)
Perdas de créditos, provisões e reversões (NE 26.5)	-	(127.333)	-	(89.663)	-	(216.996)
Custo de construção (NE 26.6)	(1.700.889)	-	-	-	-	(1.700.889)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (NE 26.7)	(32.944)	(48.887)	(37.691)	(20.805)	-	(140.327)
	(12.942.685)	**(178.720)**	**(437.507)**	**(110.468)**	**-**	**(13.669.380)**

26.1 Energia elétrica comprada para revenda

	31.12.2022	31.12.2021
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	3.585.876	3.917.257
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	315.866	1.463.404
Itaipu Binacional	1.460.955	1.787.691
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	418.077	263.689
Micro e mini geradores e recompra de clientes	675.829	360.371
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(476.479)	(514.913)
	5.980.124	**7.277.499**

26.2 Encargos de uso da rede elétrica

	31.12.2022	31.12.2021
Encargos de uso do sistema	1.757.225	1.468.110
Encargos dos serviços do sistema - ESS	340.254	1.031.770
Encargos de transporte de Itaipu	151.240	163.797
Encargo de energia de reserva - EER	297.058	76.328
(-) Recursos Conta de Energia de Reserva - CONER	-	(143.607)
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica	(232.574)	(232.947)
	2.313.203	**2.363.451**

26.3 Pessoal e administradores

	31.12.2022	31.12.2021
Pessoal		
Remunerações	381.821	399.541
Encargos sociais	126.416	132.315
Auxílio alimentação e educação	65.218	66.430
Provisão para Participação nos lucros e/ou resultados (a)	31.651	203.280
Prêmio de desempenho	(3.661)	37.339
Programa de desligamentos voluntários	(4.199)	63.013
	597.246	**901.918**
Administradores		
Honorários	1.379	2.331
Encargos sociais	386	653
Prêmio de desempenho	86	424
Outros gastos	24	12
	1.875	**3.420**
	599.121	**905.338**

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual n° 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

26.4 Serviços de terceiros

	31.12.2022	31.12.2021
Manutenção do sistema elétrico	214.363	193.137
Comunicação, processamento e transmissão de dados	63.503	58.269
Manutenção de instalações	43.462	44.291
Atendimento a consumidor	72.995	60.205
Leitura e entrega de faturas	53.660	52.831
Consultoria e auditoria	15.764	12.072
Outros serviços	41.660	29.947
	505.407	**450.752**

26.5 Perdas estimadas, provisões e reversões

	31.12.2022	31.12.2021
Provisão para litígios	**162.413**	**89.663**
Perdas de créditos esperadas		
Perdas de créditos esperadas de Clientes (NE 6.4)	118.478	125.892
Perdas de créditos esperadas de Outros créditos	1.004	1.441
Perdas de créditos esperadas	**119.482**	**127.333**
	281.895	**216.996**

26.6 Custo de construção

	31.12.2022	31.12.2021
Material	1.206.799	988.977
Serviços de terceiros	662.490	554.741
Pessoal	152.174	135.186
Outros	26.559	21.985
	2.048.022	**1.700.889**

26.7 Outros custos e despesas operacionais, líquidos

	31.12.2022	31.12.2021
Perdas (Ganhos) na desativação e alienação de bens	46.038	5.184
Indenizações	13.717	38.516
Tributos	42.823	19.056
Propaganda e publicidade	7.899	7.666
Arrendamentos e aluguéis (NE 26.7.1)	14.320	5.434
Outras receitas, custos e despesas, líquidos	60.568	64.471
	185.365	**140.327**

26.7.1 Arrendamentos e aluguéis

	31.12.2022	31.12.2021
Imóveis	7.350	7.042
Veículos	40.457	26.262
Equipamentos	19.065	10.140
Outros	1.505	342
(-) Reclassificação IFRS 16	(52.501)	(37.474)
(-) Créditos de PIS e Cofins	(1.556)	(878)
	14.320	**5.434**

27. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2022	31.12.2021
(+) Receitas financeiras		
Acréscimos moratórios sobre faturas	258.721	306.662
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE 7.1)	146.754	35.903
Renda de aplicações financeiras	109.918	31.331
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	43.946	30.043
Atualização monetária do crédito tributário ação PIS/COFINS (NE 11.5)	33.909	22.696
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	9.243
Outras receitas financeiras	27.043	42.032
(-) Pis/Pasep e Cofins sobre receita financeira	(26.565)	(20.213)
	593.726	**457.697**
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	546.685	276.141
Parcelamento de Tributos (NE 11.4)	57.872	15.158
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	27.584	58.814
Juros sobre P&D e PEE (NE 20.2)	33.171	14.255
Variação monetária sobre Litígios	12.582	4.471
Atualização ação Pis/Cofins a devolver ao consumidor (NE 11.5)	12.559	2.964
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE 7.1)	11.207	3.745
Juros sobre Passivos de arrendamento (NE 21.3.1)	10.618	7.297
Outras despesas financeiras	10.495	8.383
	722.773	**391.228**
(-) Atualização provisão p/ destinação de créditos de PIS e Cofins (NE 11.5)	**1.040.694**	**-**
Resultado Financeiro	**(1.169.741)**	**66.469**

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2022 Valor contábil	31.12.2022 Valor justo	31.12.2021 Valor contábil	31.12.2021 Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	430.121	430.121	393.317	393.317
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	905	905	822	822
Contas a receber vinculadas à concessão (c)	9	3	1.442.819	1.442.819	1.200.708	1.200.708
			1.873.845	**1.873.845**	**1.594.847**	**1.594.847**
Custo amortizado						
Cauções e depósitos vinculados (a)			90	90	51	51
Caução STN (d)	16.1		-	-	142.764	115.643
Clientes (a)	6		2.538.906	2.538.906	3.585.765	3.585.765
Ativos financeiros setoriais (a)	7		381.398	381.398	767.480	767.480
			2.920.394	**2.920.394**	**4.496.060**	**4.468.939**
Total dos ativos financeiros			**4.794.239**	**4.794.239**	**6.090.907**	**6.063.786**
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Passivos financeiros setoriais (a)	7		483.255	483.255	293.179	293.179
Pert[1] (d)	11.4		404.075	340.025	421.694	361.080
Parcelamento ICMS (d)			48.320	43.419	-	-
PIS/COFINS a restituir consumidores	11.5		1.995.158	1.995.158	3.326.795	3.326.795
Fornecedores (a)	15		1.447.967	1.447.967	1.743.382	1.743.382
Empréstimos e financiamentos (d)	16		771.092	756.930	179.747	150.263
Debêntures (e)	17		4.056.446	3.916.549	3.235.153	3.235.153
Total dos passivos financeiros			**9.206.313**	**8.983.303**	**9.199.950**	**9.109.852**

[1] Programa Especial de Regularização Tributária – Pert

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado.

28.1.1 Apuração dos valores justos

a. Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização;

b. Para os ativos classificados como nível 1 e nível 2, calculados de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

c. Os critérios e as premissas estão divulgados na NE nº 3.3.2.

d. Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pelo Grupo Copel, CDI + spread de 1,22%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado;

e. Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário - PU em 31.12.2022, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

28.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros.

28.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa (a)	430.121	393.317
Títulos e valores mobiliários (a)	905	822
Cauções e depósitos vinculados (a)	90	142.815
Clientes (b)	2.538.906	3.585.765
Ativos financeiros setoriais (c)	381.398	767.480
Contas a receber vinculadas à concessão de distribuição (d)	1.442.819	1.200.708
	4.794.239	**6.090.907**

a. A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

b. Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, estando diretamente relacionado a fatores internos e externos à Copel Distribuição, tais como a execução das ações internas de cobrança, suspensão de fornecimento, desemprego, redução da renda e alta taxa de juros, entre outros.

Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.

A Companhia possui carteira extremamente pulverizada, atendendo mais de 5,0 milhões de consumidores, sendo que os grandes clientes são monitorados periodicamente de forma a evitar riscos de crédito.

c A Administração considera bastante reduzido o risco desse crédito, visto que os contratos asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos não recuperados por meio de tarifa.

d. A Administração considera reduzido o risco desse crédito visto que os contratos asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos em infraestrutura não recuperados por meio da tarifa.

28.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício. As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os 3 próximos anos seguintes. A partir de 2027, repetem-se os indicadores de 2026 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	NE 16	964	26.643	77.904	862.311	-	967.822
Debêntures	NE 17	-	26.978	758.951	3.791.056	1.305.619	5.882.604
Fornecedores	-	680.298	4.215	-	-	-	684.513
Pis e Cofins a restituir a consumidores	NE 11.5	-	-	387.721	1.365.327	357.912	2.110.960
Pert	Selic	4.776	9.665	45.279	282.820	170.426	512.966
Parcelamento ICMS	Selic	874	1.767	8.259	46.722	-	57.622
Passivos Financeiros Setoriais	Selic	36.543	74.240	353.022	59.037	-	522.842
Passivo de arrendamentos	NE 21.2	5.485	10.998	48.973	107.290	100.238	272.984
		728.940	**154.506**	**1.680.109**	**6.514.563**	**1.934.195**	**11.012.313**

Conforme divulgado nas NEs nºs 16.5 e 17.3, a Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

28.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a. Análise de sensibilidade do risco cambial

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do dólar norte-americano sobre seus fornecedores expostos a tais riscos. A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2022, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável considerou-se o saldo com a variação da taxa de câmbio - fim de período (R$/US$ 5,25) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen de 03.02.2023.

Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

28.2.4 Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira. Atualmente, a Companhia não possui dívida em moeda estrangeira e, portanto, não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais. O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobrás (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário.

RISCO CAMBIAL	Risco	Base 31.12.2022	Cenários projetados - dez.2023 Provável	Cenário 1	Cenário 2
Passivos financeiros					
Fornecedores					
Eletrobras (Itaipu)	Alta do dólar	284.930	1.764	73.437	145.111
		284.930	**1.764**	**73.437**	**145.111**

28.2.5 Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

a. Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos. A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2022, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic de 12,50% e IPCA de 5,78%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen de 03.02.2023.

Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

RISCO DE TAXA DE JUROS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS	Risco	Base 31.12.2022	Cenários projetados - dez.2023 Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	905	27	20	14
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/Selic	90	3	2	1
Ativos financeiros setoriais	Baixa Selic	381.398	47.675	35.756	23.837
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	1.442.819	83.395	62.546	41.697
		1.825.212	**131.100**	**98.324**	**65.549**
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI/Selic	(751.671)	(93.959)	(117.449)	(140.938)
Caixa Econômica Federal	Sem Risco	(7.664)	-	-	-
BNDES	Sem Risco	(11.757)	-	-	-
Debêntures	Alta CDI/Selic	(2.576.513)	(322.064)	(402.580)	(483.096)
Debêntures	Alta IPCA	(1.479.933)	(85.540)	(106.925)	(128.310)
Passivos financeiros setoriais	Alta Selic	(483.255)	(60.407)	(75.509)	(90.610)
Parcelamento ICMS	Alta Selic	(48.320)	(6.040)	(7.550)	(9.060)
Pert	Alta Selic	(404.075)	(50.509)	(63.137)	(75.764)
		(5.763.187)	**(618.519)**	**(773.150)**	**(927.778)**

28.2.6 Risco quanto à escassez de energia

A maior parte da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, conforme informado no Banco de Informações de Geração da Aneel, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

Os critérios de garantia de suprimento de energia estão atualmente estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE através da Resolução 29, de 12 de dezembro de 2019. Com fundamento, os órgãos responsáveis mantêm os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança em todos os subsistemas.

28.2.7 Risco quanto aos impactos do GSF

Para o segmento de distribuição, os efeitos do GSF são percebidos nos custos associados às cotas de Itaipu, de Angra, das usinas cujas concessões foram renovadas de acordo com a Lei 12.783/2013 e das usinas que repactuaram o risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, de acordo com a Lei 13.203/2015. Trata-se, contudo, de um risco financeiro, uma vez que é garantida a neutralidade das despesas com a compra de energia, por meio de repasse tarifário.

28.2.8 Risco de não manter a concessão de distribuição

O quinto termo aditivo ao contrato de concessão nº 46/1999 da Copel Distribuição impõe condicionantes de eficiência econômico-financeira e indicadores que consideram a duração e a frequência das interrupções do serviço (DECi e FECi). O descumprimento das condições acarretará na extinção da concessão (cláusula décima oitava, subcláusula primeira), respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Em 17 de novembro de 2020, a Aneel homologou a Resolução Normativa nº 896, consolidada pela Resolução Normativa nº 948/2021, a qual estabelece os indicadores e procedimentos para acompanhamento da eficiência com relação à continuidade do fornecimento e à gestão econômico-financeira das concessões do serviço público de distribuição de energia elétrica a partir do ano de 2021.

a. Indicadores e penalidades

Ano	Indicador	Critérios	Penalidades
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira	no ano base	aporte de capital(a)
			limitação de distribuição de dividendos e JCP
			regime restritivo de contratos com partes relacionadas
		2 anos consecutivos	extinção da concessão
	Indicadores de qualidade	no ano base	plano de resultados
		2 anos consecutivos	limitação de distribuição de dividendos e JCP
		3 anos consecutivos	extinção da concessão

(a) Aporte de Capital: em até 180 dias contados do término de cada Exercício Social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.

b. Metas definidas para Copel Distribuição a partir do ano de 2021

Considera-se descumprido o critério de eficiência em relação à gestão econômico-financeira quando houver a não conformidade da inequação ou quando o LAJIDA for inferior à QRR. A apuração dos resultados ocorre ao final de cada ano civil, quando da divulgação dos resultados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR.

Ano	Gestão Econômico-Financeira	Realizado	Qualidade - limites DECi	Qualidade - limites FECi	Qualidade - realizado DECi	Qualidade - realizado FECi
2021	{Dívida Líquida / [Lajida (-) QRR ≥ 0]} ≤ 1 / (1,11 * Selic)	ATINGIDO	9,29	6,84	7,20	4,76

Ano	Gestão Econômico-Financeira	Realizado	Qualidade - limites DEC	Qualidade - limites FEC	Qualidade - realizado DEC	Qualidade - realizado FEC
2022	{Dívida Líquida / [Lajida (-) QRR ≥ 0]} ≤ 1 / (1,11 * Selic)	-	9,19	6,80	7,98	5,29

Dívida Líquida: Dívida Bruta deduzida dos Ativos Financeiros, à exceção de Ativos e Passivos Financeiros em discussão administrativa ou judicial. As contas que compõe a Dívida Bruta e Ativos Financeiros estão definidas no Anexo VIII da REN nº 948/2021.

QRR: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Este valor será o definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pró rata.

LAJIDA ou EBITDA Recorrente: Recorrente: refere-se ao Lucro Antes de Juros (Resultado Financeiro), Impostos (Tributos sobre a Renda), Depreciação e Amortização.

Indicadores de qualidade: Conforme NT 068/2021 – SRD/ANEEL e Resolução Autorizativa 10.231/2021, os indicadores de qualidade a partir de 2022 passaram a ser o DEC e o FEC.

Os critérios de cálculo dos indicadores da Gestão Econômico-Financeira estão estabelecidos no Anexo VIII da Resolução Normativa Aneel 948/2021.

c. Comentário sobre o indicador de 2022

A Companhia acompanha os indicadores da concessão de forma a antecipar ações que assegurem o ganho de eficiência e o cumprimento das exigências regulatórias e o resultado é divulgado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias de 2022.

28.2.9 Risco de sobrecontratação e subcontratação de energia elétrica

No modelo regulatório vigente, o processo de compra de energia elétrica pelas distribuidoras é regulado pela Lei nº 10.484/2014 e pelo Decreto nº 5.163/2004, os quais determinam que a aquisição de energia deve ser em volume necessário para o atendimento de 100% do mercado da distribuidora.

A diferença entre os custos remunerados pela tarifa e os efetivamente realizados com a compra de energia são integralmente repassados aos consumidores cativos, desde que a distribuidora apresente nível de contratação entre 100% e 105% do seu mercado, acrescidos dos montantes de sobrecontratação involuntária reconhecidos pelo regulador.

A Copel Distribuição estima finalizar o ano com um nível de contratação de 111,4%. Entretanto, considera que possui montantes de "sobrecontratação involuntária" suficientes para acomodar a contratação estimada para o ano. Desta forma, não há previsão de risco de penalização por sobrecontratação.

28.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

28.3.1 Endividamento em relação ao patrimônio líquido

A Companhia monitora o capital usando o índice representado pela dívida líquida dividido pelo lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização (Lajida) e ainda, monitora o endividamento em relação ao patrimônio líquido:

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	758.008	179.747
Debêntures	4.016.607	3.199.601
(-) Caixa e equivalentes de caixa	430.121	393.317
(-) Títulos e valores mobiliários	905	822
Dívida líquida	**4.343.589**	**2.985.209**
Patrimônio líquido	6.610.272	7.558.556
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	**0,66**	**0,39**

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são o acionista controlador, suas empresas ligadas, o pessoal-chave da Administração da Companhia, Companhias sob controle comum e outras.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão, da prestação de serviços de operação e manutenção e demais contratos de serviços.

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

A Companhia não possui obrigações adicionais à remuneração do pessoal chave da administração, além dos benefícios de curto prazo e divulgadas nas notas explicativas referenciadas.

As informações sobre as principais transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ref.	Ativo 31.12.2022	Ativo 31.12.2021	Passivo 31.12.2022	Passivo 31.12.2021	Receita 31.12.2022	Receita 31.12.2021	Custo / Despesa 31.12.2022	Custo / Despesa 31.12.2021
Controlador									
Estado do Paraná	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa Energia Solidária	(a)	9.735	5.590						
Programa Tarifa Rural Noturna - TRN	(b)	8.353	10.378						
Empregados cedidos	(c)	-	18						
Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar	(d)			230	391			(2.656)	(2.398)
Companhia Paranaense de Energia									
Prestação de serviços		3	4			11	11		
Sistema de distribuição						12	12		
Financiamentos repassados - STN	NE 16.2			-	150.572				
Contrato de Mútuo	(e)							(5.000)	-
Compartilhamento	(j)	1.023	304	-	3.131			3.276	(12.165)
Entidades com influência significativa									
BNDES (f) - Financiamentos	NE 16			11.757	19.595			(913)	(1.461)
Companhia sob controle comum									
Copel Geração e Transmissão S.A.									
Prestação de serviços		430	763			1.847	2.437		
Sistema de distribuição		943	927			7.594	7.018		
Energia elétrica para revenda	(g)			2.997	4.145			(36.627)	(34.574)
Rede básica e de conexão	(g)			24.185	22.294			(309.822)	(307.609)
Compartilhamento	(j)	5.897	4.017	8.962	8.439			(10.337)	(11.577)
Companhia Paranaense de Gás - Compagas									
Prestação de serviços		27	41			137	155		
Sistema de distribuição						118	115		
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.									
Prestação de serviços		126	204			8	8		
Sistema de distribuição		2.062	2.137			25.977	21.611		
UEG Araucária									
Prestação de serviços		4	1			7	5		
Sistema de distribuição						7	4		
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	(h)(i)			349	265			(5.235)	(4.152)
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	(j)			97	68			(985)	(791)
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	(j)			100	75			(1.046)	(1.136)
Compartilhamento	(j)	1.845	1.394					6.124	4.407
Pessoal chave da administração									
Honorários e encargos sociais	NE 26.3							(1.874)	(3.420)
Planos previdenciários e assistenciais	NE 18.3							(204)	(319)
Outras partes relacionadas									
Companhia de Saneamento do Paraná	(k)			4	-			(1.609)	(1.448)
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	(j)			95	136			(1.829)	(1.567)
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	(h)(i)			1.388	1.133			(19.568)	(17.275)
Cantareira Transmissora de Energia S.A.	(h)			520	443			(5.654)	(4.379)
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	(h)			1.125	1.012			(12.329)	(8.332)
Matrinchã Transmissora de Energia S.A.	(h)			1.061	785			(11.126)	(9.181)
Guaraciaba Tramissorade Energia S.A.	(h)			529	363			(5.100)	(4.227)
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	(h)			685	539			(7.276)	(6.265)
Fundação Copel									
Aluguel de imóveis administrativos				39.353	34.069			(3.203)	(2.929)
Planos previdenciários e assistenciais	NE 18			709.846	850.637				
Lactec	(l)			378	1.012			(566)	(435)

29.1 Referência às Partes relacionadas:

a. O Programa Energia Solidária, instituído pela lei estadual nº 20.943/2021, substituindo o Programa Luz Fraterna, estabelece o pagamento do consumo de energia elétrica para beneficiar famílias de baixa renda, residentes no Estado do Paraná, cujos imóveis - unidades consumidoras - sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, seja em área urbana ou rural, e preencham os requisitos estabelecidos nos artigos 2.º e 3.º desta lei.

b. O Programa Tarifa Rural Noturna do Governo do Estado do Paraná é regulamentado pelo Decreto 1.288 de 30.04.2019. Esse programa prevê o pagamento pelo Governo Estadual à Copel Distribuição do valor correspondente a 60% da tarifa de energia elétrica ativa e dos encargos decorrentes desse serviço, inclusive adicional de bandeira tarifária, da propriedade dos consumidores beneficiários, compreendido no período considerado como consumo noturno, conforme especificado no Decreto 1.288 de 30.04.2019.

c. Ressarcimento do valor correspondente a remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Estado do Paraná. Os saldos apresentados são líquidos de PECLD.

d. O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Copel Distribuição, de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampacidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.

e. Contrato de Mútuo assinado com a Controladora em 18.11.2021, com validade de 12 meses, com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios (DI+1,75% a.a.), a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. O montante de R$ 100.000 foi liberado em 25.01.2022 e o contrato foi liquidado em 15.06.2022, gerando uma despesa financeira de R$ 5.000.

f. O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que tem influência significativa sobre a Copel.

g. A Companhia mantém com a Copel Geração e Transmissão Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado - CCARs, Contratos de Serviços de Transmissão - CPST e Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT.

h. A Companhia mantém com as empresas Costa Oeste Transmissora de Energia e Caiuá Transmissora de Energia Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT, com vencimento até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro.

i. A Companhia mantém Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST com o ONS e com as concessionárias de transmissão de energia, o qual tem por objeto a contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - Must. A contratação é de caráter permanente e é regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 666/2015. Os montantes são definidos para os quatro anos subsequentes, com revisões anuais.

j. Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal firmado com a Copel Distribuição e as empresas do grupo, anuído pela Aneel. Os valores apresentados no resultado são líquidos e, quando credores, referem-se à recuperação de despesa.

k. A Copel Distribuição mantém com a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, contrato de fornecimento de serviços de Saneamento Básico.

l. O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel Distribuição é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel.

29.2 Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

Os avais e garantias concedidos pela Copel à Copel Distribuição na emissão de financiamentos e de debêntures são informados nas NEs 16 e 17.

29.3 Compartilhamento

A empresa mantém contratos de compartilhamento de pessoal com empresas do grupo. Em 31.12.2021 a empresa possuía um saldo a receber da Copel GET, referente a encargos de conexão, recebido no primeiro semestre de 2022.

Saldo de Partes Relacionadas no Balanço Patrimonial

	Ativo 31.12.2022	Ativo 31.12.2022	Passivo 31.12.2022	Passivo 31.12.2021
Compartilhamento	8.765	5.715	8.962	11.571
Outros	-	10	-	-
	8.765	**5.725**	**8.962**	**11.571**

30. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nas demonstrações financeiras, correspondem a:

	31.12.2022	31.12.2022
Contratos de compra e transporte de energia	82.468.602	104.938.555
Aquisição de ativo para obras de distribuição de energia elétrica	1.187.336	1.374.177

31. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Incêndio - imóveis próprios e locados	24.08.2023	751.125
Riscos Nomeados	24.08.2023	711.496
Seguro D&O (a)	28.03.2023	130.443
Garantia Judicial	19.12.2025	10.118
Garantia Judicial	28.01.2025	9.079
Garantia Judicial	05.05.2024	9.002
Garantia Judicial	30.06.2024	7.273
Garantia Judicial	08.02.2024	7.107
Garantia Judicial	25.01.2024	6.030
Garantia Judicial	25.11.2023	5.745

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2022, de R$ 5,2177.

Além dos seguros relacionados, a Companhia contrata outras apólices de seguros com menores valores, tais como: seguro de riscos diversos e garantia de pagamento.

Adicionalmente, a Copel possui contrato de indenidade, em complemento ao seguro D&O.

Os seguros de garantia contratados pela Companhia possuem como avalista a Copel.

32. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

32.1 Transações que não envolvem caixa

Em consonância com as informações constantes na NE nº 8, estão demonstradas no quadro abaixo as transações que, por não envolverem caixa, não estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia.

	31.12.2022	31.12.2021
Adições dos ativos de concessão (NE 8)	2.092.117	1.774.583
Compras efetuadas a prazo	(175.783)	(240.718)
Compras efetuadas a prazo no exercício anterior	240.718	104.834
Apropriações / reversões	(3.533)	(33.196)
Incorporação de obras em andamento	-	(2.162)
	2.153.519	**1.603.341**

Conforme NE nº 21.1, as adições e ajustes por remuneração ocorridos no Direito de uso de ativos totalizaram R$ 91.585 em 31.12.2022 (R$ 40.468 em 31.12.2021), sendo que tal reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de Passivo de arrendamentos.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1 Mútuo com a Controladora

Contrato de Mútuo assinado com a Controladora em 27.02.2023, anuído pela Aneel conforme Despacho nº 502/2023, com validade de 24 meses e aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios (DI+1,40% a.a.), a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. O montante de R$ 113.000 foi liberado em fevereiro/2023.

Em atendimento à Resolução Normativa nº 933 de 18.05.2021 da Aneel, informamos que as Demonstrações Financeiras Societárias estarão disponíveis no site da Copel https://ri.copel.com, a partir de 21.03.2023 e as Demonstrações Contábeis Regulatórias a partir de 20.04.2023.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL

COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Daniel Pimentel Slaviero
Secretário Executivo	Maximiliano Andres Orfali
Membros	Ana Letícia Feller
	Marco Antônio Barbosa Cândido

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Presidente	Marco Antônio Barbosa Cândido
Membros	Carlos Biedermann
	Luiz Claudio Maia Vieira

CONSELHO FISCAL	
Membros titulares	Demetrius Nichele Macei
	Harry Françóia Júnior
	José Paulo da Silva Filho
Membros suplentes	Roberto Zaninelli Covelo Tizon
	Otamir Cesar Martins
	Verônica Peixoto Coelho

DIRETORIA	
Diretor Geral	Maximiliano Andres Orfali
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores	Adriano Rudek de Moura
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais	Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Comercial, de Regulação e de Gestão	Hemerson Luiz Barbosa Pedroso

CONTADOR	
CRC-PR- 047941/O-4	Robson Carlos Nogueira

Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário

1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

I. *ter a maioria de membros independentes nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016;*

II. *no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como "especialista financeiro" nos termos da legislação vigente;*

III. *no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;*

IV. *no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; e*

V. *o Presidente do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração.*

As características, composição, funcionamento e competências do Colegiado são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário estão a de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Desde 2019, o Comitê de Auditoria Estatutário conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades. Inicialmente, o CAE desenvolveu seu plano de trabalho com o apoio da consultoria PricewaterhouseCoopers - PwC, em conjunto com a Auditoria Interna da Copel. No desenvolvimento do plano foram consideradas a legislação vigente, normativas internas e boas práticas de mercado. Naquele momento, para estudo e desenvolvimento desse plano, a PwC utilizou a seguinte metodologia de trabalho: mapeamento das responsabilidades do CAE; planejamento para o atendimento das responsabilidades; referências de mercado; consideração sobre os aspectos de treinamentos e discussões com o próprio Colegiado. Como resultado, a consultoria apresentou plano de trabalho listando as exigências e recomendações para atuação do CAE, bem como cronograma para execução dessas atividades ao longo de um ano. A estrutura do cronograma contempla os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei Federal nº 13.313/2016, à Lei Sarbanes-Oxley - SOx 301/407, à Instrução CVM 509/2011, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano. Considerando atendidas as necessidades legais e regulamentares, o Comitê de Auditoria Estatutário aprovou seu plano de trabalho anual.

Em 2021, o CAE revisou seu plano de trabalho, com apoio da consultoria Ernst & Young – EY, em conjunto com a assessoria do colegiado, Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária. A revisão do plano considerou a legislação vigente, Estatuto Social, demais normativas internas e boas práticas de mercado. A metodologia de trabalho incluiu: revisão das responsabilidades do CAE; forma de atendimento das responsabilidades; referências de benchmarking; interações com Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária e discussões em reuniões do Colegiado. O Plano de Trabalho do CAE 2022 considerou o relatório apresentado pela consultoria como subsídio em sua elaboração, sendo que sua estrutura foi organizada em (i) Apresentação e Informações Gerais; (ii) Cronograma detalhado do CAE; e (iii) Anexos.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2022 traz 20 temas principais, distribuídos em 86 pautas fixas ao longo do ano, distribuídas em suas reuniões ordinárias mensais, além de reuniões extraordinárias. Em 2022, foram registradas 20 reuniões, das quais, 2 foram reuniões extraordinárias.

A auditoria independente, atualmente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes - Deloitte, é responsável pelo planejamento e execução da auditoria das Demonstrações Contábeis da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, Mercado Livre, Serviços e Eólicas). Compete ao auditor independente, no contexto e escopo do seu trabalho, emitir opinião sobre as Demonstrações Financeiras e se refletem de forma adequada a posição patrimonial e financeira da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade, e as normas editadas pelas Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. O ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais, também é avaliado pela Deloitte, uma vez que estão sujeitas à lei americana Sarbanes-Oxley – SOx.

Ainda no contexto de controles internos, a Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, em sua atuação como segunda linha de defesa, atua no desenho dos controles junto aos órgãos da administração, primeira linha de defesa. Posteriormente, cabe a DRC atuar no teste de desenho dos controles internos. Já a Auditoria Interna - AUD, como terceira linha de defesa, atua no teste de controles internos quanto à sua eficiência e eficácia.

O CAE elabora, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) suas atividades, resultados, conclusões e recomendações no período, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas às diretorias, registrando aquelas não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; e (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências.

2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei Sarbanes-Oxley – SOx, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 11.03.2021, com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada pela 201ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o Comitê de Auditoria Estatutário sofreu alteração, quando passou a ser permitida a composição entre 03 (três) a 05 (cinco) membros, desde que: (i) a maioria destes se enquadrasse nos critérios de independência nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016; (ii) que no mínimo, 01 (um) membro apresentasse experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como "especialista financeiro" nos termos da legislação vigente; (iii) que no mínimo 01(um) dos membros fosse integrante do Conselho de Administração; (iv) no mínimo 01(um) do membro externo, escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; e (v) que o Presidente do Comitê fosse membro do Conselho de Administração.

Em 2022, o Comitê teve a seguinte composição, eleita para o mandato 2021/2023: Marco Antônio Barbosa Cândido (como Presidente), Carlos Biedermann (como especialista financeiro) e Luiz Claudio Maia Vieira (profissional externo), todos membros independentes, em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016, e que atendem aos requisitos de independência impostos pela Securities and Exchange Commission - SEC e pela New York Stock Exchange - NYSE.

Considerando a necessidade do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, para assessoria no desempenho de suas atribuições, um profissional da Companhia é designado como Assessor do CAE da Copel. Desde 06.11.2020, conforme deliberado na 226ª Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário, o profissional Adilson Dvulathca (registro 49438), atua como Assessor do CAE da Copel (Circular-058/2020, de 10.11.2020).

3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2022

3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

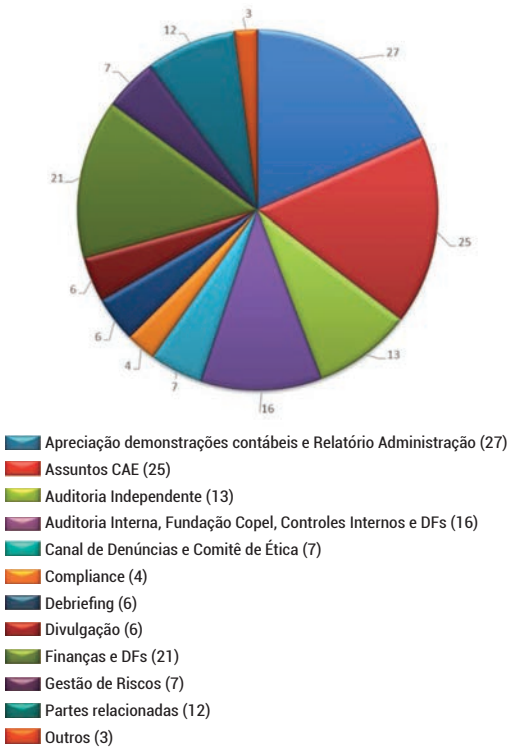
As pautas das reuniões realizadas em 2022 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para discussão do Colegiado ao longo do ano, distribuídos em 20 reuniões, das quais, 2 reuniões foram extraordinárias: apreciação de informações contábeis; auditoria externa; canal de denúncias e Comitê de Ética; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; debriefing; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários (Cibersegurança, calendário anual de reuniões, LGPD, Risco Hidrológico e melhoria contínua); partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, foram realizadas 20 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, sendo 2 reuniões extraordinárias, as quais contemplaram 147 pautas, envolvendo os membros da Diretoria Executiva, Superintendentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias, controladas e coligadas, os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas realizadas é o seguinte:



3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2022, foram contempladas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 13 pautas com participação da Auditoria Independente. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente Deloitte para o Formulário 20-F, de 2021; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2022; apresentação sobre os trabalhos relativos às Demonstrações Financeiras e de controles internos; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2022.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer de 2022, foram realizadas 27 pautas, sendo que em todas foram apreciadas as demonstrações contábeis e em 8 pautas, o Relatório da Administração. Essas pautas abordaram a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2022; a Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2021 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade.

A análise e recomendação quanto ao Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, de Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido e quanto ao Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade, ocorre na reunião realizada em março de 2023, após finalizadas as discussões com os Auditores Independentes sobre os resultados dos seus trabalhos, os quais incluem os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório, as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras, a discussão das práticas contábeis adotadas, controles internos, legislação societária brasileira, bem como demais normas aplicáveis.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2022, no Relatório Anual 2022, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

3.4. AUDITORIA INTERNA

No decorrer de 2022, foram tratadas 8 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna, verificação de suas recomendações e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - Raint 2021; e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei Sarbanes-Oxley - SOx.

Na 261ª Reunião, de 02.08.2022, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito dos Planos Previdenciários patrocinados pela Copel e administrados pela Fundação Copel.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

3.5. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

No decorrer de 2022, foram tratadas 7 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; bem como, a atualização do status de auditoria, pela Deloitte, desses Controles Internos.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do Internal Control - Integrated Framework, definido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), e com a Lei Sarbanes-Oxley - SOx. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos que se encontrem em efetiva aplicação.

O Colegiado também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do Colegiado, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

3.6. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

No decorrer de 2022, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 7 pautas que trataram do Canal de Denúncias, Comitê de Ética, Código de Conduta e demais temas relacionados. Essas pautas abordaram o monitoramento do Canal de Denúncias e o acompanhamento ao longo do ano, em reuniões específicas, acerca de denúncias recebidas pelo Canal e que tiveram, em função de sua natureza, tratamento mais intensivo de investigação pela Auditoria Interna.

Em 2022, o CAE deliberou de forma favorável ao Regimento Interno do Comitê de Ética, recomendou ao Conselho de Administração a aprovação da Política do Canal de Denúncias e deliberou favoravelmente sobre a revisão do Código de Conduta da Companhia.

Trimestralmente, é apresentado ao CAE o acompanhamento do Canal de Denúncias pela área de Compliance e, periodicamente, a Auditoria Interna apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

3.7. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS

No decorrer de 2022, foram tratadas 7 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos, a revisão dos riscos estratégicos e a recomendação ao Conselho de Administração pela aprovação da Política de Riscos da Companhia.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da gestão de riscos, determinou que fosse adicionada à pauta do colegiado a análise quanto aos riscos de mercado da Copel Mercado Livre e incluiu o monitoramento do Risco Hidrológico como pauta específica em seu plano de trabalho 2022.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

3.8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma de suas atribuições "avaliar e monitorar, juntamente com a Administração e a área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia".

No decorrer de 2022, foram tratadas 12 pautas envolvendo transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE. Essas pautas abordaram, além da recomendação para aprovação das transações em si, a recomendação ao Conselho de Administração pela aprovação da revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses e o monitoramento das operações/transações com Partes Relacionadas.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos a transações com partes relacionadas.

3.9. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; debriefing; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; e regulamentos de independência do CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Na programação para 2022, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, além de analisar os resultados das avaliações de desempenho do Colegiado, incluindo o Plano de Desenvolvimento do Comitê de Auditoria Estatutário.

4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E SUPERINTENDENTES

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Superintendentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também é possível que as Superintendências, por meio de suas Diretorias, realizem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente daquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

- **Reporte do Comitê de Ética e Canal de Denúncias.**

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do reporte periódico do Comitê de Ética e Canal de Denúncias, a avaliação quanto a política de consequências para os casos tratados no Comitê de Ética.

Já em relação ao Código de Conduta da Companhia, o CAE recomendou a DRC avaliar o percentual da remuneração correspondente ao valor simbólico para brindes ou cortesias institucionais.

- **Processos Jurídicos**

O CAE recomendou à Diretoria Jurídica e Regulatória – DJR o desenvolvimento de trabalho voltado ao monitoramento e gestão de controladoria jurídica, incentivando a melhoria contínua nos processos da Companhia.

- **Controles Internos**

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do reporte periódico de Controles Internos, a manutenção do apoio na solução tempestiva de eventuais novos pontos apresentados pela auditoria independentes e solicitou a manutenção de reportes bimestrais sobre os trabalhos de Controle Interno.

- **Reporte trimestral sobre o monitoramento do portfólio de riscos da Companhia.**

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do monitoramento do portfólio de riscos da Companhia, a manutenção dos reportes trimestrais, bem como, recomendou a avaliação dos riscos de transição (Corporation) e dos riscos emergentes, com o apoio das demais estruturas da Companhia. Recomendou à DRC avaliar a inclusão de risco relacionado aos efeitos da guerra na Ucrânia.

- **Reporte dos trabalhos de cibersegurança**

O Comitê de Auditoria Estatutário da Copel vem sistematicamente envidando esforços para acompanhar as melhorias promovidas pela Companhia em relação à segurança cibernética. O tema é pauta periódica do colegiado em suas reuniões, tendo apoio tanto da Diretoria de Gestão Empresarial – DGE, quanto da Diretoria Reunida, Auditoria Interna e Auditoria Independente.

Os Membros do Comitê afirmaram que diversas providências foram solicitadas à Diretoria da Companhia, em especial robustez nos sistemas de controles internos da Copel e de suas Subsidiárias Integrais, acompanhamento e monitoramento mensais das deficiências apontadas pela auditoria externa, contratação de consultoria independente para auxiliar no processo de revisão dos controles internos do grupo Copel, dentre outras medidas que podem ser evidenciadas nas atas de reuniões deste Comitê.

Adicionalmente, o CAE recomendou ao Conselho de Administração aprovar a revisão da Política de Segurança da Informação e Cibernética, sugerindo a inclusão de item específico para tratar da gestão de consequências, a fim de imputar responsabilidade pelo descumprimento ou violação da Política em questão, de acordo com as normativas internas e externas vigentes.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2022, no Relatório Anual 2022, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 21 de março de 2023.

MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO
Presidente

CARLOS BIEDERMANN
Especialista Financeiro

LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA
Membro Externo

Proposta de Orçamento de Capital

Em conformidade com a Instrução CVM nº 80/2022, em vigor a partir de 02.05.2022, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital, bem como a origem dos recursos, para o ano de 2023 da Copel Distribuição S.A, aprovada na 233ª reunião ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia, realizada em 07.12.2022.

PROGRAMAS DE INVESTIMENTOS	R$ Mil
Distribuição	1.878.882
TOTAL	**1.878.882**

FONTES DE RECURSOS	R$ Mil
Recursos de Terceiros	**1.067.000**
Novas captações - Outras Instituições Financeiras	1.067.000
Recursos Próprios	**811.882**
Oriundos de retenção de lucros e geração de caixa das operações da Companhia	1.878.882
TOTAL	**2.432.295**

Parecer do Conselho Fiscal

SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2022 E SOBRE A PROPOSTA DA DIRETORIA EXECUTIVA PARA A ABSORÇÃO DO PREJUÍZO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2022 E PARA PAGAMENTO DE PARTICIPAÇÃO REFERENTE À INTEGRAÇÃO ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Distribuição S.A. - Copel DIS, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2022 e Relatório do Auditor Independente e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Absorção do Prejuízo Verificado no Exercício de 2022 e para Pagamento de Participação Referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 21 de março de 2023

(assinado eletronicamente)
DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente

(assinado eletronicamente)
HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR

(assinado eletronicamente)
JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Parecer do Auditor Independente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionista da
Copel Distribuição S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Distribuição S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Copel Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e o seu respectivo fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.7 e nº 25 às demonstrações financeiras, a Companhia registra a receita não faturada calculada entre a data da última leitura e o encerramento do mês, por estimativa, com base na média do último faturamento. A Companhia fatura mensalmente seus consumidores com base na energia medida. A receita não faturada é estimada entre a data da última medição e o final do mês, tendo como base o faturamento do mês anterior, sendo assim reconhecida como receita no final do mês em que o serviço foi prestado. Ao final de cada mês, a quantidade de energia entregue aos consumidores desde a data da última leitura do medidor é estimada e a receita não faturada correspondente é determinada considerando o consumo diário estimado e as tarifas aplicáveis por classe de consumidor, refletindo tendências históricas e experiências significativas. As diferenças entre a receita não faturada estimada e real são reconhecidas no mês seguinte.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido aos julgamentos necessários à auditoria do reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica, incluindo os métodos e premissas utilizados para estimar receitas não faturadas, bem como o uso de sistemas automatizados para processar e registrar receitas. A execução de procedimentos de auditoria na receita exigiu julgamento do auditor e amplo esforço de auditoria, incluindo o envolvimento de nossos especialistas em Tecnologia da Informação - TI.

Para responder este principal assunto de auditoria, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados ao processo de medição de volumes de energia e preços, bem como controles sobre estimativas de receita não faturada; (b) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para a identificação dos sistemas relevantes utilizados para o processamento das transações de receita, teste dos controles gerais de tecnologia da informação referentes ao acesso, modificação e operação desses sistemas e testes de controles de interface de sistema e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes da receita, bem como os controles de estimativas para garantir a precisão e integridade de receita; (c) avaliação da adequação e consistência dos métodos e premissas utilizados pela Diretoria para desenvolver as estimativas de receita não faturada, teste da acuracidade matemática das estimativas elaboradas pela Diretoria para a receita não faturada e avaliação da capacidade da Diretoria de estimar a receita não faturada com precisão, comparando a receita real subsequente com as estimativas históricas da Diretoria para os grupos de receita relacionados; (d) a execução de teste que compreendeu desenvolver uma expectativa independente do montante das receitas e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (e) teste de transações de receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte, testando a precisão matemática da receita reconhecida e verificando o seu recebimento subsequente; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a captura, o processamento, o registro e as respectivas divulgações sobre o reconhecimento de receita da Companhia são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para litígios e passivo contingente

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.6 e nº 23 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes tribunais. Com base em avaliações feitas pelos seus assessores jurídicos, a Diretoria reconhece uma provisão para aqueles processos cujas perdas são consideradas prováveis. A Diretoria da Companhia entende que não é viável fornecer informações sobre o tempo esperado de eventuais saídas de caixa decorrentes desses processos judiciais em que a Companhia esteja envolvida, devido ao ritmo lento e à imprevisibilidade dos sistemas jurídicos, fiscais e regulatórios brasileiros, considerando que a resolução final do processo para o qual foi reconhecida uma provisão depende da conclusão dos procedimentos dos tribunais jurídicos ou arbitrais.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a subjetividade para mensurar a provisão para litígios e elaborar as divulgações necessárias para as demonstrações financeiras, sendo necessário a utilização de conhecimento técnico e histórico da Companhia e a análise de jurisprudências aplicáveis e individualizadas dos processos pela Diretoria.

Para responder este principal assunto de auditoria, nossos procedimentos incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes sobre as provisões para litígios e avaliação de passivo contingente, incluindo aqueles sobre a integridade e a revisão de processos novos e em andamento, bem como controles sobre a mensuração de potenciais perdas; (b) testes, com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, sobre os controles gerais de tecnologia da informação dos sistemas informatizados utilizados pela Diretoria para monitorar e avaliar os processos em andamento; (c) teste da integridade e exatidão da base de dados utilizada pela Diretoria para determinação dos prognósticos de perda e mensuração de potenciais perdas; (d) confirmação independente com os assessores jurídicos externos e internos dos processos quanto à classificação do prognóstico do risco de perda para a Companhia, incluindo o valor envolvido; (e) leitura das atas de reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria para evidência de eventuais contingências não divulgadas ou provisões não reconhecidas; (f) avaliação das premissas e dos julgamentos utilizados pela Diretoria no desenvolvimento dessas estimativas, contando com o auxílio de nossos especialistas tributários e ambientais; e (g) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as provisões para litígios estimadas pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações das provisões e passivo contingente, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para destinação de crédito de PIS e COFINS

Conforme descrito na nota explicativa nº 11.5.2 e nº 23.3 às demonstrações financeiras, a Companhia reconheceu em exercícios anteriores, assim como no atual, passivo para a restituição aos consumidores referente a recuperação de crédito tributário de PIS e COFINS. Em exercícios anteriores, considerou que a provisão era restrita aos últimos 10 anos, a contar da data do trânsito em julgado de sua ação judicial que reconheceu o direito à tal crédito. Em 27 de junho de 2022 foi promulgada a Lei Federal nº 14.385, que disciplina a destinação de valores de tributos que eram de recolhimento obrigatório a maior pelas prestadoras do serviço público de distribuição de energia elétrica, em razão da cobrança do PIS e da COFINS sobre o ICMS, reconhecida pelo poder judiciário como indevida. Com base na revisão de avaliação do risco realizada pela Diretoria e suportada nas opiniões de assessores legais, a Companhia reconheceu provisão adicional durante o exercício atual, referente ao período compreendido entre o 11º e o 16º ano da data do trânsito em julgado da ação.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude dos montantes envolvidos, da mudança na legislação durante o exercício e do alto grau de julgamento empregado pela Diretoria para estimar qual a obrigação da Companhia perante os consumidores, que requer a utilização de conhecimento técnico e histórico da Companhia e interpretação de legislações aplicáveis ao tema.

Para responder este principal assunto, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados ao processo da Administração para avaliar e reconhecer essa provisão; (b) análise das opiniões legais preparados por especialistas jurídicos (assessores jurídicos internos e externos) quanto a avaliação dos requerimentos da Lei Federal nº 14.385 e sua relação com as demais legislações aplicáveis ao tema, incluindo o envolvimento de nossos especialistas em aspectos legais para avaliar os argumentos e julgamentos apresentados pela Companhia e por seus assessores legais; (c) envolvimento dos nossos especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade e auditoria, para nos auxiliar na avaliação dos conceitos utilizados pela Companhia para o tratamento contábil da Lei Federal nº 14.385; e (d) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a provisão para destinação de crédito de PIS e COFINS estimadas pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 21 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

Declaração

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Copel Distribuição S.A. - Copel DIS, sociedade anônima de capital aberto, categoria B, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco C, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 04.368.898/0001-06, para fins do disposto na Instrução CVM nº 80/2022, declaramos que:

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes relativamente às demonstrações financeiras da Copel DIS do exercício findo em 31.12.2022; e

(II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Copel DIS, relativas ao exercício findo em 31.12.2022.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 21 de março de 2023

(assinado eletronicamente)
Maximiliano Andres Orfali
Diretor Geral
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)
Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)
Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)
Hemerson Luiz Barbosa Pedroso
Diretor Comercial, de Regulação e de Gestão
Copel Distribuição S.A.



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf
Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL COMERCIALIZAÇÃO S.A.

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel
CNPJ nº 19.125.927/0001-86

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

O ano de 2022 foi marcado pela queda e baixa volatilidade de preços no mercado livre de energia e por avanços na abertura do mercado por meio da portaria ministerial que concedeu a todos os consumidores de alta tensão o direito de escolher o fornecedor a partir de janeiro de 2024. Foi também aberta uma consulta pública para debater o cronograma e as regras para oferecer a mesma alternativa aos consumidores atendidos em baixa tensão, segmento que comporta milhões de consumidores, entre rurais, residenciais e pequenas empresas.

Este é um momento importante, de transição, em que o mercado livre passará a atuar em um modelo de varejo e que demandará estratégias diferentes para prospecção e atendimento.

Para a Copel Comercialização S.A., o ano foi de investimento na digitalização de seus processos, na capacitação das pessoas e no aprimoramento de suas políticas de risco e crédito.

Chegamos ao final do ano com mais de 1500 clientes e comercializamos em torno de 2800 MWmed, (megawatts médios) além de mais uma vez manter nossa boa performance financeira e operacional, o que proporciona segurança aos nossos clientes e fornecedores.

Olhando para o futuro, estamos preparados para esta nova realidade, uma vez que contamos com o pioneirismo da Copel, primeira empresa brasileira a ter um contrato assinado no Mercado Livre de Energia. Hoje somos uma das companhias com o maior volume de atendimento a consumidores finais neste mercado.

Trabalhamos no desenvolvimento de produtos que podem atender nossos diversos públicos; desde serviços como diagnósticos de eficiência energética, produtos como geração distribuída, até arranjos mais sofisticados como autoprodução.

Em 2021 passamos a oferecer os certificados de energia renovável do International REC Standard (I-REC), sistema global de rastreamento de atributos ambientais de energia que possibilita a comprovação de que a energia consumida é proveniente de fontes renováveis. A novidade é que em 2022 estes certificados são provenientes das usinas do portfólio do próprio Grupo Copel. Além disso estamos trabalhando para oferecer já em 2023 uma gama maior de soluções relacionadas à sustentabilidade, pois acreditamos que o tema seja de suma importância para o desenvolvimento da sociedade e das organizações.

Ainda na busca contínua da excelência, em 2022 novos profissionais obtiveram a Certificação de Operadores do Mercado Livre de Energia. Esta certificação, promovida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e pela Fundação Getúlio Vargas, avalia o conhecimento dos agentes, em especial, com relação às regras do setor, à legislação aplicável e às operações na Câmara. Atualmente, 15% do nosso time já é certificado E o desafio continua em 2023, quando pretendemos aumentar este percentual investindo e incentivando a capacitação de nossos profissionais.

Com a modernização do Mercado de Energia o ano de 2023 promete grandes desafios, principalmente relacionados à sua nova característica de varejo. Neste contexto acreditamos estar preparados para oferecer, aos clientes que pretendam aproveitar as oportunidades deste mercado, facilidade na contratação, segurança na entrega e a solidez do Grupo Copel.

Fillipe Henrique Neves Soares
Diretor Geral da Copel Comercialização S.A.

1. A COMPANHIA

Copel Comercialização S.A. ("Companhia" ou "Copel Mercado Livre") tem a Companhia Paranaense de Energia ("Copel" ou "Controladora") como única acionista. Foi instituída em janeiro de 2016, atuando com especialização no mercado livre de compra e venda de energia, motivada pelo movimento acelerado de migração de grandes consumidores do mercado regulado para o Ambiente de Comercialização Livre - ACL. Além de atuar no segmento de compra e venda de energia, oferece para seus clientes serviços de gestão no mercado livre de energia e certificados de energia renovável.

Com foco na abertura do mercado livre de energia e em novas oportunidades de negócio, a Copel Mercado Livre tem investido em sistemas, soluções e em seu corpo técnico para atuar neste mercado desafiador, visando ofertar produtos atraentes e aderentes aos diversos públicos com agilidade, segurança e confiabilidade

• Copel Mercado Livre em Números

Em R$ mil	2022	2021	variação %
Ativo total	1.808.971	1.519.018	19,1
Caixa e equivalentes de caixa	217.736	143.476	51,8
Títulos e valores mobiliários	1.688	1.459	15,7
Receita operacional bruta	5.622.319	5.071.765	10,9
Deduções da receita	(683.951)	(535.351)	27,8
Receita operacional líquida	4.938.368	4.536.414	8,9
Custos e despesas operacionais	(4.814.709)	(4.478.439)	7,5
Resultado das atividades	123.659	57.975	113,3
Ebitda ou Lajida	124.012	58.209	113,0
Resultado financeiro	32.376	13.940	132,3
IRPJ/CSLL	(47.659)	(18.189)	162,0
Lucro operacional	156.035	71.915	117,0
Lucro líquido do exercício	108.376	53.726	101,7
Patrimônio líquido	418.782	389.865	7,4
INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS			
Liquidez corrente (índice)	1,3	1,2	8,3
Liquidez geral(índice)	1,3	1,3	-
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	2,5	1,3	92,3
Margem operacional (lucro operacional/ receita operacional líquida) (%)	3,2	1,6	100,0
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	2,2	1,2	83,3
Participação de capital de terceiros (%)	76,8	74,3	3,4
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (1)	27,8	15,1	84,1

(1) LL ÷ (PL inicial)

2. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

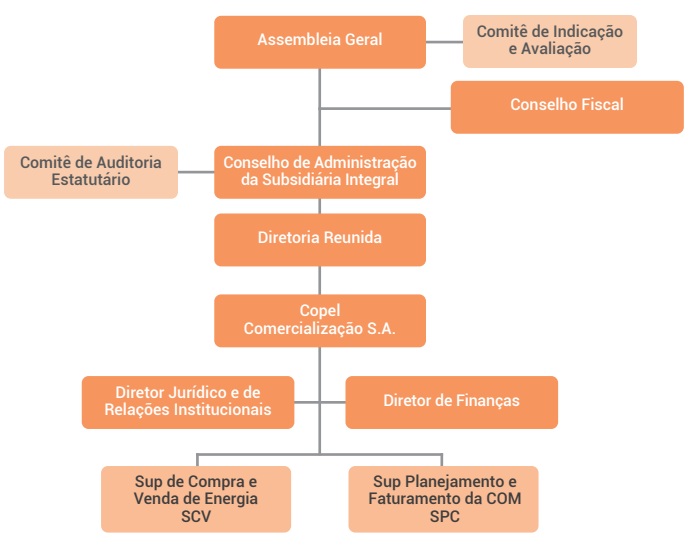
A Copel realiza a gestão da agenda de sustentabilidade por meio de diversas áreas dedicadas às temáticas relacionadas à ESG. A Holding determina as diretrizes corporativas e as dissemina por meio de políticas e normas que permeiam todas as áreas da Companhia. Maiores informações sobre Gestão ESG podem ser encontradas no Relatório de Administração da Copel.

2.1. Governança Corporativa

A Copel Mercado Livre segue as diretrizes de sua controladora nas questões de Governança Corporativa. A Copel é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Estado do Paraná, com capital aberto e ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Nova Iorque (NYSE) e Madri (Latibex) – que demanda um robusto sistema de governança para assegurar que o desempenho dos administradores e o planejamento estratégico está alinhado aos interesses da Companhia, suas partes interessadas e o governo do Paraná.

2.1.1. Estrutura de Governança

A estrutura de governança da Companhia é a demonstrada a seguir:



Assembleia geral

É o fórum com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia.

Comitê de Indicação e Avaliação

Órgão de caráter permanente que tem a finalidade de auxiliar os acionistas, verificando a conformidade do processo de indicação e avaliação dos administradores, conselheiros fiscais e membros de Comitês Estatutários, nos termos da legislação vigente.

COMITÊ DE INDICAÇÃO E AVALIAÇÃO	
Presidente	Marcos Leandro Pereira
Membro	Robson Augusto Pascoalini
Membro	Durval José Soledade Santos

Conselho Fiscal

Órgão permanente que analisa e opina sobre as demonstrações financeiras e fiscaliza os atos dos administradores.

CONSELHO FISCAL	
Presidente (Governo)	Demetrius Nichele Macei
Conselheiro (Governo)	Harry Françóia Júnior
Conselheiro (Governo)	José Paulo da Silva Filho
Conselheiro (Governo) - suplente	Roberto Zaninelli Covelo Tizon
Conselheiro (Governo) - suplente	Otamir Cesar Martins
Conselheiro (Governo) - suplente	Verônica Peixoto Coelho

Conselho de Administração - CAD

Órgão deliberativo responsável por fixar a orientação geral dos negócios, em conformidade com as competências estabelecidas no Estatuto Social da Copel e em Regimento Interno.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Daniel Pimentel Slaviero
Secretário Executivo	Filipe Henrique Neves Soares
Membro	Cassio Santana da Silva
Membro	Moacir Carlos Bertol
Membro	Maximiliano Andres Orfali

Comitê de Auditoria Estatutário

Tem como atribuições principais fiscalização, revisão, supervisão, acompanhamento e, quando cabível, apresentação de recomendações sobre atividades da Companhia. Também é responsável pela emissão de relatórios semestral e anual, devendo o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, elaborado ao final do exercício, ser publicado em conjunto com as demonstrações contábeis e financeiras.

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	
Presidente	Marco Antônio Barbosa Cândido
Membro especialista financeiro	Carlos Biedermann
Membro externo	Luiz Claudio Maia Vieira

Diretoria Reunida

Órgão executivo responsável pelas funções executivas, com atribuição de representar a Companhia, de acordo com atribuições e deveres estabelecidos no Estatuto Social.

DIRETORIA	
Diretor Geral	Filipe Henrique Neves Soares
Diretor de Finanças	Adriano Rudek de Moura
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais	Eduardo Vieira de Souza Barbosa

A descrição completa da estrutura administrativa e demais informações relevantes estão disponíveis em https://www.copel.com/hpcweb/institucional/portal-da-transparencia/institucional/

2.1.2. Auditoria Externa

Nos termos estabelecidos por norma interna de Governança Corporativa e sob a revisão e supervisão do Comitê de Auditoria Estatutário, a Companhia possui contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes desde 08.03.2021, para prestação de serviços de auditoria, tendo o contrato sido prorrogado por mais 22 meses, a partir de 08.09.2022.

A Companhia troca a empresa responsável pela auditoria de suas demonstrações financeiras seguindo o critério de rodízio dos auditores independentes, conforme a Resolução CVM nº 23/2021.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a prática da Companhia prevê a análise prévia pelo Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, que deve considerar nesta avaliação se um relacionamento ou serviço prestado por auditor independente: (a) cria interesses conflitantes com o seu cliente de auditoria; (b) coloca-os na posição de auditar o seu próprio trabalho; (c) resulta em atuação em função de gestor ou como empregado do cliente de auditoria; ou (d) coloca-os em posição de advogado para o cliente da auditoria.

O Comitê de Auditoria Estatutário considera ainda, neste tipo de avaliação, se qualquer serviço prestado pela empresa de auditoria independente pode prejudicar, de fato ou aparentemente, a independência da firma. Sempre que necessário, o Comitê de Auditoria Estatutário pode contar com o apoio técnico da Auditoria Interna, ou de consultoria independente, para avaliação técnica que pode ser requerida em cada caso concreto, sendo registradas em atas de reuniões deste colegiado as discussões sobre contratações de outros serviços do auditor independente.

2.2. Dimensão Social

A Copel está comprometida com os seus públicos de relacionamento, implementando ações que assegurem o equilíbrio das relações ambientais, econômicas e sociais. A Companhia norteia suas ações por meio das diretrizes constantes nas Políticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa, que reforçam a importância do diálogo e da transparência, a promoção dos Direitos Humanos, do respeito às pessoas, da acessibilidade e inclusão, bem como do desenvolvimento sustentável.

2.2.1. Gestão de Pessoas

A Política Gestão de Pessoas – Recursos Humanos da Copel reconhece que os funcionários são o principal valor da Companhia e estabelece princípios e diretrizes para nortear a gestão com vistas ao desenvolvimento, à manutenção da saúde, segurança e qualidade de vida das pessoas, bem como busca agregar valor aos processos, servindo de base para a tomada de decisões e a implantação de programas e práticas atuais e inovadoras.

A Copel Mercado Livre possuía 47 empregados no quadro próprio em 31.12.2022 e 44 em 31.12.2021. Ingressaram 12 empregados e foram transferidos 3 para outras subsidiárias em 2022. Durante o mesmo período, 6 empregados desligaram-se da Companhia. A taxa de rotatividade foi de 6,8% em 2022 e 1,2% em 2021.

2.2.2. Fornecedores

Para classificar, contratar fornecedores e fazer aquisições de materiais e serviços, a Copel realiza o processo de licitação, que segue as regras do Regulamento Interno de Licitações e Contratos e da legislação vigente, que considera a Lei nº 10.520/2002 (institui a modalidade de licitação denominada pregão), a Lei Complementar nº 123/2006 (institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), a Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

A Copel Comercialização reforça o seu relacionamento com fornecedores implementando iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável por meio da melhoria da gestão da cadeia produtiva e da otimização de recursos em benefício da comunidade.

2.3. Dimensão Ambiental

O comprometimento da Copel com o desenvolvimento sustentável está intrinsecamente relacionado ao dia a dia de suas atividades. Sendo assim, o gerenciamento de recursos naturais é fundamental para a sustentabilidade dos negócios da Companhia, cujas principais diretrizes são:

- Promover a ecoeficiência em todos os processos, visando à redução do consumo e ao uso sustentável dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos;
- Mitigar os impactos negativos e potencialização dos positivos nas suas atividades e negócios; e
- Ter relevância nos impactos das mudanças do clima na operação e na expansão de ativos.

Além disso, dentro do planejamento financeiro são previstos orçamentos para o desenvolvimento tecnológico e a construção de novos empreendimentos sustentáveis, incorporando cenários climáticos futuros, precificação de carbono e desenvolvimento de estudos para adaptação às mudanças do clima.

Dentro dessas decisões, está o Plano de Neutralidade das emissões de gases de efeito estufa, em que a Companhia pretende neutralizar suas emissões de Escopo 1 até 2030. Um dos avanços nesse trabalho está relacionada à comercialização de certificados i-REC nos negócios de comercialização de energia.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Análise macroeconômica

A economia brasileira iniciou o ano de 2022 com forte pressão inflacionária que se acirrou ainda no primeiro trimestre com o início da guerra na Ucrânia. Em abril, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 12,13% em um período de 12 meses, maior taxa desde 2003.

Para combater a inflação o Comitê de Política Monetária elevou a taxa básica de juros que passou de 9,25% no início do ano para 13,75% em dezembro de 2022. Os preços dos alimentos e commodities dispararam e a normalização só ocorreu nos últimos meses do ano, com o indicador oficial de inflação encerrando o ano no patamar de 5,79%.

A produção física industrial, que amargou quedas consecutivas em 2019 e 2020, e recuperou parcialmente os volumes de produção em 2021, voltou a registrar retração ao final de 2022, com variação de -0,7%. Apesar deste comportamento, o emprego formal brasileiro registrou saldo positivo no ano e o produto interno bruto cresceu 2,9%, ante uma previsão na margem de 0,5% no início do ano.

Assim como ocorreu em âmbito nacional, o ano de 2022 foi de grandes desafios para a economia paranaense. O déficit hídrico experimentado em todo País desde o final de 2021 contribuiu para declínio na colheita de grãos de verão, principalmente na oferta de soja, principal item da pauta da atividade primária estadual. Já no âmbito secundário, a produção física da indústria paranaense apresentou variação de -4,2% no ano de 2022, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Por outro lado, foram observadas expansões no setor de serviços na ordem de 4,4% e as vendas paranaenses ao exterior também progrediram significativamente, com crescimento de 16% das receitas em dólares, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX do Ministério da Economia. Além disso, dados do Ministério do Trabalho apontam que o Paraná fechou o ano de 2022 com a abertura de mais de 118 mil novos postos de trabalho formais e liderou a geração de empregos na região Sul do Brasil, atingindo o quinto melhor resultado do País.

Diante deste contexto, as perspectivas mais favoráveis ficarão para o próximo ano, tendo em vista a expectativa de um volume de produção agrícola muito maior na temporada 2022/2023, segundo aponta a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, a superação definitiva da pandemia e a recuperação mais consistente do consumo familiar, com o crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a estabilização da inflação em patamares aceitáveis.

3.2. Ambiente regulatório

De acordo com o cronograma estabelecido pela Portaria nº 514/2018, do Ministério de Minas e Energia, o ano de 2023 iniciou com a redução do limite de carga dos consumidores para contratação de energia elétrica proveniente de qualquer fornecedor de 1,0 MW para 500 kW, com o objetivo de promover a expansão do Mercado Livre de Energia.

Em 2022, a Aneel procedeu com a consolidação dos atos normativos pertinentes ao tema "Autorização para Comercializadores de Energia", promovendo por meio da Resolução Normativa nº 1.011/2022 as regras para obtenção de autorização para comercializar energia elétrica no SIN e atuar como comercializador varejista, atuando como representante de pessoas físicas ou jurídicas elegíveis no âmbito da CCEE. Ulteriormente, procedeu-se, por meio da Resolução Normativa nº 1.014/2022, com o aprimoramento nos critérios para obter autorização para comercializar energia elétrica, classificando os agentes comercializadores em dois tipos, com o objetivo de aprimorar a segurança do mercado, sem impor barreiras de entrada que possam prejudicar a competitividade do setor.

Além disso, a Aneel realizou diversas alterações nas Regras de Comercialização de Energia Elétrica aplicáveis ao Sistema de Contabilização e Liquidação - SCL, através basicamente de mudanças nos seus módulos, com a CCEE, quando cabível, devendo realizar o processamento das recontabilizações em conformidade com o disposto nas regras aprovadas. As alterações foram realizadas através das Resoluções Normativas nº 1.007/2022, 1.051/2022 e dos Despachos nº 1.151/2022 e nº 21/2023.

3.2.1. Fluxo de Energia (em % e GW/hora)

FLUXO DE ENERGIA	2022	2021	variação %
Copel GeT	14.328	13.033	9,9
CCEE (MCP)	12	12	-
Elejor	-	45	-
Outros	10.477	10.102	3,7
DISPONIBILIDADE TOTAL	**24.817**	**23.192**	**7,0**
Consumidores Livres	11.498	8.239	39,6
Contratos Bilaterais	11.949	11.337	5,4
Contratos Bilaterais (Empresas do grupo) [1]	1.208	3.535	(65,8)
CCEE (MCP)	162	81	100,0

1 Inclui Copel GeT e Eólicas.

3.2.2. Comercialização

A Companhia possui uma carteira com aproximadamente 1.500 clientes atendidos em 23 estados brasileiros, atingindo o volume de 2,8 GW médios de energia comercializado na CCEE, o que representa um aumento de 6,5% em relação ao ano anterior.

Em 2022, a Copel Mercado Livre consolidou em seu portfólio de produtos, os certificados de energia renovável provenientes das usinas do portfólio do próprio Grupo Copel.

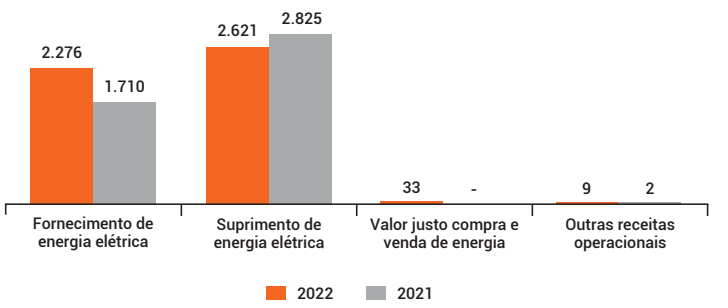
Na busca contínua da excelência, em 2022 novos profissionais obtiveram a Certificação de Operadores do Mercado Livre de Energia. Esta certificação, promovida pela CCEE e pela Fundação Getúlio Vargas, que avalia o conhecimento dos agentes, em especial, com relação às regras do setor, à legislação aplicável e às operações na Câmara. Atualmente, 15% da equipe da Copel Mercado Livre já é certificada.

Visando as oportunidades da abertura do mercado livre de energia, em 2022 foram realizados investimentos em sistemas e soluções para atendimento desse mercado.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

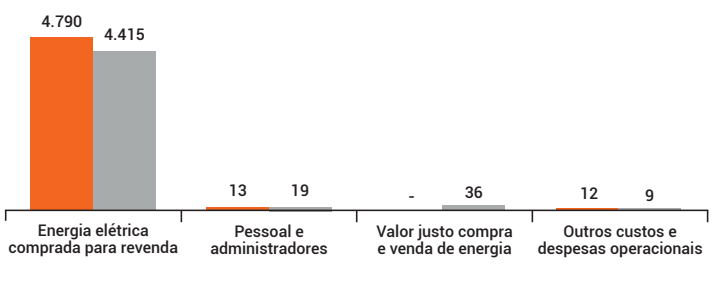
4.1. Receita Operacional Líquida

Em 2022, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R$ 402,0 milhões, representando 8,9% de aumento em relação a 2021. Tal variação decorreu principalmente do crescimento das operações de comercialização nesse exercício.



5.2. Custos e Despesas Operacionais

Em 2022, os custos e despesas operacionais tiveram acréscimo de R$ 336,3 milhões, representando 7,5% em relação a 2021. O acréscimo decorreu, sobretudo, ao maior volume de energia elétrica comprada para revenda.



4.2. EBITDA ou LAJIDA

O Ebitda é uma medição não contábil adotada pela Companhia, calculada de acordo com a Instrução CVM nº 156/2022, consistindo, conforme tabela abaixo, no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

Em R$ milhões	2022	2021
Lucro líquido	108,4	53,7
IRPJ e CSLL diferidos	22,6	(3,2)
IRPJ e CSLL	25,1	21,4
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(32,4)	(13,9)
Lajir/Ebit	**123,7**	**58,0**
Depreciação e Amortização	0,4	0,2
Lajida/Ebitda	**124,1**	**58,2**
Receita Operacional Líquida - ROL	4.938,4	4.536,4
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	**2,5%**	**1,3%**

4.3. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou acréscimo de R$ 18,4 milhões devido, principalmente, ao aumento do rendimento de aplicações financeiras compensados parcialmente pela redução de juros sobre liquidações na CCEE.

4.4. Lucro Líquido

Em 2022, o lucro líquido foi de R$ 108,4 milhões, sendo 101,7% superior ao obtido no exercício anterior, de R$ 53,7 milhões. A variação se deve pela maior margem de vendas no período, decorrente do aumento do volume comercializado e do número de clientes, e do maior reconhecimento do valor justo sobre as operações de compra e venda de energia.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL

COPEL COMERCIALIZAÇÃO S.A.

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2022
em milhares de reais

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	217.736	143.476
Títulos e valores mobiliários	5	-	1.459
Clientes	6	475.170	460.261
Valor justo na compra e venda de energia	19.2.4	288.419	112.057
Outros créditos	7	4.543	4.710
Imposto de renda e contribuição social		3.619	32.835
Outros tributos a recuperar	8.2	379	372
Despesas antecipadas		1.002	57
		990.868	**755.227**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	5	1.688	-
Depósitos judiciais	9	14.362	14.004
Valor justo na compra e venda de energia	19.2.4	793.339	743.718
Outros créditos	7	-	151
Imposto de renda e contribuição social		71	-
Outros tributos a recuperar	8.2	36	-
		809.496	**757.873**
Investimentos		**542**	**306**
Intangível		**6.193**	**4.038**
Direito de uso de ativos		**1.872**	**1.574**
		818.103	**763.791**
TOTAL DO ATIVO		**1.808.971**	**1.519.018**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	10	2.587	6.467
Partes relacionadas		378	261
Fornecedores	11	460.956	445.677
Imposto de renda e contribuição social		4.611	-
Outras obrigações fiscais	8.2	17.908	9.062
Dividendos a pagar		39.626	20.785
Benefícios pós-emprego	12	84	77
Passivo de arrendamentos		107	70
Valor justo na compra e venda de energia	19.2.4	244.064	106.889
Outras contas a pagar	13	19.844	19.207
		790.165	**608.495**
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.1	99.217	76.690
Outras obrigações fiscais	8.2	427	353
Benefícios pós-emprego	12	3.292	2.858
Passivo de arrendamentos		1.865	1.545
Valor justo na compra e venda de energia	19.2.4	494.641	438.580
Outras contas a pagar	13	-	20
Provisões para litígios	14	582	612
		600.024	**520.658**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Atribuível aos acionistas da empresa controladora			
Capital social	15.1	237.210	237.210
Ajustes de avaliação patrimonial	15.2	(1.113)	(1.015)
Reserva legal	15.3	22.794	17.375
Reserva de retenção de lucros	15.3	102.684	102.684
Reserva de lucros a realizar		21.250	22.777
Dividendo adicional proposto	15.4	35.957	10.834
		418.782	**389.865**
TOTAL DO PASSIVO		**1.808.971**	**1.519.018**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultado

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	**4.938.368**	**4.536.414**
Custos Operacionais	17	**(4.799.930)**	**(4.464.431)**
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		**138.438**	**71.983**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	17	(1.754)	(511)
Despesas gerais e administrativas	17	(12.855)	(12.582)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(170)	(915)
		(14.779)	**(14.008)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**123.659**	**57.975**
Resultado Financeiro	18		
Receitas financeiras		32.667	14.151
Despesas financeiras		(291)	(211)
		32.376	**13.940**
LUCRO OPERACIONAL		**156.035**	**71.915**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.3		
Imposto de renda e contribuição social		(25.081)	(21.371)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(22.578)	3.182
		(47.659)	**(18.189)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**108.376**	**53.726**
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AO ACIONISTA DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	15,5		
Ações ordinárias		0,45689	0,25322

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**108.376**	**53.726**
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado	15.2		
Ganhos com passivos atuariais benefícios pós-emprego		(149)	639
Tributos sobre outros resultados abrangentes		51	(217)
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		**(98)**	**422**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		**108.278**	**54.148**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2021		**159.090**	**27.680**	**(1.437)**	**14.689**	**28.875**	**128.025**	**-**	**-**	**356.922**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	53.726	53.726
Outros resultados abrangentes										
Perdas atuariais, líquidas de tributos	15.2	-	-	422	-	-	-	-	-	422
Resultado abrangente total do exercício		**-**	**-**	**422**	**-**	**-**	**-**	**-**	**53.726**	**54.148**
Recebimento de adiantamento		-	2.170	-	-	-	-	-	-	2.170
Aumento de capital		78.120	(29.850)	-	-	-	(48.270)	-	-	-
Realização de reservas	15.3	-	-	-	-	(6.098)	-	-	6.098	-
Dividendos	15.3	-	-	-	-	-	-	-	(6.098)	(6.098)
Destinação proposta à A.G.O.:										
Reserva legal	15.3	-	-	-	2.686	-	-	-	(2.686)	-
Juros sobre o capital próprio	15.4	-	-	-	-	-	-	-	(17.277)	(17.277)
Dividendo adicional proposto	15.4	-	-	-	-	-	-	10.834	(10.834)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	22.929	-	(22.929)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**237.210**	**-**	**(1.015)**	**17.375**	**22.777**	**102.684**	**10.834**	**-**	**389.865**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	108.376	108.376
Outros resultados abrangentes										
Ganhos atuariais, líquidos de tributos	15.2	-	-	(98)	-	-	-	-	-	(98)
Resultado abrangente total do exercício		**-**	**-**	**(98)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**108.376**	**108.278**
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-	(10.834)	-	(10.834)
Realização de reservas	15.3	-	-	-	-	(1.527)	-	-	1.527	-
Dividendos	15.3	-	-	-	-	-	-	-	(1.527)	(1.527)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	15.4	-	-	-	-	-	(60.000)	-	-	(60.000)
Destinação proposta à A.G.O.:										
Reserva legal	15.3	-	-	-	5.419	-	-	-	(5.419)	-
Juros sobre o capital próprio	15.4	-	-	-	-	-	-	-	(7.000)	(7.000)
Dividendo adicional proposto	15.4	-	-	-	-	-	-	35.957	(35.957)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	60.000	-	(60.000)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**237.210**	**-**	**(1.113)**	**22.794**	**21.250**	**102.684**	**35.957**	**-**	**418.782**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Fluxo de Caixa

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		**108.376**	**53.726**
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		(2.816)	(348)
Imposto de renda e contribuição social	8.3	25.081	21.371
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.3	22.578	(3.182)
Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	12.4	1.982	1.950
Valor justo nas operações de compra e venda de energia		(32.747)	35.818
Depreciação e amortização	17	353	234
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	17	1.724	806
Resultado das baixas de intangível		15	-
		124.546	**110.375**
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(16.663)	(184.614)
Depósitos judiciais		675	3.185
Outros créditos		318	4.777
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(3.269)	(5.050)
Outros tributos a recuperar		(40)	(38)
Despesas antecipadas		(945)	(42)
Partes relacionadas		-	9
		(19.924)	**(181.773)**
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		(3.880)	888
Partes relacionadas		117	4
Fornecedores		15.279	224.159
Outras obrigações fiscais		20.573	15.507
Benefícios pós-emprego	12.4	(1.690)	(1.724)
Outras contas a pagar		617	10.517
Provisões para litígios quitadas		-	(44)
		31.016	**249.307**
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**135.638**	**177.909**
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(21.371)
Encargos de passivos de arrendamento pagos		(179)	(114)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**135.459**	**156.424**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(229)	(84)
Aquisições de imobilizado		(290)	(126)
Aquisições de intangível		(2.318)	(2.300)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(2.837)**	**(2.510)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.170
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos		(92)	(55)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(58.270)	(29.802)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(58.362)**	**(27.687)**
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**74.260**	**126.227**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		143.476	17.249
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		217.736	143.476
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**74.260**	**126.227**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2022
em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Copel Comercialização S.A., ("Companhia" ou "Copel Mercado Livre"), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, Curitiba, Estado do Paraná, é sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora), e que tem por objeto social a comercialização de energia elétrica convencional e incentivada, gás natural e prestação de serviços correlatos.

A Companhia é autorizada a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE pelo Despacho Aneel nº 935/2016, e como Agente Comercializador e Carregador de Gás Natural por meio das Autorizações nº 600/2019 e 380/2020 da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível – ANP.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28.03.2023.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos Financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas com uma possibilidade razoável de levar a ajustes significativos nos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nos 3.2 e 6.1 - Redução ao valor de recuperável de ativos financeiros: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NE nos 3.3 – Direito de uso de ativos e passivos de arrendamento: definição da taxa de juros para os contratos;
- NEs nos 3.4 e 14 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2022
em milhares de reais

continuação

- NE no 3.5 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados;
- NE no 3.6 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE: previsão de valores que serão faturados pela CCEE;
- NEs nos 3.7 e 19.2.4 - Instrumentos financeiros derivativos: marcação a mercado dos contratos de compra e venda de energia;
- NEs nos 3.8.2 e 8.1 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros; e
- NEs nos 3.9 e 12 - Benefícios Pós-emprego: premissas atuariais para avaliação dos planos previdenciários e assistenciais.

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com suporte financeiro de sua controladora.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não têm cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos conforme descrito na NE nº 3.7.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.1.5 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuírem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

3.3 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remune-

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL COMERCIALIZAÇÃO S.A.

ração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Quando da atualização monetária dos contratos, os ativos e passivos são remensurados para refletir as alterações nos pagamentos do arrendamento. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal, formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração complementadas pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

3.5 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente, principalmente, do suprimento e fornecimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

A receita proveniente do fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na energia medida e efetivamente faturada. Além disso, a Companhia registra por estimativa a receita não faturada, calculada entre a data da última medição e o encerramento do mês.

O resultado da mensuração a valor justo dos contratos de compra e venda de energia, descritos na NE 3.7, é registrado como receita operacional, considerando estar intrinsicamente ligado à operação principal da Companhia, de comercialização de energia.

3.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizados em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.7 Instrumentos financeiros derivativos - operações de compra e venda de energia

A Companhia negocia operações de compra e venda de energia e parte de seus contratos são classificados como instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou perdas líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado destes contratos (diferença entre os preços contratados e os de mercado) são registrados como receita operacional ou custo operacional no resultado do exercício.

3.8 TRIBUTOS

3.8.1 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

3.8.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.8.3 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS das alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens são apresentados deduzido do custo de aquisição dos respectivos ativos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.9 Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e plano assistencial (assistência médica e odontológica) para seus empregados ativos e seus dependentes legais. Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e ativos) são avaliados anualmente por atuário independente, com a data base que coincide com o encerramento do exercício. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com o atuário independente e aprovadas pela Administração.

Os ativos dos planos de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado) pela companhia. O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano. A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.10 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1°.01.2022

A partir de 1°.01.2022 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

(i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;

(ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;

(iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;

(iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

3.11 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

(i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);

(ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);

(iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);

(iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);

(v) CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos: alterações relacionadas a operação de "sale and leaseback" (a partir de 1º.01.2024);

(vi) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Categoria	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	406	109
Aplicações financeiras de liquidez imediata	217.330	143.367
	217.736	**143.476**

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 98,5% e 102,0% (entre 78,0% e 98,5% em 2021) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Categoria	Indexador	Destinação	Vencimento	31.12.2022	31.12.2021
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	100,5% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário	Garantias em contratos junto a CCEE	25 meses	1.688	1.459
			Circulante	**-**	**1.459**
			Não circulante	**1.688**	**-**

6. CLIENTES

	Saldos dias vencidos			Saldo	Saldo
	vincendos	até 90	mais de 90	31.12.2022	31.12.2021
Consumidores					
Industrial	164.513	2.022	2.651	169.186	134.042
Comercial	38.012	374	342	38.728	17.596
Parcelamento de débitos	-	-	717	717	993
Outros créditos	-	-	10.391	10.391	10.297
	202.525	**2.396**	**14.101**	**219.022**	**162.928**
Suprimento de energia elétrica					
Contratos bilaterais	263.455	597	127	264.179	304.308
CCEE	5.039	-	-	5.039	4.341
	268.494	**597**	**127**	**269.218**	**308.649**
(-) Perdas de créditos esperadas (6.1)	**-**	**-**	**(13.070)**	**(13.070)**	**(11.316)**
	471.019	**2.993**	**1.158**	**475.170**	**460.261**

Os saldos de parcelamento de débitos estão a valor presente, em 31.12.2022, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto de 1,46% a.m. (0,78% a 1,69% a.m. em 2021).

6.1 Perdas de créditos esperadas

	Saldo em 1°.01.2021	Adições/ (reversões)	Saldo em 31.12.2021	Adições / (reversões)	Saldo em 31.12.2022
Consumidores livres	682	639	1.321	1.383	2.704
Contratos bilaterais	167	(128)	39	371	410
Outros créditos	9.956	-	9.956	-	9.956
	10.805	**511**	**11.316**	**1.754**	**13.070**

7. OUTROS CRÉDITOS

	31.12.2022	31.12.2021
Renegociações e penalidades contratuais (a)	4.167	4.386
Adiantamento a empregados	250	245
Outros créditos	126	230
	4.543	**4.861**
Circulante	**4.543**	**4.710**
Não circulante	**-**	**151**

(a) Saldo a receber de parcelamentos, penalidades e compensações financeiras previstos nos contratos da Companhia.

8. TRIBUTOS

8.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2021	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2021	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2022
Ativo não circulante							
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	32.325	(9.477)	-	22.848	(10.876)	-	11.972
Perdas de créditos esperadas	3.674	173	-	3.847	596	-	4.443
Benefícios pós-emprego	1.138	78	(217)	999	224	51	1.274
Provisões por desempenho e participação nos lucros	1.099	(116)	-	983	(865)	-	118
Outros	333	466	-	799	(218)	-	580
	38.569	**(8.876)**	**(217)**	**29.476**	**(11.139)**	**51**	**18.387**
(-) Passivo não circulante							
Valor justo na compra e venda de energia	117.682	(12.178)	-	105.504	11.134	-	116.639
Atualização de depósitos judiciais	260	120	-	380	305	-	685
Outros	280	-	-	280	-	-	280
	118.222	**(12.058)**	**-**	**106.164**	**11.439**	**-**	**117.604**
Líquido	**(79.653)**	**3.182**	**(217)**	**(76.688)**	**(22.578)**	**51**	**(99.217)**

8.1.1 Realização dos créditos fiscais diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções foram apreciadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração em 28.03.2023.

Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a previsibilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária. Quando a expectativa de realização do item é de difícil previsão, principalmente por não ser de controle da Companhia, tais como provisões para litígios, a Companhia adota históricos de realização para projetar sua realização futura. A realização dos valores de prejuízo fiscal e base negativa acompanham as possibilidades de compensação considerando os lucros futuros e o limite estabelecido na legislação.

Seguem os itens que foram base para constituição dos principais créditos, bem como sua forma de realização:

- Benefícios pós-emprego: serão realizados conforme os pagamentos sejam efetuados à Fundação Copel ou revertidos conforme novas estimativas atuariais;
- Prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social: recuperados pela compensação com lucros tributários futuros;
- Perdas de crédito esperada: a realização será efetivada de acordo com a determinação do art. 9º da Lei 9.430/96 e art. 71 da Instrução Normativa RFB 1.700/17, ou pela reversão dessa provisão;
- Valor justo de compra e venda de energia (ativo e passivo): quando da realização de ganhos e perdas dos contratos de compra e venda de energia, na data da entrega da energia;
- Demais valores: realizados quando atenderem os critérios de dedutibilidade previstos na legislação fiscal, ou por eventual reversão dos valores registrados.

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Ativo	Passivo
2023	11.944	(15.361)
2024	607	(12.225)
2025	129	(8.756)
2026	129	(3.365)
2027	129	(4.782)
2028 a 2030	386	(30.789)
2031 a diante	5.063	(42.326)
	18.387	**(117.604)**

8.2 Outros tributos

	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante		
ICMS a recuperar	368	364
PIS/Pasep e Cofins a compensar	11	8
	379	**372**
Passivo circulante		
ICMS a recolher	17.271	6.450
PIS/Pasep e Cofins a recolher	619	1.123
Outros tributos	18	1.489
	17.908	**9.062**
Passivo não circulante		
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial (a)	427	353
	427	**353**

(a) O depósito judicial correspondente está registrado no ativo não circulante.

8.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	**156.035**	**71.915**
IRPJ e CSLL (34%)	**(53.052)**	**(24.451)**
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	5.100	5.875
Despesas indedutíveis	(51)	(147)
Incentivos fiscais	244	510
Outros	100	24
IRPJ e CSLL correntes	**(25.081)**	**(21.371)**
IRPJ e CSLL diferidos	**(22.578)**	**3.182**
Alíquota efetiva - %	30,5%	25,3%

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia discute judicialmente processos cíveis e tributários na justiça, para os quais realizou depósitos judiciais. A sentença dos processos definirá a utilização dos montantes para pagamento ou o retorno dos valores à Companhia. Do saldo em 31.12.2022, R$ 422 (R$ 332, em 31.12.2021) referem-se à processos tributários e R$ 13.940 (R$ 13.672, em 31.12.2021) à processos na esfera cível.

Os processos na esfera cível referem-se à discussão junto à fornecedores que não cumpriram com a entrega da energia contratada. A Companhia, portanto, efetuou depósito judicial no intuito de que os valores sejam liberados apenas quando confirmada a entrega efetiva (registro e entrega) por parte da CCEE.

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações sociais		
Impostos e contribuições sociais	447	509
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	270	316
	717	**825**
Obrigações trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	492	-
Férias	983	1.150
Provisões por desempenho e participação nos lucros	365	3.242
Programa de desligamentos voluntários	30	1.250
	1.870	**5.642**
	2.587	**6.467**

11. FORNECEDORES

	31.12.2022	31.12.2021
Energia elétrica (a)	456.762	440.799
Materiais e serviços	4.194	4.878
	460.956	**445.677**

(a) do saldo apresentado, R$ 230.762 (R$ 192.881 em 2021) referem-se à operações com partes relacionadas, conforme demonstrado na NE nº 20.

12. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

12.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III, único plano disponível para novos participantes, é um plano de Contribuição Variável – CV na fase contributiva e, após a aposentadoria, torna-se um plano de Benefício Definido - BD.

12.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

12.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Planos previdenciários	2	2
Plano assistencial	3.374	2.933
	3.376	**2.935**
Circulante	**84**	**77**
Não circulante	**3.292**	**2.858**

Os valores reconhecidos no resultado estão resumidos a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Empregados		
Planos previdenciários	756	747
Plano assistencial - pós-emprego	373	288
Plano assistencial - funcionários ativos	557	411
	1.686	**1.446**
Administradores		
Planos previdenciários	92	88
Plano assistencial	9	13
	101	**101**
	1.787	**1.547**

12.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

	total
Em 1º.01.2021	**3.348**
Apropriação do cálculo atuarial	288
Contribuições previdenciárias e assistenciais	1.662
Ajuste referente a perdas atuariais	(639)
Amortizações	(1.724)
Em 31.12.2021	**2.935**
Apropriação do cálculo atuarial	373
Contribuições previdenciárias e assistenciais	1.609
Ajuste referente a perdas atuariais	149
Amortizações	(1.690)
Em 31.12.2022	**3.376**

12.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

12.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2022 e 2021, estão demonstradas a seguir:

	2022		2021	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	5,10%	-	5,50%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos Unificado - Benefício Definido	-	-	-	-
Planos Unificado - Saldado	6,15%	11,56%	5,30%	11,09%
Planos III	6,16%	11,57%	5,40%	11,20%
Planos Assistencial	6,10%	11,51%	5,40%	11,20%
Crescimento salarial/custos médicos				
Plano Unificado a.a.	0,00%	5,10%	0,00%	5,50%
Plano III a.a.	1,00%	6,15%	1,00%	6,56%
Plano Assistencial - Aging Factor	3,30%	-	5,80%	-
Demográficas				
Tábua de mortalidade	AT - 2000		AT - 2000	
Tábua de mortalidade de inválidos	WINKLEVOSS		WINKLEVOSS	
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927		TASA 1927	

12.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano Unificado	Plano III
Em 31.12.2022		
Participantes aposentados	19,60	23,42
Participantes pensionistas	12,48	25,97
Em 31.12.2021		
Participantes aposentados	11,60	23,47
Participantes pensionistas	13,22	27,02

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é, respectivamente, de 68,27 e 67,08 anos.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL COMERCIALIZAÇÃO S.A.

12.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do Plano Unificado e Plano III para 31.12.2022 totalizaram, respectivamente, superávit de R$ 1.003 e de R$ 721, enquanto que, em 31.12.2021, a posição era, respectivamente, de R$ 812 e de R$ 91. A legislação atual aplicável não permite qualquer redução significativa nas contribuições ou reembolsos à Companhia com base no superávit atual desses planos. Por esse motivo, a Companhia não registrou ativos em seu balanço de 31.12.2022, refletindo qualquer direito de redução de contribuições ou restituição de superávit ou outros valores.

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações total ou parcialmente cobertas	7.053	33.448	3.699	44.200	34.993
Valor justo dos ativos do plano	(8.056)	(34.169)	(325)	(42.550)	(32.963)
Estado de cobertura do plano	**(1.003)**	**(721)**	**3.374**	**1.650**	**2.030**
Ativo não reconhecido	1.003	721	-	1.724	903
	-	**-**	**3.374**	**3.374**	**2.933**

A Companhia procedeu ajustes nos seus passivos assistenciais com base no relatório atuarial, na data base 31.12.2022, conforme apresentado na Demonstração de Resultados Abrangentes.

12.5.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2021	**7.948**	**25.868**	**3.857**
Custo de serviço	-	20	46
Custo dos juros	582	1.896	279
Benefícios pagos	(402)	(1.680)	-
Ganhos atuariais	(1.648)	(974)	(799)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2021	**6.480**	**25.130**	**3.383**
Custo de serviço	-	-	40
Custo dos juros	719	3.932	374
Benefícios pagos	(476)	(2.398)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	330	6.784	(98)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2022	**7.053**	**33.448**	**3.699**

12.5.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2021	**8.907**	**28.093**	**510**
Retorno esperado dos ativos	985	1.035	14
Contribuições e aportes	-	1.035	-
Benefícios pagos	(402)	(1.680)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	(2.198)	(3.262)	(74)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2021	**7.292**	**25.221**	**450**
Retorno esperado dos ativos	798	2.068	60
Contribuições e aportes	-	1.473	-
Benefícios pagos	(476)	(2.397)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	442	7.804	(185)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2022	**8.056**	**34.169**	**325**

12.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2023 para cada plano estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Custo do serviço corrente	-	45	48
Custo estimado dos juros	818	3.885	431
Rendimento esperado do ativo do plano	(935)	(3.969)	(37)
Contribuições estimadas dos empregados	-	(22)	-
Custos (receitas)	**(117)**	**(61)**	**442**

12.5.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de aumento ou redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados	
	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	(3.298)	(3.298)
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(588)	559
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	248	(244)
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte do programa de saúde	3	(3)
Sensibilidade ao custo do serviço		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	4	-
Impactos nas obrigações do programa de saúde	8	(6)

12.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2023	1.037	2.233	77	3.347
2024	968	2.084	77	3.129
2025	942	1.975	77	2.994
2026	988	1.854	77	2.919
2027	929	1.744	77	2.750
2028 a 2052	11.347	20.725	920	32.992

12.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2022 e a alocação-meta para 2023, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2023 (*)	2022
Renda fixa	77,2%	71,1%
Renda variável	5,3%	10,0%
Empréstimos	1,2%	1,2%
Investimentos imobiliários	5,6%	2,7%
Investimentos estruturados	8,7%	10,2%
Investimentos no exterior	2,0%	4,8%
	100,0%	**100,0%**

(*) Alocação Estratégica baseada no total de investimentos de cada plano.

Adicionalmente, seguem informações referentes à alocação de ativos de planos previdenciários patrocinados pela Companhia:

	Plano Unificado		Plano III	
	meta (%) (*)	mínimo (%)	meta (%) (*)	mínimo (%)
Renda fixa	86,0%	60,0%	67,0%	40,0%
Renda variável	3,0%	2,0%	8,0%	3,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	2,0%	0,0%
Investimentos imobiliários	5,5%	0,0%	6,0%	0,0%
Investimentos estruturados	5,0%	0,0%	13,0%	0,0%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%	4,0%	0,0%

(*) Alocação Estratégica 2022.
A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

13. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31.12.2022	31.12.2021
Cauções em garantia	19.786	19.200
Outras obrigações	58	27
	19.844	**19.227**
Circulante	**19.844**	**19.207**
Não circulante	**-**	**20**

14. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia responde processos judiciais na justiça trabalhista e federal. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. Em 31.12.2022 o saldo de R$ 582 (R$ 611 em 31.12.2021) refere-se a ações trabalhistas, sendo que durante o exercício de 2022 houve reversão de R$ 29.

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2022 a Companhia possui R$ 593 (R$ 439 em 31.12.2021) referente a passivos contingentes de ações trabalhistas e R$ 384 (R$ 325 em 31.12.2021) de ações na área cível decorrentes, principalmente, de processos administrativos referente discussão contratual.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica do sistema judiciário brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

Adicionalmente, a Companhia discute processo judicial na justiça federal relativo à incidência de contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais. O saldo de R$ 427 (R$ 353, em 31.12.2021) está registrado no passivo não circulante, na rubrica Outras obrigações fiscais (NE nº 8.2) e para esta contingência foram depositados judicialmente R$ 422, registrados no ativo, na rubrica de depósitos judiciais.

O Supremo Tribunal Federal - STF, em 08.02.2023, ao analisar e julgar os Temas de Repercussão Geral nº 881 e nº 885, entendeu que uma decisão definitiva ("coisa julgada") sobre tributos recolhidos de forma continuada perde os seus efeitos caso o STF se pronuncie de forma contrária em ação de controle concentrado de constitucionalidade ou em recurso com repercussão geral, pois de acordo com a legislação e a jurisprudência uma decisão, ainda que com trânsito em julgado, só deve produzir efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. A Companhia não possui processos que se enquadram nos requisitos definidos pelo STF, razão pela qual não existem impactos em suas demonstrações financeiras.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital social

Em 31.12.2022, o capital social integralizado é de R$ 237.210 (R$ 237.210 em 31.12.2021), composto por 237.210.461 ações ordinárias (237.210.461 em 2021), sem valor nominal, pertencentes à Copel.

15.2 Mutação do ajuste de avaliação patrimonial

Em 1º.01.2021	**(1.437)**
Passivos atuariais	
Benefícios pós-emprego	639
Tributos sobre os ajustes	(217)
Em 31.12.2021	**(1.015)**
Passivos atuariais	
Benefícios pós-emprego	(149)
Tributos sobre os ajustes	51
Em 31.12.2022	**(1.113)**

15.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos dividendos.

A reserva de lucros a realizar, constituída no exercício de 2019, em conformidade com o art. 197 da Lei 6.404/76, é utilizada para pagamento de dividendo obrigatório, conforme estabelece seu § 2º. Em 2022 o montante realizado é de R$ 1.526 (R$ 6.098 em 2021).

15.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2022	31.12.2021
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	108.376	53.726
Reserva legal	(5.419)	(2.686)
	102.957	**51.040**
Dividendos propostos		
Dividendos e Juros sobre o capital próprio (JSCP) - intermediários	60.000	-
Juros sobre o capital próprio (JSCP) - intercalares	7.000	17.277
Juros sobre o capital próprio (JSCP) - IRRF	(2.250)	(2.591)
Dividendo adicional proposto	35.957	10.834
	102.957	**28.111**
Dividendos por ação:		
Dividendos obrigatórios (em R$)	0,10851	0,05379
Dividendos registrados (em R$)	0,43403	0,11851

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes e deliberação da Administração, a base de cálculo dos dividendos é obtida a partir do lucro líquido ajustado que corresponde ao lucro líquido do exercício diminuído da cota destinada à reserva legal.

A 60ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 28.09.2022 aprovou, em consonância com o Estatuto Social, a distribuição de proventos (dividendos intercalares) sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio - JSCP no montante de R$ 7.000, pagos em 23.12.2022. Adicionalmente a 38ª Assembleia Geral Extraordinária de 16.12.2022 aprovou, em consonância com o Estatuto Social, a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R$ 60.000, sendo: R$ 8.000 na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JSCP e R$ 52.000 na forma de dividendos, dos quais R$ 20.700 foram pagos em 27.12.2022. Os valores de JSCP, líquidos dos tributos e os dividendos intermediários, são imputados ao dividendo obrigatório do exercício de 2022, conforme critérios estabelecidos no artigo 67 do Estatuto Social da Companhia.

O saldo pendente terá a data do pagamento definida na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2023.

15.5 Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2022	31.12.2021
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	108.376	53.726
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)		
Ações ordinárias	237.210.461	212.168.973
Lucro líquido do período básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	0,45689	0,25322

16. Receita Operacional

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS/ISSQN	Receita líquida 31.12.2022	Receita líquida 31.12.2021
Fornecimento de energia elétrica	2.691.695	(231.978)	(183.845)	2.275.872	1.709.613
Suprimento de energia elétrica	2.887.642	(267.107)	-	2.620.535	2.825.180
Valor justo compra e venda de energia (NE nº 19.2.4)	32.747	-	-	32.747	-
Outras receitas operacionais	10.235	(946)	(75)	9.214	1.621
	5.622.319	**(500.031)**	**(183.920)**	**4.938.368**	**4.536.414**

17. Custos e despesas operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais líquidas	31.12.2022	31.12.2021
Energia elétrica comprada para revenda	(4.790.427)	-	-	-	(4.790.427)	(4.414.768)
Valor justo compra e venda de energia (19.2.4)	-	-	-	-	-	(35.818)
Pessoal e administradores (17.1)	(8.056)	-	(4.656)	-	(12.712)	(18.568)
Planos previdenciário e assistencial (12.3)	(1.169)	-	(618)	-	(1.787)	(1.547)
Material	(15)	-	(38)	-	(53)	(17)
Serviços de terceiros	(163)	-	(2.502)	-	(2.665)	(2.925)
Depreciação e amortização	-	-	(353)	-	(353)	(234)
Reversão de provisão para litígios	-	-	-	30	30	(295)
Perdas de créditos esperadas	-	(1.754)	-	-	(1.754)	(511)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(100)	-	(4.688)	(200)	(4.988)	(3.756)
	(4.799.930)	**(1.754)**	**(12.855)**	**(170)**	**(4.814.709)**	**(4.478.439)**

17.1 Pessoal e administradores

	31.12.2022	31.12.2021
Pessoal		
Remunerações	8.399	8.127
Encargos sociais	2.600	2.523
Auxílio alimentação e educação	836	705
Provisão (Reversão) de programa de desligamentos voluntários	(311)	2.843
	11.524	**14.198**
Administradores		
Honorários	745	766
Encargos sociais	209	216
Outros gastos	12	14
	966	**996**
Provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores		
	222	**3.374**
	12.712	**18.568**

18. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	26.092	4.921
Acréscimos moratórios sobre faturas	3.536	2.362
Multas	1.421	1.200
Juros sobre liquidações na CCEE	199	4.639
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(1.591)	(687)
Outras receitas financeiras	3.010	1.716
	32.667	**14.151**
(-) Despesas financeiras		
Variações monetárias e outras despesas financeiras	247	208
IOF sobre aplicações financeiras	44	3
	291	**211**
Líquido	**32.376**	**13.940**

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

			31.12.2022		31.12.2021	
	NE nº	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	217.736	217.736	143.476	143.476
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	1.688	1.688	1.459	1.459
Valor justo na compra e venda de energia (c)	19.2.4	3	1.081.758	1.081.758	855.775	855.775
			1.301.182	**1.301.182**	**1.000.710**	**1.000.710**
Custo Amortizado						
Clientes (a)	6		475.170	475.170	460.261	460.261
Total dos ativos financeiros			**1.776.352**	**1.776.352**	**1.460.971**	**1.460.971**
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Valor justo na compra e venda de energia (c)	19.2.4	3	738.705	738.705	545.469	545.469
Custo Amortizado						
Fornecedores (a)	11		460.956	460.956	445.677	445.677
Total dos passivos financeiros			**1.199.661**	**1.199.661**	**991.146**	**991.146**

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:
Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.
Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

c) O valor justo dos ativos e passivos equivale ao seu respectivo valor contábil (NE nº 3.7).

19.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

19.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa (a)	217.736	143.476
Títulos e valores mobiliários (a)	1.688	1.459
Clientes (b)	475.170	460.261
	694.594	**605.196**

a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

b) Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos clientes, relacionado a fatores internos e externos. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, detectando os consumidores inadimplentes, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.

19.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os passivos financeiros da Companhia se restringem ao saldo de fornecedores que tem a liquidação prevista para menos de um mês, a partir de 31.12.2022.

19.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação da taxa CDI/Selic de 12,50% prevista na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia man-

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL COMERCIALIZAÇÃO S.A.

tem o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

RISCO DE TAXA DE JUROS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS	Risco	Base 31.12.2022	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	1.688	211	158	106

19.2.4 Risco relacionado ao preço nas operações de compra e venda de energia

A Companhia opera no mercado de compra e venda de energia com objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco pré-estabelecidos pela Administração. Esta atividade, portanto, expõe a Companhia ao risco pela volatilidade do preço futuro da energia.

As operações de compra e venda de energia futuras são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, conforme NE nº 3.7, tendo como base a diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das operações na data do balanço.

O quadro abaixo apresenta os valores nocionais dos contratos de comercialização de energia elétrica na data destas demonstrações financeiras, os quais tem prazo médio de vencimento de 139 meses para contratos de compra e 25 meses para contratos de venda:

	Compra	Venda
2023	606.571	645.966
2024	752.615	810.145
2025	742.114	794.957
2026	738.024	734.063
2027	673.274	620.858
2028 a 2040	4.130.827	4.577.941
	7.643.425	**8.183.930**

O valor justo foi estimado utilizando os preços definidos internamente pela Companhia, que representavam a melhor estimativa do preço de mercado futuro. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno das NTN-B divulgada pela Anbima em 31.12.2022, sem inflação, ajustada pelo risco de crédito e pelo risco adicional de projeto.

Os saldos patrimoniais, referentes à estas transações na data destas demonstrações financeiras, estão abaixo apresentados:

	Ativo	Passivo	Saldo líquido
Circulante	288.419	(244.064)	44.355
Não circulante	793.339	(494.641)	298.698
	1.081.758	**(738.705)**	**343.053**

Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de mudanças nos preços futuros. Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável a Companhia considera os saldos atualizados com a curva de preços de mercado e taxa NTN-B em 31.12.2022. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram elevação ou queda de 25% e 50%, aplicadas sobre os preços futuros considerados no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

	Variaçao no preço	Base 31.12.2022	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ganhos (perdas) não realizados em operações de compra e venda de energia	Elevação	343.053	343.053	369.579	396.104
	Queda	343.053	343.053	316.528	290.003

19.2.5 Risco de contraparte no mercado de energia

O mercado livre de energia ainda não possui uma contraparte garantidora de todos os contratos (clearing house), de modo que o risco de default é bilateral. Desta forma, a Companhia está exposta ao risco de falha na entrega da energia contratada pelo comprador/vendedor. Na ocorrência de falha na entrega, a Companhia é obrigada a vender/adquirir energia ao preço do mercado de curto prazo, podendo incorrer ainda em penalidades regulatórias e mesmo em perda do valor pago.

A Companhia possui uma política que impõem limites para as operações possíveis com cada contraparte, após análise de sua capacidade financeira, maturidade e histórico.

Adicionalmente, mesmo que nossa política seja mais restritiva, e as contrapartes apresentem boa situação financeira, a Companhia está exposta a eventos sistêmicos em que o default de um agente acabe afetando outras comercializadoras, num "efeito dominó", até chegar a contrapartes da Companhia.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Controladora - Copel								
Dividendos	-	-	39.626	20.785	-	-	-	-
Compartilhamento de estrutura	-	-	-	35	-	-	-	-
Entidade sob controle em comum								
Compartilhamento de estrutura								
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	-	-	142	94	-	-	-	-
Copel Distribuição S.A.(Copel GeT)	-	-	236	132	-	-	-	-
Compra e venda de energia								
Copel Geração e Transmissão S.A.(Copel GeT)	30.404	133.486	154.846	120.632	312.310	987.895	1.798.477	1.429.410
F.D.A. Geração de Eergia Elétrica S.A.	-	5.995	63.157	62.722	17.356	145.639	783.490	783.681
Bela Vista Geração de Energia S.A.	-	-	2.997	2.140	-	-	31.179	13.981
Parques eólicos (subsidiárias da Copel GeT)	-	307	9.762	6.259	-	7.290	61.318	50.867
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	-	-	-	1.128	-	-	-	14.544
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (NE nº 17.1)	-	-	-	-	-	-	966	996
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 12.3)	-	-	-	-	-	-	101	101
Celepar - venda de energia	-	-	-	-	719	-	-	-
Tecpar - venda de energia	-	-	-	-	2.021	2.014	-	-
Lactec - venda e energia e serviços	3	5	-	-	645	594	-	-

A Copel forneceu garantias financeiras, na modalidade de carta fiança corporativa, para contratos de compra de energia elétrica efetuados pela Copel Mercado Livre no total de R$ 329.725 (R$ 192.707 em 2021).

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações são registradas de acordo com termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Copel Mercado Livre tem contratos de compra e venda de energia com partes relacionadas, realizados de acordo com os termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia, aderentes aos praticados por outros agentes de mercado e àqueles praticados no mercado de energia. O quadro abaixo apresenta os compromissos contratuais com partes relacionadas, na data destas demonstrações financeiras, os quais tem prazo médio de vencimento de 79 meses para contratos de compra e 31 meses para contratos de venda:

	Compra	Venda
2023	2.259.368	86.435
2024	1.514.321	8.735
2025	1.041.028	6.787
2026	501.336	879
2027	292.405	-
2028 a 2040	1.122.622	-
	6.731.080	**102.836**

Do total de compromissos de venda de R$ 102.836 (R$ 290.958, em 2021), R$ 77.786 (R$ 259.289, em 2021) se referem a contratos com a Copel GeT e suas subsidiárias e R$ 25.050 (R$ 31.309, em 2021) com órgãos associados ao Governo do Estado do Paraná. Ainda do total de compromissos de compra de R$ 6.731.080 (R$ 7.116.496 em 2021), R$ 6.719.397 (R$ 7.104.899, em 2021) se referem a contratos com a Copel GeT e suas subsidiárias e R$ 11.683 (R$ 11.597, em 2021) com outras partes relacionadas.

21. COMPROMISSOS

Em 31.12.2022, a Copel Mercado Livre possui R$ 25.305.470 (R$ 26.991.401, em 31.12.2021) em compromissos de contratos de compra de energia elétrica.

22. SEGUROS

APÓLICE	Términoda vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2024	130.443
Seguro de Crédito	31.12.2023	35.000
Garantia de Pagamento	31.12.2023	2.447
Garantia de Pagamento	31.12.2023	1.428

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 30.12.2022, de R$ 5,2177.

Curitiba, 28 de março de 2023.

Fillipe Henrique Neves Soares
Diretor Geral

Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças

Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais

Fernando de Lima dos Santos
Contador - CRC PR-050585/O-9

Parecer do Auditor Independente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Copel Comercialização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Comercialização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Comercialização S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário

1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

I. *ter a maioria de membros independentes nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016;*
II. *no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como "especialista financeiro" nos termos da legislação vigente;*
III. *no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;*
IV. *no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; e*
V. *o Presidente do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração.*

As características, composição, funcionamento e competências do Colegiado são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário estão a de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Desde 2019, o Comitê de Auditoria Estatutário conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades. Inicialmente, o CAE desenvolveu seu plano de trabalho com o apoio da consultoria Pricewaterhouse-Coopers - PwC, em conjunto com a Auditoria Interna da Copel. No desenvolvimento do plano foram consideradas a legislação vigente, normativas internas e boas práticas de mercado. Naquele momento, para estudo e desenvolvimento desse plano, a PwC utilizou a seguinte metodologia de trabalho: mapeamento das responsabilidades do CAE; planejamento para o atendimento das responsabilidades; referências de mercado; consideração sobre os aspectos de treinamentos e discussões com o próprio Colegiado. Como resultado, a consultoria apresentou plano de trabalho listando as exigências e recomendações para atuação do CAE, bem como cronograma para execução dessas atividades ao longo de um ano. A estrutura do cronograma contempla os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei Federal nº 13.313/2016, à Lei Sarbanes-Oxley - SOx 301/407, à Instrução CVM 509/2011, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano. Considerando atendidas as necessidades legais e regulamentares, o Comitê de Auditoria Estatutário aprovou seu plano de trabalho anual.

Em 2021, o CAE revisou seu plano de trabalho, com apoio da consultoria Ernst & Young – EY, em conjunto com a assessoria do colegiado, Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária. A revisão do plano considerou a legislação vigente, Estatuto Social, demais normativas internas e boas práticas de mercado. A metodologia de trabalho incluiu: revisão das responsabilidades do CAE; forma de atendimento das responsabilidades; referências de benchmarking; interações com Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária e discussões em reuniões do Colegiado. O Plano de Trabalho do CAE 2022 considerou o relatório apresentado pela consultoria como subsídio em sua elaboração, sendo que sua estrutura foi organizada em (i) Apresentação e Informações Gerais; (ii) Cronograma detalhado do CAE; e (iii) Anexos.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2022 traz 20 temas principais, distribuídos em 86 pautas fixas ao longo do ano, distribuídas em suas reuniões ordinárias mensais, além de reuniões extraordinárias. Em 2022, foram registradas 20 reuniões, das quais, 2 foram reuniões extraordinárias.

A auditoria independente, atualmente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes - Deloitte, é responsável pelo planejamento e execução da auditoria das Demonstrações Contábeis da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, Mercado Livre, Serviços e Eólicas). Compete ao auditor independente, no contexto e escopo do seu trabalho, emitir opinião sobre as Demonstrações Financeiras e se refletem de forma adequada a posição patrimonial e financeira da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade, e as normas editadas pelas Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. O ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais, também é avaliado pela Deloitte, uma vez que estão sujeitas à lei americana Sarbanes-Oxley – SOx.

Ainda no contexto de controles internos, a Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, em sua atuação como segunda linha de defesa, atua no desenho dos controles junto aos órgãos da administração, primeira linha de defesa. Posteriormente, cabe a DRC atuar no teste de desenho dos controles internos. Já a Auditoria Interna - AUD, como terceira linha de defesa, atua no teste de controles internos quanto à sua eficiência e eficácia.

O CAE elabora, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) suas atividades, resultados, conclusões e recomendações no período, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas às diretorias, registrando aquelas não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; e (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências.

2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei Sarbanes-Oxley – SOx, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 11.03.2021, com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada pela 201ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o Comitê de Auditoria Estatutário sofreu alteração, quando passou a ser permitida a composição entre 03 (três) a 05 (cinco) membros, desde que: (i) a maioria destes se enquadrasse nos critérios de independência nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016; (ii) que no mínimo, 01 (um) membro apresentasse experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como "especialista financeiro" nos termos da legislação vigente; (iii) que no mínimo 01(um) dos membros fosse integrante do Conselho de Administração; (iv) no mínimo 01(um) do membro externo, escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; e (v) que o Presidente do Comitê fosse membro do Conselho de Administração.

Em 2022, o Comitê teve a seguinte composição, eleita para o mandato 2021/2023: Marco Antônio Barbosa Cândido (como Presidente), Carlos Biedermann (como especialista financeiro) e Luiz Claudio Maia Vieira (profissional externo), todos membros independentes, em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016, e que atendem aos requisitos de independência impostos pela Securities and Exchange Commission - SEC e pela New York Stock Exchange - NYSE.

Considerando a necessidade do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, para assessoria no desempenho de suas atribuições, um profissional da Companhia é designado como Assessor do CAE da Copel. Desde 06.11.2020, conforme deliberado na 226ª Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário, o profissional Adilson Dvulathca (registro 49438), atua como Assessor do CAE da Copel (Circular-058/2020, de 10.11.2020).

3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2022

3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

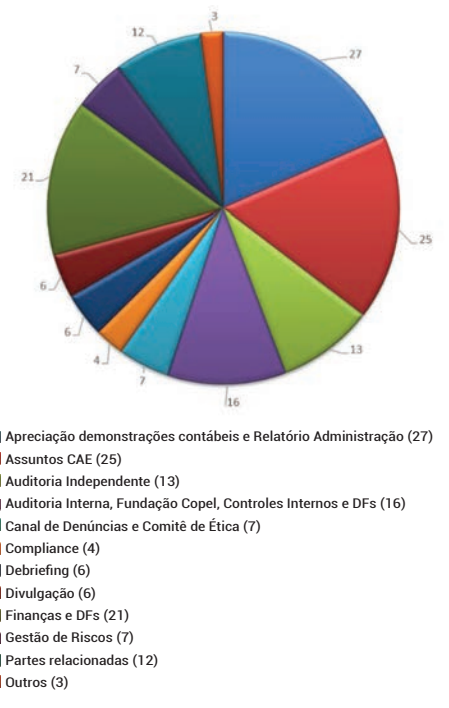
As pautas das reuniões realizadas em 2022 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para discussão do Colegiado ao longo do ano, distribuídos em 20 reuniões, das quais, 2 reuniões foram extraordinárias: apreciação de informações contábeis; auditoria externa; canal de denúncias e Comitê de Ética; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; debriefing; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários (Cibersegurança, calendário anual de reuniões, LGPD, Risco Hidrológico e melhoria contínua); partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, foram realizadas 20 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, sendo 2 reuniões extraordinárias, as quais contemplaram 147 pautas, envolvendo os membros da Diretoria Executiva, Superintendentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias, controladas e coligadas, os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas realizadas é o seguinte:



. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2022, foram contempladas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 13 pautas com participação da Auditoria Independente. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente Deloitte para o Formulário 20-F, de 2021; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2022; apresentação sobre os trabalhos relativos às Demonstrações Financeiras e de controles internos; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2022.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer de 2022, foram realizadas 27 pautas, sendo que em todas foram apreciadas as demonstrações contábeis e em 8 pautas, o Relatório da Administração. Essas pautas abordaram a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2022; a Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2021 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade.

A análise e recomendação quanto ao Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, de Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido e quanto ao Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade, ocorre na reunião realizada em março de 2023, após finalizadas as discussões com os Auditores Independentes sobre os resultados dos seus trabalhos, os quais incluem os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório, as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras, a discussão das práticas contábeis adotadas, controles internos, legislação societária brasileira, bem como demais normas aplicáveis.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2022, no Relatório Anual 2022, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

3.4. AUDITORIA INTERNA

No decorrer de 2022, foram tratadas 8 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna, verificação de suas recomendações e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - Raint 2021; e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei Sarbanes-Oxley - SOx.

Na 261ª Reunião, de 02.08.2022, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito dos Planos Previdenciários patrocinados pela Copel e administrados pela Fundação Copel.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf
Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL COMERCIALIZAÇÃO S.A.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

3.5. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

No decorrer de 2022, foram tratadas 7 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; bem como, a atualização do status de auditoria, pela Deloitte, desses Controles Internos.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do Internal Control - Integrated Framework, definido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), e com a Lei Sarbanes-Oxley - SOx. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos que se encontrem em efetiva aplicação.

O Colegiado também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do Colegiado, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

3.6. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

No decorrer de 2022, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 7 pautas que trataram do Canal de Denúncias, Comitê de Ética, Código de Conduta e demais temas relacionados. Essas pautas abordaram o monitoramento do Canal de Denúncias e o acompanhamento ao longo do ano, em reuniões específicas, acerca de denúncias recebidas pelo Canal e que tiveram, em função de sua natureza, tratamento mais intensivo de investigação pela Auditoria Interna.

Em 2022, o CAE deliberou de forma favorável ao Regimento Interno do Comitê de Ética, recomendou ao Conselho de Administração a aprovação da Política do Canal de Denúncias e deliberou favoravelmente sobre a revisão do Código de Conduta da Companhia.

Trimestralmente, é apresentado ao CAE o acompanhamento do Canal de Denúncias pela área de Compliance e, periodicamente, a Auditoria Interna apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

3.7. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS

No decorrer de 2022, foram tratadas 7 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos, a revisão dos riscos estratégicos e a recomendação ao Conselho de Administração pela aprovação da Política de Riscos da Companhia.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da gestão de riscos, determinou que fosse adicionada à pauta do colegiado a análise quanto aos riscos de mercado da Copel Mercado Livre e incluiu o monitoramento do Risco Hidrológico como pauta específica em seu plano de trabalho 2022.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

3.8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma de suas atribuições "avaliar e monitorar, juntamente com a Administração e a área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia".

No decorrer de 2022, foram tratadas 12 pautas envolvendo transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE. Essas pautas abordaram, além da recomendação para aprovação das transações em si, a recomendação ao Conselho de Administração pela aprovação da revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses e o monitoramento das operações/transações com Partes Relacionadas.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos a transações com partes relacionadas.

3.9. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; debriefing; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; e regulamentos de independência do CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Na programação para 2022, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, além de analisar os resultados das avaliações de desempenho do Colegiado, incluindo o Plano de Desenvolvimento do Comitê de Auditoria Estatutário.

4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E SUPERINTENDENTES

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Superintendentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também é possível que as Superintendências, por meio de suas Diretorias, realizem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente daquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

- **Reporte do Comitê de Ética e Canal de Denúncias.**

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do reporte periódico do Comitê de Ética e Canal de Denúncias, a avaliação quanto a política de consequências para os casos tratados no Comitê de Ética.

Já em relação ao Código de Conduta da Companhia, o CAE recomendou a DRC avaliar o percentual da remuneração correspondente ao valor simbólico para brindes ou cortesias institucionais.

- **Processos Jurídicos**

O CAE recomendou à Diretoria Jurídica e Regulatória – DJR o desenvolvimento de trabalho voltado ao monitoramento e gestão de controladoria jurídica, incentivando a melhoria contínua nos processos da Companhia.

- **Controles Internos**

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do reporte periódico de Controles Internos, a manutenção do apoio na solução tempestiva de eventuais novos pontos apresentados pela auditoria independentes e solicitou a manutenção de reportes bimestrais sobre os trabalhos de Controle Interno.

- **Reporte trimestral sobre o monitoramento do portfólio de riscos da Companhia.**

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do monitoramento do portfólio de riscos da Companhia, a manutenção dos reportes trimestrais, bem como, recomendou a avaliação dos riscos de transição (Corporation) e dos riscos emergentes, com o apoio das demais estruturas da Companhia. Recomendou à DRC avaliar a inclusão de risco relacionado aos efeitos da guerra na Ucrânia.

- **Reporte dos trabalhos de cibersegurança**

O Comitê de Auditoria Estatutário da Copel vem sistematicamente envidando esforços para acompanhar as melhorias promovidas pela Companhia em relação à segurança cibernética. O tema é pauta periódica do colegiado em suas reuniões, tendo apoio tanto da Diretoria de Gestão Empresarial – DGE, quanto da Diretoria Reunida, Auditoria Interna e Auditoria Independente.

Os Membros do Comitê afirmaram que diversas providências foram solicitadas à Diretoria da Companhia, em especial robustez nos sistemas de controles internos da Copel e de suas Subsidiárias Integrais, acompanhamento e monitoramento mensais das deficiências apontadas pela auditoria externa, contratação de consultoria independente para auxiliar no processo de revisão dos controles internos do grupo Copel, dentre outras medidas que podem ser evidenciadas nas atas de reuniões deste Comitê.

Adicionalmente, o CAE recomendou ao Conselho de Administração aprovar a revisão da Política de Segurança da Informação e Cibernética, sugerindo a inclusão de item específico para tratar da gestão de consequências, a fim de imputar responsabilidade pelo descumprimento ou violação da Política em questão, de acordo com as normativas internas e externas vigentes.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2022, no Relatório Anual 2022, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 21 de março de 2023.

MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO
Presidente

CARLOS BIEDERMANN
Especialista Financeiro

LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA
Membro Externo

Parecer do Conselho Fiscal

SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2022 E SOBRE A PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2022

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Comercialização S.A. - Copel Mercado Livre, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2022. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de acionistas.

Curitiba, 28 de março de 2023

(assinado eletronicamente)
DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente

(assinado eletronicamente)
HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR

(assinado eletronicamente)
JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO

F.D.A GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A • CNPJ n° 35.742.218/0001-04

1. A COMPANHIA

A F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (F.D.A. ou Companhia) foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, em 04.12.2019 e destina-se à geração de energia elétrica. Tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT ou Controladora) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Em 02.03.2020, a Copel GeT transferiu para F.D.A. a concessão da UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (GBM ou Foz do Areia) através da assinatura de contrato de Concessão junto à Aneel com mesmo prazo da concessão original. A UHE GBM possui potência instalada de 1.676,0 MW e garantia física de 603,3 MW médios.

Em 03.03.2020 foi solicitado junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o enquadramento da usina nos termos do Decreto Federal nº 9.271/2018. A manifestação tem por objetivo possibilitar uma nova outorga pelo prazo de 30 anos, condicionada a um processo de alienação do controle da respectiva Sociedade de Propósito Específico (SPE), de acordo com as prerrogativas do Decreto Federal acima citado, o prazo para conclusão do processo foi recentemente reduzido pela publicação do Decreto nº 10.893/2021 de 18 para 12 meses antes do vencimento do contrato de concessão.

No ambiente regulatório, a F.D.A. aderiu à repactuação do risco hidrológico na parcela da garantia física não comprometida com contratos repactuados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR nos termos da Lei nº 14.052/2020, regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, que proveu a compensação dos riscos de natureza não hidrológica por meio de extensão das outorgas dos agentes de geração hidráulica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Como resultado, a concessão da UHE GBM foi prorrogada por 461 dias e a nova data de término da outorga passou para 21.12.2024, gerando impacto positivo no resultado operacional de 2021 relativo ao intangível de contrato mensurado ao valor justo no total de R$ 361.963 mil.

Em 24.11.2022, para possibilitar a nova outorga, foi sancionada a Lei Estadual nº 21.272, que autoriza o Estado do Paraná a transformar a Copel, controladora indireta da FDA, em companhia de capital disperso e sem acionista controlador ("Corporação") por meio de oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias e/ou units. Em 21.12.2022, decorrente da autorização legal, o Conselho de Administração da Copel, aprovou a realização de estudos para viabilizar a renovação integral das concessões de suas usinas, entre as quais a UHE GBM, e avaliar alternativas de captação de recursos visando o pagamento do bônus de outorga. A transformação da Copel em "Corporação" possibilitará, nos termos da Lei 9.074/95, a manutenção de 100% de participação da Companhia na usina, desde que a oferta pública ocorra até dezembro de 2023 correspondente aos 12 meses anteriores ao vencimento da atual concessão, que se encerra em 21.12.2024.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL (EM R$ MIL)

Em 2022, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R$ 40.978, representando 5,8% de aumento em relação a 2021, decorrente da melhora do cenário hidrológico em 2022 que permitiu a maior venda de energia.

Os custos e despesas operacionais, excluindo os efeitos da repactuação do risco hidrológico, tiveram decréscimo de R$ 129.029, representando 24,4% de redução em relação a 2021, devido principalmente a redução no custo de energia elétrica comprada para revenda, que foi impactada pela crise hídrica em 2021.

Em R$ mil	2022	2021	variação %
Ativo total	938.780	995.870	(5,7)
Caixa e equivalentes de caixa	284.624	68.033	318,4
Títulos e valores mobiliários	14.750	11.404	29,3
Receita operacional bruta	831.376	784.379	6,0
Deduções da receita	(88.374)	(82.355)	7,3
Receita operacional líquida	743.002	702.024	5,8
Custos e despesas operacionais*	(398.843)	(165.909)	140,4
Resultado das atividades	344.159	536.115	(35,8)
Ebitda ou Lajida	478.591	604.983	(20,9)
Resultado financeiro	24.714	10.865	127,5
IRPJ/CSLL	123.452	185.725	(33,5)
Lucro operacional	368.873	546.980	(32,6)
Lucro líquido do exercício	245.421	361.255	(32,1)
Patrimônio líquido	563.168	701.119	(19,7)
Dividendos	233.150	343.193	(32,1)
INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS			
Liquidez corrente (índice)	1,3	1,7	(23,5)
Liquidez geral (índice)	1,0	1,1	(9,1)
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/ receita operacional líquida)(%)	64,4	86,2	(25,3)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	49,6	77,9	(36,3)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	33,0	51,5	(35,9)
Participação de capital de terceiros (%)	40,0	29,6	35,1
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (1)	35,0	59,7	(41,4)

(1) LL ÷ (PL inicial) / * No ano de 2021 possui receita de repactuação do GSF no valor de R$ 361.963.

Curitiba, 06 de abril de 2023

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Executivo

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2022
em milhares de reais

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	284.624	68.033
Clientes	5	88.764	62.722
Outros créditos		2	71
Imposto de renda e contribuição social	6	1.620	2.299
Outros tributos a recuperar	6	1.225	818
Despesas antecipadas	20	569	34
Partes relacionadas	19	-	170.212
		376.804	**304.189**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	14.750	11.404
Outros tributos a recuperar	6	650	864
Outros créditos		475	-
		15.875	**12.268**
Imobilizado	8	**315.167**	**332.980**
Intangível	9	**230.934**	**346.433**
		561.976	**691.681**
TOTAL DO ATIVO		**938.780**	**995.870**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	19	913	526
Fornecedores	10.1	23.379	33.622
Imposto de renda e contribuição social	6	130.875	48.339
Outras obrigações fiscais	6	5.516	2.533
Dividendos a pagar	14.3	125.978	85.799
Encargos setoriais a recolher	11	2.343	4.726
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	12	826	795
Outras contas a pagar	10.2	7.689	2.958
		297.519	**179.298**
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	73.025	112.759
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	12	5.068	2.694
		78.093	**115.453**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14.1	409.508	409.508
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-
Reserva legal	14.2	46.488	34.217
Dividendo adicional proposto	14.4	107.172	257.394
		563.168	**701.119**
TOTAL DO ATIVO		**938.780**	**995.870**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Composição dos Grupos Responsáveis pela Governança

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente do Conselho
Marcio Luis Bloot
Membro
Daiane Medino Wotkoski
Eloir Joakinson Junior
Juarez Ribas Teixeira Junior
Milton Francisco Dos Santos Junior
Thais Cercal Dalmina Losso
CONSELHO FISCAL
Presidente do Conselho
Itamar Pinto Paz
Membro Titular
Kleberson Luiz da Silva
Luiz Henrique De Mello
Walter Guandalini Junior
Membro Suplente
Ana Clara Solis De Figueiredo Morrissy
Angela Beatriz Alcaide
Fabiano Luft Chudzikiewicz
Felipe Santos Ribas
DIRETORIA
Diretor Executivo
Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Administrativo-Financeiro
Adriano Fedalto
CONTADOR
CRC-PR-058084/O-0
Michael Luiz De Souza

Demonstrações de Resultado

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	**743.002**	**702.024**
Custos Operacionais	16	**(387.998)**	**(518.189)**
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		**355.004**	**183.835**
Despesas Operacionais	16		
Despesas com vendas		(7)	-
Despesas gerais e administrativas		(5.708)	(3.763)
Repactuação do risco hidrológico - GSF		-	361.963
Outras despesas operacionais		(5.130)	(5.920)
		(10.845)	**352.280**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**344.159**	**536.115**
Resultado Financeiro	17		
Receitas financeiras		25.236	11.390
Despesas financeiras		(522)	(525)
		24.714	**10.865**
LUCRO OPERACIONAL		**368.873**	**546.980**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	6		
Imposto de renda e contribuição social		(163.186)	(73.173)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		39.734	(112.552)
		(123.452)	**(185.725)**
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO		**245.421**	**361.255**
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais		0,59932	0,88218

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

	31.12.2022	31.12.2021
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	**245.421**	**361.255**
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**245.421**	**361.255**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2021		**406.363**	**3.145**	**16.155**	**179.822**	**-**	**605.485**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	361.255	361.255
Aumento de capital		3.145	(3.145)	-	-	-	-
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	(179.822)	-	(179.822)
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal		-	-	18.062	-	(18.062)	-
Dividendos	14.3	-	-	-	-	(85.799)	(85.799)
Dividendo adicional proposto	14.3	-	-	-	257.394	(257.394)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**409.508**	**-**	**34.217**	**257.394**	**-**	**701.119**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	245.421	245.421
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	(257.394)	-	(257.394)
Destinação proposta à A.G.O.:							-
Reserva legal		-	-	12.271	-	(12.271)	-
Dividendos	14.3	-	-	-	-	(125.978)	(125.978)
Dividendo adicional proposto	14.3	-	-	-	107.172	(107.172)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**409.508**	**-**	**46.488**	**107.172**	**-**	**563.168**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL

FDA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		**245.421**	**361.255**
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos não realizados - líquidas		(1.128)	(3.005)
Depreciação e amortização	16	134.834	68.933
Imposto de renda e contribuição social	6.3	163.186	73.173
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.3	(39.734)	112.552
Resultado da repactuação do risco hidrológico - GSF	16	-	(361.963)
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	12.1	7.045	6.799
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas		7	
Resultado das baixas do imobilizado	8.2	-	9
Juros sobre mútuos recebidos		(8.766)	(7.276)
		500.865	**250.477**
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(26.049)	4.439
Outros créditos		(406)	235
Imposto de renda e contribuição social		679	(2.201)
Outros tributos a recuperar		(193)	(322)
Despesas antecipadas		(535)	(34)
		(26.504)	**2.117**
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		387	24
Fornecedores		(10.243)	6.794
Outras obrigações fiscais		1.893	252
Encargos setoriais a recolher		(2.383)	680
Pesquisa e desenvolvimento	12.1	(5.042)	(6.570)
Outras contas a pagar		4.731	785
		(10.657)	**1.965**
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**463.704**	**254.559**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(80.650)	(31.402)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**383.054**	**223.157**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(3.346)	(397)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	(251.450)
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		179.264	90.000
Recebimento de juros sobre empréstimos concedidos a partes relacionadas		1.987	374
Aquisições de imobilizado		(1.175)	(10.854)
Aquisições de intangível	9	-	(42)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**176.730**	**(172.369)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(343.193)	(179.822)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(343.193)**	**(179.822)**
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E E QUIVALENTES DE CAIXA		**216.591**	**(129.034)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	68.033	197.067
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	284.624	68.033
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**216.591**	**(129.034)**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2022 em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A F.D.A Geração de Energia Elétrica S.A. (Foz do Areia, FDA, Companhia), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indiretamente pela Companhia Paranaense de Energia (Copel), que tem por objeto a geração de energia elétrica, por meio da exploração da UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (UHE GBM ou Foz do Areia), usina com potência instalada de 1.676,0 MW e garantia física de 603,3 MW médios.

Em 03.03.2020, a Copel GeT se manifestou perante o Ministério de Minas e Energia pelo enquadramento, nos termos do Decreto Federal nº 9.271/2018, da sua subsidiária FDA. Na mesma data, a SPE assinou junto à Aneel o contrato de concessão para exploração da UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto, concretizando a transferência de titularidade da usina. A manifestação tem por objetivo possibilitar uma nova outorga pelo prazo de 30 anos para UHE Foz do Areia, condicionada a um processo de alienação do controle da respectiva SPE, de acordo com as prerrogativas do Decreto Federal n° 10.893/2021, dentro do prazo de até 12 meses antes do vencimento da atual concessão, que expira em 21.12.2024.

Em 24.11.2022, para possibilitar a nova outorga, a Lei 21.272 do Estado do Paraná autorizou a transformação da Copel em companhia de capital disperso e sem acionista controlador ("Corporação"), o que possibilitará, nos termos da Lei 9.074/95, a manutenção de 100% de participação da Companhia nas usinas. Adicionalmente, em 21.12.2022, o Conselho de Administração da Copel aprovou a realização de estudos para viabilizar a renovação integral das concessões de suas usinas, entre elas a UHE GBM. A transformação da Copel em "Corporação" possibilitará, nos termos da Lei 9.074/95, a manutenção de 100% de participação da Companhia nas usinas, desde que a oferta pública ocorra até dezembro de 2023 correspondente aos 12 meses anteriores ao vencimento da atual concessão, que se encerra em 21.12.2024. Em 31.01.2023 o Conselho de Administração da Copel aprovou a contratação de consultores e assessores técnicos especializados para auxiliar nos estudos e na estruturação de eventual oferta.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 06.04.2023.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nos 3.2 e 8 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nos 3.3 e 8 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nos 3.4 e 9 - Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nos 3.5 e 13 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nos 3.6 - Reconhecimento da receita: estimativa de valores não faturados.;
- NEs no 3.7 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia: previsão de valores que serão faturados pela CCEE;
- NEs nos 3.8 e 6 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros.

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, nem opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes são agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 Intangível

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos, além do saldo constituído pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, proveniente do valor recuperado do custo com o fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE (Generation Scaling Factor - GSF). O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, com amortização linear até o final do novo prazo de concessão.

3.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração). No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais não provisionados relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício, exceto os custos ou despesas para renovação das licenças, que são registrados como ativo intangível e amortizado pelo prazo da vigência da licença.

3.6 Reconhecimento da Receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

3.7 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto do Preço de liquidação das diferenças - PLD multiplicado pelas sobras de energia declaradas junto a CCEE, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.8 Tributos

3.8.1 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

3.8.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.8.3 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas, quando aplicável, à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS as alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens são apresentados deduzido do custo de aquisição dos respectivos ativos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.9 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1°.01.2022

A partir de 1°.01.2022 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

(i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
(ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
(iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;

Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

3.10 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios de 2023 e de 2024 estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

(i) CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (a partir de 1º.01.2023);
(ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
(iii) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
(iv) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
(v) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);
(vi) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	6.910	6.750
Aplicações financeiras de liquidez imediata	277.714	61.283
	284.624	**68.033**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 96% e 101,0% (96% em 2021) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. CLIENTES

	31.12.2022	31.12.2021
Contratos bilaterais - Copel Comercialização S.A.	63.190	62.722
CCEE	25.574	-
	88.764	**62.722**

6. TRIBUTOS

6.1 Impostos de renda e contribuição social e outros tributos

	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.620	2.299
ICMS a recuperar	1.225	818
	2.845	**3.117**
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar	323	754
Outros tributos a compensar	327	110
	650	**864**
Passivo circulante		
Imposto de renda e contribuição social a recolher	130.875	48.339
PIS/Pasep e Cofins a recolher	4.715	1.313
Outros tributos	801	1.220
	136.391	**50.872**

6.2 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Saldo em 1º.01.2021	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2021	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2022
Ativo não circulante					
Provisão para P&D e PEE	-	670	670	807	1.477
Perdas de créditos esperadas (PECLD)	-	-	-	2	2
Provisões de passivo omisso	-	172	172	1.059	1.231
	-	**842**	**842**	**1.868**	**2.710**
(-) Passivo não circulante					
Repactuação do Risco Hidrológico (GSF)	-	113.601	113.601	(37.866)	75.735
Rendimentos de aplicações financeiras (lucro presumido)	207	(207)	-	-	-
	207	**113.394**	**113.601**	**(37.866)**	**75.735**
Líquido	**(207)**	**(112.552)**	**(112.759)**	**39.734**	**(73.025)**

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido.

Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a previsibilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária.

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Ativo	Passivo
2023	1.971	(37.867)
2024	739	(37.868)
	2.710	**(75.735)**

6.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**368.873**	**546.980**
IRPJ e CSLL (34%)	**(125.416)**	**(185.973)**
Efeitos fiscais sobre:		
Despesas indedutíveis	(1.583)	(2.234)
Incentivos fiscais	3.524	2.250
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	-	207
Outros	24	25
IRPJ e CSLL correntes	**(163.186)**	**(73.173)**
IRPJ e CSLL diferidos	**39.734**	**(112.552)**
Alíquota efetiva - %	33,5%	34,0%

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 27 a 54 meses a partir do final do período de relatório

Categoria	Indexador	31.12.2022	31.12.2021
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96,0 a 98,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI	14.750	11.404

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL

FDA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

8. IMOBILIZADO

8.1 Imobilizado por classe de ativos

	Custo	Depreciação acumulada	31.03.2022	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	2.337.872	(2.336.406)	1.466	2.337.872	(2.329.541)	8.331
Máquinas e equipamentos	577.537	(292.054)	285.483	576.094	(281.136)	294.958
Edificações	654.260	(641.799)	12.461	654.260	(640.632)	13.628
Terrenos	15.203	-	15.203	15.203	-	15.203
Móveis e utensílios	1.360	(1.105)	255	1.365	(1.067)	298
	3.586.232	**(3.271.364)**	**314.868**	**3.584.794**	**(3.252.376)**	**332.418**
Em curso						
Custo	299	-	299	562	-	562
	299	**-**	**299**	**562**	**-**	**562**
	3.586.531	**(3.271.364)**	**315.167**	**3.585.356**	**(3.252.376)**	**332.980**

8.2 Mutação do imobilizado

	Saldo em 1º.01.2022	Aquisições	Depreciação	Transferências	Saldo em 31.12.2022
Em serviço					
Reservatórios, barragens, adutoras	8.329		(6.864)	-	1.465
Máquinas e equipamentos	294.959	-	(10.918)	1.438	285.479
Edificações	13.628	-	(1.167)	-	12.461
Terrenos	15.203	-	-	-	15.203
Móveis e utensílios	299	-	(39)	-	260
	332.418	**-**	**(18.988)**	**1.438**	**314.868**
Em curso					
Custo	562	1.175	-	(1.438)	299
	562	**1.175**	**-**	**(1.438)**	**299**
Total	**332.980**	**1.175**	**(18.988)**	**-**	**315.167**

	Saldo em 1º.01.2021	Aquisições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2021
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	31.726		(23.397)	-	-	8.329
Máquinas e equipamentos	276.532	-	(10.365)	(6)	28.798	294.959
Edificações	14.831	-	(1.203)	-	-	13.628
Terrenos	15.203	-	-	-	-	15.203
Móveis e utensílios	342	-	(41)	(3)	1	299
	338.634	**-**	**(35.006)**	**(9)**	**28.799**	**332.418**
Em curso						
Custo	18.507	10.854	-	-	(28.799)	562
	18.507	**10.854**	**-**	**-**	**(28.799)**	**562**
Total	**357.141**	**10.854**	**(35.006)**	**(9)**	**-**	**332.980**

A Companhia opera contratos de concessão de geração de energia elétrica que contém cláusulas de indenização da infraestrutura não depreciada, amortizada e/ou recebida durante o prazo da concessão. Após o vencimento da concessão, os saldos residuais dos ativos são transferidos para contas a receber vinculadas à concessão.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos nos exercícios de 2022 e de 2021.

8.3 Taxas médias de depreciação

Taxas médias de depreciação (%)	31.12.2022	31.12.2021
Geração		
Equipamento geral	6,25	6,25
Máquinas e equipamentos	3,40	3,40
Geradores	3,33	3,33
Reservatórios, barragens e adutoras	3,12	2,00
Turbina hidráulica	2,50	2,50

9. INTANGÍVEL

	em serviço	em curso	Total
Em 31.12.2020	**18.303**	**-**	**18.303**
Aquisições	-	42	42
Repactuação Risco Hidrológico (GSF)	361.963	-	361.963
Capitalizações para intangível em serviço	42	(42)	-
Quotas de amortização - concessão (a)	(33.863)	-	(33.863)
Quotas de amortização - outros intangíveis (b)	(12)	-	(12)
Em 31.12.2021	**346.433**	**-**	**346.433**
Quotas de amortização - concessão (a)	(115.491)	-	(115.491)
Quotas de amortização - outros intangíveis (b)	(8)	-	(8)
Em 31.12.2022	**230.934**	**-**	**230.934**

(a) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.
(b) Taxa anual de amortização: 20%.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis em 2022 e 2021.

10. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

10.1 Fornecedores

	31.12.2022	31.12.2021
Energia elétrica - CCEE	-	7.019
Energia elétrica - Copel Comercialização	-	5.995
Materiais e serviços	4.432	2.335
Materiais e serviços - O&M - Copel GeT	3.994	4.659
Encargos de uso da rede elétrica	14.563	13.102
Encargos de uso da rede elétrica - Copel GeT	390	512
	23.379	**33.622**

10.2 Outras contas a pagar

	31.12.2022	31.12.2021
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	7.576	2.792
Outras obrigações	113	166
Circulante	**7.689**	**2.958**

11. ENCARGOS SETORIAIS A RECOLHER

O saldo provisionado em 31.12.2022 e 31.12.2021 se refere a Reserva Global de Reversão - RGR.

12. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2022	Saldo em 31.12.2021
FNDCT	-	459	-	459	442
MME	-	229	-	229	221
P&D	457	138	4.611	5.206	2.826
	457	**826**	**4.611**	**5.894**	**3.489**
			Circulante	**826**	**795**
			Não circulante	**5.068**	**2.694**

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

12.1 Mutação da Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

	FNDCT	MME	P&D		
	circulante	circulante	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2021	**505**	**252**	**1.714**	**724**	**3.195**
Constituições	2.720	1.360	477	2.242	6.799
Juros Selic		-	-	65	65
Transferências	-	-	338	(338)	-
Recolhimentos	(2.783)	(1.391)	(2.396)	-	(6.570)
Em 31.12.2021	**442**	**221**	**133**	**2.693**	**3.489**
Constituições	2.818	1.409	845	1.973	7.045
Juros Selic	-	-	-	402	402
Recolhimentos	(2.801)	(1.401)	(840)	-	(5.042)
Em 31.12.2022	**459**	**229**	**138**	**5.068**	**5.894**

13. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos. Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Em 31.12.2022 a Companhia não apresenta provisões para litígios, bem como não possui passivos contingentes.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital Social

Em 31.12.2022, o capital social integralizado é de R$ 409.508 (R$ 409.508 em 31.12.2021) é composto por 409.508.878 (409.508.878 em 31.12.2021) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes a Copel GeT.

14.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

14.3 Proposta de distribuição de dividendos

Taxas médias de depreciação (%)	31.12.2022	31.12.2021
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	245.421	361.255
Reserva legal (5%)	(12.271)	(18.062)
	233.150	**343.193**
Dividendos propostos		
Dividendos (a)	125.978	85.799
Dividendo adicional proposto	107.172	257.394
	233.150	**343.193**

(a) Em 29.11.2022 o Conselho de Administração declarou dividendos intercalares que serão imputados aos dividendos obrigatórios, aos regulares e aos extraordinários nos termos do Estatuto Social. O valor foi pago em 12.01.2023.

14.4 Dividendo adicional proposto

Em 29.04.2022, a Assembleia Geral aprovou o pagamento do dividendo adicional proposto registrado em 31.12.2021, no valor de R$ 257.394.

14.5 Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2022	31.12.2021
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações	245.421	361.255
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações	409.508.878	409.508.878
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações	**0,59932**	**0,88218**

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31.12.2022	31.12.2021
Contratos bilaterais - Copel Comercialização S.A.	789.693	781.361
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	41.660	2.975
Outras receitas operacionais	23	43
Receita Bruta	**831.376**	**784.379**
(-) PIS/Pasep e Cofins	(76.901)	(72.552)
(-) Encargos Setoriais	(11.473)	(9.803)
	743.002	**702.024**

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2022	31.12.2021
Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(28.632)	-	-	-	(28.632)	(259.289)
Encargos de uso da rede elétrica	(148.610)	-	-	-	(148.610)	(137.595)
Pessoal e administradores	-	-	(2.790)	-	(2.790)	(1.582)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(297)	-	(297)	(94)
Material	(828)	-	(25)	-	(853)	(545)
Serviços de terceiros	(37.701)	-	(1.082)	-	(38.783)	(33.418)
Depreciação e amortização	(134.424)	-	(8)	-	(134.432)	(68.868)
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	-	(1.596)	(1.596)	(2.046)
Arrendamentos e aluguéis	(10)	-	-	-	(10)	(285)
Repactuação do risco hidrológico - GSF	-	-	-	-	-	361.963
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	-	(7)	-	(7)	-
Compensação Financ.p/Utiliz.Rec.hídricos	(36.847)	-	-	-	(36.847)	(20.060)
Outros custos e despesas operacionais	(946)	(7)	(1.499)	(3.534)	(5.986)	(4.090)
	(387.998)	**(7)**	**(5.708)**	**(5.130)**	**(398.843)**	**(165.909)**

17. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas financeiras		
Juros e encargos sobre mútuo	8.766	7.277
Rendimento de aplicações financeiras	17.525	3.817
(-) Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(1.231)	(555)
Outras receitas financeiras	176	851
	25.236	**11.390**
(-) Despesas financeiras		
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 12.1)	401	65
Outras despesas financeiras	121	460
	522	**525**
Líquido	**24.714**	**10.865**

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

			31.12.2022		31.12.2021	
CONTROLADORA	NE nº	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	284.624	284.624	68.033	68.033
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	14.750	14.750	11.404	11.404
			299.374	**299.374**	**79.437**	**79.437**
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		88.764	88.764	62.722	62.722
Mútuo (a)			-	-	170.212	170.212
			88.764	**88.764**	**232.934**	**232.934**
Total dos ativos financeiros			**388.138**	**388.138**	**312.371**	**312.371**
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	10		23.379	23.379	33.622	33.622
Total dos passivos financeiros			**23.379**	**23.379**	**33.622**	**33.622**

Os níveis de hierarquia oara aouração do valor justo são apresentados a seguir:
Nível 1: informações obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos:

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

18.2 Gerenciamento de riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

18.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos financeiros considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

Adicionalmente, a Companhia atua na gestão de contas a receber implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.

18.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação dos passivos financeiros em cada faixa de tempo.

	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	Total
31.12.2022				
Fornecedores	22.703	615	59	23.377
	22.703	**615**	**59**	**23.377**
31.12.2021				
Fornecedores	25.942	7.618	62	33.622
	25.942	**7.618**	**62**	**33.622**

18.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 / IFRS 7(R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores previstos na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen (CDI/Selic - 12,50%). Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

				Cenários projetados		
Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2022	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	14.750	16.594	16.134	15.672
		14.750	**16.594**	**16.134**	**15.672**

18.2.4 Risco quanto à escassez de energia

A maior parte da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

Entre setembro de 2020 e agosto de 2021, o Sistema Interligado Nacional apresentou o pior histórico de Energias Naturais Afluentes ao agregado de seus aproveitamentos. O Ministério de Minas e Energia e demais órgãos do setor trabalharam para maximizar o despacho termoelétrico fora da ordem de mérito de custo, bem como a flexibilização de restrições à operação hidrelétrica do sistema. Adicionalmente, considerando a forte geração eólica no Nordeste, a geração de biomassa no Sudeste e o período chuvoso com energias naturais afluentes que elevaram os reservatórios para valores confortáveis, estima-se que o risco de falta energia em 2023 e 2024 estejam minimizados.

Os critérios de garantia de suprimento de energia estão atualmente estabelecidos pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE através da Resolução 29/2019. Com fundamento, os órgãos responsáveis mantêm os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança em todos os subsistemas.

18.2.5 Risco quanto aos impactos do GSF

O Mecanismo de Realocação de Energia - MRE é um sistema de redistribuição de energia gerada, característico do setor elétrico brasileiro, que deve sua existência ao entendimento, à época, de haver necessidade de operação centralizada associada a preço ótimo calculado centralmente, conhecido como PLD. Como os geradores não possuem controle sobre sua produção, cada usina recebe determinada quantidade virtual de energia a qual pode ser comprometida por meio de contratos. Esse valor, que possibilita registros de contratos, é conhecido como Garantia Física - GF e também é calculado centralmente. Diferentemente do PLD, que é calculado semanalmente, a GF é recalculada, por lei, a cada cinco anos, com limite de aumento ou redução, restringido a 5% por revisão ou a 10% no período da concessão.

Os contratos necessitam ter lastro. Isto é realizado, sobretudo, por meio de alocação de energia gerada, recebimento do MRE ou compra. O GSF é a relação entre toda a geração hidrelétrica dos participantes do MRE e o somatório da GF de todas as usinas do MRE. Basicamente, o GSF é utilizado para calcular quanto cada usina receberá de geração para lastrear sua GF. Assim, conhecendo o GSF de um dado mês, a Companhia poderá saber se necessitará lastrear seus contratos com compras.

Sempre que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for menor que o somatório dos contratos, será necessário efetuar compra no curto prazo. No entanto, para a situação em que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for maior que o total dos contratos, será recebida a diferença valorada ao PLD.

As baixas afluências registradas desde 2014, bem como problemas com atrasos na expansão do sistema de transmissão tiveram como consequência baixos valores de GSF, resultando em fortes perdas para as empresas detentoras de empreendimentos hidroelétricos participantes do MRE.

Para as usinas com contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a principal forma de gerenciar o risco de GSF baixo é não comprometer toda a GF com contratos bem como a recompra oportuna de energia intra-anual, abordagens atualmente adotadas pela Companhia.

Ressalta-se que, ao menos conjunturalmente, os riscos com o GSF estão bastante reduzidos devido à melhora do cenário hidrológico em 2022 concomitante com o baixo crescimento da carga

18.2.6 Risco de não prorrogação da concessão

A prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, alcançadas pela Lei nº 9.074/1995, é disciplinada pela Lei nº 12.783/2013, a qual foi alterada pela Lei nº 14.052/2020 no que diz respeito ao prazo para solicitação de prorrogação de concessões.

De acordo com a referida lei, a concessionária deve solicitar a prorrogação da concessão com antecedência mínima de 36 meses da data final do contrato ou ato de outorga para usinas de geração de energia hidrelétrica e empreendimentos de transmissão de energia elétrica, e de 24 meses, para as usinas de geração termelétrica. O Poder Concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 meses do advento do termo contratual

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL

FDA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

ou do ato de outorga, inclusive, definindo a tarifa ou as receitas iniciais para os empreendimentos de geração (RAG – Receita Anual de Geração).

As concessões de geração de energia hidrelétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos.

Em 2018 foi publicado o Decreto nº 9.271/2018, alterado pelos Decretos nº 10.135/2019, nº 10.893/2021 e n° 11.307/2022, que regulamentou a outorga dos contratos de concessão no setor elétrico associada à privatização por meio de alienação do controle de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica, tendo como um dos condicionantes a alteração do regime de exploração para Produtor Independente de Energia - PIE. De acordo com o Decreto, a manifestação de alienação da concessão deverá ocorrer em até 42 meses do advento do termo contratual e a eventual alienação em até 12 meses do final da concessão. Se não ocorrer a alienação do controle do empreendimento dentro do prazo determinado, a usina deverá ser licitada pelo poder concedente podendo a mesma concessionária participar do leilão, caso reúna as condições de habilitação.

Para a Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - UHE GBM (1.676 MW), que terá sua concessão vencida em dezembro de 2024, a Companhia não manifestou interesse pela prorrogação da concessão tendo em vista que estudos internos demonstraram que a prorrogação mediante alteração do regime de exploração antecipado seria desvantajosa econômica e financeiramente em relação a exploração da usina no atual regime, até o seu vencimento. Em 03.03.2020, a Copel GeT transferiu a concessão da UHE GBM para a subsidiária F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. com o objetivo de alienar o controle desta concessionária e, desta forma, possibilitar uma nova outorga pelo prazo de 30 anos, conforme prevê o Decreto n° 9.271/2018. Está em andamento o processo de transformação da Copel em "Corporação", conforme descrito na NE nº 1, o que possibilitará a manutenção de 100% de participação da Companhia na usina, desde que a oferta pública ocorra até dezembro de 2023 correspondente aos 12 meses anteriores ao vencimento da atual concessão, que se encerra em 21.12.2024.

18.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Controlador								
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)								
Dividendos	-	-	125.978	85.799	-	-	-	-
Contratos de Mútuo (a)	-	170.212	-	-	8.766	7.277	-	-
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	691	506	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	3.994	2.545	-	-	(28.921)	(26.447)
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	389	512	-	-	(7.563)	(10.305)
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(88)	(14)
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	176	-	-	-	-	-
Consumo de energia	-	-	-	-	-	-	(563)	(880)
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.	5.486	2.150	-	-	-	-	-	-
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	45	20	-	-	-	-
Copel Comercialização S.A.	5.486	2.150	-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	63.157	62.722	-	-	783.490	781.362	-	-
Energia elétrica para revenda	-	-	-	5.995	-	-	(17.357)	(145.639)
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	41.577	10.091	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(51)	(47)
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	50.137	27.198	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(110)	(94)
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	5.400	4.973	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(118)	(138)
Nova Asa Branca I Energ. Renov	9.254	6.718	-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	774	-	-	-
Nova Asa Branca II Energ. Renov	41.577	10.091	-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	666	-	-	-
Nova Asa Branca III Energ. Renov	50.137	27.198	-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	319	-	-	-
Nova Eurus IV Energ. Renov	5.400	4.973	-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	879	-	-	-
GE Boa Vista	9.254	6.718	-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	348	-	-	-
GE Farol	41.577	10.091	-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	310	-	-	-
GE Olho D'Agua	50.137	27.198	-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	1.287	-	-	-
GE São Bento do Norte	5.400	4.973	-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	1.567	-	-	-
São Bento do Norte I S.A.	9.254	6.718	-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	27	-	-	-
São Bento do Norte II S.A.	41.577	10.091	-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	27	-	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto pela Copel GeT								
Caiuá Transmissora de Energia								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(49)	(43)
Integração Maranhense Transmissora								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(215)	(189)
Matrinchã Transmissora de Energia								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1.269)	(1.105)
Guaraciaba Transmissora de Energia								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(574)	(508)
Paranaíba Transmissora de Energia								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(823)	(756)
Cantareira Transmissora de Energia								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(646)	(569)
Mata de Santa Genebra Transmissora								
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(6)	(7)
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (c)	-	-	-	-	-	-	(260)	(168)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(6)	(7)
Outras partes relacionadas (d)								
Lactec	-	-	-	-	-	-	(115)	(260)
Companhia de Saneamento do Paraná							(47)	(168)
Simepar	-	-	-	79	-	-	(862)	(362)

(a) Em 19.04.2021, foi assinado contrato de mútuo entre a FDA (mutuante) e Copel GeT (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 119% do CDI, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa e vigência até 31.12.2021. Em 23.12.2021, foi assinado o primeiro termo aditivo ao contrato de mútuo, prorrogando a vigência do contrato por mais 15 meses, com vigência até 31.03.2023. Em 27.05.2022 foi liquidado o valor total do mútuo.

(b) despesas de pessoal e administradores conforme contrato de compartilhamento celebrado com a Controladora.

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia.

(c) A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

(d) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel GeT, FDA e UEG Araucária, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel. A Sanepar é uma entidade de economia mista controlada pelo Estado do Paraná. O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Companhia de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampacidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.

20. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

APÓLICE	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Nomeados	24.08.2023	252.400
Seguro D&O (a)	28.03.2024	130.443

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 30.12.2022, de R$ 5,2177.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

21.1 Inspeção técnica na usina GBM

Em 25.03.2023 foi encerrada a parada programada para inspeção da unidade geradora 3 da UHE GBM, usina pertencente à FDA, subsidiária da Copel GET. Foi identificada uma avaria isolada no anel de desgaste superior do rotor da turbina de modo que essa unidade geradora permanecerá indisponível, visando a realização de diagnóstico sobre a causa do ocorrido e as respectivas ações para seu reparo, quando então será atualizada a previsão de retorno dessa unidade geradora. Eventuais impactos financeiros relacionados a não geração ou qualquer redução na garantia física da usina somente poderão ser estimados após a conclusão desse trabalho.

Parecer do Auditor Independente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações significativas com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, relativa a saldos e transações com partes relacionadas. A Companhia realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos e condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Evento subsequente relacionado a inspeção técnica na Usina GBM

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 21.1 às demonstrações financeiras, na qual a Companhia descreve que em 25 de março de 2023 foi identificada uma avaria isolada em uma unidade geradora da UHE GBM, de modo que ela ficará indisponível até a realização de diagnóstico da causa e ações de reparo e que eventuais impactos financeiros relacionados a não geração ou qualquer redução na garantia física da usina somente poderão ser estimados após a conclusão desse trabalho. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 6 de abril de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

Parecer do Conselho Fiscal

SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2022 E SOBRE A PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2022

Os membros do Conselho Fiscal da FDA Geração de Energia Elétrica S.A. abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a proposta de destinação do lucro líquido verificado no exercício de 2022. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que elas estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 06 de abril de 2023

(assinado eletronicamente)
ITAMAR PINTO PAZ
Presidente

(assinado eletronicamente)
KLEBERSON LUIZ DA SILVA

(assinado eletronicamente)
LUIZ HENRIQUE DE MELLO

(assinado eletronicamente)
WALTER GUANDALINI JUNIOR

COPEL

CUTIA EMPREENDIMENTOS EÓLICOS S.A.

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A • CNPJ/MF 10.979.076/0001-64

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

MENSAGEM DO ***DIRETOR EXECUTIVO***

A Administração da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia, Companhia ou Controladora), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2022, acompanhadas do relatório do auditor independente. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição do acionista, a quem a Diretoria prestará os esclarecimentos adicionais necessários.

PERFIL ORGANIZACIONAL

A COMPANHIA

Constituída em 22.06.2009, a Companhia é uma subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Na condição de Holding, é controladora de 13 Sociedades de Propósito Específico - SPEs, que formam dois complexos de parques eólicos denominados Cutia e Bento Miguel. Atua no segmento de energia e tem por objeto, especificamente, o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de energia elétrica a partir de fontes eólicas, comercialização de energia elétrica, bem como a gestão de participações societárias.

Em 31.10.2014, sete controladas da Companhia, Complexo Cutia, venderam energia eólica no 6º Leilão de Energia de Reserva - LER. Por meio de contratos com prazo de suprimentos de 20 anos, foram negociados 71,4 MW médios pelo preço de R$ 144,00/MWh (preço teto do leilão). Os sete parques eólicos possuem, em conjunto, 86 aerogeradores com potência de 180,6 MW e garantia física de 71,4 MW médios, todos no município de São Bento do Norte, no Rio Grande do Norte.

Em 28.11.2014, outras seis controladas da Companhia venderam energia eólica no 20º Leilão de Energia Nova (A-5) realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Foram negociados 58,7 MW médios pelo preço de R$ 136,97/MWh (preço teto do leilão), por meio de contratos de disponibilidade com prazo de suprimento de 20 anos.

O complexo Bento Miguel, formado por seis parques eólicos, conta com 63 aerogeradores, cuja potência total soma 132,3 MW e garantia física de 58,7 MW médios, todos no munícipio de São Bento do Norte, no Rio Grande do Norte, mesma região geográfica do Complexo Cutia.

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) (1)	Preço/ MWh (2)	Início de operação comercial	Vencimento de outorga
Complexo Eólico Cutia						
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	23,1	9,6	80,8	232,6	22.12.2018	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	21	8,3	60,8	232,6	29.12.2018	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	27,3	9,1	74,4	232,6	29.12.2018	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	27,3	10,3	98,3	232,6	29.12.2018	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	27,3	12	92,6	232,6	29.12.2018	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	27,3	10,6	92,4	232,6	05.01.2019	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	27,3	11,5	95,7	232,6	29.12.2018	11.05.2050
Total das Eólicas	**180,6**	**71,4**	**595,0**			

(1) Valores referentes ao total bruto gerado em 2022. (2) Preço atualizado até dezembro/2022.

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) (1)	Preço/ MWh (2)	Início de operação comercial	Vencimento de outorga
Complexo Eólico Bento Miguel						
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	23,1	10,1	75,3	228,5	31.01.2019	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	23,1	10,8	87,7	228,7	29.01.2019	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	23,1	10,2	69,1	228,8	09.04.2019	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	21	9,3	62,2	228,5	14.02.2019	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	21	9,1	64,3	227,7	02.02.2019	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	21	9,2	60,5	227,3	14.02.2019	04.08.2050
Total das Eólicas	**132,3**	**58,7**	**419,1**			

(1) Valores referentes ao total bruto gerado em 2022. (2) Preço atualizado até dezembro/2022.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL — CUTIA EMPREENDIMENTOS EÓLICOS S.A.

PARANÁ — GOVERNO DO ESTADO

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO EM 31.12.2022

COPEL

COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. — 100,0%

CUTIA EMPREENDIMENTOS EÓLICOS SPE S.A. — 100,0%

- USINA DE ENERGIA EÓLICA CUTIA S.A. — 100,0%
- USINA DE ENERGIA EÓLICA GUAJIRU S.A. — 100,0%
- USINA DE ENERGIA EÓLICA JANGADA S.A. — 100,0%
- USINA DE ENERGIA EÓLICA MARIA HELENA S.A. — 100,0%
- USINA DE ENERGIA EÓLICA POTIGUAR S.A. — 100,0%
- USINA DE ENERGIA EÓLICA ESPERANÇA DO NORDESTE S.A. — 100,0%
- USINA DE ENERGIA EÓLICA PARAÍSO DOS VENTOS DO NORDESTE S.A. — 100,0%
- CENTRAL GERADORA EÓLICA SÃO BENTO DO NORTE I S.A. — 100,0%
- CENTRAL GERADORA EÓLICA SÃO BENTO DO NORTE II S.A. — 100,0%
- CENTRAL GERADORA EÓLICA SÃO BENTO DO NORTE III S.A. — 100,0%
- CENTRAL GERADORA EÓLICA SÃO MIGUEL I S.A. — 100,0%
- CENTRAL GERADORA EÓLICA SÃO MIGUEL II S.A. — 100,0%
- CENTRAL GERADORA EÓLICA SÃO MIGUEL III S.A. — 100,0%

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Consolidado	2022	2021	variação %
Ativo total	2.101.406	2.150.782	(2,3)
Caixa e equivalentes de caixa	253.350	201.393	25,8
Títulos e valores mobiliários	58.432	48.170	21,3
Dívida total	875.239	902.634	(3,0)
Dívida líquida	563.457	653.071	(13,7)
Receita operacional bruta	224.024	256.245	(12,6)
Deduções da receita	(8.815)	(9.399)	(6,2)
Receita operacional líquida	215.209	246.846	(12,8)
Custos e despesas operacionais	(176.264)	(175.658)	0,3
Lucro antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	38.945	71.188	(45,3)
Ebitda ou Lajida (a)	146.121	178.295	(18,0)
Resultado financeiro	(70.826)	(84.269)	16,0
IRPJ/CSLL	(13.080)	(10.299)	27,0
Lucro (Prejuízo) operacional	(31.881)	(13.081)	143,7
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(44.961)	(23.380)	92,3
Patrimônio líquido	1.167.358	1.212.319	(3,7)
INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS			
Liquidez corrente (índice)	3,4	3,5	(2,9)
Liquidez geral (índice)	0,4	0,3	33,3
Margem do Ebitda ou Lajida (a) (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	67,9	72,2	(6,0)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	75,0	74,5	0,7
Margem operacional (lucro ou prejuízo operacional/receita operacional líquida) (%)	(14,8)	(5,3)	179,2
Margem líquida (lucro líquido ou prejuízo/receita operacional líquida) (%)	(20,9)	(9,5)	120,0
Participação de capital de terceiros (%)	44,4	43,6	1,8
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (LL ÷ (PL inicial))	(3,7)	(1,9)	94,7

(a) EBITDA ou LAJIDA - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 31 de março de 2023.

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Executivo

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Marcio Luis Bloot
Membros	Daiane Medino Wotkoski
	Eloir Joakinson Junior
	Juarez Ribas Teixeira Junior
	Milton Francisco Dos Santos Junior
	Thais Cercal Dalmina Losso

CONSELHO FISCAL	
Presidente	Itamar Pinto Paz
Membros Titulares	Kleberson Luiz Da Silva
	Luiz Henrique De Mello
	Walter Guandalini Junior
Membros Suplentes	Ana Clara Solis De Figueiredo Morrissy
	Angela Beatriz Alcaide
	Fabiano Luft Chudzikiewicz
	Felipe Santos Ribas

DIRETORIA	
Diretor Executivo	Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Administrativo-Financeiro	Adriano Fedalto

CONTADORA	
CRC-PR 050498/O-1	Tatiane Ramthun Gumz

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2022
em milhares de reais

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

ATIVO	NE nº	Controladora 31.12.2022	Controladora 31.12.2021	Consolidado 31.12.2022	Consolidado 31.12.2021
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	61.044	44.697	253.350	201.393
Clientes	5	-	-	39.289	43.204
Dividendos a receber	9.1	7.492	12.974	-	-
Outros créditos		-	-	31	8.478
Estoques		-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social		3.156	1.185	5.969	2.198
Outros tributos a recuperar		-	-	1	-
Despesas antecipadas		3	35	708	700
Partes relacionadas	9	8.491	312	8.369	176
		80.186	**59.203**	**307.717**	**256.149**
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	56.993	47.046	58.432	48.170
Clientes	5	-	-	-	11.916
Depósitos judiciais		23	23	26	23
Outros tributos a recuperar		-	-	47	30
		57.016	**47.069**	**58.505**	**60.139**
Investimentos	7	**1.935.747**	**2.104.565**	**-**	**-**
Imobilizado	8	**4.238**	**12.407**	**1.734.253**	**1.833.627**
Intangível		**-**	**-**	**385**	**351**
Direito de uso	14	**546**	**516**	**546**	**516**
		1.997.547	**2.164.557**	**1.793.689**	**1.894.633**
TOTAL DO ATIVO		**2.077.733**	**2.223.760**	**2.101.406**	**2.150.782**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	Controladora 31.12.2022	Controladora 31.12.2021	Consolidado 31.12.2022	Consolidado 31.12.2021
CIRCULANTE					
Obrigações sociais e trabalhistas		34	34	34	34
Partes relacionadas	9	6	49	2.161	2.511
Fornecedores	10	21	47	10.343	12.456
Imposto de renda e contribuição social		-	-	2.322	2.806
Outras obrigações fiscais		66	36	1.432	1.494
Empréstimos e financiamentos	11	27.443	25.173	27.443	25.173
Debêntures	12	25.664	28.545	25.664	28.545
Passivo de arrendamentos	14	10	8	10	8
Outras contas a pagar	13	-	1	20.223	918
		53.244	**53.893**	**89.632**	**73.945**
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	9	31.611	105.619	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	5.429	1.929
Empréstimos e financiamentos	11	505.876	527.586	505.876	527.586
Debêntures	12	316.256	321.330	316.256	321.330
Passivo de arrendamentos	14	593	549	593	549
Outras contas a pagar	13	-	-	8.864	10.630
Provisões para litígios	15	2.795	2.464	7.398	2.494
		857.131	**957.548**	**844.416**	**864.518**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Atribuível ao acionista da empresa controladora					
Capital social	16	1.431.746	1.431.746	1.431.746	1.431.746
Prejuízo acumulado		(264.388)	(219.427)	(264.388)	(219.427)
		1.167.358	**1.212.319**	**1.167.358**	**1.212.319**
Atribuível aos acionistas não controladores		**-**	**-**	**-**	**-**
		1.167.358	**1.212.319**	**1.167.358**	**1.212.319**
TOTAL DO PASSIVO		**2.077.733**	**2.223.760**	**2.101.406**	**2.150.782**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

	NE nº	Controladora 31.12.2022	Controladora 31.12.2021	Consolidado 31.12.2022	Consolidado 31.12.2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	**-**	**-**	**215.209**	**246.846**
Custos Operacionais	18				
Custos Operacionais		-	-	(163.016)	(166.138)
		-	**-**	**(163.016)**	**(166.138)**
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		**-**	**-**	**52.193**	**80.708**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	18	-	-	57	(57)
Despesas gerais e administrativas	18	(1.335)	(1.404)	(11.305)	(10.590)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(325)	2.271	(2.000)	1.127
Resultado da equivalência patrimonial	7	36.518	69.659	-	-
		34.858	**70.526**	**(13.248)**	**(9.520)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**34.858**	**70.526**	**38.945**	**71.188**
Resultado Financeiro	19				
Receitas financeiras		13.444	4.050	30.959	14.597
Despesas financeiras		(93.263)	(98.866)	(101.785)	(98.866)
		(79.819)	**(94.816)**	**(70.826)**	**(84.269)**
LUCRO (PREJUIZO) OPERACIONAL		**(44.961)**	**(24.290)**	**(31.881)**	**(13.081)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20				
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(9.580)	(9.779)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	910	(3.500)	(520)
		-	**910**	**(13.080)**	**(10.299)**
LUCRO (PREJUIZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(44.961)**	**(23.380)**	**(44.961)**	**(23.380)**
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AO ACIONISTA DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	12.4				
Ações ordinárias		(0,03139)	(0,01633)		

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

	NE nº	Controladora 31.12.2022	Controladora 31.12.2021	Consolidado 31.12.2022	Consolidado 31.12.2021
LUCRO (PREJUIZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(44.961)**	**(23.380)**	**(44.961)**	**(23.380)**
Outros resultados abrangentes		**-**	**-**	**-**	**-**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		**(44.961)**	**(23.380)**	**(44.961)**	**(23.380)**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**1.431.746**	**(196.047)**	**1.235.699**
Prejuízo do exercicio	-	(23.380)	(23.380)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.431.746**	**(219.427)**	**1.212.319**
Prejuízo do exercicio	-	(44.961)	(44.961)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.431.746**	**(264.388)**	**1.167.358**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

	NE nº	Controladora 31.12.2022	Controladora 31.12.2021	Consolidado 31.12.2022	Consolidado 31.12.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		**(44.961)**	**(23.380)**	**(44.961)**	**(23.380)**
Ajustes para a reconciliação do lucro (prejuizo) líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais					
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		93.263	98.778	93.261	98.778
Imposto de renda e contribuição social	20	-	-	9.580	9.779
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	(910)	3.500	520
Resultado da equivalência patrimonial		(36.518)	(69.659)	-	-
Depreciação e amortização		23	95	107.176	107.107
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas		332	2.410	1.958	2.477
Resultado das baixas de imobilizado		-	(4.668)	10	(4.668)
Resultado baixas de direito de uso de ativos e passivo de arrrendamentos líq			(10)	(10)	(10)
		12.139	**2.656**	**170.514**	**190.603**
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		-	-	15.888	(5.000)
Outros créditos		-	-	278	(3.440)
Imposto de renda e contribuição social		(1.971)	(564)	(3.771)	(1.284)
Outros tributos a recuperar		-	-	(18)	20
Despesas antecipadas		32	(22)	(8)	(219)
Depósitos Judiciais		-	-	(3)	-
Partes relacionadas		(10)	367	(24)	207
		(1.949)	**(219)**	**12.342**	**(9.716)**
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		-	(2)	-	(2)
Partes relacionadas		123.793	105.616	(350)	135
Fornecedores		(26)	(44)	745	(499)
Outras obrigações fiscais		30	33	(62)	(71)
Outras contas a pagar		(1)	1	17.539	1.659
		123.796	**105.604**	**17.872**	**1.222**
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**133.986**	**108.041**	**200.728**	**182.109**
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(76)	(10.064)	(9.714)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	11.2	(42.693)	(37.957)	(42.693)	(37.957)
Encargos de debêntures pagos	12.2	(22.362)	(21.645)	(22.362)	(21.645)
Encargos de passivos de arrendamento pagos	14.2	(50)	(52)	(50)	(52)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**68.881**	**48.311**	**125.559**	**112.741**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Resgates (aplicações) financeiras		(9.947)	(7.219)	(10.262)	(7.263)
Alienação de participações em investidas / (Aporte em investimentos)	7	-	49	-	49
Aquisições de imobilizado		-	-	(7.779)	(220)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(9.947)**	**(7.170)**	**(18.041)**	**(7.434)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	11.2	(24.369)	(24.703)	(24.369)	(24.703)
Amortização de principal de debêntures	12.2	(31.185)	(18.496)	(31.185)	(18.496)
Amortização de principal de passivos de arrrendamentos	14.2	(7)	(85)	(7)	(85)
Dividendos recebidos		12.974	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(42.587)**	**(43.284)**	**(55.561)**	**(43.284)**
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**16.347**	**(2.143)**	**51.957**	**62.023**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	44.697	46.840	201.393	139.370
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	61.044	44.697	253.350	201.393
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**16.347**	**(2.143)**	**51.957**	**62.023**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2022
em milhares de reais

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia, Companhia ou Controladora), com sede na Rua Jose Izidoro Biazetto, 158, Bloco A, Curitiba - PR, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), que tem por objeto, especificamente, o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de energia elétrica a partir de fontes eólicas localizadas no município de São Bento do Norte, no estado do Rio Grande do Norte, comercialização de energia elétrica, bem como a gestão de participações societárias.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf
Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL

CUTIA EMPREENDIMENTOS EÓLICOS S.A.

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

1.1 Participações societárias

A Companhia é controladora das Sociedades de Propósito Específico abaixo, as quais tem como atividade principal a geração de energia elétrica proveniente de fontes eólicas:

Controladas	Autorização	Vencimento
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	Portaria MME nº 183/2015	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	Portaria MME nº 182/2015	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	REA nº 3.257/2011	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	REA nº 3.259/2011	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	Portaria MME nº 179/2015	11.05.2050
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	REA nº 3.256/2011	05.01.2042
Usina de Energia Eólica Cutia	REA nº 3.258/2011	05.01.2042
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	Portaria n° 349/2015	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	Portaria n° 348/2015	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	Portaria n° 347/2015	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	Portaria n° 352/2015	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	Portaria n° 351/2015	04.08.2050
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	Portaria n° 350/2015	04.08.2050

2 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31.03.2023.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Cutia e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis com efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

- NE nº 3.2 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas com uma possibilidade razoável de levar a ajustes significativos nos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro:

- NEs nº 3.3 e 8 – Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nº 3.4 e 8.1 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nº 3.5 e 15 – Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nº 3.6 e 17 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados;
- NEs nº 3.7 e 20 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros;
- NEs nº 3.10 e 14 – Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos: definição da taxa de juros para os contratos.

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia e suas controladas contam com o suporte financeiro de sua Controladora.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Base de Consolidação

3.1.1 Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas são reconhecidos nas demonstrações financeiras da controladora com base no método de equivalência patrimonial.

Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como controlada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando necessário, para cálculo das equivalências patrimoniais, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Controladora.

3.1.2 Controladas

As controladas são as entidades em que a investidora está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com elas e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre as entidades.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Os saldos de ativos, passivos e resultados das controladas são consolidados linha a linha e os saldos decorrentes das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos bem como não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.2.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.2.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.2.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

3.4 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.4.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuírem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

3.4.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado. No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza, e são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.6 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia e suas controladas esperam receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas no resultado quando do suprimento de energia, medição ou condição contratual e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica de fontes alternativas de suas controladas.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

Na controladora, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social. O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis ao seu negócio de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Nas controladas, o imposto de renda e a contribuição social são apurados trimestralmente com base no Lucro Presumido. O imposto de renda é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.8 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2022

A partir do exercício de 2022 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

(i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
(ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
(iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;
(iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios de 2023 e de 2024 estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

(i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
(ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
(iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
(iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);
(v) CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de "sale and leaseback" (a partir de 1º.01.2024);
(vi) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

3.10 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Quando da atualização monetária dos contratos, os ativos e passivos são remensurados para refletir as alterações nos pagamentos do arrendamento. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	220	422	17.272	17.226
Aplicações financeiras de liquidez imediata	60.824	44.275	236.078	184.167
	61.044	**44.697**	**253.350**	**201.393**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas entre 96% e 98% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. CLIENTES

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.12.2022	Saldo 31.12.2021
Concessionárias e permissionárias					
Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR / Contrato de Energia de Reserva - CER (*)	37.971	728	-	38.699	53.654
CCEE	590	-	-	590	1.466
Suprimento de energia elétrica	**38.561**	**728**	**-**	**39.289**	**55.120**
	38.561	**728**	**-**	**39.289**	**55.120**
			Circulante	**39.289**	**43.204**
			Não circulante	**-**	**11.916**

(*) Variação decorre da medição de geração anual e quadrienal conforme marco contratual.

Em 31.12.2022 e 31.12.2021 não há registro significativo de perdas de crédito esperadas devido a existência de garantias vinculadas aos contratos.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

		Consolidado	
Categoria	Indexador	31.12.2022	31.12.2021
Cotas de fundos de investimentos	-	27.748	47.046
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96% a 98% do CDI	30.684	1.124
		58.432	**48.170**
	Circulante	**-**	**-**
	Não circulante	**58.432**	**48.170**

		Controladora	
Categoria	Indexador	31.12.2022	31.12.2021
Cotas de fundos de investimentos	-	27.748	47.046
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96% a 98% do CDI	29.245	-
		56.993	**47.046**
	Circulante	**-**	**-**
	Não circulante	**56.993**	**47.046**

Os recursos referentes ao CDB, R$ 30.684, são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de transmissão e tem prazo de até 54 meses a partir do final do período do relatório. Os recursos referentes a Cotas de Fundos de investimentos, R$ 27.748, são vinculados aos contratos de empréstimos financiamentos com o BNDES.

7. INVESTIMENTOS

CONTROLADORA	Saldo em 1º.01.2022	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Dividendos Propostos	Saldo em 31/12/2022
Controladas					
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	149.702	5.365	(17.099)	(1.274)	136.694
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	151.890	7.011	(17.527)	(1.665)	139.709
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	160.198	(126)	(17.025)	-	143.047
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	135.469	2.397		(569)	137.297
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	137.690	2.340	(14.556)	(57)	125.417
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	137.633	1.631		(122)	139.142
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	134.901	1.696	(14.846)	(403)	121.348
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	182.021	3.376	(18.561)	(802)	166.034
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	175.331	6.088	(22.242)	(1.058)	158.119
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	217.878	(36)	(17.252)	-	200.590
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	177.656	283	(22.209)	-	155.730
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	172.315	1.962	(17.211)	(466)	156.600
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	171.881	4.531	(19.316)	(1.076)	156.020
	2.104.565	**36.518**	**(197.844)**	**(7.492)**	**1.935.747**

A redução de capital foi realizada mediante utilização do saldo do contas a pagar para as controladas (NE nº 9).

CONTROLADORA	Saldo em 1º.01.2021	Equivalência patrimonial	Redução de capital	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2021
Controladas					
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	162.506	3.542	(15.505)	(841)	149.702
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	163.341	6.290	(16.247)	(1.494)	151.890
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	172.584	4.020	(15.451)	(955)	160.198
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	147.631	2.230	(13.941)	(451)	135.469
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	148.650	2.303	(13.263)	-	137.690
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	147.850	3.046	(13.263)	-	137.633
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	144.993	4.717	(13.825)	(984)	134.901
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	189.982	9.838	(16.935)	(864)	182.021
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	187.153	8.240	(20.062)	-	175.331
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	225.843	2.953	(10.918)	-	217.878
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	189.647	8.518	(20.509)	-	177.656
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	183.184	6.452	(15.789)	(1.532)	172.315
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	183.731	7.510	(17.576)	(1.784)	171.881
	2.247.095	**69.659**	**(203.284)**	**(8.905)**	**2.104.565**
Coligadas					
Jandaíra I Energias Renováveis S.A.	11	-	(11)	-	-
Jandaíra II Energias Renováveis S.A.	12	-	(12)	-	-
Jandaíra III Energias Renováveis S.A.	13	-	(13)	-	-
Jandaíra IV Energias Renováveis S.A.	13	-	(13)	-	-
	49	**-**	**(49)**	**-**	**-**
	2.247.144	**69.659**	**(203.333)**	**(8.905)**	**2.104.565**

CONSOLIDADO	Saldo em 1º.01.2021	Alienação de Capital	Saldo em 31.12.2021
Coligadas			
Jandaíra I Energias Renováveis S.A.	11	-	-
Jandaíra II Energias Renováveis S.A.	12	-	-
Jandaíra III Energias Renováveis S.A.	13	-	-
Jandaíra IV Energias Renováveis S.A.	13	-	-
	49	**-**	**-**

Em 24.12.2021 a Companhia alienou sua participação nas coligadas, para sua controladora, pelo seu valor patrimonial.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL

CUTIA EMPREENDIMENTOS EÓLICOS S.A.

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

8. IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas registram no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

CONSOLIDADO	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2021
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	2.136.647	(420.131)	1.716.516	2.130.577	(313.106)	1.817.471
Edificações	3.612	(485)	3.127	3.612	(358)	3.254
Móveis e utensílios	21	(5)	16	21	(3)	18
	2.140.280	**(420.621)**	**1.719.659**	**2.134.210**	**(313.467)**	**1.820.743**
Em curso						
Custo	14.594	-	14.594	12.884	-	12.884
	14.594	**-**	**14.594**	**12.884**	**-**	**12.884**
	2.154.874	**(420.621)**	**1.734.253**	**2.147.094**	**(313.467)**	**1.833.627**

8.1 Mutação do imobilizado

CONSOLIDADO	Saldo em 1º.01.2021	Aquisições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2021	Aquisições	Depreciação	Transferências (a)	Saldo em 31.12.2022
Em serviço										
Máquinas e equipamentos	1.924.253	-	(106.883)	-	101	1.817.471	-	(107.025)	6.069	1.716.515
Edificações	3.382	-	(128)	-	-	3.254	-	(127)	-	3.127
Móveis e utensílios	19	-	(1)	-	-	18	-	(1)	-	17
	1.927.654	**-**	**(107.012)**	**-**	**101**	**1.820.743**	**-**	**(107.153)**	**6.069**	**1.719.659**
Em curso										
Custo	21.972	220	-	(9.207)	(101)	12.884	15.948	-	(14.238)	14.594
	21.972	**220**	**-**	**(9.207)**	**(101)**	**12.884**	**15.948**	**-**	**(14.238)**	**14.594**
	1.949.626	**220**	**(107.012)**	**(9.207)**	**-**	**1.833.627**	**15.948**	**(107.153)**	**(8.169)**	**1.734.253**

(a) Transferência para contas a receber de partes relacionadas (NE nº 9.1).

A taxa média de depreciação é de 5,02% a.a. (em 2021 era 5,04%). A companhia não possui compromissos assumidos com seus fornecedores de equipamentos e serviços para construção das usinas.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2022 e 2021.

9. PARTES RELACIONADAS

9.1 Saldos com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos de Partes Relacionadas destacados em linhas específicas do balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante				
Controlador				
Copel Geração e Transmissão S.A				
Contas a receber (a)	8.169	-	8.169	-
Controladas				
Dividendos a receber				
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	1.274	1.545	-	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	1.665	2.698	-	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	-	1.648	-	-
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	569	451	-	-
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	57	-	-	-
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	122	-	-	-
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	403	984	-	-
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	802	864	-	-
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	1.058	-	-	-
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	466	2.734	-	-
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	1.076	2.050	-	-
Entidades sob controle comum				
Compartilhamento de estrutura (b)	322	312	200	176
Passivo circulante				
Controladores				
Copel Geração e Transmissão S.A				
Compartilhamento de estrutura (b)	4	20	1.684	1.757
Companhia Paranaense de Energia				
Compartilhamento de estrutura (b)	-	5	-	-
Entidades sob controle comum				
Copel Distribuição S.A.				
Compartilhamento de estrutura (b)	2	24	477	754
Controladas - Contas a pagar (c)				
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	441	7.874	-	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	-	8.269	-	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	-	7.839	-	-
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	15.357	7.073	-	-
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	-	6.706	-	-
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	14.557	6.706	-	-
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	373	7.010	-	-
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	-	8.541	-	-
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	-	10.230	-	-
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	324	8.090	-	-
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	559	10.471	-	-
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	-	7.923	-	-
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	-	8.887	-	-

(a) Refere-se à transferência de projetos em desenvolvimento para a Controladora.

(b) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal, administradores, materiais, serviços de terceiros e outros (PMSO), conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.

(c) As Controladas da Cutia são intervenientes junto aos contratos de financiamento de debêntures e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia, as quais, por força contratual, transferem recursos visando manter os saldos relativos à cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica conforme exigência contratual (NE nº 10 e 11). Em 2022, parte do saldo foi baixado mediante redução de capital nas Controladas (NE nº 7).

9.2 Outras transações com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das demais transações com partes relacionadas efetuadas pela Companhia:

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Controladores								
Copel Geração e Transmissão S.A								
Encargos de uso do sistema de transmissão								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	29	-
Operação e manutenção	-	-	364	2	-	-	4.778	4.345
Entidades sob controle comum								
Suprimento de energia elétrica								
Copel Distribuição S.A.	-	-	-	-	6.698	6.090	-	-
Copel Comercialização S.A.	-	-	-	-	-	3.670	-	229
FDA Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	-	-	-	54	-
Encargos de uso do sistema de transmissão			-	-				
Marumbi Transmissoria de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	13	13
Integrassão Maranhense Transmissoria de Energia	-	-	-	-	-	-	22	17
Uirapuru Transmissoria de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	13	13
Matrinchã Transmissoria de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	123	105
Paranaiba Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	79	73
Mata de Santa Genebra Transmissora de Energia	-	-	-	-	-	-	136	48
Cantareira Transmissora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	61	26
Pessoal chave da administração								
Honorários	-	-	-	-	-	-	625	684
Encargos socias	-	-	-	-	-	-	138	151
	-	**-**	**364**	**2**	**-**	**-**	**763**	**-**

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

10. FORNECEDORES

Consolidado		31.12.2022	31.12.2021
Materiais e serviços		8.644	11.260
Encargos de uso da rede elétrica		1.699	1.196
	Circulante	**10.343**	**12.456**

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 25.10.2018 foi emitido o contrato de financiamento nº 18204611, firmado entre o BNDES e a Cutia , no valor de R$ 619.405, com remuneração pela TJLP acrescida de 2,04% a.a. e amortização em 192 parcelas mensais e sucessivas, com o primeiro vencimento em 15.07.2019 e o último em 15.07.2035.

O contrato tem o objetivo de financiar a construção e implantação dos empreendimentos eólicos e tem como garantia penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios.

O contrato contém cláusula que requer a manutenção do Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD igual ou acima de 1,2 de modo que o descumprimento poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Caso o índice esteja no intervalo entre 1,10 e 1,20, a Companhia deverá elevar o valor dos recursos aplicados na Conta Reserva a título de complementação do ICSD, de forma que a totalidade dos recursos mantidos nesta conta atinja o índice de 1,20. O prazo para complementação será de até 2 (dois) dias úteis contados da divulgação das demonstrações financeiras.

Em 31.12.2022, a Companhia apurou ICSD de 1,15, além de cumprir com todas as demais condições e compromissos acordados, devendo, portanto, complementar a Conta Reserva, com no mínimo R$ 5.736. O depósito foi efetuado em 13.03.2023, antes do prazo definido contratualmente, no valor de R$ 6.000.

11.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2022	Controladora e consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2024	28.578	(796)	27.782
2025	30.875	(795)	30.080
2026	33.358	(796)	32.562
2027	36.040	(797)	35.243
2028	38.937	(800)	38.137
Após 2028	347.314	(5.242)	342.072
	515.102	**(9.226)**	**505.876**

11.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Controladora e consolidado	Total
Em 1º.01.2021	**576.569**
Encargos	38.850
Amortização - principal	(24.703)
Pagamento - encargos	(37.957)
Em 31.12.2021	**552.759**
Encargos	47.622
Amortização - principal	(24.369)
Pagamento - encargos	(42.693)
Em 31.12.2022	**533.319**

12. DEBÊNTURES

Em 20.03.2019 ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia fidejussória, com remuneração pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acrescida de 5,8813% a.a. (encargos do contrato), tendo como taxa efetiva de juros o IPCA acrescida de 6,83% a.a. A amortização ocorrerá em 26 parcelas semestrais, com o primeiro vencimento em 15.06.2019 e o último em 15.12.2031. As debêntures têm por objetivo a construção e implantação dos complexos Eólicos Cutia e Bento Miguel.

O contrato contém cláusula que requer a manutenção do Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD igual ou acima de 1,2 de modo que o descumprimento poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. O índice é calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Caso o índice esteja no intervalo entre 1,10 e 1,20, a Companhia deverá elevar o valor dos recursos aplicados na Conta Reserva a título de complementação do ICSD, de forma que a totalidade dos recursos mantidos nesta conta atinja o índice de 1,20. O prazo para complementação será de até 2 (dois) dias úteis contados da divulgação das demonstrações financeiras.

Em 31.12.2022, a Companhia apurou ICSD de 1,15, além de cumprir com todas as demais condições e compromissos acordados, devendo, portanto, complementar a Conta Reserva, com no mínimo R$ 5.736. O depósito foi efetuado em 13.03.2023, antes do prazo definido contratualmente, no valor de R$ 6.000.

12.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2022	Controladora e consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2024	24.596	(2.086)	22.510
2025	33.540	(2.092)	31.448
2026	44.720	(2.105)	42.615
2027	40.248	(2.118)	38.130
2028	40.248	(2.137)	38.111
Após 2028	149.811	(6.369)	143.442
	333.163	**(16.907)**	**316.256**

12.2 Mutação de debêntures

Controladora e consolidado	Total
Em 1º.01.2021	**330.095**
Encargos	59.921
Amortização - principal	(18.496)
Pagamento - encargos	(21.645)
Em 31.12.2021	**349.875**
Encargos	24.308
Variação monetária e cambial	21.284
Amortização - principal	(31.185)
Pagamento - encargos	(22.362)
Em 31.12.2022	**341.920**

13. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Desvio de geração - empreendimentos eólicos (NE nº 21.2.4)	-	-	27.327	9.862
Outras obrigações (a)	-	1	1.760	1.686
	-	**1**	**29.087**	**11.548**
Circulante	**-**	**1**	**20.223**	**918**
Não circulante	**-**	**-**	**8.864**	**10.630**

(a) Referem-se principalmente aos compromissos acordados (Termos de Ajuste de Conduta - TAC) e aprovados entre as Controladas Jangada, Potiguar e Esperança do Nordeste e os órgãos competentes pelo descumprimento de condicionante das Licenças de Instalação e Operação.

14. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTOS

Com a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 a Companhia reconheceu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos conforme segue:

14.1 Direito de uso de ativos

Controladora e Consolidado	Saldo em 1º.01.2021	Ajuste por Remensuração	Amortização	Saldo em 31.12.2021	Adições	Ajuste por Remensuração	Amortização	Saldo em 31.12.2022
Imóveis	640	62	(95)	516	10	43	(23)	546
	640	**62**	**(95)**	**516**	**10**	**43**	**(23)**	**546**

14.2 Passivo de arrendamentos

14.2.1 Mutação do passivo de arrendamentos

Controladora e consolidado	Total
Saldo em 1º.01.2021	**682**
Ajuste por Remensuração	62
Encargos	52
Pagamento - principal	(85)
Pagamento - encargos	(52)
Baixas	(102)
Saldo em 31.12.2021	**557**
Adições	10
Ajuste por Remensuração	43
Encargos	50
Pagamento - principal	(7)
Pagamento - encargos	(50)
Saldo em 31.12.2022	**603**

A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. As taxas de juros aplicadas variam de 3,58% a 14,87% a.a.

14.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

Controladora e Consolidado	
2024	62
2025	62
2026	62
2027	62
2028	62
Após 2028	970
Valores não descontados	**1.280**
Juros embutidos	(687)
Saldo passivo arrendamento em 31.12.2022	**593**

14.3 Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada, conforme vedação imposta pela norma.

No entanto, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre a informação registrada em conformidade com o CPC 06 (R2) e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada:

Controladora e consolidado	Saldo conforme o CPC 06 (R2) IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	603	738	22,39%
Direito de uso de ativos	546	587	7,51%
Despesa Financeira	50	64	28,00%
Despesa de amortização	23	27	17,39%

14.4 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, e aqueles cujo pagamento é feito com base em remuneração variável, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE n° 18).

15. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

15.1 Provisões para litígios

Controladora	Saldo em 1º.01.2021	Adições	Saldo em 31.12.2021	Adições e Reversões	Transferências	Saldo em 31.12.2022
Cíveis						
Cíveis e direito administrativo	-	2.395	2.395	359	-	2.754
Servidões de passagem	25	7	32	(32)	-	-
Desapropriações e patrimoniais	29	8	37	4	-	41
	54	**2.410**	**2.464**	**331**	**-**	**2.795**

Controladora	Saldo em 1º.01.2021	Adições	Saldo em 31.12.2021	Adições e Reversões	Transferências / Outros	Saldo em 31.12.2022
Cíveis						
Cíveis e direito administrativo (a)	20	2.405	2.425	2.038	2.858	7.321
Servidões de passagem (b)	25	7	32	(32)	36	36
Desapropriações e patrimoniais (b)	29	8	37	4		41
	74	**2.420**	**2.494**	**2.010**	**2.894**	**7.398**

(a) Discussão de processos administrativos, principalmente ação que questiona a remuneração de arrendadores dos terrenos onde estão localizados os parques eólicos. O valor de R$ 2.857 se refere a transferência de saldo de passivos de obras registrados na conta de fornecedores (NE nº 10) que foram judicializados.

(b) Ações judiciais decorrentes de divergência entre o valor de servidão avaliado pela Companhia e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras). O valor de R$ 36 se refere a adições com contrapartida no ativo intangível.

15.2 Passivo contingente

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2022 e 31.12.2021 a Companhia e suas controladas não possuem passivos contingentes.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2022, no valor de R$ 1.431.746 (R$ 1.431.746 em 31.12.2021), é composto por 1.431.744.994 ações ordinárias em 31.12.2022 (1.431.744.994 em 31.12.2021), sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

16.2 Resultado por ação

CONTROLADORA	31.12.2022	31.12.2021
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	(44.961)	(23.380)
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)		
Ações ordinárias	1.431.744.994	1.431.744.994
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	(0,03139)	(0,01633)

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL

CUTIA EMPREENDIMENTOS EÓLICOS S.A.

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Consolidado	31.12.2022	31.12.2021
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR / Contrato de Energia de Reserva - CER / Bilaterais	240.844	254.348
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	645	3.170
(-/+) Provisão / Reversão para não performance de geração	(17.465)	(1.273)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(8.815)	(9.399)
	215.209	**246.846**

18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CONSOLIDADO	Custos operacionais	Despesas com vendas (a)	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2022	31.12.2021
Energia elétrica comprada para revenda	(246)	-	-	-	(246)	(584)
Encargos de uso da rede elétrica	(15.203)	-	-	-	(15.203)	(13.543)
Pessoal e administradores	-	-	(6.980)	-	(6.980)	(8.083)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(739)	-	(739)	(492)
Material	(67)	-	-	-	(67)	(172)
Serviços de terceiros	(31.396)	-	(1.682)	-	(33.078)	(35.659)
Depreciação e amortização	(107.153)	-	(23)	-	(107.176)	(107.107)
Provisões e reversões	-	57	-	(2.015)	(1.958)	(2.477)
Custo de construção	-	-	-	-	-	-
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(8.951)	-	(1.881)	15	(10.817)	(7.541)
	(163.016)	**57**	**(11.305)**	**(2.000)**	**(176.264)**	**(175.658)**

(a) Valor positivo decorrente da recuperação de faturas em 2022.

CONSOLIDADO	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2022	31.12.2021
Pessoal e administradores	-	-	(34)	-	(34)	(200)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(3)	-	(3)	(10)
Serviços de terceiros	-	-	(313)	-	(313)	(181)
Depreciação e amortização	-	-	(23)	-	(23)	(95)
Provisões e reversões (NE nº 15.1)	-	-	-	(332)	(332)	(2.410)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	-	-	(962)	7	(955)	3.763
	-	**-**	**(1.335)**	**(325)**	**(1.660)**	**867**

18.1 Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2022
Arrendamento de terrenos	4.342	20.467	95.299	120.108

No saldo dos outros custos e despesas operacionais líquidos, estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	13.404	4.049	30.480	8.951
Multa contratual	-	-	358	3.526
Juros sobre liquidações na CCEE	-	-	56	2.110
Outras receitas financeiras	40	1	65	10
	13.444	**4.050**	**30.959**	**14.597**
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária e encargos da dívida	93.213	98.770	93.213	98.770
IOF sobre o rendimento de aplicações financeiras	-	3	-	3
Outras despesas financeiras	50	93	281	93
Perdas esperadas sobre Multas Contratuais	-	-	8.291	-
	93.263	**98.866**	**101.785**	**98.866**
Líquido	**(79.819)**	**(94.816)**	**(70.826)**	**(84.269)**

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

CONTROLADORA	31.12.2021	31.12.2020
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	**(44.961)**	**(24.290)**
IRPJ e CSLL (34%)	**(15.287)**	**(8.259)**
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência patrimonial	12.416	23.684
Despesas indedutíveis	(1.080)	(1.794)
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	(26.662)	(30.148)
IRPJ e CSLL correntes	**-**	**-**
IRPJ e CSLL diferidos	**-**	**(910)**
Alíquota efetiva - %	**0,0%**	**0,0%**

CONSOLIDADO	31.12.2022		31.12.2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR / Contrato de Energia de Reserva - CER / Bilaterais	240.844	240.844	254.348	254.348
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	645	645	3.170	3.170
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	**19.319**	**28.979**	**20.601**	**30.902**
Receita Financeira	17.515	17.515	10.547	10.547
(-) Receita Financeira Provisionada	(10.304)	(10.304)	(4.195)	(4.195)
Base de cálculo Receita Financeira	**7.211**	**7.211**	**6.352**	**6.352**
(=) Base de cálculo	**26.530**	**36.190**	**26.953**	**37.254**
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social	**6.322**	**3.258**	**6.426**	**3.353**
Receita Financeira Provisionada	10.304	10.304	1.524	1.524
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**2.574**	**926**	**383**	**137**

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

CONTROLADORA	NE nº	Nível	31.12.2022		31.12.2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	61.044	61.044	44.697	44.697
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	56.993	56.993	47.046	47.046
			118.037	**118.037**	**91.743**	**91.743**
Total dos ativos financeiros			**118.037**	**118.037**	**91.743**	**91.743**
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	9		21	21	47	47
Empréstimos e financiamentos (c)	10		543.337	464.091	563.569	511.670
Debêntures (i)	11		360.894	343.987	370.903	370.903
Total dos passivos financeiros			**904.252**	**808.099**	**934.519**	**882.620**

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:
Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

CONSOLIDADO	NE nº	Nível	31.12.2022		31.12.2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	253.350	253.350	201.393	201.393
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	58.432	58.432	48.170	48.170
			311.782	**311.782**	**249.563**	**249.563**
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		39.289	39.289	55.120	55.120
			39.289	**39.289**	**55.120**	**55.120**
Total dos ativos financeiros			**351.071**	**351.071**	**304.683**	**304.683**
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	10		10.343	10.343	12.456	12.456
Empréstimos e financiamentos (c)	11		543.337	464.091	563.569	511.670
Debêntures (d)	12		360.894	343.987	370.903	370.903
Total dos passivos financeiros			**914.574**	**818.421**	**946.928**	**895.029**

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:
Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Apuração dos valores justos:

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

c) Utilizado como premissa básica o custo do maior valor da última captação realizada pela Companhia, CDI + spread de 1,22%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

d) Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário - PU em 31.12.2022, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

21.2 Gerenciamento de riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

21.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado Exposição ao risco de crédito	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa (a)	253.350	201.393
Títulos e valores mobiliários (a)	58.432	48.170
Clientes (b)	39.289	55.120
	351.071	**304.683**

a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantém Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos. Além disso, possui contratos de venda de energia garantidos pela Conta de Energia de Reserva - CONER que é administrada pela CCEE. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois espera que o saldo seja compensado futuramente com débitos junto à CCEE.

21.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2027, repetem-se os indicadores de 2026 até o horizonte da projeção.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2022							
Fornecedores	-	10.343	-	-	-	-	10.343
Empréstimos e financiamentos	NE nº 11	5.657	11.407	51.622	276.606	523.938	869.230
Debêntures	NE nº 12	-	-	49.247	239.554	287.183	575.984
Passivo de arrendamento	NE nº 14	5	10	43	251	1.549	1.858
		16.005	**11.417**	**100.912**	**516.411**	**812.670**	**1.457.415**

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Controladora	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2022							
Fornecedores	-	21	-	-	-	-	21
Empréstimos e financiamentos	NE nº 11	5.657	11.407	51.622	276.606	523.938	869.230
Debêntures	NE nº 12	-	-	49.247	239.554	287.183	575.984
Passivo de arrendamento	NE nº 14	5	10	43	251	1.549	1.858
		5.683	**11.417**	**100.912**	**516.411**	**812.670**	**1.447.093**

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NEs nºs 11 e 12, a Companhia tem empréstimo e financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

21.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data das demonstrações financeiras, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data das demonstrações financeiras e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic: 12,50%, IPCA: 5,78% e TJLP: 7,05%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2022	Cenários projetados - dez.2022 Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	58.432	7.158	5.370	3.582
		58.432	**7.158**	**5.370**	**3.582**
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Alta TJLP	543.337	(38.313)	(47.891)	(57.469)
Debêntures	Alta IPCA	360.894	(20.860)	(26.075)	(31.290)
		904.231	**(59.173)**	**(73.966)**	**(88.759)**

21.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica estão sujeitos às cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento. O não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia. O saldo consolidado registrado no passivo referente a não performance está demonstrado na NE nº 13.

21.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

ENDIVIDAMENTO	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	543.337	563.569	543.337	563.569
Debêntures	360.894	370.903	360.894	370.903
(-) Caixa e equivalentes de caixa	61.044	44.697	253.350	201.393
Títulos e Valores Mobiliários	56.993	47.046	58.432	48.170
Dívida líquida	**786.194**	**842.729**	**592.449**	**684.909**
Patrimônio líquido	1.167.358	1.212.319	1.167.358	1.212.319
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	**0,67**	**0,70**	**0,51**	**0,56**

22. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros contratados pela Companhia está demonstrada a seguir:

CONSOLIDADO APÓLICE	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O	28.03.2024	130.443
Seguro Riscos Operacionais	29.03.2024	2.209.803
Seguro de Responsabilidade Civil Geral	28.03.2024	30.000

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 30.12.2022, de R$ 5,2177.
Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

23. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

23.1 Transações que não envolvem caixa

Em 31.12.2022 houve redução de capital nas controladas no total de R$ 197.842, conforme disposto na NE nº 7. A referida redução se deu mediante utilização do saldo do contas a pagar para as controladas, no período de 2018 a 2022, referente à proporção da qual as controladas devem participar para o cumprimento das cláusulas financeiras do contrato de financiamento com o BNDES.

Conforme a NE nº 14, as adições e ajustes por remuneração ocorridos no direito de uso de ativos totalizaram R$ 53 (R$ 62 em 31.12.2021), sendo que tal reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos.

Conforme a NE nº 8.1 foram transferidos R$ 8.169 do imobilizado para contas a receber com partes relacionadas referente a transferência de projetos em desenvolvimento para a Copel GeT.

As transações acima não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

Parecer do Auditor Independente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cutia Empreendimentos

Eólicos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL

CUTIA EMPREENDIMENTOS EÓLICOS S.A.

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

Parecer do Conselho Fiscal

SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2022 E SOBRE OS ESCLARECIMENTOS DA DIRETORIA EXECUTIVA À ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Os membros do Conselho Fiscal da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e os esclarecimentos da Diretoria à Assembleia Geral da Acionistas. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que elas estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 31 de março de 2023.

(assinado eletronicamente)
ITAMAR PINTO PAZ
Presidente

(assinado eletronicamente)
KLEBERSON LUIZ DA SILVA

(assinado eletronicamente)
LUIZ HENRIQUE DE MELLO

(assinado eletronicamente)
WALTER GUANDALINI JUNIOR

COPEL

SÃO BENTO ENERGIA, INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A • CNPJ nº 13.985.420/0001-16

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

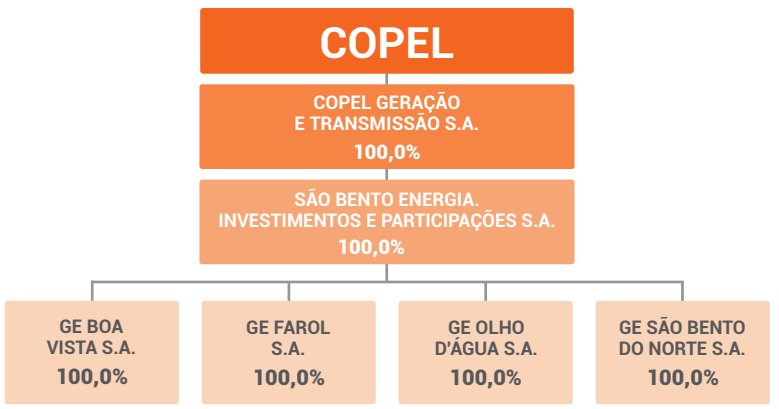
À ACIONISTA

A administração da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento Energia ou Companhia), Sociedade Anônima de Capital Fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A São Bento Energia, localizada no Município de Curitiba, no Estado do Paraná, é controladora (100% das ações) das SPEs GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A., GE Olho D'Água S.A. e GE São Bento do Norte S.A., produtoras de energia eólica, as quais formam o Complexo Eólico São Bento.

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO EM 31.12.2022



As quatro SPEs do Complexo Eólico São Bento, localizado no Município de São Bento do Norte, no Estado do Rio Grande do Norte, sagraram-se vencedoras no 2° Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 26.08.2010, conforme o Edital de Leilão da Aneel nº 07/2010.

A energia do Complexo Eólico São Bento é comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEARs por 20 anos.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) (1)	Preço/ MWh (2)	Início de Operação Comercial	Vencimento de outorga
Boa Vista	14,0	5,2	36,60	288,40	25.02.2015	28.04.2046
Farol	20,0	8,8	65,00	280,00	25.02.2015	20.04.2046
Olho d'Água	30,0	12,8	105,90	280,00	25.02.2015	01.06.2046
São Bento do Norte	30,0	11,3	97,70	280,00	25.02.2015	19.05.2046
Total das Eólicas	**94,0**	**38,1**	**305,2**			

(1) Valores referentes ao total bruto gerado em 2022.
(2) Preço atualizado até dezembro/2022.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2022	2021	variação %
INDICADORES CONTÁBEIS			
Ativo total	508.364	481.977	5,5
Caixa e equivalentes de caixa	80.005	12.674	531,3
Títulos e valores mobiliários	154.051	117.739	30,8
Dívida total	155.615	174.788	(11,0)
Dívida líquida	(78.441)	44.375	(276,8)
Receita operacional bruta	88.498	104.516	(15,3)
Deduções da receita	(12.417)	(13.842)	(10,3)
Receita operacional líquida (ROL)	76.081	90.674	(16,1)
Custos e despesas operacionais	(48.650)	(51.184)	(5,0)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	27.431	39.490	(30,5)
Ebitda ou Lajida	44.633	57.192	(22,0)
Resultado financeiro	10.964	(4.179)	362,4
IRPJ/CSLL	(11.831)	(6.762)	75,0
Lucro operacional	38.395	35.311	8,7
Lucro líquido do exercício	26.564	28.549	(7,0)
Patrimônio líquido	248.815	228.559	8,9
INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS			
Liquidez corrente (índice)	0,9	1,0	(10,0)
Liquidez geral (índice)	1,0	0,8	25,0
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/ROL) (%)	58,7	63,1	(7,0)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	62,5	76,5	(18,3)
Margem operacional (lucro operacional/ROL) (%)	50,5	38,9	29,8
Margem líquida (lucro líquido/ROL) (%)	34,9	31,5	10,8
Participação de capital de terceiros (%)	51,1	52,6	(2,9)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (1)	11,6	14,5	(20,0)

(1) LL ÷ (PL inicial)

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Marcio Luis Bloot
Membros	Daiane Medino Wotkoski
	Eloir Joakinson Junior
	Juarez Ribas Teixeira Junior
	Milton Francisco Dos Santos Junior
	Thais Cercal Dalmina Losso

CONSELHO FISCAL	
Presidente	Itamar Pinto Paz
Membros Titulares	Kleberson Luiz Da Silva
	Luiz Henrique De Mello
	Walter Guandalini Junior
Membros Suplentes	Ana Clara Solis De Figueiredo Morrissy
	Angela Beatriz Alcaide
	Fabiano Luft Chudzikiewicz
	Felipe Santos Ribas

DIRETORIA	
Diretor Executivo	Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Administrativo-Financeiro	Adriano Fedalto

CONTADORA	
CRC-PR-058084/O-0	Milchael Luiz de Souza

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos à acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 11 de abril de 2023

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Executivo

Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2022
em milhares de reais

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

ATIVO	NE nº	Controladora 31.12.2022	Controladora 31.12.2021	Consolidado 31.12.2022	Consolidado 31.12.2021
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.752	2.229	80.005	12.674
Clientes	5.1	-	-	9.252	8.970
Dividendos a receber	6	33.760	31.877	-	-
Outros créditos	5.2	148	148	3.571	3.369
Imposto de renda e contribuição social		259	306	2.375	772
Outros tributos a recuperar		-	-	7	-
Despesas antecipadas		7	35	1.362	1.367
Partes relacionadas	6	-	-	-	61.652
		35.926	**34.595**	**96.572**	**88.804**
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	7	136.719	102.803	154.051	117.739
Depósitos judiciais		23	20	23	20
Outros tributos a recuperar		-	-	9	3
Partes relacionadas	6	-	-	-	334
		136.742	**102.823**	**154.083**	**118.096**
Investimentos	8	**235.648**	**222.310**	**-**	**-**
Imobilizado	9	**-**	**-**	**257.709**	**275.077**
		372.390	**325.133**	**411.792**	**393.173**
TOTAL DO ATIVO		**408.316**	**359.728**	**508.364**	**481.977**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	Controladora 31.12.2022	Controladora 31.12.2021	Consolidado 31.12.2022	Consolidado 31.12.2021
CIRCULANTE					
Partes relacionadas	6	2.676	2.718	388	561
Fornecedores	10	8	16	4.723	3.584
Imposto de renda e contribuição social		368	262	872	1.652
Outras obrigações fiscais		-	-	1.379	699
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	21.001	20.869
Dividendos a pagar	6	22.563	23.035	22.563	23.035
Outras contas a pagar	14	-	102	52.809	39.661
		25.615	**26.133**	**103.735**	**90.061**
NÃO CIRCULANTE					
Partes relacionadas	6	133.408	104.604	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		37	25	360	50
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	134.614	153.919
Outras contas a pagar	14	-	-	20.398	8.981
Provisões para litígios	12	441	407	442	407
		133.886	**105.036**	**155.814**	**163.357**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	13.1	173.622	173.622	173.622	173.622
Reserva legal	13.2	5.997	4.668	5.997	4.668
Reserva de retenção de lucros	13.2	50.269	50.269	50.269	50.269
Dividendo adicional proposto	13.3	18.927	-	18.927	-
		248.815	**228.559**	**248.815**	**228.559**
TOTAL DO PASSIVO		**408.316**	**359.728**	**508.364**	**481.977**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

	NE nº	Controladora 31.12.2022	Controladora 31.12.2021	Consolidado 31.12.2022	Consolidado 31.12.2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	**-**	**-**	**76.081**	**90.674**
Custos Operacionais	16	-	-	(43.435)	(49.019)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		**-**	**-**	**32.646**	**41.655**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas		-	-	(2)	-
Despesas gerais e administrativas	16	(268)	(323)	(4.454)	(3.253)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	(35)	(34)	(759)	1.088
Resultado da equivalência patrimonial	8	17.492	26.301	-	-
		17.189	**25.944**	**(5.215)**	**(2.165)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**17.189**	**25.944**	**27.431**	**39.490**
Resultado Financeiro	17				
Receitas financeiras		14.168	3.910	25.759	8.660
Despesas financeiras		-	-	(14.795)	(12.839)
		14.168	**3.910**	**10.964**	**(4.179)**
LUCRO OPERACIONAL		**31.357**	**29.854**	**38.395**	**35.311**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18				
Imposto de renda e contribuição social		(4.781)	(1.280)	(11.520)	(8.332)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(12)	(25)	(311)	1.570
		(4.793)	**(1.305)**	**(11.831)**	**(6.762)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**26.564**	**28.549**	**26.564**	**28.549**
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais	13,4				
Ações ordinárias		**0,15300**	**0,16443**	**0,15300**	**0,16443**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

	NE nº	Controladora 31.12.2022	Controladora 31.12.2021	Consolidado 31.12.2022	Consolidado 31.12.2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**26.564**	**28.549**	**26.564**	**28.549**
Outros resultados abrangentes		**-**	**-**	**-**	**-**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		**26.564**	**28.549**	**26.564**	**28.549**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021		**173.622**	**3.241**	**29.928**	**-**	**-**	**206.791**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	28.549	28.549
Destinação proposta à A.G.O.:					-		
Reserva legal	13.2	-	1.427	-	-	(1.427)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	-	(6.781)	(6.781)
Reserva de retenção de lucros	13.2	-	-	20.341	-	(20.341)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**173.622**	**4.668**	**50.269**	**-**	**-**	**228.559**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	26.564	26.564
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	13.2	-	1.329	-	-	(1.329)	-
Dividendos	13.3	-	-	-	-	(6.308)	(6.308)
Dividendos adicional proposto	13.2	-	-	-	18.927	(18.927)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**173.622**	**5.997**	**50.269**	**18.927**	**-**	**248.815**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL

SÃO BENTO COMPLEXO EÓLICO S.A.

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		**26.564**	**28.549**	**26.564**	**28.549**
Ajustes para a reconciliação do lucro (prejuizo) líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais					
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		-	-	5.971	10.605
Imposto de renda e contribuição social	18	4.781	1.280	11.520	8.332
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	12	25	311	(1.570)
Resultado da equivalência patrimonial	8	(17.492)	(26.301)	-	-
Depreciação	9	-	-	17.202	17.702
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	16	35	34	37	34
Resultado das baixas de imobilizado	9	-	-	1.165	-
		13.900	**3.587**	**62.770**	**63.652**
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		-	-	(279)	6.479
Dividendos recebidos		2.273	2.857	-	-
Outros créditos		-	1	(202)	99
Imposto de renda e contribuição social		47	(7)	(1.603)	319
Outros tributos a recuperar		-	-	1.262	54
Despesas antecipadas		28	(24)	5	159
Partes relacionadas		-	-	203	(68)
Depósitos judiciais		(3)	-	(3)	-
		2.345	**2.827**	**(617)**	**7.042**
Aumento (redução) dos passivos					
Partes relacionadas		28.762	24.841	(173)	(12)
Fornecedores		(8)	3	1.139	727
Outras obrigações fiscais		-	(1)	680	(212)
Outras contas a pagar		(102)	-	24.565	1.873
		28.652	**24.843**	**26.211**	**2.376**
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**44.897**	**31.257**	**88.364**	**73.070**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.675)	(1.257)	(12.300)	(7.986)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	11.2	-	-	(13.585)	(12.894)
Encargos de empréstimos concedidos a partes relacionadas recebidos		-	-	9.795	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**40.222**	**30.000**	**72.274**	**52.190**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		(33.918)	(24.791)	(36.312)	(25.378)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	-	-	(59.500)
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		-	-	59.500	-
Aquisições de imobilizado	9	-	-	(999)	(68)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO (GERADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		**(33.918)**	**(24.791)**	**22.189**	**(84.946)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	11.2	-	-	(20.351)	(20.297)
Dividendos pagos		(6.781)	(3.114)	(6.781)	(3.114)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		**(6.781)**	**(3.114)**	**(27.132)**	**(23.411)**
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**(477)**	**2.095**	**67.331**	**(56.167)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	2.229	134	12.674	68.841
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	1.752	2.229	80.005	12.674
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**(477)**	**2.095**	**67.331**	**(56.167)**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2022 em milhares de reais

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento Energia, Companhia ou Controladora) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à Rua Emiliano Perneta, 756 - 4º andar, Centro, Curitiba - PR, e tem como objetivo principal o desenvolvimento, execução e operação de projetos de energia elétrica, além da gestão, mediante participações societárias, de sociedades que desempenhem essas mesmas atividades. Possui a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como único acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Suas operações são representadas substancialmente pela participação de 100% do capital social das controladas a seguir relacionadas (NE nº 1.1).

Para a produção de energia pelas referidas controladas existem contratos firmados de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, decorrente do resultado do 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, realizado em agosto de 2010.

1.1 Concessões e Autorizações

Controladas	Autorização	Vencimento
GE Boa Vista S.A	Portaria MME nº 276/2011 - EOL Dreen Boa Vista	28.04.2046
GE Farol S.A.	Portaria MME nº 263/2011 - EOL Farol	20.04.2046
GE Olho D'Água S.A.	Portaria MME nº 343/2011 - EOL Dreen Olho D'Água	01.06.2046
GE São Bento do Norte S.A.	Portaria MME nº 310/2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	19.05.2046

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 11.04.2023.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE nº 3.1 e 8 - Base de consolidação e investimentos: avaliação sobre a existência de controle;
- NE nº 3.2 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nos 3.3 e 9 – Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nos 3.4 e 5 – Perdas de crédito esperadas: estimativa de valores que não serão recebidas
- NEs nos 3.4 e 9 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nos 3.5 e 12 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nos 3.6 e 15 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados;
- NE nº 3.7 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE; e
- NEs nos 3.8 e 18 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros.

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional, apesar do capital circulante líquido negativo em 31.12.2022 que decorre principalmente do saldo de Outras Contas a Pagar (Provisão de ão performance), Dividendos a Pagar e Empréstimos e Financiamentos, a Companhia e suas controladas contam com o suporte financeiro de sua Controladora (Copel GeT) e, portanto, não prejudicando a capacidade financeira de curto prazo da Companhia.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Base de consolidação

3.1.1 Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Controladora com base no método de equivalência patrimonial. Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como controlada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando necessário, para cálculo das equivalências patrimoniais, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Controladora.

3.1.2 Controladas

As controladas são as entidades em que a investidora está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre as entidades.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Os saldos de ativos, passivos e resultados das controladas são consolidados linha a linha e os saldos decorrentes das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos, bem como não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.2.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.2.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.2.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.4 Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.2.5 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a Companhia.

3.4 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.4.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuírem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras e em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados.

Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado. No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza, e são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.6 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia e suas controladas esperam receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas no resultado quando do suprimento de energia, medição ou condição contratual e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável e, por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.7 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados trimestralmente com base no Lucro Presumido. O imposto de renda é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.9 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2022

A partir de 1°.01.2022 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

(i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;

(ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;

(iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;

(iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

3.10 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios de 2023 e de 2024 estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

(i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);

(ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);

(iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);

(iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);

(v) CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de "sale and leaseback" (a partir de 1º.01.2024);

(vi) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas decorrentes destas alterações de normas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	40	31	6.051	6.816
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.712	2.198	73.954	5.858
	1.752	**2.229**	**80.005**	**12.674**

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a Operações Compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 96,0% e 101,0% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

5.1 Clientes

	Saldos vincendos	31.12.2022	31.12.2021
Contratos regulados	8.878	8.878	8.293
CCEE	374	374	680
(-) PEC	-	-	(3)
	9.252	**9.252**	**8.970**

5.2 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Outros créditos (a)	148	148	3.571	3.369
	148	**148**	**3.571**	**3.369**

(a) Saldo refere-se principalmente ao processo de alienação de ativo da GE Farol S.A.

6. PARTES RELACIONADAS

O quadro abaixo apresenta os saldos da Controladora com suas partes relacionadas.

	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante		
Controladas		
GE Boa Vista S.A. - dividendos	725	393
GE Farol S.A. - dividendos	20.577	19.569
GE Olho D'Água S.A. - dividendos	9.475	8.081
GE São Bento do Norte S.A. - dividendos	2.983	3.834
Passivo circulante		
Controlador		
Copel Geração e Transmissão - dividendos	22.563	23.035
Controlador (a)		
Copel Geração e Transmissão	-	16
Companhia Paranaense de Energia	-	4
Controladas (b)		
GE Boa Vista S.A.	377	377
GE Farol S.A.	148	148
GE Olho D'Água S.A.	223	223
GE São Bento do Norte S.A.	1.922	1.923
Entidade sob controle comum (a)		
Copel Distribuição S.A.	-	21
Cutia Empreendimentos Eólicos S. A.	6	6
Passivo não circulante		
Controladas (b)		
GE Boa Vista S.A.	16.813	12.513
GE Farol S.A.	35.918	30.548
GE Olho D'Água S.A.	40.504	30.689
GE São Bento do Norte S.A.	40.173	30.854

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL

SÃO BENTO COMPLEXO EÓLICO S.A.

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.

b) A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. é interveniente junto ao financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) da Companhia, o qual, por força contratual, transfere recursos visando manter os saldos relativos à cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica conforme exigência contratual (NE nº 11).

Adicionalmente, o quadro a seguir apresenta os saldos de transações com partes relacionadas presentes no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício consolidados da Companhia:

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Controladores								
Companhia Paranaense de Energia								
Compartilhamento de estrutura	-	200	-	33	-	-	-	-
Copel GeT								
Dividendos	-	-	22.563	23.035	-	-	-	-
Mútuo (a)	-	61.652	-	-	7.868	2.037	-	-
Energia elétrica para revenda	-	-	-	-	-	-	-	(9)
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	286	325	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(72)	(61)
Entidade sob controle em comum								
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.								
Compartilhamento de estrutura (b)	-	134	21	33	-	-	-	-
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)
Marumbi Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(4)	(4)
Copel Distribuição S.A. (Copel Dis)								
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	81	170	-	-	-	-
Copel Comercialização S.A.								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	-	(4.537)
FDA Geração de Energia S.A.								
Energia elétrica para revenda	-	-	-	-	-	-	(3.570)	-
Pessoal chave da administração (c)								
Honorários e encargos sociais (NE nº 16)	-	-	-	-	-	-	(137)	(179)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(3)	(4)

a) Em 19.04.2021, foi assinado contrato de mútuo entre GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A., GE Olho D'Água S.A. e GE São Bento do Norte S.A. (mutuantes) e Copel Geração e Transmissão S.A. (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 100% do CDI acrescidos de 2% a.a., a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. O valor foi quitado em 28.11.2022.

b) A Companhia e suas controladas registraram gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal, administradores, materiais, serviços de terceiros e outros (PMSO), conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.

c) A Companhia e suas controladas não possuem planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

As controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 26 a 54 meses a partir do final do período de relatório.

Categoria	Indexador	Controladora		Consolidado	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Cotas de fundos de investimentos	CDI (a)	136.719	102.803	153.588	117.440
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96,3% a 98,3% do CDI	-	-	463	299
	Não circulante	**136.719**	**102.803**	**154.051**	**117.739**

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os recursos referentes a Cotas de fundos de investimentos são vinculados aos contratos de empréstimos financiamentos com o BNDES (NE n°11) e os CDBs são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão.

8. INVESTIMENTOS

Controladora	Saldo em 1º.01.2021	Equivalência patrimonia	Aumento (redução) de capital (a)	Dividendos propostos	Saldo em 31.12.2021	Equivalência patrimonial	Dividendos propostos	Saldo em 31.12.2022
GE Boa Vista S.A.	25.809	1.658	(1.737)	(394)	25.336	1.397	(332)	26.401
GE Farol S.A.	47.144	6.173	(2.056)	(1.467)	49.794	4.244	(1.008)	53.030
GE Olho D'Água S.A.	69.791	8.905	10.659	(2.114)	87.241	5.872	(1.395)	91.718
GE São Bento do Norte S.A.	59.512	9.565	(6.866)	(2.272)	59.939	5.979	(1.421)	64.497
	202.256	**26.301**	**-**	**(6.247)**	**222.310**	**17.492**	**(4.156)**	**235.646**

(a) Em 29.06.2021 houve redução de capital nas controladas mediante transferência de ativos com o concomitante aumento de capital na GE Olho D'Água S.A.

9. IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas registram no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

CONTROLADORA	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2021
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	357.189	(100.923)	256.266	358.353	(83.736)	274.617
Edificações	447	(80)	367	447	(64)	383
Móveis e utensílios	12	(4)	8	12	(3)	9
	357.648	**(101.007)**	**256.641**	**358.812**	**(83.803)**	**275.009**
Em curso						
Custo	1.068	-	1.068	68	-	68
	1.068	**-**	**1.068**	**68**	**-**	**68**
	358.716	**(101.007)**	**257.709**	**358.880**	**(83.803)**	**275.077**

CONTROLADORA	Saldo em 1º.01.2021	Adições	Custo	Depreciação (a)	Saldo em 31.12.2021	Adições	Depreciação (a)	Saldo em 31.12.2022
Em serviço								
Máquinas e equipamentos	292.301	-	(17.684)	274.617	-	(17.185)	(1.165)	256.267
Edificações	398	-	(15)	383	-	(16)	-	367
Móveis e utensílios	11	-	(3)	8	-	(1)	-	7
	292.710	**-**	**(17.702)**	**275.008**	**-**	**(17.202)**	**(1.165)**	**256.641**
Em curso								
Custo	-	69	-	69	999	-	-	1.068
	-	**69**	**-**	**69**	**999**	**-**	**-**	**1.068**
	292.710	**69**	**(17.702)**	**275.077**	**999**	**(17.202)**	**(1.165)**	**257.709**

(a) Taxa média de depreciação de 4,94% (4,94% em 2021).

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2022 e 2021.

10. FORNECEDORES

CONSOLIDADO	31.12.2022	31.12.2021
Materiais e serviços	4.175	2.995
Encargos de uso da rede elétrica	548	384
Energia elétrica	-	205
Circulante	**4.723**	**3.584**

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Contrato BNDES	Empresa	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
							31.12.2022	31.12.2021
11211521	GE Farol	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	54.100	29.888	33.570
11211531	GE Boa Vista	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	40.050	22.096	24.818
11211541	GE S.Bento do Norte	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	90.900	50.112	56.287
11211551	GE Olho D'Água	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	97.000	53.519	60.113
							155.615	**174.788**
						Circulante	**21.001**	**20.869**
						Não circulante	**134.614**	**153.919**

Destinação: construção e implantação de centrais geradoras eólicas.
Garantias: Penhor de ações (GE Farol, GE Boa Vista, GE S.B.Norte and GE Olho D'Água); cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária das máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos a eles vinculados.

11.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2022	Consolidado
2024	20.447
2025	20.447
2026	20.447
2027	20.447
2028	20.447
Após 2028	32.379
	134.614

11.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Total
Em 1º.01.2021	**195.091**
Encargos	12.888
Amortização - principal	(20.297)
Pagamento - encargos	(12.894)
Em 31.12.2021	**174.788**
Encargos	13.565
Variação monetária	1.198
Amortização - principal	(20.351)
Pagamento - encargos	(13.585)
Em 31.12.2022	**155.615**

11.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

Os contratos de empréstimos e financiamentos contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar em multas ou na declaração de vencimento antecipado das dívidas.

Em 31.12.2022, todos os indicadores financeiros medidos anualmente e compromissos acordados foram integralmente atendidos.
A Companhia tem expectativa de que todos os indicadores financeiros, medidos anualmente, sejam cumpridos em 2023.
Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicador Financeiros	Limite
São Bento Energia, Investimento e Participações	Contrato de Cessão BNDES	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
GE Boa Vista S.A.	BNDES Finem nº 11211531		
GE Farol S.A.	BNDES Finem nº 11211521		
GE Olho D´Água S.A.	BNDES Finem nº 11211551		
GE São Bento do Norte S.A.	BNDES Finem nº 11211541		

Financiamento a empreendimentos - Finem

12. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia e suas controladas respondem por processos judiciais de natureza trabalhista e fiscal. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, atualizou as estimativas de perda em provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, no montante de R$ 442 no exercício de 2022 (R$ 407 em 2021) quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos. Não houve quitações durante o exercício.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Em 31.12.2022, as contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras avaliadas pelos assessores jurídicos como de risco de perda possível, no montante de R$ 52.727 (R$ 46.717 em 31.12.2021), são principalmente de natureza tributária decorrente de exigência fiscal das prefeituras a título de ISS em serviço de construção civil prestado por terceiro.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2022 monta a R$ 173.622 (R$ 173.622, em 31.12.2021), composto por 173.621.468 ações ordinárias pertencentes a Copel GeT.

13.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

13.3 Proposta de distribuição de dividendos

CONTROLADORA	31.12.2022	31.12.2021
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	26.564	28.549
Reserva legal (5%)	(1.329)	(1.427)
	25.235	**27.122**
Dividendos propostos		
Dividendos	6.308	6.781
Dividendo adicional proposto	18.927	-
	25.235	**6.781**
Valor do dividendo por ação	**0,000145**	**0,000039**

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal.

A distribuição dos dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas ao final do exercício, exceto o dividendo adicional proposto que aguarda a deliberação em Assembleia dos Acionistas.

13.4 Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2022	31.12.2021
Numerador básico e diluído		
Resultado líquido básico e diluído alocado por classes de ações		
Lucro Líquido do Exercício	26.564	28.549
Denominador básico e diluído (em milhares de ações)		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	173.621.468	173.621.468
Resultado líquido do período básico e diluído por ação		
Resultado por ação ordinária	0,15300	0,16443

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Provisão de não performance de geração de energia (19.2.4)	-	-	73.182	48.515
Outras contas a pagar	-	102	25	127
	-	**102**	**73.207**	**48.642**
Circulante	**-**	**102**	**52.809**	**39.661**
Não circulante	**-**	**-**	**20.398**	**8.981**

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

CONSOLIDADO	31.12.2022	31.12.2021
Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão) e Bilaterais	109.721	101.094
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	3.445	6.761
(-) Provisão/reversão de provisão para não performance de geração	(24.668)	(3.339)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(3.817)	(3.561)
(-) ICMS Substituição Tributária	(8.600)	(10.281)
	76.081	**90.674**

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CONTROLADORA	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2022	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2021
Pessoal e administradores	(21)	-	(21)	(151)	-	(151)
Planos previdenciário e assistencial	(2)	-	(2)	(8)	-	(8)
Material	-	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(125)	-	(125)	(144)	-	(144)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	(35)	(35)	-	(34)	(34)
Outras despesas operacionais	(120)	-	(120)	(20)	-	(20)
	(268)	**(35)**	**(303)**	**(323)**	**(34)**	**(357)**

CONSOLIDADO	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2022	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2021
Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(3.679)	-	-	-	(3.679)	(4.601)	-	-	(4.601)
Encargos de uso da rede elétrica	(5.156)	-	-	-	(5.156)	(4.343)	-	-	(4.343)
Pessoal e administradores	-	-	(1.203)	-	(1.203)	-	(1.705)	-	(1.705)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(126)	-	(126)	-	(103)	-	(103)
Material	(102)	-	-	-	(102)	(80)	(284)	-	(364)
Serviços de terceiros	(12.902)	-	(2.008)	-	(14.910)	(17.833)	(176)	-	(18.009)
Depreciação e amortização	(17.202)	-	-	-	(17.202)	(17.702)	-	-	(17.702)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	(2)	-	(35)	(37)	-	-	(34)	(34)
Arrendamento e aluguéis	(2.427)	-	-	-	(2.427)	(1.871)	-	-	(1.871)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(1.967)	-	(1.117)	(724)	(3.808)	(2.589)	(985)	1.122	(2.452)
	(43.435)	**(2)**	**(4.454)**	**(759)**	**(48.650)**	**(49.019)**	**(3.253)**	**1.088**	**(51.184)**

16.1.1 Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

CONSOLIDADO	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2022
Arrendamento de terrenos	1.530	6.491	21.734	29.755

No saldo dos outros custos e despesas operacionais líquidos, estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

17. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	14.112	3.910	17.423	5.750
Juros sobre mútuo (NE nº 6)	-	-	7.939	1.966
Juros sobre liquidações na CCEE	-	-	191	863
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	15	23
Outras receitas financeiras	56	-	191	58
	14.168	**3.910**	**25.759**	**8.660**
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária e encargos da dívida	-	-	14.795	12.839
Outras despesas financeiras	-	-	-	-
	-	**-**	**14.795**	**12.839**
	14.168	**3.910**	**10.964**	**(4.179)**

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

CONSOLIDADO	31.12.2022		31.12.2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado	109.721	109.721	101.093	101.093
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	3.445	3.445	6.761	6.761
ICMS Substituição tributária	(8.600)	(8.600)	-	-
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	**8.365**	**12.549**	**8.628**	**12.943**
Receita Financeira	25.687	25.687	8.731	8.731
(-) Receita Financeira Provisionada	(912)	(912)	4.618	4.618
Base de cálculo Receita Financeira	**24.775**	**24.775**	**13.349**	**13.349**
Outras Receitas	-	-	1.736	1.736
(=) Base de cálculo	**33.140**	**37.324**	**23.713**	**28.028**
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
Imposto de renda e contribuição social	**8.161**	**3.359**	**5.809**	**2.523**
Receita Financeira Provisionada	912	912	(4.618)	(4.618)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**229**	**82**	**(1.154)**	**(416)**

CONTROLADORA	31.12.2022		31.12.2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Financeira	14.168	14.168	3.910	3.910
(-) Receita Financeira Provisionada	(35)	(35)	(73)	(73)
Base de cálculo Receita Financeira	**14.133**	**14.133**	**3.837**	**3.837**
(=) Base de cálculo	**14.133**	**14.133**	**3.837**	**3.837**
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social	**3.509**	**1.272**	**935**	**345**
Receita Financeira Provisionada	35	35	73	73
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**9**	**3**	**18**	**7**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf

Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6

COPEL SÃO BENTO COMPLEXO EÓLICO S.A. PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

CONSOLIDADO	NE nº	Nível	31.12.2022 Valor contábil	31.12.2022 Valor justo	31.12.2021 Valor contábil	31.12.2021 Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	80.005	80.005	12.674	12.674
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	154.051	154.051	117.739	117.739
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		9.252	9.252	8.970	8.970
Mútuo (a)			-	-	61.652	61.652
Total dos ativos financeiros			**243.308**	**243.308**	**201.035**	**201.035**
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)			4.723	4.723	3.584	3.584
Empréstimos e financiamentos (c)	11		155.615	162.646	174.788	182.177
Total dos passivos financeiros			**160.338**	**167.369**	**178.372**	**185.761**

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:
Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e
Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

c) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Copel, CDI + spread de 1,22%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

19.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

CONSOLIDADO	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa (a)	80.005	12.674
Títulos e valores mobiliários (a)	154.051	117.739
Clientes (b)	9.252	8.970
Mútuo (c)	-	61.652
	243.308	**201.035**

19.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou de contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantêm Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos.

c) Risco reduzido tendo em vista que se trata de mútuo com a Copel GeT, com quitação realizada em 28.11.2022.

19.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2027, repetem-se os indicadores de 2026 até o horizonte da projeção.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo.

CONSOLIDADO	NE	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2022							
Empréstimos e financiamentos	11	2.428	5.738	25.788	114.957	57.467	206.378
Fornecedores	10	4.723	-	-	-	-	4.723
		7.151	**5.738**	**25.788**	**114.957**	**57.467**	**211.101**

Conforme divulgado na NE nº 11.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (covenants) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

19.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2022, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base, foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic: 12,5% e TJLP: 7,05%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2023 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantem o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

RISCO DE TAXA DE JUROS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS	Risco	Base 31.12.2022	Cenários projetados: Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	154.051	19.256	14.450	9.630
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Alta TJLP	(155.615)	(10.974)	(13.716)	(16.459)

19.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica estão sujeitos às cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento. O não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia. O saldo da provisão registrado no passivo referente a não performance poderá ser compensado com uma maior produção futura, medida dentro do ciclo contratual anual e/ou quadrienal.

19.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

CONSOLIDADO	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	155.615	174.788
Debêntures	-	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	80.005	12.674
(-) Títulos e valores mobiliários	154.051	117.739
Dívida líquida	**(78.441)**	**44.375**
Patrimônio líquido	248.815	228.559
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	**(0,32)**	**0,19**

20. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros da Companhia estão demonstradas a seguir:

CONSOLIDADO APÓLICE	Término da vigência	Importância segurada: GE Boa Vista S.A	GE Farol S.A	GE Olho D´Água	GE São Bento do Norte S.A
Seguro D&O (a)	28.03.2024	130.443	130.443	130.443	130.443
Riscos Operacionais	27.06.2023	73.141	114.169	163.633	161.941
Responsabilidade Civil Geral	28.03.2024	30.000	30.000	30.000	30.000
Garantia Judicial - Município São Bento do Norte	13.09.2023	9.464	9.516	13.077	16.804
Garantia de Pagamento - CHESF	18.11.2023	-	-	180	-
Garantia de Pagamento - CHESF	19.11.2023	82	119	-	180

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 30.12.2022, de R$ 5,2177.
Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Parecer do Auditor Independente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 11 de abril de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

Parecer do Conselho Fiscal

SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2022 E A PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2022

Os membros do Conselho Fiscal da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2022. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que as referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 11 de abril de 2023

(assinado eletronicamente)
ITAMAR PINTO PAZ
Presidente

(assinado eletronicamente)
KLEBERSON LUIZ DA SILVA

(assinado eletronicamente)
LUIZ HENRIQUE DE MELLO

(assinado eletronicamente)
WALTER GUANDALINI JUNIOR



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 19/04/2023
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf
Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 19/04/2023

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/04/19/COPEL202319042023.pdf
Hash:168185256257dbf40ba10148329f617d5a4eee6cb6